



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 98 SÁBADO, 2 DE JULHO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de maio de 2016	4
--	---

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2016	26
--	----

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de junho de 2016	32
--	----

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2016.....	58
--	----

1.5 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2016	65
---	----

1.6 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2016.....	90
--	----

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2016.....	119
--	-----

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2016.....	137
--	-----

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2016.....	166
--	-----

1.7 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 4ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2016.....	176
--	-----

Ata da 5ª Reunião, realizada em 9 de maio de 2016.....	178
--	-----

Ata da 6ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2016.....	202
---	-----

Ata da 7ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2016	232
--	-----

1.8 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2016	257
--	-----

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2016.....	261
--	-----

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2016.....	287
--	-----

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2016.....	288
---	-----

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2016.....	296
--	-----

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Kátia Abreu, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Aníbal, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Armando Monteiro, Marcelo Crivella e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Ricardo Franco, Alvaro Dias e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 391-Seses-TCU-Plenário, de 5 de maio de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 011.846/2015-1, na sessão de 4/5/2016, acompanhando do voto e do relatório que o fundamentam; e Aviso nº 388-Seses-TCU-Plenário, de 5 de maio de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 011.645/2015-6, na sessão de 4/5/2016, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação do item constante da primeira parte da pauta: **Item 1 - Mensagem (SF) nº 51 de 2016, não terminativo, de autoria do presidente da República em exercício, que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor Ilan Goldfajn para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil”, tendo como relator o senador Raimundo Lira, que oferece relatório manifestando que a comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.** Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Raimundo Lira, Hélio José, José Aníbal, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Vanessa Grazziotin, Ronaldo Caiado, Benedito de Lira, Kátia Abreu, José Pimentel, Waldemir Moka, José Agripino e Randolfe Rodrigues. É concedida, automaticamente, vista coletiva, nos termos regimentais. Nos termos do art. 383, II, “e”, do RISF, a presidenta convoca a arguição pública do indicado para o dia 7 de junho de 2016, terça-feira, às 10 horas. **São adiados os demais itens da segunda parte da pauta, a saber: Item 1 - Projeto de Resolução do Senado nº 55 de 2015; Item 2 - Projeto de Lei do Senado nº 326 de 2013; Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2015; Item 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 118 de 2013, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2014; Item 5 - Projeto de Lei da Câmara nº 169 de 2015; Item 6 - Projeto de Lei da Câmara nº 81 de 2011; Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009; Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2015; Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014; Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; Item 11 - Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008; Item 12 - Projeto de Lei do Senado nº 578 de 2015; Item 13 - Projeto de Lei do Senado nº 184 de 2011; e Item 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15 de 2016.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom dia.

Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aos Srs. Senadores comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento: Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 391, de 5 de maio de 2016, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº 011846, na sessão de 4 de maio, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam.

Aviso nº 388, de 5 de maio de 2016, encaminhando cópia do acórdão proferido por aquela Corte, em sessão de 4 de maio, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à leitura do relatório da Mensagem nº 51, de 2016; e a segunda parte, à deliberação dos projetos em pauta.

Primeira parte:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 51, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ILAN GOLDFAJN para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Raimundo Lira

Relatório: A comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Raimundo Lira, para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Bom dia, Srª Presidente.

Sejam bem-vindos os novos Senadores, especialmente a Senadora Kátia.

Srs. Senadores, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea “d”, da Constituição Federal, o Presidente da República em exercício, por meio da Mensagem nº 51, de 2016 (Mensagem nº 271, de 19 de maio 2016, na origem), submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ilan Goldfajn, para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, entre outros servidores públicos, o Presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

Nos termos do disposto no art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre a escolha do Presidente do Banco Central. Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

De acordo com a Lei nº 6.045, de 1974, que alterou a Lei nº 4.595, de 1964, e, também, a composição da diretoria do Banco Central do Brasil, os diretores do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Senhor Ilan Goldfajn.

O Senhor Ilan Goldfajn é brasileiro nascido em Israel, em 1966. Graduou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1988, obteve o grau de Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1991, e de Ph.D. em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology, nos Estados Unidos da América, em 1995.

O indicado possui uma longa experiência profissional nos setores público e privado. Além de ter sido professor de Economia na Universidade Brandeis nos Estados Unidos da América e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, diretor de institutos de debates e pesquisas em políticas econômicas, foi economista do Fundo Monetário Internacional (FMI), de outubro de 1996 a janeiro de 1999; consultor de organismos internacionais, tais como o FMI, Banco Mundial e Nações Unidas, bem como de bancos, de fevereiro de 1999 a setembro de 2000; diretor de política econômica do Banco Central do Brasil, de setembro de 2000 a julho de 2003; sócio e economista da Gávea Investimentos, de novembro de 2003 a junho de 2006; sócio da Ciano Investimentos, de janeiro de 2007 a agosto de 2008; economista da Ciano Assessoria Econômica, de setembro de 2008 a abril de 2009; e economista-chefe e sócio do Itaú Unibanco, de abril de 2009 a maio de 2016.

Nos termos do art. 383 do RISF e do Ato nº 2, de 2011, desta CAE, o indicado apresentou todos os documentos e as declarações requeridos, conforme consta na Mensagem Presidencial em análise.

Ademais, as funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a forma-

ção técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Ilan Goldfajn para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

Está em discussão o relatório do Senador Raimundo Lira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Antes de abrir a discussão, eu queria só fazer uma saudação especial ao Senador José Aníbal, que assume no lugar do Senador José Serra, e à Senadora Kátia Abreu, que retorna a nossa convivência aqui no Senado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Presidente, eu queria fazer uma pergunta a V. Exª: como é que V. Exª quer proceder nesse tema? Nós tivemos aqui a leitura do relatório, vamos ter a discussão. A ideia é marcar para quando a sabatina?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Havia uma solicitação do Senador Raimundo Lira e também do próprio indicado, para que fosse sabatinado antes da próxima terça-feira porque haverá reunião do Copom. A sugestão é marcar para amanhã às 9 horas da manhã, para que ele possa estar aqui e fazer a sabatina. Faríamos a discussão do relatório hoje, mas, obviamente, tem que haver acordo da Comissão para que isso aconteça.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu queria levantar uma questão. Primeiro, dizer o seguinte: não é nada pessoal contra o indicado, o Sr. Ilan Goldfajn. Muito pelo contrário, tenho o maior respeito pessoal por ele, pelo seu currículo, que foi aqui mencionado pelo Relator, Senador Raimundo Lira. Mas há algumas discussões que temos que fazer aqui. A primeira, é interessante ver a contradição do discurso. Eu fico vendo a contradição do discurso de autonomia do Banco Central, de pessoas que defendem um mandato fixo do Presidente do Banco Central, dos diretores do Banco Central – mandato fixo, vale dizer, você tem um presidente eleito, e o Presidente do Banco Central, se tivesse autonomia com mandato fixo, ficaria no governo do outro presidente eleito. No caso, estamos com um governo interino. Temos um Presidente interino. A Presidenta Dilma não foi julgada por esta Casa. Nós vamos ter o julgamento dela. Olha a contradição! Defende-se, então, a autonomia do Banco Central, o mandato fixo, inclusive passando para o outro, e agora, na hora de discutir aqui, quer se mudar o Presidente do Banco Central num governo interino.

Então, faço uma pergunta: e se a Presidenta Dilma voltar? Porque é tanta crise neste governo do Presidente interino Michel em 15 dias, tantas crises! Olhem que instabilidade nós estaríamos passando: colocar um novo Presidente do Banco Central, a Presidenta Dilma volta e se muda o Presidente do Banco Central novamente.

Esse é o primeiro argumento, mas há um argumento maior, que é a questão do conflito de interesse. Na mensagem enviada pelo Presidente da República interino a esta Casa, com base no que diz o art. 383 do Regimento do Senado Federal, o Sr. Ilan Goldfajn, respondendo a alguns questionamentos expressos aqui, quando se pergunta se ele é sócio de alguma empresa, responde o seguinte: “Participação em qualquer tempo como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, com discriminação dos referidos períodos.” E aí ele cita: “Tenho participação acionária no Itaú Unibanco desde agosto de 2010. As ações decorrentes dessa participação societária serão alienadas até a data da posse, caso o Senado Federal aprove a minha indicação.” É isso que está na mensagem enviada pelo Presidente da República.

Eu não sei se o Sr. Ilan Goldfajn já vendeu sua participação no Itaú Unibanco. Isso tem que vir por uma mensagem do Presidente da República. O que eu sei é que isto aqui não é aceitável: nós aprovamos e depois ele vender. Aqui há uma discussão sobre conflito de interesses. Há uma legislação própria, a Lei nº 12.813, de 2013, que diz o seguinte:

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública; (...)

Aí, essa Lei nº 12.813 diz, no art. 4º, §1º, o seguinte:

Art. 4º

§1º No caso de dúvida [é o meu caso] sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética Pública, criada no âmbito do Poder Executivo federal, ou a Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei.

Preste bem atenção, Sr. Relator Senador Raimundo Lira, no seguinte: “No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá...” A expressão usada é “deverá”, não é “poderá”.

No presente caso, estamos falando do maior banco privado do País, do maior banco privado da América Latina. Mesmo a discussão sobre Meirelles, na época em que foi do Banco de Boston, foi presidente mundial do Banco de Boston... Ele era presidente mundial de um banco que tinha pouco acesso ao Brasil, mas ele estava aposentado e já tinha sido eleito Deputado Federal pelo País quando foi nomeado Presidente do Banco Central.

Então, em cima disso, eu apresento o seguinte requerimento: com fundamento no disposto no art. 52 da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, X, XIII e parágrafo único, 216, I, e 383, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja oficiada a Comissão de Ética Pública da Presidência da República a pronunciar-se sobre possível conflito de interesses, conforme definição constante no art. 3º, I, da Lei nº 12.813, de 2013, na indicação do Sr. Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Central do Brasil, instituição responsável por fiscalizar o sistema financeiro nacional, considerando que o indicado atuou como economista-chefe e sócio do maior banco privado nacional de abril de 2009 até o corrente mês, conforme a Mensagem do Senado Federal nº 51, de 2016 – essa mensagem do Presidente da República que eu li.

Justificação.

O Sr. Ilan Goldfajn atuou como economista-chefe do Itaú Unibanco de abril de 2009 até o corrente mês. Mais do que isso: conforme a Mensagem nº 51, de 2016, o Sr. Ilan Goldfajn é sócio do Itaú Unibanco desde abril de 2009. Ainda que venha a alienar a sua participação, como informa na Mensagem nº 51, de 2016, resta configurada a forte ligação do Sr. Ilan Goldfajn com a referida instituição financeira. Desse modo, um representante do maior banco privado nacional está sendo indicado para presidir o Banco Central, órgão responsável por fiscalizar todo o sistema financeiro nacional. Portanto, caso venha a ser confirmado pelo Senado Federal para exercer o cargo de Presidente do Banco Central, além de fiscalizar a instituição que representa, o Sr. Ilan Goldfajn terá acesso a informações sigilosas e sensíveis de todas as instituições financeiras que são concorrentes do banco que ele representa.

No nosso entendimento, essa situação pode configurar um típico conflito de interesses. Portanto, como reza o §1º do art. 4º da Lei nº 12.813, de 2013, é dever do agente público consultar a Comissão de Ética Pública sempre que houver dúvida sobre possível conflito de interesse. É o que fazemos através do presente requerimento.

Eu faço esse requerimento, mas, para terminar a minha intervenção, Senadora Gleisi Hoffmann, eu queria ler o art. 383, que está no nosso Regimento Interno do Senado Federal, que é sobre escolhas de autoridades. Ele diz o seguinte:

Art. 383.....

.....

II - o exame das indicações feitas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal seguirá as seguintes etapas:

a) o relator apresentará o relatório à comissão [é o que está sendo feito hoje], com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais;

b) será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal;

c) [este é muito importante] o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas;

d) o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado;

e) [eu chamo atenção para este ponto] a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (...)

Eu parabeno a Senadora Gleisi Hoffmann – volto a dizer – como Presidente da CAE, que tentou construir aqui um consenso, mas, neste caso, não há consenso. Nós achamos importante – até porque há uma questão

que está ligada à sociedade, à transparência – que seja utilizado o art. 383, no seu inciso II, na alínea “e”, que fala desse prazo de cinco dias.

Então, infelizmente, Presidente, nós não podemos fazer essa sabatina no dia de amanhã, porque não há acordo aqui, na Comissão.

Eu peço também, já que nós teríamos até à próxima semana, que V. Ex^a acolha o meu requerimento para que consultemos a Comissão de Ética. Seria fácil a Comissão de Ética responder isso até a próxima semana, quando teríamos a sabatina do indicado, o Sr. Ilan Goldfajn.

Volto a dizer que aqui não é nada pessoal contra o Sr. Ilan Goldfajn, muito pelo contrário, mas nós estamos aqui amparados pelo Regimento. E, por isso, fazemos essa intervenção.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Raimundo Lira. Na sequência, o Senador Hélio, o Senador José Aníbal e V. Ex^a.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Antes de tudo, eu quero também, repetindo o que já falou a Sr^a Presidente, dar as boas-vindas ao Senador José Aníbal à nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

E eu gostaria de informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, na condição de Relator, eu solicitei à Presidente Gleisi Hoffmann a quebra do interstício, que é de no mínimo cinco dias, como falou o Senador Lindbergh, o que está previsto no Regimento, havendo necessidade de consenso para que esse interstício seja quebrado.

Mas eu o fiz não por iniciativa pessoal, não por um pedido do Dr. Ilan Goldfajn; eu o fiz porque recebi a informação do assessor do Ministro Tombini de que ele gostaria que isso acontecesse, uma vez que não se sentiria confortável em presidir a reunião do Copom no próximo dia 7. Portanto, quero apenas deixar esclarecido que não foi uma iniciativa pessoal do Relator, foi um pedido para que houvesse um consenso, já que havia interesse do Governo de que o novo Presidente do Banco Central presidisse a reunião do Copom no próximo dia 7 e havia o interesse do atual Presidente de não participar dessa reunião. Foi por isso que solicitei da Presidente a quebra do interstício.

Concordo com V. Ex^a acerca das considerações, mas eu gostaria de dizer que, nesse caso, não cabe – depois da consulta aos consultores e à assessoria técnica do próprio Senado Federal – e não há a menor necessidade de que esse assunto seja levado à Comissão de Ética Pública. Concordo com as considerações de V. Ex^a quando fala sobre a quebra do interstício, dizendo que tem que haver unanimidade – e não houve –, mas discordo inteiramente da necessidade de levar à Comissão de Ética, mesmo porque temos condições, antes de chegar à Comissão de Ética, de ouvir a Consultoria do Senado Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar a nossa Senadora Gleisi Hoffmann pela elegância e pelo encaminhamento, sempre tentando acordo nesta Casa. Cumprimento o Senador Raimundo Lira pelo excelente relatório, também o Senador Lindbergh por algumas lembranças que ele aqui traz.

Até faço um apelo ao Lindbergh: estamos preocupados com o funcionamento do País e, como há um acordo entre ambos, o possível futuro Presidente e o que está hoje, quem sabe você se convence de que podemos ter uma unanimidade para permitir a sabatina amanhã?

Vamos ouvir um pouco mais, vamos dar mais um tempo, vamos ouvir as argumentações dos vários colegas, porque, se assim conseguíssemos, seria muito importante.

Com relação ao indicado...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... não tenha dúvidas, Excelências, que se trata de um indicado de altíssimo renome, uma pessoa que conhece o mercado sobremaneira, já passou pela diretoria do Banco Central, portanto, uma pessoa que tem tudo para colaborar muito na situação que estamos vivendo hoje em nosso País.

O atual Presidente do Banco Central ...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... é uma pessoa que tem a admiração de todos nós, uma pessoa que passou pela UnB, meu colega de faculdade, inclusive, uma pessoa que fez um excelente trabalho no Banco Central, mas se ele não está encontrando, neste momento, clima para presidir o Copom, de repente, o Senador Lindbergh, que tem razão na argumentação que coloca com relação ao interstício, se convença, até o final, de permitir essa sabatina amanhã. Caso contrário, na terça-feira, com certeza, haverá a sabatina. A Senadora Gleisi fez da forma correta, que é encaminhar a possibilidade do acordo, e estamos tentando construí-lo aqui.

Concluo, dizendo que o indicado, além dessa formação no MIT, tem uma formação extraordinária no mercado, uma experiência muito grande.

E lembro, Senador Lindbergh, que ainda não votamos a questão da autonomia do Banco Central. Hoje, o Presidente do Banco Central se comporta como um ministro de Estado normal; não teve ainda a sua independência votada, o que é até um desejo de alguns de nós nesta Casa.

Então, eu agradeço a Senadora Gleisi, agradeço o Senador Raimundo Lira e faço um apelo para que a gente possa agilizar esse expediente. Eu, inclusive, quis falar primeiro porque tenho uma audiência, agora, com o Ministro do Planejamento, de modo que terei de sair. Foi por isso que pedi a primeira inscrição, pelo que agradeço a Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Queria agradecer as boas-vindas da Senadora Gleisi e do Senador Raimundo Lira e queria me dirigir, especialmente, ao Senador Lindbergh.

Senador, eu era Presidente Nacional do PSDB e, em dezembro de 2002, quando estava num programa de rádio, o Deputado Federal Henrique Meirelles, de Washington, insistia em falar comigo. E fui atendê-lo, até porque ele insistia muito. Ele havia recebido, na noite anterior, um convite do Lula e do Palocci para ser o Presidente do Banco Central. E ele me perguntou: “O que você acha?” Eu disse: primeiro, você é que tem que achar. E ele, então, me disse: “Olha, eu acho que eu posso prestar um serviço”. Então, eu disse: você contará com todo o meu apoio. Veja aí como é que você quer fazer. Claro, é aconselhável que você se desfilie do PSDB, embora você tenha acabado de ser eleito. E, depois, veja como resolver as outras questões. E nós falamos em outros momentos. Agora, não era um momento como este que nós estamos vivendo no Brasil hoje.

Nós vivemos um momento no Brasil em que as decisões precisam ser tomadas rapidamente. O Governo é interino, Senador, mas a Constituição é permanente. E a Constituição determina que, na ausência do Presidente, assume o Vice, que tem de agir como se Presidente fosse.

O Senador Raimundo Lira acabou de acrescentar uma informação sobre o atual Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, dizendo que ele não gostaria de presidir a próxima reunião. Penso que o Presidente do Banco do Central tem que estar muito motivado, muito empenhado em fazer o melhor pelo País.

Quanto à indicação que se tem, a do Sr. Ilan, o que posso dizer é que se trata de pessoa que eu já trouxe aqui ao Congresso por duas vezes, quando fui líder; é um pensador sobre a economia brasileira e alguém que tem muita lateralidade, uma percepção forte sobre a dimensão da crise fiscal que o Brasil vive hoje e da importância de uma política forte para segurar a inflação, que aterroriza os brasileiros todos os dias no supermercado.

Esse é um desafio comum. Não é apenas de quem apoia, mas também daqueles que não apoiam o atual Governo. Por isso, eu queria fazer um apelo ao Senador para que nós trabalhássemos na linha sugerida pelo Senador Raimundo Lira, que já conversou com a Presidente da Comissão, a Senadora Gleisi Hoffmann, para que possamos adotar um procedimento que corresponda às urgências que o País vive hoje. De modo que, amanhã, a Comissão possa, uma vez lido o relatório do Senador Raimundo Lira, ouvir o Sr. Ilan Goldfajn.

Um adendo, para finalizar, Senador: ele não pode ser submetido à Comissão de Ética porque ele não tem nenhuma função pública. Ele poderá sê-lo depois que assumir a função pública.

E, quanto à desativação da sua posição acionária, temos no Ministério de Minas e Energia um caso semelhante, o Paulo Pedrosa, que está desativando as posições dele para poder ocupar a posição para a qual foi indicado. O Ilan certamente vai fazer isso no prazo urgente e necessário desde que aproveamos sua indicação para que ele assuma a Presidência do Banco Central na semana que vem.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente; Sr. Relator, Senador Raimundo Lira, quero, de igual forma, renovar o apelo já feito pelo Senador José Aníbal ao nosso companheiro Senador Lindbergh, mesmo acreditando que ele não vai abrir mão do interstício de cinco dias, no que está amparado no Regimento Interno, e teremos que acatar caso ele não atenda aos apelos que estão sendo feitos para que o novo Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, possa ser sabatinado no dia de amanhã.

O meu companheiro Senador Lindbergh fez duas colocações que merecem ser comentadas. A primeira é sobre as contradições de alguns Parlamentares em relação à autonomia do Banco Central. É um debate de que, de quando em vez, esta Comissão participa e opina, mas é importante lembrar que o Banco Central, no atual momento, como prevê a legislação brasileira, é um órgão subordinado ao Governo Federal, à Presidência da República e tem hoje o *status* de ministério. Portanto, é uma coisa que precisa ser refletida, e a iniciativa por parte do Presidente Michel Temer está amparada do ponto de vista constitucional e do ponto de vista legal, sem prejuízo de que possamos futuramente deliberar de forma autônoma sobre essa desejável autonomia ou não.

Em segundo lugar, sobre o eventual conflito de interesse apontado, eu só quero chamar a atenção dos meus companheiros e companheiras desta Comissão para que possamos encaminhar contra a votação do re-

querimento do Senador Lindbergh. S. Ex^a deseja que seja aprovado por esta CAE um requerimento para a Comissão de Ética Pública da Presidência da República, e isso não se faz absolutamente necessário, até porque, Sr^a Presidente, acho que deveria ser requerido aos *Anais* desta Comissão quantos Presidentes do Banco Central já foram aprovados por esta CAE e que tinham participação acionária em instituições financeiras, que foi desfeita para atender a este mandamento, que é evitar o conflito de interesses quando do exercício do cargo de diretor ou de diretor-presidente do Banco Central.

Portanto, estamos aqui vendo a enorme disposição do Senador Lindbergh de fazer a melhor política de oposição. Vai ganhar o Brasil, assistindo aqui aos depoimentos, trazendo aqui as reflexões que faz sobre esse eventual conflito de interesse. Acho que esta Comissão está sobejamente pronta e esclarecida para votar, sem nenhum embaraço, a indicação desse competente economista, que tem um brilhante currículo. Aliás, o Senador Lindbergh fez questão de dizer que não se tratava de questão de ordem pessoal, reconhecendo, portanto, os méritos na escolha de um grande profissional, que tem todas as condições de ajudar o Brasil neste momento tão difícil.

Hoje o IBGE publicou, meu caro Senador Lindbergh: já são mais de 11,4 milhões de brasileiros desempregados, fruto de uma política econômica equivocada. São milhares de empresas fechadas. É uma crise fiscal sem precedentes na história do Brasil, com Estados parcelando pagamento de folhas salariais. Portanto, nós precisamos, sim, ter condições de nos unirmos, dar o apoio ao Governo que se instala, para que o Brasil possa sair dessa grave crise econômica e dessa grave crise fiscal.

E de uma coisa estou certo: a repercussão da escolha da equipe econômica, eu diria que é quase uma unanimidade pela sociedade brasileira. São quadros referenciados que estão habilitados pela sua trajetória e pela sua formação a dar o caminho de que o Brasil precisa, a ajudar a escolher o caminho de que o Brasil precisa para se reencontrar com sua trajetória de crescimento e de desenvolvimento.

Portanto, eu quero aqui finalizar as minhas considerações, pedindo o apoio daqueles que fazem parte desta Comissão para encaminhar contra o requerimento do Senador Lindbergh, porque é inapropriado, inoportuno. Peço à Presidente da Comissão que veja os casos precedentes de diversos diretores do Banco Central que tiveram que se desfazer de posições acionárias para poder assumir funções de direção no Banco Central do Brasil e peço a compreensão do meu amigo, do meu companheiro Lindbergh Farias para que ele possa refletir sobre a ponderação que foi feita pelo Senador Raimundo Lira: quando se pede para realizar a sabatina no dia de amanhã, é para também atender um desejo do atual Presidente do Banco Central, nosso companheiro Tombini, que não gostaria de presidir mais uma reunião do Copom, para evitar interpretações duvidosas, estranhas àqueles que estão saindo e àqueles que estão chegando, num momento tão sensível da política monetária que nós estamos vivendo.

Portanto, fica o apelo, afora o nosso embate político, que teremos oportunidades aqui de travar em muitas outras ocasiões. Apelo à sensibilidade do Senador Lindbergh para abrir mão desse prazo de cinco dias e podermos realizar a sabatina aqui no dia de amanhã.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exemplo do que colocou aqui o Senador Fernando Bezerra, eu gostaria também de reafirmar, quanto à questão...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quanto à questão da alienação das ações do Dr. Ilan, eu gostaria de lembrá-la que nós fizemos aqui a votação também da sabatina do Dr. Henrique Meirelles, onde ele se propôs a alienar as ações após a aprovação desta Casa. Então, não é nenhuma novidade esta Comissão votar, fazer a sabatina sem que haja a alienação. Já houve um precedente na votação do Dr. Henrique Meirelles.

Segunda coisa, repetindo o que colocou aqui o Senador Fernando Bezerra: é inconcebível que esta Comissão não veja o que está acontecendo no País. É inconcebível que esta Comissão não tenha a sensibilidade de sentir que nós estamos com 12 milhões de trabalhadores desempregados. Não é possível que nós não posamos ter a compreensão nesta Casa de que precisamos agilizar nossas rotações, principalmente no que diz respeito às medidas econômicas, para que posamos dar um rumo ao nosso País e dar uma resposta à sociedade, que tanto espera que nós tenhamos aqui a responsabilidade de reverter esse quadro que aflige a todos.

Portanto, eu pediria a V. Ex^a que colocasse em votação, a exemplo do que temos feito aqui na votação de empréstimos: é lido numa reunião e votado na outra.

Eu acho que uma pessoa que tem um currículo dessa natureza, que tem um currículo que não pode ser contestado por nenhum dos membros desta Comissão e pela sociedade brasileira... Eu não vejo por que não

colocar em votação esse interstício de cinco dias, que poderia ser resumido na próxima votação, que, como V. Exª já colocou, seria amanhã. Eu acho que esta Casa deveria sinalizar com a responsabilidade, principalmente nesta Comissão, e apresentar essa votação amanhã, para que possamos dar certa tranquilidade à sociedade brasileira.

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente Gleisi Hoffmann, Vice-Presidente Raimundo Lira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu realmente queria dizer que lamento profundamente, Senador – eu vou falar porque sei que não vai dar art. 14...

(Soa a campanha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... mas quero falar com toda sinceridade com V. Exª. Eu sempre vi em V. Exª um apaixonado defensor de suas ideias, do seu Partido, às vezes até agressivo ou passando do limite da agressividade em relação a alguns colegas, mas um apaixonado. Agora, passa-se do limite, Senador, quando se confunde essa paixão pelo Partido e pelas próprias ideias com os interesses do País.

Nós estamos vivendo ainda, e vamos continuar vivendo, uma crise profundíssima. Uma reunião do Copom é uma reunião que traça o futuro e traça expectativas da economia do País. É uma coisa muito séria, muito grave. Não existe o menor sentido...

E queria lembrar a V. Exª que nós aqui, durante 12 ou 13 anos – e nem me considero tão governo assim –, aprovamos presidentes do Banco Central sem tentar atrapalhar gratuitamente, mas simplesmente para causar problema ao governo e, neste caso, ao País. Quero lembrar, por exemplo – não tenho certeza disso, faço esta ressalva – que, quando o atual Ministro Henrique Meirelles teve seu nome aprovado para ser Presidente do Banco Central, ele era acionista do Banco de Boston. E ele foi aprovado pelo PT e indicado pelo Presidente Lula, chefe e líder que V. Exª, com razão, admira tanto. Não há sentido nisso.

V. Exª mesmo é um profissional de altíssima reputação, não só nos meios financeiros, mas nos meios acadêmicos e intelectuais, do que não me paira a menor dúvida. E o fato de querer colocá-lo *in advance* em um conselho de ética revela uma agressividade que foge a qualquer espírito de discussão, de um debate político de melhor qualidade, para que possamos discutir nossas diferentes ideias, mas em um nível que não prejudique o País.

Portanto, essa votação de conselho de ética, Presidente, além de não ter o menor fundamento regimental, peço que V. Exª até desconsidere, porque ele sequer é funcionário público para ir a qualquer conselho de ética.

Segundo, faço um apelo a V. Exª, Senador Lindbergh, para que reveja essa posição, pense no País. Depois que ele assumir, critique-o com toda a sua paixão e veemência habitual. Se ele errar, vamos estar de acordo; se ele concordar, vamos debater, como deve acontecer nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, como fui citado, eu queria só esclarecer ao Senador Tasso Jereissati...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É que nós temos vários Senadores inscritos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas eu fui citado de forma muito clara. Eu queria só responder, se V. Exª permitir.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu tenho o maior respeito pelo Senador Tasso Jereissati.

Aqui, me desculpem, eu não estou tendo um ato agressivo. Eu tenho o maior respeito – inclusive, falei por telefone, há pouco, com o Sr. Ilan Goldfajn – pelo seu currículo, pela sua trajetória. A questão aqui não é essa.

O primeiro ponto que nós argumentamos, Senador Tasso, é a incoerência dos discursos, porque aqui nós ficamos no debate sempre sobre a autonomia do Banco Central, sobre mandato fixo. E o mandato fixo que defendem aqui é o mandato fixo com presidentes eleitos, ou seja, o presidente do Banco Central se mantém. Se for eleito um outro Presidente da República...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não está em vigor. Exatamente.

Mas eu não entendo a pressa nesse caso. Eu sei que nós vamos ter reunião do Copom na próxima semana. Esse é um prazo regimental que está garantido pelo Regimento do Senado Federal. E há a Lei nº 12.813, Senador Tasso Jereissati, que fala sobre conflitos de interesses.

De fato, o Sr. Ilan Goldfajn era sócio do maior banco privado do País. Na mensagem enviada ao Senado Federal, ele diz que até a hora da posse, vai vender suas ações. Ele pode ter vendido antes; ele pode nos prestar uma outra informação. De fato, a Lei nº 12.813 fala o seguinte sobre a escolha de autoridades – para escolha, não é depois de a pessoa assumir, para a escolha de autoridades –, e respondo também ao Senador José Aníbal, diz o seguinte, no seu art. 3º, §1º: “No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética”, da Presidência da República.

Eu não quero aqui atrasar o processo. Já me antecipo à Senadora Kátia Abreu, que chegou aqui e disse: “Tudo bem, mas a consulta tem que vir até terça-feira.” Eu concordo com isso. Nós não queremos atrasar mais que na próxima terça-feira esta audiência pública. Não é nosso interesse.

Mas eu queria, por fim, Senador Tasso, mostrar o seguinte: o Regimento do Senado Federal, no seu art. 383, fala sobre escolha de autoridades. O que fala sobre a escolha de autoridades? O exame das indicações feitas, na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, ele começa aqui a dizer o que é. Há a leitura do relatório e, na alínea “e”: “A Comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado.

Ora, senhores, não vejo aqui problema algum em deixarmos esta sabatina para terça-feira. Devo dizer aqui que não vou abrir mão, por mais que haja apelos para que seja amanhã, não vou abrir mão porque isso está no Regimento, é o nosso direito regimental, não acho que atrapalhe as funções do Banco Central, acho que, inclusive, tem uma leitura talvez muito política deste processo. Qual o problema? Sei que há uma leitura de que, na próxima reunião do Copom, deve haver baixa da taxa de juros. Qual o problema de ser conduzida pelo Presidente Tombini? Por que tem que ser o futuro Presidente Ilan Goldfajn?

Então, eu só queria expressar à Presidente Gleisi Hoffmann que não abro mão desse meu ponto, que é regimental, que está ligado à transparência. Há um artigo aqui dizendo que a sociedade tem que participar com perguntas, com questionamentos.

Então, eu só queria dizer ao Senador Tasso Jereissati que não é uma postura agressiva, muito pelo contrário; não é uma postura de desrespeito ao indicado, Sr. Ilan Goldfajn, muito pelo contrário; mas acho importante, neste caso em que há esta discussão sobre conflito de interesse, que tenhamos até a próxima terça-feira para fazer a sabatina do indicado, o Sr. Ilan Goldfajn.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Peço a palavra a V. Exª, Presidente, na condição de Relator.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não.

Temos a inscrição da...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Relação de inscrição, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... Senadora Vanessa, Senador Ronaldo Caiado, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Raimundo Lira.

V. Exª quer dar uma informação? Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – A minha informação é para compor exatamente o assunto que está sendo discutido. Recebi uma informação, agora há pouco, do assessor da Presidência do Banco Central de que o Dr. Ilan Goldfajn estava vendendo as ações hoje e concluiria até o final do dia. E, aí, eu disse: você peça ao Dr. Ilan que me telefone porque quero receber essa confirmação dele, para que eu possa, com toda segurança, passar essa informação aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos. E ele ligou, saí agora há pouco, atendi essa ligação, e ele me deu as informações de que as ações já foram quase todas vendidas e que, até o final do dia, essa venda será concluída.

Era essa a informação adicional que eu queria dar aos Srs. Membros da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Raimundo Lira. Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Srª Presidente.

Primeiro, quero destacar aqui o debate extremamente elevado. O debate...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque há um assessor aqui do Senador Caiado, fico preocupada de incomodá-lo, atrapalhar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Caiado, a palavra está com a Senadora Vanessa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Desculpa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, primeiro, quero destacar aqui o elevado nível do debate. Agora, para que o mantenhamos, é importante que questões não sejam ditas, porque, efetivamente, não correspondem à verdade. Não estamos aqui com interesse em atraparalhar o Brasil de forma nenhuma, em prejudicar o andamento da economia de forma nenhuma. Se houvesse este risco, tenham certeza V. Ex^{as}, não posso falar pelo Partido dos Trabalhadores, mas posso falar pelo meu Partido, o PCdoB, se isso estivesse em jogo, abríamos mão do Regimento para adiantar absolutamente tudo, mas não há risco.

A reunião do Compom não será desmarcada. Na reunião do Compom, todos os diretores têm suas opiniões e creio que entre eles deverá haver um diálogo também, entre aqueles que deverão sair e os que deverão entrar. Então, não há nada que possa prejudicar o bom andamento das decisões que o Brasil precisa adotar.

Aliás, nós passamos o ano de 2015 inteiro tentando votar algumas matérias e não conseguimos, aí, sim, por conta de uma ação, essa sim, procrastinatória. E hoje o Brasil inteiro está sabendo o porquê dela: porque o objetivo maior era alimentar uma crise econômica para inviabilizar...

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está incomodando a conversa. Os Senadores estão quietos e a assessoria está conversando ao lado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O ano passado todo, o que nós vimos aqui foi um... Não estou aqui me dirigindo a nenhum Parlamentar. Acho até que o Senado tentou muito, mas o que nós vimos na Câmara dos Deputados foi uma pauta que não só não ajudava o Brasil, mas efetivamente prejudicava. Então, nós não podemos ficar ouvindo agora que nós estamos agindo para prejudicar o País. Isso não é verdade.

Segundo, acho que está superado, Srª Presidente, o fato se teremos ou não, amanhã, a sabatina. Está superado, porque não pode ser amanhã. Poderia ser apenas se houvesse consenso, se houvesse unanimidade. Se o Senador Lindbergh abrisse mão...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não abro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... eu não abriria mão, Senador Lindbergh. Eu não abriria mão porque é isso que disse o requerimento. O requerimento envolve um número muito maior de pessoas neste debate do que nós Senadores e Senadoras. O Regimento Interno do Senado é que o disse, e isso vai entrar no portal do Senado Federal para que a sociedade possa se manifestar. Então, seria um crime que nós estaríamos cometendo não contra nós, mas contra a possibilidade da participação popular da nossa sociedade. Acho que isso está superado.

Por isto eu pedi a palavra, para falar do segundo item, Senadora Gleisi, o requerimento apresentado pelo Senador Lindbergh. Eu acho muito engraçado: semana passada, já, conversando com algumas pessoas, fui questionada: "Mas esperem aí, ele não é de um banco? Não é diretor financeiro de um banco? Não é economista-chefe, não é acionista, proprietário?" É. "Mas ele não teria que cumprir a sabatina?" Respondi: olhe, eu acho até que tem. Mas eu fui pesquisar a legislação. A legislação prevê a quarentena. Ele não teria que cumprir a quarentena?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois é. Aí fui ver a legislação. A legislação só apresenta o caminho da ida. Ela não apresenta o caminho da volta. Vejam os senhores que alguém que esteja cumprindo função no serviço público quando sai do serviço público é obrigado a cumprir uma quarentena. Por que aquele que está no mercado e vai entrar no serviço público...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou falando isso. Por isso eu estou dizendo que é só de ida. Na minha opinião, teria de ser de ida e volta, porque, vejam os senhores, a legislação, na minha opinião, deveria prever isso. Por quê? Porque quem sai da iniciativa privada e imediatamente chega ao serviço público traz consigo informações, traz consigo demandas muito quentes, muito imediatas do setor que até então representava. Mas também não é esse o debate aqui. Teríamos de mudar a

lei. E eu vou apresentar um projeto para mudar a lei para que a quarentena seja de volta, mas seja de vinda também, porque eu acho que é a questão mais justa.

E, por fim, quanto ao requerimento apresentado pelo Senador Lindbergh, eu acho que esse também, assim como a questão de a sabatina ter, no mínimo, cinco dias para ser realizada, nada mais faz do que cumprir uma lei.

Aliás, Senadora Gleisi, eu acho que nem precisaria de requerimento. V. Ex^a, como Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, tem esse poder, demandado por quem? Demandado pela legislação brasileira, pela lei.

O Senador Lindbergh já falou, mas eu repito: a Lei nº 12.830, que trata dos conflitos de interesse.

Senadora, está muito difícil.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu vou pedir para a assessoria sair dos corredores.

Por favor, eu gostaria que vocês ficassem lá atrás. Está impossível ouvir o que os Senadores estão falando aqui. Assim, eu queria pedir que saiam, tanto desse lado como do outro lado, por favor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E atrás de mim aqui também, por favor.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E aos assessores que estão sentados aí atrás, sentados, por gentileza, peço que parem de conversar. Fica muito difícil ouvir.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É porque eu estou fazendo uma proposta muito concreta.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com certeza, e o tema é muito importante.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, veja, Senadora: independentemente do requerimento do Senador Lindbergh, eu acho que V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, teria – ou tem – o dever legal de fazer esse encaminhamento e de esclarecer aqui à Comissão de Assuntos Econômicos, ao Plenário e, posteriormente, ao País como um todo, essa questão do conflito de interesses. No caso de dúvida, a lei é taxativa: como prevenir ou impedir situações que configurem conflitos de interesse? O agente público deverá consultar a Comissão de Ética. Então, a lei não diz “poderá consultar”; ela diz “deverá”.

Então, eu quero aqui, Senadora, dizer que V. Ex^a, como Presidente da Comissão, baseada que está na lei, na segurança que a lei confere, poderia encaminhar diretamente essa solicitação à Comissão de Ética do Governo Federal.

Mas, aí, dizem: “Ele ainda não é servidor público.” Mas nós estaremos aprovando, ou não, se ele será, ou não, integrante do Estado brasileiro.

É isso. Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, primeiramente, para discutir alguns pontos sobre os quais, exatamente no início do governo Lula, nós tivemos a humildade de ceder o Ministro Henrique Meirelles para ocupar o Banco Central. Não houve nenhuma objeção da nossa parte, pelo contrário. Nós, vendo que ele seria capaz de dar rumo à economia, de dar credibilidade, pois era Presidente mundial do Banco de Boston, embora pudesse, enfim, ter sido então contestado com base em todas essas regras ditas pela Senadora que me antecedeu aqui pela oposição de então, naquele momento, pelo contrário, nós tivemos um gesto maior, pensando no Brasil.

Quando veio a crise, logo a seguir, também repetimos o feito: em todas as medidas provisórias nós votamos favoravelmente para que o Governo saísse daquele momento de dificuldade e nós superássemos aquele momento, guiados também, à época e até hoje com *status* de Ministro de Estado, pelo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Não houve nenhuma objeção da nossa parte. Nós não fizemos nenhuma dessas exigências, até porque são exigências infundadas, já que, no momento da aprovação do nome, aí sim, ele terá que se apresentar e, nesse momento, se desvincular de todas as ligações ou vínculos que tenha com o sistema financeiro.

Então, não podemos aqui ter dois pesos e duas medidas. Mas como sou regimentalista e acredito que V. Ex^a também está aqui disposta a seguir o Regimento, nós temos exatamente a solução. Já que não existe a boa vontade por parte de alguns Senadores da Base da ex-Presidente da República, existe a condição regimental, já que a Mesa acaba de me informar que a publicação foi feita na sexta-feira. Como tal, nós podemos convocá-lo para quinta-feira e nós teremos exatamente as cinco sessões, os cinco dias necessários. Se não podem ceder para quarta-feira, quinta-feira já está mais do que explicado, ou seja, a publicação foi feita na sexta, como tal, os cinco dias.

Esta matéria não tem pedido de vista. Não existe pedido de vista para arguir currículo. Você tem pedido de vista para arguir projeto, e não para arguir currículo. Você vai dizer “eu concordo” ou “não concordo” e coloca as posições. Tudo bem.

Agora, o que poderia ter, neste momento, era um gesto, já que o Presidente Michel Temer assume o Governo numa condição de emergência. Ora, ele não podia trabalhar antes porque senão estaria sendo responsabilizado por montar um governo antes de assumir a posição de Presidente da República. De repente, ele assume o Governo, e um Governo em queda livre, uma situação totalmente em frangalhos, e no momento em que nós estamos pedindo que seja analisado um currículo, esse processo cria toda essa celeuma?

Então, Presidente, se não existe o que existiu à nossa época, em que nós nos pronunciamos favoravelmente, foi dado o *status* de Ministério ao Banco Central, as medidas provisórias foram produzidas e nós demos apoio naquele momento, em que havia o espírito, sem dúvida alguma, de tirar o Brasil da crise, e não de ver o aprofundamento dela, que é o que nós estamos buscando neste momento, se nós não conseguirmos sensibilizar, regimentalmente também, podemos decidir, então, pela quinta-feira. Publicação na sexta, cinco dias, e quinta-feira pela manhã nós podemos fazer audiência, ouvi-lo e, como tal, superar essa fase, até porque é uma demanda da população brasileira.

Se há algo incontestável é exatamente a escolha que o Presidente Michel Temer fez para a equipe econômica do País. Transformou-se numa unanimidade hoje, não só pelo Ministro Henrique Meirelles como também pela composição de todos aqueles que estão ocupando os bancos oficiais, Banco Central, enfim, uma equipe qualificada, suprapartidária, de pessoas respeitadas e reconhecidas não só no País, mas também internacionalmente. Isso resgata o sentimento de esperança da população brasileira.

Nós não temos por que adiar esse processo. Regimentalmente, nós temos todas as condições. E já que não existe esse consenso – às vezes colegas não queiram ir para a votação de um requerimento –, podemos construir o acordo quinta-feira. V. Exª convoca o Presidente do Banco Central, cumprindo aí os cinco dias da data da publicação, estando aí atendidas todas as regras e todas as exigências.

Muito obrigado pelo tempo que me foi concedido, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Srª Presidente, eu acho que as manifestações que foram feitas pelos companheiros que me antecederam já deixam o tema muito claro, inclusive a última manifestação do Senador Lindbergh. Agora, a tese levantada pelo Senador Caiado tem lógica, considerando que só se tomou conhecimento da indicação a partir da publicação; então, a partir da publicação é que se começa a gerar os efeitos, a eficácia.

Nós estamos vivendo um momento de excepcionalidade neste País. Considerando essa dificuldade, lógico que cabe a todos nós pugnarmos para que possamos abreviar as dificuldades por que passa o País. É interessante que haja oposição? Sim. Mas não é interessante que criemos um problema, acredito, de pequena monta, com essa história de, a partir de agora, contarmos cinco sessões para poder, então, fazer a sabatina do indicado ao Banco Central.

Em segundo lugar, disseram outros companheiros aqui, e assim me parece, que a Comissão de Ética não tem sentido, porque o cidadão não tem nenhum vínculo com o Poder Público. A Comissão de Ética Pública, instalada na Presidência da República, é para aqueles que exercem cargo público. A partir do momento em que ele seja investido no cargo de Presidente do Banco Central, sim, aí poderá, se necessário, ouvir-se a Comissão de Ética.

Considerando essas razões, Presidente, todos fazemos o apelo ao eminente Senador Lindbergh para que abdique dessa posição, até porque a lei não entrou em vigor hoje, já existe há muitos anos, e aqui sempre houve consenso. No momento de apreciarmos sabatina de autoridades, inclusive considerando às vezes até a necessidade de urgência para que se ocupasse o espaço, nós abríamos mão de todos os prazos regimentais. O Regimento diz que é à unanimidade, tudo bem. Então, precisamos acabar com essa história de unanimidade, porque unanimidade só existe no Confaz, e, por conta disso, muitos e muitos processos no Brasil, no que diz respeito à economia dos Estados, foram barrados pelos Estados poderosos.

Vou dar um exemplo, Senador Tasso: meu pequeno Estado de Alagoas, em determinado momento, fazendo proposição junto ao Confaz, desde que criasse qualquer tipo de suposição de embaraço para São Paulo, São Paulo dizia “não”, e acabava. Então, quanto a esse assunto, unanimidade, talvez essa lei tenha sido copiada da revolução. Toda unanimidade é burra. A unanimidade é burra. A maioria, na democracia, é quem ganha, é quem decide. Então, nós precisamos é revogar esse dispositivo que trata de unanimidade, não para um caso desse, mas para outros que virão à frente.

Portanto, dirijo-me ao eminente Senador Lindbergh para renovar o apelo a V. Exª. V. Exª não pode ter a palavra única, “não” e “não”. V. Exª, tenho certeza absoluta, que tem sido um cara da melhor qualidade, sensível, um grande Parlamentar, agora, especialmente, tem dado demonstrações inequívocas da sua garra no que

diz respeito à oposição, mas V. Exª tem consciência de que a oposição se faz ao governo, e não podemos fazer oposição ao País.

Então, nobre Senador, para que V. Exª possa acumular crédito dos seus colegas, abra mão dessa exigência da unanimidade, porque nós já abrimos aqui n vezes para chegarmos a atender as exigências e as necessidades do País.

Eram essas, nobre Presidenta, exatamente as considerações que eu desejava fazer, ao tempo em que peço, na hipótese de o eminente Senador Lindbergh não abrir mão do seu pedido, que nós não levemos em consideração o requerimento para ouvir a Comissão de Ética, que seja objeto de decisão da Comissão e, quanto ao tempo, ao prazo, que possamos contar a partir da publicação da indicação do futuro Presidente do Banco Central.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Srª Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só para fazer um reparo, Presidente. Eu disse na sexta-feira. Na verdade, no dia 23/5, o Plenário do Senado Federal encaminhou a publicação imediatamente à Comissão de Assuntos Econômicos, foi recebida na Comissão de Assuntos Econômicos...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Caiado, eu vou esclarecer essa situação no final. Eu já tenho aqui o esclarecimento sobre a questão regimental. Então, eu gostaria de pedir a V. Exª que permitisse à Senadora Kátia falar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Vou encerrar. É só porque eu disse um dado.

A Comissão de Assuntos Econômicos recebeu às 17h46. Como tal, nós já poderíamos ter votado desde sexta-feira passada. Ou seja, nós estamos mais do que no prazo dos cinco dias preestabelecidos pelo Regimento da Casa. Como tal, Presidente, eu acho que a matéria, fiz a conta e deu quinta-feira...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu vou esclarecer ao final.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... mas desde amanhã, como hoje também, estaria em condições de ser votada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Srª Presidente, eu gostaria, então, de ouvir a argumentação regimental da Presidência antes de emitir a minha opinião.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O Regimento Interno, no art. 383, inciso II, fala do exame das indicações feitas na forma da Constituição e começa assim: “O relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais.” A alínea “b” fala da vista, que nós temos que conceder automaticamente vista coletiva aos membros da Comissão e divulgar o relatório por meio do portal do Senado Federal. E a alínea “e”: “A comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias” – não inferior a cinco dias – “úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado.” E a alínea “e” do inciso II do art. 383 fala sobre a verificação na Comissão.

Então, nós não podemos contar prazo de publicação no plenário ou de conhecimento no plenário. Está referindo-se à Comissão. Na Comissão, depois de conhecido o relatório, ele vai ser publicado, tem vista coletiva, e, a partir daí, conta-se o prazo. Então, não é um prazo que se conta da publicação da matéria ou do conhecimento da matéria em plenário.

E aproveito para esclarecer também à Senadora Lúcia Vânia que nós não temos como votar essa matéria aqui para quebrar o interstício, porque aqui é Regimento Interno do Senado Federal. Na questão das operações de crédito, nós podemos quebrar o interstício porque é uma decisão da CAE. Nós fizemos uma resolução aqui falando sobre prazos de vista de operações de crédito, de projeto de operação de crédito. Então, só pode mudar um dispositivo regimental o Plenário do Senado.

Senadora Kátia Abreu.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para contraditar, Srª Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não; eu não vou abrir para contraditar...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente, eu estou inscrito...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A Senadora Kátia Abreu está inscrita.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... e todos nós temos os mesmos direitos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu dei uma informação; depois, ao final, se V. Exª quiser, V. Exª se inscreve novamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E da decisão da Presidência não pode haver contradição; pode haver recurso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu quero contraditar regimentalmente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadora Kátia Abreu.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O pedido de vista é que pode ser por cinco dias...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não; não é o pedido de vista. O Regimento é claro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, a Presidência não pode ser contraditada. Pode-se recorrer da sua decisão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

Senadora Kátia Abreu,

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Bom, Srª Presidente, se o Regimento está claro com relação a essa matéria e apenas um acordo geral poderia encurtar esse espaço e, ainda, se o Senador Lindbergh não abre mão do seu direito – e é um direito que lhe assiste –, eu, particularmente, não teria nenhum problema em fazer um grande acordo para que nós possamos fazer a sabatina. Não porque o País esteja em risco, não porque o mundo vá acabar, mas, simplesmente, porque é um bom nome.

E, por outro lado, tenho certeza absoluta de que o banco onde ele tem ações e do qual é economista-chefe deve providenciar a compra dessas ações rapidamente, a um ótimo preço, para que ele se torne Presidente do Banco Central. Então, não tenho dúvida de que, antes mesmo de chegar à Comissão de Ética Pública, ele já estará livre das suas ações.

Entretanto, como existe o Regimento e o direito dos Senadores, em particular do Senador Lindbergh, não há o que discutir.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Raimundo Lira...

V. Exª deseja falar ao final?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ao final.

Então, concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, realmente, eu sempre fui um daqueles que contribuiu nas questões de prazo para o bom andamento da Comissão. Agora, eu vejo toda uma questão regimental, toda uma questão de ficar... Eu estou aqui com os prazos todos, que já estão correndo. Então, não há absolutamente nada que nos impeça de votar, por exemplo, amanhã. Não há!

Então, eu me pergunto o seguinte: isso é apenas e tão somente... E aí, uma Senadora que me antecedeu: “Nós não estamos querendo atrapalhar.” Eu fico imaginando se quisessem. Porque se falou até em quarentena!

Então, eu acho que essas coisas não contribuem entre nós. E por quê? Daqui para a frente, na hora em que pedirem para fazer uma quebra de interstício, sempre haverá aquela questão: “Nós não vamos quebrar interstício nenhum.” Então, isso vai, de alguma forma, engessar, e numa coisa que absolutamente não traz nenhum prejuízo.

O Relator, Senador Raimundo Lira, já trouxe uma informação que, certamente, vai dar ainda depois disso daí.

Eu faço, pois, um apelo ou, então, como é um requerimento, vamos a voto! Vamos votar o requerimento! É isso que nós temos que fazer. Se temos um requerimento para ser votado, vamos votar o requerimento, que será aprovado ou rejeitado. Eu acho que é o que tem que ser feito na Comissão. Agora, não vai contribuir em absolutamente nada para com o País.

Estou aqui argumentando aquilo que tenho comigo, trazido pela própria Mesa. Então, acho que vão ficando difíceis essas posições, uma atrás da outra, uma atrás da outra. Isso vai nos levar a um momento que não será bom, não para nós, mas para o País. Espero que o País esteja percebendo o que está acontecendo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador José Pimentel.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Senadora, quero me inscrever para contraditar a posição colocada por V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não cabe contradição à Presidência. V. Exª pode apresentar uma questão de ordem...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não, é sobre a interpretação de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... e pode recorrer da minha decisão. V. Exª pode apresentar uma questão de ordem e...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, requeiro o tempo de Líder.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Na sequência, V. Exª o terá.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, Sr. Relator, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, quero começar registrando que esta não é a primeira e nem será a última autoridade que a CAE e o Senado Federal vai arguir. Já arguímos um conjunto de autoridades, envolvendo o Supremo Tribunal Federal, envolvendo o Superior Tribunal de Justiça, os vários setores que exigem, pela Constituição ou por lei própria, a necessidade de sua argumentação. E, em todas, sem exceção, foi respeitado o prazo de cinco dias após a leitura do parecer. Exatamente por isso, designamos para um dia a apresentação do parecer – e quero registrar que o Senador Raimundo Lira apresenta um parecer completo, como sempre é do feitio dos nossos pares, especialmente do Senador Raimundo Lira.

Portanto, esse prazo sempre foi respeitado. Lembro muito bem que foi feita uma tentativa, no caso do Ministro Fachin, de reduzir esse prazo, e aqueles que hoje estão pedindo essa redução foram os mais intransigentes naquela reunião, uma reunião de mais de 12 horas de sabatina...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Na CCJ. É porque o Regimento Interno é o mesmo, é o Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, ali presidi aquela reunião com muita tolerância e paciência, o que é dever de todos nós. Mas o que foi feito naquela reunião, naquela sessão, foi uma verdadeira chicana para impedir a conclusão daqueles trabalhos. E tivemos a paciência, ouvimos a todos, permitimos que houvesse o uso não só do tempo regimental, mas um pouco mais, para que, ao término, por volta de 22h, 23h, pudéssemos concluir a sabatina e votar, depois de respeitar a vista coletiva automática que o Regimento prevê.

Aqui, o nosso Relator traz a informação muito importante de que o Sr. Ilan está vendendo suas ações. Essa é uma informação que atende, em grande parte, às preocupações que foram levantadas. Portanto, peço ao nosso autor, Senador Lindbergh Farias, que sobreste a votação desse requerimento, e, tão logo chegue a informação de que efetivamente foi concluída a venda, imediatamente, nós o declararíamos prejudicado, ou V. Exª retiraria o requerimento. Esta Casa é uma Casa de palavra, e o nosso Relator só traz essa informação porque tem segurança do que está acontecendo. Como não concluiu ainda e como vamos ter vista automática, que é regimental, não precisaríamos encaminhar esse requerimento porque efetivamente a legislação não trata de quarentena de entrada, a legislação trata de quarentena de saída. E nós estamos alterando a legislação.

Aprovamos que, por menores que sejam os fundos de pensão, os seus diretores terão quarentena de entrada. Será de dois anos a quarentena de entrada para você ser diretor de um mero fundo de pensão que for constituído por qualquer prefeitura em qualquer ponto do Brasil.

Ora, nós entendemos que, para ser diretor de um fundo de pensão, é preciso haver quarentena de entrada – e ali a fixamos em dois anos, não em seis meses; e aqui a lei trata de saída – e votamos, por unanimidade, no Senado Federal. Esse projeto de lei complementar foi para a Câmara e teve como autor o PSDB, o Senador Paulo Bauer, e como Relator, o Presidente Nacional do PSDB, o Senador Aécio Neves. Quero registrar que foi feita, por parte do autor e do Relator, a abertura para tratar de ajuste de texto, de melhoria de texto, e, por isso, votamos por unanimidade.

Houve também a votação recente do projeto de lei que trata dos dirigentes das estatais, que têm quarentena de entrada e quarentena de saída. Para o Banco Central do Brasil, que é a instituição que cuida de toda a indústria do sistema financeiro, que leva à quebra de um país quando esse sistema entra em crise, não há quarentena de entrada.

É evidente que essa é uma ação de todos nós. Por isso, louvo a Senadora Vanessa Grazziotin, quando diz, quando declara que vai pedir para o Banco Central e para as outras instituições a mesma quarentena de entrada que aprovamos para fundo de pensão de prefeitura em qualquer ponto do Brasil...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Isso, isso mesmo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... e também para dirigentes das estatais, estatais municipais, estatais estaduais e estatais do Governo Federal.

Portanto, nobre...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... Senadora, *(Fora do microfone.)* deveríamos uniformizar essas quarentenas, tanto a de entrada quanto a de saída, porque, a partir daí, se dá segurança jurídica à nossa sociedade.

Agora, quanto à vista automática, só quem pode quebrar isso é o Plenário do Senado Federal, por se tratar do Regimento.

Para evitar nulidade, nobre Relator, como é sempre do seu feitio, vamos fazer a mediação. Nós vamos sobrestar a votação do requerimento. Neste período, vem a informação conclusiva da venda. E aí eu pediria ao nosso autor que retirasse o requerimento tão logo chegue a informação de que, efetivamente, foi concluído o processo de alienação.

Seria isso, Srª Presidenta, que eu estaria a propor.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem, Senador Pimentel! Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, devo confessar a V. Exªs que, até a palavra do Senador Pimentel, eu estava muito preocupado. Devo ser um dos mais antigos aqui na Casa e testemunhei a sabatina do Dr. Armínio Fraga, que foi sabatinado e que foi nomeado Presidente do Banco Central. Na época, Senador Caiado, V. Exª não estava aqui no Senado. Acho que isso foi em 1999. Ele foi objeto de uma carnificina. A sabatina dele foi de uma agressividade monumental. Ele aguentou firme, ele tinha estrutura interior e intelectual e argumentos sólidos e resistiu a toda a argumentação. Foi aprovado na sabatina.

Mas, para os que participaram da sabatina, Senadora Kátia, ficou um trauma por causa da agressividade com que ele foi tratado, um brasileiro de qualidade que teve um desempenho à altura como Presidente do Banco Central, mas que foi, na época, sabatinado com muita dureza. Eu estava com receio de que esses fatos estivessem em via de se reproduzir.

E eu ouvi a palavra sensata da Senadora Kátia Abreu, que foi Ministra do Governo da Presidente Dilma e que, com muita sensatez, colocou que estava a favor de que a apreciação do nome dele, Dr. Ilan, viesse a ser feito com brevidade.

E o Senador Pimentel coloca com propriedade uma palavra de sensatez na busca do acordo.

Esta Casa, Senador Lindbergh, é uma casa de acordo. V. Exª é um homem de luta, eu o respeito. Agora, V. Exª é um homem racional e é homem de acordo. Quando a Casa resolve fazer acordo, é acordo em nome do interesse do País, é só quando se faz acordo, no plenário ou em comissões.

No caso da indicação do Dr. Ilan, que é, na minha opinião, um brasileiro de qualidade... E me desculpe discordar, Senador Lindbergh, mas, para ele ir à Comissão de Ética Pública, ele teria que já estar nomeado e ser funcionário público, não Ministro, já ser funcionário público. Então, esse requerimento que entrou extrapauta e que, a rigor, deveria ser lido e só apreciado na próxima reunião – então há também esse argumento – conduz a que nós possamos fazer um acordo, em função do interesse nacional, para que pactuemos uma data, sem prejudicar os ditames regimentais, para que possamos ouvir o Dr. Ilan, votar a indicação do Presidente do Banco Central e fazer com que o guardião da moeda possa ocupar a sua função.

Esse é o apelo que quero fazer. Eu não quero usar argumentos mais do que os que já foram usados, mas recuperar a história passada, pretérita e futura. Eu acho que todos nós, quando está em jogo o interesse nacional, mesmo quando havia indicados no governo do Presidente Lula ou da Presidente Dilma, quando eram indicações, não havia querelas. Nós nos reuníamos e fazíamos sabatina no limite e votávamos. Apreciávamos “sim” ou “não”, mas votávamos.

É o apelo que eu quero fazer, em nome do interesse nacional, para que cheguemos a um acordo e a um entendimento e o nome do Dr. Ilan possa ser sabatinado, as perguntas possam ser feitas com a devida sinceridade e, no menor espaço de tempo possível, se possível antes da próxima reunião do Copom, possamos apreciar o nome dele e, se for o caso, que ele seja designado ou seja nomeado pelo Banco Central e já presida a próxima reunião do Copom, que vai ocorrer na próxima semana. É o apelo que faço, recuperando a memória dos fatos e fazendo o apelo principalmente aos Senadores Pimentel, Vanessa Grazziotin, Lindbergh, em nome da concórdia e do interesse do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Consulto se o Senador Caiado ainda quer fazer uso da palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, como Líder.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu vou me embasar no Regimento. O Regimento dá total cobertura, condições para que o próximo Presidente do Banco Central seja arguido na quarta ou na quinta-feira. Primeiro, porque o dado que me foi passado por parte da Secretaria da Mesa não foi aquele que está publicado, que é exatamente o dia 23. Então, as cinco sessões estão cumpridas.

V. Exª interpretou exatamente o art. 383, no inciso II, “e”: “a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III)”.

Essa matéria foi alterada no Regimento em 2013. O que é que dizia o Regimento da Casa? Um ato que era específico para fazer a arguição para aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Assuntos Eco-

nômicos. Então, existia aqui o Ato nº 2, de 2011, da CAE, que foi alterado. O que ele alterou? Ele alterou... O art. 2º diz o seguinte: "A Reunião em que ocorrerá a arguição do indicado será marcada em prazo não inferior a três dias da leitura da mensagem no plenário do Senado Federal (R.I.S.F., art. 383, II)."

A única coisa que mudou foi exatamente o prazo de cinco dias. Ora, se o Regimento aqui é omissivo, prevalece o quê? Exatamente o texto subsidiário. E o que diz o texto subsidiário? "[...] três dias da leitura da mensagem no plenário do Senado Federal (R.I.S.F., art. 383, II)." A única mudança que existiu foi no número de dias, mas o 383 prevaleceu como sendo exatamente o período em que se alongou o número de dias, mas prevaleceu a leitura da mensagem no plenário do Senado – nisso não se mexeu. Isto aqui é a legislação subsidiária, é a que prevalece, no Regimento Interno, art. 383, II. Isso está aqui explicitado!

V. Exª concedeu 24 horas de prazo. Tudo bem. Nós já temos desde o dia 23. Concedeu 24 horas de prazo, ele está apto para ser votado exatamente na quarta-feira. Ora, aqui não é nenhuma concessão especial. Se não foi feita, apesar de várias solicitações que foram feitas à Casa, regimentalmente, nós estamos debruçados sobre aquela que é a interpretação correta. O de 2013 não alterou a leitura, o de 2013 alterou os dias: de três para cinco. Subsidiariamente caracteriza-se não a leitura na Comissão, mas no plenário do Senado Federal.

Então, Presidente, eu gostaria que V. Exª reconsiderasse e que nós pudéssemos, aí sim... Como cumprem as exigências, que o requerimento fosse colocado em votação e nós pudéssemos deliberar sem nenhuma agressão ao Regimento Interno do Senado Federal.

Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Ronaldo Caiado...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Antes, gostaria só de dizer o seguinte. É que houve um apelo aqui do Senador Pimentel e do Senador Agripino em relação ao requerimento, para sobrestar, porque o Senador Raimundo Lira falou sobre a venda das ações do economista, Sr. Ilan Goldfajn.

Na verdade, a discussão sobre conflito de interesses não está restrita apenas à questão de ser sócio ou não. Mas eu, atendendo um apelo do Senador Pimentel e do Senador Agripino, retiro o requerimento, deixo-o sobrestado, para a gente pegar as informações do Sr. Ilan Goldfajn.

Não quero dividir esta Comissão numa votação como esta. Portanto, aceito o apelo do Senador Agripino e do Senador Pimentel. Não quero que seja votado esse requerimento, porque, se ele prestar esclarecimentos, a questão está resolvida. Inclusive, pessoalmente, qualquer Senador pode apresentar esse requerimento diretamente à Comissão de Ética da Presidência da República.

Eu vou examinar o caso. Se for o caso, fá-lo-ei... (*Risos.*)

... como a mesóclise está em moda, farei a apresentação no momento apropriado. Mas retiro. Agora, claro que me reservo aqui, na questão do art. 383, o prazo de cinco dias. Acho que a sabatina...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É melhor falar em mesóclise do que errado, não é, Presidente?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, está certo. V. Exª consulte, é fá-lo-ei.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem. Sigamos a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu agradeço ao Senador Lindbergh a boa vontade e a disposição.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que é melhor falar com próclise ou mesóclise – não sei se V. Exª entende disso – do que falar errado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, mas não é errado, é fá-lo-ei mesmo. Se V. Exª olhar, V. Exª vai ver.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiro, um esclarecimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu sei que o Senador Moka é um filólogo, mas nesse caso é fá-lo-ei mesmo.

Mas, então, eu aceito esse apelo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E retira o requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A nossa ideia, Senador Agripino, não é criar uma guerra, nada. Inclusive, falei com o Sr. Ilan Goldfajn hoje, pela manhã. Tenho respeito por suas posições, tenho respeito pelo seu currículo. Agora, estamos aqui amparados no Regimento. Então, acho que, na próxima terça-feira, faremos uma sabatina serena, tranquila, discutindo a questão de mérito a fundo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Lindbergh, pela retirada do requerimento.

Um esclarecimento, Senador

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Caiado. *(Fora do microfone.)*

O ato da CAE a que V. Exª se refere é anterior à mudança do Regimento Interno do Senado e não foi recepcionado pela mudança. A CAE teria que ter votado um outro ato com base nas mudanças regimentais.

Só para os senhores saberem, o histórico da tramitação da indicação do Sr. Ilan: a indicação dele foi confirmada pela imprensa no dia 17 de maio. Apenas no dia 20 de maio, sexta-feira, portanto três dias após, é que chegou ao Senado da República, às 17h13. A mensagem foi lida pela Mesa do Senado na segunda-feira, dia 23 de maio. A mensagem chegou à CAE às 17h45, e, no dia seguinte, nós já fizemos a designação do Relator, Senador Raimundo Lira, e marcamos a leitura do relatório para a reunião subsequente. Então, não há, por parte da Comissão e, acredito, por parte de nenhum Senador, a vontade de protelar essa discussão ou de prejudicar o País. Nós estamos seguindo o Regimento. Aliás, quando me perguntaram na imprensa, disse que era isso que nós iríamos fazer. Nós não temos como quebrar esse interstício aqui porque a CAE não tem condições de alterar o Regimento Interno do Senado.

Então, diante do debate que nós fizemos aqui, eu deixo marcada para a próxima terça-feira, às 10h, a oitiva, o depoimento do Sr. Ilan Goldfajn.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Vou recorrer da decisão de V. Exª porque realmente V. Exª não está cumprindo o Regimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu também vou recorrer da decisão de V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O Regimento diz leitura no plenário do Senado Federal. Eu gostaria de saber de V. Exª onde é que está, no Regimento, que a leitura é na Comissão. Eu gostaria de saber em qual artigo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Art. 383, basta ler.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... do Regimento está embasada a tese de que a leitura é na Comissão, e não no plenário do Senado Federal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Art. 383.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Caiado, primeiro, estou fazendo a leitura correta, sim, do Regimento; segundo, é a Presidência que marca a data da sabatina, portanto, a Presidência está marcando a data da sabatina para a próxima terça-feira, às 10h.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bem, Presidente, então é uma decisão autoritária, monocrática e desrespeitosa...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, não há consulta ao Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com base no Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... ao Regimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, não há consulta ao Plenário. V. Exª faz o que quer aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – V. Exªs poderão recorrer.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É isso?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – V. Exª poderá recorrer. Sim, é isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Nós vamos recorrer mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu não acho que... Acho que essa é uma questão em que o Plenário deveria opinar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador, não pode. Não há consenso sobre a data.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então vamos votar! A maioria decide.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O Regimento é claro falando do prazo de cinco dias.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A maioria decide.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Refere-se à discussão na Comissão. Eu sou obrigada a conceder vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não existe isso no Regimento, Srª Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Art. 383.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não existe isso no Regimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª está sendo autoritária.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nada! É só os senhores lerem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Não existe isso no Regimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Art. 383. É só os senhores lerem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas V. Exª não é Presidente. Eu quero saber dela.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não! Eu estou falando!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª não é Presidente, Senador Lindbergh. V. Exª é um intrometido.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por favor, só um esclarecimento.

O pedido de vista...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Que agressividade, pessoal! Calma!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... é sempre da leitura do relatório.

Eu sou obrigada...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A senhora está sendo autoritária!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só um minutinho, Senador Moka.

Só um minutinho.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Daqui para frente nós vamos também, na hora de pedir inserção de qualquer coisa, criar... Aliás...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É um direito que lhe assiste, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Agora, eu não acho que isso aqui deveria ser decidido desse jeito, porque tem data de chegada, tem data... Tem o relatório e nós todos... Temos maioria nesta Comissão e estamos nos subordinando a isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Moka, eu queria...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A maioria não passa por cima do Regimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Porque atropelou a Constituição Federal, acha que aqui também pode.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A maioria não pode passar por cima da Constituição, por cima do Regimento...

(Soa a campanha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Lindbergh, eu não me lembro de ter dirigido a palavra a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado pela delicadeza no trato.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Moka, eu queria...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A delicadeza é recíproca, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por favor, Senador Moka.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu só gostaria de fazer um esclarecimento, depois abro a palavra para V. Exª e para o Senador Moka, se ele quiser novamente.

A vista é da leitura do relatório, não é da chegada da matéria na Casa, do protocolo, da leitura na Mesa; é da leitura do relatório!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Exª já concedeu por 24 horas. Eu recorro à transcrição das notas taquigráficas. V. Exª, no início da reunião, já concedeu vista por 24 horas!

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas não houve consenso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Já concedeu vista por 24 horas!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu vou...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Se nós já temos as cinco reuniões, Presidente, nós temos todas as condições de votar...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – ... o Regimento, aqui, que não acoberta essa tese que é da maioria e que V. Exª não consegue derrubar os nossos argumentos regimentais. Essa é aquela... Então, eu acredito que nós não podemos admitir, até porque é uma decisão que não repousa sobre norma constitucional, é uma decisão de ordem pessoal, me desculpe.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Caiado! Senador Caiado, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, Senador Caiado. Eu estava falando e V. Exª tomou a minha palavra. Eu vou terminar de falar. Eu disse que concedo a palavra a V. Exª quando eu terminar.

Muito obrigada.

Quero repetir. O pedido de vista é da leitura do relatório. O art. 383, inciso II, se refere à tramitação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos e é muito claro: são cinco dias, não menos do que cinco dias! Nós não podemos alterar o Regimento Interno da Casa. Não é uma resolução da CAE. A resolução não foi refeita depois da mudança do Regimento Interno. Só valem resoluções da CAE que interpretem o Regimento Interno, o Regimento em vigor. Não pode ser Regimento antigo. Podemos rever isso, não tem problema nenhum. V. Exª pode apresentar um projeto, nós revemos, e depois a matéria será discutida à luz do que V. Exª apresentou e do que a CAE votou. Então, não tenho como colocar em votação uma matéria que mexe com o Regimento Interno.

Acho que tivemos aqui uma discussão, inclusive longa. Todo mundo se colocou, se posicionou. Tínhamos um requerimento que era polêmico. O Senador Lindbergh está abrindo mão do requerimento. Eu faço um apelo a V. Exªs.

Conversei com o Relator da matéria, Senador Raimundo Lira. Ele não acha que há prejudicialidade em deixarmos para fazer a sabatina na terça-feira. Ontem conversei com o candidato, com o Dr. Ilan, ele também me falou que não há prejudicialidade; gostaria que fosse antes, mas não há prejudicialidade. Eu não vejo por que esta Comissão criar uma situação como esta. Eu acho que nós temos de encaminhar. Está marcada a sabatina para terça-feira, às 10h, vamos fazer a sabatina e vamos fazer a discussão.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para o atual Presidente do Banco Central, no dia 07/10/2010, foi lido, foi sabatinado e foi votado no plenário no mesmo dia. Eu só quero registrar isso, porque são dois pesos e duas medidas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não havia sido alterado o Regimento Interno ainda.

Eu concedo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só para citar o Senador que me antecedeu, o art. 383 do Regimento Interno é de 2013, e o Regimento...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Foi lido, foi sabatinado e foi votado no mesmo dia.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por favor, Senador Moka, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Se o Senador me escutasse, ele iria saber que esse artigo do Regimento é de 2013. E o que está no artigo, de forma clara, Senadora, só para reforçar a sua decisão? “II - o exame das indicações feitas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal seguirá as seguintes etapas [fala em etapas. O primeiro ponto]: a) o relator apresentará [...]”...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Assim está difícil.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Moka, eu queria só pedir para a gente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu sei, mas está falando alto. Senador Lindbergh com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Fala em seguintes etapas: “a) o relator apresentará o relatório à comissão”, isso é a alínea “a”. E vai citando passo a passo.

E, na alínea “e”, fala dos cinco dias.

Então, V. Exª está coberta de razão, e eu quero mostrar que a intransigência não é nossa. Eu abri mão aqui de um requerimento pronto para a Comissão de Ética Pública. Então, nós estamos tentando construir o consenso aqui, queremos fazer uma sabatina civilizada, um debate sobre conteúdo. Assim, eu queria reforçar que V. Exª tomou o único caminho. E V. Exª, inclusive, tentou até um acordo, construir uma sabatina nesta semana, só que não houve acordo no plenário desta Comissão.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está muito difícil falar aqui assim. Há um clima... Então, eu só queria reforçar a decisão de V. Ex^a, e a gente fará a sabatina na próxima terça-feira, com o máximo de calma e tranquilidade que esta Comissão precisa ter neste momento.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.
Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr^a Presidente, nós estamos dialogando aqui sobre algo que não é faculdade de V. Ex^a e nem desta Comissão, é letra do Regimento.

Se em outro momento, em outra circunstância, em outra situação, houve sabatina, votação na comissão, votação no plenário, é porque havia acordo entre todos para que assim ocorresse. Quando não há acordo a partir de um Senador, não há alternativa que não seja a letra do Regimento.

A alínea “e”, Sr^a Presidente, do art. 383 é clara, é clara – no bom vernáculo, no bom português, é clara – em dizer que: “a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior [ela não diz até cinco dias] a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado [...]”. Não estamos então aqui debatendo.

Eu sugiro a V. Ex^a que dê os encaminhamentos necessários à reunião, porque nós não estamos aqui debatendo uma faculdade de V. Ex^a ou dos membros aqui desta Comissão, estamos tratando aqui de algo que é determinado pelo Regimento.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.

Então, em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea “b” do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 7, às 10 horas da manhã, será realizada a sabatina do Sr. Ilan Goldfajn para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Comunico ainda que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea “c” do Regimento, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, no número 0800-612211.

Declaro aberta a 14^a... Desculpa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, V. Ex^a havia me concedido o direito.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Desculpa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu ouvi V. Ex^a e...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só para encerrar esta primeira fase da reunião...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... antes de encerrar, V. Ex^a havia me garantido...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Antes de encerrar, quero passar a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – E depois está garantida a mim a palavra, Presidente? V. Ex^a...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – V. Ex^a já falou sobre o tema e a Mesa já decidiu. V. Ex^a tem direito a recorrer.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Ex^a cortou minha palavra dizendo que depois me garantiria a fala. São palavras da senhora, Presidente. Eu gostaria, antes de falar o Senador Raimundo Lira, só de fazer alguns reparos que eu quero que fiquem gravados nas notas taquigráficas, diante do recurso que nós vamos patrocinar na Comissão de Constituição e Justiça, Sr^a Presidente. É fundamental que isso seja dito.

Em primeiro lugar, Presidente, o art. 383 diz: “Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades” – veja bem, é específico: na escolha de autoridades – “observar-se-ão as seguintes normas”. Então, o que foi modificado foi exatamente a norma, que era de 2011, para 2013. Então, Senador, é totalmente diferente.

O que diz a norma hoje? A única coisa que foi mudada foi o prazo de cinco dias, de três para cinco.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas qual é o ponto de balizamento? O ponto de balizamento não é a reunião de hoje. O ponto de balizamento é: três dias, ontem; cinco dias da leitura da mensagem no plenário do Senado Federal.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Art. 383, inciso II.

Então, V. Exª não pode se embasar na tese da alínea “e”, por quê? Porque o inciso II, que foi modificado, só modificou o prazo, mas a referência do dia, o que vai mensurar ou o que vai delimitar cronologicamente a data é exatamente a leitura no plenário do Senado Federal.

Então, a interpretação de V. Exª não é aquilo que está no Regimento. V. Exª está fazendo uma interpretação totalmente errônea.

Segundo ponto: a Presidente, do início da reunião, concedeu vista por 24 horas. Ora, então, ela concedeu vista por 24 horas, a matéria foi lida no plenário do Senado dia 23, nós temos os cinco dias e a questão da vista por 24 horas. Amanhã o processo estará em condições de ser votado. Pronto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Claro. É lógico.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, a matéria está superada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fazendo soar a campainha.*) – Obrigada, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Essa é a interpretação de quem sabe interpretar e fazer, como V. Exª recorreu, a leitura do bom português.

Então, interpretar o que está aqui escrito. Então, quando não temos, prevalece a legislação subsidiária. A legislação subsidiária é exatamente esta. Como tal, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Como tal, Presidente, eu recorro da decisão de V. Exª. Vou pedir que esta matéria seja avaliada amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, em caráter de urgência urgentíssima, com todos os partidos aqui assinando sobre esta matéria, para podermos fazer a votação na próxima quarta-feira, no máximo na quinta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Caiado. Agradeço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A matéria está superada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só para esclarecer, eu não concedi vista coletiva por 24 horas. Não falei isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Recorra às notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concedi vista coletiva...

Por favor, pode recorrer às notas taquigráficas.

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Apenas...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Qual é o prazo de vista, então?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concede vista coletiva e tem que ter cinco dias para fazer a sabatina.

(Tumulto no recinto.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A matéria está superada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, esta matéria não está mais em discussão.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Apenas para concluir as minhas informações.

Quero informar às Srªs e aos Srs. Senadores que recebi novamente uma ligação do Dr. Ilan Goldfajn informando que zerou as suas posições em relação à posse...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Você vê como a CAE é importante, não é? Um debate desses na CAE...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Era essa a informação final que eu tinha. Concluo, portanto, o meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada, Senador Raimundo Lira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE MAIO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta seis minutos, do dia quatro de maio de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Dário Berger, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, José Pimentel, Walter Pinheiro, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. Item 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Neilton Mulim. Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade home care. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. E pela rejeição das Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, na forma da Emenda nº 4-CAS (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: Item 2 - Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015; Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008; Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014; Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014; Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015; Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2015; Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à apreciação de um item não terminativo e sete itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

O primeiro item, que é exatamente o único também não terminativo, é:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2013
- Não terminativo -

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade home care.

Autoria: Deputado Neilton Mulim

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. E pela rejeição das Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN.

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, dada a situação em que estamos na Casa, com comissões paralelamente, das quais fazemos parte, e também da agenda, vou fazer um relatório bem sucinto e bem breve para facilitar aqui também a agenda dos Senadores.

Esse projeto de boa hora, de iniciativa, como disse V. Exª, do Deputado Neilton Mulim, hoje prefeito de uma cidade do Rio de Janeiro, tratava de abrigar apenas os pacientes do SUS no atendimento dentário ou bucal, odontológico, melhor dizendo, para os pacientes internados em UTIs.

Ampliamos essa questão e também, como ele falava em pacientes crônicos, ampliamos o espectro, porque, por exemplo, o paciente que está com uma inabilidade momentânea, é tetraplégico ou paraplégico, ou com alguma lesão óssea, pode estar temporariamente sem condições de fazer o seu preparo. Então, ele tem que ser incluído nas doenças crônicas; antes estavam excluídos, eram apenas em doenças efetivamente crônicas. Incluímos isso, por uma questão de justiça.

Além do mais, o direito do paciente direito do paciente a essa assistência na UTI e a esse atendimento também domiciliar. Então, nós também consideramos que há essa obrigatoriedade da assistência odontológica a pacientes que são clientes de plano de saúde que estejam em atendimento ou internação domiciliar, que é o caso também que prescreve, não só no hospital. Ele também tem que receber o atendimento domiciliar. Isso pode, no caso do atendimento domiciliar, não no hospital, provocar um aumento do custo do preço do plano para o cliente que for atendido pela assistência odontológica. Então, nesse caso, as despesas das operadoras serão aumentadas, o que fará com que esses custos sejam repassados aos beneficiários e haja desequilíbrio econômico no mercado. Entendemos que, nesses casos, esses cuidados continuem ocorrendo de acordo com a prescrição médica. Então, o médico é que vai ter que dizer “esse paciente precisa da internação odontológica” para o plano de saúde fazer a sua cobertura.

E aquilo que eu falei: ademais, como já foi mencionado, a assistência odontológica deve fazer parte da integralidade da assistência à saúde, independentemente da condição do beneficiário. Dessa maneira, propomos que a condição de portador de doença crônica não seja o requisito para a prestação da assistência odontológica.

A lei deve prever também que a assistência objeto dessa proposição só seja prestada após consentimento informado do paciente ou do seu responsável legal, especialmente quando a assistência demanda pagamento, pelo próprio paciente ou pela família, de honorários e outros custos diretamente relacionados com os cuidados. Essa precaução evita que pacientes ou familiares sejam sobrecarregados com o pagamento de cuidados prestados compulsoriamente, mas que podem ser postergados sem prejuízo para a saúde do paciente, a exemplo do que ocorre com aqueles submetidos a cirurgias eletivas ou a tratamentos que exigem internação por curtos períodos.

Finalmente, propomos a supressão do §4º do art. 2º, por desnecessário que é, visto que uma modalidade assistencial – emergencial ou rotineira – não é excludente da outra. Ambas devem ser prestadas adequada e tempestivamente.

As alterações sugeridas demandam a apresentação da emenda substitutiva que ora submetemos à apreciação desta Comissão, o que torna imperativa a rejeição das três emendas apresentadas, ainda que tenhamos incorporado no texto o uso da expressão “atendimento ou internação domiciliar” em substituição à expressão “home care”.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição das Emendas nº 1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-PLEN, pela rejeição da Emenda nº 3-PLEN e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013 (Projeto de Lei nº 2.776, de 2008, na origem), nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 4-CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2013

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar.

Parágrafo único. Os procedimentos da assistência a que se refere o *caput* serão definidos em regulamento.

Art. 2º Em todos os casos, a assistência de que trata esta Lei só será prestada após consentimento informado do paciente ou de seu representante legal.

§1º Nas situações em que a prestação da assistência demande o pagamento, pelo próprio paciente ou seu responsável legal, de honorários ou de outros custos diretamente relacionados com os cuidados prestados, o consentimento informado especificará os valores a serem cobrados.

§2º Os planos de assistência à saúde que incluírem internação entre os seus benefícios devem cobrir, para os seus beneficiários, os custos da assistência odontológica a que se refere esta Lei.

Art. 3º É obrigatória a disponibilidade de profissionais de odontologia, nos hospitais públicos ou privados, para a prestação da assistência de que trata esta Lei.

§1º Nas unidades de terapia intensiva (UTI), os cuidados serão prestados por odontólogo, e nas demais unidades hospitalares, o atendimento poderá ser feito por outros profissionais devidamente habilitados, sob supervisão de um odontólogo.

§ 2º O regulamento definirá a quantidade e qualificação dos profissionais necessários à prestação da assistência de que trata esta Lei, observando-se o porte dos hospitais.

Art. 4º O § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19-I.

§ 1º Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, odontológicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.” (NR)

Art. 5º As penalidades pelo descumprimento desta Lei serão definidas em regulamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 dias da data de sua publicação.

Este é o voto, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na mesma linha da Senadora Ana Amélia, temos que estar em outras comissões em seguida, e eu quero estar presente para votar o projeto, o relatório dela. Só isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bom. Gostei!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O Senador Flexa Ribeiro quer dizer alguma coisa ou não?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não. Eu quero apenas, Sr. Presidente, parabenizar o autor, Deputado Neilton Mulim, e, em especial, a Relatora, Senadora Ana Amélia, pelo parecer, que vem ao encontro de atendimento dos usuários, dos assistidos pelos planos de saúde.

Assim como o Senador Paim, poderemos, terminada a discussão, aprovar o parecer da Senadora Ana Amélia, para que o projeto possa caminhar e ser finalmente aprovado e transformado em lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero só agradecer ao Senador Flexa. Eu gostaria apenas de fazer um esclarecimento, porque S. Exª mencionou planos de saúde. Não é especificamente para os planos. Eu queria agradecer a S. Exª, porque me permite fazer a explicação.

Ele é uma obrigação de que os hospitais públicos ou privados e também os clientes dos planos de saúde terão essa assistência quando na internação em UTIs e também no atendimento domiciliar. Nós substituímos a palavra *home care*, que é muito usada, por atendimento domiciliar. Então, nesses casos, tem que ser consultado o paciente. Apenas para ficar muito claro o objetivo da lei, que é um direito.

E o paciente crônico não é aquele da doença crônica. Às vezes, não é doença. A pessoa tem uma queda, há uma fratura óssea, ela fica inabilitada por um período, e ela vai para a UTI durante a cirurgia. Então, nesse período, ela vai receber. Então, não é só a doença crônica em si, as doenças conhecidas como crônicas – eu falo aí com o nosso Presidente, que é médico –, mas também essa inabilitação temporária ou definitiva por questões relacionadas à questão mais ortopédica e traumatológica.

Muito obrigada a todos os Senadores pelo apoio que deram a esse projeto, que é de interesse da população.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, na forma da Emenda nº 4-CAS, substitutivo, e contrário às Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-Plenário.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da sua tramitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o item 3, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tive uma conversa com o Senador Vicentinho, em que acordamos que esse item saísse de pauta para tentarmos construir um acordo. Esse projeto é de minha autoria e trata do adicional de insalubridade, que o Tribunal Superior já decidiu que não pode mais ser vinculado à figura do salário mínimo. Eu tinha colocado no meu projeto em relação à remuneração. Enfim, no diálogo, estamos construindo uma alternativa. Combinamos que ele não seria votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Na verdade, Senador Paim, todos os outros itens são terminativos. Então, eu quero aqui fazer a seguinte proposta. Eu estava em outra comissão e, a pedido da Senadora, vim para presidir, mas eu vejo que não há a menor possibilidade de que atinjamos esse quórum. Eu até sei, porque os outros Senadores estão efetivamente em outras comissões e não sairão. Então, eu proporia, após a aprovação desse único projeto que é não terminativo, se V. Ex^{as} concordarem, o encerramento da presente reunião.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 727, de 2015
- Terminativo -

Altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e nº 9.782, de 23 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Turno Suplementar

Observações:

- Em 13.04.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2008
- Terminativo -

Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 14.12.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

- Votação nominal.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2014
- Terminativo -

Institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para sua emissão.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014.

Observações:

- Votação nominal.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2014

- Terminativo -

Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014.

Observações:

- Votação nominal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2015

- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o contrato de trabalho por prazo intercalado no setor de hotelaria.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015, e das 4 (quatro) Emendas quer apresenta.

Observações:

- Em 13.04.2016, lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- Votação nominal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2015

- Terminativo -

Acrescenta o art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de prévia experiência para a seleção de estagiário.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2015.

Observações:

- Votação nominal.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, de 2015

- Terminativo -

Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a concessão da licença-maternidade ao segurado da Previdência Social em caso de falecimento da genitora.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- *Votação nominal.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, eu quero pedir um agradecimento à Secretaria da Comissão, sem a qual nós não teríamos conseguido esse resultado. Foi o menor, mas foi o mais importante, porque foi o possível de ser feito. Então, eu quero agradecer muito o trabalho da Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 51 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e quarenta e um minutos, do dia oito de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Edison Lobão, Eduardo Braga, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Magno Malta, Telmário Mota, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira, Armando Monteiro, Vicentinho Alves e das Senadoras Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Jader Barbalho, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 4) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012 – Terminativo. Ementa do Projeto: Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto. Autoria do Projeto: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria do Projeto: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Resultado: O Substitutivo é definitivamente adotado. ITEM 5) EMENDA(S) DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 127, de 2015. Ementa da Proposta: Altera o art. 109 da Constituição Federal, para dispor sobre a competência da justiça federal para o julgamento de ações decorrentes de acidentes de trabalho em que a União, entidades autárquicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista federal forem interessadas. Autoria da Proposta: Senador José Pimentel e outros. Relatoria da(s) Emenda(s): Senador José Maranhão. Relatório: Favorável à Emenda nº 2-PLN; pela não admissão da Emenda nº 3-PLN e contrário à Emenda nº 4-PLN. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147, de 2015 – Não Terminativo. Dá nova redação ao § 3º do art. 58 da Constituição Federal, para prever a hipótese de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito por meio de iniciativa popular. Autoria: Senador Lasier Martins e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 21) OFÍCIO “S” Nº 21, de 2014 – Terminativo. Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 556.311, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 9 de junho de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 39, incisos IV, V, VI, VIII, IX e X, e do artigo 40, caput e § 3º, ambos da Lei nº 731/2003, do Município de Estrela do Sul/MG (Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Estrela do Sul - MG). Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício “S” nº 21, de 2014. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S” nº 21, de 2014. ITEM 22) OFÍCIO “S” Nº 27, de 2013 – Terminativo. Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do inteiro teor do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 363.852, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97 (desobriga os recorrentes da retenção e do recolhimento da contribuição social ou do seu recolhimento por subrogação sobre a “receita bruta proveniente da comercialização da produção rural” de empregadores, pessoas naturais, fornecedores de bovinos para abate). Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Armando Monteiro. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício “S” nº 27, de 2013. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S” nº 27, de 2013. ITEM 24) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 – Não Terminativo. Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades. Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Senadora Simone Tebet (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Eduardo Braga, nos termos regimentais. ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 – Não Terminativo. Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares,

afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano – DDT. Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. ITEM 30) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, de 2013 - Não Terminativo. Altera a redação do § 1º do art. 128 da Constituição Federal, para dispor sobre a nomeação do Procurador-Geral da República a partir de lista tríplice encaminhada pelas carreiras. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 25, de 2016-CCJ, de Audiência Pública. A Comissão aprova o Requerimento nº 25, de 2016-CCJ, de autoria dos Senadores Cássio Cunha Lima e Randolfe Rodrigues, de Audiência Pública para a matéria. ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016 - Não Terminativo. Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências. Autoria: Deputado Sergio Vidigal. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista às Senadoras Marta Suplicy e Simone Tebet, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 39) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 25, de 2016. Requeiro, nos termos dos arts. 90, II e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir a Proposta de Emenda à Constituição n.º 47, de 2013, que dispõe sobre a nomeação do Procurador-Geral da República a partir de lista tríplice encaminhada pelas carreiras. Para a realização da referida audiência pública solicito que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos: 1. Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM; 2. Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; 3. Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT; 4. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; 5. Conselho Nacional de Procuradores Gerais - CNPG; 6. Associação Paulista do Ministério Público - APMP; 7. Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, do dia oito de junho de dois mil e dezesseis, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011; TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2010; ITEM 23) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015; ITEM 25) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, de 2015; ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015; ITEM 27) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009; ITEM 28) OFÍCIO “S” Nº 28, de 2014; ITEM 32) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013; ITEM 33) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2015; ITEM 34) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012; ITEM 35) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015; ITEM 36) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015; ITEM 37) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2015; ITEM 38) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 38.

O item 4 refere-se ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012
- Terminativo -

Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo)

Observações:

- Em 1º/06/2016, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 75, de 2012, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral, art. 282, § 2º, do Regimento Interno.

Em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecido emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal).

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 31:

ITEM 31
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sergio Vidigal

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exª a designação para relatar essa matéria; uma matéria que me é muito cara.

Veja V. Exª que, alguns anos atrás, estive na cidade de Marília, no interior de São Paulo, onde havia um trabalho dirigido por uma delegada de assistência às mulheres vítimas de violência. Uma assistência jurídica, uma assistência material, acolhida com assistência psicológica, enfim, uma assistência global às mulheres vítimas da violência doméstica. E essa Delegada, Drª Rosana, me sugeriu exatamente uma medida legislativa, alterando a Lei Maria da Penha, no sentido desse projeto de lei que estou relatando agora.

Num primeiro momento, ouvindo a Consultoria do Senado, levei em conta alguns argumentos de ordem estritamente jurídica que me fizeram hesitar em apresentar o projeto. Mas, depois, eu recebi a relatoria desse, aprovado na Câmara, e conversei com muitas mulheres, delegadas do País inteiro, que me trouxeram razões que me convenceram a apoiar o projeto.

É, nesse sentido, o relatório que vou oferecer à Comissão de Constituição e Justiça.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016, que acrescenta dispositivos à Lei Maria da Penha, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.

A matéria tem origem na Câmara dos Deputados, por iniciativa do Deputado Sérgio Vidigal – eles por elas –, que a protocolou perante a Mesa daquela Casa, em 2015, tendo recebido o nome de Projeto de Lei nº

36, de 2015. Trata-se, na verdade, da reapresentação de idêntica proposição arquivada, ao final da legislatura anterior, em conformidade com o que dispõe o respectivo Regimento Interno.

Em seu texto de partida, a proposição, em sua redação original, objetivava acrescentar um único dispositivo à chamada Lei Maria da Penha, a fim de definir normas gerais para a composição de equipes policiais de atenção à mulher vítima de violência doméstica ou familiar. Com efeito, o intuito do nobre Deputado autor da matéria era tão somente o de assegurar, nas delegacias de polícia, o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar por servidor habilitado e, preferencialmente, do sexo feminino.

Em sua justificativa, o eminente Deputado informou:

“Nossa proposta traz uma providência importante que é propor uma norma geral para que a mulher vítima de violência familiar seja atendida por policial devidamente habilitado e, preferencialmente, do sexo feminino.

Entendemos que essa é uma evolução necessária do atendimento à vítima de violência doméstica. Sob o ponto de vista psicológico, a vítima se sentirá mais segura em narrar o seu caso para outra mulher. Na prática, essa tão singela alteração administrativa pode significar a não revitimização, pois há relatos de mulheres que são ridicularizadas pelos policiais quando tentam registrar a ocorrência.

Nossa proposta vem ao encontro da solução para esse problema, quando exige a devida qualificação de todos os policiais que atenderão essa mulher, bem como de sugerir que esse profissional também seja do sexo feminino.”

No decorrer de sua tramitação na Câmara dos Deputados, a matéria fora apensada a três outras proposições: o PL nº 689, de 2015, que dispõe sobre a criação de Núcleos Investigativos de Feminicídio; o PL 4.183, de 2015, que dispõe sobre Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; e o PL 4.325, de 2015, que dispõe sobre o direito da mulher que sofre violência doméstica ao atendimento policial especializado e ininterrupto.

O texto, portanto, sobre o qual ora nos debruçamos é fruto de alterações decorrentes do apensamento dessas proposições, a que se acresceram inovações relevantes promovidas pelas Comissões temáticas por que tramitou naquela Casa Legislativa.

Nesta Casa, o projeto passou a tramitar como PLC nº 7, de 2016, e foi distribuído para esta Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, que deve opinar sobre sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito, antes da deliberação final do Plenário.

Acrescento o comentário, Sr. Presidente, que considere absolutamente essencial, que esta Comissão se pronunciasse sobre esta matéria antes de ser votada em plenário, não obstante a votação de um requerimento de urgência, que, no meu entender, não poderia jamais atropelar o pronunciamento desta Comissão.

Em 07/04/2016, fui muito designado por V. Ex^a para relatar esta matéria.

Em linhas gerais, o Projeto está calcado em três dispositivos, os quais objetivam alterar a Lei Maria da Penha, acrescentando os arts. 10-A, 12-A e 12-B, de maneira a incrementar especificamente o Capítulo III, da lei protetiva, que versa sobre o atendimento pela autoridade policial.

De sua parte, o art. 10-A visa, resumidamente, ao seguinte:

Art. 10-A Define o princípio da especialização e não interrupção no atendimento policial e pericial, fixando-o como direito inalienável da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

§1º Fixa diretrizes para a inquirição de testemunhas, entre as quais se destaca a garantia de vedação a contato direto da vítima, testemunhas e familiares com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionados; e o princípio de não revitimização da mulher, mediante reinquirições sucessivas e questionamentos inadequados sobre sua vida privada.

§2º Fixação de procedimentos para a inquirição de testemunhas e da vítima, entre os quais se destaca o isolamento em recinto próprio para a consecução dessa finalidade investigativa e o armazenamento dos depoimentos em meio eletrônico ou magnético.

O art. 12-A, a seu turno, inova a legislação reforçando a necessidade de que Estados e o Distrito Federal priorizem, no âmbito de suas políticas públicas, à criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher e de Núcleos de Investigação voltados ao crime de feminicídio, recentemente, aliás, tipificado pelo Congresso Nacional.

O art. 12-B, por fim, estabelece inovação especialíssima:

Art. 12-B Confere-se à autoridade policial, em caso de vítima ou dependentes em situação de risco iminente ou atual, a prerrogativa – hoje tipicamente jurisdicional – de conceder determinadas cautelares, nominadas pela lei como medidas protetivas de urgência.

§1º Estabelece a obrigatoriedade de comunicação do deferimento das medidas protetivas de urgência administrativas ao juiz competente no prazo máximo de 24 horas, o qual poderá sobre elas deliberar (pela sua manutenção ou revogação) após oitiva do Ministério Público (no mesmo prazo).

O procedimento é semelhante àquele que esta Comissão aprovou quando deliberou sobre as audiências de custódia.

§2º Prevê a complementariedade judicial das medidas protetivas de urgência pelo juiz, a pedido da autoridade policial, em caso de insuficiência daquelas, bem como do requerimento de decreto de prisão do suposto autor do fato.

§3º Faculta à autoridade policial a requisição de serviços públicos necessários à defesa da vítima e dependentes.

Ao fim, a cláusula de vigência, que determina a entrada imediata em vigor da lei, tão logo seja publicada

II – Análise

De acordo com os artigos da Constituição e do Regimento, que regem a matéria, nós não vemos nenhum óbice para a sua aprovação.

Em termos materiais, é nosso dever destacar que as disposições do PLC nº 7, de 2016, concorrem inequivocamente para o aperfeiçoamento do regime constitucional e legal de proteção à família, na pessoa de cada um dos seus integrantes, na medida em que reforça o dever e o comprometimento, inclusive internacional, de assistência do Estado à mulher em situação de violência doméstica e familiar, conforme estatuído pelo §8º, art. 226, da Constituição Federal.

Dos diversos pontos tratados, destacam-se os novos princípios, direitos e garantias propostos como sugestões evolutivas do sistema de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, tais como:

a) Dever jurídico permanente do Estado em promover a especialidade e a ininterruptão no atendimento público da vítima e dependentes, preferencialmente por agentes e servidores públicos do sexo feminino devidamente capacitados;

b) Garantia de não contato da vítima, familiares e testemunhas com o agressor; e

c) Princípio da não revitimização da mulher.

Tais propostas, consignadas no novel art. 10-A, representam o núcleo de inovações corretivas das distorções sistêmicas observadas após o advento da Lei Maria da Penha, boa parte das quais, inclusive, fundamentaram o pedido de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), em 2012, criada com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos legais.

Não há como sonegar a referência histórica da investigação parlamentar promovida conjuntamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nesse valioso trabalho parlamentar investigativo, a CPMI analisou mais de 30 mil páginas de documentos ao longo de cerca de quatro dezenas de reuniões e com a realização de mais de 20 audiências públicas e visitas oficiais em todo o País.

Dentre as ponderações constatadas do relatório final aprovado, dotado de mais de mil laudas, nota-se que, desde então, ou seja, em 2012 – ao 6º ano da edição da Lei Maria da Penha – já era premente a preocupação com a falta de capacitação de servidores públicos na temática específica da violência de gênero.

O Relatório, portanto, soube traduzir um fato preocupante: a rede especializada de serviços é deficitária; há falta de profissionais capacitados; os serviços concentram-se nas capitais dos Estados e nas principais regiões metropolitanas; e não há capilaridade da rede de atendimento (centros de referência, casas abrigos, delegacias da mulher e defensorias, promotorias e varas judiciais especializadas).

Lamentavelmente, parte desse quadro permanece sem melhorias significativas.

Note-se que a primeira delegacia especializada no atendimento à mulher foi criada no Estado de São Paulo, em 1985, sob o governo do saudoso Franco Montoro, a partir de estudos promovidos pelo atual Presidente da República, Michel Temer, então Secretário da Segurança Pública do Estado.

Passados mais de 30 anos, pouco mais de 10% dos Municípios brasileiros possuem delegacias especializadas na investigação e apuração dos delitos contra a mulher – um cenário desalentador.

A limitação estrutural de instâncias de atendimento não é o único problema digno de nota: a deficiência na capacitação dos agentes e servidores públicos que lidam com as vítimas desse tipo de violência mostrou-se uma das causas latentes no que se convencionou chamar de fenômeno da revitimização.

Esse ponto, aliás, merece breves considerações elucidativas.

A questão em torno da vítima de atos criminosos preenche espaços significativos na doutrina penal e processual penal. Os próprios Códigos legais valem-se de terminologia específica objetivando distinguir a pessoa que, informalmente, compõe o sistema estatal de controle das ações antijurídicas sociais. Por vítima, portanto, entende a doutrina como sendo aquele indivíduo que sofreu crimes contra a pessoa (outras nomenclaturas são ofendidos, em crimes contra a honra e os costumes; e lesados, em crimes contra o patrimônio).

Houve significativa evolução no conceito desde então, sendo que a própria Organização das Nações Unidas (ONU), propôs um parâmetro objetivo, em 1985, através... *(Pausa.)*

Celular é um inferno!

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Um inferno permanente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Um inferno permanente, diz o meu queridíssimo colega Anastasia.

Bem, eu dizia que a Organização das Nações Unidas propôs um parâmetro objetivo, em 1985, através da Declaração dos Princípios Básicos de Justiça para as Vítimas de Delitos e Abuso de Poder. Pela proposta, adotou-se uma definição restritiva, a partir do qual se construíram conceitos em torno de etapas de vitimização:

- a) Vitimização primária: provocada pelo agente criminoso no momento do cometimento do fato;
- b) Vitimização secundária: provocada pelo sistema de controle social penal ao longo do processo de investigação e apuração dos fatos; e
- c) Vitimização terciária: provocada pela exposição do fato aos grupos sociais de que a vítima faça parte, como a família, vizinhos, colegas de trabalho e amigos.

É bem verdade que esse é um problema generalizado do sistema penal, mas encontra particular magnitude na questão da violência doméstica e familiar conta a mulher. A própria concepção da Lei Maria da Penha parte desta constatação: a norma protetiva veio em resposta, também, a esse cenário.

Estabelece-se, com frequência, uma “coisificação” da vítima, sendo ela um mero objeto da investigação, não um sujeito de direitos, com enfoque desproporcional das autoridades públicas sobre o suspeito do crime, ocasionando lamentável descaso sobre a vítima.

O que se observa, na verdade, é que cada detalhe desse sistema torna-se uma variável amplificadora do problema: desde a burocracia até a falta de pessoal ou de capacitação profissional dos servidores públicos.

Mesmo quando se dedica especial atenção à vítima, como, não raro, nos casos mais notórios e que atraem a atenção social ou midiática, tal circunstância, em razão do despreparo no atendimento público – como, se constatou ainda recentemente nesse rumoroso e lamentável, bestial caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro – tem gerado efeitos indesejados, como ainda mais constrangimento, frustração e desamparo psicológico, familiar e social, que são sintomas nefastos da revitimização. É como se o fato criminoso não cessasse: sua lembrança permaneceria viva na memória da vítima a cada etapa do processo investigatório e do desenrolar do processo penal, até decisão final.

É sabido que a revitimização é realidade anterior mesmo à edição da Lei Maria da Penha. Porém, supunha-se, os princípios, direitos e garantias lavrados na Lei especialíssima já deveriam ser suficientes a afastar qualquer resquício desse atendimento teratológico.

Constata-se, porém, que a realidade brasileira é lamentavelmente ainda mais complexa e desafiadora do que se poderia imaginar.

E é com vistas a dirimir essa questão que o presente PLC vem propor normatizar o atendimento profissional, especializado, ininterrupto, humanizado e com privacidade – elevando a questão ao *status* de cláusula legal. Tudo de maneira a repelir a peregrinação da vítima pelas instituições de persecução penal, as perguntas indiscretas e os juízos de valor, os quais somente contribuem para validar e prolongar o sofrimento da vítima.

Trata-se, portanto, de iniciativa salutar, cujo propósito é também o combater a pressuposição equivocada de culpabilidade da vítima – e não do agressor –, um fenômeno tão atroz quanto recorrente.

Dessa maneira, em boa parte, a garantia de atendimento qualificado, adequado e discreto contribuirá a necessária capacitação de servidores das delegacias, do Ministério Público, da Defensoria e da Magistratura.

Mas não é só.

Reportando-nos ainda ao relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher, algumas de suas recomendações serviram de substrato material ao texto normativo ora em análise. E, aí, segue-se, Sr. Senador José Maranhão, uma série de recomendações que foram observadas na elaboração da lei.

Nota-se cristalino que tais propostas recomendadas pelo órgão parlamentar ecoam apelos sociais e soluções reclamadas por instituições do próprio corpo estatal.

Ao longo da presente relatoria, temos visto uma iniciativa fincada em profundo sentimento republicano, democrático e humanitário: é digno de nota, para os anais da Casa, o esforço primoroso das corporações policiais e de alguns foros de magistrados na discussão desta proposição. O cuidado que se expressa através dos apelos cívicos de delegados e agentes das corporações policiais e de alguns magistrados reacende a esperança da mudança de cultura, especialmente da parte das instâncias penais, que a CPMI tão vigorosamente pretendeu. A esses servidores e agentes do Estado, registramos nossas cordiais saudações.

Retomando-se à análise técnica sobre a matéria, outra passagem mereceu uma leitura acurada, mais especificamente quanto à proposta albergada pelo art. 12-A.

Poder-se-ia questionar eventual invalidade normativa de dispositivo que estabelece a priorização, por Estados e pelo Distrito Federal, de criação de Delegacias especializadas no atendimento à mulher e de núcleos de investigação de Feminicídio no âmbito de suas políticas públicas. Temos, porém, que se trata de norma programática, em que se fixa um norte a ser observado por demais entes federativos na medida de suas respectivas competências constitucionais, entre as quais sua organização administrativa em conformidade com o orçamento aprovado pelo Legislativo local.

Tais normas programáticas ideais, meu caro Presidente, servirão de amparo a movimentos das mulheres, a movimentos feministas, a movimentos democráticos, visando a pressionar as instâncias estaduais a criarem estes dispositivos previstos nessas normas programáticas. Uma norma programática tem eficácia contrariamente ao que se poderia imaginar. A eficácia da norma programática é indicar rumos adequados, rumos valorados positivamente para a evolução da sociedade segundo princípios que constam dessas normas programáticas.

Demais disso, a proposta está de acordo com as expectativas parlamentares já apuradas pela CPMI, além de já ter sido muito positivamente discutida quanto da tramitação da proposta na Câmara dos Deputados.

Por fim, ainda no desfecho da análise de constitucionalidade, talvez o ponto mais sensível seja o conjunto de normas trazidas pelo art. 12-B, em que se estende aos delegados de polícia a competência, hoje, ostensivamente jurisdicional, de conceder medidas protetivas de urgência, observadas as circunstâncias fáticas e processuais do caso.

Com efeito, trata-se de temática das mais altivas, uma vez que, de todos os elogios em torno do bem sucedido processo de construção e aplicação da Lei Maria da Penha, talvez uma de suas propostas mais ousadas e, ao mesmo tempo, inovadoras, foi justamente prever espécie *sui generis* de medidas cautelares, que constam já da Lei Maria da Penha – a que o legislador nominou de Medidas Protetivas de Urgência – ora de natureza criminal, ora cível, e até mesmo de natureza dupla, cível e criminal.

Nesse sentido, é consenso tratar-se de um dos maiores avanços no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, previstas de forma não taxativa nos arts. 22 (Medidas Protetivas de Urgência, que obrigam o agressor), 23 e 24 (Medidas Protetivas de Urgência à ofendida).

São, à toda evidência e sobre o que não paira margem de dúvida, medidas voltadas ao juiz, a quem competirá deferir-las separadamente ou em conjunto, a pedido da vítima ou do Ministério Público, no prazo de 48 horas.

Podem ser elas, por exemplo, o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato e aproximação com a vítima, a suspensão de visitas aos dependentes e a prestação de alimentos provisionais, para citar algumas.

Entre essas previstas nos citados dispositivos, o PLC ora em vigor pretende estender as seguintes, o conjunto delas, mas algumas dessas medidas, à autoridade policial:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:.....

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

- a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
- b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida [...].

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor [...].

Observa-se claramente que referidas medidas cautelares têm por finalidade impor restrições de direito a supostos agressores e salvaguardar a integridade física e psicológica das vítimas e dependentes. Algumas das quais têm natureza tipicamente penal; outras, cível. Nesse sentido, argumenta-se, em determinados foros, que a atribuição de medidas cautelares administrativas dessa natureza afetaria cláusula de reserva de jurisdição e do juiz natural, e, portanto, haveria inconstitucionalidade material da proposta.

Não nos alinhamos a tal entendimento. Como substrato fático, socorremo-nos, mais uma vez, do relatório final da CPMI da Violência Doméstica, em que encontro a seguinte passagem no seu texto:

Não menos preocupante é a notícia, segundo o relatório de auditoria do TCU, de que o prazo para a concessão das medidas protetivas de urgência no Estado do Acre é de um a seis meses, tempo absolutamente incompatível com a natureza mesma desse instrumento. Compete ao Tribunal de Justiça, portanto, adotar as medidas cabíveis para a imediata reversão desse quadro e efetivo cumprimento das disposições legais.

O referido trecho revela algo inimaginável: a concessão de medida cautelar de urgência, que deveria ocorrer no prazo de 48 horas, segundo a própria Lei Maria da Penha, chega a levar até seis meses após o seu requerimento ao juiz.

É um caso extremo, não sei se haverá outros dessa magnitude, mas seguramente segundo as informações que recebi, desde que V. Ex^a me incumbiu desta relatoria, é um caso frequente, lamentavelmente frequente, a extensão desse prazo de 48 horas para o pronunciamento do juiz.

E, mesmo nos casos em que as Medidas Protetivas de Urgência são concedidas com a celeridade que a lei exige, ainda assim o seu cumprimento é prejudicado em razão de problemas estruturais, ou seja, que não dependem do empenho, do zelo do juiz e dos seus auxiliares, mas dependem da carência de pessoal, da carência, muitas vezes, de juiz na comarca ou da distância da sede da comarca do local em que ocorreu a agressão.

A solução proposta pelo PLC, portanto, merece ser ponderada e devidamente considerada, dada a realidade fática por meio da qual o primeiro contato da vítima é com a autoridade policial – é para lá que ela se dirige, e nada impede que ela se dirija ao juiz, diretamente, ou ao promotor público, mas ela se dirige, com mais frequência, à autoridade policial –, a quem, muitas vezes, poder-se-ia, desde logo, permitir a concessão de cautelares de urgência, visando à proteção maior, que é a integridade da vítima.

Ora, para além dessa discussão, a constitucionalidade da proposta merece os seguintes apontamentos. Em primeiro lugar, temos claro que, a despeito do princípio que se influi da proteção a normas tendentes a abolir a separação dos Poderes, proibição constitucional evidentemente, e outras limitantes constitucionais à atuação do legislador infraconstitucional, a cláusula de reserva de jurisdição é algo polêmico em determinadas circunstâncias. Quando se revela, de modo geral, está ostensivamente consignada no texto constitucional, mais especificamente quando da definição das atribuições, competências e prerrogativas de cada Poder Republicano, cada qual com sua função típica e atípica.

Quando assim não o faz claramente o Constituinte, abre-se margem a teses jurídicas variadas, construídas consoante o entendimento doutrinário de seu idealizador. Para uns, trata-se de princípio implícito. Para outros, não.

No caso em tela, o próprio Supremo Tribunal Federal já se posicionou acerca da consagração do princípio da reserva de jurisdição em assentada jurisprudência, porém somente quando ostensiva a atribuição de competência jurisdicional pelo Constituinte. E eu cito, Sr. Presidente, meus caros colegas, um julgado do Supremo Tribunal Federal que vai nesta linha, a exigência de uma vedação explícita, de uma reserva de jurisdição explícita.

Ora, tratando-se, pois, de questão afeta à restrição de competência, nada mais acertado do que se impor a necessidade de sua expressão “inequívoca” no Texto Constitucional. Nessa linha, ainda outro precedente relevante, além desse julgado que consta do nosso voto:

As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a busca e apreensão domiciliar, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição, ou seja, ato cuja prática a CF atribui com exclusividade aos membros do Poder Judiciário. (STF - Pleno - MS nº 23.642/DF - Rel. Min. Néri da Silveira, decisão: 29/11/2000).

Dessa maneira, observa-se a necessidade recorrente de menção expressa na Constituição, em casos determinados, como, por exemplo:

Art. 5º.....

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

XII - é inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

LXI - ninguém será preso senão flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Ou seja, sempre menções expressas à reserva da jurisdição.

Mesmo nas hipóteses jurisprudenciais em que se admite a reserva de jurisdição implícita, ainda assim, observa-se latente o seu substrato normativo presente em redação, consideram-se situações em

que se autoriza tal reserva jurisdicional, desde que sempre relacionadas aos direitos fundamentais maiores. Nesse sentido, por exemplo, fica claro que o STF entende que a decretação da indisponibilidade de bens é medida sujeita à reserva de jurisdição, não podendo ser decretada por autoridades administrativas, sequer por Comissões Parlamentares de Inquérito (MS nº 23.480/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

Há uma interpretação bem fundamentada a respeito de garantias fundamentais:

Art. 5º.....

LIV - ninguém será privado da sua liberdade ou dos seus bens sem o devido processo legal.

A mesma coisa em relação à desapropriação.

Portanto, não sendo explícita a reserva de jurisdição quanto a atribuições protetivas da vítima mulher em situação de violência doméstica e familiar, não há cogitar a inconstitucionalidade material da presente proposta. Mesmo porque a concessão de cautelares pela autoridade policial, além de necessária, deverá ser referendada, complementada ou revogada pela autoridade judicial a posteriori e a qualquer tempo.

Demais disso, há que se ponderar acerca da opção legítima do legislador em adotar a tutela cautelar no âmbito dos processos administrativos sancionadores, em determinados e específicos casos.

E aí eu cito, Sr. Senador José Maranhão, uma série de leis em que isso ocorre.

É certo que, por se tratarem de medidas de natureza estritamente excepcional, que a sua concessão vincula-se ao atendimento pleno dos requisitos previstos no ordenamento jurídico: *periculum in mora*, *fumus boni iuris*, proporcionalidade, contraditório e motivação.

O mesmo, seguramente, não se deverá sonegar quanto às novas atribuições cautelares da autoridade policial.

No que diz ao mérito do Projeto, seu alcance é inegável.

Conforme sustentado pelos nobres autores da matéria, mesmo após a edição da Lei nº 11.340, de 2006, ou seja, passados 10 (dez) anos de sua vigência, ainda assim a vítima ainda encontra obstáculos ao longo do atendimento no âmbito do sistema de combate e repressão à violência doméstica e familiar que, se não a constrengem, ao menos a desestimulam de buscar amparo do Estado.

A proposta, ao finalizar, estimulando a criação dessas estruturas administrativas especializadas, cerca-se de todos os elementos de maior apelo, ao menos neste primeiro momento, para a revisão da Lei Maria da Penha para torná-la mais efetiva.

Ora, reconhecemos o papel fundamental da autoridade policial. Os delegados de Polícia Civil são os primeiros garantidores dos direitos do cidadão vítima de delitos penais. Sua atuação é pautada pelo comprometimento com a legalidade dos procedimentos, a acuidade na apuração dos fatos e o embasamento técnico e imparcial das investigações.

Por fim, Sr. Presidente, me parece que os fatos, lamentavelmente, se reproduzem no País. Há necessidade urgente de afastar a vítima de seu agressor, o que não se compatibiliza com o prazo, muitas vezes, dilatado por absoluta carência de estruturas jurisdicionais adequadas. Tudo isso leva à abertura de mais uma porta para o atendimento urgente da mulher vítima de violência doméstica. Essa porta não fecha outras que já existem, mas abre mais uma: o amparo imediato à medida cautelar indispensável para que a mulher vítima de uma primeira violência não a tenha perpetuada, numa situação de vulnerabilidade, que muitas vezes pode levar à morte.

Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Braga, eu lembraria que a Senadora Marta Suplicy é a primeira inscrita. Em seguida, vem o nome de V. Ex^a.

Mas eu queria fazer uma observação lateral a esse processo. Esse foi um dos projetos, um dos pareceres, que já estava formulado, de que a Presidência da Casa pediu a sua devolução ao plenário, “bypassando”, consequentemente, o pronunciamento brilhante que seu Relator acabou de formular aqui, brilhante e esclarecedor, pela sua experiência como advogado militante, pelo seu embasamento jurídico profundo.

Eu comecei a pensar aqui sobre esse expediente que vem sendo adotado com certa frequência pela Presidência da nossa Casa: não sei se, em nível de plenário, nós teríamos tido um parecer com a profundidade do que foi proferido agora pelo Senador Aloysio Nunes, eis que o parecer em plenário do Senado geralmente é um parecer oral, apressado e que não demanda os estudos que certos projetos, ou que a maioria deles, exige.

Depois, é da própria estrutura legislativa, constitucional, inclusive, a criação das comissões técnicas, cuja finalidade é exatamente fazer a análise profunda, como essa que nós acabamos de ouvir e que não se exauriu ainda, porque já há aqui quatro Senadores inscritos, vão se pronunciar sobre o assunto e vão aduzir ao relatório, que já é muito substancial, à luz de seus conhecimentos, de suas experiências e de suas funções. Afinal

de contas, as comissões técnicas, não somente a Comissão de Constituição e Justiça, mas todas, existem para dar aos projetos a seriedade, a profundidade e, sobretudo, a sabedoria que as comissões técnicas, de um modo geral, têm.

Eu quero fazer esse registro porque eu já ponderei várias vezes ao Presidente Renan Calheiros, meu cor-religionário e uma pessoa que eu admiro muito, que evitasse, o quanto possível, o que está se tornando quase uma regra, porque não é um só projeto que tem tido solicitada a sua ida ao plenário, muitos deles já com o relatório da Comissão devidamente elaborado.

Então, é um fato que eu estou levando ao conhecimento do Plenário e que, aliás, não é novidade, o Plenário sabe disso. Mas com a responsabilidade que tenho, de Presidente desta Comissão, eu estranho que isso esteja acontecendo. Até ponderei, na última sessão legislativa a que compareci, quando esse assunto foi abordado por iniciativa minha, que muitas vezes o zelo de apressar a tramitação de projeto, na prática, não ocorre, porque da mesma forma que aqui podem acontecer fatos que adiam a votação de um projeto, inclusive aqueles que são regimentais, pedidos de vista etc., lá no plenário, com muito mais frequência, isso vem acontecendo.

Então, eu gostaria de fazer esse registro aqui, sem nenhum despreço nem desconhecimento das prerrogativas que a Presidência da Casa tem de avocar esses projetos para deliberação do Plenário sem audiência da Comissão de Constituição e Justiça, para que houvesse possibilidade de um reexame dessa questão que está se tornando frequente demais. E isso me deixa preocupado, até porque os membros desta Comissão estão aptos, tanto no sentido formal como, sobretudo, no sentido da competência. Eles foram, afinal de contas, indicados pelas instituições partidárias com assento no Congresso Nacional, para se constituírem nesse pré-filtro de todas as deliberações que chegam ao Senado da República.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem e, se quiser falar normalmente, já está inscrita. É a primeira inscrita.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu vou pedir vista do projeto em virtude não só das considerações que V. Exª fez, mas porque é um projeto de enorme importância.

O trabalho do Senador Aloysio é brilhante, detalhado, mas abre uma brecha, pela primeira vez em dez anos, na Lei Maria da Penha. Então, é algo sobre o que nós temos que fazer uma reflexão muito mais profunda.

Também me chama a atenção que um projeto dessa envergadura não tenha chegado à Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, onde nós certamente teríamos uma opinião sobre isso. Até a própria vítima, que foi Maria da Penha, parece que se pronunciou contra este projeto.

(Manifestação da plateia.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Alguns dizem que sim, outros dizem que não. Então, exatamente por terem chegado a nós agora informações de que alguns dizem que sim e alguns dizem que não, um projeto dessa importância, nós não podemos votar sem um aprofundamento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço ao auditório que escute com o devido respeito a oradora, a Senadora que está se pronunciando sobre o assunto. Esta Casa se caracteriza pelo respeito à diversidade, inclusive a diversidade filosófica, social e legislativa, sobretudo. A Senadora Marta Suplicy está se pronunciando aqui no uso de uma prerrogativa de membro da Comissão e não seria o pronunciamento paralelo...

Nós queremos até homenagear as senhoras e os senhores que estão fazendo parte dessa assembleia mista lá fora, mas é preciso que se mantenha o silêncio. Evidentemente, tais pronunciamentos não vão substituir o pronunciamento que a oradora está fazendo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Tenho que dizer que este projeto é extremamente importante, só que nós não o debatemos, não o discutimos, não só aqui na Comissão, mas também antes de vir a esta Comissão, para que houvesse uma posição mais acordada entre as próprias Senadoras da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher.

Ao mesmo tempo, há algumas brechas sobre as quais temos de refletir. Foi citado o exemplo do Acre. É um exemplo muito importante, porque realmente pode demorar muito tempo, mas não sei se haverá garantia de que vá ser mais rápido e de como será todo esse processo. Então, o que estamos dizendo é que nós vamos estudá-lo e, semana que vem, voltamos com isso muito elaborado, com o respaldo da Comissão. Acho que teremos uma posição mais confortável. Inclusive, se quisermos conversar com o Senador Aloysio, vamos fazê-lo. Acredito que não há nenhum problema com ele.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu peço vista coletiva...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Vista coletiva, e eu queria falar também.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se os colegas me permitirem... É o único assunto sobre o qual, talvez, eu tenha preferência para falar aqui, até para fazer algumas colocações importantes. Vou dizer por quê, Presidente.

Eu não gostaria jamais – eu estou vendo aqui muitas valorosas mulheres nessa luta – que a Senadora Marta Suplicy fosse mal interpretada. Eu sou Presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional. É a primeira vez que o Congresso... Não sei se algum Parlamento no mundo – alguns poucos talvez – tem uma comissão como a nossa. A Senadora Marta faz parte dela, a Deputada Soraya faz parte dela também. Nós todas temos um único objetivo, que é erradicar esse mal cultural que vem lá da Antiguidade, passa pelo feudalismo e, agora, nós estamos tirando a poeira que está sob o tapete. Refiro-me à violência contra a mulher.

Os números são assustadores. Eu não vou aqui me alongar na apresentação de dados, mas há um dado que é importante colocar: apenas 10% dos estupros no Brasil são notificados, denunciados e, desses, alguns são apurados. Isso é um fato.

Nós estamos, todas as terças-feiras... Temos as nossas comissões com esse objetivo. Quais são os meios, quais são os mecanismos, quais são os instrumentos que temos? O que podemos fazer na prevenção dentro das escolas, na repressão junto à segurança pública e também ao Ministério da Justiça?

No dia a dia, tentar diligências, acompanhar os casos de estupro coletivo que acontecem, infelizmente, muito no Nordeste, especialmente no Piauí e no Rio de Janeiro, como bem aponta a Deputada Soraya.

A única coisa que eu queria ponderar: uma semana para que nós possamos aqui apenas tirar uma dúvida que foi colocada em relação ao art. 12-A.

Quero parabenizar o autor do projeto na Câmara, quero parabenizar o Relator pelo brilhante relatório apresentado, que tirou muitas das dúvidas que já tínhamos; e a Deputada Soraya, que representa a Câmara de Deputados, as Deputadas, e está aqui neste momento.

A minha única dúvida é a seguinte: temos uma preocupação e o nosso objetivo é acabar com o recebimento da vítima por parte de um delegado. O que nós queremos é mulheres nas DEAMs, nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Infelizmente, no Brasil nós não temos nem 10% das delegacias especializadas no atendimento à mulher. Infelizmente, 95% das vítimas de violência contra a mulher e estupros no Brasil são recebidas, num primeiro momento, por delegados, não por delegadas.

Então, se esse projeto, a princípio, avança, principalmente no art. 10, que nós já iremos aprovar – a meu ver não há nenhuma polêmica em relação a ele e em relação ao 12-A... Nós só temos uma dúvida em relação ao 12-B no que se refere à autoridade policial tomar algumas medidas cautelares antecipadamente e, com isso, inviabilizar um projeto que nós temos junto ao Governo Federal, de instalar imediatamente Casas da Mulher Brasileira em todas as capitais do Brasil. O que isso significa? Para que as pessoas saibam o que estamos falando: essas casas são a porta de entrada e a porta de saída da mulher vitimizada. Ela entra, ela é recebida por uma delegada, que a leva automaticamente à defensora pública, a uma juíza especializada, e as providências são tomadas...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora, eu queria lembrar V. Exª que V. Exª pediu a palavra pela ordem...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sim.

Então, diante...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com isso, V. Exª...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Já estou falando como inscrita.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...ultrapassou cinco colegas que estão previamente inscritos. Se V. Exª, brilhante como é, e sobretudo fazendo o discurso simpático que está fazendo a todos nós, não somente às mulheres que estão aqui e que não são Senadoras, eu acredito que a ambos os gêneros, poderia se inscrever, até porque...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não, eu achei que estivesse...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...o concurso de V. Exª é muito importante para esta discussão qualificada.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não, não vou precisar me inscrever, Sr. Presidente, eu já estou concluindo.

Eu pedi a palavra pela ordem justamente por isto: para corroborar a colocação da Senadora Marta. Nós pediríamos vista coletiva, porque aí há prazo para voltar a esta Comissão, que é semana que vem. Todas as Senadoras que não tomaram conhecimento do projeto passariam a dele ter conhecimento. Tiraríamos a dúvida apenas quanto ao 12-A ou 12-B – não sei exatamente, porque também não tinha conhecimento de que este

projeto viria esta semana para discussão na CCJ – e aprovaríamos o projeto ideal para atender as mulheres do Brasil.

Essa é a nossa causa, essa é a nossa luta. Eu quero tranquilizar todos os que estão neste recinto de que estamos imbuídos do mesmo objetivo.

Eu não poderia deixar a Senadora Marta sozinha, por isso é que pedi a paciência dos Srs. Senadores, o que acho compreensível...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, só lembrando V. Exª: eu estou com muito receio dessa questão, já falei aqui, porque a tendência da atual Presidência é avocar os projetos para o plenário, até porque...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Conversaremos com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acredito muito na eficiência, na eficácia das intervenções de pessoas competentes, como V. Exª, e acho que esta Comissão, não só pelas atribuições constitucionais e regimentais que tem, mas, sobretudo, porque ela é o órgão específico para discutir técnica, jurídica e sociologicamente os projetos que tramitam nesta Comissão.

Por que, então, interromper esta discussão, discussão brilhante, como a que V. Exª está fazendo, como a Senadora Marta está fazendo e os outros oradores vão fazer, mas sobretudo com as luzes do parecer metuciloso, profundo que acabou de proferir o Senador Aloysio Nunes, para que nós façamos um apelo – juntando não só o meu apelo, mas o apelo de toda a Comissão – à Mesa Diretora, à Presidência sobretudo, para não interromper esse tipo de discussão que se faz aqui, que é a discussão adequada, eficaz, regimental, constitucional e técnica dos projetos que aqui tramitam.

Eu desconfio que, no plenário, uma matéria dessa magnitude e dessa profundidade não possa ter o mesmo tratamento adequado que está tendo aqui.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sem dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, eu queria que a voz autorizada de V. Exª... Porque às vezes os Senadores são levados pela ilusão de que tirar o projeto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e levar para o plenário vai queimar etapas. Muitas vezes é pior, do ponto de vista prático também, porque a pauta do Senado já vive apinhada, já vive carregada de projetos e a gente sabe quantas vezes as sessões terminam sem nenhuma deliberação. Dificilmente isso ocorre aqui nesta Comissão. Mesmo quando somos interrompidos por fatores jurídicos, legais e constitucionais de sessão deliberativa no plenário, ou sessão de Comissão Especial, como agora mesmo está ocorrendo na Comissão de Impeachment, nós fazemos um esforço para avançar nossa pauta, o que não acontece regularmente no plenário.

Então, é um apelo que estou fazendo a todos os companheiros para se dirigirem ao Presidente. E não quero que pareça que essa iniciativa é vaidade do Presidente. Absolutamente! Na idade que tenho não tenho mais direito a esse tipo de vaidade. O que eu quero, na realidade, é preservar as funções da Comissão e o respeito aos seus membros, que estão aqui para trabalhar e que têm feito isso com o maior zelo e a maior dedicação.

Concedo a palavra pela ordem...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Só para concluir, Sr. Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Posso só concluir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª não concluiu?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Vou concluir para encaminhar a minha questão de ordem.

A minha proposta é, com todo o respeito ao Senador Aloysio... O meu questionamento não é nem constitucional. Eu até vou parabenizar V. Exª, pois deixou muito claro que as medidas cautelares que as autoridades policiais podem fazer sem ouvir a Magistratura, o Poder Judiciário, são medidas cautelares plenamente viáveis, como por exemplo impedir a aproximação do acusado com a vítima, reaproximar essa vítima dos seus dependentes, não vejo discussão aí. É muito mais na eficácia prática em ter um delegado do sexo masculino, mas isso é fácil de ser resolvido, e de que forma isso pode prejudicar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu não posso mudar o sexo do delegado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – as políticas públicas que estamos avançando.

Por isso apenas justificando esse prazo de uma semana que foi dada vista coletiva, apenas para amarrarmos e podermos aprovar o projeto sem grandes discussões no plenário desta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente, pela paciência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu só quero dar uma palavrinha, porque este assunto...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está com a palavra pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu quero dizer o seguinte: em primeiro lugar, eu seria o primeiro a falar com o Presidente Renan Calheiros para que não coloque em votação o requerimento de urgência que foi subscrito pelos Líderes, para que possamos realmente aprofundar e amadurecer a matéria na instância adequada, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

Penso que o pedido de vista formulado pela Senadora Marta Suplicy vai nos ajudar a eliminar dúvidas que possam existir e, eventualmente, até me convencer que é preciso fazer outra mudança. Acho que isso vai em benefício da lei que estamos prestes a aprovar.

Quero esclarecer também, minha querida Senadora Simone Tebet, que uma coisa, são políticas públicas – a senhora sabe muito bem – e outra coisa, é a legislação. E uma coisa não impede a outra, não obstaculiza a outra. E não estou fechando portas. Essa lei não fecha portas ao recurso direto para o juiz. De jeito nenhum. Abre mais uma porta para impedir que a mulher que é espancada em casa, depois de ir ao delegado ou à delegacia para fazer o boletim de ocorrência, volte para casa para conviver com o mesmo agressor. É isso o que eu quero evitar. Quero abrir mais uma brecha, mais uma porta de proteção. É isso.

Lembrando que nós temos... (*Palmas.*)

Lembrando que nós temos no Brasil, Sr. Presidente, 5.500 Municípios e comarcas em 2.600 Municípios. Apenas 48% dos Municípios brasileiros são sedes de comarcas. Essa é a realidade do País. E temos que encontrar um jeito de ir remediando, até que possamos ter uma estrutura jurisdicional adequada para o tamanho deste País que temos a obrigação de cuidar.

Mas, enfim, acho que é muito positiva e estou plenamente à disposição das minhas queridas colegas para discutir dentro do princípio do seguinte: eles por elas. Esse não é um assunto exclusivo de mulher nem exclusivo de homem. É um assunto universal, de todos aqueles que querem erradicar essa praga, essa tragédia que é a violência doméstica.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Todos e todas por elas, Senador Aloysio. Parabéns pelo parecer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Relator, em primeiro lugar quero cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira. E quero cumprimentar V. Exª porque fez um parecer extremamente robusto, com muito zelo, com muito cuidado, abordando ênfases e aspectos extremamente importantes e que podem efetivamente abrir novas oportunidades.

Sr. Presidente, eu queria pedir à Senadora Simone... Eu ouvi V. Exª com toda atenção como a todos os outros Senadores, e gostaria de merecer a atenção de V. Exª como Presidente da Comissão do Congresso que trata desta matéria, da violência contra a mulher, porque creio que a questão da violência e não apenas contra a mulher, mas a questão da violência neste País passou a ser um dos itens prioritários da população. E aí, Senador Aloysio, quero cumprimentá-lo, pois acho que traz um parecer, como eu disse, robusto. Acho que efetivamente, tanto quanto possível, a vítima mulher deve ser atendida por uma autoridade policial do gênero feminino, isso dará à mulher muito mais tranquilidade. No entanto, o meu receio em fixar isso em lei é exatamente o que disse ainda há pouco o nosso Relator: o Brasil é um país de dimensões continentais.

E não estou dizendo que V. Exª disse isso; estou dizendo que o meu receio em fazer uma fixação desse gênero é no sentido de que poderemos estar criando um problema ao contrário de abrir uma oportunidade. Eu acho que é preciso dar e assegurar a preferência para – é o que está na lei – que ela possa ser atendida.

Acho que o grande fato inovador aqui é dar ao delegado de polícia uma ação imediata, pronta, na proteção à mulher, evitando que essa mulher possa ser violentada novamente, repetidamente, sem ter acesso à Justiça, porque lamentavelmente, neste País, 52% dos Municípios sequer tem a presença da Justiça brasileira... (*Palmas.*)

E mesmo os 48% que possuem a presença, essa presença não é constante. Muitas vezes, essa presença é de alguns raros e poucos dias ao longo do ano.

Portanto, deixar a mulher subordinada a essa realidade é contribuir para que a violência seja cada vez mais estimulada pela impunidade e a segurança que ela pode ter que o seu direito enquanto cidadã, enquanto mulher, não será correspondido pelo aparato policial nem pelo aparato judicial.

O segundo ponto que eu quero abordar aqui, Senador Aloysio... E para V. Exª que assume a Liderança do Governo, quero dizer que fui Líder do Governo e fiz vários pronunciamentos nesta Casa como Líder do Governo nessa direção, mas confesso que não consegui avançar.

O Brasil vem, ao longo de muitos anos, de muitas décadas, enfrentando um esforço fiscal. E, no afã de fazermos o ajuste fiscal, este País tem cometido alguns equívocos que eu reputo graves. Entre eles, fazer o

contingenciamento de recursos que deveriam estar sendo aplicados para que os Estados e os Municípios pudessem avançar no combate à violência.

Refiro-me à baixíssima execução orçamentária que existe nos fundos que deveriam garantir investimentos tanto para a força policial, fiscalização, comando e controle, quanto para a força judicante da nossa magistratura. Falar em varas especializadas no conceito, falar em delegacias especializadas no conceito é muito importante porque estabelece políticas públicas que orientam o investimento público, mas, no realismo da grandiosidade do nosso País, sem recursos, isso é nada mais nada menos do que o manifesto de boas intenções.

Portanto, eu creio – e aí eu queria pedir a atenção das nossas Senadoras – que um grande movimento que este Senado deveria assumir com a população brasileira era de que na Lei Orçamentária deste ano nós estabelecêssemos como regra doravante que os recursos para segurança pública fossem incontingenciáveis, para que o povo brasileiro possa voltar a ter investimentos na segurança pública..... (Palmas.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Um ponto a mais... Aliás, me permite uma pequena interrupção? Razão a mais para eu ficar muito feliz com a sua designação para Relator Geral do Orçamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Mas quero dizer a V. Exª que já fizemos isso outras vezes. Nós já colocamos na Lei Orçamentária vedação para o contingenciamento de alguns recursos que reputamos estratégicos e importantes na prioridade nacional, mas lamentavelmente....

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Conte comigo para fazer os movimentos para isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Mas, lamentavelmente, todas as vezes que assim o fizemos esse artigo acabou sendo vetado pelo Executivo, mantendo-se, portanto, o contingenciamento dos recursos seja para o sistema prisional... Porque a violência não acontece apenas dentro do domicílio, não acontece apenas dentro das delegacias, não acontece apenas pela falta da magistratura nos Municípios, mas acontece inclusive no sistema prisional brasileiro, que, ao contrário de fazer a recuperação e a cidadania plena desses cidadãos, acaba aprimorando e forjando criminosos de maior periculosidade. E nós também estamos vivenciando neste País, lamentavelmente, contingenciamentos fiscais de recursos voltados para o sistema prisional.

Então, e não quero me delongar, quero cumprimentar o nosso Senador Aloysio, quero cumprimentar as Senadoras que, acredito eu... E quero aqui, inclusive, cumprimentar a posição da Senadora Marta e da Senadora Simone de fazerem com que fosse pedida vista. Isso, Sr. Presidente, mostra o quanto V. Exª estava correto ao fazer o apelo ao Plenário para que esta matéria fosse debatida nesta Comissão.

Esta Comissão é a Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República. Esta Comissão representa os Estados brasileiros, que aqui devem discutir matérias como esta com profundidade, para que nós não cometamos erros, porque um erro aqui pode provocar recuos. Eu compreendo a ansiedade de muitos que estão aqui, mas às vezes a pressa é inimiga da perfeição.

Nesse sentido, quero cumprimentar a Senadora Marta. Acho que a Senadora foi muito prudente. Quero cumprimentar a Senadora Simone Tebet, e quero dizer que votarei favoravelmente a esta matéria e creio que esta Comissão pode trazer ganhos extraordinários... (Palmas.)

...a este País, fazendo com que os recursos para o combate à violência e os recursos para o aprimoramento, seja da nossa magistratura, seja do sistema prisional, finalmente não sejam mais contingenciados com fins fiscais na Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Nós temos a Comissão do Impeachment. É só para restabelecer... Não vou entrar no mérito, apenas 30 segundos.

É só para restabelecer algumas premissas e deixar bem claro: na semana passada, quando nós chegamos, falaram que este projeto estava em pauta e que seria retirado. Então, ficamos tranquilos em relação a isso em função da leitura, pois são mais de 30 ou 40 projetos a serem aprovados, por semana, na Comissão. Chegamos aqui e vimos que ele foi incluído na Ordem do Dia.

A maioria das Senadoras, e algumas me abordaram, sequer leram este projeto. Eu acho que nós não estamos aqui um debatendo com o outro, mas estamos uníssonos na mesma voz e na mesma linguagem. O que nós não queremos é o açodamento no plenário. Isso tem que ser discutido aqui. Uma semana poderá fazer diferença sim, mas para melhor, e não para pior.

Acabei de dizer que o projeto é válido e viável, nós só temos que tirar algumas dúvidas e até complementar se for necessário.

E encerro parabenizando a belíssima exposição do Senador Eduardo Braga e dizendo que estamos para comemorar os dez anos da Lei Maria da Penha. Quem sabe será um grande presente às mulheres brasileiras o aprimoramento não só com esses artigos, mas porventura com outros dispositivos que poderão ser também acatados pelo nosso nobre Relator, Senador Aloysio Nunes.

Só para que fique muito bem colocado aqui e não dar a sensação que somos nós que estamos fazendo oposição a um projeto brilhante como este.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria dar uma informação a V. Ex^a: o projeto não foi incluído na pauta da semana passada.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Houve uma discussão quando nós chegamos aqui de que haveria a inclusão. Depois falaram que o projeto não estaria em pauta. E nós ficamos tranquilas em relação a isto.

Obrigada mais uma vez, Sr. Presidente, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Eu cheguei a me levantar porque são muitos Senadores e eu não estava aparecendo aqui no cantinho.

Eu quero dizer que este debate é extremamente relevante. Claro que seria muito melhor se decidíssemos sobre um relatório tão perfeito, tão cuidadoso quanto o que fez o Senador Aloysio Nunes Ferreira, até pela sua formação, pela sua sensibilidade social e pelo seu envolvimento com essas questões, porque foi Ministro da Justiça.

Mas agora, com o Brasil envolvido com esse caso rumoroso do estupro coletivo no Rio de Janeiro... E saúdo aqui a nossa Deputada Soraya Santos, que está nesta reunião hoje acompanhando a votação deste projeto. Mas eu imagino também... O Rio Grande do Sul, embora seja conhecido como um Estado machista, onde a violência contra a mulher é muito grave, os índices são muito grandes, é um Estado também conhecido pelo seu alto índice de politização, o que parece contraditório, e o que me deixa feliz é que quem preside a Associação dos Delegados de Polícia no Rio Grande do Sul é uma mulher, Nadine Anflor. (*Palmas.*)

Então, nós aqui que não somos... Eu não sou executora da lei porque não sou delegada, não sou promotora de Justiça, não sou juíza de Direito, nós somos aqui legisladores e entendo que somos generalistas. E no meu caso especificamente, nem tenho, como a Senadora Simone Tebet, a formação jurídica necessária para a compreensão ampla de uma questão tão complexa como esta.

O fato é que as pessoas que exercem essa atividade de prender ou de afastar o agressor da mulher agredida, seja ela a esposa, a amante, a namorada, a companheira, essas pessoas é que podem nos dizer a dificuldade que sentem na prática da aplicação da lei. Mais do que isso: eu penso também que nós não podemos, por outro lado, talvez pela pressa, como foi dito aqui – e queria cumprimentar a Senadora e o Senador Aloysio, o Presidente, a posição do Senador Eduardo Braga –, na pressa, não podemos concluir o processo com risco de inconstitucionalidade na tomada de interferências em áreas que poderão eventualmente ser conflitantes nas corporações, seja o Poder Judiciário, Ministério Público ou a própria polícia.

Então, quanto maior for o consenso entre essas três áreas na execução de uma lei que será benéfica para a proteção das mulheres, será o melhor caminho que temos nós a tomar. E entender as iniciativas das Senadoras como uma proteção, e não como um alheamento à violência e ao problema que estamos vivendo hoje no Brasil.

Basta lembrar aqui – acho que foi mencionado já – que o Brasil tem 5.570 Municípios, e só 462 têm delegacias especializadas para o atendimento à mulher.

Então, Sr. Presidente do Orçamento, vamos cuidar mais das delegacias especializadas para melhorar o atendimento às mulheres também.

Obrigada, Presidente, obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só para dar uma informação à Senadora Ana Amélia, pela sua preocupação com o problema, ela merece essa informação. Agora eu vou fazer aqui um pouco de promoção pessoal, perdoem-me.

Quando eu estive à frente do Governo da Paraíba, nós criamos a Secretaria da Mulher e criamos a Delegacia da Mulher. E tivemos resultados práticos na queda do número de crimes praticados contra as mulheres, penso que em consequência desse ato. Os governos estaduais poderiam fazer isso, muitas vezes isso pode ser uma simbologia, porque não há delegadas mulheres para funcionar em todos os Municípios. Por exemplo, na Paraíba são 223 Municípios, e nós criamos isso nos Municípios maiores porque neles encontravam-se mulheres delegadas que podiam assumir essa pasta.

Mas o resultado foi, vamos dizer, pedagógico, muito interessante, porque as pessoas passaram a entender que, se o Governo do Estado estava preocupado com essa questão, é porque essa questão era realmente uma questão muito grave. Só uma informação para o discurso de V. Ex^a.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Presidente José Maranhão, eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer-lhe que hoje uma mulher vai a uma delegacia de polícia fazer o BO, o famoso Boletim de Ocorrência, e ela chega lá, na frente de todas as pessoas que estão lá, homens e mulheres – na maioria das vezes mais homens do que mulheres –, às vezes com um filho na mão, menor de idade, para falar sobre um estupro de que ela foi vítima. E ela tem que declarar publicamente, porque não há sequer uma sala para esse depoimento, para o registro dessa ocorrência. É uma dupla violência que a mulher está sofrendo, além do drama pessoal daquilo que se chama a dor na alma.

Então, veja só, isso também é um fator que agrava os problemas da violência contra a mulher no nosso País. Muito obrigada, Presidente, e parabéns pela sua iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Prosseguindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, brevemente. Eu tive a honra de ser designado por V. Exª Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2013, de autoria de S. Exª o Senador Cássio Cunha Lima, que estabelece a constitucionalização, a institucionalização da lista tríplice do Ministério Público.

Atendendo, Sr. Presidente, a uma solicitação, a um requerimento das associações dos membros dos Ministérios Públicos do Trabalho, Militar, da Associação Nacional do Ministério Público e também do próprio autor, Senador Cássio Cunha Lima, eu queria encaminhar a V. Exª – já está aí sobre a mesa – um requerimento de autoria do Senador Cássio, subscrito por mim também, solicitando uma audiência pública, nos termos do Regimento Interno do Senado, com a presença dos seguintes órgãos: Associação Nacional do Ministério Público Militar, Associação Nacional dos Procuradores da República, Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Associação Paulista do Ministério Público e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

É este o requerimento e, diante disso, eu solicito a V. Exª que nós não apreciemos hoje, obviamente, o meu relatório em relação à PEC; que aprovemos o requerimento, subscrito por mim e pelo Senador Cássio Cunha Lima; que marquemos, o quanto antes, de acordo com o calendário desta Comissão, esta audiência pública; e que, após essa audiência, nós submetamos o relatório que já está pronto em relação a essa proposta de emenda à Constituição.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sobre o requerimento de V. Exª, ele retira o item da pauta, porque a aprovação do seu requerimento – que eu tenho certeza de que vai ocorrer – suspenderá a tramitação até que se realize a audiência pública solicitada por V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu me dispenso de fazer a leitura do requerimento porquanto o Senador Randolfe Rodrigues, o autor, já a fez, assim como a leitura das associações e autoridades que serão convidadas a participar da audiência pública.

ITEM 39

Requerimento Nº , de 2016

Requeiro, nos termos dos arts. 90, II e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir a Proposta de Emenda à Constituição n.º 47, de 2013, que dispõe sobre a nomeação do Procurador-Geral da República a partir de lista tríplice encaminhada pelas carreiras.

Para a realização da referida audiência pública solicito que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos:

1. Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM;
2. Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR;
3. Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT;
4. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP;
5. Conselho Nacional de Procuradores Gerais - CNPG;
6. Associação Paulista do Ministério Público - APMP;
7. Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros.

Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 24
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015
- Não terminativo -

Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades.

Autoria: Senador José Serra e outros

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Como a Senadora Simone Tebet retirou-se do plenário para participar da Comissão do Impeachment, eu nomeio Relator *ad hoc* o Senador Aloysio Nunes para fazer a leitura do parecer em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Essa proposta de emenda à Constituição tem como primeiro signatário o Senador José Serra, e seu objetivo é constitucionalizar as regras sobre as agências reguladoras, em todas as esferas federativas, por intermédio da inclusão de três novos parágrafos no art. 37 da Constituição Federal.

O §13 institui requisitos para a escolha de dirigentes dessas autarquias em regime especial. Trata-se de condições semelhantes às já exigidas para os postulantes ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, com a previsão, inclusive, de dez anos de experiência no setor regulado, além de notórios conhecimentos técnicos e aprovação do Poder Legislativo do respectivo ente da Federação.

O §14 trata do processo de escolha dos dirigentes, que se realizará mediante processo seletivo público, de forma transparente, imparcial, e que assegure algumas das vagas para servidores de carreira.

Finalmente, o §15 estabelece que, nas agências reguladoras, o total de cargos em comissão não pode ultrapassar um décimo do total de cargos de provimento efetivo.

Eu creio, Sr. Presidente, que, do ponto de vista da constitucionalidade, a análise revela que não há nenhum óbice quanto às chamadas cláusulas pétreas da nossa Constituição. É inegável o mérito da proposta, que vai na linha de uma série de deliberações já tomadas por este Senado Federal em relação às empresas estatais e também aos fundos de pensão, na mesma linha de preocupações que já foram acolhidas por esta Casa nessas deliberações a que me referi e que estão consubstanciadas na proposta de emenda apresentada pelo Senador Serra.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Senador Aloysio Nunes, eu acabo de ter uma experiência no Ministério de Minas e Energia, onde tive a oportunidade de me aprofundar muito com relação a agências, inclusive a Aneel.

Eu gostaria de pedir vista desse processo para que nós pudéssemos avançar um pouco. Acho que é meritória a iniciativa do Senador Serra, no entanto, eu queria fazer só uma pontuação sobre o tema. Compete a esta Casa, o Senado da República, escolher os membros das agências. No entanto, depois que esses membros são eleitos e vão para essas agências, via de regra, que eles atendam a um requerimento de convite da Comissão de Infraestrutura do Senado, é raro. Quando o fazem, fazem-no apenas por razão protocolar, o que significa dizer que a política pública, que deveria ser implementada e, muitas vezes, fiscalizada por esta agência, acaba sendo negligenciada.

Apenas como um exemplo, no setor elétrico brasileiro, toda a fiscalização das obras está delegada para a Agência Nacional de Energia Elétrica do País. Portanto, em todas as obras do setor elétrico, sejam públicas, sejam privadas, a fiscalização de sua execução, do ponto de vista da concessão, é feita pela Aneel. A Comissão de Infraestrutura desta Casa pouco tem informações sobre isso, portanto, eu creio que nós precisamos pedir vista, aprofundar o debate para que nós possamos, na próxima reunião, na próxima semana, trazer uma posição com relação a essa questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só fazer um pequeno comentário de natureza muito assemelhada ao que está falando o Senador Eduardo Braga.

Eu verifico que a política das agências, que foi instituída no governo FHC, gerou verdadeiros quistos na Administração Pública brasileira porque, não sei se devidamente autorizadas pela Constituição, pelas leis ordinárias, as agências, ungidas com o poder que geralmente exibem, que geralmente usam, se tornaram órgãos legislativos.

Os seus atos administrativos modificam, inclusive, a legislação vigente e específica das áreas de cada agência. E não somente isso. Aliás, o Senador José Serra e o Senador Aécio Neves tiveram a iniciativa salutar de se referir a esses aspectos das agências.

De um modo geral, é difícil uma agência que tenha uma diretoria compatível com as funções da própria agência, compatível pelo currículo, pelo conhecimento, pela experiência dos seus titulares; diretorias inteiras de meros apaniguados políticos, que não têm a menor relação de conhecimento com a área que estão exercendo.

Mas, pior do que tudo isso, é o poder quase absoluto que essas agências têm, inclusive para legislar – inclusive para legislar! –, porque os seus atos normativos são verdadeiras leis que estão, em alguns casos, até acima da Constituição. E elas se transformaram em torres de marfim que não têm nenhuma permeabilidade com a sociedade, que não têm nenhum respeito ao Congresso Nacional. Porque lhes foram concedidos tais poderes, eles se colocam acima do bem e do mal e não prestam contas, como deveriam fazer, dos seus atos.

O Senador Eduardo Braga acaba de colocar um fato que eu considero da maior gravidade, uma agência que não é só órgão normativo, mas é órgão fiscalizador, quer dizer, fiscaliza os seus próprios atos. No Direito Administrativo brasileiro, houve muito progresso nessa área da fiscalização dos atos do Poder Público. Inclusive, no próprio Judiciário hoje há um superpoder que está acima dos seus atos, o Conselho Nacional de Justiça, e no Ministério Público, idem.

Pois bem, exatamente quando nesse setor do Judiciário houve um avanço, um progresso para tirar essa discricionariedade daqueles que administram os poderes, no Poder Executivo acontece justamente o contrário com a criação dessas agências. E eu não sei se essas agências estariam em condições funcionais de cumprir os seus deveres com relação aos próprios órgãos cujas atribuições lhes foram confiadas.

É só uma observação que eu quero fazer aqui, Senador Eduardo Braga, indo ao encontro da sua observação, que já tem a experiência do Executivo, saiu de um ministério importante recentemente e registra esse fato aqui, que me parece de uma gravidade extrema, inclusive para o bom controle dos atos praticados por esses órgãos, por essas agências.

Nós precisamos, com o poder que o Senado da República tem, com o poder que o Congresso Nacional tem, fazer uma revisão de toda essa legislação que criou essas agências em um momento em que havia muita compulsão. E é assim, no Brasil, a compulsão tem mais força do que a consciência.

Quando eu vejo, por exemplo, agora, a compulsão para se corrigirem os defeitos da Lei Maria da Penha, eu verifico que a compulsão pode mais do que a consciência, do que a reflexão. No momento em que se criou a Lei Maria da Penha, sob o efeito de outra compulsão, não se cuidou de corrigir o que nós estamos corrigindo hoje, inclusive com certo retardo e prejuízo para muitas mulheres vítimas da violência e vítimas também da humilhação do próprio sistema, que deveria estar aberto para a correção dessas falhas, desses defeitos.

Então, Senador Eduardo Braga, com a sua vivência já em um cargo do Executivo, V. Exª poderia, com o concurso dos doutos Senadores desta Comissão, encontrar uma forma de, através de emenda à Constituição, corrigir as lacunas, as falhas para acabar com esses sultanatos que foram criados no conjunto da Administração brasileira, que são as agências reguladoras, inclusive porque eles têm mandato, eles estão acima de qualquer controle do próprio Executivo, eles funcionam com mandato.

Eu tenho ouvido histórias e histórias a respeito disso: “Não, esse homem é intocável porque ele tem um mandato.” Ora, se no próprio Legislativo, que é o poder por excelência do regime democrático, tem-se mandato mas se está sujeito a processos como os que ocorreram há poucos dias aqui com o Senador Delcídio do Amaral, podendo-se perder o mandato, por que um sultão que está à frente de uma agência reguladora está imune a qualquer ação de controle? Em alguns países já foi até extinto.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, eu queria propor ao Senador Aloysio que fizéssemos uma reunião na Liderança do Governo – a Liderança do Governo possui técnicos da melhor qualidade – para, de repente, apresentarmos uma solução de regulamentação adicional com relação à lei que regula as agências, não sei se em matéria constitucional ou se em matéria infraconstitucional. Que nós trouxéssemos a esta Comissão uma proposta avançada, moderna, que mantivesse o papel das agências, mas que, ao mesmo tempo, mantivesse o papel do Legislativo, o papel do Executivo, o papel da sociedade brasileira, e que essas agências não estivessem acima de qualquer discussão ou de qualquer comando e controle.

Sinceramente, creio que há abusos e que precisamos avançar nessa matéria. Por isso que, em boa hora, o Senador Serra, ao propor essa emenda, traz o debate à Comissão de Constituição e Justiça. Eu me coloco à disposição do Senador Aloysio para que a gente possa construir uma proposta alternativa.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bom, muito obrigado. Vamos fazer isso sim.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a vista solicitada pelo Senador Eduardo Braga para maior estudo da proposta que está em discussão.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Embora esta matéria seja do poder discricionário da Presidência, eu gostaria de obter o aval do Plenário, para dar a ela maior força e maior poder para fazer as devidas correções ora solicitadas.

ITEM 29
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2014
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT).

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta.

Observações: - Em 25/11/2015, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para proferir o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 17, de 2014, de autoria do eminente Senador Valdir Raupp e de outros ilustres membros desta Casa, que acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na forma descrita na ementa epigrafada.

Oferecemos, recentemente, a esta Comissão relatório sobre a PEC em exame, concluindo pela sua aprovação, com uma emenda de redação que apresentamos, o qual, no entanto, não chegou a ser apreciado.

Reiteramos os termos daquele relatório, exceto quanto ao fato superveniente da apresentação da Emenda nº 1, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que ora incorporamos a esta nossa análise, cujos objetivos S. Ex^a assim resumiu:

I – ressaltar que a antiga Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) é a atual Funasa (Fundação Nacional de Saúde);

II – incluir no texto a reabilitação, fundamental para a reinserção do servidor e de seus familiares afetados no mercado de trabalho;

III – alterar o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) para 130 (cento e trinta) salários mínimos, a fim de estabelecer um montante significativo, independentemente do tempo de tramitação da proposta.

A PEC original é composta por dois artigos, o art. 1º, que traz as inserções pretendidas no texto constitucional, e o art. 2º, que é a cláusula de vigência, a partir da sua publicação. No art. 1º da PEC, portanto, consta o novo art. 54-A a ser inserido no ADCT, cujo *caput* determina a concessão de indenização no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) aos ex-servidores da extinta Sucam, portadores de doenças graves decorrentes de contaminação pelo diclorodifenildicloroetano (DDT) no exercício da função.

O §1º estende a indenização aos dependentes dos ex-servidores falecidos em consequência da mencionada contaminação, observado o art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

O §2º determina a isenção do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza para o valor recebido a título da referida indenização.

Já o §3º estabelece o prazo de 180 dias para que a União elabore programa para submeter a tratamento médico e psicológico todos os ex-servidores e seus familiares, com diagnóstico inicial e acompanhamento ao longo de toda a vida.

Por fim, determina o §4º que a despesa decorrente da emenda constitucional que decorrer da PEC em exame será atendida com recursos alocados no Orçamento da União.

Na justificação, os autores fazem breve narrativa acerca dos malefícios à saúde do DDT e de como seu uso foi banido de vários países e, posteriormente, do Brasil, pela Lei nº 11.936, de 14 de maio de 2009, de autoria do Senador Tião Viana. Contudo, o pesticida foi utilizado pela Sucam até o início dos anos 90, ocasião em que os referidos ex-servidores realizaram o sério trabalho de transporte, aplicação e preparação dos pesticidas e inseticidas em condições vulneráveis, sem a devida proteção e sem a necessária informação sobre os riscos aos quais estavam expostos no manuseio dessas substâncias. Além disso, explicam os autores, muitos dependentes daqueles que faleceram pela utilização do produto ficaram economicamente desprotegidos.

À PEC foi apresentada a já mencionada Emenda nº 1, do Senador Vicentinho Alves.

Análise.

Compete a esta Comissão, conforme o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Quanto à admissibilidade, a PEC 17, de 2014, preenche o requisito do art. 60, I, da nossa Carta Magna, tendo iniciado a sua tramitação no Senado Federal, onde foi subscrita por mais de um terço dos membros da Casa.

No tocante às limitações circunstanciais, nada obsta a apreciação da matéria, uma vez que o País não se encontra na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Ademais, a proposta não trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa nem atinge as chamadas cláusulas pétreas.

Está, assim, atendido o disposto no art. 60, I, e §§1º, 4º e 5º da Constituição, e nos arts. 354, §§1º e 2º, e 373 do Regimento Interno do Senado Federal.

Também não incorre a PEC na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

No tocante ao mérito, assiste total razão aos autores da PEC nº 17, de 2014, e urge ser paga, o mais brevemente possível, a mencionada indenização, razão por que o art. 2º desta PEC determina a sua vigência imediata, a partir da publicação.

Contudo, quanto à técnica legislativa, recomendamos que o comando do art. 1º da PEC indique que a alteração proposta no ADCT seja numerada como o art. 101, pois já existe o art. 54-A proposto pela PEC em pauta, novidade inserida na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 78, de 2014, por ocasião da concessão de indenização aos chamados soldados da borracha.

Quanto à Emenda nº 1, entendemos que devemos acatá-la sob a forma de subemenda, de modo a incluir a reabilitação dos servidores e seus familiares contaminados pelo DDT.

Contudo, devemos excluir a menção à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), conforme consta do *caput* do art. 54-A proposto pela PEC em exame, haja vista não ser recomendável a inclusão da denominação de entidade ou órgão em texto constitucional, de presumida perenidade, pois não há garantia de que seja assegurada a existência dessa Fundação ou a permanência de sua denominação ao longo dos anos.

Ademais, a Funasa foi criada por meio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 – quando a Sucam não mais fazia uso do DDT –, incorporando as atribuições, os acervos, o pessoal e os recursos orçamentários da Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) e da Sucam, cujos servidores passaram a integrar a Fundação sucessora dos órgãos extintos.

Quanto à indexação ao salário mínimo da indenização prevista na PEC, a Carta Magna de 1988 vedou sua vinculação para qualquer fim em seu art. 7º, inciso IV, *in fine*, evitando, assim, o que ocorria no passado, quando suas inúmeras vinculações para contornar a desvalorização da moeda nacional serviam de pretexto para que o Governo Federal fosse resistente à sua majoração.

Ademais, o assunto é objeto da Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, assim enunciada, e a cito.

Entendemos, assim, que a alteração constitucional proposta pela PEC em exame não pode superar a garantia constitucional estabelecida pelo Constituinte originário em favor dos trabalhadores que ganham o salário mínimo, conforme consta do citado art. 7º, inciso IV, da Lei Fundamental.

De todo o exposto, concluímos pelo aproveitamento da Emenda nº 1 na parte que prevê a reabilitação dos servidores e seus familiares contaminados pelo DDT, fazendo-se, ainda, a adequada inserção da mudança constitucional proposta como o art. 101 do ADCT, por meio da apresentação de subemenda à emenda apresentada pelo Senador Vicentinho Alves.

E o voto, Sr. Presidente:

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2014, da Emenda nº 1, com a seguinte subemenda que apresenta:

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 17, de 2014, e ao § 3º do art. 54-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, renumerando-o como o art. 101, conforme proposto pelo citado art. 1º, a seguinte redação: “Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do art. 101, com a seguinte redação:

‘Art. 101. Fica concedida indenização, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), portadores de doenças graves em decorrência de contaminação, pelo dicloro-difenil-tricloetano – DDT, ocorrida no exercício da função.

.....
§ 3º A União, no prazo de cento e oitenta dias, elaborará programa para submeter todos os servidores e a seus familiares a tratamento médico, psicológico, de reabilitação e acompanhamento ao longo de toda a vida.....” (NR)

É esse o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista da matéria e não simplesmente pedir vista, porque eu queria fazer um comentário.

Nenhum retoque, nenhuma crítica ao relatório do Senador Acir Gurgacz, mas me parece que, em primeiro lugar, é preciso examinar o custo, que não há de ser nada do outro mundo numa matéria dessa, mas eu penso, Sr. Presidente, que, à semelhança do que ocorre com as matérias que visam à elaboração da legislação infraconstitucional, nós precisaríamos encontrar algum mecanismo aqui na Comissão – seria um mecanismo regimental, não se trata de instituir uma nova cláusula pétrea –, para que as matérias que sejam veiculadas por emenda constitucional tragam, para a apreciação da Comissão, uma nota sobre o custo de sua implantação. Eu acho que seria uma decisão que podíamos tomar, uma resolução da nossa Comissão de Constituição e Justiça. Se V. Exª me permitir, vou submeter à apreciação da Comissão.

Agora, em relação a esse assunto – estava agora conversando com o Senador Raupp –, eu penso, meus caros amigos, que talvez mais eficiente que uma PEC seria realmente uma pressão administrativa para que a Funasa assuma as suas responsabilidades de empregador, porque eles estavam trabalhando, esses trabalhadores, estavam trabalhando como funcionários da Funasa, no momento em que não se tinha ainda ideia da nocividade do DDT.

Por exemplo, nas nossas casas tinha aquela bomba de Flit, como se chamava...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É que a maioria é anterior à Funasa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Que seja, mas o fato...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone.*) – Eram ainda da Sucam

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Só os da Sucam...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas quem foi o sucessor da Sucam?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Foi a Funasa, mas esses recursos já foram utilizadas e não obtiveram sucesso. Por isso, a necessidade da PEC. Esses recursos já foram debatidos amplamente, e não conseguiram chegar a nenhum...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O que o Senador Raupp estava sugerindo, eu acho que seria um boa ideia, é nós fazermos uma audiência pública com um número reduzido de pessoas, especialistas e gente responsável da Administração Federal, para que nós possamos elaborar uma proposta de solução, porque me parece, com todo o respeito à iniciativa da PEC, que o fato de aprovarmos uma disposição transitória na Constituição não terá o condão de, por si só, resolver o problema.

Então, eu penso, Senador, que nós podíamos caminhar para uma audiência pública a ser feita muito rapidamente para que nós possamos, pelo menos, ter uma ideia no tamanho do problema e de como resolver.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Senador Aloysio, permita-me um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Para contribuir.

Acho que V. Exª vem numa linha correta porque, na realidade, o Senador Raupp e o Senador Acir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Querem resolver o problema.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... querem resolver um problema que medidas infraconstitucionais nunca resolveram.

A verdade é, que desde quando houve a extinção da Sucam e a criação da Funasa, nós tivemos um limbo para milhares de brasileiros que trabalharam de forma correta no combate a inúmeras doenças endógenas da Amazônia, seja malária, seja dengue, seja febre amarela, que esses companheiros, conhecidos muitas vezes como “mata-mosquitos”, ficaram ao limbo, abandonados, esquecidos. Existem situações em que muitos deles, inclusive, não conseguiram ser absorvidos por uma outra instituição, porque o que aconteceu com a Sucam quando ela foi extinta é que boa parte da sua competência foi transferida para as agências estaduais, e as agências estaduais, muitas vezes, não contrataram esses trabalhadores.

Então, esses trabalhadores estão num limbo, estão numa zona cinzenta. Acho que a iniciativa de V. Ex^a é correta, acho que precisa-se encontrar uma solução...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O problema é resolver, e eu acho que a PEC, por si só, não resolve.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu concordo com V. Ex^a, mas acho que nós precisamos tomar... Não é grande o número, mas de qualquer forma são brasileiros que foram esquecidos, negligenciados, possuem doenças graves, sequelas graves, e eu acho que a iniciativa do Senador Raupp e do Senador Acir é exatamente trazer esse tema...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro, mais do que louvável. Eu mesmo não tinha conhecimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... para tomar providências, porque há uma quantidade de brasileiros excluídos, esquecidos, ao limbo, com consequências graves para a sua saúde e sem nenhum amparo, seja do ponto de vista funcional, seja do ponto de vista, muitas vezes, até da aposentadoria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O.k.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, só para parabenizar o Senador Acir pelo primoroso relatório que fez, e essa foi a única saída, a única medida encontrada para poder resolver esse problema já discutido há tanto tempo. E lei semelhante a essa já foi aprovada aqui nesta Comissão e no plenário do Senado para atender os soldados da borracha, os seringueiros antigos. Foi aprovada já há alguns anos e resolvido o problema deles.

Até essa lei dos soldados da borracha nos inspirou a produzir essa PEC que o Senador Acir acaba de relatar. E os soldados da Sucam, porque eram chamados de soldados também, usavam até uma farda – não é isso, Governador Eduardo Braga e Senador Acir? –, uma farda amarela, e eram chamados soldados da Sucam, guardas, soldados da Sucam, hoje estão marginalizados.

Foi dito aqui que, com a extinção da Sucam, passaram para a Funasa, mas a Funasa não absorveu. Muitos estão hoje à disposição das prefeituras, das secretarias municipais de saúde, sem nenhuma estrutura e continuam trabalhando. E muitos já morreram, contaminados por esse DDT, por esse veneno americano. O Brasil, na época, não sabia a nocividade que tinha e colocava essas pessoas a trabalhar sem o mínimo de cuidado.

Então, hoje, a estimativa é que haja 6 mil no Brasil infectados pelo DDT. Só no meu Estado, são 1.400 guardas da Sucam, da extinta Sucam, hoje Funasa, infectados por esse veneno. Acho que eles merecem ter o mesmo tratamento que tiveram os soldados da borracha, a mesma importância que teve o soldado da borracha.

Tenho muito respeito, admiro muito o trabalho, ajudei a aprovar essa PEC do ex-Senador Anibal Diniz aqui nesta Comissão e no plenário do Senado. Então, acho que o mesmo tratamento que foi dado aos soldados da borracha tem que se dar também aos soldados da extinta Sucam, hoje Funasa.

Então, vamos acelerar essa reunião, chamando especialistas. Vão aparecer inúmeros para dizer que realmente o DDT, na época, envenenava, contaminava as pessoas, para poder fazer justiça a esse grupo de trabalhadores, que serviram tanto e ajudaram na integração da Amazônia, naquela época visitando de casa em casa, aliás, barracos, porque na época, há 30, 40 anos, eram barracos, de barraco em barraco, pulverizando com uma máquina nas costas, com o DDT, quase que mortal, contaminando essas pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Acir, que é o autor do relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu trago aqui um dado com relação à quantidade de pessoas... Não vamos dizer que teriam direito a essa indenização, mas são 6.748 pessoas. Não sabemos se todas essas pessoas teriam acesso a essa indenização, pois não sabemos se todas elas estariam doentes, contaminadas, mas o número é 6.748, levantamento que foi feito pela nossa consultoria.

E quero aqui colocar, Sr. Presidente, a importância do trabalho desses técnicos da Sucam naquela época em que foi desbravado o Estado de Rondônia especialmente, onde havia um excesso de malária. Aliás, Rondônia tem a cidade de Ariquemes, que era chamada a capital mundial da malária, e o trabalho dessas pessoas foi importante para não vou dizer erradicar nem acabar com a malária, mas para diminuir consideravelmente a malária na Amazônia, em especial no nosso Estado de Rondônia. Naquela época, eu acredito que, de cada dez, nove pessoas pegavam malária. Eu inclusive peguei a minha malária no Estado de Rondônia. Mas, se não fossem esses técnicos, não seria possível a integração da Amazônia e a habitação nas nossas cidades de Rondônia e nos demais Estados da Amazônia.

Por isso, peço ao Senador Aloysio Nunes que nos ajude a achar uma solução para que a gente possa atender essas pessoas que nos ajudaram e muito, não só no nosso Estado de Rondônia, mas na Amazônia e em todo o nosso País. Em Rondônia, como o Senador Raupp colocou, são 1.400 pessoas, mas nem todas teriam talvez o direito dessa indenização. Teria que se fazer um laudo técnico, é evidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro. Quero confessar que eu não sabia da extensão do problema. Convivi com o DDT quando era criança, não sabia que era nocivo, ninguém sabia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – De modo que peço essa vista, mas com o objetivo de ajudar a resolver, trabalhar para resolver o problema.

Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agradeço a sua atenção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência concede a vista solicitada pelo Senador Aloysio Nunes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O.k., Sr. Presidente, eu só queria... Por favor, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só queria fazer um comentário, pela ordem aqui do bom andamento do trabalho: eu convivi com essa situação do DDT, porque eu morei em fazenda até meus nove anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Ex^a é sobrevivente. Um ilustre sobrevivente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sobrevivente. Por isso eu só quero concluir, parabenizando o Senador Acir, parabenizando o Senador Aloysio Nunes, porque até os nove anos eu vivi em uma fazenda e sei o tanto que era importante a presença dos guardinhas da Sucam, que na época iam lá dedetizar e ajeitar as coisas, para a nossa sobrevivência. Mas, por outro lado, a dedetização intoxicava os guardas e alguns, por causa disso que V. Ex^a está levantando. Então, eu acho muito importante essa questão.

E obrigado, Sr. Presidente, pelo aparte que me concedeu, em meio à ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Prosseguindo.

ITEM 25

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, de 2015

- Não terminativo -

Altera os artigos 24 e 37 da Constituição Federal para prever a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, solicito o adiamento do relatório dessa matéria para a próxima semana, tendo em vista que ainda estamos a aguardar uma nota técnica do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedido o adiamento do relatório da matéria para a próxima reunião.

ITEM 21
OFÍCIO “S” Nº 21, de 2014
- Terminativo -

Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 556.311, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 9 de junho de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 39, incisos IV,V,VI,VIII, IX e X, e do artigo 40, caput e § 3º, ambos da Lei nº 731/2003, do Município de Estrela do Sul/MG (Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Estrela do Sul - MG).

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pelo arquivamento do Ofício “S” nº 21, de 2014.

O Senador Eduardo Amorim não está presente. Eu nomeio o Senador Acir Gurgacz como Relator *ad hoc*, a quem concedo a palavra, para proferir o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente.

Esta Comissão recebe, em decisão terminativa, o Ofício “S” nº 21, de 2014 (nº 2.636/P/2014, na origem), do Supremo Tribunal Federal (STF), que encaminha, para os efeitos que do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 556.311, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 9 de junho de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 39, incisos IV,V,VI,VIII, IX e X, e do artigo 40, *caput* e §3º, ambos da Lei nº 731/2003, do Município de Estrela do Sul/MG (Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Estrela do Sul - MG).

Os incisos do art. 39 da lei em questão enumeram hipótese de contratação de servidores públicos, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. O *caput* do art. 40, por sua vez, determina que se observem, nas contratações por tempo determinado, os parâmetros básicos de vencimento do plano de carreira do órgão contratante ou, para a execução de serviços técnicos por profissional de notória especialização, os valores do mercado de trabalho. O §3º do art. 40 estabelece que as contratações de profissional de notória especialização para a execução de serviços técnicos se deem mediante análise curricular.

O Plenário da Corte Suprema, em reunião de 9 de abril de 2014, decidiu pela declaração de inconstitucionalidade das normas em referência. O seguinte excerto do voto do Ministro Relator é elucidativo das razões que motivaram a decisão do Tribunal. E vem citando-o.

Análise, Sr. Presidente.

A disposição do inciso X do art. 52 da Constituição Federal atribui ao Senado Federal competência privativa para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de dispositivo bastante peculiar do sistema de controle de constitucionalidade das normas adotado em nosso País, que permite à Câmara Alta do Poder Legislativo conferir eficácia *erga omnes* a declarações de inconstitucionalidade tomadas pela Corte Constitucional em ações que teriam, originalmente, alcance restrito às partes integrantes do processo.

Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é chamada para avaliar a matéria por força do disposto no art. 101, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui ao Colegiado competência para apresentar o Projeto de Resolução que determine a suspensão da execução da norma em referência.

Na ação que fundamenta o ofício em exame, o STF foi instado a se pronunciar sobre a constitucionalidade dos mencionados dispositivos da lei municipal, em sede de recurso extraordinário apresentado contra a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em uma ação direta de inconstitucionalidade. Trata-se, aqui, de controle concentrado de constitucionalidade, que confere à decisão da Corte Suprema o efeito *erga omnes*, e não de controle incidental, cuja decisão teria efeito limitado às partes.

Mostra-se, assim, desnecessária a atuação do Senado Federal, neste caso, para suspender a execução da norma municipal, razão pela qual pugnamos pelo arquivamento da matéria.

Frente ao exposto, votamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 21, de 2014.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo arquivamento do Ofício “S” nº 21, de 2014.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

ITEM 22
OFÍCIO “S” Nº 27, de 2013
- Terminativo -

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do inteiro teor do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 363.852, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97 (desobriga os recorrentes da retenção e do recolhimento da contribuição social ou do seu recolhimento por subrogação sobre a “receita bruta proveniente da comercialização da produção rural” de empregadores, pessoas naturais, fornecedores de bovinos para abate).

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pelo arquivamento do OFS “S” nº 27, de 2013.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro, para proferir, como Relator *ad hoc*, o relatório sobre a matéria.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, de acordo com o inciso X do art. 52 da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF, para que esse ato tenha efeito *erga omnes*, isto é, seja estendido a todos que não fizeram parte da demanda apreciada pela Corte Suprema.

Por sua vez, o art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que a comunicação encaminhada pelo Presidente do STF acerca de declaração de inconstitucionalidade será, após leitura em plenário, enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que formulará projeto de resolução para suspender a execução da lei, no todo ou em parte.

Depreende-se, portanto, da leitura dos dispositivos, ou seja, do Texto Constitucional e Regimental, que a resolução do Senado Federal não anula nem revoga a lei declarada inconstitucional, apenas suspende a sua execução, mesmo porque, para revogar o ato legislativo, haveria também necessidade de intervenção da Câmara dos Deputados e da sanção da Presidente da República, por meio da elaboração de nova lei. Desse modo, o ato do Senado interfere no plano da eficácia da norma, e não nos planos da existência ou validade, gerando efeitos *ex nunc*, sem retroagir.

Ao receber a comunicação do Supremo Tribunal Federal, o primeiro ponto que deve ser enfrentado pelo Senado Federal é se a suspensão da execução da norma declarada inconstitucional terá alguma repercussão efetiva. Nessa hipótese, elabora-se, então, o projeto de resolução para apreciação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Com a introdução da sistemática de processamento dos recursos repetitivos no âmbito do Supremo Tribunal Federal (arts. 543-B do antigo CPC e 1.036 do atual Código de Processo Civil) e por força do §4º do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que veda a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de constituir os créditos tributários relativos às matérias decididas de modo desfavorável à Fazenda Nacional, em conformidade com o art. 543-B do antigo Código de Processo Civil, foi reduzida a necessidade de o Senado Federal estender os efeitos das decisões da Suprema Corte no reconhecimento da inconstitucionalidade incidental envolvendo tributos. Contudo, o julgado no Recurso Especial nº 363.852 não impede que a Receita Federal constitua créditos fundamentados na norma declarada inconstitucional, pois não foi submetido à sistemática dos recursos repetitivos.

O interesse na preservação da competência constitucional do Senado Federal ainda existe, cabendo a esta Casa Legislativa, exclusivamente, a análise política da conveniência da edição de medida para suspender a eficácia do ato normativo. Mesmo diante da intenção em suspender o ato, é necessário verificar se a norma, por qualquer razão, não está a produzir efeitos, como na revogação tácita, na alteração superveniente ou na extinção do dispositivo. Em tais situações, é evidente que o Senado Federal não deve editar uma resolução para suspender algo que não mais persiste.

No caso concreto, o STF reconheceu não ser possível atribuir a responsabilidade, ou seja, sub-rogação, aos adquirentes, pessoas jurídicas, de produção rural, advinda de empregadores rurais pessoas físicas (conforme previsto no inciso IV do art. 30 da Lei nº 8.212, de 1991). A substituição não se exige, pois não se pode reter a contribuição surgida com o art. 1º da Lei nº 8.540, de 1992, que violou a Constituição Federal.

Ressalve-se, entretanto, que a contribuição declarada inconstitucional (art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991) foi objeto de modificação posterior às Leis nºs 8.540, de 1992, e 9.528, de 1997, pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001. Em função dessa mudança superveniente, caso o Senado Federal suspenda a execução do dispositivo, estará estendendo indevidamente o conteúdo da decisão proferida pela Suprema Corte.

O próprio STF, no julgamento do Recurso Especial nº 363.852, consignou expressamente que a inconstitucionalidade da tributação foi reconhecida até a redação conferida pela Lei nº 9.528, de 1997, que é anterior à Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Não foi analisada, assim, a exigência com base na Lei nº 10.256, de 2001, que se encontra com repercussão geral reconhecida pelo Plenário do STF no Recurso Especial nº 718.874.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 27, de 2013.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se pronunciar, encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 27, de 2013.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia oito de junho de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Lasier Martins, Acir Gurgacz, Hélio José, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Edison Lobão, Waldemir Moka e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Após a leitura de comunicado, tem início a apreciação da Pauta, com inversão na ordem de apreciação. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 30, de 2016, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que “com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Romeu Donizete Rufino, para participar de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Agência.” Resultado: aprovado. Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 31, de 2016, de autoria do Senador Hélio José, que “tendo em vista o RQI nº 16/2016, pelo qual foi aprovada sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira, venho submeter à elevada consideração dos membros dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura a seguinte proposta de Plano de Trabalho pelo qual possamos traçar um diagnóstico das políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo”. Resultado: aprovado. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes”. Relator: Senador Walter Pinheiro. Relatório: pela aprovação com sete emendas. Resultado: adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Acir Gurgacz, Lasier Martins, Dalirio Beber, Waldemir Moka e Hélio José. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata desta Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e dez minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 32/2016, do gabinete da Liderança do PSDB, que indica o Senador José Aníbal como membro titular desta Comissão.

Gostaríamos de dizer da nossa satisfação por termos agora, nesta Comissão, o concurso do Senador José Aníbal, do PMDB, de São Paulo. Com a sua experiência no trato da coisa pública, o Senador José Aníbal dará, certamente, uma grande contribuição a esta Comissão.

Passamos ao exame do item 2 da pauta. Trata-se de um requerimento de minha própria autoria.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 30, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Romeu Donizete Rufino, para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Agência.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Em votação o requerimento.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3. Vamos ter um pouco de paciência, porque não temos quórum para apreciação do item 3.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, enquanto não há quórum, aproveito o momento para fazer algumas ponderações com relação à nossa BR-364, no Estado de Rondônia. Nós já estamos trabalhando há alguns anos para que seja feita a concessão da BR-364 entre Comodoro, que é no Mato Grosso, mas já quase na divisa de Rondônia, até Porto Velho. São 880 quilômetros aproximadamente.

A perspectiva era de que a licitação para a concessão fosse feita este ano de 2016. Aí, ontem, recebi um cronograma, em que a data para a eventual assinatura dessa concessão será no final de 2017. No final de 2017 será a conclusão do processo licitatório, assinatura e tal.

Em 2018, mais ou menos em fevereiro de 2018, deverá ter a licença ambiental, ou seja, nós estamos em 2016, vamos passar o ano de 2016 ainda, todo o ano de 2017, e, em 2018, deverá haver a assinatura ou a licença ambiental para que seja iniciada a obra de manutenção através de concessão e duplicação da BR-364.

Eu quero fazer um alerta, porque essa é uma BR importante para todo o País, evidentemente, mas principalmente para o Estado de Rondônia, porque é a única BR que corta o Estado e que leva toda a produção agrícola de Rondônia para o porto em Porto Velho e também a produção de grãos do Estado do Mato Grosso. Tem um movimento grande, tem havido vários acidentes, muitas pessoas já morreram. Infelizmente estão ocorrendo esses acidentes, trazendo muitas dificuldades.

Então, quero fazer um apelo ao Ministério dos Transportes para que haja uma antecipação desse processo de concessão.

Outras rodovias têm um cronograma mais curto, como a 282; a 470, de Santa Catarina; a 101, de Pernambuco. Essas têm uma previsão mais curta. A gente poderia antecipar essa concessão porque o processo de concessão não traz custo para o Governo. Pelo contrário. Ele elimina o custo de manutenção que hoje é feito pelo Governo Federal, por meio do DNIT. E deverá ser mantida essa manutenção pelo Governo, pelo DNIT até 2018. Isso é um custo a mais para o Governo. Então, quanto mais cedo nós pudermos concessionar essa rodovia, mais cedo se iniciará o processo de duplicação, o trabalho de duplicação e se cessará a despesa que é feita – a gente fala despesa, mas é um investimento; é um investimento que o Governo faz para a manutenção da estrada, para evitar acidentes, evitar as mortes que estão acontecendo.

Então, fica aqui o nosso apelo para que o Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, possa antecipar esse cronograma, possa trazer de volta para o ano de 2016. E não sei o que podemos fazer, o que falamos os nossos universitários com relação... Que pedido nós podemos fazer para o DNIT? Qual atitude podemos tomar para providenciar, para pedir ao DNIT a possibilidade de nós anteciparmos esse processo licitatório da BR-364?

Eu pediria a V. Ex^a que nos orientasse sobre qual atitude nós deveríamos tomar, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu creio que, diante da preocupação de V. Ex^a, o melhor seria nós constituirmos uma comissão e irmos até o DNIT para fazer, então, um apelo no sentido de que tivéssemos uma forma de apressar tudo isso, pois vai trazer um imenso prejuízo, como V. Ex^a está salientando.

O Senador Moka hoje chegou atrasado.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente Garibaldi, até sobre o assunto trazido pelo Senador Acir, nós ontem estivemos com o Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas foi justificado, porque ele estava tomando um café com a Frente Parlamentar da Agropecuária. Não é isso?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, não, do pequeno e micro empresário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Até a Senadora Marta foi a expositora.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com relação à questão de obras na infraestrutura rodoviária, nós estivemos ontem para falar sobre Santa Catarina, até porque nós temos vários trechos que serão concedidos, a 470, a 280 também, 282, 153. Na verdade, temos lá vários trechos que foram licitados, contratados e estão em execução, ainda que de forma lenta. O cronograma inicial previa a entrega dessa obra por volta de 2018, final de 2017 e meados de 2018. Lamentavelmente, pelo cronograma, ou seja, já executado, não se chegará a terminar essas obras no cronograma contratado.

No entanto, paralelamente a isso, está sendo feito o processo de concessionamento dessas rodovias. E é preciso haver uma diretriz por parte do próprio Governo, no nosso caso, onde já existem esses trechos contratados, se o Governo entrega esses trechos contratados acabados para a futura empresa concessionária ou se interrompe a execução dessas obras para integrar como objeto da concessão.

Isso com certeza impacta na definição da tarifa de pedágio a ser praticada, mas num dos trechos, a 282 com a 153, que vai em direção ao Paraná, a previsão é de que o pedágio seja da ordem de 14,75. Ou seja, um valor totalmente impraticável pela economia local, em função de fluxo de veículos medidos até então.

A equipe que está assumindo agora, o Maurício Quintella, em função dessa tarifa que a PMI apontou de 14,75 inviável, está revendo, redimensionando todos os trechos, da 470, da 280, como também da 163, da região de São Miguel do Oeste.

Acho que valeria a pena, talvez, acatando a sugestão do Senador Acir, trazer o próprio Ministro e a equipe do setor rodoviário, que envolve o DNIT e envolve a ANTT, para que nos desse um panorama de como serão no futuro essas concessões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas teríamos que aguardar um pouco esse levantamento que está sendo procedido. Então, vamos aguardar. O tempo de espera fica entregue...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É. Os editais de concessão, no caso de Santa Catarina, era previsto serem lançados agora, durante o mês de junho, mas não há a menor previsão. Não sei se vai acontecer no segundo semestre. Também nós não poderíamos exigir da equipe atual que nos respondesse prontamente, mas quero crer que até o final do mês de junho ela já possa sinalizar com um cronograma provável de lançamento dos editais no caso de Santa Catarina. Não falo dos outros Estados porque não foi objeto da nossa consulta no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Isso nós poderíamos monitorar informalmente, acompanhando para ver qual a data adequada, o período adequado para formalizarmos, então, o convite.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu me comprometo a acompanhar, Sr. Presidente, para ver qual o tempo certo, a data mais ou menos prevista para que a gente possa convidar aqui o Ministro dos Transportes. De fato, a ANTT é mais importante nesse processo de concessão do que o DNIT, mais por conta da manutenção.

E, falando em manutenção, também faço aqui um apelo ao DNIT com relação aos viadutos de Porto Velho que estão paralisados novamente.

O TCU interveio no processo licitatório, exigindo que a empresa assumisse a obra anterior, que foi feita por outra empresa. A empresa que ganhou a licitação não aceita, quer desfazer o contrato. O contrato vai ser rescindido, e a única maneira, que eu vejo, viável para resolver o problema é fazer um convênio com o Exército, com o 5º BEC, para que o 5º BEC possa terminar os viadutos em Porto Velho.

Então fica aqui um apelo ao Valter Casimiro, Diretor-Geral do DNIT, para que possa nos ajudar a resolver os problemas dos viadutos na nossa capital, Porto Velho.

E eu vou ficar monitorando, Sr. Presidente. Talvez pudéssemos até fazer o convite sem data. Eu vou providenciar para que façamos o convite e possamos votá-lo sem data. E depois marcamos uma data adequada com eles quando os trabalhos estiverem mais avançados.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu queria comunicar aos Senadores que nós continuamos com dificuldade de compor uma pauta maior, com maior número de matérias, porque nós ainda não recebemos os processos que foram enviados aos Srs. Senadores.

Hoje nós temos 34 matérias com os Relatores, e algumas foram distribuídas já há algum tempo. Por isso nós temos hoje uma pauta de apenas 3 itens. Poderia provocar até uma certa estranheza, mas, na verdade, trata-se de que os Srs. Senadores não enviaram as matérias.

E nós compreendemos o momento que nós estamos vivendo, um momento grave, em que os Senadores têm se dedicado a outras reuniões, mas nós faríamos um apelo para que nós pudéssemos ter o envio dessas matérias, sob pena de termos o comprometimento das nossas reuniões.

Nós já estamos aqui, para alívio de alguns Senadores, praticamente no final dos trabalhos, porque nós só temos, agora, para deliberar, o item 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31, de 2016

- Não terminativo -

Tendo em vista o RQI nº 16/2016, pelo qual foi aprovada sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira, venho submeter à elevada consideração dos membros dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura a seguinte proposta de Plano de Trabalho pelo qual possamos traçar um diagnóstico das políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo.

Autoria: Senador Hélio José

Observações:

Proposta de Plano de Trabalho em complemento ao RQI nº 16 de 2016, aprovado em 06/04/2016.

Trata-se de um requerimento de autoria do Senador Hélio José, que se propõe a apresentar o seu plano de trabalho a respeito de uma política pública que promova avaliação das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

Nós estamos aguardando ainda o Senador Hélio José para que ele possa fazer a apresentação da sua proposta.

Enquanto isso, eu queria fazer esse apelo aos Senadores e às Senadoras, no sentido de retomarmos o fluxo das matérias para deliberação da Comissão.

O universitário está nos dando aqui a notícia de que o Senador Hélio José ainda não se encontra nas dependências do Senado.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Presidente Garibaldi.

Eu queria sugerir, para nós objetivamos ainda mais os trabalhos, já que tem havido essa demora com relação aos projetos que estão com a relatoria, que a gente desse andamento às audiências públicas. Eu tenho um requerimento, por exemplo, para nós trazermos aqui a nova Presidente do BNDES. Já houve a aprovação do requerimento. Isso desperta uma curiosidade natural. Por exemplo, ontem, nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia com a presença do novo Ministro da Ciência e Tecnologia, com um quórum magnífico, uma repercussão muito boa. E foram satisfeitas muitas perguntas. Da mesma forma, com relação ao BNDES, pois há, sabidamente, uma curiosidade enorme de todos nós Parlamentares e brasileiros sobre esse banco. Então, eu queria sugerir que a gente agilizasse o pedido de marcação de uma data por parte da nova Presidente para que ela viesse até a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª tem inteira razão. Inclusive, nós tivemos aqui, na semana passada, uma audiência sobre o carro elétrico.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu estive presente, muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foi uma audiência muito objetiva. Nós tivemos aqui vários convidados. Vamos intensificar, não resta dúvida, o calendário das nossas audiências. Por exemplo, no dia 15/06, vamos contar com a presença do Diretor-Geral da Aneel. Trata-se do requerimento que acaba de ser aprovado. Temos outras audiências, inclusive essa em que V. Exª propõe a participação da Srª Maria Sílvia Bastos. Eu não sei se a Srª Maria Sílvia Bastos já estaria em condições de vir até aqui. Mas eu prometo a V. Exª que entrarei em contato com ela para que realmente possamos ouvir dela a disponibilidade para atender ao nosso convite.

Com a chegada do nosso Senador Hélio José, gostaríamos de ouvi-lo no que toca ao item 1 da pauta. O Senador Hélio José vai nos propor um plano de trabalho que promova a avaliação de políticas públicas, com relação à implantação de energias alternativas.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador Garibaldi Alves, colegas Senadores desta importante Comissão de Infraestrutura, passo, até para ganhar tempo, diretamente à questão do pronunciamento.

Srª Senadoras, Srs. Senadores, nesta oportunidade, apresento a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do Requerimento nº 16-CI, de 2016, proposta de plano de trabalho para avaliação de políticas públicas para a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, introduzido pela Resolução nº 44, de 2013, estabelece que as Comissões Permanentes selecionem, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. É, nesse contexto, que apresento a referida proposta.

Pretendo e sugiro aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que esta Comissão analise os investimentos feitos nessa área, com o objetivo de apresentar sugestões para o aprimoramento legislação vigente, se for o caso.

A avaliação a ser empreendida nesta Comissão tem por objetivo investigar o impacto das políticas públicas destinadas a inserir as fontes energéticas renováveis na matriz elétrica brasileira e averiguar em que medida atendem aos objetivos para as quais foram instituídas.

Dividimos o tema em quatro subtemas.

Primeiro: Proinfra. Para quem não sabe, o Proinfra foi um programa muito importante no desenvolvimento das energias eólicas no País, energia dos ventos, e, há mais ou menos nove anos, foi o precursor de financiamento para garantir que o País pudesse hoje ser uma referência mundial em nível de geração eólica.

Geração distribuída, que é uma importante propositura no sentido de propiciar que haja, no País, pessoas que possam produzir sua própria energia e revendê-la lá no ponto de carga. Essa questão da geração

distribuída e as novas legislações feitas na Aneel também permitem hoje que o Brasil seja um mercado muito próspero para as energias alternativas, notadamente a energia solar.

Prodeem, que é um programa que foi feito ainda no governo FHC, que visava dotar escolas, dotar ambientes, principalmente em áreas isoladas, para poderem ter condições de receber energia, seja via bateria e outras questões. Portanto, o Prodeem é um programa que teve muito problema – vamos ver quando da audiência pública dele –, mas que também é importante avaliar, para que possamos andar nos caminhos certos das energias alternativas.

E os leilões de energia de reserva, porque esses leilões muitas vezes são responsáveis pelo alto custo da energia brasileira que pagamos hoje, principalmente por causa da energia térmica, por causa da utilização de petróleo, por causa da utilização de outros insumos poluentes para gerar energia.

Essas audiências públicas serão fundamentais para que possamos cumprir a meta de fazer a avaliação dessa importante política pública.

A matriz elétrica brasileira é de origem predominantemente renovável, com destaque para a geração hidráulica, que responde por 65,2% da oferta interna. Ainda assim, é fundamental analisar a matriz elétrica brasileira para avaliar se a energia produzida está sendo utilizada de forma adequada e garantir a produção de energia suficiente para atender a demanda da sociedade.

Apesar dessa predominância hídrica em nossa oferta de geração, a inserção de fontes alternativas renováveis é uma imposição por questões econômicas e estratégicas.

No aspecto estratégico, verifica-se que, hoje, os reservatórios das usinas hidroelétricas têm autonomia anual, e não mais plurianual, como no passado. Os potenciais aproveitamentos hídricos, em sua grande maioria, são a fio d'água. Isso tem causado para todos nós – e todo mundo sabe aqui – uma série de problemas no sistema elétrico brasileiro. E nós vamos ter que entrar, amiúde, nessa discussão aqui.

Consequentemente, é necessário avaliar o papel da geração distribuída no Brasil e seus desafios, no que se refere às questões regulatória e econômica, para identificar as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores e pelos consumidores de energia elétrica que pretendam implantar um sistema de geração de energia para o consumo próprio.

No País, a geração distribuída ainda está por acontecer, sendo que é uma opção técnica e economicamente viável, porque é uma geração próxima ao centro de carga, que evita a implantação de grandes e custosas hidroelétricas e impede a instalação de longas e dispendiosas linhas de transmissão, assim como a implantação de usinas termoeletricas dispendiosas e poluidoras.

Então, aqui neste final, nós resumimos alguns problemas crassos. Por exemplo, vocês veem que cada vez mais se fala em tensão mais alta. Por que se fala numa linha de transmissão de 500kV, 750kV? Porque, quanto maior a tensão, menos perda. Isso é para evitar perda, porque a distância é muito grande, da produção ao consumo. Por isso também é que se fala – como vocês já ouviram falar – em transmissão e corrente contínua, porque é uma transmissão que evita problemas. Então, há uma série de questões que estaremos avaliando nessas políticas públicas, com relação à energia.

Quanto à avaliação sobre o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios, o Prodeem, a meu ver, deve se verificar se, como esse programa, as comunidades isoladas já têm acesso à energia elétrica, assim como as comunidades do meio rural. É aquilo que eu falei: no que se refere aos lugares mais longínquos, isolados, como é que foi o atendimento? Pergunto isso porque hoje, mesmo com o Luz para Todos, ainda temos algumas ilhas, alguns lugares muito complicados, que não têm energia. E o Prodeem era para isso. Ele não conseguiu resolver tudo, nem o Luz para Todos. E nós vamos ter que ver agora, nas fontes alternativas, um modo de se chegar aonde não chegam linhas de transmissão ou de distribuição.

É necessário verificar os gastos realizados pelo Governo Federal e sua eficácia. Além disso, precisamos identificar como são mantidos os sistemas implantados, tendo em conta que, em comunidades isoladas, a logística para o suprimento de peças sobressalentes e de apoio técnico é altamente complexa.

Como determina a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a contratação da energia de reserva tem como escopo a elevação da segurança no fornecimento da energia elétrica no Sistema Interligado Nacional. A energia deve ser derivada de usinas especialmente contratadas para essa finalidade, sendo adquiridas por meio de leilões de energia de reserva. Isso tem onerado o preço da energia.

Os custos decorrentes das contratações da energia de reserva, mediante a aplicação do Encargo da Energia de Reserva (EER), com a inclusão de custos administrativos, financeiros e tributários, são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional. É preciso avaliar os leilões de energia de reserva e verificar se esse encargo vem atendendo ao objetivo para o qual foi criado, se a segurança no fornecimento de energia elétrica foi alcançada e se está sendo respeitado o princípio da modicidade tarifária e da equidade entre todos os consumidores.

Estou concluindo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a avaliação poderá ser iniciada pela coleta, consolidação e apreciação de informações, que podem ser requisitadas ao Ministério das Cidades, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério do Meio Ambiente.

Em seguida, propõe a realização de quatro audiências públicas, a serem realizadas no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o seguinte cronograma: em julho, a atividade é a preparação e o envio de requerimentos de informações aos Ministérios. Isso seria feito em julho. Em junho, a atividade seria a audiência pública em si. O local seria Brasília, e a primeira audiência pública, para avaliar o Programa de Incentivo de Fontes Alternativas da Energia Elétrica (Proinfra), a promoção de diversificação da matriz energética brasileira. Então, veríamos a parte exitosa e a parte onde houve o problema do Proinfra.

Em julho, ainda, faríamos uma audiência pública sobre a inserção da geração distribuída no Brasil, a situação atual e as perspectivas futuras. Essa audiência pública é fundamental para a compreensão da questão da instalação da energia solar no País.

Em setembro, faríamos uma audiência pública, para discutir os avanços e desafios do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios, que é aquele programa chamado Prodeem.

Em outubro, faríamos outra audiência pública, para discutir os leilões de energia de reserva, a metodologia aplicada e as perspectivas de longo prazo.

Com essas quatro audiências públicas, teríamos elementos suficientes para podermos avaliar essa importante política pública.

Ao término de todo o processo, será elaborado um relatório preliminar, que será apreciado pelos Srs. Senadores e pelas Sr^{as} Senadoras, membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para que apresentem sugestões a serem incorporadas ao relatório final.

Esse é o relatório específico sobre o tema em que a nossa Comissão resolveu debuchar neste ano, sem termos de vista algumas perspectivas fundamentais. Por exemplo, já pedi para a minha assessoria juntar tudo que existe de energia solar fotovoltaica, para podermos apresentar uma proposta de marco regulatório dessa importante energia em nosso País. Estamos trabalhando nisso. Eu queria até fazer mais audiências para isso, mas nosso tempo não permitiu. Estamos com um ano atípico, por isso resumimos a apenas quatro audiências.

Precisamos verificar algumas formas de energia complementares, em que o Brasil poderia estar ampliando mais o investimento, como as energias vindas dos resíduos sólidos, da biomassa, do aproveitamento do lixo. Mas faremos audiências pontuais, específicas, sobre esse tema, para não atrapalhar a nossa meta aqui, que é avaliar a política pública.

Foram criados no País esses quatro programas, para incentivar. Então, nós vamos cumprir a tarefa da Comissão, que é fazer as quatro audiências públicas e avaliar os programas que foram colocados.

Na minha visão, faltaria um programa. E aí quero até colocar à disposição do pessoal o meu desejo de tentar incluir, embora ela não esteja aqui, uma audiência pública exclusiva também para fazer parte da avaliação, que é a do Luz para Todos. Vamos conversar um dia aqui. Já fizemos o Prodeem, o Proinfra, o leilão de reserva e estamos fazendo exatamente a outra questão do... Como é o nome? Prodeem, Proinfra, leilão de reserva e a energia distribuída.

Garibaldi, nobre Presidente, eu acho que não dá para ficar sem avaliarmos o Luz para Todos. Então, eu faria um adendo. A data nós combinaríamos no transcorrer do processo, quando seria especificamente a audiência pública sobre o Luz para Todos, quais foram as suas consequências, o que ele atendeu, o que está faltando para ser atendido e como nós podemos chegar a fazer esse atendimento para as pessoas que não foram atendidas.

É isso que eu teria de falar, nobre Presidente.

Peço desculpas e vênha a V. Ex^a por não ter conseguido chegar às 8h30, mas fiz o possível para chegar aqui às 8h45.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Hélio José.

Submeto o requerimento de S. Ex^a à votação.

Em discussão. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Esse adendo, solicitado por V. Ex^a, sei que formalizará posteriormente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Agradecido. Agora, cuidarei, junto com o nosso universitário Thales, de realizar as audiências. E na próxima reunião da nossa Comissão, nós fazemos o adendo do Programa Luz para Todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item nº 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2009
- Terminativo -

Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação com sete emendas

Observações:

1. Parecer da CMA pela prejudicialidade;
2. a matéria constou das pautas desta Comissão em 06.04.2016 e 13.04.2016, ocasiões em que foram lidos novos relatórios e concedida vista coletiva da matéria;
3. a matéria constou da pauta de 20.04.2016 e 27.04.2016, quando teve sua apreciação adiada.

É um projeto de natureza terminativa e nós, a essa altura, não temos condições de esperar que tenhamos o quórum desejado. Sendo assim, vamos deixar para a próxima reunião.

Só nos resta, antes de encerrarmos a presente reunião, propor a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não, Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É sobre o Requerimento nº 26.

Por causa dessas ocupações todas que estão exigindo de cada um de nós – eu estava na medida provisória das taxas aeroportuárias, tive muito trabalho, mas, ontem, eu consegui lê-la, afinal, e vamos aprová-la hoje –, acabei não podendo participar efetivamente das nossas duas últimas reuniões da CI.

Havia um requerimento de minha autoria em que, também por economia processual, eu tinha colocado o convite ao Ministro de Minas e Energia e ao Diretor-Geral da Aneel para virem nos externar a sua proposta de trabalho sobre o programa novo que está chegando. Atendo a alguns colegas que acham que não se deveria misturar o Ministro com o Presidente da Aneel. O meu objetivo total era economizar tempo, mas eu não tenho problema nenhum nisso. Eu acho que o Ministério é o responsável pela Aneel, pois é uma autarquia ligada ao Ministério. Então, nós poderíamos, no momento oportuno, formular um convite ao nosso Ministro – eu acho que ele até já se propôs a vir aqui fazer esse debate – para podermos ouvir como ele está pensando, como ele está avaliando o tocar das nossas políticas energéticas em nosso País, como também da política minerária.

Então, nós poderíamos suprimir, no Requerimento nº 26, o convite à Aneel, nessa primeira hora, e deixar apenas o convite ao Ministro. Assim, V. Ex^a, com a nossa assessoria, poderá avaliar a data mais oportuna, junto ao Ministro, para ele vir à Comissão e apresentar o seu plano de trabalho. Ficaria, no meu Requerimento nº 26, suprimida a parte relativa à Aneel, permanecendo apenas o convite ao Ministro de Minas e Energia, e V. Ex^a acertaria com ele a data oportuna para que venha à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Hélio José, farei um novo encaminhamento de acordo com essas ponderações de V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A próxima reunião será realizada no dia 15 de junho próximo, quarta-feira, neste plenário, às 8h30.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 10 minutos.)

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM PRIMEIRO DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia primeiro de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Medeiros, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Simone Tebet, Dalírio Beber, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Hélio José e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Ricardo Franco e Randolfe Rodrigues. São registradas as presenças: dos Senadores não membros da Comissão Ataídes Oliveira e Vicentinho Alves; dos Deputados Estaduais do Estado do Mato Grosso Dilmar Dal’Bosco e Baiano Filho; dos Vereadores da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia/MT, Domingos Fernandes Goes e Aparecida dos Santos Brandão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião, destina-se à realização de Audiência Pública pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em atendimento ao Requerimento 06/2016-CDR, de autoria do Senador José Medeiros, para debater junto com as autoridades responsáveis, a execução da estrada Ecológica do Araguaia, que liga a BR-242, entre Mato Grosso e Tocantins. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. Luiz Antônio Ehret Garcia, Diretor de Infraestrutura Rodoviária-DNIT, representando o Sr. Valter Casimiro Silveira, Diretor Geral do DNIT e o Ministério dos Transportes; Sr. Victor Castro Fernandes de Sousa, Coordenador-Substituto na Diretoria de Licenciamento Ambiental-IBAMA, representando a Srª Marilene de Oliveira Ramos Murias dos Santos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Sr. José Antônio de Almeida, Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia/MT; Sr. Marcos Antônio Miranda Sousa, Vereador Municipal de São Félix do Araguaia/MT, representando o Sr. Silvio Bento Leal, Presidente da Câmara Municipal de São Felix do Araguaia/MT; e Sr. José Rubens Mazzaro, engenheiro. O Senador José Medeiros passa a presidência para o Senador Wellington Fagundes às onze horas e trinta minutos. Encerrada a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Ataídes Oliveira, Vicentinho Alves e Wellington Fagundes; e, por deferência do plenário da Comissão, o deputado estadual do Estado do Mato Grosso Sr. Baiano Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Medeiros

Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico a todos que recebemos o Aviso nº 413-TCU, de 13 de maio de 2016, que traz cópia do Acórdão nº 1.163, de 2016, proferido pela Corte do Tribunal de Contas, nos autos do Processo nº 033057/2014.

O tema do acórdão diz respeito aos autos que cuidam da auditoria operacional realizada na Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, do Ministério do Turismo, na modalidade Fiscalização e Orientação Centralizada, objetivando identificar, conhecer e avaliar as ações governamentais na área de ecoturismo da Região Norte.

O referido aviso ficará na Secretaria de Apoio da Comissão de Desenvolvimento Regional, à disposição dos interessados.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de debater, junto com as autoridades responsáveis, a execução da estrada ecológica do Araguaia que liga a BR-242, entre Mato Grosso e Tocantins, em atendimento ao RDR 6/2016, de autoria do Senador José Medeiros.

Antes de compor a Mesa... O projeto da rodovia constitui uma das concepções rodoviárias mais antigas e de maior importância econômica e social para o Brasil e toda Região Centro-Norte do País. É realizada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, sendo essencial à já combatida infraestrutura viária de Mato Grosso e representa o principal corredor de escoamento da capacidade produtiva do Estado.

A BR-242 é uma rodovia federal que se orienta na direção leste-oeste, com extensão de 2.353 km, passa pelos Estados da Bahia, de Tocantins e de Mato Grosso. O ponto inicial da rodovia é São Roque do Paraguaçu, Município de Maragogipe, e o ponto final fica no Município de Sorriso, no entroncamento da BR-163.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Viação, divulgado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a BR-242 possui 1.246 km de extensão pavimentada, 496 km não pavimentados e 610 de rodovia planejada, portanto, ainda não implantada.

A maior parte dos trechos não pavimentados e implantados fica no Estado de Mato Grosso, que possui apenas 101 km de rodovia pavimentada.

A construção do subtrecho entre os Municípios de Querência e Sorriso, no Estado de Mato Grosso, que liga a BR-163 à BR-158, consta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); também consta do PAC a construção do subtrecho entre os Municípios de Taguatinga e Peixe, no Estado do Tocantins, com três contratos em execução.

O trecho de 84 km entre Porto Piauí e São Félix do Araguaia, na divisa do Estado de Tocantins e Mato Grosso, que atravessa a Ilha do Bananal, é conhecido como Rodovia Transbananal. É importante registrar que esse trecho não consta do PAC.

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados instalou a subcomissão especial destinada a acompanhar as obras da BR-242.

Em audiência pública realizada em 10 de novembro de 2015, foi apresentado o projeto de implantação desse trecho da rodovia, elaborado pelo Governo do Tocantins, e discutidas especialmente as questões relacionadas ao licenciamento ambiental, já que a Ilha do Bananal abriga o Parque Nacional do Araguaia e comunidades indígenas.

O representante do DNIT afirmou, naquela ocasião, que os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental seriam iniciados neste ano de 2016. Porém, em consulta ao *site* do DNIT e do Ministério dos Transportes, não conseguimos ainda obter as informações a esse respeito.

A Procuradora Regional da República, Eliana Peres, representante do Ministério Público Federal na discussão, ponderou acerca da necessidade de obediência aos procedimentos preconizados pela Convenção nº 169, da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002, uma vez que a rodovia corta terras indígenas. Em razão disso, foi convidado representante da Funai para participar também da audiência pública.

A construção da Transbananal é objeto de conflito entre os representantes do agronegócio, interessados na redução dos custos de transportes decorrentes da abertura de um caminho mais curto para a exportação, e os críticos aos impactos negativos nas áreas ambiental, social e cultural, decorrentes da implantação do projeto.

Sendo essas as informações que a nota informativa da Consultoria do Senado nos trouxe, vamos passar à composição da Mesa.

Encontram-se presentes para a audiência pública – e já convido para compor a Mesa – o Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, representando o Ministro dos Transportes e o Diretor Geral do DNIT, Dr. Luiz Antônio Ehret Garcia; também o Coordenador-Substituto da coordenadoria de transportes da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama, representando a Srª Presidente do Ibama, Victor Castro Fernandes de Sousa.

Ainda estamos aguardando o representante da Funai e convidamos também o Prefeito do Município de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida, meu xará, popularmente conhecido como Baú; também o Vereador Marcos Antônio Miranda Sousa, representando o Presidente da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, Sr. Silvio Bento Leal.

Registro e agradeço a presença, aqui, do Deputado Baiano Filho, do Estado de Mato Grosso, que é um conhecido incentivador da infraestrutura do Estado de Mato Grosso, um lutador por essa pauta, que vem há muitos anos trabalhando também pela consecução desse projeto.

Vamos passar a palavra ao Diretor do DNIT, Dr. Luiz Antônio Garcia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Bom dia, senhoras e senhores. Em primeiro lugar, cumprimento o Senador José Medeiros, Presidente da Mesa, Senador do meu Estado de origem, Mato Grosso.

Gostaria de cumprimentar o Coordenador da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama, Victor Castro; cumprimentar o Prefeito Baú, do Município de São Félix do Araguaia, lá de Mato Grosso, e o Vereador Marcos Antônio Miranda; e cumprimentar todos.

Eu pedi licença. Nós fizemos aqui uma apresentação, Senador, sobre o *status* em que se encontra esse empreendimento no âmbito do DNIT.

Na fala de abertura, foi colocado que na última audiência pública ocorrida na Câmara, nós firmamos o compromisso de elaborar os projetos de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA). Então, só para centralizar a apresentação. Acho que está cortando ali do lado direito.

A atuação do DNIT, só para a gente contextualizar. É um órgão executivo do Ministério dos Transportes, autarquia...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só pedir para eles verem se a técnica consegue... Já está conseguindo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – O DNIT é o órgão executivo do Ministério dos Transportes com a competência de implantar, na sua esfera de administração, a infraestrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária. Isso está na nossa missão institucional, no art. 80 da Lei nº 10.233, que cria o DNIT.

Só para a gente contextualizar, temos 25 superintendências regionais terrestres, são oito administrações hidroviárias e 125 unidades locais espalhadas por todos os Estados do Brasil.

A BR-242 Mato Grosso-Tocantins, passando pela Ilha do Bananal, tem uma capacidade muito grande, tem um potencial de integrar uma nova fronteira agrícola que já surgiu e está até consolidada no Estado de Mato Grosso, na região do médio Araguaia e baixo Araguaia, nas cidades de Querência, Confresa, Porto Alegre do Norte, Vila Rica, Água Boa. Enfim, toda essa região do Araguaia, que está trocando a sua vocação pecuária para o plantio de soja e tem a demanda de tráfego exponencialmente crescendo a cada ano que passa. E a BR-242 tem a vocação para integrar toda essa região ao eixo da nossa Belém-Brasília e também da Ferrovia Norte-Sul, o que possibilitará o escoamento da produção agrícola daquela região, com um preço de transporte muito mais competitivo, gerando, assim, o desenvolvimento dessa região e a riqueza sendo distribuída para aqueles Municípios.

Há uma extensão total de 2.533 km, onde já temos alguns segmentos pavimentados tanto dentro do Estado do Tocantins como no Estado de Mato Grosso.

No Estado de Mato Grosso, nós temos 384 km já pavimentados entre Sorriso até o entroncamento com a BR-158. Esse segmento está contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual já executamos o segmento entre a BR-158 até o Município de Querência e do Posto Santiago do Norte até Nova Ubiratã. São obras que foram executadas pelo DNIT nos últimos cinco anos. No caso da BR-158 até o Município de Querência, foi um termo de convênio com o Estado de Mato Grosso, em que houve o aporte dos recursos do DNIT; no caso de Nova Ubiratã até Sorriso, trata-se de uma rodovia estadual feita dentro de um programa de parceria do Governo do Estado, que hoje tem praça pedágio e tem operado muito bem.

De outros segmentos, entre o Posto Santiago do Norte até Querência, o DNIT já concluiu os anteprojetos de engenharia. Estão divididos em três lotes de construção, sendo que, desses três lotes, dois já estão com contrato assinado e com a ordem de serviço emitida para a elaboração dos projetos executivos de engenharia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Muito obrigado.

Nesse segmento, onde termina a pavimentação da BR-242, chegando até Querência, temos os três lotes, A, B e C, dois deles com contratos assinados. No último lote, o que chega até Querência, temos uma questão de licitação, mas deve ser resolvida em um prazo máximo de 15 dias ou com a judicialização. É uma questão normal em uma licitação desse vulto, mas estamos trabalhando para que tenhamos logo a decisão da Justiça, que nos libere para fazer contratação.

Temos também lá contratadas oito pontes de concreto. Nesse trecho que foi pavimentado dentro do Estado de Mato Grosso, infelizmente os contratos não contemplavam as pontes de concreto, mas elas já estão contratadas com projetos de engenharia também em execução pelo Regime Diferenciado de Contratação, contratação integrada.

Dentro do Estado do Tocantins, temos duas frentes de serviços: uma é o contrato... Todos os contratos de RDC para execução de quatro Obras de Arte Especiais e 33,9 km de terraplenagem e pavimentação do entroncamento com a BR-010 até Paranã, com ordem de início prevista para primeira semana de junho/2016. Estamos concluindo os projetos.

Em fase de análise e aceitação, temos os projetos de pavimentação de 114 km, do trecho pavimentado existente até acesso a Taguatinga. Esse trecho também está contratado, está contemplado no PAC. Temos recursos do Orçamento Geral da União disponíveis para a execução dessa obra.

Estamos aguardando retorno do Ibama a respeito do inventário florestal do trecho de 59,7 km, do acesso a Taguatinga até o Rio Palmas, com previsão de retorno para a primeira quinzena de junho/2016.

Após a conclusão das obras de pavimentação na rodovia BR-242, nos Estados da Bahia e do Tocantins, a cidade de Gurupi/TO terá uma ligação direta com a cidade de Salvador/BA.

Então, deve-se observar a integração que essa rodovia traz para três regiões importantes do País: a Nordeste, a Norte e a Centro-Oeste. Teremos um corredor, com a conclusão da pavimentação na Bahia e em Tocantins, de 1,362 mil km, que possibilitará o escoamento da produção agrícola da Região Sul do Estado do To-

cantins para o Estado da Bahia. E, ainda, facilitará o acesso entre o Estado da Bahia e o Município de Formoso do Araguaia/TO, onde foi desenvolvido o Projeto Rio Formoso, que consiste em um dos maiores projetos de irrigação em área contínua do mundo.

Como foi colocado aqui, Senador, infelizmente, hoje a interligação, a passagem pela Ilha do Bananal não está contemplada no PAC. A travessia, tanto no Estado do Tocantins como no Estado de Mato Grosso, está limitada pelos entroncamentos das rodovias. É uma integração muito importante porque será a primeira rodovia que ligará diretamente o Estado do Tocantins ao Estado do Mato Grosso, fortalecendo as relações comerciais entre os dois Estados.

Com função integradora entre as regiões Norte e Centro-Oeste, esse novo corredor rodoviário será um catalizador do desenvolvimento econômico nacional, possibilitando o transporte de grãos e outros tipos de carga. Além disso, haverá abertura e consolidação de novas fronteiras agrícolas, sem esquecer o turismo. Temos o Rio Araguaia com praias belíssimas, que traz um desenvolvimento muito importante e sustentável para aquela região.

Temos agora a previsão de início dos estudos de viabilidade técnica e econômica ambiental para junho de 2016. Então, neste mês, vamos dar ordem de início aos estudos de viabilidade técnica e econômica ambiental por meio de um contrato que o DNIT já tem; já está licitado e contratado. Existe a intenção do nosso Superintendente Regional do DNIT no Estado de Tocantins de puxar a delegação de competência para conduzir esses estudos, o que, sob nosso ponto de vista, é muito bom porque ele é conhecedor das particularidades dessa região. Então, o estudo vai partir do entroncamento com a TO-181, passando por Porto Piauí, na divisa de Tocantins e Mato Grosso, chegando até o Município de Alto da Boa Vista.

Bom, hoje o DNIT reconhece a competência do Ibama para fazer esse licenciamento, pois, de acordo com a Lei Complementar nº 180, o Ibama é responsável por:

- promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:
- localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;
- localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de proteção Ambiental;
- localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados.

Então, a princípio, a competência para esse licenciamento seria do Ibama, mas fica a cargo do nosso coordenador depois fazer as suas considerações.

A Ilha do Bananal é a maior ilha fluvial do mundo, estando subdividida entre os Municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium. Está na divisa de Tocantins com os Estados do Mato Grosso e de Goiás. O Brasil incluiu, em 1993, a Ilha do Bananal na Lista de Zonas Úmidas da Convenção de Ramsar, tratado internacional com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de zonas úmidas no mundo. Uma vez aceitas, essas áreas recebem o título de Sítios Ramsar.

Temos diversas áreas, aqui, de influência desse empreendimento: Parque Nacional do Araguaia, no Estado de Tocantins, e Parque Estadual do Araguaia, no Estado de Mato Grosso.

Essa área de influência é determinada pela Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, que estabelece, para as rodovias dentro da Amazônia, um *buffer*, uma área de influência de 40 km. Então, todas essas áreas de preservação que estiverem distantes até 40 km do empreendimento estarão na zona de influência.

Temos aqui também diversas terras indígenas. Temos os territórios indígenas: Parque do Araguaia, Taego Āwa, São Domingos, Caquice Fontoura e Maraiwatsede, este último já no Estado de Mato Grosso.

Temos, também, como interveniente, o próprio Ministério da Saúde. Quando a atividade ou o empreendimento estiver localizado em Municípios pertencentes a áreas de risco ou endêmicos para a malária, o ministério da Saúde deve ser consultado como interveniente do empreendimento.

Como está a parte de licenciamento hoje no âmbito do DNIT para esse empreendimento? O Ibama já encaminhou o termo de referência para a elaboração do EIA/RIMA para o DNIT agora, em março de 2016. O DNIT já recebeu esse TR. O IPHAN já solicitou abertura da ficha cadastral, o ICMBio também já fez algumas considerações acerca do termo de referência. Não consta para nós manifestação da Funai – nem a Funai, nem a Sema, nem o Ministério da Saúde e nem o Naturantins, que é o órgão ambiental do Estado do Tocantins,

O DNIT, então, aguarda manifestação definitiva de todos os órgãos envolvidos, de forma a definir as contratações para a elaboração dos estudos ambientais que devem subsidiar a emissão da licença prévia do empreendimento.

As próximas etapas incluem estudos de impacto ambiental nos meios físico, biótico e socioeconômico, segundo as exigências de cada órgão envolvido no processo de licenciamento. Com a conclusão, os estudos serão apresentados à sociedade e, em seguida, realizada audiência pública no intuito de embasar a decisão do órgão licenciador pela viabilidade do empreendimento.

Hoje já temos o processo de licenciamento aberto no Ibama, vamos iniciar os estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental, concomitantemente ao desenvolvimento dos estudos ambientais necessários para que possamos dar os passos seguintes, que são: contratação dos projetos de engenharia e, por fim, execução da obra, claro, caso tenhamos a anuência dos órgãos ambientais.

Agradeço, Presidente, a oportunidade, e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Nós é que agradecemos a presença do DNIT aqui, até porque quem assina o cheque é o DNIT, não é? Temos todo o interesse nessa participação e agradecemos a presença do DNIT, que nunca se furtou a esses debates, participando e trazendo suas informações.

Registro a presença do Senador Ataídes, Senador por Tocantins, que tem todo o interesse no tema. Registro a presença também do Deputado Dilmar Dal Bosco, que é da região, lá do Nortão, bem como do Deputado Baiano Filho – um, representando mais o Araguaia; o outro, mais o Nortão. Ambos têm todo o interesse porque o Mato Grosso, como já disse o Presidente do DNIT aqui, tem muito interesse nessa rodovia, até por um uma questão econômica, porque somos um Estado que produz muito, mas que tem poucos corredores de escoamento.

Só para se ter uma ideia, Senador Ataídes, para vir a Brasília – agora há pouco eu conversava com o Prefeito Baú – de certas regiões de Mato Grosso, se essa rodovia for construída em sua totalidade, haverá uma economia de cerca de 400 km. Veja bem, isso, em uma viagem individual, já é um ganho muito grande, imagine escoando produtos todos os dias, carretas e carretas? Quando o País não economizaria?

Passo a palavra aos Senadores, que podem falar a qualquer hora. Passo a palavra, então, ao Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia, Presidente, Senador José Medeiros; nossos convidados.

Primeiramente, quero parabenizar o Senador José Medeiros, esse nosso companheiro e colega do Mato Grosso, tão competente, grande novidade do Senado Federal, por sua atuação nesta Casa. Parabenizo por esta audiência pública de hoje.

Acabei de ter a informação sobre esta audiência pública há dez minutos. Chamei, inclusive, a atenção do gabinete. Esta audiência pública é de fundamental importância não só para Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Pará, mas também para o Brasil. O futuro não só dessas regiões, mas do País, passa pela BR-242. Não me esqueço de que o ex-Governador Siqueira Campos, do PSDB de Tocantins – não sei se é do conhecimento do DNIT – tem um anteprojeto dessa travessia do Bananal, um anteprojeto, Senador Medeiros, belíssimo. Evidentemente, trata-se de um projeto cujo custo de execução é um pouco alto, algo em torno de R\$900 milhões.

Eu gostaria de ter tido a informação desta audiência pública pelo menos com três dias de antecedência, para que eu buscasse mais informações sobre essa tão importante rodovia para o País, e não tão somente para esses quatro Estados. Parece-me que ela sai da Bahia, atravessa o Tocantins, na região sul do Tocantins, chega em Formoso, e, em Formoso, então, é a travessia da Ilha do Bananal. Então, cai no Mato Grosso e, do Mato Grosso, pega outra rodovia que vai para o Pará. Eu acho que é algo parecido a isso.

Então, é de uma importância extraordinária esse projeto, e nós temos de tirá-lo do papel. Sabemos que o País passa por uma crise terrível – e, ontem, nós tivemos um encontro com o Presidente Michel Temer –, mas nós acreditamos que o País, dentro de seis meses – nós que fomos oposição ao Governo do PT –, volta novamente a caminhar para frente, porque, nesses últimos anos, só caminhou para trás.

Se os R\$3,2 trilhões que o PT gastou – e gastou errado – tivessem sido gastos, por exemplo, nessa rodovia 242 e em tantas outras... Nós temos uma outra, a 235, que também sai do Piauí, passa por Tocantins e vai até o Pará, de que também nós precisamos urgentemente.

Mas, voltando novamente à 242, eu tenho algumas preocupações com essa área ambiental. Eu me lembro de que o Governador Siqueira Campos disse que o Ibama não tinha nenhuma objeção com relação a isso, até porque S. Exª já havia feito as devidas consultas a esses órgãos.

Mas, agora, depois desta audiência, eu quero entrar de cabeça, Senador Medeiros, porque isso aqui me chama muito a atenção. Desde o dia que eu coloquei os pés na política, eu percebi que a 242 tinha que acontecer. Inclusive, na LOA de 2014, nós designamos R\$350 milhões para essa rodovia, para concluir um trecho que vai da Bahia a Gurupi, uma cidade do sul do nosso Estado. Mas, infelizmente, esse dinheiro não saiu. Inclusive, teve que se federalizar parte da 242, se não estou enganado, no trecho que sai da Bahia e vai até Pedro Afonso, outra cidade nossa.

Depois, eu gostaria de falar com V. Exª no seu gabinete, mas eu acho, Senador Medeiros, que nós podemos pensar, inclusive, em federalizar totalmente a 242, porque há uma parte dela, dentro do Tocantins, que é estadual – não é?

O. k. Realmente, nós temos que nos debruçar sobre esse projeto.

Eu gostaria de ouvir todos os nossos convidados, mas, como estou com um projeto na pauta da CCJ, o nosso assessor vai nos monitorar por aqui. Porém, se porventura eu não puder participar de todo o debate, depois eu quero pegar as notas taquigráficas.

Agora, se a gente não conseguir aprovar esse projeto, eu vou pegar o anteprojeto para apresentar a V. Ex^a. V. Ex^a já viu o anteprojeto dessa travessia do Bananal? Eu vou lhe apresentar. O DNIT também tem. O projeto é belo! E tem uma coisa: não agride o meio ambiente... É uma coisa de primeiríssimo mundo.

Mas, se a gente não conseguir viabilizar a conclusão da 242, nós podemos também, Senador Medeiros, pensar em federalizar uma outra estrada que sai da 242, na região de Formoso do Araguaia, e vai até São Miguel do Araguaia, onde há uma ponte que atravessa para o Mato Grosso. Então, essa seria uma segunda carta na manga para nós pensarmos.

Todavia, eu quero pensar junto com V. Ex^a, inclusive com o nosso amigo Blairo, para nós, então, nos debruçarmos sobre essa 242, essa travessia pelo Bananal, que é o ideal para o País.

Eu queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ,Eu só queria informar que o engenheiro que fez o anteprojeto, o Dr. Rubens Mazzaro, está aqui conosco e, daqui a pouco, vai falar também.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esse anteprojeto?

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso! Está aqui.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, que ótimo!

Foi encomendado pelo Governado Siqueira à época, não foi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Foi.

Nós já estivemos juntos.

O SR. JOSÉ RUBENS MAZZARO *(Fora do microfone.)* – ... Presidente o Senador Vicentinho,

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim; o Senador Vicentinho.

O projeto é belíssimo! Podemos também convidar o Senador Vicentinho para estar conosco, bem como a Senadora Kátia, que também tem interesses firmes...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O Senador Wellington...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim; o Senador Wellington.

Então, vamos formar aqui um bloco, uma frente com relação à 242, que é fundamental para o País,

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso! Uma frente parlamentar pela 242.

Pois bem; era esse o registro que eu queria fazer.

Já peguei aqui o material do DNIT, que é muito importante. O DNIT é peça fundamental nesse projeto.

Eu fiquei muito contente. Mais uma vez, parabeno V. Ex^a, Senador Medeiros, por esta iniciativa extraordinária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Ataídes, muito obrigado pelas belas palavras que nos trouxe aqui sobre a 242. Também agradeço pelas palavras carinhosas.

Quero dizer que os nossos Estados têm histórias parecidas. O Tocantins, assim como o Estado do Mato Grosso, são Estados que ajudam muito este País, mas eles – e o digo sem meias palavras – são esquecidos na hora do retorno. Essa que é a grande verdade!

Eu digo que até as tragédias no Brasil têm uma cobertura seletiva. Quando acontece alguma coisa no Sul e no Sudeste, maravilha – e não é por complexo de vira-lata que digo isso, mas por uma constatação... Vou citar aqui, por exemplo, esse caso de estupro que aconteceu há poucos dias no Rio de Janeiro. Recentemente, no Estado do Piauí, aconteceu uma tragédia: cinco pegaram uma menina de nove anos, estupraram-na e a jogaram de um penhasco. A menina morreu, e só saíram notas, notinhas nos jornais. Agora, com o fato ocorrido no Rio de Janeiro, o País parou.

Isso é um contraponto que parece pitoresco, mas em relação às outras coisas é mais ou menos isso. O dinheiro é um pinguinho para os Estados de Mato Grosso, Tocantins e outros Estados do País. Isso é terrível! Nós precisamos vencer! Nós precisamos, realmente, conseguir uma integração nacional, de modo que nós possamos ter os iguais tratados de forma igual.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está perfeita a colocação de V. Ex^a. Como sempre, as suas colocações são muito coerentes e muito prudentes.

Lá, em Formoso do Araguaia, parece-me que no início do ano passado, houve o estupro de uma garotinha de oito anos, se não me engano – e um estupro coletivo também! Em um ônibus que levava crianças até a escola, vários garotos estupraram essa garota. E a mídia nacional, realmente, não deu nenhuma atenção ao fato. Então, o que V. Ex^a está dizendo é perfeito e lamentável. Mas eu acredito que esse quadro venha a mudar.

Quando desse caso de estupro, inclusive, nós estávamos sabatinando aqui o Dr. Janot, na sua recondução para esse seu segundo mandato, e, ao vivo, eu pedi a ele que desse atenção ao caso de Formoso do Araguaia.

E ele, na verdade, nos atendeu, de modo que esses menores estão recolhidos hoje.

Mas a sua colocação está correta: o Brasil não é só o Sul e o Sudeste; o Brasil são todos os 27 Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Passo a palavra ao Dr. Victor Castro Fernandes de Sousa para fazer a sua exposição.

O SR. VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUSA – Cumprimento os Excelentíssimos Srs. Senadores aqui presentes, os demais componentes da Mesa e os presentes a esta audiência.

Primeiramente, eu fiz toda uma preparação para falar também sobre o trecho do Mato Grosso, porque talvez seja o trecho mais problemático; porém, gostaria de fazer um apanhado inicial em relação ao trecho do Tocantins.

A gente acredita que o processo está correndo normalmente, com todos esses prazos em relação à Portaria nº 060, de 2015. Havendo alguma pendência identificada pelos órgãos envolvidos, a gente entra em outro procedimento de tratativas, para tentar viabilizar o empreendimento em relação a essas áreas – área indígena, IPHAN, etc. Mas o trecho tocantinense está seguindo o rito normal.

Quando a gente pensa na própria razão de ser desta audiência, que é integrar esse corredor Mato Grosso-Tocantins-Bahia – e eu tive muita felicidade de ter participado, por exemplo, dos processos da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste –, o interessante é que, lá no Ibama, especificamente na Coordenação de Transporte, onde eu trabalho com uma equipe de mais 20 analistas, a gente consegue ter essa visão integrada da logística do País, exatamente porque, num momento, nós estamos licenciando uma ferrovia e, noutro momento, estamos licenciando uma rodovia, e ambas se integram, de modo que nós conseguimos ver o início e o fim do escoamento da produção e de outros serviços de transporte.

Então, admitindo que o processo de Tocantins está seguindo o seu rito natural, que não deve ter, pelo menos *a priori*, grandes problemas, e os prazos serão cumpridos normalmente, registro que o processo do Mato Grosso teve alguns problemas na sua condução. E eu acho que os Srs. Senadores aqui presentes têm bem essa visão de que um mau marco regulatório acaba trazendo muitos problemas até do ponto de vista de gestão. Mas, quanto a isso, eu agradeço os senhores por terem resolvido a questão, através da Lei Complementar nº 140, de 2011, o que permitiu delimitar, como o Luiz Antônio já citou aqui, o que é de competência da União e o que é de competência do Estado.

Em relação ao trecho do Mato Grosso, nós tivemos um problema muito sério. Entre 2003 e 2009, havia o entendimento, da parte da gestão do DNIT da época, que o licenciamento deveria correr junto ao Estado, junto à Sema do Mato Grosso. Somente em 2009, através de uma denúncia da Funai, que resultou em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, o Ibama foi comunicado que o processo existia, e, então, começaram as tratativas.

Entre 2009 e 2012, houve ainda uma certa... Digamos que o diálogo não foi muito produtivo entre o Ibama e o DNIT, no sentido de que ainda havia um posicionamento de que o processo deveria ser conduzido pela Sema do Mato Grosso, enquanto o Ibama, de outro lado, colocava uma posição contrária. Mas, finalmente, em 2012, nós conseguimos chegar a um acordo.

Às vezes, as tratativas demoram um pouco, especialmente quando está envolvido um empreendimento muito complexo como esse.

Entre 2012 e 2014, o Ibama conseguiu avançar muito, junto com o DNIT, em firmar quais eram as complementações de informações que nós precisávamos para poder recepcionar o processo de licenciamento que já estava correndo na Sema de Mato Grosso. Foi firmado, então, um termo de compromisso.

A gente conseguiu delimitar algumas complementações em termos das ações mitigadoras que deveriam ser implementadas pelo empreendimento; e, de 2014 para cá, essas tratativas já estão bastante avançadas no sentido de retomar essas obras nos trechos que estão paralisados, inclusive com algumas pendências envolvendo a Funai.

Eu acho que está presente um representante deles hoje aqui também, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUSA – Bom; mas há também algumas pendências da Funai, que também já estão muito avançadas em termos de resolução.

Então, quando a gente pensa nessa logística integrada Mato Grosso-Tocantins, é claro que com o processo do Tocantins tendo o seu andamento normal junto ao Ibama, como está acontecendo, vai haver muito mais ganhos tanto para a população tocantinense quanto para a população do Mato Grosso no sentido de que todas essas pendências que existiram no licenciamento do trecho da 242 no Mato Grosso sejam resolvidas, especialmente agora com esse marco regulatório mais claro em relação ao que compete à União e ao que compete aos Estados no âmbito do licenciamento ambiental.

E posso até tranquilizar os senhores, aqui, no sentido de que DNIT e Ibama, desde 2011, 2012, têm evoluído muito no diálogo de forma geral, para todos os empreendimentos. Inclusive, tivemos um mestrado conjunto de capacitação na área de gestão econômica do meio ambiente. Então, alguns membros da CGMAB, a Coordenação-Geral de Meio Ambiente do DNIT, foram meus colegas de sala, na UnB. E isso é só para citar um exemplo de como os conceitos e a linguagem estão se aproximando muito, de modo que esses problemas que aconteceram entre 2009 e 2012, tanto na delimitação da competência quanto na delimitação do diagnóstico necessário, das ações mitigadoras necessárias etc., não tendem a se repetir num futuro próximo.

Então, esse é o apanhado geral que posso fazer aqui, garantindo que o processo do Tocantins está seguindo o seu rito normal e que o processo do Mato Grosso já está bem adiantado em termos de resolver todas as pendências passadas, de modo a que não gerem nenhum passivo, nem procedimental, nem de gestão ambiental.

Era basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agora, com a palavra o Prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida, o Baú.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA – Bom dia a todos. Sinto-me honrado, Senador Medeiros, de estar aqui nesta audiência pública, pela importância dela.

Tivemos, no ano passado, uma audiência pública provocada pelo Deputado Vicentinho, mas com a equipe do Tocantins. E esta é a primeira audiência pública provocada pelos políticos do Mato Grosso.

Então, cumprimento o Senador pela iniciativa e, na sua pessoa, cumprimento a Mesa destacando Luiz Antônio e, na plateia, os Vereadores dos Municípios de São Félix, São Domingos, Cida, Marcos Miranda; os nossos Deputados Estaduais Baiano Filho, Dilmar Dal Bosco, e também o engenheiro Mazzaro, o Dilmar Dal Bosco e o Senador Ataídes eu acompanho tanto, pela televisão, admiro a sua forma de se posicionar e, hoje, ao vivo, vejo a sua preocupação em relação ao histórico da BR-242.

Tecnicamente eu não vou falar; vou falar como morador antigo da nossa São Félix, a cidade que fica na divisa dos dois Estados; e da luta que temos implementado juntamente com o Deputado Baiano, Vereadores, prefeitos de Formoso e Lagoa da Confusão, há muitos e muitos anos.

Essa briga para transformar em realidade a BR-242 já leva mais de 30 anos. Lembro que, no governo Figueiredo, as máquinas ficaram do outro lado, no Tocantins, na Barreira da Cruz, um ano paradas. A Mendes Junior, para fazer a tão esperada estrada da Ilha do Bananal... O nosso engenheiro Luiz Antônio deu uma explicação técnica muito positiva aqui, da importância. O senhor também falou, Senador Ataídes, que o Rio Araguaia divide o País em leste e oeste – nós precisamos interligar.

Essa rodovia não é importante apenas para o Mato Grosso, mas para o Brasil. Muda completamente toda a logística do País, daquela região altamente produtora em desenvolvimento. Temos ali a nossa cidade; numa volta de 1,2 mil km, a 200 km, estamos na Belém-Brasília ou na Ferrovia Norte-Sul. Então, basta vontade política.

Essa sugestão de criar uma frente parlamentar é ideal, porque nós, políticos, prefeitos, vereadores, não temos tanta força. Mas se houver um eco nacional nesse nível de Senado e Câmara dos Deputados, e vontade política do País de mudar a sua logística, para desenvolver, principalmente agora nesses novos tempos que se iniciam, as nossas esperanças se renovam.

Esse projeto da BR é de Juscelino Kubitschek, Reis Veloso, que fez toda essa malha viária do País, interiorizando o progresso. E o Brasil ainda não pulou o Rio Araguaia. Precisamos fazer isso, para trazer riqueza e desenvolvimento para este País. A extensão é de 97 km, na Ilha do Bananal.

Na outra audiência até falei que, muitas vezes, a população que nos ouve pensa que a Ilha do Bananal é aquele paraíso intocável dos ambientalistas. É que não conhecem a Ilha do Bananal. A Ilha do Bananal é um ponto geográfico comum que tem 90km, em média, de largura, por 380km de comprimento. Tem uma vegetação típica, normal, encontrada tanto em Mato Grosso como em Tocantins. Há moradores da Ilha do Bananal que vivem ali há mais de 80 anos, fazendeiros, estradas no meio da mata, passam carros durante o verão. Não passam o ano inteiro porque há os rios e, como o lugar é uma reserva, não há pontes, não há nada e, quando começa a chover, não é possível passar. Mas, nessa época, passa. Então, nós estaremos estrangulando o progresso do País se não fizermos esse trecho da 242 – muda completamente toda a logística.

Nós vimos a esta audiência pública cheios de esperança, principalmente por vermos aqui dois Senadores interessados. O Senador Wellington, no ano passado, atravessou de carro – fizemos uma caravana com Baiano Filho e todo mundo. Nós sempre fazemos esses movimentos ali para chamar a atenção dos políticos de ambos os Estados e do País para essa causa tão importante, que é a BR-242. Realmente é a rodovia da integração, que muda, barateia os custos no Brasil. Nós precisamos exportar, precisamos de recursos na balança comercial com outros países.

A nossa soja caminha milhares de quilômetros para chegar ao Porto de Paranaguá ou ao Porto de Itaqui, no Maranhão, por estradas difíceis, sendo que temos a Belém–Brasília e a Norte-Sul prontas, basta interligar esses dois trechos.

Então, a nossa esperança nesta audiência pública é que daqui nasça realmente essa frente parlamentar, com o Senador Vicentinho, que é um conhecedor. O Governador Siqueira Campos, de vez em quando, pegava o helicóptero e ia a São Félix, ali pertinho. Ele é grande sonhador dessa BR, desse projeto. O engenheiro Mazzaro tem se sacrificado tanto, não é Mazzaro?

O SR. JOSÉ RUBENS MAZZARO (*Fora do microfone.*) – Só 17 anos!

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA – Dezesete anos. Não é de hoje essa luta e essa vontade.

As coisas têm evoluído, os dois Estados estão crescendo. O Mato Grosso é um gigante, com 910 mil quilômetros, o maior produtor de soja, disparado, do Brasil, de algodão, de milho, tem o maior rebanho de gado. São dois Estados centrais. Tocantins ainda tem a Belém–Brasília ali, mas Mato Grosso está abandonado nesse sentido.

Nós produzimos muito, mas o custo para levar a nossa produção até os portos é altíssimo. A BR-242 irá realmente mudar tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Uma carga de milho produzida ali em Sorriso, em Sinop, quando chega ao Sudeste, custa o dobro, só por causa do frete – 30 sacas chegam lá a 60, uma coisa de louco.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA – Outro dia eu vi no Globo Rural os produtores de suínos de Santa Catarina que comprem milho no Mato Grosso. Apareceu um cidadão que tem mil cabeças e consome não sei quantos sacos de milho e ele falou exatamente isto, Senador: “Olha, para eu trazer o milho do Mato Grosso por caminhões é inviável.”

O nosso milho barato, à vontade, poderia ser exportado para o Nordeste... Pela televisão, vemos o gado lá morrendo, no Globo Rural e em outras reportagens, o gado morrendo, definhando, aquelas vacas leiteiras. O Brasil tem que mudar – não é possível! – e a nossa grande esperança é agora.

Eu acho que o meio ambiente... Ninguém quer desrespeitar meio ambiente, nós queremos preservá-lo. E agora fica essa fobia terrível... Tomara que o novo Presidente da República tome frente nisso. Nós não queremos destruir, nós queremos progresso, desenvolvimento, emprego e riqueza para este País.

Essa burocracia estranha, devagar, lenta, lerda, tem que mudar. E os anos passam muito rápido. Dez anos da nossa vida, que são preciosos e importantes... Você é jovem, Luiz, ainda aguenta uns tempos, mas e nós, que estamos mais velhos, não vamos ver isso?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Prefeito, me permite?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA – Perfeitamente, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vou interromper V. S^a só por um segundo.

Senador Medeiros, esse é um dos problemas do nosso País. O governo aqui em cima, principalmente esse governo do PT, nunca ouviu a base do País, quem está na linha de frente, o para-choque. Ouvindo a sabedoria, o conhecimento do Prefeito José Antônio, nessas poucas palavras... Olhem o que ele nos trouxe aqui! Informações extraordinárias. Então, a alta cúpula do Governo tem o dever de ouvir quem está na ponta, ouvir os prefeitos. Mas não: nessas marchas dos prefeitos aqui, nos últimos anos, na última década, não apareceu nenhum representante do Governo Federal para ouvir os nossos prefeitos, e aí está a solução.

Se esse governo que acabou de ser afastado tivesse investido em infraestrutura – e aí V. Ex^a conhece muito bem porque vem desse segmento de rodovias –, se tivesse investido em rodovias, este País não estaria hoje no ponto em que se encontra.

V. S^a falou sobre esse rico Mato Grosso, o rico Tocantins, com quase 300 mil quilômetros quadrados de terras planas e férteis – 82% das nossas terras são planas e férteis! E agora, com o Matopiba, Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Piauí, Tocantins, Pará, vai ser o grande celeiro. E tenho mais uma informação: nós temos no Tocantins agora, já totalmente aprovado, e já vai entrar em funcionamento, o ecoporto de Praia Norte, no Bico Papagaio, que fica a 70km da ferrovia! E há o Porto de Itaqui!

Certa vez, conversando com o Senador Blairo... A produção tem que ir para o Sudeste, não dá para vir para o Porto de Itaqui – agora, chegou o nosso querido Senador Fagundes. Essa Rodovia 242 é para o País, não

é para esses três Estados. Nós temos que explorar o Porto de Itaquí, esse grande Porto de Itaquí. Temos que baratear esse custo Brasil, de que falamos há longa data. Ali nós vamos tirar pelo menos 500km de estrada.

Então, parabéns! Fico feliz de ouvir o senhor, Prefeito José Antônio. É muito bom ouvi-lo, e gostaria de, um dia, lhe fazer uma visita para conversarmos um pouco mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vamos comer um peixe na beira do Araguaia.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA – Eu posso continuar? (*Pausa.*)

Eu fico feliz, Senador Ataídes, e agradeço as suas observações. Se o Brasil realmente ouvisse um pouco mais as bases, seria diferente. O senhor citou a Marcha dos Prefeitos. Eu sempre participo dela. Pacto federativo: o Congresso deve isso para o Brasil! É uma das coisas para destravar o País: o pacto federativo. Trata-se de valorizar mais os nossos Municípios, as distâncias. Os prefeitos e as prefeituras estão, hoje, numa situação de penúria. É muito sensível a economia do Município a qualquer alteraçãozinha, uma tossezinha da União é uma pneumonia nos Municípios, uma situação agravada, terrível.

Chegou o Senador Wellington, nosso amigo de muitas datas. Citei aqui, Senador...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ele é o aniversariante do dia.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA – ... a sua travessia da Ilha, da estrada, eu já relatei aqui algumas coisas nesse sentido.

Mas o que eu tenho a dizer é isto, Senador Medeiros: dê continuidade. Sei que agora são pessoas sérias, com vontade, e não vão deixar cair no esquecimento. Se não ficarmos atentos, o tempo passa e isso cai no esquecimento. Os anos passam muito rápido e, de repente, uma geração se foi, começa outra e não deixamos esse legado para as novas gerações.

A nossa grande esperança é ver um Brasil forte, um Brasil rico, um Brasil feliz. Para o Centro-Oeste, o Estado de Tocantins, de Mato Grosso, a BR-242 vai fazer diferença. Durante 500 anos, investiram no centro-sul e na costa brasileira. O grande estadista Juscelino Kubitschek interiorizou este Brasil, e temos que dar continuidade ao seu trabalho, ali há milhares de famílias produzindo.

Com toda dificuldade por que passa o País, com um PIB negativo... O PIB do Mato Grosso é sempre positivo e está crescendo. Então, o resto do Brasil tem que estender a mão e investir alguns milhares de reais, que não é muito. O custo de uma estrada, pela sua importância, é muito pequeno. A gente fala em bilhão para cá, bilhão para lá... Uma rodovia não é tão cara. Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Dois Baruscos construiriam a 242.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA – Tranquilo, não é muita coisa.

Encerro as minhas palavras agradecendo a iniciativa do Senador Medeiros, Senador Ataídes, Senador Wellington, Baiano, os vereadores e todos aqui presentes, pela importância dessa audiência pública. No ano passado, aconteceu uma comandada pela equipe do Tocantins e o que faltava era isso. Eu vejo os prefeitos falarem, Senador Medeiros – principalmente em Lagoa da Confusão, aquela turma ali, com quem temos muito contato –, que os políticos do Mato Grosso não cuidam tanto como os do Tocantins daquela região, embora a rodovia toda construída... Nós estamos em Mato Grosso, mas ela será construída nesse trecho do Tocantins, da Ilha do Bananal.

Eu até brinquei, na última reunião, falando que, das maravilhas do Rio Araguaia, só nós do Mato Grosso é que desfrutamos. O Tocantins tem que fazer a 242 para chegar até o Araguaia. Siqueira Campos é apaixonado por isso, ele antevê. Eu o considero um grande estadista pelo que ele fez pela história do Brasil e pelo Tocantins.

Nós precisamos de mais estadistas neste momento difícil. Falei também para o Governador Taques. Nós estamos em um momento de inflexão desta Nação, em que os políticos e toda a população reveem isso. E isso passa pela mudança de logística deste País: baratear este País, simplificar este País, destravar esses protocolos difíceis de romper – está aí o representante do Ibama, que falou muito bem. Há dificuldade para se tirar uma licença, dificuldades para isso. Está muito difícil. Eu acho que é preciso destravar o Brasil. Destravar é progresso, desenvolvimento e dias melhores.

Agradeço.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Presidente José Medeiros, me permita, eu tenho que me retirar, mas eu gostaria já de firmar um compromisso aqui com V. Ex^a e também com o nosso Senador Wellington: vamos, então, criar uma frente parlamentar. Ela será composta pelo Tocantins, e vou procurar os nossos Senadores também do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Pará para compor essa frente, porque isso in-

teressa a todos ali mais diretamente. Vamos, então, deixar firmado aqui, neste momento, que nós vamos criar essa frente parlamentar em prol da 242? Vamos?

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Firmado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esse é o propósito.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Firmado. Vamos fazer isso sim.

Antes de passar a palavra para o Senador Wellington, eu queria anunciar a todos que ele é o aniversariante do dia – hoje ele paga o almoço. Quero passar a palavra para ele também, mas, antes, quero submeter algo ao Plenário.

Nós temos aqui o engenheiro que fez o anteprojeto mencionado pelo Senador Ataídes. Aqui, pelo Regimento, só podem falar os convidados e os Senadores, mas eu queria pedir ao Plenário autorização para que falem também o engenheiro e Deputado Baiano Filho, que está aqui.

Se o Plenário aprovar, permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os dois falarão também.

Passo a palavra para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente Senador Medeiros, e quero cumprimentar também o Dr. Luiz Garcia, que é o Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT de Mato Grosso.

Se não se resolver agora, Deputado Baiano, acho que vai ser difícil podermos acreditar que o DNIT vai realizar essa obra. Então, temos que imputar aqui, Senador Medeiros, toda a responsabilidade a esse jovem mato-grossense que hoje está à frente da diretoria mais importante.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Se não destravar, não sai também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos chegar lá, pelo lado do DNIT.

Agora, o Ibama, com certeza, nunca foi o atrapalhador. Eu acredito que nós já tivemos oportunidade... Inclusive, na BR-163, no Estado de Mato Grosso, conseguimos naquela época a delegação pelo Ibama para cima e, com isso, não tivemos nenhuma dificuldade – claro, o Ibama acompanhando.

Mas eu acredito, dada a importância que representa, Victor, para essa região, a ligação de dois Estados... Sei e compreendo que vocês sabem das dificuldades ambientais, todas elas, mas eu acho que a dificuldade socioeconômico-ambiental... Falo “sócio” em primeiro lugar porque o social é muito importante, porque ali se vê a penúria em que vivem as comunidades indígenas.

Vemos possibilidades ali, com certeza, onde já existe uma estrada passando, mas quando existe a coisa, assim, um pouco na clandestinidade, me parece que os malefícios são muito maiores. Por isso, acredito que o Ibama terá essa sensibilidade de encontrar o melhor caminho para que possamos fazer essa licença, seja através da delegação, seja diretamente pelo Ibama. Então, jovem, Victor, tenho certeza de que você também sabe da responsabilidade que representa esta audiência pública para esse sonho de muita gente.

O Marcos, que é vereador, representa aqui todos os vereadores. Aí, mais ainda... É o vereador que está na ponta, ele é que conhece o dia a dia, a angústia das pessoas que estão ali cobrando. E não há nem para onde o vereador correr, ele está junto, está presente. Então, Vereador Marcos Antônio Miranda, eu o saúdo em nome de todos os vereadores daquela região.

E o meu prefeito, companheiro, José Antônio de Almeida, o Baú: quero cumprimentá-lo em nome de todos os prefeitos também daquela região – refiro-me aos dois Estados.

Estão aqui o Deputado Dirceu e o Deputado Baiano, que fez inúmeras audiências já.

Eu acredito, Baiano, que é na linha do “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. E é isto mesmo: se não sonharmos, não acreditarmos e não buscarmos, nada vai acontecer.

Eu me lembro da minha região, onde nasci: Rondonópolis. A BR-163/364 era toda de chão. Quando eu comecei a me entender por gente, já começamos a trabalhar por aquilo. Não tive a oportunidade de ser vereador, mas, logo depois de formado, com 22 anos, comecei, através da associação comercial, uma luta. Duas bandeiras eu tinha lá naquela região: a duplicação da ponte sobre o Rio Vermelho e o asfaltamento entre o Trevão e o Aeroporto; e também a questão de mais cursos para a universidade federal. Já se passaram aproximadamente 20, quase 30 anos, Baú, e muita coisa aconteceu.

Agora, a nossa luta... Ontem mesmo, nós estávamos no Ministério dos Transportes discutindo a conclusão da duplicação do trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até Rondonópolis – já está duplicado, faltam só 12 quilômetros – e de Rondonópolis até Cuiabá, que já tem praticamente metade do trecho duplicado, que foi liberado nesses poucos dias. E aí é uma luta de todos nós: eu, Blairo, Medeiros e toda a Bancada de Mato

Grosso. E há também, claro, a duplicação até Sinop, agora já falando na questão da concessão de Sinop até Miritituba. Enfim, o Estado é muito grande.

A conclusão da BR-158, lá em Vila Rica: já está pronta, e precisamos ir lá inaugurar, Baiano, o prefeito tem cobrado muito. Inclusive, já está com os recursos e projeto definido para fazer também a travessia urbana da cidade de Vila Rica. Nós queremos ir lá. Ficamos combinados, inclusive, de ir lá para fazer a inauguração da estrada e o lançamento da travessia. Como acabou demorando, o pessoal já está trabalhando lá, mas nós queríamos, inclusive, discutir algumas melhorias possíveis na travessia urbana, principalmente iluminação e melhoria da sinalização lá de Vila Rica. Com isso, já temos a conclusão até a divisa do Pará.

Portanto, essa ligação da 158 pela 242, até São Félix do Araguaia e, depois, atravessando... Eu cheguei agora, então não sei...

O foco aqui da reunião era a travessia do Bananal, mas queremos, na verdade, é fazer também o asfaltamento da 242 até São Félix e, de São Félix, fazer a travessia que acredito ser... Uma coisa complementar a outra. As obras de levantamento da 242 vêm sendo feitas, mas ainda é pouco, precisamos trabalhar realmente a possibilidade de conseguir esses recursos.

Com a presença do Dr. Luiz Antônio Garcia, a última reunião que tivemos, ainda lá Câmara dos Vereadores... Ficou de responsabilidade, Senador José Medeiros, do DNIT fazer os projetos de viabilidade técnica, econômica, o EVTEA. Como cheguei aqui... Não sei se o Dr. Luiz já falou sobre esse assunto, mas este ano também... Inclusive estou sendo nomeado hoje Relator da questão do orçamento, da LOA, então temos que pensar já na possibilidade de também garantir recursos para isso na Lei de Diretrizes Orçamentárias. É um assunto sobre o qual gostaria depois de ter a definição por parte do DNIT, até alguma colocação dos recursos para que tenhamos, este ano e até o ano que vem, esse projeto pronto. Enquanto não tivermos isso aprovado, fica a luta aqui, como tem sido desenvolvida pelo Deputado Baiano, pelos prefeitos, por todos vocês, e passa governo, passa governo e não há um começo.

Penso que o começo pode ser muito bem a ponte, que tem que ser feita, ou as pontes, porque, de qualquer forma, fazendo as pontes, apenas com o levantamento da estrada, já se consegue dar uma trafegabilidade muito boa. Acho que a obra, se for começada por partes, vamos ter mais facilidade ainda do que, de repente, aprovar todo o projeto de uma vez só.

Quais são os pontos críticos? São as pontes, que têm de ser feitas sobre aqueles banhados que atravessam a estrada. Não há outra forma que não seja fazendo as pontes, e até sobre o Rio Araguaia também. É a mais cara, mas, quem sabe, pode-se começar ao contrário, pelas menores – não sei qual é o custo disso.

O importante é que isso fique registrado. Esta é uma audiência pública, e isso aqui fica nos *Anais*. Devemos nos utilizar dessa audiência pública para depois pressionar todos, desde o Presidente da República até o ministro.

Ontem à noite tivemos audiência com o ministro – o Dr. Luiz Antônio lá estava – e, inclusive, tocamos nesse assunto da audiência que teríamos aqui hoje. Espero, então, que, com esses assuntos aqui possamos até fazer, Senador Medeiros, um documento para ser enviado a essas instâncias – ao Ibama, ao Ministério dos Transportes –, essa seria uma forma de pressionar também. Essa seria também uma forma de dizer que, da parte da Comissão de Infraestrutura, temos todo apoio.

Gostaria de sugerir a V. Exª também que pudéssemos aprovar aqui um requerimento – e gostaria de consultar o secretário sobre isso – de apoio da Comissão de Infraestrutura, ao Ministro dos Transportes e ao Presidente do Ibama também...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ao de Desenvolvimento Regional também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sim. É importante registrar esse apoio e a importância disso que foi discutido. É importante dizer que a Comissão espera que esses órgãos possam promover isso que temos aqui como objetivo, que é exatamente a construção dessa estrada.

Eu só tenho preocupação quando falamos da construção “de uma vez por todas”, porque é difícil conseguir o recurso, principalmente neste momento, para fazer logo tudo. Então, eu penso que poderíamos fazer, perfeitamente, por etapas, e aí íamos avançando e, principalmente, vencendo as dificuldades que porventura possam existir.

Eu me lembro aqui – é bom falar – da 080, que está sendo feita lá pelo Governo do Estado. Foi feito um trecho pelo MT Integrado. Nós tivemos audiência lá nas aldeias indígenas, e eles permitiram que se fizesse todo o levantamento da estrada. Então, lá hoje já está totalmente asfaltado, nas duas pontas. E hoje já percebemos a reivindicação, principalmente por parte da comunidade indígena, que diz que já está na hora de fazer o asfalto também da parte que passa pela reserva indígena.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois é, estão pressionando.

Ou seja, em vez de arrumar uma briga de cara, vamos fazer as outras duas pontas, vamos fazer as pontes, vamos fazer as passagens. E aí nós chegaremos ao dia que todos querem, que é o da finalização, principalmente o asfalto.

Era com isso que eu gostaria de contribuir. Agradeço aqui a lembrança pelo aniversário e espero que, com mais este ano de experiência, de mais maturidade, possamos trabalhar aqui juntos, Senador Medeiros, e fazer muito por Mato Grosso, porque é um Estado em expansão.

Eu sempre tenho dito aqui da tribuna, tanto nas comissões quanto na tribuna do Congresso, que o Mato Grosso é esse Estado de 900 mil quilômetros quadrados com menos de 3,5 milhões de habitantes e, portanto, um Estado de muitas oportunidades. E essa região nossa, de que estamos aqui falando, do Araguaia com o Tocantins, é, sem dúvida alguma, ainda a melhor região para se investir no Brasil, porque são áreas muito grandes e ainda com preço barato. Aí eu digo, Baú: quem puder, segure, não venda; e quem quiser comprar compre logo, porque está na hora.

Então, quero parabenizar o Senador Medeiros por ser o autor desta audiência pública, por tê-la requerido. Mais uma vez, cumprimento o Deputado Baiano, o Deputado Dirceu, e todos que vieram aqui, como o engenheiro – já tivemos muitas reuniões onde ele esteve presente. Eu espero que esse seu sonho possa, quem sabe, daqui a pouco tempo também, estar sendo realizado, confraternizando com todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradecemos as palavras do Senador Wellington e mais uma vez queremos parabenizá-lo pelo aniversário, por mais um ano de vida.

Passamos a palavra para o nosso próximo palestrante, que é Marcos Antônio Miranda, Vereador pelo Município de São Félix do Araguaia.

O SR. MARCOS ANTÔNIO MIRANDA SOUSA – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Senador José Medeiros; o Senador Ataídes, que já se retirou; o Senador Wellington Fagundes, companheiro nessa luta de BR-242/TO-500, que recentemente esteve presente em uma audiência pública em São Félix do Araguaia; o Deputado Baiano Filho, também sempre presente; o Deputado Dal’Bosco, que esteve presente; o Prefeito José Antônio de Almeida, o Baú; o Diretor do DNIT Luiz Antônio Garcia; o Coordenador do Ibama Victor Castro; o Engenheiro Mazzaro, também nessa luta constante, incessante, para chegarmos a esses objetivos; e os colegas, Vereadores Domingos Goes e Cida Brandão, aqui presentes.

Já foi falado da importância dessa estrada em nível nacional – falado, repetido e refalado. A importância é econômica, a importância é social, é uma importância de integração. O Prefeito Baú se remeteu a Juscelino Kubitschek, e eu tinha colocado aqui, entre os tópicos que ia relatar, que Juscelino foi o precursor dessa integração nacional, e a criação de Brasília é um fruto disso. Para mostrar a importância da visão de Juscelino: Juscelino criou na Ilha do Bananal, ao lado de São Félix do Araguaia, uma base da FAB, e lá foi construído também o Hotel JK, para o qual, em épocas de veraneio, o Presidente Juscelino se deslocava. E a intenção era justamente esta: integrar o País, iniciando com essa centralização, especificamente, para depois se expandir.

Relacionados com a intenção da luta de concretizar a BR-242, a TO-500, além da importância nacional, há vários fatores que já foram especificados, como a diminuição do custo Brasil em relação a fretes, em relação à possibilidade de vinda... Por exemplo, para especificar: lá na região de São Félix do Araguaia, no Baixo Araguaia, existe uma necessidade muito grande de correção do solo para plantio. Embora haja áreas vastas para plantio, existe a necessidade de correção e, para essa vinda de calcário para a região, a concretização dessas estradas diminuiria os quilômetros para esse deslocamento, para que se chegasse à região vindo, especificamente, do Tocantins. Ou seja, seriam 100km para vir esse calcário para poder fazer a correção do solo.

Para também dimensionar a importância da quantidade de grãos lá produzidos: somente o nosso Distrito de Espigão do Leste, no Município de São Félix do Araguaia, hoje planta 280 mil hectares de soja. Isso somente em São Félix, mas podemos estender aos outros Municípios – Sorriso, Querência, Alto Boa Vista – para mostrar a necessidade da implantação dessa rodovia.

Quero aqui relatar algo que foi dito pelo Senador Wellington Fagundes: a importância de iniciar isso na parte prática. Às vezes sonhamos com uma estrada concretizada já, com tudo bonitinho, tudo pavimentado, mesmo sabendo da dificuldade que é chegar a esse ponto. Então, a parte prática seria o aterramento, o levantamento dos locais onde é impossível passar em período de cheia e, principalmente, a questão da construção de pontes de concreto.

Então, já conclamo aqui a parte ambiental e a parte do DNIT, principalmente mencionando a questão ambiental e indígena em relação à manifestação da Funai.

Estive observando aqui, nos relatórios feitos, que não houve manifestação em relação aos relatórios da Sema – MT, não é Deputado? Vamos aproveitar a presença de dois deputados estaduais para cobrar essa manifestação, para que se viabilize essa possibilidade de completar os trabalhos – ou para que se iniciem – do Naturatins. O Senador Ataídes já não se encontra aqui, mas, com certeza, mediante a leitura dos Anais, saberá que ficou aqui um pedido para que se notifique a Naturatins para que se manifeste. Também a Funai, a Funai que tanto fala na questão indígena, até por tutelar o interesse indígena, e que às vezes coloca empecilhos para a viabilização dessa estrada, tem de se manifestar. Como foi mostrado aqui, foi instada a se manifestar, mas, até este momento, não se manifestou, como os demais órgãos que aqui citei.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não compareceu aqui.

O SR. MARCOS ANTÔNIO MIRANDA SOUSA – Nem mesmo compareceu – bem lembrado pelo Senador José Medeiros. Então, fica aqui o pedido para que a Funai se manifeste em relação a isso.

Quero elogiar o requerimento do Senador José Medeiros e também a ideia do Senador Ataídes de formar esse bloco parlamentar para que se chegue a essa conclusão.

Só para finalizar: a região que compreende Tocantins e Mato Grosso é considerada o Vale dos Esquecidos, principalmente a região do Araguaia. Essa integração deixaria de ocorrer, essa menção ao Vale dos Esquecidos. Por quê? Porque viabilizaria essa integração, essa passagem, viabilizaria a questão turística, a questão econômica, a questão do escoamento de grãos, a possibilidade de oferecer cursos superiores e técnicos que hoje, na região, nós não temos. O filho da região – especificamente das cidades que a compõem –, se quer ter acesso ao ensino superior, tem de sair, viajar, se deslocar por mais de 700km por falta dessa integração. Então, o que se coloca aqui não é somente uma questão econômica. É uma questão social, uma questão econômica, uma questão cultural, turística e uma questão que só vai engrandecer a integração nacional.

Deixo aqui as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Engenheiro José Rubens Mazzaro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem, só queria questionar o Dr. Luiz Antônio.

Não sei se foi falado antes, mas até que ponto... Estou vendo aqui o *status* do licenciamento ambiental. O que nós temos hoje é uma tentativa de licenciamento ambiental pelo DNIT. É isso o que temos? Ou temos...O projeto é o projeto levantado pelo Dr. Rubens Mazzaro? Ele já foi apresentado ao DNIT? Vocês têm conhecimento oficial desse projeto? Esse projeto é um anteprojeto? Qual é o *status* disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Como nós colocamos na apresentação e como foi mostrado na fala do Dr. Victor, nós já temos um processo aberto junto ao Ibama para o licenciamento dessa rodovia.

Na audiência passada, Senador, foi colocado pelo representante do Ibama que não havia nenhum processo do DNIT aberto no Ibama. Então, logo após aquela reunião, nós corremos e abrimos o processo. O Ibama já emitiu o termo de referência para que o DNIT faça a contratação. O DNIT vai propor alguns ajustes ao Ibama, e já houve manifestação de alguns órgãos que, por lei, o Ibama tem de ouvir. Paralelamente, vamos iniciar agora em junho a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.

Temos conhecimento do projeto do Dr. Rubens, que vai ser uma referência de grande valia para o DNIT. Nesse Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental e também no EIA/RIMA nós vamos estudar o melhor traçado. Então, o projeto de engenharia que se tem é um anteprojeto que traz conceitos muito interessantes para a gente mitigar os riscos ambientais, mas, para que a gente avance na questão do projeto de engenharia, é importante a gente fazer todo o estudo locacional do traçado e verificar quais são as fontes de material de construção para que tenhamos um projeto consistente e ambientalmente sustentável.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Só para ficar claro – eu quero que isso fique nos Anais –, pergunto o seguinte. Por parte do DNIT, a TO, dentro do Tocantins, é uma estrada federal em implantação? Qual é a característica dela no lado do Tocantins? A 242, no lado do Mato Grosso, é tranquila: é federal. Do lado do Tocantins, como é considerada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Eu tenho de dar uma olhada no ONSV, mas acho que ela é uma rodovia planejada coincidente com uma rodovia estadual, mas ela está em leito natural. Então, essa federalização é muito simples, porque basta uma decisão da diretoria colegiada do DNIT para fazer essa absorção. Então, como vai ser feito o EVTEA, nesse primeiro momento, não existe distinção nenhuma pelo fato de ela estar como planejada, porque nós vamos fazer o estudo de viabilidade. Esse estudo de viabilidade vai nos trazer o melhor traçado. Para federalizar esse melhor traçado, basta uma reunião do colegiado do DNIT, porque, no Estado do Tocantins, ela está em leito natural.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, a pergunta que faço é a seguinte: é oportuno nós propormos ao DNIT, através desta audiência pública, que já tome providências em relação à definição da federalização ou é melhor que a gente aguarde mais um pouco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Olha, essa é uma questão que o DNIT...Ele vai trabalhar nesses estudos como se federal fosse.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas podemos fazer alguma coisa para transformá-la em federal mesmo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Pode ser feito sim. Nós vamos... Inclusive, nós já pedimos ao Ibama e à Funai uma autorização para adentrar as áreas indígenas, para que o DNIT assuma a manutenção dessa rodovia. Então, para que a gente pudesse fazer um levantamento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Da Ilha, da Ilha, porque há território indígena. Então, a gente só pode adentrar o território indígena com autorização. Já foi feito esse requerimento, e a Funai já respondeu ao Ibama quais são os requisitos necessários para que possa adentrar as terras indígenas.

Quanto à Superintendência Regional do Tocantins – nesse caso, é um problema do lado do Tocantins, porque em Mato Grosso estamos dando a manutenção nos 119km que ligam São Félix do Araguaia até a 158 –, do lado do Tocantins, estamos providenciando para que façamos esse levantamento em conjunto com o Ibama, porque é uma área que é considerada sensível – o próprio Ibama tem que adentrar essa área para nos dizer quais são as ações que temos que fazer durante essa manutenção para que possamos mitigar qualquer risco ambiental nessas atividades de manutenção.

Então, o DNIT está trabalhando como se fosse uma rodovia federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Bom, Sr. Presidente, da minha parte, eu entendo que esse é o aspecto mais importante no mais curto prazo, que configuremos isso.

Eu gostaria até de propor ao Presidente que, na hora oportuna – naquela em que V. S^a, Dr. Luiz, entender –, façamos uma audiência, seja com Ministro, com quem V. S^a entender que é importante, para cravarmos isso, definirmos isso. Isso, sem dúvida nenhuma, é o primeiro passo que precisa ser dado em termos de presença do Ministério dos Transportes e do Governo nessa estrada.

O Baiano, depois, pode falar, mas eu entendo que é o passo mais importante antes de conseguirmos colocar essas outras partes da...

Agora, proponho aqui também ao Presidente que possamos fazer isso, talvez até por meio de uma emenda desta Comissão de Infraestrutura ao Orçamento do ano que vem. Acho que já há um compromisso meu, de V. Ex^a e dos demais aqui, para que aprovemos uma emenda de comissão para a implantação desta BR, que eu acho que atende a dois Estados, ela é estruturante. É uma característica muito própria de uma comissão e, se for da Comissão de Infraestrutura, muito melhor. Vamos fazer isso na hora oportuna, claro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Perfeito, vamos fazer esses encaminhamentos.

Passo a palavra ao Dr. Rubens Mazzaro.

O SR. JOSÉ RUBENS MAZZARO – Bom dia a todos.

Eu acho que já foi falado quase tudo aqui, é só questão de complementar algumas posições.

Primeiro, quero agradecer ao Senador José Medeiros, principalmente pelo título que ele deu a este encontro, a esta audiência pública, tirando o foco só da agricultura e levando o foco para o desenvolvimento regional e turístico, que é o que falamos na nossa maquete eletrônica – eu acho que vamos perder muito tempo passando essa maquete eletrônica.

Eu gostaria de dar algumas informações.

Eu acho que esta audiência, Senador José Medeiros, foi fundamental para sacramentarmos algumas coisas.

Primeiro, eu queria agradecer à comunidade indígena através do Cacique Uraro, que está nos dando o maior apoio, trabalhando muito junto a todos os caciques da Ilha. Hoje temos aqui já – abril de 2016 – autorização da comunidade indígena para passar essa estrada dentro da Ilha.

Estamos tendo algumas dificuldades com relação à Funai. Com o Ibama não, até porque entramos com esse pedido há pouco tempo.

Mais recentemente, tivemos algumas informações importantes.

Primeiro, fizemos uma comissão de 25 elementos: oito elementos de Mato Grosso; nove caciques indígenas, lideranças indígenas; e oito elementos do Tocantins. Senador Wellington Fagundes, eu fui voto vencido

nessa comissão, eu era contrário a fazer uma estrada, que o pessoal está chamando de pantaneira, mas estou chamando de bananeira, uma estrada de fazenda.

Estamos pensando. Fizemos uma reunião com o Governador Marcelo Miranda na terça-feira da semana passada, e ele nos garantiu que ontem se encontraria com o Governador de Mato Grosso, com o consórcio Norte e Nordeste – formado por oito governadores –, em Palmas. Ele se comprometeu a, junto com o Governador Pedro Taques, começar a resolver essa parte de estrada de fazenda.

Com relação a recursos, estamos, há algum tempo já, batalhando por isso e temos alguns contatos, inclusive externos – um grupo japonês, um grupo italiano muito forte e dois grupos nacionais, fora das tradicionais grandes construtoras do País, que é a VLI, a operadora da Ferrovia Norte-Sul, e o pessoal do Porto Seco Centro-Oeste, em Anápolis, que ganhou a licitação para operar o Porto Seco de Gurupi –, que estão interessados nessa travessia. Eles têm interesse também em começar a fazer essa estrada pantaneira.

O que estamos fazendo? Por que estamos fazendo no âmbito do Estado do Tocantins? Primeiro, pela facilidade e menor burocracia em relação ao Governo Federal. Independentemente de quem vai fazer a travessia, se é o governo estadual ou o governo federal, o importante é o seguinte: as coisas estão convergindo para um entendimento comum. O que é? O governo federal hoje está pensando no PPI, e estamos pensando na PPP já faz alguns anos. Eu acho que é a saída que temos.

De que precisamos? Do apoio dos dois governos estaduais e do governo federal no sentido de dar apoio institucional, ou seja, as licenças ambientais, as licenças da Funai, as compensações socioambientais para a comunidade indígena. É disso que estamos precisando, o resto fazemos. Obra de engenharia, como diz o Dr. Luiz Antônio, é a coisa mais fácil do mundo, não há uma rocha para explodir.

Agora, uma coisa da qual eu não abro mão como profissional... Eu e o Luiz Antônio vamos confessar... Eu costumava escrever, nos meus projetos, na introdução, que as grandes obras nacionais pecavam muito, faziam muitos erros, mas infelizmente estão cometendo erros nas grandes obras no presente e, com certeza, vão cometer erros nas grandes obras no futuro. Por exemplo: a transposição do Rio São Francisco é o maior absurdo da engenharia nacional. Há água suficiente para se bombear até para a China, mas faz-se um absurdo de obras e não se conclui. Era para concluir em 2010, 2012, 2015, 2020, e nada! É botar uma bomba! Você define a potência e joga água onde quiser.

Agora, o que não podemos permitir dentro da Ilha é que se atropela a comunidade indígena, de maneira nenhuma. Temos por isso o maior respeito. E acho que respeito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu quero registrar a presença do nosso Senador Vicentinho, que é 1º Secretário do Senado, representante do Estado de Tocantins, e tem o maior interesse nessa obra também.

O SR. JOSÉ RUBENS MAZZARO – Como vai, Senador? Tudo bem?

O Senador Vicentinho é um dos maiores e mais chegados companheiros nossos nessa luta.

Então, dou mais algumas informações sobre a travessia.

Eu acho que estamos no caminho certo. Estamos precisando é nos unir e colocar um pouquinho das vaidades pessoais nossas, de todo mundo, de lado e nos juntar.

Com certeza, essa travessia deixou de ser um projeto rodoviário para ser um projeto social, de integração nacional, integração sul-americana, que vai ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico. É um projeto especial de comunidade indígena, que eu acredito que vai ser um marco, daqui para a frente, das grandes discussões e decepções que tivemos com a Funai e com a comunidade indígena.

Enfim, eu acho que não pode passar deste ano. Apesar de parecer duro, temos que começar este ano.

Nós já estivemos com o pessoal das balsas para colocar as balsas novas no Rio Araguaia. O Pedro Iran, que é o dono do Pipes, da maioria das balsas dos dez Estados do Nordeste, já esteve lá e se prontificou a colocar as balsas neste mês.

Então, o caminho é este. Bola para frente, vamos fazer uns estudos. Como o Senador Wellington falou, independentemente de ser federal ou estadual, vamos levar isso a bom termo e vai ser feita essa estrada. Ou se faz uma primeiro, ou se faz a outra. Duas não vai haver, evidentemente, o Brasil não tem dinheiro para gastar com isso.

Essas são as informações que eu tinha: os governadores estão unidos; a comunidade indígena, de acordo; investidor privado, nós já temos. Então, é questão institucional. É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradecemos as palavras do Dr. Mazzaro.

O próximo a falar seria o Deputado Baiano Filho, mas chegou o Senador Vicentinho. Quero saber se ele quer falar agora.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, com a palavra, o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Cumprimento o Presidente, Senador Medeiros, e os ilustres convidados: Marco Antônio, Vereador da nossa querida cidade de São Félix; Victor, representando o Ibama; o amigo Dr. Luiz Antônio, competentíssimo Diretor do DNIT, que nos honra também com a sua presença; o meu colega aviador, companheiro, amigo, Baú, que dirige tão bem aquela nossa cidade de São Félix, onde já residi – voando, quando jovem ainda, com o Baú, junto com o Carajá, com o Helveciano, com o Chiquitão, que já se foi, e tantos outros colegas aviadores. É uma alegria sempre que mantenho contato com amigos daquela região do Vale do Araguaia, Luciara, Santa Terezinha. Enfim, é muito prazeroso para mim poder estar aqui nesta audiência pública com um Estado irmão, que é o Estado de Mato Grosso.

Cumprimento o Mazzaro, que há pouco explanou muito bem, o idealista dessa travessia, que há tantos anos vem lutando para ver realizado esse sonho de Juscelino Kubitschek que ele abraçou como um sonho dele e de todos nós.

Portanto, é louvável a iniciativa de V. Ex^a, Presidente Medeiros, desta audiência pública.

Já tivemos, lá na Câmara, uma audiência pública, inclusive solicitada pelo Deputado Federal Vicentinho Júnior, meu filho, com a participação de praticamente todas as entidades. Creio que aqui faltou a presença do Ministério Público, que seria muito importante...

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ...e da Funai também, porque envolve todos eles, além do Ibama.

Todos já têm conhecimento, mas eu quero reforçar.

A BR-242 – Senador Wellington, aniversariante, já dei os parabéns a ele, e, à noite, vamos nos encontrar para uma boa confraternização em sua casa – foi idealizada por Juscelino Kubitschek, que pensou num Brasil de norte a sul, com a Belém-Brasília, e de leste a oeste, com a 242, ligando o ponto mais próximo do Atlântico ao Pacífico. E assim ela tem sido aos poucos construída. O gargalo é esse da travessia que eleva o custo Brasil. Hoje é uma necessidade nacional, porque toda a produção do norte do Mato Grosso vai, Dr. Victor, para o sul, para Paranaguá, para Santos, para aqueles portos que já estão, além de longe, congestionados.

Com a travessia...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Vicentinho, só fazer um aparte.

Eu vou passar a Presidência para o Senador Wellington, porque tenho uma audiência agora fora da Casa. Por favor, com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pois não.

Com a travessia da ilha, nós passaremos a mudar o eixo. Se hoje nós pegarmos o mapa da logística das rodovias, ela é mais norte-sul. Nós não temos praticamente eixo leste-oeste no Brasil. Isso torna o País caro. Para se ter uma ideia, o produtor do norte do Mato Grosso vai buscar calcário a 600 quilômetros. Com a travessia da ilha, vai buscar a 90. Já começa a facilitar a produção.

Quando há um problema de saúde, eu sei e imagino o custo que é para o Baú, como Prefeito de São Félix, fretar uma aeronave para levar um paciente a Gurupi, que é o lugar mais próximo, ou a Palmas, que dá muito apoio a tudo isso.

Portanto, o custo é altíssimo. E a grande vantagem desse momento é que, em primeiro lugar, os povos indígenas, com quem eu tenho um bom relacionamento, inclusive estive reunido, segunda-feira, em Porto Nacional com os líderes Javaés e Carajás, falando também desse assunto dentre tantos outros... Sempre damos assistência a eles com emendas, com recursos, com presença. Agora à tarde, às 14h30min, nós teremos um encontro, Senador Wellington, Presidente, com representantes da Força Aérea, da Marinha e do Exército para buscar uma parceria das Forças com os povos indígenas do Tocantins.

Um barco que a Marinha não usa já serve para os nossos indígenas ali, da Ilha do Bananal, por exemplo, e por aí afora. Isso nós temos já agendado, às 14h30.

Então, eu quero, voltando à importância, dizer que os povos indígenas desejam, principalmente, com um projeto como esse, que atende plenamente a questão ambiental, social, econômica, etc... Para toda essa produção, nós passaremos a utilizar, invertendo o eixo, a Ferrovia Norte-Sul, que está precisando ser utilizada. Então, essa produção vai para Gurupi, Presidente, e, dali, Itaquí, Barcarena e por aí afora.

Quer dizer, o custo Brasil, a competitividade do Brasil, vai melhorar e muito. Nós não vamos ter aquelas filas de carretas para embarcarem em Paranaguá, no Porto de Santos, aquele tumulto. Quando eu vejo aquilo, eu falo: “Rapaz, o problema está em 90km, 80km.” Eu penso que o Ibama já tem essa consciência. Nos Estados Unidos e em outros países, nós temos rodovias em áreas indígenas que contentam inclusive o bem-estar da nação indígena, porque eles querem ter renda, aliás, eles convivem no dia a dia. Querem manter suas tradições culturais, mas querem também viver com dignidade, porque eles lá estão passando necessidade, essa é a realidade, e convivendo, no dia a dia, como todos nós.

Nós temos como preservá-los, preservar a cultura, mantê-los com dignidade, com suas rendas, porque eles passariam a ter uma produção mensal no pedágio da travessia e nós manteríamos toda a questão socioambiental, como está aqui no projeto, e resolveríamos o problema do Brasil.

Agora, precisamos muito, Dr. Luiz Antônio, que deem celeridade na questão dos estudos. E, cada vez mais, as Bancadas de Mato Grosso e do Tocantins, principalmente aqui, do Congresso Nacional, com o apoio dos Deputados, vereadores, prefeitos, o que já tem, estarmos mais presentes aqui, nesse sentido, para que isso ocorra.

Isso é uma bandeira importantíssima. Não tem cabimento dois Estados, desde que se criou o Brasil, Tocantins e Mato Grosso, por exemplo, enquanto ainda éramos Goiás, não se unirem. O Araguaia nos divide; o Araguaia deveria servir para nos unir. Nós somos os únicos Estados que não temos uma ligação um com o outro. Que País é este? Nós precisamos ter uma ligação. Se você quer ir a Palmas, você tem que sair de São Félix, descer em Barra do Garças e subir mil e tantos quilômetros, quando você poderia estar a 200km, ou ir para o norte, atravessar em Caseara e por aí afora. São os únicos Estados que não se ligam no Brasil. Nós temos que corrigir essa injustiça histórica aliás. E somos povos unidos, amigos, Mato Grosso, o norte de Goiás, Tocantins hoje, toda a vida nós tivemos um bom relacionamento.

Portanto, é importantíssimo este momento, esta audiência pública. Vim aqui com muito prazer. Peço desculpas por não poder ficar até o final, porque estamos com o gabinete cheio de companheiros do Estado, para atender, Dr. Luiz, mas, nas suas mãos, eu vejo muita esperança.

Fico muito entusiasmado com sua competência, com seu entusiasmo, por compreender a importância dessa travessia. Se ela for estadual, se ela for federal... Eu penso que se for ela federalizada, se pudermos, melhor ainda, porque estão aí os órgãos federais querendo fazer da melhor forma.

Eu tenho conversado com os procuradores, alguns amigos nossos do Tocantins, e eles entendem perfeitamente que este momento é importante, principalmente porque os povos indígenas têm consciência da necessidade disso também. Então, esse é um assunto que está maduro e que todas as partes compreendem a sua importância.

Eu tenho a mais plena certeza de que todos nós, com os órgãos do Governo Federal, haveremos de chegar aí a um bom termo. Eu ainda sonho em atravessar aquela ilha ali, com aquela pista suspensa, chegando até São Félix do Araguaia. É uma cidade importante e que marca muito, como eu disse, a minha trajetória de vida, Senador Wellington. Ali morei, ali voei, comecei os meus primeiros passos na aviação e deixei bons amigos, não é, Baú?

Portanto, sejam todos bem-vindos! Contem, de forma muito incisiva, com o nosso apoio, Vereador, pois queremos dar uma contribuição firme. Queremos não, já estamos dando há um bom tempo. É uma bandeira do Deputado Federal Vicentinho Júnior, na Câmara, e também nossa, pelo lado do Tocantins, muito embora essa é uma causa que eu penso ser de toda a classe política. Ela é uma bandeira, é uma causa nobre, e uma causa nobre não tem patrono individual. O patrono somos todos nós, são as pessoas que sonham em utilizar essa travessia, das pessoas mais simples aos produtores, à classe política.

Ainda quero um dia sair lá da beira do Atlântico, na Bahia, passando por ali, Baú, e ir até o Pacífico. Aí saberei que o Brasil está realmente organizado na questão logística, de norte a sul, de leste a oeste. E o caminho é esse aí, pela travessia da Ilha. É o caminho mais curto, mais viável e já visto lá atrás, por Juscelino Kubitschek.

Essa ideia que nós estamos aqui defendendo, estamos somente a reproduzindo de Juscelino, grande estadista, que pensou um Brasil grande e colocou isso lá atrás. Aliás, naquela época, para chamar mais a atenção, ele fez um belo hotel na Ilha do Bananal, em Santa Isabel, que hoje os povos indígenas já perderam. Mas o Hotel JK ali era uma referência para o turismo mundial. Aquilo era ele chamando para a importância da ligação do Atlântico ao Pacífico.

Portanto, fica aqui registrado o nosso apoio, o nosso entusiasmo.

Presidente Wellington, para concluir, Mato Grosso, além de ter o Presidente da Mesa, tem o Líder do PR no Senado – ele é o meu Líder e aniversariante do dia. Então, hoje ele está em alta.

Portanto, vamos trabalhar juntos, Wellington: toda a Bancada de Mato Grosso e nós do Tocantins. Tenho certeza de que vamos chegar a um bom termo. Conte comigo!

É um prazer enorme tê-los aqui, principalmente o meu velho amigo e companheiro Baú.

É um prazer, Baú!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Vicentinho, eu já havia registrado aqui antes que, se agora nós não conseguirmos avançar nessa questão, que é um sonho de todos nós, principalmente da região, tendo o 1º Secretário da Casa e o Diretor de Engenharia do DNIT... O Senador Medeiros agora está começando a experimentar ser Governo, porque ele saiu daqui para ir a uma audiência, Senador Júlio Campos, com o Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Se pudesse ser por decreto, nós dois já assinariamos um decreto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero aproveitar para registrar a presença também do Senador Júlio Campos no nosso plenário. Ele também foi 1º Secretário da Casa e um Senador extremamente atuante. É uma figura política que todos nós, em Mato Grosso, admiramos pela sua carreira política. Foi o Prefeito mais jovem do Brasil, Deputado Estadual e Federal, Senador da República, Governador do nosso Estado e Conselheiro do Tribunal de Contas também. Com certeza, é um político que, como sempre digo, espira política o tempo todo. É um ser político. Então, é um prazer, uma satisfação tê-lo como um dos participantes desta audiência.

Nós teremos a possibilidade de ouvir – já está inscrito – o Deputado Baiano Filho, e ainda fica franqueada a palavra ao Senador Júlio e ao Deputado Dilceu, se quiserem usá-la.

Pois não, Deputado Baiano Filho.

Não sei se está ligado o microfone.

O SR. BAIANO FILHO – Quero iniciar cumprimentando o Presidente da Mesa, Senador Wellington, nosso mato-grossense defensor da logística do Estado aqui no Congresso Nacional, e externar o nosso reconhecimento também ao Senador Medeiros, que provocou, no bom sentido, esse encontro muito importante para que possamos obter as novas informações em relação ao tema da Transbananal, que é importante para o Brasil.

Cumprimento os Senadores que aqui nos deixaram – o Senador Ataídes esteve inicialmente no nosso encontro; o Senador Vicentinho, que acabou de falar; e também o nosso Luiz Antônio, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT.

Eu volto para casa, Baú, mais animado do que estava naquela outra audiência que participamos na Câmara, porque percebi que o Luiz Antônio, mato-grossense – não é por isso que ele faz, mas porque tem uma missão para com o Brasil –, entendeu, deu passos importantes. O estudo EVTEA é muito importante para que as fases seguintes possam acontecer. Percebemos que o DNIT e o Ministério realmente estão vendo, de forma diferente, a construção dessa estrada importante – como eu disse – para o Brasil.

Quero saudar o Victor Castro Fernandes, do Ibama. Isto é verdade, Victor: infelizmente, os órgãos de Governo atrapalham o progresso do Brasil. Eu percebi isso na nossa fala.

Cada um tem a sua razão, mas as coisas são muito demoradas. Você pega a 242, licença do Sema, daqui a pouco contestou, teve que parar no Ministério Público Federal... E, aí, quem paga a conta somos nós, os produtores; somos nós, os cidadãos; são as pessoas que acabam sofrendo por um País que precisa ser desburocratizado. Se os entendimentos forem mais rápidos – e justos, é claro –, nós vamos atender de forma melhor à população. Mas percebo a vontade muito forte do Ibama de contribuir para o desenvolvimento não só do Mato Grosso, do Tocantins, mas também de todo o Brasil.

Quanto ao Baú, nosso Prefeito de São Félix, representando toda a nossa região, quando eu vou lá, ele sempre me pergunta: “Mas não será que eu vou morrer e não vou ver essa estrada pronta? Será que nós vamos asfaltar São Félix até o Alto Boa Vista?” Eu falei: “Nós trabalhamos muito para isso.” E acredito, Baú, que, nessa nova visão, nesse novo agrupamento de forças, você vá ver isso. Com certeza, nós vamos ver isso. E, da mesma forma, eu falo ao Marcos, à Cida e ao Domingos, os Vereadores de lá que aqui estão e que representam o Legislativo. Eles têm, em todos os momentos, trabalhado de forma forte para que isso aconteça.

Eu quero destacar a presença do Deputado Dilmar, meu companheiro lá da cidade de Sinop, que está aqui conosco – é uma satisfação –, ao lado do nosso sempre Governador e Senador Júlio Campos. Meu pai se foi, aos 91 anos, votando no Júlio Campos. Quando eu defendia que o Blairo Maggi foi o melhor Governador de Mato Grosso, ele brigava comigo e falava que o Senador Júlio Campos é que foi o melhor Governador para o Estado de Mato Grosso. Trata-se de uma pessoa muito especial para todos nós.

E quero saudar a todos em nome do Mazzaro. Mazzaro, tudo isso aqui acontece por sua conta e por conta do Siqueira Campos. Quanto ao Siqueira Campos, eu gostaria muito... Nós não estejamos desejando que ninguém se vá. Nós gostaríamos de ter vida eterna, mas não é assim. Porém eu gostaria muito, no que se refere a essa estrada, Wellington, independentemente da sua forma de implantação inicial – e penso que é um dos grandes caminhos –, que nós a consolidássemos, com a presença desse grande líder – não de Tocantins, não do Centro-Oeste – nacional, que é o ex-Governador de Tocantins, Siqueira Campos. Aos 87 anos de idade, eu voei

de Cuiabá a São Félix, juntamente com o Governador Silval, com o Presidente da Assembleia, Riva, e mais um monte de gente no avião, e todo mundo foi lá assim: “Ah, não acreditamos nisso. O que é que você acha? Será que vai dar certo?” E, dentro do avião, praticamente ninguém acreditava nisso. Aí ouviram o Siqueira Campos, lá em São Félix, e, no retorno, na volta, todos voltaram convencidos de que é possível. E por que é possível? É possível pela universidade, é possível pela produção, pelo escoamento, pelos insumos, enfim... Tudo aqui foi falado, mas, conforme a fala do Vicentinho – e eu me preparava para fazê-la também nessa forma –, não dá para entender, no Brasil, dois Estados que se avizinham por mais de 400 quilômetros e um não vai para o outro. Não temos a integração. Será que nós não temos capacidade, competência, habilidade, agilidade e responsabilidade, acima de tudo, para fazermos uma estrada como a que está proposta, de forma ambientalmente correta, e permitir que dois Estados se integrem?

Hoje, Luiz Antônio, nós estamos levando soja – e vou tirar como ponto de referência Querência, Ribeirão Cascalheira, Água Boa, enfim –, nós estamos indo para o porto... Aliás, para a ferrovia, em Colinas – não vou nem falar do porto em Barcarena –, andando mil quilômetros.

Temos como ponto principal a cidade de Alto Boa Vista ou Posto da Mata, sendo que nós poderemos chegar numa ferrovia a 300 quilômetros. E faço essa observação, Deputado Dilmar, porque lá, em décadas passadas, nós cobrávamos do Governador Júlio Campos que levasse o asfalto para o Nortão, lá para Sinop, no governo Figueiredo. E foi o Governador Júlio Campos que levou esse asfalto para o Nortão. Agora, nós brigamos – e o Wellington tem um papel fundamental nisso, desculpe-me chamá-lo assim, Senador – para que a gente faça a duplicação, porque o progresso chegou, a produção aumentou até Sinop, e ela vai ocorrer.

Mas hoje nós já temos a reclamação de que as nossas rodovias já estão danificadas, deterioradas devido ao grande volume de produção e de tráfego. E o que nós estamos buscando lá para o Nortão mato-grossense hoje? A ferrovia que vai ligar o norte do Estado com o Porto de Barcarena, em Belém. Nós temos, no Araguaia e no Tocantins, apenas 90 quilômetros de rodovia que precisam ser implantados, construídos para levar toda a produção para uma ferrovia que vai se deslocar para Imperatriz, para Açailândia e vai chegar ao Porto de Itaquí, no Maranhão.

É melhor nós fazermos isso ou é melhor cada vez mais nós gastarmos milhões e milhões e milhões na recuperação da BR-158 que, lamentavelmente, ainda não está totalmente pavimentada? Quando recuperamos, fazemos asfalto de qualidade, fazemos CBUQ, com empresas boas, mas a rodovia não suporta, porque a carga é muito grande. O Araguaia tem mais 3,5 milhões de hectares que vão ser colocados na produção nacional. Essa integração da 242, da 163 com a 158 é fundamental. Falta só sabedoria, falta só desburocratizar as coisas, falta só olhar um pouco mais... E aqui nós também não podemos ser injustos. Eu não sou advogado de partido nenhum, mas nós temos que registrar que, nos últimos 12 anos, Mato Grosso tem pedido mais, reclamado, exigido. Mas nós não temos como não reconhecer que os avanços das rodovias no Estado de Mato Grosso foram grandiosos. A BR-070, de Barra do Garças até a sede de São Vicente, era uma vergonha. A BR-163, de Cuiabá até Sinop, era uma vergonha. Para você andar cem quilômetros até Nova Mutum eram cinco, seis horas de viagem. E a 170 para Cáceres, a 158 está sendo pavimentada. Uma pena que a Funai, que tem a obrigação de proteger, de buscar a legalidade, de fazer a coisa certa, não consegue ser ágil como o Brasil precisa. Nós estamos lá com a 158 praticamente com os projetos sendo finalizados, uma hora é porque se trata do estudo indígena, outra hora é porque não sei o quê, outra hora é porque não sei o quê, e não vai. Nós precisamos de uma rodovia no coração do Araguaia, que nós não conseguimos realizar, porque não conseguimos avançar de forma rápida com relação aos entendimentos com o Governo Federal. Isso faz com que tenhamos perdas na produção e, mais do que isso, vidas, pessoas estão morrendo nos acidentes nas estradas, na poeira.

Então, eu queria aqui deixar registrado isso. Nós trabalhamos nessa história com o Mazzaro, com o Siqueira e agora com o Governador Marcelo, com o Silval, com o Governador Pedro. Temos que envolver toda a classe produtora para que a gente consiga definitivamente realizar esse sonho, que é importante, como eu disse, para todo o Brasil. Destruar, Senador Wellington.

O Brasil está num novo momento, todo mundo enxerga isso, no momento da seriedade, da honestidade, do combate à corrupção. Agora, penso que o Congresso Nacional pode dar um salto muito grande para o Brasil, buscando mecanismos para o Pacto Federativo – como bem citou aqui o Prefeito Baú –, desburocratizando este País, porque é um País gigante, é um País que produz, é um País que está consciente também da sua responsabilidade ambiental. E certamente quero que meus filhos, meus netos e as futuras gerações tenham um País com mais progresso, um País bastante promissor.

Então, queria agradecer a presença de todos, do Prefeito Baú, que é entusiasmado com essa história. Ele que é Prefeito pelo terceiro mandato, já foi Deputado, sofre porque o asfalto chega praticamente na vizinhança toda, e não conseguimos fazer o asfalto chegar em São Félix. Aliás, São Félix ficou fora do MT 100% Integrado, Victor, e não estou falando pelo Ibama – só para contribuir com o tema – por falta de licenciamento

ambiental, ou Luciara por falta de licenciamento ambiental, como algumas outras situações por falta de licenciamento ambiental.

Penso que nas ideias dadas aqui hoje, para finalizar, pelo Senador Wellington, pelo Senador Vicentinho, nós, Mazzaro, estamos dando um outro grande passo na conquista dessa estrada importante para o Brasil. E reitero, gostaria muito, muito, muito, que todos nós nos empenhássemos, cada vez mais, para que o grande líder, o grande mentor dessa estrada, Siqueira Campos, pudesse, em vida ainda, comemorar ao nosso lado a sua inauguração, a sua integração. Queremos ela com asfalto? É o sonho do Mazzaro, é um projeto muito bom, com pessoas que querem investir, vamos chegar a isso. Mas talvez se, num primeiro momento, esse for o entendimento, fazermos a implantação de uma rodovia, com pontes boas de concreto, levantada, que vamos passar em todos os períodos e gradativamente trabalhando no asfaltamento, seria uma grande saída para que a gente, após 2016 anos de existência, consolide esse projeto importante para o Brasil.

Essa seria minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Antes de passar a palavra ao Deputado Dilmar, irmão do Dilceu – o Dirceu é mais velho, não é? Então, ele merece o respeito. Mas, antes de passar a palavra, não é com o objetivo de polemizar aqui, Deputado Baiano e Deputado Dilmar, foram feitos, ainda no governo passado, no Estado de Mato Grosso, alguns convênios com o governo do Estado; um convênio da questão dos estudos ambientais da BR-242, da BR-080 e da BR-158. Esses convênios não caminharam praticamente nada. Isso também é um impeditivo para que todo esse trabalho possa ser feito.

Então, gostaria que V. Ex^{as} pudessem estudar isso em relação ao Mato Grosso, inclusive os recursos que foram repassados. Se há o convênio lá, o DNIT não pode realizá-lo. E entendo que a melhor alternativa seria devolvê-lo, para que o DNIT pudesse, já que temos um diretor hoje aqui, ter mais agilidade na execução desses estudos indígenas, porque sem eles também, por exemplo, a BR-242 está parada.

Já foram feitas as duas pontas e a obra não consegue caminhar, com a obra licitada.

Da mesma forma, temos convênios lá com o Governo do Estado, da 174, que nós colocamos recursos, recursos abundantes, e que simplesmente a obra está parada. Há recurso liberado do ano retrasado. Para este ano nós fizemos uma emenda de um valor bastante expressivo, que não tem como utilizar. Agora, nós, inclusive, estamos remanejando essa emenda para outros, porque senão vai perder o recurso. Da mesma forma nós temos um convênio do Contorno Norte. Está na conta do Estado mais de R\$90 milhões há alguns anos e está na estaca zero, porque aquilo que foi licitado no passado foi totalmente anulado. Hoje não há nem licitação de projeto.

Nós já tivemos crises no Ministério do Transporte, que atrasaram os pagamentos em relação à 163, e nós tentamos, inclusive, remanejar esse recurso e o Ministério poderia fazê-lo, mas até para não virar polêmica, o Ministro preferiu aguardar, até porque havia essa questão de partidos. Hoje, não, é outro Presidente.

Então, eu acho que o momento é de tomar decisão e eu estou colocando aqui de forma pública, mas não de forma polêmica, que seria importante que se tomasse uma decisão sobre o que fazer, porque esses recursos poderiam ser até utilizados em outras áreas em que poderíamos priorizar.

Em relação à conservação da 242, o Baú sabe, está sendo feito um trabalho lá que está conservando e levantando devagarzinho, exatamente porque também não há ainda as licenças aprovadas.

Então, essa é uma discussão lá no Parlamento estadual, enfim, junto aos órgãos estaduais, para o melhor encaminhamento a ser feito.

Pois não.

O SR. DILMAR DAL'BOSCO – Bom dia a todos, primeiro cumprimentar o Senador do nosso Estado, Senador Wellington Fagundes, que orgulha realmente o nosso Estado e também cumprimentar o Senador Medeiros, que teve que se retirar, mas traz um assunto pertinente não só ao Estado do Mato Grosso, não é uma preocupação só para o Estado de Mato Grosso.

Prefeito Baú, tive que sair aqui para ir a uma visita ao Senador Agripino, Presidente do meu Partido Democratas, porque tínhamos uma agenda, mas pude ouvir um pouco da sua palavra. V. Ex^a falou toda a realidade do que o cidadão sente lá na ponta. Nós temos esta dificuldade em que, muitas vezes, os assuntos pertinentes ao Brasil sejam discutidos de forma coerente, sejam realmente produção para que o Brasil se desenvolva.

Eu acho que, quando se há uma visão de se colocar o mapa do Brasil e trazer os assuntos pertinentes ao desenvolvimento de regiões do Brasil, é um debate que tem que ser realmente nesta Casa feito. No Estado de Mato Grosso, como lá não é diferente, em São Félix, o Vereador Marcos, os vereadores de toda a região junto com o Deputado Baiano Filho – o qual cumprimento, meu amigo, Deputado Baiano – têm discutido e sabem do tamanho da importância.

Então, a Leste-Oeste não é o Estado de Mato Grosso, não é o Tocantins, ela é o Estado da Bahia, ela é Tocantins, é o Mato Grosso e é Rondônia, ela vai lá em Vilhena.

Nós temos essa ligação realmente com um grande gargalo que tem o Brasil para desenvolver, levando uma estrutura tão importante. Luiz Antônio, você que é do nosso Estado, está aqui agora no DNIT fortemente, realmente sabe dessa preocupação.

Eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e a gente vê as grandes dificuldades que nós temos de entendimento em vários assuntos; o Ibama com a nossa própria Secretaria Ambiental do Estado tem dificuldade. Para-se em paradigmas pessoais, parece, e não leva o conhecimento afundo realmente para a ponta, para as pessoas que precisam desse grande desenvolvimento.

Também o Senador Ataídes falou muito bem da importância, muitas vezes, desse projeto que o Mazzaro fez, de R\$900 milhões, para se ter base do valor. É um valor expressivo, mas o Estado de Mato Grosso contribui com o Governo Federal – e não tem uma retribuição de volta – praticamente com muito mais do que isso, por ano, só com a questão da Lei Kandir, da exportação. Nós contribuimos muito. Isso pode agregar ao produto, à nossa suinicultura, avicultura, que é forte já no Estado de Mato Grosso, à piscicultura, que está entrando fortemente, à nossa produção do algodão, da soja, do milho; isso agrega ao nosso produto e traz retorno tanto ao Governo brasileiro quanto aos governos estaduais.

Eu vejo que nós estamos perdendo muito por não investir fortemente numa rodovia tão importante de desenvolvimento. Eu acho que a luta – e tenho que dar os parabéns a você, Prefeito Baú, realmente, por sua luta pertinente, sempre querendo o melhor, não para o seu Município, não só para o nosso Estado do Mato Grosso, mas para que o desenvolvimento do Brasil seja completo.

Então, a 242 é extremamente importante. Nós não podemos deixar de desenvolver o nosso País em detrimento, muitas vezes, de pensamentos ambientais. Isso não agride em nada o meio ambiente, e, sim, agrega pessoas, interliga as pessoas, interliga os Municípios que são vizinhos e não se veem interligados. Quer dizer, nós estamos aí deixando o direito, o dever, talvez, e a oportunidade de nós nos conhecermos melhor por interligações interestaduais.

Vejo que realmente, da forma como os Senadores falaram, como aqui o Vicentinho também da mesma maneira falou, o Senador Wellington, o Senador Ataídes, Senador Medeiros, podem, sim, buscar solução, nem que seja criando uma câmara de discussão pertinente não só à 242, mas saber do tamanho da importância do desenvolvimento lá de Rondônia – e nós do Estado de Mato Grosso teremos tamanho desenvolvimento se essa 242 for contemplada. Que saia também da BR-163 e entre para dentro, passando por Sorriso, Ipiranga, Itanhangá, Brasnorte, e que vá a Comodoro. Quer dizer, nós vamos ter um elo com Rondônia muito importante. Nós temos lá riquezas e minérios importantes no eixo dessa rodovia que podem agregar riquezas ao Brasil.

Então, vejo a importância do debate e quero dar os parabéns realmente ao Deputado Baiano, que sempre tem lutado e sempre tem feito o papel dele, levando o ex-governador como levou para o debate da importância da 242.

Luiz Antônio, você agora é importante, você conhece, é da nossa região e sabe. Eu acho que esse debate aqui é um sonho de pessoas que acreditam no desenvolvimento do nosso País, e nós temos que fazer a diferença. Nós temos que, sim, dar a oportunidade para que possamos agregar mais valores à nossa produção. E, esse dinheiro, lógico, com toda a certeza, agregará mais ao produto, assim virá mais recursos para serem investidos pelo Governo brasileiro, os governos dos Estados, na saúde, na educação.

Então, tem-se que pensar na característica do social, que também vem com toda a desenvoltura dessas rodovias.

Senador Wellington Fagundes, coloco-me à disposição, junto com o Deputado Baiano Filho, para que a gente converse com o Secretário de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso, Secretário Marcelo, e veja a questão do convênio da 080, da 158, da 242.

É um convênio só. Que devolva esse convênio! Vejam o tamanho da importância da 174. Nós estamos levando um grande empreendedor àquela região, um investimento particular em minério de R\$700 milhões para aquela região, em Aripuanã.

Então, é importante que debatamos isso, porque vamos estar trazendo a riqueza para o País, a riqueza para o nosso Estado também.

Quero agradecer realmente e espero que, desta audiência, façamos um grupo de trabalho realmente, para evidenciar e cobrar a urgência da conclusão da 242, não para Tocantins, não para o Estado de Mato Grosso, mas para todos esses Estados interligados, para o Brasil. É um Brasil que tem que pensar nele, pensar no seu desenvolvimento, em obras estruturantes. Quanto mais investirmos em obras estruturantes, vamos estar fazendo o desenvolvimento do ser humano e dando oportunidade para as pessoas. Não é só a nossa produção que vai passar na 242, mas, sim, o direito do cidadão estar mais próximo de vir, andar e ter o direito de tráfico de pessoal. Então, vamos estar dando oportunidade, muitas vezes, de vizinhos interestaduais, de Estados se conhecerem melhor e estarem interligados.

Acho que essa é a grande oportunidade de se fazer essa obra.

Obrigado, Senador Wellington.

Coloco-me sempre à disposição no Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Temos aqui duas perguntas feitas pelo Alô Senado, do Júlio Calixto Guimarães, do Mato Grosso. Ele pergunta: “Por que a Lei nº 5.917/1973, referente ao Plano Nacional de Viação, nunca foi cumprida?” Acho que essa o Dr. Luiz Antônio pode responder.

A outra: “O Governo Federal deve promulgar decretos ou adotar outras normas para construção de rodovias em terras indígenas.”

Nós vamos aqui já passar para as conclusões. Cada um tem cinco minutos para fazer a sua conclusão – três minutos, com o máximo de dois de tolerância.

Então, vou começar aqui da minha esquerda, com o Marcos Antônio Miranda, que tem a palavra.

O SR. MARCOS ANTÔNIO MIRANDA SOUSA – Sr. Presidente da Comissão, nós, mais uma vez, reiteramos a esperança da viabilidade dessa obra – inicialmente do projeto e depois da obra. Acompanhando as várias reuniões e várias audiências públicas já ocorridas, reiterando o que o Deputado Baiano Filho acabou de mencionar, saímos aqui do Senado Federal cientes e conscientes da possibilidade, cada vez mais próxima, de viabilização dessa obra, que é tão importante para o País, para os Estados que compõem o interesse e, principalmente, para nossa região especificamente, a região araguaia.

A presença dos Senadores que aqui estiveram, Senador Ataídes, Senador Vicentinho, V. Ex^a, os Deputados Estaduais – inclusive como filiado do PP, vou levar essa situação para o Senador Cidinho, para que ele também componha essa frente, assim como para o Deputado Ezequiel Fonseca – é essencial para que possamos chegar à viabilização dessa obra, que será importante, como já mencionado por todos, para o País, para o Estado de Mato Grosso, para outros Estados, para a região araguaia.

Deixo aqui os meus agradecimentos e parabênz o Senado Federal, a Comissão de Infraestrutura pela realização da audiência pública, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e os demais órgãos presentes, com seus representantes, Ibama, DNIT, conclamando para que as próximas tenham a presença dos órgãos que também interessam a esse tema, que seria a Funai e o Ministério Público Federal. Deixo aqui os meus agradecimentos e as minhas palavras.

Bom dia a todos.

O SR. BAIANO FILHO – Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não.

O SR. BAIANO FILHO – Em tempo, até porque fiquei com uma pequena dúvida na fala do Luiz Antônio em relação ao trecho Querência do Norte-Santiago, dos três lotes; dois contratados e um em fase final de contratação. Isso já para execução da obra?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Responde no final.

Passo a palavra ao Dr. Victor Castro Fernando de Sousa, representando o Ibama.

O SR. VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUSA – Vou aproveitar para pegar um gancho com as falas dos Ex^{mos} Deputados Baiano e Dilmar e também do Ex^{mo} Senador Wellington sobre por que existem esses entraves no licenciamento. Vou tentar, para esse caso concreto da 242, apresentar só três exemplos aqui porque, diante dessa preocupação atual que vejo do Parlamento de tentar criar uma legislação e uma segurança jurídica para o licenciamento ambiental, é importante que os senhores entendam que existem também normativas infralegais que também incidem no nosso trabalho, às vezes gerando alguma perda de eficiência.

Então, por exemplo, o Luiz Antônio falou sobre rodovias em leito natural, que acredito ser uma boa parte desse trecho da Transbananal. A gente tem uma Portaria nº 289, editada pelo Ministério do Meio Ambiente, que não permite que seja feita a licença de instalação direta para esse trecho, porque está na Amazônia Legal. Tocantins e Mato Grosso são Amazônia Legal. Logo, a gente não poderia dar... O Decreto nº 8.437, que regulamentou o art. 7º da Lei Complementar nº 140, colocou como competência federal, obrigatoriamente, a implantação e operação de trechos de rodovias federais, mas uma duplicação até 200 quilômetros pode ser feita pelo Estado. Quando, no caso concreto, a gente tem aí um trecho de 90 quilômetros que vai ser implantado, pode ser, em muitos casos, muito menos impactante do que uma duplicação de 200 quilômetros, mas o decreto obriga que seja federal.

Em relação à Portaria nº 060, por exemplo, as manifestações da Funai, do IPHAN, da Palmares, etc, têm que ter relação com os impactos do empreendimento, mas não delimita qual vai ser o objeto de análise por esses órgãos. Em alguns casos, por exemplo, a gente já teve pedido de compra de viatura para índio, etc.

Então, estou problematizando algumas questões que estão em marcos regulatórios infralegais e que precisam também ser acompanhadas por este Parlamento, não apenas o projeto de lei que tramita aqui no Senado e o projeto de lei da Câmara, que já está com uma tramitação mais avançada, mas também essas nor-

mativas infralegais, que impactam diretamente o nosso trabalho e que têm até um detalhamento maior em relação a como devemos proceder.

Quero só esclarecer que, desde 2011, o Ibama tem buscado profissionalizar a sua análise de impactos ambientais, tanto com a nossa Diretora anterior, Gisela Forattini, que depois se tornou a Diretora da ANA, quanto com o atual Diretor, Thomaz Miazak. E hoje, no âmbito do PNMA (Plano Nacional de Meio Ambiente), nós temos construído um entendimento de listar todos os aspectos em impactos de um empreendimento, para que, pensando daqui a três ou cinco anos, nós possamos ter um procedimento no qual o DNIT propõe um determinado empreendimento e nós já temos predefinido, com bastante segurança jurídica, o que o DNIT precisa fazer em cada tempo, com um cronograma já bem redondo.

Então, nós estamos tentando avançar, no sentido dessa profissionalização, porque nós entendemos que, além de facilitar a eficiência do nosso trabalho diário, ela também facilita destravar essas obras tão importantes para a logística do nosso País.

Então, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Prefeito José Antônio de Almeida, para a sua conclusão.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA – Eu me sinto muito feliz de estar aqui, nesta audiência pública, debatendo um assunto de tanto interesse para aquela região, que não é um interesse local, em si, mas um interesse nacional: a interligação de dois Estados, sendo um de costas para o outro, conforme foi dito por diversos Senadores. E, realmente, essa rodovia é de interesse nacional, com a Integração Leste-Oeste, que liga o Atlântico ao Pacífico e que tem esse pequeno gargalo de 90 quilômetros, o qual debatemos aqui, que é a Transbanel.

Eu vejo, nesta audiência pública, nas falas dos Senadores, dos Deputados, de todos aqui presentes, a possibilidade de avançarmos muito rápido em relação à concretização. E esse sonho, do qual falaram aqui, de Juscelino Kubitschek, que anteviu isso lá no passado, na década de 50, 60, pode se tornar realidade.

E eu quero agradecer aqui, aproveitando a presença do Luiz Antônio e do Senador Wellington, principalmente pelas nossas rodovias. A 158, de Barra, atravessando ali, está com o asfalto em ótimas condições. E a parte de chão nunca esteve tão boa assim. Mesmo com aquele tráfego de carretas muito pesado, a 158 está ótima. E a 242 – ali, da 158 até São Félix – está muito boa. O trabalho é de boa qualidade, e eu até falei com o Luiz Antônio sobre isso. Eu agradeço a vocês, em nome da população dali, e considero esta reunião muito positiva, Senador Wellington. Eu também agradeço ao Senador Medeiros, que é o Presidente – que não está aqui neste instante –, pela iniciativa.

E, quanto a essa frente parlamentar proposta pelo Senador Ataídes e apoiada por outros Senadores, eu acho que é o embrião de uma união dos dois Estados, em prol de um projeto comum que vai enriquecer aquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Dr. Luiz Antônio, para expor também as suas conclusões.

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Sr. Presidente, Senador Wellington, antes de eu adentrar as conclusões, eu gostaria de tecer alguns comentários sobre os dois questionamentos que houve. O primeiro, vindo aí do *site*, sobre a questão do cumprimento da Lei do SNV. A Lei do SNV é uma lei que criou o Sistema Nacional de Viação, em que estão dispostas as rodovias consideradas federais. O DNIT é o órgão gestor da lei.

Eu não consigo compreender, pela pergunta feita pelo cidadão, em que ponto não está havendo o cumprimento da lei. Nós temos aí a questão da BR-080, que, na Lei do SNV, tem alguns critérios: as rodovias iniciadas por zero são rodovias radiais, que partem da Capital Federal, Brasília, e se ligam a alguma outra capital ou a uma região de fronteira. E a BR-080 é a única rodovia do Sistema Nacional de Viação que não cumpre essa missão. Infelizmente, ela consta no SNV como federal até Ribeirão Cascalheira. Então, aquilo que nós chamamos, lá em Mato Grosso, de BR-080, que chega até Matupá, infelizmente não é federal. Ela é uma rodovia estadual. Trata-se da MT-322, que está sendo pavimentada pelo MT Integrado. E, como o Deputado Baiano Filho colocou, lá, hoje, até os indígenas querem essa pavimentação. Mas já existe, inclusive, uma proposta que vai ser levada pelo Executivo ao Legislativo, com alterações dessa lei. E uma das alterações propostas é a extensão da BR-080, cortando o norte de Mato Grosso, chegando a Machadinho d'Oeste e indo até a fronteira com a Bolívia. Então, existe essa proposta.

Nas minhas considerações finais, eu gostaria só de fazer o registro de que nós falamos muito em integração, e nós estamos caminhando, o DNIT e o Ibama, cada vez mais rumo a uma integração cada vez maior. Cabe o registro aqui de que são frequentes as integrações, tanto da nossa Coordenação Geral de Meio Ambiente, na

pessoa da Coordenadora Yonara, que aqui se faz presente, como também do nosso Diretor-Geral, que hoje eu represento, Dr. Valter Casimiro, e da equipe do Ibama, com a Presidente do Ibama, Dr^a Marilene.

Então, nossas conversas são cada vez mais frequentes. Nossos diálogos estão cada vez mais juntos, aprofundados, em prol de buscar soluções para o destravamento, para o licenciamento dos nossos empreendimentos. Mas nós temos que obedecer ao ordenamento legal, segundo o qual nós temos que ouvir os intervenientes, e existem aí algumas questões das medidas compensatórias, sobre as quais, eu acho, nós podemos estabelecer limites, mas aí cabe a este Parlamento, porque nós temos alguns programas, por meio dos quais nós compramos veículos, construímos currais... Damos o treinamento para o artesanato, depois nós temos que comprar o material para o artesanato e depois comprar a produção do artesanato. Com o desenvolvimento sustentável, nós queremos, sim, a integração não só econômica, mas também cultural, social, das áreas atingidas pelo empreendimento, embora isso seja muito complicado, porque existem algumas ações impostas ao DNIT que não fazem parte do nosso *business*.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA – Mas eu gostaria de registrar aqui, Dr. Victor, a nossa integração cada vez maior do DNIT com o Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu quero parabenizar todos que aqui vieram.

Mais uma vez, obrigado, Dr. Rubens Mazzaro, em seu nome, em nome de toda a comunidade, daqueles que tiveram iniciativa e que estão lutando por esse objetivo, que, com certeza, é fundamental não só para a região, mas para o Brasil. Acho que poderíamos ali, naquela região, gerar não só riqueza da produção agropecuária, mas também, e principalmente, do turismo, da integração, que é extremamente importante.

Quando falamos aqui socioeconômico, o social é fundamental, porque ali existem pessoas, às vezes, abandonadas, sem nenhuma assistência. É claro, de uma forma social, isso é muito pior, muito degradante, porque, às vezes, não há o conforto mínimo necessário de que aquelas pessoas ali precisam.

Eu quero, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, propor a dispensa da leitura e também a aprovação da ata da 8ª Reunião da Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. Então, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Hélio José, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, Jorge Viana, Acir Gurgacz e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. Justifica a ausência o Senhor Senador Walter Pinheiro. Comparece à reunião o Senhor Deputado Federal Celso Pansera. **É registrada a presença de representantes das seguintes instituições:** Academia Brasileira de Ciências; Academia de Ciências do Estado de São Paulo; Academia Nacional de Medicina; Agência Espacial Brasileira; Associação Brasileira de Antropologia; Associação Brasileira de Editores Científicos; Associação Brasileira de Universidade Estaduais e Municipais; Associação Brasileira de Educação a Distância; Associação Brasileira de Psicologia Social; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia; Associação Nacional de Centros e Museus de Ciências; Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação; Associação Brasileira de Física; Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação; Associação Brasileira de Limnologia; Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo; Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística; Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras; Associação Nacional de História; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; Centro de Gestão em Estudos Estratégicos em Ciência e Tecnologia; Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia; Confederação Nacional da Indústria; Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa; Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C,T&I; Diretoria da Associação dos Servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação; Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia; Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação; Fundação Oswaldo Cruz; Museu Paraense Emílio Goeldi; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Sociedade Científica dos Estudos das Artes; Secretaria Executiva do Fórum de C&T, em São José dos Campos; Sociedade Botânica do Brasil e o Programa Antártico Brasileiro; Sociedade Brasileira de Imunologia; Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Sociedade Brasileira de Protozoologia; Sociedade Brasileira de Sociologia; Sociedade Brasileira de Telecomunicações; Universidade de Brasília; e Universidade Estadual de Maringá. O Senhor Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da ata da última reunião, que **é** dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a discutir acerca da fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, proposta pelo Governo interino de Michel Temer, atendendo ao Requerimento nº 20/2016-CCT, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque, Hélio José e Walter Pinheiro. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Elíbio Leopoldo Rech Filho, Diretor da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Manoel Santana Cardoso, Superintendente Científico, Tecnológico e de Inovação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - SUCTI/FAP-DF; e Gustavo Henrique de Sousa Balduino, Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana, Hélio José, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro e o Senhor Deputado Federal Celso Pansera. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, telespectadores da TV Senado!

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de maio de 2016.

Quero começar apelando aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que se acham em seus gabinetes para que venham para a sala de reuniões da CCT, onde teremos, em instantes, uma importante audiência pública com ênfase na fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações.

Como é de hábito da nossa Comissão, iniciamos com alguns comunicados antes de procedermos à audiência pública propriamente dita.

Ofícios recebidos.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) enviou um ofício a esta Comissão informando que a União Internacional de Telecomunicações está realizando a Semana UIT das Américas com o apoio da Anatel e que os eventos vão ocorrer em Brasília entre os dias 13 e 17 de junho, com dois **fóruns abertos ao público interessado**.

Nesta segunda-feira, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para assuntos de CTI encaminhou a esta Comissão um ofício, posto que, como argumentam, a representação política das unidades da Federação é feita pelos Secretários de Estado representados pelo Consecti.

Cabe a esta Presidência informar que o convite para participar de audiências públicas se dá em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal, por meio de requerimento apresentado por Senador membro da Comissão e aprovado pelo voto dos membros em reunião deliberativa. Não tendo sido apresentado requerimento com a proposta de convite desta instituição, lamentamos não poder recepcioná-la nesta audiência pública, mas esperando que isso possa se dar em outra oportunidade.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos então uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 20/2016-CCT, de autoria dos seguintes Senadores: Jorge Viana, Cristovam Buarque, Walter Pinheiro, Aloysio Nunes Ferreira e Hélio José.

Destina-se esta audiência pública a discutir acerca da fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, proposta pelo Governo interino de Michel Temer.

Para debater o assunto, temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores, que muito nos honram com suas presenças: a ilustre Prof^a Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); o Sr. Prof. Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC); o Sr. Prof. Manoel Santana Cardoso, Superintendente Científico, Tecnológico e de Inovação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; e o Sr. Prof. Gustavo Henrique de Sousa Balduino, Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que agora incorpora o Ministério das Comunicações, passou a chamar-se recentemente de Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tem 31 anos de existência, mas a história da sua criação vem de muito mais longe. Sua criação, oficializada em 15 de março de 1985 pelo Decreto nº 91.146, com a investidura de Renato Archer, que viveu de 1922 a 1996 como seu primeiro dirigente máximo, representou a concretização de um sonho antigo iniciado pelo menos 27 anos antes, quando um grupo de cientistas e políticos tentou mudar as bases sobre as quais o Estado nacional apoiava a ciência e a tecnologia no Brasil. A proposta daquele grupo era criar um órgão especificamente dedicado à ciência e à tecnologia, isto porque esse seria um dos elementos necessários para mostrar que o nosso País compreendia que, sem uma base forte em educação, ciência e tecnologia, não nos tornaríamos senhores de nosso próprio destino.

Afinal, como disse, no início da década de 60, o ex-Senador Amaral Peixoto, nossa época fizera-se conhecer pelos seguintes qualificativos: era atômica, era nuclear e, ainda, era espacial. Em suma, uma época em que a ciência e a tecnologia não poderiam permanecer em segundo plano.

Como bem afirmou o ex-Ministro Renato Archer em aula magna no Instituto Militar de Engenharia, em fevereiro de 1986, seria desnecessário frisar que a tecnologia, entendida como a capacidade do homem de transformar e administrar os recursos da natureza em seu próprio proveito, não aparece e se desenvolve em um vácuo sociopolítico, não é ela uma benesse dos deuses a um Prometeu sempre perdoado, são as condições concretas da sociedade que favorecem ou dificultam o progresso tecnológico.

Voltemos ainda um pouco na história. Em 1931, menos de um ano depois da tomada do poder por Getúlio Vargas, a Academia Brasileira de Ciências, sentindo que os ares lhe eram favoráveis, propôs a criação de órgão estatal que apoiasse financeiramente a ciência. Essa proposta não vingou, mas, cinco anos depois, o Governo de Vargas encaminhou ao Congresso Nacional um projeto para a criação de um conselho nacional de pesqui-

sas experimentais, contudo, é consenso no Brasil considerar o ano de 1951 como um marco fundamental no processo de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, pois, naquele ano, duas entidades foram fundadas: o Conselho Nacional de Pesquisa, hoje, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, e a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, hoje Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). Os principais artífices destas duas instituições já haviam participado de tentativas anteriores semelhantes, destinadas a mudar o panorama da ciência e da educação no País: o Vice-Almirante Álvaro Alberto e o educador Anísio Teixeira. Fazendo coro com vários colegas, Álvaro Alberto afirmava que a ciência seria a chave da independência nacional. Sem a presença efetiva de uma ciência forte, fecunda e bem estruturada, não haveria chance de se chegar a certos padrões de riqueza material e espiritual.

Em 1963, a partir de sugestão de cientistas da Academia Brasileira de Ciências, o Almirante Ernani do Amaral Peixoto, então Ministro extraordinário da Reforma Administrativa no Governo João Goulart, tomou a iniciativa de propor a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e contou com a aprovação unânime do Conselho Deliberativo do CNPq.

Em 1964, o físico José Leite Lopes, em artigo na revista *Ciências em Debate*, escreveu: “A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, dotado de uma estrutura adequada, poderá constituir um passo à frente, no sentido de armar-se o Governo Federal de recursos e meios de ação para que o nosso desenvolvimento se possa beneficiar da pesquisa científica e tecnológica.”

No interregno que suspendeu a história do Ministro da Ciência e Tecnologia, temos, porém, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que tanto tem nos preocupado nesta Comissão, em 1969 e, em 1972, a edição do Decreto-Lei nº 70.553 definiu as competências do Ministério do Planejamento e do CNPq no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Com isso, o CNPq passou a ser o órgão central do SNDCT.

O retorno à democracia fez Tancredo Neves criar a ponte com que se debatia no início da década de 60, chamando para conduzir o processo do novo Ministério Renato Archer, que havia sido aluno de Álvaro Alberto e colega de San Tiago Dantas, que havia defendido a ideia do Ministério quando era Chanceler brasileiro no Governo Goulart.

O termo “inovação” foi incorporado ao Ministério pela Lei nº 12.545, em 14 de dezembro de 2011, expressando a prioridade que essa dimensão ganhou na política de desenvolvimento sustentável do País. Agora, a novidade é a incorporação ao Ministério das Comunicações, e o debate de hoje é para ouvirmos a comunidade acadêmica e científica, para saber se esse novo caminho pode ser considerado um avanço ou se pode representar perigo a essa história da ciência e da tecnologia no Brasil.

Feita essa introdução, um pouco longa, mas que a nossa Comissão entendeu apropriada, comunico, por fim, que esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Durante o curso desta audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições pelos nossos ilustres convidados, a quem, desde logo, agradecemos a fineza de terem vindo aqui para esta importante audiência, e, ao final, as Sras e os Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, com preferência aos proponentes desta audiência. Quero propor o espaço de quinze minutos, mas, conforme as conveniências, com possibilidade de prorrogação de mais cinco minutos, porque, depois, nas perguntas, Senador Valdir Raupp, durante as perguntas, V. SAs poderão ampliar aquilo que não puderam dizer durante a exposição.

Passo, então, a palavra à Profª Helena Nader, que tem um currículo tão grande que vou me dispensar de ler, mas é uma pessoa reconhecida extraordinariamente, nacionalmente. Apenas vou dizer um dos seus tantos títulos: Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Paulo, mas tem inúmeros títulos, mestrado, doutorado, em várias universidades pelo exterior.

Então, Drª Helena, bom dia. A senhora tem a palavra.

A SRª HELENA NADER – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de, em nome de toda a comunidade acadêmico-científica brasileira, das 130 sociedades científicas que integram a SBPC, saudar o nosso Presidente desta Comissão, Senador Lasier Martins, em nome de quem agradeço a todos os membros, porque é uma oportunidade muito boa, muito importante a que V. Exª está dando para este debate com a sociedade civil.

Quero também, antes de entrar no tema, agradecer a V. Exª, aos demais Senadores e a todo o Congresso Nacional pela aprovação, em primeiro lugar, da PEC e, depois, do Marco Legal da Ciência e Tecnologia. Hoje, vamos ter a votação dos vetos e, se não forem derrubados, nós teremos judicialização. Todo o trabalho que os

senhores fizeram foi incrível, um evento republicano, independe de partido; foi por unanimidade essa aprovação. Então, em nome da comunidade também, eu quero agradecer-lhe.

Entrando no tema, eu trouxe um histórico, para podermos contextualizar – o senhor já fez um fantástico histórico, mas falarei rapidamente. A nossa ciência é muito jovem. Nós temos cerca de 120, 130 anos de existência. A mais antiga entidade, a ABC, como instituição, cujo centenário está com uma exposição aqui; o Ministério da Educação e Saúde, da década de 30; SBPC, 1948; CNPq e Capes, 1951; Fapesp, em 1962 – é criada em 1960, mas só começa em 1962 –; Finep, 1967; FNDCT (Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que o senhor bem colocou, 1969; Ministério de Ciência, Tecnologia – o “I” vem depois –, 1985; FAPs, década de 80; e um conselho que tem sido muito pouco usado nos últimos anos, que é o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, onde se sentam a comunidade acadêmico-científica, todos os Ministérios voltados para essa atividade, além de toda a sociedade civil e empresarial.

Rapidamente, a ciência – são vários eslaides. O Brasil continua em 13º lugar no mundo, isso na base de dados mais restrita; a mais difícil de publicar são os periódicos dessa base, que é o *Journal Citation Reports*. O Brasil é 2,7 da produção mundial. E aqui, se os senhores olharem, começa em 1985, ano de criação do Ministério. Quero chamar atenção para isto: nós éramos 0,35%; chegamos a 2,7%, 2,8% da produção mundial. Não é trivial.

Olhando, agora, o Ministério em quinquênios, o impacto desse Ministério fica bem evidente: a cada cinco anos, passamos de um percentual de 0,5, no primeiro quinquênio, para 2,7 no último quinquênio. E mais ainda, isso em números agora, números de trabalhos e impacto. Porque muita gente diz que aumentou o número, mas não a qualidade, e aqui eu mostro aos senhores a barra em vermelho: número de citações. Isso é impacto. A ciência aumentou e melhorou.

Mais outro dado: a curva em amarelo mostra os artigos de revisão. Quem faz ciência sabe que só quem é convidado para escrever é aquele que mais entende. Se os senhores olharem, a partir da década de 2000, há uma inflexão importante nessa curva, mostrando reconhecimento à ciência brasileira. Mais ainda: olhem a diferença com os nossos coirmãos. Não quero desmerecer nenhum outro país latino-americano. No entanto, eu vejo essa curva como o impacto do Ministério na ciência nacional. No começo, Brasil, México, Argentina e Chile estão juntos, e o Brasil se descola dos demais países.

Rapidamente – não vou perder tempo, porque não o temos –, em todas as áreas do conhecimento, há um aumento no número de trabalhos e um aumento na qualidade, por número de citações. Então, Medicina, Ciência Animal, Agricultura, Química, Física, Ciências Sociais, Biologia e Bioquímica, Engenharia, Meio Ambiente e Ecologia, Farmacologia e Toxicologia, Neurociência, Ciências dos Materiais – as curvas se repetem –, Biologia Molecular e Genética, Matemática, Imunologia, Microbiologia, Geociências, Psiquiatria, Psicologia, Ciências da Computação, Ciências Espaciais, Economia e Área Multidisciplinar.

Aqui, gosto de fazer uma brincadeira, porque, na Economia, que é uma área que aumentamos, ainda não vimos muito o impacto, embora positivo.

Outro dado importante. Este é um dado que não fui eu que levantei. Trata-se de um artigo publicado em setembro do ano passado, num periódico dos mais relevantes, por Noorden. A ciência brasileira, embora seja jovem, dependendo do modelo que se usa para avaliar – é um trabalho na *Nature* –, está ou em quinto... Aqui, se os senhores olharem o Brasil, em termos de interdisciplinaridade, que é para onde o mundo está caminhando, nós somos quinto ou quarto. No mesmo trabalho, ele avalia isso.

Inovação. Na inovação, infelizmente – não é por culpa da ciência, vocês vão ver por quê –, o Brasil está mal. Em 2013, nós éramos 64ª posição; caímos para a posição 70. De acordo com o *Global Innovation Index*, que é produzido pela Universidade de Cornell e vários outros associados, caímos para a posição 70.

Como se cria esse índice de inovação? Se os senhores olharem, temos: instituição, capital humano, infraestrutura e várias outras coisas do mercado que transcendem a ciência e tecnologia e a própria inovação. Aqui, são os números individuais – não dá, é claro, para ler. Aqui, são de 2013, mas ele dá uma ideia. Se os senhores olharem, em pesquisa – a nota máxima é 100 –, o Brasil ganhou nota 77,3. Em compensação, o Brasil ganhou nota 1,4 em ambiente de negócios. Ele ganhou nota 2,8, em 100... Ele foi reprovado. Nós, que somos professores, diríamos isto: faça de novo o curso. Ele foi reprovado tanto na facilidade de abrir um negócio quanto na facilidade de resolver a insolvência. Ou seja, isso é um outro problema, que tem que ser resolvido, não por culpa do MCTI. Esse dado é do *Global Innovation* deste ano. Muita gente pode dizer: “A Helena está manipulando dados”. É um *print screen* do *Global Innovation Index*, que é importante os senhores olharem.

Preto é a nota que é dada para as universidades; cinza é número de patentes; e vermelho é o número de citações das publicações. Então, olhem o Brasil. Aqui está a China, e olhem o Brasil. O Brasil está muito bem com as suas universidades; o Brasil está muito bem com o número de citações. Olhem aqui a média dos países desenvolvidos, onde estão os Estados Unidos, Inglaterra, Suíça etc. Onde nós estamos mal é ainda em número de patentes. Então, esse é um calcanhar de Aquiles, nós temos de resolver.

Ciência e impacto na economia. Muita gente diz: “Ah, para que serve essa ciência?” Muitos, os jornais, em especial, adoram dizer que a nossa ciência não serviu para nada. Então, eu vou aproveitar um minuto aqui para dizer que nós somos o primeiro do mundo na plantação, o segundo em soja – dependendo do dia, podemos até ser primeiro –; em laranja e frutas tropicais somos os primeiros; em automação, incluindo automação bancária, o Brasil é líder; em aviação, está aí a Embraer que não me deixa mentir; biocombustíveis, quem começou foi o Brasil (etanol, biodiesel); controle biológico de insetos; doenças tropicais e saúde pública... Aqui está um exemplo recente: o mundo tinha zika, já havia microcefalia. Quem é que viu a associação entre microcefalia com zika? Ciência brasileira. Eu encho a boca, falo isso de coração, porque as pessoas estão esquecendo; é ciência feita por esses brasileiros. Petróleo. Não foi nenhum ET que descobriu o petróleo em águas profundas e desenvolveu. Se os senhores olharem, ao longo da história da Petrobras, é um canudinho que vai virando. Eu brinco que, quando eu era criança, o canudinho era reto e a gente virava o copo. Agora, com as crianças, o canudinho dobra; e é um canudinho que vai e pega todo o petróleo das águas profundas, tecnologia brasileira.

O Brasil não produzia papel, e diziam que não se poderia fazer o papel branco com o eucalipto que nós plantávamos. Está aí a verdade, o Brasil está fazendo, exportando.

Produtos animais: carne bovina, carne suína, carne de frango, laticínios. Se vocês olharem tudo isso, a Embrapa, que é fruto também das universidades... Não esqueçam: o Brasil tem a escola de Agronomia mais antiga das Américas, que é hoje a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, daí vem a Esalq e várias outras. É uma história, só que ciência leva tempo.

Financiamento. Esse eu também quero aproveitar para mostrar. Está aqui o nosso financiamento, 1,04, 1,24 em 2013 e 2015 não é um número verdadeiro, mas tudo bem. Ainda nós temos 0,7; 70% do financiamento é do Estado e pequena porção é não estadual.

E aqui, todo mundo adora comparar a gente com a China e a Coreia, então, eu também trouxe o dado, se os senhores olharem, está aqui em azulzinho a Coreia, que **é 4% do PIB; A China é 2% do PIB, um PIB um pouquinho maior. Então, isso é um problema.**

Sobre esse eu já falei. Estou quase acabando.

Aqui nós temos o Ministério. Como o senhor bem colocou, é um Ministério para ter orgulho. Eu tenho muito orgulho. Ele começa no governo do Presidente Sarney; nosso primeiro Ministro, Renato Archer. Passamos por vários ministros no governo Sarney e por Ministério, secretaria do Ministério, secretaria especial.

Aí vem o governo Fernando Collor de Mello. Fica uma secretaria de ciência e tecnologia ligada à Presidência da República, com três Ministros num curto espaço de tempo. Volta como Ministério de Ciência e Tecnologia, com José Israel Vargas; Itamar Franco; e se mantém com Fernando Henrique Cardoso; Bresser Pereira, uma breve passagem; Ronaldo Sardenberg, vários anos; Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente Lula, Roberto Amaral, rápido...

(Soa a campanha.)

A SRª HELENA NADER – Eduardo Campos ficou um ano, fez uma revolução e Sérgio Machado Rezende, quase sete anos.

Depois tivemos a Presidenta Dilma Rousseff. No primeiro mandato, Aloizio Mercadante, Marco Antonio Raupp e Clélio Campolina e, neste segundo mandato, Aldo Rebelo, Ministro Celso Pansera, que está aqui conosco, e, interina, Emília. E hoje nós estamos com o Ministro Gilberto Kassab, numa fusão.

O que a gente pensa dessa fusão? Vou chegar às minhas conclusões. Eu quero lembrar isto: o Ministério, além de gerir a ciência, tem muitos institutos a ele ligados e que fazem a ponte com a inovação. Então, eu pus uma lista aqui – fotografei a página para não ter que digitar tudo isso – que vai desde a Agência Espacial Brasileira, com lançamento de satélites, o Inpe, Cetem, IBICT, até a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, entre outros.

Então, o Ministério é complexo e é um Ministério –, estou quase encerrando, faltam dois eslaides – transversal. Ele é um Ministério que perpassa todas as áreas do conhecimento.

Eu quero deixar claro que a comunidade acadêmica não tem nada contra o Ministro Gilberto Kassab. É uma pessoa extremamente capaz, é um político importante, que pode trazer força política. O que nós nos questionamos é: por que comunicações? Por que não foi saúde? Por que não educação?

Nós entendemos a necessidade. Aí eu me sinto – agora fala a Helena, não a Presidente da SBPC –, constrangida, porque eu sei que o Brasil está atravessando uma fase de economia muito difícil, em que cortes têm que ser feitos, mas quando o corte é na sua carne, você grita.

Então, é uma situação constrangedora, mas o que nós queremos é dizer da transversalidade desse Ministério, da importância dos financiamentos, de sua importância, porque há muitos projetos.

Para encerrar, eu mostro esses dois últimos eslaides. Isso aqui também está na mídia, qualquer um pode ler. Enquanto aqui nós estamos...

O financiamento do MCTI hoje é equivalente ao do ano de 2001, em reais. E isso é assustador, na minha visão. Aumentou o número de pesquisadores, aumentou o número de perguntas, e o financiamento é igual ao de 15 ou 16 anos atrás.

Enquanto isso, a China, olhem, a ciência é o maior palco para a expansão da China. E aqui está um discurso, eu vou até ler, eu resumi.

Em discurso na abertura do Congresso Nacional do Povo em 5 de março deste ano, o Premier chinês Li Keqiang deu uma visão geral do 13º plano do governo central para o desenvolvimento econômico que vai de 2016 a 2020.

Os principais elementos do discurso envolvem aumentar os investimentos de ciência, que aumentarão 9,1% este ano, cerca de US\$ 41 bilhões, bem como redução nas barreiras burocráticas para os cientistas, melhorar a proteção ambiental reduzindo as emissões de carbono e outros poluentes.

O que ele quer alcançar nesse período de até 2020? Investimentos em P&D de 2,5%. Está com 2,1%; ele tinha dito 2%, mas **é** 2,1%. Patentes, ele quer passar para 12 para cada 10.000 habitantes; hoje eles têm 6,3. Taxa de contribuição do desenvolvimento científico e tecnológico para o crescimento econômico, 60%; atualmente tem 55,3, entre outros.

Então, eu quis fazer esse paralelo – por isso eu quero agradecê-lo mais uma vez –, para mostrar que enquanto o Brasil não entender ciência, tecnologia e inovação como uma política de Estado, nós vamos andar para trás.

Mais uma vez, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O agradecimento é nosso, da Comissão, Drª Helena.

Com relação aos primeiros questionamentos que a senhora faz, nós queremos informar que já encaminhamos um ofício ao Ministro Kassab para que ele venha proximamente, para que ele marque data. Nós comunicaremos às senhoras e aos senhores que estão aqui quando ele virá. Então, nós estamos, com a presença dos senhores e das senhoras, reunindo elementos para fortalecer os questionamentos que vamos fazer ao Ministro.

Bom, como a Drª Helena já registrou, está presente também o Deputado Federal Celso Pansera, a quem agradecemos a honrosa presença, que até poucas semanas era o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Também honrando esta audiência pública a professora Drª Dolores Galindo, da Associação Brasileira de Psicologia Social. Eu peço a gentileza de que se identifique para que nós possamos ver onde está a Drª Dolores.

Muito obrigado por sua presença.

O professor Dr. Jesus Landeira-Fernandez, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Dr. Jesus, obrigado.

Dr. Marcelo de Macedo Brígido, representando a Sociedade Brasileira de Imunologia. Onde está o doutor? Obrigado.

Dr. Fabio Durão, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. Obrigado.

Dr. Ivanil Elisiário Barbosa, da Secretaria Executiva do Fórum de C&T, em São José dos Campos.

Obrigado pela presença dos senhores, que enriquece bastante este nosso evento.

A Srª...

A SRª MARIA CELESTE GONÇALVES VIDIGAL – Representando a Sociedade Brasileira de Melhoramentos de Plantas, Drª Maria Celeste Gonçalves Vidigal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Maria Celeste...

A SRª MARIA CELESTE GONÇALVES VIDIGAL (*Fora do microfone.*) – ... Gonçalves Vidigal, da Universidade Estadual de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k.

A SRª MARIA CELESTE GONÇALVES VIDIGAL (*Fora do microfone.*) – Aqui estamos representando aproximadamente 500 sócios desta sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado. Também enriquece... O senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pode usar o microfone. São tantas autoridades da área científica!

A SRª DIONE MOURA – Representando a Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Repita, por gentileza. Repita.

A SRª DIONE MOURA – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Com-pós), Professora Dione Moura, UnB.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O seu nome é?

A SRª DIONE MOURA – Dione Moura.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O senhor?

O SR. FÉLIX ANDRADE DA SILVA – Félix Andrade da Silva. Representando o Dr. Júlio Martorano, Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação.

Somos 157 instituições de pesquisa científica e tecnológica no País e estamos solidários com o pronunciamento da Drª Helena Nader.

O SR. JEFFREY JON SHAW – Sou Jeffrey Shaw, representando a Sociedade Brasileira de Protozoologia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só não ouvi o seu nome.

O SR. JEFFREY JON SHAW – Jeffrey Shaw.

A SRª GIANNA SAGAZIO – Bom dia, Gianna Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria, representando toda a indústria do Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. DANIEL SIMIÃO – Com licença. Professor Daniel Simião, Coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia, representando o Professor Antonio Carlos de Souza Lima. Sou da Universidade de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Estamos com um plenário qualificadíssimo.

A SRª FERNANDA SOBRAL (*Fora do microfone.*) – Fernanda Sobral, representando a Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

A SRª LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO – Professora Lucília de Almeida Neves Delgado, Vice-Presidente da Associação Nacional de História e Professora da UFMG e, agora, da Universidade de Brasília.

A SRª NATÁLIA DE SOUZA DUARTE – Professora Natália Duarte, representando a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Professora da Fundação Universidade Aberta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, senhor. Fale.

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Bom dia. Fernando Peregrino, represento a Coppe da UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, e represento o Cofis, as 98 fundações de apoio às universidades federais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Apoando o MCTI, de novo. Volta o MCTI.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu registro aqui, também, pelos cartões, Dr. Carlos Alberto Gurgel Veras, que é Diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento da Agência Espacial Brasileira.

Drª Sheila Oliveira Pires, Superintendente Executiva da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.

O senhor lá no fundo.

O SR. FÁBIO BATISTA (*Fora do microfone.*) – Fábio Batista, representando Paulo Gadelha, Presidente da Fiocruz.

A SRª SUZANI CASSIANI – Suzani Cassiani, representando a Associação Brasileira de Pesquisa em Educação e Ciências, na qual temos quase 1.500 associados.

O SR. MÁRIO LIMA BRASIL – Mário Lima Brasil, representando a Sociedade Científica dos Estudos das Artes, filiada ao SBPC, junto com a Profª Helena. Sou professor da Universidade Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A nossa Comissão vive hoje uma manhã histórica, porque nunca houve tantas ilustres personalidades desta área da ciência, tecnologia, inovações, enfim, dos ambientes de inovação. Sentimo-nos muito honrados e extremamente valorizados com o nosso trabalho.

O senhor ainda...

O SR. DANIEL CATANHEDE – Sou o Prof. Daniel Catanhede, da Universidade de Brasília, represento o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Todas as áreas, portanto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Quero dizer para as senhoras e os senhores que esta nossa reunião está sendo televisionada ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado. Tem mais alguém ainda? Mais três.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA – Bom dia. Alexandre Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, daqui a pouco vamos pedir para que todo o plenário se identifique. *(Risos.)*

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA – Alexandre Teixeira, da Diretoria da Associação dos Servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Parabenizo o Senado por liderar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado pela presença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Maravilha.

O SR. UGO DIAS – Bom dia. Prof. Ugo Dias. Sou Professor da Universidade de Brasília e represento a Sociedade Brasileira de Telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, nos próximos intervalos, quem não se identificou ainda se identifica.

O SR. MILTON SHINTAKU – Milton Shintaku, represento a Associação Brasileira de Editores Científicos.

O SR. PAULO CÂMARA – Sou o Prof. Paulo Câmara e represento a Sociedade Botânica do Brasil e também o Programa Antártico Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Como disse a Dr^a Helena e temos aqui a confirmação, todas as áreas do conhecimento estão aqui presentes.

O SR. RODRIGO DE FARIA – Rodrigo de Faria. Em nome da Prof^a Angélica Alvim, represento a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Anparq).

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Muito bom. Vamos, então, ao... Tem mais alguém?

O SR. ADRIANO MELO – Sou o Prof. Adriano Melo, da Universidade Federal de Goiás. Estou representando a Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado aos senhores pela presença, pela identificação...

O SR. HUGO RIBEIRO – Dr. Hugo Ribeiro, representando a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu me congratulo com a minha equipe da Comissão, porque houve uma divulgação tão eficiente que há uma representatividade tão grande como essa que estamos vendo. Cumprimento D. **Égli**, que comanda essa equipe. *(Palmas.)*

O SR. LUIS MAURÍCIO BINI – Prof. Luis Maurício Bini, representando a Associação Brasileira de Limnologia, em nome da Presidenta Marlene Arcifa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, suas considerações sobre o que melhor lhe aprouver e principalmente sobre a fusão. Bom dia.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Senador Lasier Martins, muito obrigado pelo convite, demais Parlamentares, senhoras e senhores. Obrigado pela sua não extensa mas precisa introdução.

Nós estamos tratando de um tema que atualmente é soberania nacional: a soberania de uma nação está diretamente associada à ciência e tecnologia. É consenso, não só consenso teórico, mas consenso operacional, que a socioeconomia global é fundamentada no conhecimento como imperativo motor do desenvolvimento.

Ao longo de 30 anos, o MCTI teve uma trajetória bem-sucedida, como já foi mostrado pela minha antecessora. Descontinuidade nos processos, na operacionalização e na intensificação dos investimentos no setor de ciência, tecnologia e inovação implicará atraso perigoso para o País, muitas vezes irrecuperável nessa área.

O Brasil aplica aproximadamente 2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, investimento ainda reduzido para um País entre as dez economias do planeta. A União Europeia decidiu que chegará a 3% em 2020. A China emprega cerca de 2,05%, 2,1%, e acaba de informar que vai aumentar esse percentual para 3% até 2020. A Coreia investe cerca de 4% do PIB em pesquisa e desenvolvimento.

Eu vou dar alguns exemplos, com um pouco mais de detalhes do que foi mencionado pela Prof^a Helena Nader, sobre o papel da ciência e tecnologia na inovação do nosso País. No agronegócio, a soja brasileira é quatro vezes mais produtiva hoje. Os avanços foram resultado de trabalho da Embrapa, mas a base da Embrapa

tem suas origens em instituições tão antigas quanto a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), fundada em 1901, e o Instituto Agrônomo de Campinas, de 1887.

O petróleo: a tecnologia de exploração em águas profundas, desenvolvida pela Petrobras ao longo de décadas, é resultado da formação de pessoal qualificado e pesquisas de universidades brasileiras em engenharia química e mecânica, física e matemática. O concreto armado: o Brasil foi construído em concreto graças às pesquisas desenvolvidas na antiga Escola Politécnica de São Paulo, fundada em 1899 e hoje incorporada à USP. A aviação: as tecnologias criadas pela Embraer e que lhe garantiram uma fatia no mercado internacional de aeronaves derivam, em boa parte, da formação de pessoal qualificado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, conhecido como ITA. A matemática: a excelência brasileira, reconhecida uma vez mais quando o Artur Avila recentemente recebeu a Medalha Fields, que é o Prêmio Nobel da Matemática, um produto de pesquisa da formação de pessoal também do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

Na área de engenharia, a Embraco é a maior fabricante de compressores do mundo. Foi adquirida por uma empresa internacional, mas suas origens estão na engenharia mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ou seja, só alguns exemplos – poderia aqui falar de vários outros – da importância da ciência e tecnologia na soberania do País hoje.

Nós entendemos a premente e saudável necessidade da redução no número de ministérios. Medidas de ajuste fiscais e econômicas, entre outras, são realmente necessárias. Contudo, não são suficientes como fundamento para o crescimento sustentável ao longo do tempo.

Em períodos de crise, sabemos que países desenvolvidos e em desenvolvimento têm aumentado os investimentos em ciência, tecnologia e inovação como opção viável para a solução dos problemas. Cortes de recursos recentes no MCTI e a atual fusão dos ministérios MCTI e Ministério das Comunicações estão causando sérios danos à imagem do Brasil no exterior e prejudicando tanto a pesquisa como a formação dos futuros pesquisadores, sinalizando, assim, a redução da importância da ciência, tecnologia e inovação em nosso País.

É evidente a diferença de procedimentos na missão e objetivos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério das Comunicações. Ao Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação é demandado um contínuo e intenso diálogo com a comunidade científica e empresarial voltada para a área de pesquisa e inovação, sendo requerida uma sensibilidade quanto aos valores da ciência, uma compreensão de importância da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional, com perspectivas a curto, médio e longo prazo.

O MCTI possui uma agenda de projetos e formas de análise apropriada às atividades de pesquisa em desenvolvimento. Por exemplo, o MCTI coordena institutos nacionais de ciência e tecnologia voltados para temas de alto interesse social e econômico do País para os diferentes setores de produção e regiões. Em contraste, o Ministério das Comunicações possui relação mais específica com rádio, televisão, correios e telégrafos. Os processos e métodos de avaliação crítica e operacionalização são necessariamente distintos.

Não existe futuro próspero para a Nação com reduzido e descontinuado investimento em ciência, tecnologia e inovação. O impacto a longo prazo da ciência, tecnologia e inovação requer operacionalização hoje. É fundamental que nós possamos entender isso.

Com base nas evidências apresentadas, a Academia Brasileira de Ciências não recomenda a fusão do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério das Comunicações – seguem algumas reportagens recentes com mais detalhes do que os que eu acabei de mencionar.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado ao senhor, Prof. Elíbio, que foi até mais sucinto do que era necessário.

Ainda há mais neste extraordinário elenco de representações que temos hoje aqui nesta reunião: registramos também a presença do Dr. Jaime Martins de Santana, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília; do Dr. Marcos Formiga, da Associação Brasileira de Educação a Distância; da Dr^a Lucília de Almeida Nereu Delgado, da Associação Nacional de História, e do Prof. Fernando Oliveira Paulino, Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, representante da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

Obrigado pela presença das senhoras e dos senhores.

Com a palavra o Sr. Prof. Manoel Santana Cardoso, Superintendente Científico, Tecnológico e de Inovação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Prof. Manoel.

O SR. MANOEL SANTANA CARDOSO – Bom a dia a todos e a todas, senhores e senhoras.

Ex^{mo} Senador Lasier Martins, eu estou aqui representando o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, em nome da qual eu gostaria de congratular a Comissão pelo debate que ora se abre em relação à fusão do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Ministério das Comunicações.

O Confap é uma instituição não governamental, foi criado em 2006. O objetivo do Confap é congregar as fundações estaduais de amparo à pesquisa, para que tenham elas uma ação conjunta, o que as fortalece. Desde o seu advento, tem representado um avanço muito grande, principalmente com relação à questão das negociações entre as fundações estaduais de amparo à pesquisa e as agências federais de fomento, no caso, principalmente Capes, CNPq, Finep, bem como uma relação que foi estabelecida de muita proximidade e de muita cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Aqui, temos elencadas as fundações estaduais de amparo à pesquisa que hoje existem no País. São, ao todo, 26 fundações estaduais de amparo à pesquisa – apenas o Estado de Roraima não tem hoje uma fundação. Algumas dessas fundações estão ligadas às secretarias de ciência e tecnologia; algumas delas, às secretarias de planejamento; e outras, como é o caso de Brasília atualmente, estamos ligados diretamente à Casa Civil, do Governador Rodrigo Rollemberg. Aqui as demais.

Aqui, o orçamento das FAPs em 2014. Tivemos recentemente, na semana passada, uma reunião do fórum em Belo Horizonte. Nessa reunião, começamos a tabular os dados referentes a 2015, mas, em 2014, o orçamento das FAPs, em conjunto, somou algo em torno de R\$2,5 bilhões, o que é um valor considerável, uma vez que esse valor vem se agregar àquilo que já é investido na área de ciência e tecnologia pelas agências federais, pelo próprio Ministério. Então, as FAPs representam uma conquista muito importante, e isso tem que ser mantido. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem tido um papel importante nisto, na manutenção das Faps, até porque os recursos que são passados pelo Ministério, por meio de seus programas e seus editais, e pelas agências pressupõem, do lado dos Estados, também uma contrapartida. Então, os investimentos federais representam um importante apoio nesse sentido.

As nossas reuniões são feitas a cada três, quatro meses, o que representa, na média, quatro encontros por ano. Dessas reuniões, participam todos os presidentes de FAPs, os diretores científicos, assessores. Convidamos, em geral, a comunidade científica do Estado onde se realizam aquelas reuniões.

Aqui, os nossos dois gestores principais: Presidente Sergio Gargioni, que é de Santa Catarina, da Universidade Federal; e a Prof^a Maria Zaira Turchi, que é da Universidade Federal de Goiás, que é a nossa Vice-Presidente.

O Confap é um órgão que hoje tem assento em mais de 20 conselhos em âmbito federal, e isso representou também um avanço muito importante. Essa parceria nossa com as agências e principalmente com o Ministério da Ciência e Tecnologia fez com que passássemos a atuar junto ao CNPq, como membro do Conselho Deliberativo, somos membros do Comitê Executivo do MCTI, somos membros do Conselho Consultivo da Finep e somos também ouvidos pelas associações e temos um diálogo constante com a comunidade no sentido de ouvir e apurar aquilo que são os anseios, aquelas que são as reivindicações, a pauta, a agenda da ciência e tecnologia nos Estados.

As fundações têm um papel muito importante no sentido de que conseguem captar, de maneira mais próxima, aquilo que vem dos Estados da Federação com relação às demandas da área de ciência e tecnologia. Daí, o papel muito importante que têm tido, que precisa ser mantido também.

Temos fortalecido, de uns quatro, cinco anos para cá, a nossa área de cooperação internacional, por meio da participação do Prof. Mário Neto, ex-Presidente da Fapemig, e isso tem gerado importantes ações com a França, com os Estados Unidos, com a União Europeia em geral e também, mais especificamente, o *researcher link* com o Reino Unido, que tem resultado em ações de grande relevância. Outros parceiros: Fundo Newton, a Fundação Bill & Melinda Gates. Temos levado missões científicas, com membros da fundação, para a Finlândia, Bélgica e Irlanda e estamos com perspectivas de acordo a ser assinados com o Canadá e Israel.

Aqui, os nossos parceiros internacionais. No caso, a parceria com o Fundo Newton, e aqui os dados gerais do Confap.

Eu só queria fazer algumas observações. Primeiro, acho que as palestras da Prof^a Helena Nader e do Prof. Elíbio foram muito elucidativas da importância que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem tido no seu trabalho ao longo dos anos. Desde a época do seu surgimento no governo Sarney, o MCTI tem representado um importante interlocutor da comunidade científica brasileira. Eu, que venho de uma outra agência, tenho sido testemunha disso ao longo dos últimos anos, de como essa parceria tem funcionado a partir do fato de que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem ouvido a comunidade. Como bem colocou a Prof^a Helena Nader, não é uma questão de não ver a importância do Ministério das Comunicações; pelo contrário: é uma área estratégica para o País, é uma área de suma importância, é uma área de grande relevância, mas ciência e tecnologia tem que ter uma agenda própria, tem que ter um órgão que a represente de maneira autônoma.

A Profª Helena e o Elíbio falaram aqui do caso da China. A China, em 1973, decidiu investir em ciência e tecnologia como uma agenda estratégica. Eu estive recentemente na China, com uma missão da Anprotec, e eu pude ver de perto como que as coisas hoje funcionam naquele país.

A agenda de ciência e tecnologia no Brasil precisa ser reforçada. A fusão que ora está sendo proposta representa, de fato, um risco, e é preciso que os Srs. Senadores, que o Congresso Nacional e que a comunidade científica brasileira estejam atentos para essa questão.

Gostaria de parabenizar, finalizando, o Senador Lasier por esta iniciativa, e dizer que nós no Confap acreditamos que essas posições que estão hoje sendo defendidas aqui pela Academia Brasileira de Ciências, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência são também a visão que o Confap tem em relação a essa questão.

Muito obrigado e bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr. Manoel.

Terminando as apresentações com essas exposições, com a palavra o Dr. Gustavo Henrique de Sousa Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUÍNO – Muito bom dia a todos.

A título de esclarecer os ouvintes e assistentes desta Comissão, a Andifes representa os reitores das universidades federais. O nome é complicado, mas é isso que nós estamos representando aqui: as universidades federais por meio dos seus reitores.

Queria, inicialmente, agradecer o convite à Andifes por parte desta prestigiosa e importante Comissão, e cumprimentar aqueles que tiveram a iniciativa de propor esta reunião, todos aqueles que estão participando e aqueles que estão nos acompanhando.

Queria congratulá-los pela importância deste debate. A iniciativa de propor este tema é fundamental, e o tempo é este. Este debate, mais adiante, talvez fosse precluso, fosse até desnecessário. Neste momento, ainda é o ponto e a oportunidade que nós temos de fazer o ajuste necessário.

A posição da Andifes, e eu quero me concentrar no debate de fundo, que é a fusão, a pertinência ou não da fusão do MCTI com o Ministério das Comunicações, a posição da Andifes **já foi expressada em vários momentos, mas eu queria me reportar especificamente ao documento que foi encabeçado pela SBPC, no qual o Confap e a ABC também se manifestam contrários a fusão.** Então, de forma clara e objetiva, a posição da Andifes é contrária à fusão.

Os oradores que me antecederam facilitaram bastante esse trabalho, na medida em que fizeram uma descrição, assim como o próprio Presidente na abertura, do histórico do que é o MCTI, da importância do MCTI para o País. Eu queria repisar três aspectos que já foram citados aqui, mas acho que é importante serem repisados para que a gente possa usá-los como pilares do desenvolvimento do nosso raciocínio.

A ciência e tecnologia é uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável de qualquer país, não é do Brasil, e nós achávamos que essa questão já estava resolvida a partir da consolidação do próprio Ministério. Não esperávamos estar, neste momento, discutindo a pertinência ou não do Ministério da Ciência e Tecnologia, dado o caráter estratégico para o desenvolvimento de qualquer país, em especial do Brasil, pelos dados que a Profª Helena Nader mostrou recentemente.

Da mesma forma, ela é estratégica e, de forma objetiva, para a economia de qualquer país. Não existe economia desenvolvida, economia globalizada sem uma ciência e tecnologia que seja organizada.

O mais importante já foi dito aqui, mas eu gostaria também de repisar e falar com outras palavras: o papel estratégico do Ministério de Ciência e Tecnologia na organização do nosso Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Isso não é pouca coisa. A ciência recente no País, bem mostrou a Profª Helena Nader, já temos uma ciência madura e organizada por meio dos FAPs, por meio das secretarias estaduais de ciência e tecnologia, por meio dos órgãos de fomento, pelas políticas emanadas do próprio Ministério, pela legitimidade que o Ministério tem perante os cientistas, haja vista a própria presença nesta sala, pela legitimidade que o Ministério conquistou nos últimos anos, poucos anos, aos seus correlatos internacionais. O País tem interlocução privilegiada, legítima e ativa com outros países por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Então, a importância deste Ministério é por demais conhecida, mas chegamos a uma situação que nos alerta e nos deixa preocupado. Qual a razão de se fundir? Porque, eventualmente, esse é o debate central. Porque se a razão for justificada, muito bem. Se a razão não for justificada, reveja-se. Não há nenhum problema em rever medidas, qualquer autoridade e o Presidente da República. Hoje está editada a medida provisória que reviu a fusão no Ministério da Cultura com o Ministério da Educação. Então, não há nenhum problema em rever isso aí.

Qual a razão? Racionalidade administrativa? Será que o fato de cancelar três secretarias do MCTI e uma do Ministério da Comunicação vai resolver o problema do País? Há, de fato, uma racionalidade administrativa

em fundir o Ministério de Ciência e Tecnologia com o Ministério das Comunicações? Por que não com a Saúde? Por que não com a Educação? Qual a racionalidade administrativa que não foi justificada, não foi apresentada, que pode ser que exista, e, talvez, convença-nos?

Eficiência nas finalidades? Certamente nenhum de nós, as pessoas que militam na área, acham que vai aumentar a eficiência do MCTI, nas suas finalidades, com essa fusão. A existência do Ministério não foi por um ato voluntarista, foi por um amadurecimento da ciência e das políticas públicas no País. Avaliou-se exatamente a eficiência nas finalidades lá atrás e se criou, se constituiu e se consolidou o Ministério. Certamente, esse ato hoje, neste momento, é um retrocesso.

Economia nos gastos públicos; isso tem sido muito dito. O País, que é uma das maiores economias do mundo, que tem aquele desempenho na ciência, já demonstrado aqui, terá melhor gerida a economia, as contas públicas serão melhor colocadas, melhor avaliadas pela fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia? Pela extinção de três ou quatro secretarias? Um País deste tamanho, com essa economia? Será que realmente o problema da economia brasileira é o excesso de secretarias do MCTI ou em outros ministérios? O déficit público se deriva desses cargos de DAS que estão lá? Se extinguissemos, por hipótese, todos os DAS do Brasil, como é que se resolveria o déficit público? Qual o impacto disso no déficit público? E se, por acaso, baixasse 0,5% na taxa de juro? Qual seria mais rápido e mais eficiente para resolver o problema do déficit público? Esse é o debate que a gente precisa fazer, a valoração das ações do ponto de vista estratégico das políticas públicas do País.

Talvez seja uma resposta, um simbolismo à opinião pública ou à opinião publicada. O Brasil tem um grande Estado, um Estado inchado. Será que o fato de fundir o Ministério da Ciência e Tecnologia vai dar resposta efetiva e real a isso? Será que não é resposta cômoda diante de outros gastos menos necessários ou menos estratégicos para o País? Será que, de fato, nós temos um Estado gigantesco? Vamos ver a saúde, o número de escolas, alunos fora da escola, quantidade de pessoas que precisam ir para o ensino superior, os recursos para investir em ciência e tecnologia. Mas, talvez, a fusão dê resposta a essa questão, que, a meu ver, é uma questão secundária num projeto estratégico de país.

Não podemos pautar o projeto estratégico do País por respostas simbólicas em momentos de conveniência da política, e certamente a fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia não é resposta para isso.

Podia ser também – erraram – demanda da comunidade científica. É muito comum aqueles que militam em determinadas áreas demandarem alterações na estrutura. A comunidade científica em peso se manifesta contrariamente a isso. Então, não atende a comunidade científica, não atende o interesse econômico, não atende o interesse do Estado. A quem atende essa fusão? Como ela se justifica? Essa é a questão que temos de responder para saber da pertinência dela, da inviabilidade dela ou da inoportunidade dela e, assim, revê-la.

O histórico do MCTI já foi muito bem colocado a partir da fala do Presidente Lasier e, aí, nós identificamos a seguinte questão. Quem foi às ruas, quem foi a público, quem foi ao Congresso, quem estava presente para defender a separação do Ministério da Cultura? Faço essa pergunta para usar um exemplo paralelo. Quem defendeu a separação do Ministério? Não havia pertinência social. Tanto não havia que o Presidente interino entendeu que deveria rever sua posição. Quem está defendendo a fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério das Comunicações? Quem são esses interlocutores? Queremos debater e dialogar com eles de forma madura, franca, fraterna e chegar a uma conclusão objetiva. Não pode ser feito o esquadrinhamento de uma estrutura de Governo num período tão exíguo para se modificar uma estrutura tão relevante como o Ministério de Ciência e Tecnologia. Já foi bem demonstrado aqui: não estamos tratando de uma caixinha na Esplanada, estamos tratando de uma política de soberania nacional, uma política de Estado. Se há uma proposta, e o Governo interino já a apresentou, queremos saber quem a apresentou e qual foi a sua justificativa. Vamos discutir quais são as razões. Por isto a pertinência desta Comissão, um espaço natural para debater é o Congresso Nacional, uma vez que foi editada a proposta, a medida legal.

Muito bem, nessa conjuntura, nesse quadro, o que nos resta? Propor, provocar esse debate e participar dele de forma franca e objetiva. Mas, mais do que isso: fazer um apelo aos Senadores, um apelo em nome do desenvolvimento do País, um apelo em nome da inserção do nome do País no mundo globalizado. Não há possibilidade de nós nos inserirmos economicamente e sociologicamente no mundo globalizado sem a ciência e tecnologia consolidada, organizada e com um Ministério para fazer isso.

O Ministério, antes de mais nada, é símbolo da prioridade que se dá a uma política. Portanto, o apelo é em nome de milhares de pesquisadores e cientistas e de jovens que estão se interessando por essa carreira; o apelo é em nome das universidades federais, que reivindicam a manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o apelo é em nome do bom senso – ou que se mostre que há bom senso na fusão –; o apelo é para que o Senado Federal encontre uma maneira de ajudar o Presidente interino a rever essa posição. Este é o apelo central que a Andifes faz: o Senado Federal precisa debater e encontrar uma maneira de ajudar o Presidente interino a rever essa posição em nome do Brasil.

Não temos dúvida de que o País prefere, a sociedade brasileira e, em especial, aqueles que militam na ciência e tecnologia, aqueles que militam na economia de forma constante, o setor produtivo, a existência do Ministério de Ciência e Tecnologia. Se provarem que a fusão modifica a economia nacional, muito bem, é um bom argumento, vamos a esse debate.

Então a Andifes está presente aqui, primeiro, para cumprimentar a iniciativa, valorizar e reconhecer a importância de o Senado Federal promover este debate, mas também, nesta oportunidade, para arguir a necessidade ou não da fusão. A nossa posição é: não há necessidade, não há justificativa.

Concluiria imaginando que deve estar se revirando no túmulo o Ministro Archer; o Ministro Luiz Henrique, do PMDB, que criou o Ministério. Então, se querem uma posição de partido, esteve nesse Ministério o Ministro Bresser, entre outros do PSDB; esteve nesse Ministério o Governador Eduardo Campos, do PSB; esteve nesse Ministério o Ministro Mercadante, do PT. Quem está defendendo, então, a extinção? Qual o partido que tem isso no seu programa?

Estamos numa situação kafkiana: ninguém defende, mas está correndo. E aquele que defende, que venha a público, diga por que e renegue a história do seu partido, se for um partido que já ocupou. É esse o debate que é preciso fazer, para haver maturidade e clareza nas decisões estratégicas do País.

O Presidente interino está tomando uma decisão que é permanente. Por isso, o debate é urgente e necessário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado pela participação, Dr. Gustavo.

O apelo que V. S^a faz para que o Senado tenha participação nessa questão toda é exatamente a causa da nossa audiência pública de hoje, que busca colher subsídios para a audiência pública que teremos nos próximos dias com o Ministro. Nós estamos nos munindo de argumentos e, vamos dizer, de uma concepção sobre a necessidade ou não desta fusão.

Bom, nós vamos partir, em seguida, para as perguntas. Antes, eu quero registrar aqui também um protesto, com relação à fusão, que vem da Fundação Oswaldo Cruz, que traz à Mesa o seu manifesto. E eu leio apenas a primeira frase: “Os pesquisadores brasileiros têm uma profunda e séria percepção de que o momento pelo qual passa o País é extremamente grave, devido à atual conjuntura político-institucional e econômica.” E, lá adiante, diz que:

Em apoio ao manifesto divulgado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Academia Brasileira de Ciências, a Fundação Oswaldo Cruz posiciona-se contrária à fusão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério das Comunicações, por motivos claros de conflito entre as missões, visões e objetivos dos dois órgãos.

Bom, já estão inscritos para perguntar... A proposta, como de hábito aqui na nossa Comissão, é de cinco minutos para a pergunta e cinco minutos para a resposta, para darmos objetividade, para que o máximo de participantes intervenham. Estão inscritos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Jorge Viana, que é um dos subscritores do requerimento para esta audiência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria muito agradecer e pedir desculpa aos convidados por só ter conseguido chegar aqui agora. Mas, objetivamente, talvez fosse interessante que nós fizéssemos uma intervenção com bloco de três ou até cinco, se tivermos só cinco aqui, pela dinâmica de hoje. Daqui a pouco, haverá sessão no Congresso...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É melhor aproveitarmos. Poderíamos fazer as intervenções de três a cinco minutos. Eu acho que seria razoável.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Depois, a bancada, os nossos convidados poderiam se posicionar, para que todos que estão aqui pudessem se posicionar. E ouviríamos no final. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em votação a sugestão do Senador Jorge Viana: blocos de cinco e perguntas em torno de três minutos. (*Pausa.*)

Ninguém...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu não concordo com os três minutos, porque eu acho que não dá para fazer as perguntas em apenas três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, ficamos com cinco minutos. Aprovada a sugestão, bloco de cinco.

Nós temos já inscritos exatamente o Senador Hélio José, que é um dos subscritores também, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Jorge Viana e o Senador Flexa Ribeiro. E vamos fazer uma concessão honrosa ao Deputado Celso Pansera, que vem aqui também na qualidade de ex-Ministro até bem poucos dias, e também vai ter direito de perguntar.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Lasier Martins, e os nossos palestrantes, Helena Nader, Elibio Leopoldo, Sérgio Luiz e Gustavo Henrique Balduino. E já vou direto às perguntas, devido ao exíguo tempo.

Todos sabem da importância da inovação no desenvolvimento consistente de longo prazo de um país. Apesar dessa extrema relevância, o Brasil ainda engatinha, quando o assunto é estímulo à inovação e proteção da propriedade intelectual. O novo Governo e uma nova configuração ministerial podem conceder o incentivo que faltava para que as inovações sejam impulsionadas definitivamente em âmbito nacional.

Nesse sentido pergunto:

1) Como o novo Ministério deveria atuar, a fim de facilitar a concessão de patentes e estimular a inovação no Brasil? O que o Brasil precisa fazer para modernizar sua atual legislação de patentes?

2) Qual a importância dessa proteção para a atração de capital privado de fomento à inovação?

3) Como o novo Ministério deveria se posicionar em relação aos Estados e ao Distrito Federal, a fim de desenvolver programas e parcerias capazes de estimular a inovação regional? E há, aqui em Brasília, um caso típico, que é a questão do Parque Tecnológico, que está dormindo há 15 anos, e não sai do papel. Então, essa questão é importante por causa disso.

4) As universidades possuem papel central no desenvolvimento de novas tecnologias e no estímulo à inovação no Brasil. Em Brasília, a UnB é um centro de referência em educação, abriga uma incubadora para empresas de tecnologia, incentivo à pesquisa e à produção acadêmica. Entretanto, ainda faltam recursos e incentivos adequados para que a universidade produza mais patentes e financie mais pesquisas capazes de originar produtos e tecnologias disruptivas. Nesse sentido, como o novo Ministério poderá colaborar para estimular o desenvolvimento científico nas universidades nacionais?

Égli, tire a cópia para cada um dos quatro palestrantes, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A sua pergunta, Senador Hélio José, é dirigida...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Aos quatro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aos quatro?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exato, porque ela está relacionada a tudo.

Eu só queria dizer o seguinte: nós aqui da Ciência e Tecnologia – eu sou o Vice-Presidente da Comissão – temos o maior apreço pela questão da ciência, tecnologia e inovação, porque é fundamental em qualquer país, em qualquer Estado, em qualquer nação. Então, temos, de pronto, uma posição clara de não ser favorável a essa fusão.

Eu, que sou engenheiro eletricista, acho que prejudica sobremaneira as comunicações, e essa é outra audiência que a gente vai fazer, numa sequência de três audiências. Vamos fazer esta audiência, para subsidiar uma reunião com o Ministro; depois, uma das comunicações, para subsidiar uma reunião com o Ministro. Porque é um absurdo esse tipo de situação, que vai prejudicar as comunicações brasileiras, que não andam bem das pernas.

Eu sou autor do pedido de CPI da Anatel, por causa da falta de objetividade. A Anatel está mais parecendo um sindicato das empresas que fazem serviços de telecomunicação do que uma agência reguladora para regular e fiscalizar os serviços de telecomunicações. Então, estaremos apurando isso aqui no Senado Federal, e uma série de outras questões do âmbito do Ministério das Comunicações, com relação a rádios comunitárias e outras coisas, que estão pendentes e, principalmente, também na área tecnológica, com essas perguntas que coloquei com clareza aqui.

E, para finalizar, porque meu tempo já deve estar estourado, o Brasil está profundamente atrasado na questão das energias alternativas, principalmente a energia solar, que é a realidade do mundo quase que inteiro. O Brasil, com a solimetria altíssima, com esse sol o tempo inteiro, está engatinhando.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tentando concluir: sabemos o tanto que a ciência e tecnologia poderia colaborar para que os inversores, essas placas – inclusive placas inteligentes, como a Ucla tem feito na Califór-

nia – pudessem chegar ao Brasil mais rapidamente e com baixo custo, e sabemos o tanto que essa situação vai atrasar o processo.

Por isso estamos juntos na luta para resgatar o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o de Comunicação, separados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Hélio José.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que, até poucos meses, era o Presidente desta Comissão e segue sendo um dos mais assíduos participantes, valorizando a nossa Comissão, o ex-reitor da Universidade de Brasília.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador.

Quero dizer que escutei as palestras, as falas antes de chegar aqui – estava comprometido com outro assunto – e dá para perceber a unanimidade brasileira contra esse gesto que considero insano de desfazer o Ministério da Ciência e Tecnologia, primeira insanidade, e vinculá-lo ao Ministério das Comunicações; são duas insanidades.

Quero lembrar que esse gesto tem sido justificado em função da crise que o Brasil vive por causa de recursos. Não vai adiantar nada do ponto de vista de reduzir recursos. É ridículo, se fizer as contas, o que haverá de redução.

Mas o mais grave é que estamos muito perdidos nessa crise que aparece – ela é aparente porque aparece, não porque não é real –, do desemprego, da recessão, de dois Presidentes, dois Presidentes da Câmara, até certa hora ontem dois Ministros do Planejamento; esse caos é a crise que aparece, mas há uma mais grave que não aparece, que é a perda de sintonia que o Brasil hoje vive em relação ao espírito do tempo que vai para o futuro. Estamos ainda em sintonia. E não é a primeira vez.

No século XIX, quando começou a revolução tecnológica e científica no mundo, ficamos para trás. O mundo iniciou o trabalho livre, e insistimos na escravidão; iniciou investimentos em conhecimento, e insistimos em ser um país com analfabetismo e sem educação, sem universidades, inclusive, até poucas décadas atrás.

Nos anos 50, tentamos pegar o bonde outra vez com a industrialização, mas ficamos para trás, porque já estava surgindo a nova revolução científica e tecnológica a partir do final dos anos 50 e 60, e nós insistimos em ser um país não mais escravocrata, mas um país prisioneiro da indústria tradicional e do agronegócio que, inclusive escutei aqui, é uma das provas do êxito da ciência, a nossa eficiência no agronegócio, mas é um êxito no meio de produzir, não no produto; o produto é tradicionalíssimo – que é comida, que são grãos.

Pois bem, estamos ficando para trás, Senador Lasier, e são muitos itens que, entendo, justificam por que estamos ficando para trás, mas há um que é fundamental, que é o conhecimento.

Entramos na economia do conhecimento, na sociedade do conhecimento e deixamos isso de lado. E esse gesto vai contra a corrente do que deveria ser: em vez de prestigiar ainda mais, joga para baixo a importância da ciência e tecnologia, no simbolismo até, mesmo que não fosse na realidade. Mesmo na realidade vai perder; mas, mesmo que não fosse assim, perde no simbolismo.

A minha pergunta decorre daquilo que também estamos vendo que aparece, não do que não aparece, e o que está aparecendo é a óbvia insanidade de desfazer um Ministério tão importante – diria o mais importante se formos olhar o futuro, não o presente.

Mas se trata também de ver o conjunto. Também não vai adiantar voltar o Ministério, só isso, se não percebermos que precisamos de um sistema nacional do conhecimento e da inovação pleno, e esse sistema precisa começar por uma educação de base da máxima qualidade e igual para todos. Não adianta ter um Ministério de Ciência e Tecnologia, como devemos ter – e vamos brigar, Gustavo, para que volte; no que depender do Senado, vamos lutar por isso –, se jogamos cérebros fora por negarmos a educação de base.

Vinte por cento dos nossos jovens terminam o ensino médio com competência, com qualidade.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É como se estivéssemos tapando poços de petróleo da genialidade intelectual, que é a verdadeira fonte de riqueza daqui para frente. Precisamos trabalhar um sistema nacional de conhecimento e inovação, que comece por uma educação de qualidade para todos, sem exceção, independentemente do CEP onde mora e do CPF do pai.

Segundo, precisamos prestigiar as universidades ao máximo. Precisamos definir regras que incentivem a inovação. O BNDES: devíamos estar discutindo aqui como colocar o BNDES a serviço da inovação e da ciência e tecnologia em vez de financiar junção de empresas comerciais. Só deveria financiar empresas geradoras de

conhecimento. O BNDES era para isso e não para ficar financiando outras atividades que o banco privado financia. É preciso mudar a cabeça dos empresários brasileiros. Pois bem, tudo isso é necessário para esse sistema.

As minhas perguntas, Senador Lasier, são, na verdade, três.

Uma é: o que podem sugerir para que, além de voltar o Ministério, ele faça parte de um sistema nacional do conhecimento e da inovação, que é muito maior do que um ministério. Primeira pergunta: como ir adiante nesse sistema?

Segundo: e se, em vez de juntar o Ministério de Ciência e Tecnologia com o de Comunicações, fizéssemos um Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior? O que vocês achariam disso?

E, sendo feito isso – terceiro – por que, para ter um sistema nacional de conhecimento e inovação, não deixamos o MEC responsável pela educação de base neste País? Deve haver hoje umas 200 escolas ocupadas por crianças. Aliás, esta é uma das poucas coisas que vejo hoje que me alegram: esses meninos ocupando escola e brigando por melhor educação. O MEC não tem nada a ver com isso, a não ser que cheguem a uma escola federal. É absurdo! Isso não é problema só de prefeito e governador, isso é problema da Nação brasileira. A terceira pergunta é: se o MEC fosse o Ministério da Educação de Base, não seria melhor para o sistema nacional do conhecimento e da inovação?

Estas são as três perguntas que faço. Como levar adiante esse sistema, o que vocês sugerem? E se o MCTI se juntar ao ensino superior, dando liberdade ao MEC para cuidar apenas da educação de base dos 53 milhões de crianças brasileiras que hoje estão jogadas, quase todas, para os prefeitos e governadores, que nem têm dinheiro e, muitos deles, nenhum interesse?

São as três perguntas para os quatro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito boas!

Também foi encaminhado à Mesa o manifesto da Associação Brasileira de Antropologia contestando a fusão.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana, um dos requerentes da nossa audiência pública de hoje.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Presidente Senador Lasier.

Colegas Senadores, nossos convidados, sei que há um grupo enorme aqui de entidades, que vão desde o Museu Goeldi a várias outras instituições, como a Fiocruz, entidades que certamente nos ajudariam a compreender melhor o risco que o País está correndo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu acho, Senador Jorge Viana, que é uma das maiores reuniões das comunidades científicas e tecnológicas do Brasil neste ano.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida.

Eu queria agradecer a presença de todos. Eu fui um dos que, na última reunião, apresentei essa proposta. V. Exª propôs, inclusive com o nosso acordo, fazer uma inversão: primeiro ouvir a comunidade científica, professores, pesquisadores, todos que trabalham nessa área, para, depois, termos uma audiência com o novo ministro e aqui debatermos esse absurdo, como já foi dito pelos colegas Senadores Hélio e Cristovam, da extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu me preocupo muito com isso.

Hoje, Senador Cristovam, em poucas horas... Ontem eu estava presidindo o Senado e chegou aqui o Presidente interino Michel Temer com a tal meta fiscal.

A proposta de meta fiscal da Presidenta Dilma está dormindo aqui há meses e não é apreciada. O Presidente Michel Temer, interino, chegou ontem e, agora, às 11 horas, querem apreciar essa matéria sem ninguém ter tomado conhecimento dela. Sabem o que é que há dentro dela? Bilhões e bilhões de reais, e se tenta pôr fim ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que é o nosso futuro, dizendo que, com isso, se faz alguma economia.

Sabem o que é que está dentro dessa meta fiscal? A antecipação de dinheiro. Isso é pior do que pedala-da, do que qualquer coisa que levantaram contra o Governo da Presidenta Dilma. Trata-se da antecipação de dinheiro do BNDES para o cofre do Tesouro. Sabem como é que se vai dar isso? Vendendo o resto das ações da Vale – falava, ainda há pouco, com o peemedebista Roberto Requião. Vão entregar, porque as ações da Vale, por conta da situação da Bolsa, por conta dos problemas que ela está vivendo, inclusive com o desastre de Mariana, estão baratinhas. Aí é o momento de o Brasil entregar para a iniciativa privada o resto que eles não conseguiram na privatização da Vale do Rio Doce – para juntar algum dinheiro para fazer, talvez, uma distribuição de dinheiro e pôr fim à Lava Jato, como era o plano. Ontem, caiu a máscara. Toda a história do golpe ficou clara ontem, e é golpe mesmo o nome, quando vimos que havia uma combinação para tirar a Presidente para promover um abafa geral. O Senador Delcídio, por menos, foi preso: porque queria livrar um réu da Lava Jato.

Mas o tema aqui, que nos é muito caro, é ciência e tecnologia.

Eu vou começar falando o seguinte. Eu fiz uma viagem, como Senador, para a Califórnia, junto com vários colegas, e eu visitei centros de pesquisa, eu visitei universidades. E eu fazia uma pergunta: como é que vocês

transformaram um deserto num dos maiores PIBs do mundo? – o Estado da Califórnia está entre os 10 maiores PIBs do mundo, não é o país não, e aquilo é um deserto!

Eles responderam: “Com conhecimento, com pesquisa, com inovação”. Obviamente, nada disso poderia ter acontecido se não tivesse a base, as duas mãos segurando, que é a educação.

Eu ouvi uma responsável por um programa na Universidade de San Diego dizer: “Quando meu marido falou que nós viríamos para a Califórnia, eu chorava, desesperada, porque achava que iria para o fim do mundo” – isso há trinta e poucos anos – “numa fronteira com o México, com muitos problemas” – ela reclamava.

E, aí, o que é que eles fizeram? Criaram universidades, centros de pesquisa e transformaram o conhecimento em negócio.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E agora o Brasil quer fazer o pior dos negócios: quer pôr uma pedra em cima do conhecimento, do desenvolvimento científico.

Eu não sei... Nós estávamos atrasados. Nós tínhamos que estar pedindo desculpas à comunidade científica, porque só agora nós fizemos o marco regulatório. Só agora o Brasil se preparou. O Senador Cristovam foi Relator, eu também fui Relator, houve um trabalho muito importante na Câmara e aqui, no Senado, o Presidente Renan ajudou e aprovamos a Lei da Ciência, da Tecnologia e da Inovação, de valorização do conhecimento tradicional. E hoje, por acaso – eu o digo em nome de todos –, nós temos o risco de apreciação dos vetos na sessão do Congresso, aos quais deveríamos ficar muito atentos, porque custou caro para todos nós. Houve, talvez, a mais importante mobilização de um segmento da sociedade, e eu cumprimento a todos, e agradeço, por ter tido o privilégio de ter dado a minha contribuição.

Olha, eu não vou discutir outros, mas o fim do Ministério da Cultura e o da Ciência e Tecnologia são inconcebíveis. A primeira tentativa de criar esse ministério, Senador Cristovam, foi com João Goulart, que mandou, numa combinação com o Primeiro-Ministro Tancredo Neves, uma mensagem para cá, mas veio o golpe militar, e não foi criado.

Depois, Tancredo Neves – Tancredo Neves! –, quando foi eleito no colégio eleitoral, criou o Ministério da Ciência e Tecnologia, e Renato Archer foi o primeiro ministro dessa pasta. Depois, nós tivemos o nosso colega Senador Luiz Henrique, uma pessoa que nós perdemos, mas de quem eu ganhei a amizade no tempo que tive de convivência com ele, uma amizade para a vida toda.

Foi o PMDB que criou o Ministério da Ciência e Tecnologia. É uma insensatez! Do mesmo jeito que houve uma mobilização, gente, eu faço um apelo. O que trouxe o Ministério da Cultura de volta foram os atores que atuam – não é ator por atuar no teatro não, mas por se envolver com a Cultura –, que fizeram o Governo interino trazer de volta o Ministério da Cultura.

E acho que a mobilização da comunidade científica, de alunos, de professores, de todos os envolvidos, do setor produtivo... Quem ganha mais com o Ministério da Ciência e Tecnologia não são os cientistas, porque, aliás, no nosso País, se você quiser ganhar alguma coisa muito importante como cientista, não consegue, tem que sair do nosso País – o cientista é muito mal remunerado.

Eu vi lá, na Califórnia, algo que, se for feito aqui, acaba o mundo. Eles falaram: “Não, nós temos uma lei que nos ampara. Se eu sou professor e fiz a opção de ser professor a vida inteira, se eu sou um professor pesquisador e eu descobri algo, patentei algo na minha universidade, minha universidade ganha, e eu posso fazer parte desse negócio, na transformação do conhecimento em negócio lá fora e, com isso, eu posso ser também uma pessoa muito bem de vida, por ganhar com o meu conhecimento, e seguir sendo pesquisador, professor.”

Foi assim que a Califórnia fez. Aqui é proibido. Aqui tem de viver ganhando mal, trabalhando com hora marcada e não participando da transformação do conhecimento em bons negócios para o País.

Concluindo, Sr. Presidente Lasier, eu acho que tem de haver aqui uma pactuação suprapartidária nossa – está aqui o Senador Flexa, que também tem compromisso com essa causa. O Presidente Renan tinha me afirmado... Eu tinha feito reuniões, participei, inclusive, de uma reunião com ele e com a Presidente Dilma, e ele falou: “Nós vamos recriar o Ministério da Cultura no Senado, por emenda na medida provisória. Nós podemos fazer isso”.

Aliás, o Senado pode mais. Está nas mãos do Senado se fica o Governo interino ou se volta o Governo das urnas. Está nas mãos do Senado até uma terceira alternativa: trazermos de volta a soberania do voto popular, que foi massacrada nesse período. Como é que pode... O Gustavo, que representa a Andifes – e eu agradeço –, falou muito bem: “Nós estamos chocados”. O Senador Cristovam falou: “Há dois Presidentes morando numa mesma avenida em Brasília” – a Presidente que veio das urnas, que está afastada esperando que hoje tenha início o julgamento do *impeachment*, até 180 dias; e o Presidente interino, como ele mesmo se denomina.

Com todo o respeito ao Vice-Presidente, o Presidente interino Michel Temer, digo que ele pode mexer e desmontar a estrutura do Estado sem que sequer se tenha iniciado o julgamento do *impeachment*. É um jogo de cartas marcadas, gente! E só há um jeito de vencer – não vemos o Brasil como algo a ser jogado –, que é a mobilização das universidades. Eu duvido que este Governo interino aguente uma semana, na véspera da votação da MP que acaba com o Ministério da Ciência e Tecnologia, se todos os centros de pesquisa, dos que produzem a vacina àqueles que acolhem o aluno que sai da formação básica, pararem. Vocês mesmos diriam: “Nós temos de pensar o Brasil”. Se a política de Brasília não se entende – não importa quantos partidos são, PT, PSDB, PMDB, PP, seja que partido for –, se eles não se entendem, o Brasil tem de seguir em frente e não pode sofrer esse dano.

Então, com esse espírito, temos de ter dois movimentos: um nosso, aqui, e outro da comunidade. Acho pouco provável. Vai ter de haver mobilização aqui? Vai, mas, quando começaram a ocupar todos os espaços de cultura neste Brasil todo, o Governo interino recuou imediatamente. Com todo respeito, a comunidade científica, as universidades, os centros de pesquisa dos Estados têm peso, porque são fundamentais. Eu sou oriundo de uma fundação. Quem me fez foi a educação, o que me fez foi ter feito parte de uma fundação de tecnologia do Acre. Foi isso que me levou a ser prefeito, a ser governador e me trouxe para o Senado.

Então, tomara que o bom senso prevaleça, tomara que a sensatez prevaleça e que o Presidente Michel Temer não cometa esse crime contra o nosso País extinguindo o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Cumprimento o Presidente Senador Lasier Martins, os Srs. Senadores, o Sr. Ministro Pansera, os nossos convidados palestrantes – Dr. Gustavo Balduino, Dr^a Helena Nader, Dr. Elibio Filho, Dr. Manoel Cardoso.

A fala do Senador Jorge Viana é uma fala política, não vem ao encontro do que estamos aqui buscando discutir. O fato de o Congresso não ter votado o PL encaminhado pela Presidente impedida se deveu, primeiro, à existência de uma dúvida muito grande com relação ao tamanho do ajuste fiscal necessário – foi encaminhado pelo próprio Governo, aprovado pelo Congresso, com superávit de R\$24 bilhões e, em seguida, foi solicitada a alteração para um déficit de até R\$96 bilhões. Então, precisava-se saber a real necessidade do ajuste fiscal.

O Presidente é interino mesmo, não tem como se achar Presidente efetivo, e o ajuste que foi ontem entregue ao Senado praticamente dobrou, lamentavelmente, o que foi encaminhado pelo Governo afastado. Então, Senador Jorge, é por isso que não foi votado. Vamos discutir e vamos votar. Apressadamente? Sim, V. Ex^a tem razão. Mas sabe por quê? V. Ex^a sabe que, se nós não votarmos até o final deste mês, o Presidente interino vai cometer crime de responsabilidade fiscal, porque o limite ajustado pelo Governo anterior já está esgotado. Então, iria acontecer no Brasil, Senadores Jorge e Lasier, o que ouvimos, acredito que há dois anos, nos Estados Unidos, o Presidente Barack Obama dizer: ou o Congresso alterava o limite definido ou, então, os Estados Unidos iriam parar, porque não teriam condições de fazer o pagamento de nenhum compromisso.

Essa é a verdade, esse é o fato. Lamentavelmente nós temos aí várias carpideiras que choram o tempo todo, choram o tempo todo. Nós estamos em um processo de dificuldade no Brasil? Lamentavelmente sim, mas todos nós somos responsáveis e temos de enfrentá-lo, nós temos de encontrar uma saída para a situação em que o Brasil foi colocado. O Brasil não chegou a esta situação em que está da noite para o dia; chegou ao longo de 13 anos e meio, e nós somos responsáveis. Apesar de minoria, apesar de votarmos contra, o rolo compressor do Governo, defendido hoje por aqueles que atacam o processo, nos levou a isso. Mas esse não é o tema da audiência pública, nós não vamos discutir aqui a questão da política.

Lamento, lamento muito... Os jornais noticiam que é preciso ajustar o Estado ao Orçamento, quer dizer, à receita da União. Nós precisamos, sim, aproveitar este momento que o Brasil vive, que seria um momento, eu diria, de transformação...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Esta é a grande oportunidade que nós temos: em vez de ajustar o Estado para o Orçamento, nós tínhamos de fazer o contrário, isto é, verificar o tamanho do Estado que é necessário e, em função disso, ajustar o Orçamento, ou seja, da tributação em cima da população.

Então o que se faz? É inimaginável... Senador Jorge Viana, me parece que só um país no mundo tinha mais ministérios do que o Brasil. Eu não lembro qual o país, mas, àquela altura, foi feita referência a isso. É inimaginável você ter 38, 37, 36, 39 ministérios – nunca chegou a 40, mas beirou os 39. E eu diria por que não chegaria aos 40, mas não vamos voltar a essa questão.

Com relação à diminuição do número de ministérios, acho que todos nós estamos de acordo. Acho que não há um brasileiro que não defenda a diminuição do tamanho do Estado. Eu sempre digo: o Estado, Senador Lasier, não deve ser nem um Estado máximo, como queriam que fosse – o Estado sendo responsável por tudo, até pela manutenção de todos os brasileiros, o que é inconcebível –, nem um Estado mínimo, ausente de tudo. O Estado tem de ser o Estado necessário; onde ele precisa estar presente ele tem de estar presente! É ali que ele deve estar presente. E a área de ciência e tecnologia é uma dessas áreas em que o Estado tem de se fazer presente, porque ela é o futuro da nossa sociedade, do nosso País, das gerações que virão.

Eu tenho um filho pesquisador, e a frustração dele por causa da falta de apoio para levar adiante as suas pesquisas é enorme! Eu sinto isso com as dificuldades. Ele fez a formação dele toda na Universidade Federal de São Paulo, até o pós-doutorado. Não queria voltar para Belém, não queria voltar para o Pará, porque ele estava onde ele podia, com todas as dificuldades menores, desenvolver a sua pesquisa. Eu disse a ele que, desse jeito, nós não iríamos nunca avançar no desenvolvimento da Amazônia e do Pará; se nós preparássemos as inteligências fora e não as trouxéssemos de volta, nós iríamos ficar na mesmice.

Aqui nós temos o Ministro Pansera, que pode dar seu testemunho. Já disse que ciência, tecnologia e inovação é fundamental. Aqui se falou no Vale do Silício, na Califórnia – o Senador Jorge Viana fez referência a isso. Eu colocaria como exemplo igualmente importante o Estado de Israel. A maior parte do Estado de Israel é desértica, mas hoje Israel é uma potência. Tem, se não me engano, sete ou oito Prêmios Nobel. O Brasil não tem nenhum. O Brasil, com 516 anos de descobrimento, não tem um Prêmio Nobel. Israel tem 68 anos – acabamos de fazer uma cerimônia, Ministro Pansera, na Câmara Federal, em homenagem aos 68 anos da independência de Israel – com oito, se não me falha a memória, Prêmios Nobel.

É preciso, realmente, que haja vontade política para se fazer investimento neste segmento de ciência, tecnologia e inovação. Eu tive a honra – já fiz referência a isso e quero parabenizar o Senador Lasier – de ser Presidente desta Comissão.

Quando assumi, eu puxei a parte de ciência e tecnologia para ser destacada da Comissão, porque o que dominava a Comissão era a parte de comunicação e informática – ciência e tecnologia estavam colocadas de lado. Eu fiz com que nós trouxéssemos para cá inúmeras audiências. E mais: destaquei, Senador Lasier, a Amazônia. Se a área de ciência, tecnologia e inovação é deficiente no Brasil, na Amazônia ela é inexistente.

O que existe lá, Ministro Pansera, de produção de conhecimento é feito pelas ONGs, por pesquisadores e cientistas estrangeiros que estão lá, encobertos por ONGs internacionais, buscando princípios ativos da Amazônia e os levando, sem que o Brasil tenha qualquer vantagem a respeito disso.

A minha pergunta aos convidados...

Nós já aprovamos a vinda do Ministro Kassab. Então, é importante que o Ministro Kassab possa aqui nos dizer qual é o projeto dele em relação a ciência, tecnologia e inovação. E eu gostaria de ouvir o Ministro Pansera para que ele possa nos dizer quais as dificuldades – ele já foi ministro – que ele, quando ministro, encontrou para poder desenvolver ciência, tecnologia e inovação. Na Amazônia, se nós formos verificar o número de doutores e de pesquisadores que existem, veremos que ele é mínimo em relação ao resto do Brasil.

E nós temos no Pará – quero aqui deixar registrado – duas instituições de excelência em ciência e tecnologia. Uma já foi citada, o Museu Emílio Goeldi, e a outra é o Instituto Evandro Chagas, que, inclusive, hoje estuda uma vacina contra a zika. É um pesquisador do Instituto Evandro Chagas que representa o Brasil nos Estados Unidos no desenvolvimento da vacina.

Lamentavelmente nós estamos discutindo lá, Senador Lasier, no Instituto Evandro Chagas, sabe o quê? Como combater a malária, que já devia ter sido extinta há muitas e muitas décadas no Brasil. Na Amazônia ela persiste e mata muitos brasileiros ainda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Reiterando aquilo que temos dito, Senador Flexa, louvamos também a sua gestão aqui na Comissão, bem como a anterior e, depois, o Senador Cristovam.

Nós nos propusemos aqui na Comissão a dar ênfase – 80% – à área da ciência e tecnologia. E começamos o nosso trabalho propondo, como política pública, a avaliação, a perseguição, o rastreamento dos recursos dos fundos setoriais, que são indispensáveis para o Ministério e que repercutem aqui no debate da nossa Comissão.

Registro a presença do Dr. Fernando Peregrino, Diretor Executivo do Coppetec e Vice-Presidente do Confies.

Há um mês e pouco, o Deputado Federal Celso Pansera – com o som do “e” fechado, como nós dizemos lá no Rio Grande do Sul, já que o Deputado é gaúcho, mas sei que no Rio de Janeiro o nome Pansera é pronunciado com o “e” aberto – esteve aqui como Ministro. Hoje vem como questionador, mas também irá responder, porque o Senador Flexa **já lhe deixou uma pergunta.**

O senhor tem a palavra, Deputado Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (Bloco/PMDB - RJ) – Bom dia, Presidente Lasier, Drª Helena, demais componentes da Mesa.

Eu li o manifesto, tenho falado com as pessoas e vim ouvi-los para consolidar uma ideia geral. Eu concordo com a fusão de ministérios, era necessário reduzir, mas acho que houve dois desequilíbrios nisso.

Primeiro foi o caso da Cultura – não pela ordem, mas o da Cultura foi mais gritante, porque foi incorporado à Educação e sumiria lá dentro. E houve o cuidado, eu acho, do Governo interino de incorporar a Comunicação à Ciência e Tecnologia, e não o contrário – era a primeira fala, e seria mais agudo o problema. De qualquer forma, é um problema. Talvez Comunicação ficasse melhor junto com Indústria e Comércio, se fosse a ordem reduzir o tamanho de ministérios e buscar respaldo popular para o governo, talvez essa fosse uma saída menos impactante do ponto de vista do futuro do País.

De qualquer forma, o Deputado André Figueiredo apresentou uma emenda à MP 726 na qual desfaz a junção dos dois ministérios. Então, talvez coubesse à comunidade científica e a nós ajudar na interlocução do novo Governo para, talvez, refundir Comunicação com outro ministério, já que a demanda por redução de ministérios é uma demanda da opinião pública brasileira.

Então, não chega a ser, como ideia, como conceito, errada. Talvez a forma, ou a junção, é que não tenha sido a mais feliz. Eu não apresentei emenda porque eu apresentei em relação à Cultura. O Deputado André Figueiredo apresentou a emenda dele, que eu achei muito correta. Eu disse: “André, eu vou entrar defendendo a sua emenda e não vou apresentar a minha, não vou fazer redundância no mesmo assunto”. Acho importante isso.

O que me trouxe aqui – eu preciso sair porque tenho reunião na comissão da qual faço parte na Câmara e depois eu quero falar na sessão do Congresso – foram dois assuntos.

O primeiro deles: os vetos. O nosso veto é o 001/2016. São 12 subitens.

Ontem eu conversei com as Lideranças dos principais partidos na Câmara, falei com o PSDB, PT, PTB, PMDB, rapidamente com o DEM, falei com Líder do Governo na Câmara. Por quê? Porque o PT vai pedir destaque em todo o item 1, em todo o veto do item 1, para votar em separado. De qualquer forma, nós estamos orientando os Deputados a votarem já pela derrubada do veto, diretamente aos Deputados.

Ontem trocamos mensagem, eu e Fernando Peregrino, também com o Gargioni da Confap. A presença dos pesquisadores hoje é importante, porque é importante fazer o corpo a corpo com os Deputados e Senadores para que possamos derrubar os vetos e não precisar de destaque. Precisamos de 257 votos na Câmara e, no Senado, 42 votos se não me engano, para derrubar os vetos em plenário, para não ter que ir depois para o destaque. É muito importante isso.

A outra questão é em relação à meta fiscal.

Eu havia negociado com os então Ministros Nelson Barbosa e Valdir Simão que, dentro da PLN nº 1, fizéssemos o remanejamento de uma verba do PAC. São duas alternativas: uma do PAC e outra ampliando o valor do déficit fiscal de R\$600 milhões, que seriam destinados a uma ampliação do orçamento do MCTI. A votação da nova meta já repõe quase R\$1 bilhão para o orçamento do Ministério, e haveria uma emenda aumentando em R\$600 milhões esse orçamento. Essa emenda foi apresentada pela Senadora Sandra Braga, que estava substituindo o Senador Eduardo Braga, com quem falei ontem – ele está me aguardando agora, em seu gabinete, para conversar com ele.

Seria importante que os Senadores que estão aqui presentes, Senador Cristovam Buarque e demais Senadores, nos ajudassem na aprovação dessa emenda, ampliando em R\$600 milhões o orçamento do Ministério, o que fará com que ele respire um pouquinho – os contratos, a Finep, com o orçamento do CNPq voltando a oferecer as bolsas para o exterior de doutorado e pós-doutorado, que foram cortadas por falta de orçamento.

É importante, Profª Helena, que nos ajudem nessa articulação, porque isso tudo ocorre hoje. Eu me inscrevi para falar sobre esses pontos todos no Congresso, mas preciso do apoio no Senado, no qual eu tenho mais dificuldade de movimentação.

É importante isso, já que estamos aqui com um conjunto de pesquisadores, com a Confap presente, a ABC presente. Falei, na semana retrasada, com o Luiz Davidovich, nosso novo presidente, para que nós possamos nos movimentar hoje em torno dessa pauta de ajuda ao Ministério. De resto, eu não vou poder ouvir, mas vou ler, com toda a certeza, os anais.

Considero fundamental a fala do Senador Cristovam Buarque. Também sou da opinião de que as universidades estariam melhor junto ao MCTI, para unificar a pesquisa básica com a pesquisa aplicada, e o MEC, junto com o FNDE, dar uma carga maior ao cuidado com a educação básica, que é a base de todos os nossos problemas. E, como bem falou o Senador, nós temos um conjunto de Estados em greve. No Rio de Janeiro, meu Estado, a educação está em greve há mais de dois meses, sem perspectiva de acabar em função da situação fiscal do Estado.

O MEC tem que olhar para essa questão, porque perder um ano atrasa uma geração. E entrar o ano que vem repondo aulas, aulas que serão repostas às pressas, isso interrompe e atrapalha o calendário do ano que vem, então se gera uma cadeia de fatos muito negativos para a educação básica. O MEC tem que entrar nesse assunto urgentemente.

Presidente Lasier, eu preciso realmente falar sobre isso na Comissão da Câmara e, depois, ir para a sessão do Congresso para me pronunciar, mas vim aqui por isso. Nós temos hoje um grande dia no Senado e precisamos juntar forças para derrubar os vetos e ver se conseguimos, na nova meta, ampliar o orçamento do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Obrigado, Deputado Pansera.

Eu quero informar que haverá, na TV Senado, reprise desta nossa audiência. Bastaria questionar quando será essa reprise. Além disso, as notas da audiência estarão disponíveis.

Antes de começarmos com as respostas, eu quero dizer que recebemos também muitas perguntas pelo portal e-Cidadania.

Eu não vou fazer as perguntas, porque a maioria, a ampla maioria, é de manifestações contra a fusão – há apenas uma a favor.

Encaminharam perguntas Leonardo Lopes Duarte, de Santa Catarina; Ademilson Santana, da Bahia; Anna Flávia Schmitt Baranski, de Santa Catarina; Elizabeth Checon Dantas, da Bahia; Valério de Patta Pillar, do Rio Grande do Sul; Rivandi Capistrano da Silva, do Ceará; João Carlos Morales Quejigo, do Distrito Federal; Sérgio Sodrê dos Santos, do Distrito Federal; e Marcelo Luís Francisco Abbade, de São Paulo.

Com tantas perguntas, seria impossível responder em cinco minutos. Eu vou propor aos nossos palestrantes, aos nossos expositores, dez minutos para cada um, para responderem as perguntas. Creio que dá, não é, Dr^a Helena?

Vou começar, então, pela Prof^a Helena Nader.

A SR^a HELENA NADER – Obrigada mais uma vez, Presidente Senador Lasier.

Começo pelo Senador Hélio José. Concordo com a maioria de suas colocações e vou tentar ser bem objetiva em relação às respostas.

O senhor lembra que, no início da minha fala, antes de entrar na fusão do MCTI com Comunicações, eu coloquei o Estado republicano, que foi o Congresso Nacional, na aprovação da mudança da Constituição que levou à introdução de novos conceitos para a ciência, a tecnologia e a inovação e o marco. E convoquei todos porque nós teríamos que derrubar os vetos hoje.

Para responder a sua primeira pergunta: para facilitar a concessão de patentes, o marco. Enquanto nós não tivermos esse marco de fato acontecendo, enquanto nós tivermos judicialização da ciência...

Eu sou de universidade pública. Eu não sou contra a Procuradoria me olhar, verificar minhas contas, mas não se pode aceitar a ideia “cada cabeça, uma sentença”. É o que está acontecendo muito hoje com o não andar da inovação: é por causa da judicialização. Então, se nós conseguirmos isso, haverá um grande avanço.

Em relação ao número de patentes. Quem faz patente, em todas as grandes economias, não é a universidade. A patente é feita pelo setor produtivo. E muitas vezes não é nem a patente que está sendo relevante. Às vezes uma simples melhoria num processo já vai resolver. Então, enquanto o Brasil continuar nessa ciranda financeira – desculpem o termo que estou usando... O senhor tem um empresário... E, de novo, marco legal. Um dos vetos com que nós não concordamos... O Primeiro Mundo tem incentivo para todo mundo que faz inovação, e grandes incentivos, inclusive nos Estados Unidos.

Agora, aqui, nós queremos que as micro, as pequenas e as médias empresas deixem de ganhar dinheiro jogando nos bancos e arrisquem um capital num projeto que pode dar certo. Então, enquanto não houver essa parceria... É aquilo que eu falei: se não for um projeto do Estado, não vai acontecer. Então, um dos vetos é exatamente esse.

A lei foi assinada, dia 11 de janeiro deste ano. Eu tenho certeza... Não tenho procuração da Presidente Dilma para falar o que estou falando, mas quem assistiu ao discurso que ela fez sabe que ela não teria conhecimento daqueles oito vetos, que só vieram no dia seguinte, no fim da terça-feira.

Então, os vetos foram feitos pela área econômica, que só olhou para o muito curto prazo. À época, eram 90 milhões de incentivo para as micro, pequenas e médias empresas, que, com essa inflação que temos, já seriam... Se pensarmos bem, veremos que é meio temerário escrever num projeto de lei um valor, pois estamos vivendo em um país surreal – e essa é minha única crítica ao projeto. Eu vejo dessa forma.

Com relação às parcerias, cada vez mais... Por isso que esse Ministério é chave. Esse Ministério fez parcerias e articulou políticas de financiamento e de avaliação. Essa é outra coisa que temos de deixar clara. Nenhum outro ministério sabe fazer avaliação por pares, inclusive trazendo pessoas do exterior, como aconteceu agora. É para ter orgulho: quase 400 institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCTs) foram solicitados; um comitê

internacional disse que temos cerca de 250 articulados com todo o Brasil que deveriam ser financiados. Qual é o outro ministério que faz isso?

De novo, eu insisto. Política de Estado: ou temos ou vamos para casa, vamos deixar a China continuar. V. Exª se lembra do meu último eslaide, não é? Enquanto estamos aqui discutindo, a China está lá aumentando.

As universidades têm um papel central na formação dos recursos humanos – de novo, o marco legal. Hoje o professor ainda pode ser penalizado, enquanto não votarmos os vetos, nas federais. A lei da carreira é só para as federais; para as estaduais, ainda não há esse gargalo. Nos federais, ainda, temos... Não podiam ser oito horas semanais. A lei que V. Exªs nos deram: oito horas semanais para poder fazer a parceria.

Eu sei de casos, Senador, de pessoas que foram ameaçadas de perder a dedicação exclusiva porque estavam fazendo uma parceria, que é criminosa, com o setor produtivo. É como estar sendo corrompido. Então, temos de acabar com isso.

E é necessário, com certeza, que o INPI tenha mais agilidade. Não pode levar dez, doze anos para avaliar. Muitas vezes aquilo caduca antes de ser analisado. Então, precisa-se de mais quadros.

Eu quero agradecer as suas intervenções e esta oportunidade.

Prof. Cristovam Buarque, que, além de professor é nosso Senador, ex-Presidente desta Comissão, quero dizer que o admiro muito – e V. Exª sabe disso –, mas eu vou discordar, aqui, da sua proposta. E vou dizer por que estou discordando.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação vai além da universidade, vai além da educação. O que tem de haver são parcerias cada vez mais fortes entre o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Ministério da Ciência e Tecnologia abrange todos os institutos, abrange o setor produtivo. Então, fica muito sobrecarregado. Na hora em que eu ponho a educação, é quase que limitando o papel. Mas eu concordo com V. Exª. Tanto que, em relação à SBPC, V. Exª se lembra, eu lutei até o último minuto, perdi, não joguei a toalha. Há um fundo social aí pelo qual vou continuar lutando.

Dizíamos que todo o dinheiro do petróleo, todo, deveria ir para a cadeia produtiva chamada educação até a ciência, tecnologia e inovação. Perdemos. Ficou só para a educação: 50% – V. Exª se lembra disto –, dos quais 75% foram destinados à educação e 25% à saúde.

E lutamos por isso como universidade. Não posso dizer que a ciência, tecnologia e inovação é que deveria estar lutando, mas a universidade tem a obrigação, e isso também eu já propus, de fazer com que todo mundo que tenha bolsa de produtividade do CNPq dê, pelo menos, duas conferências, não de super eslaides, mas para a criança da escola pública, exatamente para não se perderem esses jovens talentos.

(Soa a campanha.)

A SRª HELENA NADER – É um crime perdermos.

Encerrando, rapidamente.

Senador Jorge Viana, não vou entrar na discussão. A SBPC não discute política partidária. Em nenhum momento ela se manifestou em relação à política partidária, mas eu quero aproveitar para lhe agradecer, porque V. Exª e o Senador Aloysio Nunes foram os dois que garantiram a volta da expressão “pesquisa básica” na PEC. Então, eu, de público, quero, em nome de toda a comunidade, agradecer-lhe.

No governo do Presidente Lula, os recursos estavam em ascensão, mas depois, infelizmente, tivemos uma queda, e é isso que acho que o Congresso Nacional tem de ver. Nós não podemos continuar o financiamento, este ano, do MCTI, em números; é o do ano de 2001. Então, estou negando uma evolução.

Nós tivemos dois cortes, de novo – e isso não é culpa da Presidente –, em razão daquele olhar de cortes orçamentários. E nem foi uma visão de curto prazo, porque foi um corte, e muito pouco, porque é um ministério que tem muito pouco recurso. O que esse ministério fazia era articulação. E, se V. Exªs olharem, o novo Ministério da Indústria e Comércio, que tinha uma área de inovação, também está perdendo. Então, nós vamos ficar meio capengas. Eu vejo dessa maneira.

Concordo totalmente com o Senador Flexa Ribeiro, da Amazônia. Eu tenho muito orgulho do Instituto Evandro Chagas. Inclusive aquele trabalho que saiu na *Science* demonstrou. Um dos autores é o nosso grande pesquisador, diretor daquele instituto.

Ministro Celso Pansera, orçamento do MCTI. Concordo. Temos que lutar, mas está difícil. Estamos sem interlocutor, na hora em que se fala de orçamento. Infelizmente, essa é a realidade.

Estou encerrando.

Nós temos dois grandes projetos que estariam garantidos de estar no PAC, que são as linhas de luz Sirius, que é um acordo mundial. Os senhores precisam ver o impacto da construção dessa linha para toda a cadeia produtiva. O outro é reator multipropósito. Se esses dois projetos não se mantiverem no PAC, é melhor irmos

para casa. E acho que teríamos que colocar mais projetos estruturantes dentro do chamado plano de aceleração da economia brasileira.

Agradeço mais uma vez esta oportunidade. Para nós é uma honra estar aqui, e fico muito sensibilizada, porque vejo que o Parlamento brasileiro está preocupado com um projeto de Estado que envolve ciência, tecnologia e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E muito preocupado, doutora! Obrigado, Profª Helena Nader.

Chega à Mesa também uma manifestação da Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas, pela Dra Maria Celeste Gonçalves Vidigal, dizendo que os pesquisadores e professores de cursos de pós-graduação em Melhoramento de Plantas são de parecer contrário à fusão dos dois Ministérios. E ressaltam a importância das pesquisas científicas e tecnológicas, resultando na elevada contribuição do agronegócio ao PIB, o que é verdade.

Dr. Elíbio Rech Filho, titular da Academia de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Muito obrigado pelas questões.

Agradeço os comentários. Em ordem, vou responder os comentários do Senador Hélio José, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Jorge Viana, do Senador Flexa Ribeiro e do ex-Ministro, Deputado Celso Pansera. Vou dar uma resposta geral aos comentários. Depois, vou às perguntas.

Eu agradeço os comentários no sentido da clareza política e estratégica do Parlamento em relação aos formatos de como devemos e que problemas nós devemos solucionar no Brasil.

Qual é a dificuldade que nós temos nesse processo? A operacionalização de políticas públicas. Nós temos uma clareza muito grande no Parlamento em relação – repetindo – a todas as questões, mas nós temos uma extrema dificuldade no nosso País de operacionalizar políticas públicas, iniciando pela – que o Senador Cristovam bem citou – educação de qualidade para as nossas crianças, o que já deveria ter ocorrido há décadas. E sem a educação de qualidade das nossas crianças, não haverá ciência e tecnologia avançada e, por conseguinte, não haverá um futuro próspero para a nossa Nação. Esse é um fato. Estou só fazendo um comentário em cima da clareza dos comentários que vocês fizeram.

Com relação ao Senador Hélio José, ele fez algumas perguntas e as deixou aqui por escrito. A primeira pergunta é: como o MCTI deveria atuar para facilitar o processo de patentes e estimular a inovação no Brasil? O que o Brasil precisa fazer para modernizar a sua atual legislação?

Nós temos uma legislação que funciona no Brasil. Nós temos um ponto específico na legislação de patentes: nós não consideramos produto, e, sim, processos. Isso, de alguma forma, dificulta, em alguns segmentos, a questão da operacionalização, mas não é um limitante.

Qual a importância da proteção, no caso de patentes, para atração de capital privado e de fomento à inovação?

É claro que é fundamental a estrutura de patentes existente no Brasil, mas ela não é suficiente. A atração das empresas é uma estabilidade e uma posição clara de sinalização do Ministério de Ciência e Tecnologia ao futuro a curto, médio e longo prazo. É a estabilidade que atrai as grandes empresas. Uma delas é a questão de patentes.

A terceira questão: como o Ministério deveria se posicionar em relação aos Estados e Distrito Federal – eu acredito que sejam todos os Estados –, a fim de desenvolver programas e parcerias para estimular a inovação?

O Ministério vem atuando ao longo do tempo; todos os Ministros, ao longo dos últimos anos, têm atuado no fortalecimento das FAPs. As FAPs estão muito próximas das agências de fomento, como CNPq, Capes, o próprio MCT, Finep, ou seja, isso vem acontecendo. É claro que é necessário intensificar.

A quarta questão foi o papel das universidades em relação à inovação. Ele menciona muito a Universidade de Brasília, mas também questiona como o Ministério poderá colaborar para estimular o desenvolvimento.

Isso vem acontecendo. Sobre as patentes, nós não podemos nos esquecer de que o Estado deve alocar, ao repassar recursos para as universidades, um recurso específico para o pagamento de patentes, porque, ao ser depositada a patente, é requerido um pagamento, e a manutenção da patente, ao longo das décadas seguintes – quinze ou vinte anos, dependendo da situação, se ela é uma PCT ou se é limitada ao Brasil –, requer o pagamento anual. Não pagar uma patente significa que ela vai deixar de existir. Então, esse é um ponto que deve ser considerado.

Especificamente, o Senador Cristovam Buarque falou sobre a educação de qualidade. Eu já mencionei que ela é fundamental para alavancar. Quantos milhões de crianças brilhantes nós temos neste País que não tiveram oportunidade de ter uma educação de qualidade e que podem certamente ser cientistas brilhantes e resolver uma questão que nós temos, que é nunca ter recebido um Prêmio Nobel?

A Profª Helena abordou, com muita propriedade, essa questão nos números de uma tabela, que é muito impressionante. A nossa nota em pesquisa no País é quase 8 – foi 7,7 –, e nós fomos reprovados na inovação.

Mais uma vez. Nós fomos reprovados em inovação por quê? Não é porque não existe competência na área científica. Sim; porque não existe uma operacionalização das políticas públicas que saem do Parlamento que possibilite que isso aconteça.

Com relação ao Ensino Superior e ao MEC, eu acredito, mais uma vez,... Nós sabemos que a Capes – o senhor sabe muito bem – é uma agência de fomento com muito sucesso de operacionalização dentro do nosso País, e, portanto, foi creditado ou colocado que a Capes também ajudasse na Educação Fundamental.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – É uma opção que pode funcionar, sendo que se trata de uma agência já existente, competente e que tem demonstrado eficiência na operacionalização. Agora, se essa é a melhor opção, Senador, eu não tenho capacidade de avaliar neste momento. A minha visão pessoal é de que nós temos que, sempre, trabalhar no sentido de ter uma política pública que seja possível de ser operacionalizada. Eu estou mais preocupado com a operacionalização do que com a forma como ela é estruturada.

O Senador Jorge Viana bem colocou que nós temos muitos projetos junto com a Califórnia, e nós sabemos que a soberania dela e o que aconteceu foi um depoimento muito importante para nós. É, sem dúvida, um investimento em ciência e tecnologia.

Quanto à questão do Senador Flexa Ribeiro, eu já respondi que a sinalização é positiva em relação... Eu só quero adicionar que foi mencionado um instituto de pesquisa. No Norte, nós temos o Instituto de Tecnologia da Vale, que está fazendo um trabalho magnífico na região. Nós temos ainda o Inpa, enfim, nós temos vários institutos que, em sintonia, estão fazendo um trabalho muito, muito importante no País. Agora, é suficiente? Não é. Há necessidade de intensificar. É claro que nós precisamos de um Ministério de Ciência e Tecnologia forte, com recursos e de forma estável.

Nós temos de entender que ciência e tecnologia são distintas, completamente, de todos os outros segmentos. Nós podemos parar a produção de automóveis e depois retomar – e este é um exemplo que eu acho interessante. A ciência nós não podemos parar e retomar de onde paramos. E não somente porque os experimentos não mais funcionam, mas, também, porque nós não teremos mais todo o investimento em infraestrutura que o Brasil tem feito. Os equipamentos que nós usamos não podem parar. E isso tem ocorrido, o que causa um sério e irreversível dano ao País, como eu mencionei na minha apresentação.

Eu espero ter respondido. Se eu não o tiver feito, por favor...

Termino aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado ao Professor Elíbio.

Também chega à mesa o manifesto da Sociedade Brasileira de Física contra a fusão do MCTI com o Ministério das Comunicações. O documento é firmado pelo Professor Ildeu Moreira, do Conselho da Sociedade Brasileira de Física, que expende argumentos similares aos que estamos debatendo aqui, enfatizando que a fusão pode ter consequências lesivas ao desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação do País.

Dr. Manoel Cardoso...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria pedir desculpas, mais uma vez, pois, como vocês estão ouvindo essa campanha...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim; está chamando há tempo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E já veio o Secretário-Geral, o Presidente Renan já me ligou...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É que estamos tendo, neste momento, uma sessão do Congresso, e eu tenho que abrir a sessão especial de entrega do Diploma José Ermírio de Moraes. Assim, lamentavelmente, como eu não tenho como me dividir em dois e na condição de Vice-Presidente da Casa, eu tenho de atender também a outras tarefas.

Entretanto, pedindo desculpas, apenas quero reafirmar aqui que nós vamos tentar trabalhar no que pudermos, dentro do Congresso, para que o Brasil não cometa esse erro. Mas peço também a todos que se organizem, pois, neste momento, temos de fazer o Brasil entender a importância dessa área tão estratégica.

Desculpem-me, mas eu tenho que abrir e presidir a sessão especial.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado pela presença, Senador Jorge Viana.

E estamos recolhendo elementos importantes para a vinda a esta Comissão do Ministro Kassab.

Dr. Manoel Cardoso, com a palavra.

O SR. MANOEL SANTANA CARDOSO – Pois não, Senador.

Respondendo, primeiramente, as questões que foram colocadas pelo Senador Hélio José, lembro que, em 2014, eu estava na Assessoria de Planejamento da Capes, e lá, por demanda do MDIC, buscávamos estratégias para trabalhar a questão das patentes, dessa questão, como colocado pela Professora Helena, de uma patente levar 10 anos para ser concedida. E, aí, junto com o MDIC, com o CNPq, nós pensamos em uma estratégia para isso. E uma ideia que surgiu à época e que foi muito bem recepcionada, tanto pelo CNPq quanto pelo próprio MDIC e que, internamente, nos demandou muito pouco trabalho, seria utilizar pós-doutorandos que fossem bolsistas da Capes.

A mecânica da questão era bem simples: o INPI daria um treinamento a esses pós-doutorandos; a Capes e o CNPq permitiriam, pelo deslocamento de técnicos, a vinda a Brasília de técnicos do INPI para que nós organizássemos e fizéssemos o planejamento desse processo; e o custo disso, anualmente, seria de algo em torno de R\$100 mil, ou seja, nada perto do orçamento da Capes e do CNPq – e todos os senhores sabem disso.

Pois bem; avançou bem, houve uma receptividade, nós discutimos. O CNPq se envolveu muito, muito mais até do que a Capes no processo; construímos uma governança para isso, etc. Só que, infelizmente, a consolidação do processo veio junto com a saída do Prof. Jorge Guimarães da Capes, e os novos gestores, infelizmente, abandonaram o projeto.

Então, fica aqui uma proposta para ser discutida pela comunidade científica no sentido de nós retomarmos isso. A Profª Helena, que é uma interlocutora especial para nós, poderia levar isso até a atual gestão da Capes para que nós voltássemos a discutir a possibilidade de que pós-doutorandos pudessem ajudar o INPI na análise das patentes. Quer dizer: temos, hoje, no Brasil, algo em torno de cinco mil pós-doutorandos. Se conseguirmos que 5% a 10% desse contingente atue no processo, já seria um avanço considerável.

Com relação à questão da proteção para atrair capital privado, eu entendo que o capital privado precisa se sentir seguro, mas é preciso também dar segurança aos pesquisadores, já que sabemos que, majoritariamente, a pesquisa no Brasil é feita pelas instituições federais.

O Prof. Mário Netto, que foi Presidente do Confap, da Fapemig, costuma usar uma expressão quando fala que o grande risco para o pesquisador que atua na cooperação com a área privada são os Us – ele usa essa expressão: TCU, CGU e AGU. Sem nenhum demérito, desrespeito ou sem deixar de qualificar a importância dessas instituições, o diálogo com esses sistemas dos Us é extremamente complexo.

Lembro-me de que em uma reunião da Andifes da qual participei, acho quem em São Carlos – o Gustavo estava lá conosco – levamos o pessoal do sistema dos Us para conversar com os reitores, com as agências de pesquisa, e é um diálogo bastante difícil. Eles precisam entender as peculiaridades da pesquisa para que essa relação se torne mais segura.

Como o Ministério poderia se posicionar em relação aos Estados e ao Distrito Federal? Manter o que tem sido feito, ou seja, essa cooperação com as FAPs é fundamental para que consigamos atuar nisso.

Uma questão importante é o desequilíbrio regional que temos hoje na Ciência e Tecnologia. Sem querer tirar dinheiro de quem já tem ou de quem já avançou – sabemos que o grosso da pesquisa no Brasil está na Região Sudeste – a Amazônia precisa, sim, ser olhada com carinho. É preciso incentivar a pesquisa na Amazônia. A Amazônia forma doutores, a dificuldade que tem é no sentido de manter esses doutores. A fixação de doutores na Amazônia é um problema para o País.

Respondendo as questões que foram colocadas pelo Senador Cristovam, digo que, Senador, a FAP-DF colocou um dispositivo nos seus contratos com os pesquisadores segundo o qual todos os pesquisadores que recebem recursos nossos têm que se comprometer a dar anualmente pelo menos duas palestras em escolas da rede oficial do Distrito Federal. O que tem acontecido? Temos acompanhado isso, os pesquisadores nos procuram. Inicialmente, havia uma dificuldade porque a linguagem do pesquisador não é bem aquela linguagem do aluno do ensino fundamental e do ensino médio. E fizemos uma calibragem, discutimos isso com os pesquisadores e temos orientado no sentido de que eles tornem a linguagem mais palatável para esses alunos. E está tendo uma repercussão muito boa. Várias FAPs têm adotado esse mecanismo, e as coisas têm evoluído nesse sentido.

Com relação às questões colocadas pelo Senador Jorge Viana, o que acontece? Ciência não se faz mais com menos; ciência só se faz mais com mais. O orçamento de ciência e tecnologia no Brasil tem avançado. Agora, se observarmos, vamos ver que em algumas agências esse avanço é maior e que, em outras, é menor.

A Capes conseguiu, a partir de 2006, quando trouxemos a educação básica para a agência, fazer crescer o seu orçamento. Infelizmente, chegamos em 2016, ou melhor, em 2015 para 2016, o orçamento da Capes voltou ao nível de 2011, o que é muito grave. E o primeiro sacrifício feito foi nos programas voltados à educação

básica. É preciso retornar esse orçamento para que a agência possa, de novo, voltar a atuar de maneira mais enfática na educação básica.

Com relação às questões apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro, de fato, há instituições de excelência na Amazônia. Agora, é preciso que essas instituições sejam olhadas com muito carinho, com muito cuidado, para que não criemos, dentro da Amazônia, microrregiões Sudeste. O que é isso? Temos a Universidade Federal do Pará como uma instituição de excelência, mas quando olhamos ao lado a Ufra, Universidade Federal Rural da Amazônia, vemos que ela já não consegue ser um polo tão atrativo quando a UFPA. Então, é preciso repensar a criação de programas específicos para a Região Amazônica.

Bom, era isso. Espero ter atendido, respondido às questões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado Dr. Manoel.

Prof. Gustavo Balduino.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUÍNO – Bom, todos os temas levantados pelos Srs. Senadores são extremamente relevantes: a questão que o Senador Hélio levanta, ou seja, a inovação; o sistema nacional de conhecimento e como consolidar a proposta de um sistema desses, que foi a questão do Senador Cristovam; o superávit fiscal, que o Senador Jorge Viana levantou; as desigualdades regionais, do Senador Flexa Ribeiro; o Deputado Pansera tratou de um tema que, para nós, é prioridade também até pelo momento, trata-se dos vetos, e temos que nos concentrar para, logo em seguida, trabalharmos essa questão.

Todos os temas são relevantes e, cada um por si só, mereceria uma reunião como esta para aprofundar o debate. Eles têm uma única coisa em comum, pelo menos na primeira olhada: nenhum deles será melhor encaminhado com a fusão; nem as desigualdades regionais, nem a educação básica, nem a inovação. A fusão não colabora para a solução de nenhum desses problemas. Essa é a conclusão a que chegamos. Diversos problemas foram levantados, pertinentes, sérios, complexos, estruturantes, e nenhum deles vai ser mais bem encaminhado com a fusão, e essa é mais uma razão para ela não ser implementada, mais uma razão para o apelo que fizemos ao Parlamento, ao Senado Federal em especial.

O Senador Cristovam está aqui, acho que o tema de S. Ex^a mereceria – tenho poucos minutos para concluir – um debate melhor.

Senador Cristovam, o Sistema Nacional de Conhecimento, tenho a impressão, não é implementado porque, na verdade, há alguns anos no País não temos governos programáticos. Um governo de coalizão não permite implementar o Sistema Nacional de Conhecimento, porque o Sistema implica o fato de que todos estarão voltados para a prioridade de educação básica: Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Todos deveriam ter esse foco, mas para isso é preciso ter um governo que mande em todos os ministérios, que tenha um programa de governo. Isso se reproduz também nos Estados e Municípios, porque a nossa Constituição atribui tarefas diferenciadas em educação para cada um desses entes federados, como o senhor sabe melhor do que eu.

Então, a dificuldade maior é ter um governo que tenha um programa e tenha uma coordenação superior para fazer esse programa funcionar com a colaboração das diversas áreas, independentemente do nome das caixinhas. O Sistema Nacional de Conhecimento, para ser implantado, precisa de um governo que tenha condição de coordenar o sistema nacional. Se não tiver, não há condição porque não pode ser o partido A ou o partido B que vai coordenar aquela área já que uma não dialoga com a outra.

Então, o governo de coalizão dificulta, no nosso modelo brasileiro, implementar qualquer política pública que demande uma ação plural do governo, multidisciplinar ou transversal, porque ela sai daquele Ministério, mas não atravessa a rua e entra em outro. Essa é a grande dificuldade. Nesse sentido, tanto faz colocar nas universidades na ciência e tecnologia ou na educação, porque, quando mudar de lado, não conversa mais com o outro.

Um dos principais problemas que tivemos foi exatamente a dificuldade de diálogo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia – dificuldade de diálogo, não; dificuldade de interação de políticas públicas – com a educação. Como se resolve isso? É com lei? Não. É com liderança política que determine aos dois Ministros que dialoguem.

A área da saúde é uma coisa, nós temos dezenas de hospitais universitários responsáveis pela saúde pública no País que precisam ter interlocução com o Ministério da Saúde. Educação, ciência e tecnologia, hospitais que produzem ensino e pesquisa também. Então, na verdade, o que é preciso é de uma coordenação política, no melhor sentido da política, para poder implementar o que o senhor está chamando de Sistema Nacional de Conhecimento.

Outro ponto que é relevante e para o qual nós temos de ter atenção, e eu prefiro passar muito rápido sobre ele, é a questão do financiamento e a questão do orçamento. Tem tudo a ver com o superávit fiscal que vai ser votado daqui a alguns minutos. Um superávit de 70 permite gastos numa direção, numa quantidade,

numa intensidade; um de 150 permite, no mínimo, o dobro de gastos. Estas são as questões elementares que serão debatidas mais adiante: qual o tamanho do Estado, qual o papel, quais os recursos que serão investidos.

Então, essa questão para nós é relevante e também geral. O debate do superávit que está havendo hoje no País é fundamental para saber qual o tamanho do financiamento que nós vamos ter amanhã.

Por fim, concluiria destacando a relevância desse assunto, deixando claro que não se trata de discutir nomes. Temos todo o respeito pelo Ministro Kassab. Não temos dúvida de que ele tem condição de ser o Ministro da Ciência e Tecnologia, foi Prefeito da maior cidade deste País, foi Ministro até ontem, atravessou a rua, continua Ministro hoje. Então, tem todas as condições. Não se trata de fazer nenhuma avaliação sobre a capacidade do Ministro Kassab, como também do Ministro Pansera. São todos capazes. Nós estamos discutindo qual a melhor estrutura para o País funcionar num projeto estratégico que é a ciência e tecnologia numa área estratégica.

Da mesma forma, qualquer estrutura de Governo que for implementada e tiver legitimidade e legalidade será seguida. O que nós estamos discutindo é se é melhor, se é oportuna, se significa avanço ou retrocesso.

Nós estamos afirmando, neste caso concreto da fusão, que significa retrocesso. Não é um problema de legalidade. Afastamos o debate da legitimidade que, na área, deveria ser conferido pelos pesquisadores do Brasil, que não estão conferindo essa legitimidade a essa mudança. Isso deve ser ouvido por quem toma a decisão. Isso não é uma briga, é um debate político da melhor política possível.

E trazemos aqui a posição das universidades federais, contrária à fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério das Comunicações ou qualquer outro ministério. Já falei anteriormente que o número de ministérios não deve definir o tamanho do Estado, mas certamente ajuda a definir a prioridade que a sociedade dá a cada área em que o ministério vai agir.

Então, nossa posição é: vamos trabalhar.

Renovo o apelo aos Senadores para que seja mantido o Ministério da Ciência e Tecnologia com a estrutura que tem hoje. Aí, sim, vamos discutir tudo o que foi colocado, porque tudo é pertinente. Se essa questão for superada, voltaremos aqui e discutiremos da mesma forma.

Então, Senador, mais uma vez, parabéns pela iniciativa. É muito importante esta iniciativa da Comissão. O Senado tem um papel relevante neste debate, representa o País, representa os Estados. E a nossa expectativa é de que o Senado possa agir, o mais breve possível, antes que se consolide uma estrutura que vai se consolidar no *Diário Oficial*, mas vai ter muito custo, na realidade, para a ciência e tecnologia do País. Nós não temos tempo a perder nesse caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós é que agradecemos, Dr. Gustavo Balduino.

Mais manifestações daqueles que estão nos assistindo: Sérgio Sodrê dos Santos, do Distrito Federal; Valmir Lima, da Paraíba; Lucas Vinícius Ferreira Malafaia, de São Paulo; Vera Carnielli, de São Paulo, todos com críticas à fusão.

Nós levaremos adiante o tema nos próximos dias, aguardando a resposta do Ministro Kassab para que venha responder as tantas questões que foram aqui levantadas. Nós levaremos adiante esta quase unanimidade em torno da necessidade de autonomia do Ministério de Ciência e Tecnologia.

A posição da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências, pelo Dr. José Ribamar Ferreira, também é de crítica à fusão.

Sim, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Creio que algo conseguimos nesta audiência: a unanimidade em torno do equívoco do Governo interino de reunir ciência e tecnologia no Ministério das Comunicações, essa é uma unanimidade. Agora precisamos definir o que fazer. Talvez não agora, mas depois deveremos conversar um pouco sobre como agirmos para impedir que isso, de fato, continue.

Segundo: eu creio que daqui, como sempre, surgem ideias para a realização de novos debates – o próprio Gustavo falou que era necessário. Eu tenha a impressão de que não fizemos ainda um debate sobre como seria um Sistema Nacional do Conhecimento e da Inovação. Valeria a pena fazer isso.

Havia um pedido meu – lembro disso – para a realização de uma audiência sobre a ciência e a tecnologia na educação de base e a educação de base na ciência e na tecnologia. Seria interessante fazer uma audiência assim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O seu pedido está na agenda, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está na agenda. Eu queria ver se a fazíamos urgentemente.

Mas, finalmente, uma polêmicazinha com a nossa querida Profª Helena. Eu quero dizer que a minha preocupação é ter um ministério preocupado com a educação de base. Por mim, criaria um do ensino superior

ao lado do de ciência e tecnologia. Como já há muitos ministérios e não querem cortar outros, vem a ideia da junção de ensino superior e ciência e tecnologia, que ocorre em muitos lugares.

A senhora manifestou preocupação com isso. Eu lhe pergunto: diante dessa sua preocupação, a senhora defende que a Unesp, a USP e a Unicamp saiam da Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo e passem para a Secretaria da Educação de Base?

A SRª HELENA NADER – Eu não sou da Unesp, da Unicamp nem da USP, eu sou da Universidade Federal de São Paulo, a antiga Escola Paulista de Medicina.

Eles estão tanto com a Secretaria como com a Educação – não a educação básica, mas eles também fazem parte da Secretaria de Educação, Senador. Ali, quem concedeu a autonomia foi o Governador Quéricia. O Governador Quéricia deu aquele percentual para eles fazerem a gestão. Na verdade, eles estão com autonomia, coisa que não existe na universidade federal.

A universidade federal – por isso acho que a sua ideia de um debate seria ótima –, está escrito na Constituição, tem autonomia, mas autonomia como aquela que dá um pai ao filho que põe fora de casa depois de dizer: “Não sei se vou te dar mesada, e você ainda não consegue ficar de pé”. Então, nós recebemos mesada, que começa a ser paga – quando é paga – em maio.

Então, fica complicado discutir autonomia da universidade sem uma discussão profunda, o que concordo com o senhor, do papel da educação superior na educação básica. E, como o Manoel colocou, a Capes, de forma brilhante, conseguiu trazer essa discussão e conseguiu ter números impactantes. Tanto que vim aqui debater o fim do Pibid, porque eu acho que não pode acabar. É um projeto em que há educação superior dentro do ensino básico.

Outra coisa é como fazemos o diálogo que não dependa de quem está com a caneta – esse é o problema. Infelizmente, ainda no Brasil, nós não temos, pelo menos nas áreas que conheço – educação, saúde, ciência e tecnologia –, projetos de Estado. Nós temos projetos de governos e que mudam, inclusive, com o mesmo governo. Então, isso é um complicador. Enquanto o Brasil não assumir um projeto de fato, vai ficar difícil, porque cada um que está com a caneta é quem decide.

Então, acho que o seu debate seria sensacional, e eu topo estar aqui sim. Admiro o seu trabalho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E, sobretudo, na linha do Gustavo, se esse projeto nacional não tem um sentimento de para onde queremos que o País vá. Isso não tem, estamos perdidos no curto prazo, em vez de olharmos o longo prazo. Para mim, esta talvez seja a maior gravidade da crise atual: nós estamos perdidos no presente. Não é perdido no caminho ao futuro, nós estamos perdidos olhando ao redor, não olhando para as estrelas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Professor Elíbio, qual é o registro que o senhor queria fazer? Ou era só particular?

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Só particular.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós vamos conversar sobre isso.

Eu queria registrar também a presença, ainda em tempo, do Dr. Nilson Gabas Júnior, Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. Várias pessoas estão aqui presentes e gostariam também de fazer questionamentos, mas nós já estamos com a audiência bastante prolongada e temos agora o compromisso com o Congresso Nacional; nós temos de estar lá, registrar presença e participar dos debates, mas eu quero propor, Senador Cristovam, que deliberemos, na próxima reunião, terça-feira que vem, um requerimento que quero encaminhar, e gostaria da sua subscrição, no sentido de encaminharmos um ofício ao Presidente da República, relatando a realização desta audiência, os detalhes, as pessoas que foram ouvidas, a unanimidade dos pedidos de autonomia do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, como uma providência desta Comissão, é a proposta que quero fazer: encaminharmos um requerimento; votarmos aqui na Comissão, porque é matéria deliberativa, na próxima reunião, e encaminharmos como o primeiro resultado, independentemente da ouvida lá adiante do Ministro, um ofício ao Presidente da República, pedindo o restabelecimento da autonomia do Ministério da Ciência e Tecnologia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É a vontade de todos nós e tenho certeza de que por unanimidade, mas, se não houver unanimidade, a ampla maioria da Comissão, na próxima terça-feira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Só para dizer que, neste momento de indefinições do Presidente interino, seria bom que esse documento fosse assinado pelo maior número possível de Senadores. Acho que haveria uma sensibilidade maior.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Não apenas da Comissão, mas também do Plenário?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não só da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Então, colocaremos, num primeiro momento, os integrantes da Comissão...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso. Mas se outros quiserem assinar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E todos os demais que quiserem. Está bem. Muito obrigado.

Antes de encerrar, agradeço à Sr^a Helena e aos Srs. Gustavo, Elibio e Manoel.

E, para cumprir a formalidade, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Já temos o número suficiente de assinaturas para aprovação, embora nem todos permaneçam agora dando quórum. Mas a Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Nos próximos dias, nós teremos a reprise, para aqueles que quiserem acompanhar ou comunicar os que têm interesse, pela TV Senado.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e quarenta e quatro minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 101, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que “Altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a internet como veículo de publicação.” O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 48, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Flávia Morias, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 427, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 158, de 2015** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “Dispõe sobre a criação do sistema de comunicações ópticas para a Defesa Nacional.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, nos termos do substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 44, de 2016**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.” O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Lei do Senado n.º 689, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 22/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Ofício “S” n.º 15, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Editora o Estado do Paraná S/A, que “Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Ofício “S” n.º 32, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Jornal LTDA no município de Leopoldina - MG.” O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 9: Ofício “S” n.º 78, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2015, da Empresa Destak Brasil Editora S.A.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que

oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 126, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 235, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DE RADIODIFUSÃO DE SOROCABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FLOR DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 202, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONOMICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Piauí, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 243, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVER SAGRADENSE ASSCOM SAGRADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 265, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 291, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE APOIO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IBIRAÇU FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o Senador Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 336, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ASTORGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 368, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO para executar serviço de radiodifusão comuni-

tária na cidade de Ourulândia, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 371, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE FEIRA DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira da Mata, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 10/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.” A relatora designada é a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. . Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da matéria é adiada. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da matéria é adiada. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da matéria é adiada. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.” O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 15/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, concede Vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do rela-

tório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 280, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 269, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 234, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 224, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 240, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 242, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da

Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.” A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.” A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cida-

de de Angical, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 10/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, adia a discussão e a votação da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, telespectadores da TV Senado.

Estamos dando início à nossa reunião de hoje precisamente no horário acertado. Enquanto aguardamos o quórum, vamos aproveitar, como de hábito, para ler algumas notícias.

Antes, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de maio de 2016.

Vamos a algumas notícias. A primeira delas, que é muito auspiciosa, é que na próxima terça-feira teremos aqui o Ministro Gilberto Kassab, que confirmou a vinda para o dia 7 de junho, para responder às perguntas que foram provocadas pela reunião da semana passada, quando aqui estiveram representantes das comunidades científicas.

Algumas notícias que têm relação com a nossa área.

Aluno de instituto federal do Mato Grosso do Sul foi premiado em feira científica. O estudante Luiz Fernando Borges, de apenas 17 anos de idade, foi o primeiro colocado no principal evento científico de ensino médio do mundo, a Feira Internacional de Ciências e Engenharia. A feira foi realizada de 8 a 13 deste mês em Fênix, no Arizona, Estados Unidos.

Aluno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), Luiz Fernando representou o Brasil na área de engenharia biomédica e foi considerado o melhor na categoria. Ele faz o curso técnico integrado com informática, no *campus* de Aquidauana.

A pesquisa de Luiz Fernando, *Prendendo Fantasmas em Robôs*, uniu dois interesses que o jovem carrega desde muito cedo: pela ciência e pela tecnologia. A partir da chamada síndrome do membro fantasma, quando o amputado ainda sente a parte ausente do corpo, o estudante criou um programa que lê sinais musculares e os transforma em comandos de movimento que um artefato robótico poderia interpretar.

Assim, seria possível captar os desejos de alguém que tenha, por exemplo, perdido parte do braço. Segundo Luiz Fernando, as próteses ainda devolveriam a sensibilidade tátil a essas pessoas. “Restaurar os movimentos é uma coisa, fazer com que a pessoa possa tocar um instrumento ou sentir como é segurar a mão da sua amada, aí, já é outra história”, diz.

Além dos prêmios, Luiz Fernando ganhou uma viagem a Londres, onde participará de fórum com jovens cientistas de diversos países. Ele também terá um asteroide batizado com seu nome.

Luiz Fernando se inspirou no trabalho do neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis. De acordo com o estudante, o projeto depende agora de apoio material e intelectual para avançar à segunda fase, a construção dos artefatos robóticos, e virar realidade na vida de quem precisa.

O projeto é mais um exemplo da importância da pesquisa em ciência e tecnologia e de como incentivos materiais e intelectuais são necessários. Luiz Fernando lembra que a viabilização do programa só foi possível com a ajuda financeira de instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que ofereceu bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) Júnior para o ensino médio.

Uma outra notícia.

Programas de iniciação científica estão com inscrições abertas. Institutos de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estão com as inscrições abertas para os programas de bolsa de iniciação científica em tecnologia. O objetivo é despertar a vocação científica e revelar novos talentos entre estudantes de graduação, além de contribuir para a formação de recursos humanos para pesquisa e ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica. No CNPq, os candidatos têm até 13 de junho para apresentar suas propostas. Elas devem ser preenchidas e enviadas por meio de formulário eletrônico via Plataforma Carlos Chagas. As modalidades de bolsas concedidas são Iniciação Científica (Pibic), Iniciação Científica Júnior (Pibic-EM), Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibit) e Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-AF). Elas têm duração de 12 a 24 meses, a partir de agosto de 2016.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) também abriu inscrições para o Programa Institucional de Iniciação Científica. As inscrições vão até 30 de maio [então já encerraram], e a duração das bolsas é de 12 meses, a partir de agosto de 2016.

Comunicação científica.

O Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), em conjunto com o Conselho Britânico, abriu duas chamadas públicas para financiar cursos para pesquisadores do Brasil e do Reino Unido em diferentes áreas do conhecimento. Os editais vão apoiar a realização de *workshops* para desenvolvimento de habilidades em comunicação científica e pesquisa. Os interessados têm até 27 de junho para fazer a inscrição.

Fronteiras do Conhecimento.

Termina no dia 30 de junho o prazo para apresentação de projetos do IX Prêmio Fronteiras do Conhecimento, promovido pela Fundação BBVA e Conselho Superior de Pesquisas Científicas da Espanha. Serão selecionadas pesquisas nas áreas de ciências básicas – física, matemática e química –; biomedicina; ecologia e biologia da conservação; tecnologias da informação e da comunicação; economia, finanças e gestão de empresas; música contemporânea; mudança do clima, e cooperação para o desenvolvimento.

O objetivo da premiação é estimular a excelência científica e reconhecer avanços na pesquisa básica em ciências naturais e sociais, bem como em tecnologia e inovação.

Bolsas de Produtividade e Desenvolvimento Tecnológico

O CNPq lançou edital para seleção das Bolsas de Produtividade em Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora. É a primeira vez que essas modalidades são disponibilizadas por meio de chamada pública. O prazo para inscrição vai até 12 de agosto. Para participar, o pesquisador deve possuir título de doutor ou perfil tecnológico equivalente; ser brasileiro ou estrangeiro com situação regular no País; e dedicar-se às atividades constantes de seu pedido de bolsa.

Institutos federais participam de competição de tecnologia

Na cidade de Porto Velho, Rondônia, começou ontem, 30 de maio, e vai até amanhã, 1º de junho, o Desafio de Tecnologia e Inovação dos Institutos Federais, evento organizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Esta é a primeira edição do Desafio, que trará seis modalidades de competição, uma delas pré-seletiva para a Olimpíada do Conhecimento, que selecionará participantes para a Worldskills 2017, evento internacional que reúne mais de 60 países de todo o mundo.

O evento está contando com a participação mais de 200 competidores de todo o País e de 16 institutos federais. Uma das grandes disputas do Desafio é o Robotino.

Todas as categorias estão sendo disputadas nos três dias de evento simultaneamente: o Resgate, categoria da Olimpíada Brasileira de Robótica; Viagem ao Centro da Terra; Seguidor de Linha; Cospace; Sumô e Robotino. O Desafio também proporciona ao público em geral, por meio do ensino da robótica educacional, oficinas gratuitas para a programação de robôs. As oficinas têm duração média de três horas, e são compostas por até 20 pessoas, sendo abertas ao público com idade superior a 13 anos.

Os participantes são instruídos sobre como programar o cérebro do robô para movimentos simples. O objetivo do evento é fomentar o desenvolvimento de habilidades técnico-científicas em rede, equalizando as experiências e preparando os grupos de elite em robótica educacional.

Startup Garagem abre inscrições para ideias e projetos inovadores.

Na PUC de Porto Alegre, estão abertas, até 3 de julho, sexta-feira, as inscrições para a 3ª edição do Startup Garagem – Programa de Modelagem de Negócios da Incubadora de Empresas Raiar.

Gratuito, o programa é um espaço para transformar ideias ou projetos inovadores e de base tecnológica em modelos de negócio. Tem duração de três meses, com dois encontros semanais, e contará com a orientação de convidados especiais da Raiar para tratar de temas como o perfil empreendedor, a proteção tecnológica e a modelagem de negócios.

Ao final do programa, todos os empreendedores apresentarão seus modelos de negócio, a exemplo de apresentações a investidores. Os três melhores projetos poderão utilizar os espaços da Raiar por mais três meses, usufruindo do ambiente de inovação construído pela Incubadora.

São oferecidos cursos, palestras, *workshops* e *networkings* com outros empresários, além de espaço físico compartilhado, salas equipadas com mesas, cadeiras, computadores e acesso à internet. O foco é o investimento no empreendedor e na colaboração de modelos de negócios com potencial de mercado. Não há custos financeiros para os participantes. Como contrapartida, o empreendedor deve comparecer a, no mínimo, seis encontros mensais, participar dos cursos e palestras que visam ao modelo de negócio e elaborar e apresentar modelos.

A Conferência Anprotec. Em 2016, o maior evento de empreendedorismo inovador da América Latina, realizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) e pelo Sebrae, acontecerá entre os dias 17 e 20 de outubro em Fortaleza, no Centro de Eventos do Ceará. Os mecanismos e espaços de geração de novos empreendimentos vêm evoluindo rapidamente. Parques tecnológicos, incubadoras de empresas, aceleradoras, *corporate ventures* e espaços de *coworking* precisam trabalhar em sintonia, de modo a alavancar a geração sistemática e o crescimento acelerado de novos empreendimentos. A partir dessa sinergia, os mecanismos e espaços de inovação precisam agir em conjunto para ampliar a quantidade e a qualidade dos empreendimentos apoiados, contribuindo efetivamente para a consolidação do ecossistema de inovação brasileiro. Diante desse cenário, a 26ª Conferência Anprotec propõe discutir a identidade e as funções desses mecanismos e espaços, com o intuito de identificar tendências, conhecer boas práticas, trocar experiências e apontar caminhos que levem ao fortalecimento do empreendedorismo inovador, no Brasil e no mundo.

O debate sobre a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações. Na semana passada, esta Comissão recebeu aqui a Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Profª Drª Helena Nader; o Prof. Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro titular da Academia Brasileira de Ciências; o Prof. Manoel Santana Cardoso, Superintendente Científico, Tecnológico e de Inovação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; e o Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Gustavo Henrique de Sousa Balduino. Essas quatro lideranças do mundo acadêmico e da pesquisa científica apresentaram posicionamentos frontalmente contrários à junção dos dois Ministérios. A Profª Helena Nader afirmou que a ciência brasileira, embora jovem, tem apresentado uma resposta muito adequada ao investimento realizado pela sociedade, especialmente em termos de interdisciplinaridade, que apresenta um aspecto importante da produção científica que será cada vez mais demandada no futuro. No que se refere à inovação, entretanto, o País não mostra bons resultados, por causa do número de patentes, mas lembrou que patentes e inovações são produtos da interação entre pesquisa e setor produtivo. Nos países desenvolvidos, quem mais produz patentes são as empresas.

Ela também lembrou a trajetória da Coreia do Sul e da China, que tem investido muito em ciência e tecnologia de forma sistemática e contínua, e colhem os frutos dessa decisão política com desenvolvimento econômico e social que as caracteriza. Mostrou que o Primeiro Ministro chinês Li Keqiang, em discurso na abertura do Congresso Nacional do Povo, em 5 de março, anunciou o aumento de 9,1% no orçamento da ciência, a redução de barreiras burocráticas para cientistas, e, para o período 2016/2020, informou que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento serão de 2,5% do PIB. A China também planeja aumentar o número de patentes registradas para 12 por cada 10 mil habitantes, atualmente, são 6,3.

Para o Prof. Elíbio Leopoldo Rech Filho, o Brasil precisa aumentar os recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento que atualmente ficam em torno de 2% do PIB, enquanto em outros países, correspondem a 3%, chegando a 4% na Coreia do Sul. Segundo o acadêmico, a descontinuidade nos processos do Ministério poderá ser um atraso perigoso e irreversível para o País.

O Prof. Manoel Santana Cardoso afirmou que a fusão entre os dois Ministérios representa risco à ciência e tecnologia no País porque é um setor que precisa de autonomia. Não quis fazer uma comparação redutora da importância do Ministério das Comunicações, mas defendeu que se trata de agendas diferentes e devem receber tratamentos diferenciados.

Representando os reitores das universidades federais, o Sr. Gustavo Balduino levantou dúvidas sobre as reais motivações para a fusão, não acreditando que a economia fiscal seja argumento suficiente.

No portal do Senado Federal, a transcrição das apresentações está disponível, e se poderá também ter acesso aos debates que se seguiram.

No dia seguinte, continuando o acordo da reunião passada, em função dos posicionamentos da maioria dos Senadores desta Comissão, encaminhei ofício ao Presidente interino Michel Temer relatando posicionamento das entidades acadêmicas e pedindo o restabelecimento da autonomia do Ministério da Ciência, Tecnologia

e Inovação e que lhe seja garantido o orçamento adequado. Em contato com o Ministro Kassab, acertamos a vinda dele para a próxima terça-feira, 7 de junho, quando deveremos retomar esse debate.

Enquanto aguardamos quórum, bom dia, Senador Pedro Chaves, uma honra tê-lo na nossa Comissão, Senador.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Assumi no dia 17 e quero me colocar à disposição.

No meu currículo, fui Reitor de universidade durante 15 anos, trabalhava muito com pesquisa, e fiz questão de participar realmente desta Comissão, porque acho extremamente importante. E, acerca do que foi colocado, mesmo que eu não tenha ouvido o tema total, acho que temos que nos debruçar em cima deste tema, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, que é muito sério. O País produz muito em termos de literatura, pesquisas teóricas, mas, em termos de patente, somos muito pobres, principalmente em pesquisa tecnológica. Estou aqui para colaborar.

Muito obrigado pela recepção.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Temos certeza de que V. Exª trará uma grande contribuição sobretudo por ter sido reitor de uma universidade.

A propósito, no Mato Grosso, há parques tecnológicos em alguma das universidades?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu sou de Mato Grosso do Sul. Fui reitor de uma universidade privada, e nós trabalhávamos profundamente em termos... A nossa vocação maior era para a geografia do Estado. Então, era uma universidade de desenvolvimento. Ela realmente buscava. E ela tem realmente um parque tecnológico importante, mas eu me debruçava muito em termos de Pantanal. Então, toda a minha pesquisa envolvia, realmente, conhecer aquele frágil bioma, que está sendo invadido por soja e algumas plantas exóticas, com o comprometimento de toda a fauna e flora daquela região. Inclusive, futuramente, pretendo, na Comissão de Meio Ambiente, fazer uma indicação para uma audiência pública para discutirmos, realmente, quais as consequências decorrentes disso e qual política nós podemos adotar em relação a isso. A agricultura está avançando, cada vez mais, dentro do Pantanal, e isso, na verdade, está comprometendo muito a fauna e a flora da região.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Desde já, queremos colocar a nossa Comissão à disposição para essa audiência pública. Realmente, nós precisamos preservar essa região tão apropriada para a biodiversidade.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tão apropriada quanto a Região Amazônica. E cabe a nós, aqui no Senado, e particularmente nesta Comissão, tomar iniciativas.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Principalmente a biopirataria, também, muito grave lá.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Com a desculpa de que estão preservando para tribos indígenas que vivem naquela região, existem, realmente, delegações estrangeiras que fazem pesquisa e recolhem materiais importantes. Seria importante uma vigilância maior. A própria polícia florestal teria que ser em número maior para haver um zelo por aquela região.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Sim, porque tanto o Pantanal quanto a Região Amazônica são campos extraordinários para a pesquisa pela diversidade de plantas, microrganismos, que cabe a nós proteger e estimular.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, acho que V. Exª vai dar uma grande contribuição, e queremos participar desse trabalho aqui.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito bom. Vai ser ótimo! Agradeço em nome da comunidade científica de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bom. Obrigado, Senador Pedro Chaves, do PSC, do Mato Grosso do Sul.

Mais algumas notícias, enquanto aguardamos quórum. Temos uma pauta muito extensa hoje, e, como foi dito, na semana que vem, nós teremos aqui o Ministro Kassab.

Hoje é o Dia Mundial de Combate ao Fumo (tabagismo). No Brasil, atualmente, cerca de 10% da população adulta é fumante, o que corresponde a cerca de 25 milhões de pessoas. Na década de 80, cerca de 35% da população brasileira era fumante, o que mostra a queda progressiva da prevalência nos últimos anos.

A iniciação do cigarro, normalmente, ocorre na adolescência, e a meia idade é o período que mais tem fumantes.

As principais doenças provocadas pelo cigarro se dividem entre cânceres (pulmão é o mais frequente, porém tabagismo está relacionado a câncer de boca, laringe, estômago, bexiga, entre outros), doenças cardiovasculares (tabagismo aumenta o risco de infarto, derrame cerebral e doenças vasculares das pernas) e doenças pulmonares (enfisema pulmonar e piora das crises de bronquite e asma).

Além disso, fumar provoca doenças gengivais, úlceras no estômago, unhas amareladas, etc. Dados mostram que 3% das pessoas conseguem parar de fumar, por ano, sem nenhum tratamento. Três por cento. Com a ajuda de profissionais especializados e uso de medicações esse número cresce assustadoramente, tanto em tratamento individual como no tratamento em grupo.

Distribuição gratuita de conversor de TV digital por satélite volta debate. A Anatel resolveu reabrir o debate sobre a distribuição obrigatória dos canais de TV abertas pelas operadoras de DTH TV, via satélite. E a oferta gratuita dos conversores.

Hoje, dia 31 de maio, está marcada uma audiência pública a ser realizada na sede da agência em Brasília para debater a reformulação do regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), cuja proposta foi lançada para consulta pública em março deste ano. A Lei do SeAC obriga a distribuição de todos os canais de TV abertas que tiverem redes nacionais, mas as operadoras DTH TV, via satélite, como a Sky, por exemplo, têm problemas técnicos para carregar os canais locais. Uma das alternativas propostas pela Anatel seria a distribuição de conversores de TV paga que tivessem também uma antena capaz de receber os canais de TV aberta. Essa proposta já foi modificada algumas vezes pela própria agência e recebeu muitas críticas das empresas.

Conselho da EBC reúne-se nesta terça para debater mudança na direção. O conselho curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) reúne-se nesta terça-feira, a partir das 14 horas, para uma reunião extraordinária. A plenária foi convocada para debater as mudanças na direção e programação dos veículos da EBC. Após a exoneração de Ricardo Melo e a nomeação de Laerte Rimoli para o cargo de Presidente da casa. A reunião que acontecerá na sede da EBC, em Brasília, é aberta ao público e internautas podem acompanhar as discussões ao vivo pelo *site* do conselho e pelos perfis do colegiado no Twitter e Facebook.

Correios assinam contrato com a EUTV e entram no mercado do celular. Os correios e a EUTV S.A. assinaram ontem, segunda-feira, em Brasília, o contrato de representação que permitirá à estatal atuar como operadora de telefonia móvel por meio da rede virtual no modelo credenciado, conforme regulamentado pela Anatel em sua Resolução nº 550/2010. O Presidente dos Correios, Heli Siqueira de Azevedo, explica que a empresa pretende disponibilizar planos de serviços e ofertas próprias de acordo com o perfil do público. O lançamento comercial do serviço está previsto para o primeiro trimestre de 2017.

Já está circulando o nosso boletim, da nossa Comissão, e uma das notícias que temos aqui é que o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação continua com vetos. Ao promulgar a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, a Presidência da República vetou vários de seus dispositivos, especialmente os relacionados à concessão de bolsas de pesquisas e compras governamentais.

Na sessão do Congresso Nacional, de 24 de maio, a Câmara dos Deputados votou pela derrubada do veto, mas não houve votos suficientes para a derrubada no Senado Federal.

Conforme disse a Presidente da SBPC, Profª Helena Nader, em reunião da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática no Senado Federal, a manutenção dos vetos implicará a manutenção das demandas judiciais que acabam prejudicando muito o desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Segundo ela, é uma visão limitada e burocrática, incompatível com o progresso da ciência.

Foi uma decisão lamentável, sob o ponto de vista aqui da nossa Comissão, a não derrubada do veto na semana passada na reunião do Congresso. Nós, inclusive, junto com outros colegas, fomos à tribuna do Congresso, batalhamos, mas não conseguimos sensibilizar os Senadores, porque a Câmara dos Deputados derrubou o veto, mas o Senado não conseguiu. De modo que continuamos prejudicados nesse particular, com grande prejuízo ao novo marco da ciência e tecnologia, mas vamos tentar agora com o novo Governo. Vamos tentar uma nova medida provisória, que restabeleça as condições deste novo marco, sem o qual não vamos conseguir concretizar aquilo que tem custado tanto a sensibilizar os governos.

A ciência e tecnologia são fundamentais para o nosso futuro e, no entanto, tem havido um descaso muito grande com esse Ministério a tal ponto que se fez agora essa fusão. No entanto, vamos continuar lutando. É aquela velha história: água mole em pedra dura, não é, Senador? Um dia haveremos de convencer os nossos Pares de que é preciso dar um destaque especial ao desenvolvimento da ciência e tecnologia.

E nesta sessão da semana passada, esse marco, que era tão importante que fosse à frente, teve inúmeros itens da lei vetados, e não conseguimos derrubar o veto no Senado, embora a Câmara tenha conseguido, V. Exª estava lá presente.

Temos dois requerimentos extrapauta para entrar hoje. Nós já vamos aproveitar para lê-los. Um deles é sobre política pública e o outro se refere à possibilidade de trazermos aqui o presidente do Biocant, o Centro

de Biotecnologia e Parque Tecnológico de Cantanhede, Portugal. Então, a justificação desse nosso pedido é a seguinte:

O Biocant Park é o primeiro parque de biotecnologia de Portugal, cujo objetivo principal é patrocinar, desenvolver e aplicar o conhecimento avançado na área das ciências da vida, apoiando igualmente iniciativas empresariais de elevado potencial.

Este parque disponibiliza um centro de investigação e desenvolvimento em biotecnologia com quadro próprio de investigadores e alicerçado na forte tradução científica, na forte tradição científica do Centro de Investigação de Excelência da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro.

Como parte dos esforços desta Comissão em avaliar a política pública que diz respeito aos fundos setoriais de ciência e tecnologia, é importante conhecer experiências exitosas resultantes da correta aplicação dos recursos investidos em CTI.

Então, esse é o requerimento que queremos submeter à votação da comissão, daqui a pouco.

Queremos apresentar outro requerimento e já vamos antecipar aqui os seus termos: que sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações informações acerca do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), referente aos últimos seis anos, de 2011 a 2016, destacando que as respostas devem ser encaminhadas preferencialmente em forma de arquivos computacionais:

a) valores arrecadados, discriminados por natureza da receita, especialmente relativa: a.1) à contribuição de 0,5% ou meio por cento sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações; a.2) à contribuição de 1% devida pelas instituições autorizadas na forma da lei sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas; a.3) ao produto de rendimento de aplicação do próprio Fundo; a.4) ao produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores discriminando a amortização do principal e os encargos correspondentes; a.5) às doações; a.6) aos royalties; a.7) a outras rubricas.

b) execução orçamentária das Unidades Orçamentárias referentes ao Funttel demonstrando valores autorizados, liquidados, pagos, Restos a Pagar (RP) inscritos e RP pagos, classificados por programa, ação, categoria econômica e plano orçamentário;

c) saldo financeiro do Fundo no final de cada exercício;

d) aplicações, discriminando: d.1) montante alocado diretamente à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); e d.2) repasses de recursos para os agentes financeiros, indicando a modalidade (reembolsável ou não reembolsável);

e) outras destinações, discriminando: e.1) recursos desvinculados para cobertura de despesas primárias obrigatórias ou pagamentos do serviço da dívida, indicando a data das transferências e os respectivos instrumentos legais autorizativos; e.2) recursos desvinculados com base na Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011; e.3) recursos destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, nos termos do art. 3º do Decreto-lei nº 719, de 31 de julho de 1969; e.4) outras desvinculações; e e.5) demais destinações;

f) acompanhamento dos resultados, indicando: f.1) indicadores das avaliações dos resultados alcançados pelo Fundo; f.2) controles referentes ao acompanhamento dos produtos desenvolvidos com os recursos do Fundo; f.3) industrialização e comercialização dos produtos resultantes das pesquisas financiadas pelo Fundo;

g) planos de aplicação de recursos, detalhando programas, projetos e atividades: g.1) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); g.2) da empresa Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e g.3) da Fundação CPqD;

h) prestações de contas da execução orçamentária e financeira dos agentes financeiros (BNDES e Finep), relativas aos recursos recebidos do Funttel, discriminando: h.1) programas, projetos e atividades em andamento ou concluídos no exercício; h.2) principais considerações sobre as ações empreendidas; h.3) resultados obtidos; e h.4) ocorrências de atrasos, abandonos ou cancelamentos de programas, projetos ou atividades, indicando as providências adotadas (suspensão ou cancelamento dos repasses de recursos, recuperação dos recursos aplicados e penalidades aplicadas).

i) relatórios de execução dos planos de aplicação de recursos da Fundação CPqD, discriminando: i.1) programas, projetos e atividades em andamento ou concluídos no exercício; i.2) principais considerações sobre as ações empreendidas; i.3) resultados obtidos; e i.4) ocorrências de atrasos, abandonos ou cancelamentos de programas, projetos ou atividades, indicando as providências adotadas (suspensão ou cancelamento dos repasses de recursos, recuperação dos recursos aplicados e penalidades aplicadas).

j) normas, decisões e manifestações expedidas pelo Conselho Gestor do Fundo relacionadas a: j.1) metas do setor de telecomunicações; j.2) percentuais de recursos a serem destinados a cada órgão e entidade legal-

mente habilitada para efetivação das despesas operacionais de planejamento, prospecção, análise e estruturação de operações, contratação, aplicação de recursos, acompanhamento de operações contratadas, avaliação de operações e divulgação de resultados, necessários à implantação e manutenção das atividades do Funttel; j.3) repasse dos recursos para os agentes financeiros; j.4) recursos alocados diretamente à Fundação CPqD; j.5) denúncias de ocorrências de irregularidades; j.6) critérios para alocação de recursos para os projetos e programas financiados pelo Fundo; e j.7) outras normas;

k) utilização dos eventos de proteção à propriedade intelectual pelas organizações financiadas pelo Fundo.

Justificação do nosso minucioso requerimento: a Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, do Senado Federal, que acrescentou o art. 96-B, ao Risf, estabelece procedimento para a avaliação sistemática pelas Comissões Permanentes desta Casa das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática selecionou para o exercício de 2016 a avaliação dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, particularmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

Assim, o presente requerimento tem por objetivo permitir a execução das atividades constantes no plano de trabalho já aprovado no âmbito da CCT, em 12 de abril deste ano. Acrescente-se que as informações solicitadas estão inseridas nas atividades de fiscalização e de controle externo do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 70 da Constituição.

Como resultado do trabalho, será apresentado relatório, que será submetido à apreciação desta Comissão até o final de 2016, com vistas à possível elaboração de proposições legislativas para o aprimoramento da política pública em tela.

Eu me congratulo com a nossa equipe, Égli, e com a Consultoria, porque nós havíamos decidido aqui, em repetidas manifestações, que a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia só tem sentido se houver resultados práticos, e nós estamos vendo que as verbas, Senador Pedro, que deveriam ser direcionadas para o Ministério de Ciência e Tecnologia não são esclarecidas, acontecem numa cifra ínfima, 13% quando muito.

Então, discutimos aqui, houve concordância da Comissão, e nós vamos rastrear, nós não vamos descansar enquanto não soubermos para onde vão essas verbas, porque elas são indispensáveis para incentivar a pesquisa científica e tecnológica. E aí encaminhamos, através da nossa Comissão, para a Consultoria – e a Consultoria está de parabéns – fez um trabalho magnífico, porque, pelo que eu percebo, não deixou pedra sobre pedra, fez todos os questionamentos e até um pouco mais, já com relação ao Funtel, e essas questões estão sendo aqui formuladas. Nós esperamos que o Ministério nos responda, com a maior brevidade possível, porque é missão desta Comissão avaliar as políticas públicas, e esta política pública do Governo Federal não é clara, não é transparente.

A impressão nítida que nos dá é de um desleixo completo com relação ao incentivo, à pesquisa e à tecnologia. Então, nós queremos saber o porquê. Por que essa desconsideração com um setor fundamental para o desenvolvimento do País? Isso para que tenhamos, dentro de algum tempo, assim como em alguns países, como aqui ressaltou a Drª Helena Nader, um desenvolvimento extraordinário, com destaque para a Coreia do Sul, a China e Cingapura, países que vêm alcançando um desenvolvimento social e econômico extraordinários, pois promovem a pesquisa, a ciência e a tecnologia. E, nesse *ranking*, nós estamos mal colocados, quase no 20º lugar no mundo, exatamente porque o Governo não se interessa por isso.

Então, nós queremos saber para onde vão essas verbas, porque, como muito bem se diz aqui, num dos itens, há uma contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações. No item 2: a contribuição de 1% devida pelas instituições autorizadas, na forma de lei, sobre a arrecadação bruta em eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas.

Então, há verba de tudo que é lado, mas não chega na pesquisa. E nós vimos aqui já, numa das audiências passadas, que só em fundos setoriais, o Ministério recebeu R\$21 bilhões – vou repetir a cifra: R\$21 bilhões – nos últimos cinco anos para pesquisa científica e tecnológica. E onde foi parar isso?

Nós queremos adivinhar. Foi para o superávit primário, para pagar as contas do Governo? Mas não é para isso! Então, nós vamos levar adiante, com determinação, essa opção da nossa Comissão pela avaliação dessa política pública do Governo Federal com relação à ciência e à tecnologia.

Eu agradeço muito o trabalho dedicado dos Consultores que se debruçaram rigorosamente sobre essa solicitação. E, pelo que acabamos de ler aqui neste requerimento que estamos submetendo ao Plenário da nossa Comissão...

Senador Flexa, é um prazer em tê-lo aqui. V. Exª está sempre presente.

Estava comentando aqui sobre o requerimento que queremos votar daqui a pouco e que vamos encaminhar ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Trata-se de um requerimento minucioso que acabamos de ler

sobre a destinação das verbas do Funtel, que deve ser direcionada para a pesquisa na área de telecomunicações e, no entanto, nós não temos isso.

Seja bem-vindo, Senador Flexa!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como é de hábito da nossa Comissão, Senador Flexa – e há pouco já conversamos com o Senador Pedro Chaves a respeito –, enquanto não alcançamos o quórum, tivermos uma conversa informal. Então, já pergunto a V. Ex^a: no Estado do Pará, tudo tranquilo, tudo em dia, sem problemas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom dia a todos! Bom dia, Presidente, Senador Lasier Martins, Sr. Senador, senhores colaboradores, a pergunta de V. Ex^a é...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Provocativa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é provocativa; é preocupante, porque o que é que está bem no Brasil hoje?

Eu costumo dizer, Senador Lasier, que o Pará é o menos pior dos Estados brasileiros. Não está bem, porque não pode estar bem, mas o Governador Simão Jatene, com uma gestão competente e séria, está conseguindo controlar o Estado. Para que o Brasil todo possa tomar conhecimento, porque os paraenses conhecem isso, de abril para maio, o Estado teve uma queda de receita da ordem de R\$135 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso equivale a quantos por cento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso para nós é...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas em todos os Estados houve queda de arrecadação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exato, exato, queda das transferências federais e queda da receita própria. Até dezembro, janeiro, o Estado estava conseguindo manter a receita própria, mas, lamentavelmente, a partir daí ela começou a declinar.

O Pará é um Estado que tem uma dificuldade extra, porque só tributa menos de 65% da sua economia. E por quê? Porque 35% são de produtos não tributáveis, são produtos primários, em especial minério de ferro, e são isentos de ICMS, não se exporta tributo, isso todos nós apoiamos, mas deveriam ser compensados pela União através da famigerada Lei Kandir...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o mesmo problema que nós no Rio Grande do Sul enfrentamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E não são...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – No Mato Grosso também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Todos enfrentamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mato Grosso é... Mas a culpa é nossa, a culpa é nossa, do Congresso brasileiro, porque já podíamos ter feito um projeto regulamentando a Lei Kandir. Já que o Executivo não o encaminha, nós teríamos que...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tem um projeto, Senador Flexa, do nosso ex-Senador Pedro Simon. Nós poderíamos reabilitar esse projeto para restabelecer a obrigatoriedade da compensação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas a compensação constitucionalmente é obrigatória entre aspas...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, mas não acontece.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Por isso, Presidente, é que o projeto que nós discutimos muito na Legislatura passada, qual seja, de tentar equalizar o ICMS, criar menos alíquotas, que hoje são dezenas no Brasil todo, tentar equalizar o ICMS em nível da Federação não avança, e não avança porque o Governo que estava à época insistia em querer equalizar os Estados - e alguns Estados iam perder receita -, dizendo que essas receitas seriam compensadas.

Só que o Relator, Senador Walter Pinheiro, de forma correta, de forma responsável, só aceitava – eram dois projetos distintos – a equalização como eles queriam fazer - e a diminuição não é uma equalização, porque não seria uniforme – se fosse aprovado um projeto criando fundos constitucionais. Ou seja, que obrigasse, aí sim, a transferência das compensações. Mas esse projeto não avançou, o Governo não deixou avançar. Em função disso, caíram os dois, caíram os dois.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Ex^a está convidado a ressuscitar um novo projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que nós temos que fazer, eu acho, e aí é um trabalho que tem que ser de todos, porque estamos aqui para defender os Estados...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Representamos os Estados da Federação brasileira. Não entendo, foge à minha percepção e inteligência, como Senadores votam contra os interesses dos seus Estados. Votam a favor sempre acompanhando quem está afetado...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Na União, sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... na cadeira da Presidência. Ou seja, votam com o Executivo e não com o interesse dos Estados ou dos Municípios... Representamos os Estados...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quem sabe fazemos uma nova tentativa, Senador. Eu acho que temos que continuar batendo nisso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Porque realmente os nossos Estados estão à míngua. V. Exª não tem ideia do que é a situação do Rio Grande do Sul...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu imagino.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Que é uma das piores condições.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se o Pará é o menos pior, acho que, sem demérito nenhum ao Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Sul é um dos mais piores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu diria que, hoje, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul disputam a liderança da pior crise.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Hoje, por exemplo, no Rio Grande do Sul, estão todas as escolas públicas paradas, porque os professores não recebem os salários em dia, não têm de onde tirar para pagar o salário do professor. Imagine! Isso é o mínimo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Pará ainda mantém o salário em dia e, se Deus quiser, vai mantê-lo, mas não pode fazer investimento, não tem capacidade de investimento. Na relação dívida/receita corrente líquida – que é permitida até 200% do endividamento em relação à receita corrente líquida –, o Pará tem 17%.

Há um espaço para tomar financiamento em torno de 83% e não consegue acessar financiamento. O Governo, Senador, que estava aí não liberava os financiamentos do Estado do Pará. Temos vários tramitando, alguns até aprovados no Senado e que não foram concluídos. E o Estado do Senador Lasier, o Rio Grande do Sul, lamentavelmente, tem 254%; está acima... O Rio de Janeiro já ultrapassou os 200%.

Nós aprovamos aqui vários financiamentos, ao apagar das luzes do Governo da Presidente Dilma, para os Estados que... Não sou contra financiamento para os Estados, mas é interessante que só se aprovou para Estados que apoiavam a Presidente – Ceará e vários Estados para os quais foram aprovados financiamentos ao final do Governo. Acho que foi seletiva a escolha.

Voltando ao tema do Fustel, que V. Exª está chamando...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim; dos fundos setoriais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... dos fundos setoriais, com toda a propriedade, precisamos aprofundar a análise por parte da Comissão do uso desses fundos.

Por exemplo, fiz, há muitos anos, um projeto para usar o Fust, que é o outro fundo de universalização do sistema de telefonia e que praticamente é quase todo utilizado para superávit primário. E o Senador Mercadante, à época, também fez um projeto praticamente com o mesmo objetivo, para usar os recursos do Fust para banda larga, para ampliar a banda larga. Já que os recursos estão sendo utilizados para superávit primário, que sejam direcionados para levar a banda larga para o Brasil e, em especial, para as regiões mais carentes.

Como V. Exª, aqui, com a sua competência, preside a Comissão de mérito do assunto, quero parabenizá-lo por trazer esse assunto para aprofundarmos o debate sobre a questão do uso do Fustel, do uso do Fust e de outros fundos setoriais, para encontrarmos um meio de ter uma destinação obrigatória.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu estava lembrando aqui, há pouco, Senador Flexa, o levantamento que temos: nos últimos cinco anos, em fundos setoriais, foram R\$21 bilhões arrecadados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E deve ter aplicado 15% disso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não; 13%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, quase que eu acerto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Treze por cento!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Diga que é 14 porque esse número é complicado, está entendendo? Vamos arredondar para 14. (*Risos.*)

Ficamos entre 15 e os seus.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ou baixar para 12, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, vamos baixar para 12. Já que nós não podemos chegar a 45, que é o número...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas o 12 me serve; é o do meu partido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente. Mas é muito baixo para aplicação. É um número importante para o partido, mas ainda baixo para a aplicação. Deveria ser 100% a aplicação.

Mas eu tenho certeza de que esta Comissão, sob a sua Presidência, tem que levar a fundo isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o nosso cavalo de batalha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Temos de levar isso a fundo, porque nós não podemos ficar... O importante é que quem paga essa conta são os usuários, porque esses fundos todos, essas taxas cobradas estão na tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, se elas não são necessárias para o funcionamento das agências, que não fazem o seu trabalho – e o dizem, quando vêm aqui – por falta de estrutura, por falta de recursos, porque não são repassados os recursos dos fundos, então, que eles sejam reduzidos e sejam retirados da tarifa em favor dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas essas perguntas, Senador Flexa e Senador Pedro Chaves, nós já vamos encaminhar na terça-feira que vem. O Ministro Gilberto Kassab estará aqui, na terça-feira que vem, a partir das 8h45min. Vamos questioná-lo: a partir de agora, vai continuar a mesma coisa? As verbas arrecadadas dos fundos vão continuar sendo levadas para outros compromissos que não aqueles a que se destinam?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, peço licença ao senhor para me retirar porque eu vou à Comissão de Meio Ambiente para apresentar uma indicação.

Quero dizer que tive muito prazer de estar aqui com o senhor e com toda a Comissão, mas peço permissão, então, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Na próxima reunião, eu vou lhe fazer uma pergunta, que me passaram aqui, sobre os desafios da universidade onde o senhor era reitor para captação e uso de recursos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu tenho muito a dizer sobre isso. Na próxima semana, estarei com muito prazer.

Com licença então.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bom. Fica nos devendo. Obrigado.

Temos hoje uma pauta tão extensa, já faltam 17 minutos para as 10 horas e ainda não conseguimos compor o quórum. Esse é outro drama que estamos enfrentando – não é, Senador Flexa? Nós precisamos que a nossa Comissão também demonstre interesse pelos dilemas, pelos dramas que nós enfrentamos. Nós não podemos só culpar aqui o Governo, que desvia para outras rubricas as verbas que recebe, sendo que nós, aqui, estamos com um quórum pequeno.

Ainda no nosso boletim que está aí sendo distribuído, temos a recapitulação do que foi decidido aqui terça-feira passada.

As entidades científicas são contrárias à fusão dos Ministérios.

Cresce a demanda por banda larga de bordo na América Latina.

Conferência da Anprotec.

SBPC e ABC enviam carta contra PEC nº 143. As instituições requerem que o Senado considere firmemente a retirada das áreas de saúde, ciência e tecnologia da PEC nº 143.

Enfim, assunto é o que não nos falta para debatermos aqui. O que nos tem faltado é quórum. Precisamos marcar uma reunião da Comissão para verificar aqueles que não podem comparecer, nem que tenhamos que fazer algumas substituições. Nós compreendemos que o fato, Senador Flexa, de haver coincidência de horários com outras comissões nos prejudica. Por outro lado, terça-feira é o dia em que alguns Senadores viajam pela manhã. Por exemplo, o Senador Walter Pinheiro, daqui a pouco, chegará por aqui. A esta hora ele está em trânsito. Não falta nunca às nossas reuniões, porque ele parte de Salvador, na Bahia, no fim da madrugada e chega aqui sempre por volta de 9h30min. Hoje está um pouco atrasado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A Égli me informa aqui que ele já está em fase de despedida. O Senador Walter Pinheiro vai assumir um cargo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vai ser Secretário de Educação na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Secretário Estadual, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Secretário Estadual de Educação, uma grande perda para o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perda para nós da Comissão, porque é um dos mais atuantes – não só aqui, onde é muito atuante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na última semana...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... mas é um estudioso de ciência e tecnologia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu conversei com ele, dizendo a ele que não fosse. Até dizendo que nós não podíamos perder a inteligência e o trabalho dele aqui, no Senado Federal, mas ele justificou, dizendo que precisava prestar um serviço ao seu Estado.

Eu acho que ele tem todo o direito de servir ao Estado da Bahia, como serve aqui, ao Senado Federal, com competência, junto com o Senador Otto e com a Senadora Lídice, na Bancada da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É; nós sempre temos que respeitar as conveniências individuais, mas nunca perdendo de vista que a responsabilidade que temos é muito grande quando recebemos este mandato, porque nós temos uma responsabilidade enorme. Afinal, são milhões – no meu caso, no Estado do Rio Grande do Sul, Senador, eu obtive 2,145 milhões de votos. Ora, só em imaginar essa multidão determinando que eu viesse para cá representar o Rio Grande do Sul, é uma responsabilidade hercúlea, extraordinária, à qual não dá para faltar. Mas cada um vê as suas conveniências, as suas necessidades...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós temos de começar a pensar, Senador Flexa – e vou pedir a V. Ex^a depois, já que o Senador Walter Pinheiro já está saindo da nossa Comissão para atender um compromisso em Salvador –, em um substituto. Assim como nós tivemos um bom reforço com o Senador Pedro Chaves, que foi Reitor por 15 anos de uma universidade de Mato Grosso do Sul, e vai nos ajudar muito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, no Bloco do Governo, temos o Senador Acir Gurgacz, o Senador Ivo Cassol...

O Senador Ivo Cassol já faz parte, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

Eu peço aos Senadores que já estão em seus gabinetes que venham à nossa reunião, para que alcancemos o quórum e possamos darmos início à apreciação da nossa pauta de hoje.

A nossa assessoria já fez contatos, e há vários integrantes da Comissão que já estão em seus gabinetes, no Senado, e poderiam vir aqui para nós podermos dar início à nossa pauta de hoje, que é bastante extensa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

Há quórum para deliberar já?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, não temos ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para deliberar, não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não há ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se houvesse já quórum para deliberar, poderíamos fazer a leitura dos projetos terminativos, deixando para votá-los quando houvesse o quórum presencial. Contudo, não havendo quórum para deliberar, vamos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu vou encarecer a V. Ex^a e aos nossos companheiros que nós convidamos o Ministro. Há uma série de assuntos para abordarmos com o Ministro, na terça-feira que vem, e precisamos de um quórum respeitável, porque o Ministro tem os seus compromissos. Ele me telefonou, na quinta-feira à noite, dizendo que tinha recebido o ofício do convite para vir aqui e que estava muito sobrecarregado, eis que recém-chegado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e perguntando se era possível, em vez de vir hoje, vir no próximo dia 7. Eu concordei, evidentemente. E ele estará aqui, sem falta.

Ele foi muito cordial ao telefone, e nós precisamos ter aqui um quórum que nos represente bem nos questionamentos que pretendemos fazer ao Ministro Gilberto Kassab.

Assim, queremos, desde já, pedir aos colegas que nos acompanham nos gabinetes que colaborem para que haja aqui um bom quórum, porque essa nossa Comissão depende muito do que nós vamos reivindicar – não vou dizer cobrar – ao Ministro Kassab na próxima terça-feira. *(Pausa.)*

Se não houver quórum, nós vamos ter de encerrar mais cedo hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos aguardar. A nossa assessoria está fazendo contatos.

Nós estamos também providenciando audiências itinerantes pelo Brasil, assim como já faz a Comissão da Agricultura, para começarmos a discutir matérias de ciência e tecnologia em alguns Estados.

A nossa assessoria já listou algumas capitais, umas três ou quatro, onde nós pretendemos estar neste ano para discutir os problemas regionais ou tomar conhecimento mais de perto do que algumas capitais e Estados já fazem no ramo da ciência e tecnologia. E, provavelmente, na primeira quinzena de julho, antes do recesso... Se é que haverá recesso, não sei. Há controvérsia com relação ao recesso de julho. Mas, pelo menos até 15 de julho, é certo que não haverá recesso.

Então teremos um primeiro programa itinerante numa sexta-feira, quando temos a disponibilidade da TV Senado, fazendo um debate em matéria de ciência e tecnologia fora de Brasília.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se V. Exª tiver bons temas do Pará, iremos até lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu queria... Porto Alegre deve ser a primeira capital a ser visitada nessas reuniões itinerantes. Creio que é justo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu não sei. Está na lista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, eu queria colocar Belém como uma segunda opção para uma visita desta Comissão, porque é importante, Ministro, discutirmos regionalmente a questão da ciência, tecnologia e inovação nas regiões ainda periféricas. E a Amazônia tem um problema seriíssimo não só na questão das comunicações, em especial da internet, como também na questão das pesquisas.

Já foi dito aqui diversas vezes – e falamos em reunião anterior – que nós temos a maior biodiversidade do Planeta, e os pesquisadores que lá estão são de ONGs de países outros, estão pesquisando e levando...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Falou sobre isso há pouco o ex-Reitor, hoje Senador Pedro Chaves. A biopirataria está invadindo o Pantanal mato-grossense.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se invade o Pantanal, imagine a biodiversidade da Amazônia.

Os princípios ativos descobertos pelos pesquisadores são levados e patenteados lá fora, depois vendidos para o resto do mundo, inclusive para o Brasil.

Eu vou mandar fazer o levantamento atualizado.

Quando tive a honra de presidir a CCT, como já disse a V. Exª, fizemos várias audiências sobre ciência, tecnologia e inovação, demos ênfase à questão das regiões...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sabemos que a sua gestão foi das mais profícuas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A minha equipe tem dito que a sua gestão foi muito boa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A de V. Exª, tenho certeza, vai superar todas as outras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não; ela é iniciante ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas eu vou pedir para atualizarem essas listas, com a relação de pesquisadores, de doutores na Amazônia em relação, já não falo nem ao Sul e ao Sudeste... Ela é discrepante. Eles não têm interesse de ir para a Amazônia, primeiro porque não têm meios para fazer a sua produção científica; depois, por causa do deslocamento. Então deveria haver um incentivo para que houvesse esse interesse de levar ciência e tecnologia para ajudar aquela região.

Sr. Presidente, todas as Comissões são importantes, mas a Comissão que V. Exª preside, do tema “ciência, tecnologia e inovação”, é fundamental para colocar esse país...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... no primeiro mundo, fazendo-nos avançar na velocidade que precisamos. Todos os países asiáticos que há 40 anos, 50 anos eram miseráveis, hoje são países de primeiro mundo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E avançaram com ciência, tecnologia e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente.

Essa pergunta a gente nunca faz: por que mudou o eixo da economia mundial? Não é mais Europa nem tanto Estados Unidos, mas na Ásia agora. É exatamente pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

E a Dr^a Helena Nader disse aqui que, hoje, em primeiro lugar, Coreia do Sul; em segundo lugar, China – e Cingapura também está por perto. Então, é por isso que se desenvolvem. E nós aqui o que estamos fazendo? E na América Latina particularmente?

Temos um papel a desempenhar. O Brasil, como liderança na América Latina... Aliás, liderança que afinal não vem acontecendo, principalmente na economia. Na economia, presentemente, é tão ruim o nosso desempenho, que só a Venezuela está atrás de nós. Imaginem que situação lamentável nós vivemos. Qualquer país da América do Sul está na nossa frente no desenvolvimento econômico – Paraguai, Uruguai, Peru, Chile, todo mundo. E nós, aqui, não estamos dando o devido valor ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que é ponto de partida.

Então, o quanto temos por fazer, Senador, e não podemos esmorecer nessa luta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, com todo o respeito e solidariedade ao povo venezuelano, que merece dias melhores, é complicado a gente comparar o Brasil com a Venezuela – é complicado! O que a gente vem falando da Venezuela há anos – e não é de agora, não, eu diria que há décadas –, e o governo que estava achava que a Venezuela era uma democracia etc. Está se vendo agora que aquilo está a ponto de explodir. E aí nos comparamos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. Está faltando comida na Venezuela. Falta tudo!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Falta tudo. Falta respeito principalmente e democracia. E a gente fica comparando o crescimento do Brasil com o crescimento da Venezuela na situação em que se encontra. É a esse ponto que chegamos nesses treze anos e meio de desgoverno.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso dá bem a ideia do trabalho que se tem para fazer, e não se resolve isso em apenas um ano. Há, repito, muito trabalho pela frente, e continuamos com o ambiente político extremamente conturbado, agravado diariamente pelas gravações.

Então, considerando que não obtivemos quórum na manhã de hoje, damos por encerrada esta reunião, agradecendo muito às assessorias que vieram aqui e às representações da imprensa.

Aguardamos ter um bom quórum, na próxima terça-feira, quando teremos aqui o Ministro da Ciência e Tecnologia Gilberto Kassab, que convidamos e confirmou a sua presença.

Muito obrigado e um bom-dia a todos.

(Iniciada às 8 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.)

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia sete de junho de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Telmário Mota, José Medeiros e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecção, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. O Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Otto Alencar, Dário Berger e Ana Amélia, não membros da Comissão. É anunciada a presença dos Senhores Jailson de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC; Jorge Campagnolo, Coordenador-Geral de Serviços Tecnológicos da Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC; André Borges, Secretário de Telecomunicações; Maximiliano Martinhão, Secretário de Inclusão Digital e Internet do MCTIC; Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão do MCTIC; Arthur Cerqueira, Consultor Jurídico do MCTIC; Hernan Chaimovich, Presidente do CNPq; Alberto Peverati, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação; Luiz Carlos Nunes, Secretário-Executivo do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - Confap; e Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGE. O Senhor Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte:** Audiência Pública destinada a debater o tema “BALANÇOS E PRIORIDADES PARA A NOVA GESTÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES”, atendendo ao Requerimento nº 19/2016-CCT, de autoria do Senhor Senador Lasier Martins. Comparece à audiência, na qualidade de expositor, o Excelentíssimo Senhor Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Finda a apresentação, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Pedro Chaves, Jorge Viana, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, José Medeiros, Hélio José, Valdir Raupp, membros da Comissão, e os Senhores Senadores Otto Alencar, Dário Berger e Ana Amélia, não membros da Comissão. **2ª parte:** Reunião deliberativa. **Item 1: Requerimento nº 22, de 2016-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer “... nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações acerca do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), referentes aos últimos seis anos (2011–2016), destacando que as respostas devem ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais ...”. O requerimento é aprovado. **Item 2: Requerimento nº 23, de 2016-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer “...nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater o tema: A Biotecnologia e o Impacto no Desenvolvimento de uma Nação”. O requerimento é aprovado. **Item 3: Requerimento nº 24, de 2016-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer “...nos termos regimentais, realização de Audiências Públicas, na forma de Ciclos de Debates e Seminários, sobre os grandes desafios da Ciência, Tecnologia e Inovação na superação dos desafios atuais e futuros de desenvolvimento sustentável, com vistas a estabelecer mecanismos de escuta qualificada da sociedade, a se desenvolverem em parceria com instituições acadêmicas, organizações governamentais e entidades de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico em diversas cidades do país, em conformidade com sugestões apresentadas pelos membros da CCT e cronograma a ser definido oportunamente, iniciando-se na cidade de Porto Alegre, no próximo dia 1º de julho, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul”. O requerimento é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 4: Requerimento nº 26, de 2016-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que requer “...em aditamento ao Requerimento RCT nº 21 de 2016, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de Audiência Pública para debater a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, a partir da ótica das Comunicações, a inclusão do seguinte convidado: Representante da ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão”. O requerimento

é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e **Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Declaro aberta a 18ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª legislatura, que se realiza nesta data, 7 de junho de 2016.

Iniciando os trabalhos desta reunião, informo que realizaremos uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 19/2016/CCT, de autoria deste Presidente e aprovada pelo Plenário da CCT, com o objetivo de realizar debate em torno do tema Balanço e Prioridades para a Nova Gestão de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Então, já temos a honra de contar aqui à Mesa com o Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Gilberto Kassab, que, daqui a instantes, irá discorrer sobre o tema e sobre as motivações do nosso convite.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Antes de mais nada, quero fazer um rápido retrospecto sobre o Ministro, que nos honra com a sua vinda. Muita gente já conhece o currículo do Ministro, mas vamos lembrar que Gilberto Kassab é filho do médico Pedro Salomão José Kassab e da professora Yacy Palermo. É economista, engenheiro civil e empresário.

Kassab iniciou sua vida política aos 25 anos, participando do Fórum de Jovens Empreendedores da Associação Comercial de São Paulo. Em 1989, foi eleito vereador. Entre 1997 e 2000, foi Secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, sendo responsável pela elaboração do Plano Diretor da cidade. Para a Câmara dos Deputados foi eleito em duas legislaturas, primeiro de 1999 a 2003 e novamente de 2003 a 2007. Foi presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia Comunicação e Informática, que, durante seu mandato, criou o projeto de inovação tecnológica anunciado junto com a Lei da Informática pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para melhorar a competitividade das empresas no ramo da inovação.

Em 2004, foi eleito vice-prefeito de São Paulo na chapa de José Serra. Em 2006, após a renúncia do prefeito para se candidatar ao Governo do Estado de São Paulo nas eleições de outubro daquele ano, Kassab se tornou prefeito de São Paulo. Nas eleições de 2008, Kassab foi eleito para o novo mandato à frente da prefeitura. A administração de Kassab à frente da prefeitura de São Paulo obteve seus melhores índices de aprovação em 2008, quando atingiu a casa dos 61% de ótimo/bom, segundo pesquisa Datafolha. Em 2014, foi nomeado Ministro da Cidade, e agora, em 2016, foi nomeado Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Nós queremos agora, Ministro Kassab, agradecendo a sua presença, fazer rápidas e nem tão rápidas – esperamos que sejam de 8 a 10 minutos – as nossas considerações, para que sejam bem objetivas e justifiquem o porquê do convite a V. Exª.

Excelentíssimo Ministro, a fusão entre os dois Ministérios preocupou cientistas e também a população brasileira, que veem na ciência importantes soluções para os problemas atuais e futuros e têm expressado uma visão pessimista sobre tal fusão. Queremos resgatar, neste momento, algumas das manifestações apresentadas.

Na audiência realizada há poucos dias, em 24 de maio, convidamos quatro presidentes de instituições representantes da comunidade científica brasileira para falar da visão desse importante seguimento para o País. Espontaneamente estiveram presentes representantes de mais outras 52 instituições de ciência e tecnologia das mais diferentes áreas do conhecimento, além dos milhares de ouvintes da TV Senado que puderam enviar por *e-mail* suas opiniões.

Houve unanimidade entre os convidados quanto ao relevante papel desempenhado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao longo de seus trinta anos de existência, no sentido em que fortaleceu signi-

ficativamente a ciência e a tecnologia produzidas nas instituições de pesquisa, como no aumento do indicador de publicação de artigos do mundo. Saímos de 0,035% para 2,8%, em 2015.

Além disso, com os investimentos na ciência, tecnologia e inovação (CTI), houve importante impacto na economia brasileira nas áreas de agricultura, automação, aviação e ciências espaciais, biocombustíveis – o Brasil está em primeiro lugar nesse setor –, controle biológico de insetos, doenças tropicais e saúde pública, produção de papel e celulose, produtos animais e laticínios. São todas tecnologias produzidas pela ciência brasileira, que não estão cerceadas apenas aos muros das universidades, como anunciou a SBPC.

O MCTI motivou a criação de fundações de amparo à pesquisa e de secretarias de ciência em todos os Estados. Graças a isso, criou-se por todo o País uma rede de financiamento à ciência. O Ministério também coordena mais de 30 institutos nacionais que atuam em áreas indispensáveis e estratégicas.

O MCTI tem um papel histórico e estratégico, como tem a CT&I para qualquer país, assim como para a economia, o papel estratégico do MCTI na organização do sistema nacional de CT&I, a legitimidade do MCTI perante a comunidade científica. E foi o MCTI que deu a posição privilegiada do Brasil perante outros países e economias.

Contudo, Ex^{mo} Ministro Kassab, também foi consenso que a trajetória bem-sucedida até aqui pode estar comprometida com esta fusão. Os processos de análise e avaliação dos dois Ministérios são muito distintos, a aplicação em ciência, tecnologia e inovação permanece abaixo de 1,8%.

A comunidade científica compreende a necessidade de redução de ministérios, contudo, em países avançados, ao contrário, tem aumentado o investimento em ciência, tecnologia e inovação e em comunicação. E, por fim, há receio de que a fusão pode desarticular as políticas de ciência e tecnologia em curso nas universidades públicas. Com o MCTI foi possível capilarizar a ciência em todo o território nacional.

Do lado da população brasileira, não é por acaso que os pesquisadores se destacaram em recente pesquisa do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em 2015. É crescente o índice de confiança da população nos cientistas, 0,89; seguido pelos jornalistas, 0,74; e médicos, 0,70.

Os brasileiros concordam, em sua maioria, com as seguintes afirmações: a pesquisa científica é essencial para a indústria; a CT&I está tornando nossas vidas mais confortáveis; os governantes devem seguir, pelo menos em parte, as orientações dos cientistas; e a CT&I poderá contribuir para a redução das desigualdades sociais no País. Para a maioria, 78%, a principal razão para não haver um desenvolvimento maior em CT&I no País é a insuficiência de recursos. A área prioritária para investimentos, similar ao que ocorre em outros países, deve ser a dos medicamentos e tecnologias médicas. Outras opções predominantes, após estas, são energias alternativas, agricultura e, em proporção menor, mudanças climáticas e exploração dos recursos da Amazônia.

Então, Ex^{mo} Ministro Kassab, não é no mínimo paradoxal a fusão de dois Ministérios da maior relevância para a economia e o desenvolvimento social do País, já que são responsáveis por produzir e levar as mais diferentes tecnologias e conhecimentos das universidades e demais locais de produção até a população? E mais, tratam-se de duas áreas onde é gigantesca:

1) a diversidade de temas que os dois Ministérios abarcam para si: saúde, economia, ciência, tecnologia, inovação, empreendedorismo, tecnologias espaciais, inclusivas, minerais, defesa, meio ambiente, petróleo e gás, educação, radiodifusão, televisão, internet e muito mais;

2) a multiplicidade de agentes envolvidos. Só agências e centros de pesquisas ligados diretamente ao MCTI são mais de 30 unidades, sem considerar os que se agregam com as do extinto Ministério das Comunicações; as centenas de instituições de ciência, tecnologia e inovação; no mínimo umas 200 universidades que fazem pesquisa avançada; cerca de 600 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, que embora vinculados ao MEC, dependem do orçamento do MCTIC para atividades típicas de inovação; 26 fundações estaduais de apoio; centenas de associações e confederações empresarias, só para citar alguns;

3) o contexto de globalização, interatividade e colaboração sistêmicas nas áreas de ciência, tecnologia, inovação e comunicação, os quais dependem imperiosamente de novos modelos de governança, baseados em processos complexos de gestão, acompanhamento e avaliação;

Enfim, Ex^{mo} Ministro Kassab, um sistema robusto e complexo quanto à diversidade de temas, agentes, culturas, valores, processos, legislação, negócios, etc. Diante disso, perguntamos a V. Ex^a, que é o motivo do convite, Ministro Kassab, e o nosso agradecimento pelo atendimento:

1) Tanto a comunidade científica quanto parte da população brasileira estão preocupadas com o destino da pesquisa científica, tecnológica e inovação em relação ao foco e resultados. Que respostas V. Ex^a, na sua área de atribuição, tem para abrandar a crise política e institucional que gerou tanta incerteza e incredulidade quanto à continuidade no ritmo e no foco dos investimentos em pesquisa?

2) A forte crise econômica global requer atitudes rápidas, complexas, e investimentos de maior vulto em ciência, tecnologia, inovação e comunicação; exige foco, prioridade nos investimentos. Como o MCTIC planejou o enfrentamento e a superação da crise para a CT&I e para o complexo setor das comunicações?

3) A fusão anunciada foi justificada com a redução dos custos. Contudo, será que a solução está em compartilhar a mesma equipe para atender ao aumento no volume de frentes de trabalho que se abrem com a fusão dos dois Ministérios? A equipe do MCTIC será ampliada? Haverá redução ou aumento do orçamento anual previsto para os dois Ministérios?

4) Haverá mais cortes de orçamento para as unidades de pesquisa do MCTIC?

5) Apesar de alguns estudos indicarem que no computo geral houve aumento do número de publicações científicas e de patentes, a avaliação de setores estratégicos demonstra que na área da competitividade empresarial e na geração de emprego e renda das famílias, as publicações científicas e patentes ainda são motivos de preocupações para sua pasta. De que forma o MCTIC planeja contornar o grande desafio de converter pesquisas científicas e tecnológicas em maior volume de patentes e inovações, produtos e serviços para solução de problemas da população?

Enfim, Ministro Kassab, foi um pouco longo o nosso relatório, mas procuramos abranger tudo o que temos ouvido. Tivemos aqui uma audiência pública altamente produtiva há poucos dias, com representantes das comunidades científicas. Então, estamos ansiosos para ouvir as considerações de V. Ex^a.

Proponho, num primeiro momento, um espaço – se o Senhor concordar – de 30 minutos para sua exposição, e depois submeteremos à sua presença algumas perguntas dos Senadores.

Bom dia, seja bem-vindo!

O SR. GILBERTO KASSAB – Bom dia, Senador Lasier Martins. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar todos os Senadores desta Comissão e dizer da enorme satisfação de estar aqui com os Senhores para discutir políticas públicas vinculadas à ciência, à tecnologia e inovação, e também comunicações.

Quero saudar os companheiros que nos acompanham aqui nessa audiência pública: o Jailson de Andrade, que é Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do nosso Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, MCTIC.

Saudar aqui o Jorge Campagnolo, substituindo o Dr. Alvaro Prata, que não pôde estar presente, que é o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC; saudar o André Borges, Secretário de Telecomunicações; o Maximiliano Martinhão, Secretário de Inclusão Digital e Internet, do MCTIC; a Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão do MCTIC; o Arthur Cerqueira, Consultor Jurídico; o Hernan Chaimovich, Presidente do CNPq; o Alberto Peverati, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação; o Luiz Carlos Nunes, Secretário-Executivo do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); e Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGE).

Saudar aqui o Senador Otto Alencar, que acaba de chegar, nosso colega de Partido; o Senador Pedro Chaves aqui presente. Aliás, gostaria de desejar ao Senador Pedro Chaves êxito no seu mandato. Que possa trazer, para a vida pública, para o Senado, todo o êxito que teve na iniciativa privada.

Enfim, quero dizer, prezado Senador Presidente desta Comissão, Senador Lasier Martins, que essa é uma oportunidade que temos, num primeiro encontro do MCTIC, nosso, da nossa equipe, com essa importante Comissão.

Quero publicamente já me colocar, assim como a nossa equipe, à disposição para atender a quantos convites forem necessários para estar aqui presente, para contribuir com o debate, para esclarecer dúvidas, para colher ensinamentos, aconselhamentos, porque a parceria do Poder Executivo com o Poder Legislativo é fundamental para o êxito das políticas públicas. Tem sido assim ao longo da minha vida pública, seja como prefeito, seja como deputado aqui nessa Casa Federal, deputado estadual, vereador.

E quero que seja agora, com essa enorme responsabilidade de estar à frente desse novo Ministério, o MCTIC, que é o objetivo principal desse convite formulado por esta Comissão para nossa presença: as razões, as justificativas e os objetivos, daqui pra frente, da implantação de políticas públicas diante dessa nova dimensão do Ministério.

Primeiro, é importante registrar que a redução do número de ministérios, a redução do número de secretarias estaduais dentro dos Estados, de secretarias municipais nos Municípios brasileiros, é uma aspiração de toda a nação brasileira.

Se nós aqui, nesse ambiente ou em qualquer ambiente em que possamos fazer essa pesquisa, pedirmos para se manifestarem aqueles que entendem que é saudável, que é correta a redução do número de ministérios, quase todos, Senador Lasier Martins, vão se manifestar favoravelmente a essa redução.

O Brasil, até há alguns meses, contava com 40 ministérios. Hoje, o Brasil, o Governo brasileiro conta com 23 ministérios. E levantamentos feitos nos principais órgãos de opinião, redes de televisão, emissoras de rádio, jornais, portais, indicam que 80% desses meios de comunicação insistem que deve haver uma redução ainda mais acentuada, diminuindo em dois, três, quatro ministérios.

Por que falo isso? Para registrar o nível de conscientização desse Governo, o Governo interino do Presidente Michel Temer, da importância da ciência, da tecnologia e da inovação. Dos então quase 40 ministérios que tínhamos no governo brasileiro, há alguns meses, temos 23, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi preservado na sua totalidade. Não houve uma única modificação.

Porém, é importante registrar que os ministérios que foram extintos, todos eles precisariam ser transformados em secretarias e precisariam ser incorporados em algum ministério. De nada adiantaria se os então ministérios, hoje secretarias, tivessem uma ligação direta com a Presidência da República, porque o que todos tinham como consenso é que não haveria presidência da república capaz de ter a gestão de um país com uma relação direta com tantos entes.

Resolvido isso, acredito... Mais do que acredito, tenho certeza absoluta de que não existiria melhor parceiro para a ciência, tecnologia e inovação do que as comunicações, primeiro, porque existe...

Bom dia, Senador Jorge Viana. É um prazer estar aqui.

Primeiro, porque as comunicações dependem eminentemente de investimento em tecnologia. Todos nós brasileiros sabemos o que aconteceu com nosso País, nos últimos 30 anos, em termos de transformações no mundo das comunicações. O que era o Brasil, há 30 anos, o que é o Brasil hoje e o que será o Brasil no ano que vem.

Temos aqui um *tablet*. Há 3 ou 4 anos, ninguém imaginava que pudesse existir isso. Assim como os celulares, assim como os avanços da internet, que, num momento adequado, seja hoje ou seja em outra audiência pública, já falei com o Presidente – aliás, estão aqui todos os nossos secretários – estaremos prontos para discutir: as ações, as políticas públicas que iremos desenvolver, dar sequência, e aquelas que serão iniciadas.

Quanto à ciência, tecnologia e inovação, ainda falando sobre essa fusão, também acredito que o peso político do mundo das comunicações, dentro desse ministério, trará um desenvolvimento e um fortalecimento muito grande das políticas públicas.

Aqui na sua manifestação, Sr. Presidente, foram feitas várias considerações e a maior parte das considerações está vinculada à falta de recursos necessários, nos últimos anos ou nas últimas décadas. Concorro com esse documento, aliás, não há brasileiro que discorde dos inúmeros avanços em tecnologia, em ciência e inovação por que passamos, nesses últimos 30 anos, coincidentemente os 30 anos em que também tivemos a existência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Pois bem, a partir de agora, há um consenso quanto à prioridade das prioridades, até porque já conhecemos a excelência dos nossos quadros, dos nossos recursos humanos, das nossas parcerias; mas chegamos em um momento de enfrentamento em que não conseguiremos mais sobreviver ou avançar nas nossas necessidades sem um aumento dos investimentos de recursos públicos em ciência, tecnologia e inovação.

Ao contrário do mundo das comunicações, que agora está abrigado no MCTIC, ciência, tecnologia e inovação dependem muito de recursos públicos. Nas comunicações, os recursos públicos não têm o mesmo peso. Nas comunicações, as parcerias são a grande mola propulsora do desenvolvimento. O capital privado é preponderante.

Então, já respondendo uma das principais preocupações aqui elencadas por esta Comissão, Presidente Lasier, não haverá nenhum prejuízo de questões orçamentárias nessa fusão. Ao contrário, haverá um fortalecimento. É um Ministério, Senador Jorge Viana, com mais peso político; é um Ministério que tem, dentro de si agentes que poderão, sim, trabalhar para que possamos cumprir nossos objetivos de melhorar o desempenho da utilização de recursos públicos na ciência, tecnologia e informação.

Vou falar aqui de um caso recente, usando um exemplo da nossa Presidência da SBPC, indignada aqui com um projeto cujo veto não foi derrubado no Congresso, faltaram dois votos, e imediatamente assumimos um compromisso de o Ministério estar atuando, junto com a SBPC, junto com os Parlamentares, junto com as Comissões, para que possamos encontrar uma saída para recuperar aquela questão.

Pois bem, imediatamente eles já perceberam o peso do apoio das comunicações, não porque foi um *lobby* do Ministério pedir às comunicações que façam isso, senão não será atendido nisso. Jamais se faria isso, até porque, no mundo de hoje, isso não existe. O toma lá, dá cá não funciona, cada vez mais, na vida pública brasileira, e principalmente com grupos de excelência, como nossos parceiros nas comunicações e na ciência, tecnologia e inovação.

Mas, a nossa proximidade com o mundo das comunicações nos deu a oportunidade de rapidamente ter acesso a todos, mostrar o que estava acontecendo, pedir que abrissem espaço para que houvesse as ma-

nifestações, e isso aconteceu, estamos caminhando para encontrar um caminho onde possamos recuperar a não derrubada desse veto.

Eu estou dando um exemplo do que aconteceu há dez dias atrás. Teremos também, na questão maior que é a questão dos recursos, na hora do orçamento, nas manifestações junto ao Ministério do Planejamento, da Fazenda, junto ao Presidente da República, a mesma possibilidade. E isso se aplica não apenas para as políticas públicas de ciências, mas também do então MCTI, como as políticas públicas de comunicações do então Ministério das Comunicações.

Portanto, Senador Lasier, tenho certeza absoluta de que, diante da irreversibilidade dessa aspiração nacional de redução do número de Ministérios, dificilmente um Ministério como o MCTI poderia, diante desse quadro de redução, deixar de abrigar algum parceiro. A área de comunicações foi a principal parceira encontrada. Foi muito positiva essa parceria e nós vamos colher bons frutos. Falo isso com muita humildade. Serei o primeiro a reconhecer, caso comecem a surgir problemas. Eu não sou de esconder problemas debaixo do tapete. A minha vida pública foi de muita verdade, de muita participação em debates e não será diferente não apenas no Ministério, no MCTIC, mas em se tratando do tema da fusão.

Quanto às prioridades, eu aqui, já respondendo uma pergunta, defini uma que é a busca de mais recursos públicos; e esta Comissão vai ter um papel fundamental nisso, porque nós vamos trabalhar juntos. Esta Comissão sob a sua Presidência.

Queria saudar aqui nosso querido Senador Aloysio Nunes, Líder do Governo, querido amigo, é uma pessoa pública muito respeitada com uma história na vida pública que poucos têm.

Mas quero...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Seu ex-secretário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILBERTO KASSAB – Meu conselheiro. Eu quero aqui dizer para todos vocês que posta a questão de recursos, que será a principal prioridade, foco de um trabalho conjunto desta Comissão com o nosso Ministério, vamos atuar no reconhecimento, em primeiro lugar, da excelência dos recursos humanos do nosso País.

Hoje, se há algo que melhorou sensivelmente, fruto da qualidade das nossas universidades e das parcerias das universidades brasileiras com instituições internacionais, foi o avanço da formação dos nossos recursos humanos, inquestionável em qualquer canto do Brasil.

Agora, o que precisamos fazer? Além de continuar contribuindo para formar os bons quadros das nossas ciências em relação a qualquer setor, trazermos essa tecnologia, esse ensinamento, esse aprendizado para as nossas instituições, para que não fiquem vinculadas apenas aos recursos humanos. Aqui no Brasil, nós já temos uma iniciativa que está em andamento com a construção, na Universidade de São Paulo (USP), de uma unidade do Instituto Pasteur.

Pois bem, a construção dessa unidade com uma parceria, que já está estabelecida, vai proporcionar não apenas a continuidade da transferência de conhecimento do famoso Instituto Pasteur para os nossos quadros universitários, profissionais, cientistas, mas a aplicação e enraizamento dentro de uma instituição do Pasteur no Brasil. E que seja assim, a partir de agora.

E nós vamos trabalhar muito para incentivar, junto com os nossos secretários, os nossos institutos aqui, Presidente do CNPq, Hernan.

Nós vamos efetivamente trabalhar para que isso aconteça em todo o Brasil: nas universidades do Norte, do Nordeste, do Sul, para que a gente possa ter esse avanço na ciência do Brasil. Podemos ter equipamentos, padrões avançados que existem em todo mundo, mas aqui no Brasil. Então, essa é outra prioridade, esse é um momento de estarmos aqui discutindo essa questão.

Essas duas questões, ao lado do fortalecimento das parcerias com as instituições que já existem aqui, como o senhor mencionou, que são centenas de parcerias, algumas com muita amplitude, outras com vinculação direta, no caso do CNPq que está aqui, ou vinculação indireta; centenas de convênios com universidades. Todos continuarão tendo a mesma prioridade, o mesmo tratamento, com um Ministério com peso político maior, que nos permitirão efetivamente cumprir os nossos objetivos. Objetivos que serão, ao longo do ano e ao longo da gestão, aperfeiçoados com a contribuição que esta Comissão de Senadores pode dar à nossa gestão.

Então, Senador Lasier Martins, eu, nesta primeira fase, encerro aqui essa abordagem, a seu pedido, para ficar à disposição agora para quaisquer esclarecimentos que o senhor ou os Senadores entendam ser necessários, manifestando também a nossa disposição, em casos específicos, de voltar aqui para discutir o que serão as prioridades, as ações de cada Secretaria, de cada organização vinculada ao nosso Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não. Muito obrigado pelas primeiras considerações, Ministro.

Antes de passar a palavra aos nossos eminentes Pares, uma vez que V. Ex^a tocou na questão das verbas, dos recursos, eu quero tomar a iniciativa de fazer uma pergunta, porque nós propusemos e a Comissão aceitou que dentro da atribuição desta Comissão, nós optássemos neste ano por examinar, avaliar a política pública do Governo com relação à ciência e à tecnologia e inovação, constatando que nos últimos anos tem havido notório descaso do Governo com relação à pesquisa científica e tecnológica. E fomos verificar.

Através de depoimentos já trazidos aqui – inclusive aqui esteve o Ipea, esteve o Tribunal de Contas da União –, nossa equipe fez pesquisas. Sobre os Fundos Setoriais, Ministro. São catorze Fundos Setoriais que tem o Ministério da Ciência e Tecnologia, e vêm arrecadando uma verba considerável, que no entanto não é direcionada para pesquisa tecnológica e científica.

Pela avaliação, pelas informações, pelos dados que colhemos, 87% dessa verba recolhida – e nos últimos cinco anos foi mais ou menos R\$21 bilhões arrecadados daquelas instituições que contribuem com 0,5%, 1% para a pesquisa – têm ido para superávit primário, pagamento das contas do Governo, etc., e não sendo utilizada para a pesquisa, para investigação tecnológica e científica.

V. Ex^a, evidentemente, tem conhecimento disso. O que é possível fazer para que mais verba, que é verba de direito da ciência e tecnologia, seja usada nesse sentido?

O SR. GILBERTO KASSAB – Primeiro, Senador Lasier, a questão dos investimentos nos últimos anos foi uma questão geral que afetou todos os setores da economia brasileira, fruto das circunstâncias difíceis da economia brasileira.

Em relação a esses fundos, já quando eu era Deputado Federal e presidia a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação da Câmara dos Deputados, convivíamos com essa questão. Não apenas os fundos vinculados aos ministérios pertinentes à comissão, mas vários outros vinculados ao Governo brasileiro, direta ou indiretamente, eram retidos para contribuir para formação do superávit. Isso persiste até hoje. É uma questão maior, vinculada à recuperação da nossa economia. É uma discussão – e eu sugiro que esta Comissão faça uma audiência pública, a que eu viria, junto com o Ministro ou o representante do Ministério do Planejamento e da Fazenda – não apenas setorial, mas da nossa economia. É uma questão que precisa ser abordada com muito cuidado, com muita responsabilidade. Sou aliado desta Comissão para que esses fundos possam ser liberados para serem investidos no setor. É evidente, porque esta é a minha missão hoje dentro da gestão pública, como Ministro: fortalecer as ciências, as políticas de inovação e o avanço das comunicações. Porém, esse debate não pode existir sem a participação do Ministério da Fazenda, da economia, para que juntos possamos sensibilizar o Presidente da República, o Presidente Temer, e os seus colaboradores, para que possamos mostrar que, liberando recursos para investimento, nós podemos, sim, fortalecer a nossa economia com crescimento gerando empregos. É uma discussão maior, que não pode existir sem o Planejamento e a Fazenda. Somos parceiros desta Comissão. A qualquer momento que nos convidar para debater essa questão, estaremos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Vamos tratar disso, porque é fundamental para o desenvolvimento dessa área da ciência e tecnologia.

Ministro, nós temos a honra de já receber aqui os Senadores Otto Alencar, Pedro Chaves, Dário Berger, Aloysio Nunes Ferreira e Jorge Viana.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ministro, nosso bom dia. É um prazer recebê-lo na nossa Comissão.

Nosso caríssimo Presidente da Comissão, Lasier, eu sou oriundo de universidade. E uma das grandes preocupações da universidade é realmente recurso para pesquisas. E nós notamos que, na verdade, está se esvaziando isso. Se nós analisarmos o perfil das universidades públicas, a maioria está com déficit muito grande. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul tem um déficit de R\$28 milhões, o que está comprometendo, inclusive, as despesas de custeio.

Eu queria que pudéssemos nos debruçar um pouco, primeiro, para analisar a produtividade do tipo de pesquisa feita na universidade, porque há muita alegação de que muitas pesquisas das universidades federais não levam, realmente, a uma pesquisa tecnológica absorvida pelo mercado e de que é uma pesquisa meramente literária que, realmente, não traz frutos. Então, seria importante se nós pudéssemos aprofundar nisso e alocar mais recursos para as universidades. Eu noto que a Universidade de Mato Grosso gasta praticamente 97% em pessoal. Então, seria importante se pudéssemos fazer um tipo de auditoria nas universidades para analisar que tipo de produto, que tipo de pesquisa está sendo feita na universidade e, no caso, alocar mais recursos para as universidades públicas, porque elas são a principal fonte de pesquisa neste País. E há ilhas de excelência neste País.

Outro dado importante – eu falo pelo Mato Grosso do Sul e pela Região Centro-Oeste. Na verdade, quando se alocam recursos para pesquisa, valorizamos a massa crítica da universidade. E Mato Grosso do Sul, não pode competir, obviamente, com as universidades do eixo Rio-São Paulo-Rio-Grande do Sul-Paraná etc. Seria importante darmos uma prioridade ao Centro-Oeste, para que, mesmo que não sejam pesquisas de excelência, elas possam concorrer de forma segmentada, porque, às vezes, nós concorremos em editais e não temos sucesso, porque USP, Unesp e outras universidades sempre terão possibilidades. Que criemos um fundo para poder beneficiar a Região Centro-Oeste. Quanto menos investimentos, menos pesquisa e menos vamos produzir. E lá temos possibilidades de produzir algo que possa servir de patente para o próprio País.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aqui, na nossa Comissão, é praxe, Ministro, propormos o encaminhamento em bloco das perguntas, mas o Ministro me disse, há pouco, que ele prefere responder individualmente, um a um, dentro de um prazo que nós vamos propor aqui de cinco minutos para pergunta e de cinco minutos para resposta. Então, atendendo à sua preferência, V. Exª tem a palavra para responder ao questionamento do Senador Pedro Chaves.

O SR. GILBERTO KASSAB – Senador, primeiro, é uma alegria para todos nós aqui, no Congresso, e na vida pública contar com o senhor aqui, com a sua experiência.

Pode contar com o nosso apoio para que, em conjunto, possamos examinar e identificar projetos e fórmulas que levem a Região Centro-Oeste a ter oportunidades de participar em condições de igualdade com as universidades de todos os cantos do País, em especial dos grandes centros urbanos, até porque é a melhor forma de que elas possam ter o crescimento e a consolidação necessários para um Brasil cada vez mais igual.

Quanto à avaliação das universidades e à identificação dos seus gargalos, é algo que também faremos em conjunto. Primeiro, é lutar por mais recursos, porque eu acredito que as universidades brasileiras são muito bem administradas na sua essência, na sua média. O problema que temos, realmente, é falta de recursos. Então, é otimizar a gestão, e otimizar a gestão com universidades que adquiriram uma dimensão tão grande só se faz no mundo de hoje com muita transparência. A transparência é a melhor arma de uma eficiência na gestão, porque dá oportunidade para que todos possam acompanhar, avaliar, dar os seus palpites, aperfeiçoar, corrigir equívocos, identificar a melhor maneira de utilizar os recursos. Então, são pilares fundamentais para que possamos atingir o objetivo de levar mais recursos ou de utilizar melhor os recursos nas nossas universidades, associando, evidentemente, aquelas que estão longes dos grandes centros urbanos a políticas públicas, a fundos específicos para que elas possam ser beneficiadas e ter, um dia, a mesma dimensão, a mesma qualidade que têm essas grandes universidades dos grandes centros.

Obrigado pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente Lasier Martins, caro Ministro Kassab, eu fui um dos que estimei esta audiência, junto com os demais colegas.

Eu conversava aqui com o Senador Aloysio, estamos passando um momento gravíssimo no País, e hoje, então, nem se fala. Todos nós que, de alguma maneira temos uma responsabilidade de uma representação que buscamos nas urnas vivemos um desafio que é muito maior do que qualquer debate que a gente possa propor no Senado.

Quer dizer, da semana que nós propusemos esta audiência para cá, a situação política do País se agravou tanto que eu fico me perguntando o que nós hoje estamos fazendo. Nós temos dois Presidentes República no País: uma que veio das urnas está afastada; e outro que se denomina inteirino. E há uma mudança na estrutura do Governo e na estrutura Estado brasileiro.

Ontem mesmo, o Presidente interino, Michel Temer, suspendeu qualquer nomeação das estatais, até que uma nova regulação e regras de escolha possam ser votadas na Câmara. E o País está vivendo uma situação econômica gravíssima e também política. Eu não sei qual é a mais grave, porque ambas têm uma interconexão muito grande.

E a intensão desta audiência, Sr. Ministro Kassab, era debater, a fundo, a importância de uma das áreas que são estratégicas para o nosso País que é a área da ciência e tecnologia. Eu, particularmente, sempre também defendi, junto com outros colegas, que tivéssemos uma mudança nessa estrutura do organograma de Governo. Ele estava muito mais para atender – e eu acho que isso é uma constatação – os arranjos políticos, que são impossíveis de serem atendidos, do que para um desenho adequado para a estrutura de governança do Brasil.

Mas também não posso concordar com que uma açodada alteração, sem uma maior análise, possa ser a solução. Às vezes, agrava-se. Tivemos o caso da cultura, em que se teve que voltar atrás, por conta da manifestação. E, pensando estrategicamente o Brasil, essa área da ciência, tecnologia e inovação é fundamental.

Aqui, conosco está a Alessandra Archer; está ali atrás; eu até a convidei. É filha do ex-Ministro Renato Archer, e está aqui acompanhando. Foi o primeiro Ministro. Foi criado no Governo Tancredo Neves-Sarney o Ministério da Ciência e Tecnologia. Encontrei com ela e falei: olhe, nós vamos estar lá fazendo um debate. E ela está aqui, e eu queria fazer esse registro. Por que isso? Porque foi o primeiro Ministro da Ciência e Tecnologia. O nosso colega Luiz Henrique foi também o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Sr. Ministro, por mais que o senhor tenha dito que é o Ministério da Ciência e Tecnologia e o da Comunicação, na prática, funciona exatamente de forma contrária. O senhor tem noção do que é que esta Comissão faz aqui, no geral, com todo o respeito? Ela aprecia concessão de rádio – é isso que esta Comissão faz. São centenas de relatórios por ano. O senhor vai ficar atendendo gente de todo canto do Brasil que tem concessão de rádio, o ano inteiro, Ministro.

Eu acompanhei o trabalho de V. Ex^a lá no Ministério das Cidades. O senhor foi prefeito. Quantas audiências tivemos? Vi que o senhor estava meio que em casa no Ministério das Cidades, mas, com todo o respeito, mas acho que o senhor não conhece a Casa, com todo o respeito, para qual o senhor está indo.

Eu posso ler para o senhor. Em 2014, sabe quantos relatórios passaram por aqui? Foram 253 para concessão de rádio ou revisão de concessão, mais 18 para arranjo societário. E quer saber? Projeto de lei complementar, um.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Projeto de lei Senado, um.

É isso que é ciência, tecnologia e comunicação neste País. Não podem estar juntos, porque ciência e tecnologia vão ser engolidas por essa gana de todo mundo ter rádio, para poder ganhar um mandato, para poder influenciar os próximos governos. É nisso em que a gente vive.

O lugar em que a gente ganha mais crédito por fazer relatório – e eu estou fora, porque eu não tenho feito nenhum desses – é aqui. Agora, isso aqui refere-se a 2014; também há 2015, e foram 177 relatórios discutidos e aprovados aqui, mais 28 de organização societária, 500. E o Ministério vai, todo dia, atender alguém de uma igreja ou de algum negócio, fazendo concessão de rádio, porque...

E aí eu não estou tirando a culpa dos nossos governos, não. Aliás, esse negócio vem de longe e foi intensificado – foi intensificado! E aí é uma situação gravíssima, porque esse é o negócio, o comércio que é feito no nosso País.

A Senadora Ana Amélia ganhou prestígio e respeito de todos nós, por ter sido uma grande jornalista, uma grande repórter; o Senador Lasier também. Agora, nós estamos misturando ciência e tecnologia com isso, que nos consome como areia movediça. E não há quem ponha um freio nisso. Porque nós deveríamos estar aprovando sabe o que aqui? Cassação de pelo menos umas 2 mil rádios dessas, e a política brasileira melhoraria muito.

Eu só queria concluir, dizendo o seguinte: nós demoramos muitos anos, desde 2014 que o Brasil começou a fazer um movimento enorme, para fazer uma lei da ciência, tecnologia e inovação. Nunca uma lei foi tão bem concebida e construída como a Lei da Ciência, Tecnologia e Inovação. Senador Aloysio, eu estou me referindo ao nosso PLC 77. O Relator na Câmara e um dos construtores foi o Bruno Araújo, que é Ministro das Cidades; o Sibá Machado, que era Líder do PT.

Foi uma coisa suprapartidária. Comunidades científicas se reuniam, no País inteiro. Construiu-se; veio para cá; o Senador Aloysio ajudou, na reta final, em que tivemos que fazer. Nós aprovamos primeiro uma PEC e, depois, fizemos a lei; fizemos a lei de acesso à biodiversidade.

Quando nós terminamos de construir esse arranjo, veio uma história de um veto em oito pontos da lei. E, lamentavelmente, ele não foi derrubado na sessão, apesar de ter recebido 270 votos dos Deputados, só três contra, pela manutenção. E, no Senado, eu falei para o Presidente Renan, foi um desastre naquela madrugada.

Quando eu mesmo estava entrando no plenário, para votar, ele abriu com 41. Nós tivemos 37 votos, e precisávamos de 40; tínhamos 12 Senadores fora. O que eu fiz? Eu rerepresentei agora um projeto lei do Senado, recolocando os oito vetos, e eu não tenho nenhuma dúvida de que nós vamos fazer a lei ficar da maneira como ela foi concebida pela comunidade científica, e pela Câmara, e pelo Senado.

Mas veja bem, na hora em que nós, que o Brasil faz uma das leis mais inovadoras do mundo, quando nós criamos, fizemos uma mudança na Constituição, acordados com a comunidade científica, fizemos o arranjo legal nas duas Casas, construído da maneira adequada, aí vem essa fusão, quando a gente perde completamente o rumo da ciência e tecnologia. O Brasil, até dez anos atrás, representava menos de 1% do que havia de ciência, tecnologia e inovação no mundo. Sem falsa modéstia, o governo do Presidente Lula, com a criação das universidades, com o incentivo que criou, mesmo sem termos uma lei, o Brasil hoje é responsável por mais de 2,5% do que se cria na área de ciência, tecnologia e inovação, no mundo.

Então, os passos estavam sendo dados. E acho que – eu ouvi aqui do Senador Cristovam – se o arranjo fosse outro, e aí é isso que nós queremos propor, eu quero que se possa ter a oportunidade de um debate aqui no Senado, para que a gente trabalhe por fusão de ministério sim, pondo fim a esse mercado que temos no Ministério das Comunicações, mas que preservássemos a Ciência, Tecnologia e a Inovação como uma questão do Estado brasileiro, da sociedade brasileira.

É isso que vai definir se estamos, de fato, no século XXI, ou se estamos caminhando para trás, Ministro Kassab. Então, é esse o ponto que faço.

Eu fui ao Acre neste fim de semana, e o que fiz? Fiz uma reunião com o coletivo da comunidade científica. Mais de cem pesquisadores de universidades, da Embrapa foram lá, fizeram um documento que vou ler hoje no plenário do Senado – não cabe aqui –, fazendo um apelo; um documento muito bem elaborado, não é xingando e nem entrando nessa chicana política para lá e para cá, mas colocando, com muitos fundamentos, a importância estratégica para o País da ciência e tecnologia.

Ontem, por coincidência, foi a primeira vez que nós tivemos, no meu Estado do Acre, a defesa de uma tese de doutorado por uma acriana feita na universidade. Quer dizer, nós estamos começando a conquistar aquilo que estávamos buscando há muito tempo. E, nessa hora, no meio dessa confusão política, estamos colocando em risco o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, colocando em risco o prestígio do Brasil.

Eu fico me perguntando: com essa notícia do fim do Ministério, quantos doutores, quantos cérebros – como disse o Senador Lasier, no discurso último lá no plenário – estão pensando em ir embora do Brasil, estão desmobilizando sua intenção de ajudar este País a seguir em frente e se firmar como uma grande potência no mundo?

É nesse sentido que acho que deveríamos construir algo suprapartidário nessa medida provisória que vai chegar aqui e tentar encontrar uma maneira de não deixarmos dúvida de que o Ministério da Ciência e Tecnologia, de que a política desse setor é estratégica para o País, independentemente de termos Governo interino, de termos *impeachment* ou não.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana, por sua participação e contribuição.

Vou aqui enfatizar, mais uma vez, primeiro, a manifestação quase que unânime do País em relação à redução do número de ministérios. Essa é uma aspiração do povo brasileiro. Se nós fizermos hoje uma pesquisa junto aos meios de comunicação, junto à sociedade brasileira, em relação ao atual quadro de número de ministérios, ainda existe uma aspiração a uma redução maior ainda. Houve muitas críticas de que a redução não tinha sido a necessária, a suficiente. Vale ressaltar que tínhamos 40 ministérios há alguns meses, há um ano e meio no governo brasileiro; hoje temos 23.

A sua preocupação com a ciência e tecnologia é pertinente, é comum a todos nós aqui neste ambiente hoje. E o Ministério da Ciência e Tecnologia, o então, MCTI, Senador Jorge Viana, não foi extinto; ele está inteiramente preservado, porém não há lógica nenhuma. Se os ministérios extintos desde então – vamos citar 20 meses atrás como marco –, se nós transformássemos os então ministérios em secretarias e os vinculássemos à Presidência da República, de nada adiantaria extinguir os ministérios. Eles tinham que estar vinculados a algum ministério. E não existe parceiro melhor – primeiro, vou falar para as comunicações – do que a ciência e tecnologia. As comunicações, Senador Jorge Viana, no Brasil, hoje, são responsáveis por um dos setores que mais transformações tiveram nos últimos 30 anos, com avanços notáveis. As comunicações dependem preponderantemente de tecnologia, de transformação, e a aproximação dessa área de comunicações, embaixo da ciência e tecnologia, vai trazer um proveito para a área de comunicações.

Agora, vamos falar da nossa prioridade, que é a sua, do Senador Aloysio, do Presidente Lasier, do Presidente Temer; foi, no passado, da Presidente Dilma, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Presidente Lula, de todos nós; e que é minha também.

Ciência e tecnologia não sofrerão nenhuma interferência negativa das comunicações por estarem abrigadas dentro do mesmo Ministério, porque senão valeria a mesma lógica para o então Presidente da República, que tinha uma ligação direta com os dois Ministérios, e o senhor poderia alegar que a Presidência da República não dava a atenção que mereciam a ciência e tecnologia, porque tinha que dar também uma atenção à comunicação.

Agora, as relações do Governo do Presidente da República com os ministérios estão mais diretas, mais rápidas e, dentro do Ministério, as ações são separadas. Existirá um apoio mútuo que irá fortalecer a ciência e tecnologia, vai fortalecer as comunicações.

Antes de o senhor chegar, estava dando um primeiro exemplo. Infelizmente, não foi derrubado o veto aqui no Senado – os oito vetos que abalaram muito a comunidade científica. Eu, em reunião com os dirigen-

tes da SPBC, assumimos um compromisso de trazer todo o apoio do Ministério, para que possamos encontrar, o mais rápido possível, o caminho, seja com projeto, seja com medida provisória. Imediatamente, pelo acesso que o Ministério tem – não no toma lá, dá cá – aos meios de comunicação, foi construído um apoio dos meios de comunicação a essa demanda da ciência e tecnologia que dará uma força e uma dimensão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ministro, se senhor me permitir.

O SR. GILBERTO KASSAB – Lógico.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estava conversando com o Senador Aloysio Nunes Ferreira que esse assunto, a derrubada do veto, podemos resolver, porque houve uma votação extraordinária.

Apresentei o projeto – até estou convidando o Senador Aloysio para relatar –, pedimos urgência para andar, daqui do Senado para a Câmara, porque acho que isso recompõe com a comunidade científica, pelo menos do ponto de vista legal, a legislação.

O SR. GILBERTO KASSAB – Quero aqui, Senador Jorge Viana, de público, dar o meu apoio, posso vir aqui discutir. E lhe cumprimentar pela iniciativa. É uma aspiração primordial da comunidade científica.

Tenho conversado, em especial, com a Presidente da SPBC, A Profª Helena, e tantos outros que têm deixado clara essa prioridade. Portanto, pode contar com nosso apoio, é isso que estamos construindo com uma velocidade muito grande.

Para encerrar, Senador Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ainda a respeito da iniciativa incontinente, imediata, do Senador Jorge Viana, depois da derrota que, surpreendentemente, sofreu no Senado – foi aprovado pela Câmara –, se houvesse mais dez minutos, teríamos quórum suficiente para inverter o lamentável e surpreendente resultado que tivemos.

Só temos que resolver um detalhe, Senador Jorge Viana: que é a relatoria. Temos dois Senadores pedindo: o Senador Cristovam informa que pediu primeiro; o Senador Aloysio está interessado. Portanto, temos que decidir.

Mas, com o apoio do Ministro, vamos fazer andar ligeiro, rápido, para retornar essa lei.

O SR. GILBERTO KASSAB – Até porque, Presidente Lasier, Senador Aloysio, Senador Jorge Viana, tem legitimidade esse projeto. Por conta do cansaço dos Senadores, o Presidente do Senado acabou deixando de ficar mais dois, três minutos, porque iria ter o número.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eram 2h30 da madrugada naquele momento, portanto, já havia uma carência de quórum.

Só queria observar um detalhe aqui. Foi excelente a explanação do Senador Jorge Viana. Agora, nós estamos procurando, desde que assumimos, inverter essa prioridade, que antes era do licenciamento de rádios que tomava um tempo extraordinário. Nós estamos colocando em primeiro lugar a discussão, o estímulo à pesquisa científica e tecnológica. Então, estamos dando prioridade a esse setor.

E com relação ao licenciamento de rádio, os nossos Senadores, já observando inclusive pedido da Consultoria do Senado, para que sejamos mais rigorosos, porque vários processos de licenciamento de rádio têm caído no sobrestamento, têm ido para diligências, porque realmente havia muita facilidade algum tempo atrás para liberação de rádios, e não se devia fazer isso.

Bom, V. Exª ia concluir.

O SR. GILBERTO KASSAB – Só para concluir, Senador Jorge Viana, parabéns pela iniciativa. E quero cumprimentar Alexandra Archer, filha do nosso saudoso...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só pedir a gentileza de que ela se levante, para que todos a reconheçam aqui no plenário.

O SR. GILBERTO KASSAB – Prazer tê-la aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigada pela presença.

O SR. GILBERTO KASSAB – Todos nós somos admiradores do trabalho no nosso saudoso Renato Archer. Quero aqui dizer que está conosco a Secretária de Radiodifusão, Drª Vanda Nogueira, que assume aquela Secretaria. A escolha foi muito debatida com as comunidades. Eu não a conhecia, estou muito tranquilo. Uma técnica respeitadíssima que está lá com autonomia, a Drª Vanda Nogueira, aqui atrás, a Secretária de Radiodifusão. Aquela senhora bonita ali, loira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Poderia levantar, por gentileza? Obrigado.

O SR. GILBERTO KASSAB – Ela é a nova Secretária, com experiência reconhecida. Trabalhou já no setor público, setor privado, uma pessoa com a idoneidade à toda prova. Está lá com a missão de dar celeridade, transparência e desburocratizar aquela Secretaria para que possamos ter agilidade e não acontecer o que tem acontecido aqui, seja no Ministério ou aqui nesta Comissão e em outras da Casa, onde o debate fica circunscrito à questão de homologação e aprovação de rádios.

Quero, então, registrar o apoio ao projeto do nosso Senador Jorge Viana e dizer ao nosso Líder, Senador Aloysio Nunes, que eu estou à disposição quando entender que a minha presença seja importante aqui para essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Já temos também as presenças da Senadora Ana Amélia, do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Cristovam Buarque.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, meus caros colegas, em primeiro lugar, quero dizer que tenho uma enorme alegria de estar aqui participando desta audiência pública com o Ministro Gilberto Kassab, que, a par de ser um velho amigo, é uma pessoa com quem já trabalhei, tive ocasião de colaborar com ele na Prefeitura de São Paulo como seu Secretário. Conheço a sua extraordinária capacidade política.

Kassab foi vereador, foi deputado estadual, Deputado Federal, prefeito de São Paulo, reeleito brilhantemente Prefeito de São Paulo, Ministro no governo anterior e Ministro, creio que a partir de uma bela escolha, do atual Governo.

Gilberto Kassab tem uma formação invejável, a par de sua experiência política. Ele se formou em duas das melhores faculdades do Brasil: a Escola Politécnica na Universidade de São Paulo e a Escola de Economia da Universidade de São Paulo. Portanto, é alguém que tem também uma formação muito sólida em áreas afins daquela que ele hoje foi chamado para dirigir.

Eu quero dizer também que vejo, com muita emoção, a filha do Ministro Renato Archer aqui na nossa galeria. E me permita lembrar do Ministro antes de ele ser Ministro. Conheci Renato Archer na organização do primeiro grande movimento unitário contra o regime autoritário que se instalou no Brasil, o chamado movimento da criação de uma frente, uma frente ampla e composta por João Goulart, por Lacerda, por Juscelino Kubitschek. E quem costurou essa aliança foi Renato Archer.

Eu era mocinho ainda, com os meus 20 anos de idade. Fui encarregado de levar a organização da Frente Ampla para São Paulo, e aí conheci Renato Archer. E foi, graças a ele, a sua amizade, que conseguiu meios de subsistência no meu primeiro ano de exílio na França. Foi Renato Archer que obteve para mim uma bolsa que me permitiu sobreviver, durante o primeiro ano, antes que eu tivesse ocasião, então, de arrumar emprego no país em que vivi durante 11 anos. Portanto, a presença de Renato Archer, a memória de Renato Archer sempre me é muito grata. E falávamos frequentemente sobre Renato Archer com o nosso querido e saudoso amigo Luiz Henrique, que foi também um grande amigo de Renato Archer.

Mas eu queria voltar ao tema da sinergia que deve existir entre ciência, tecnologia, comunicação e inovação, porque eu não quero discutir agora a decisão sobre fusão de Ministérios, ou separação de Ministérios. Eu quero buscar a sinergia entre esses setores. Isso que me parece mais vital e mais importante.

E a nossa história recente mostra isso. A mudança do marco legal, inclusive, constitucional, de todo o arcabouço das comunicações no Brasil, das telecomunicações no Brasil, foi a senha para uma enorme expansão, uma enorme onda de inovações em todos os campos, a partir da tecnologia digital. Então, eu penso que esta Comissão, porque, aliás, esta Comissão tem como tema ciência, tecnologia, inovação e comunicações... No Senado, esses temas são tratados conjuntamente. E é, por isso, que devemos buscar, independentemente de decisões administrativas de junção e fusão, a sinergia que deve existir e que existiu no Brasil,...

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – existe em todos os países do mundo, entre estas áreas: comunicação, ciência, tecnologia e inovação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Comunicação é rádio e TV.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Comunicação é rádio e TV, diz o nosso e o meu querido colega Jorge Viana, com quem... Vejam, eu tenho com Jorge Viana uma relação de proximidade pessoal, que inegavelmente me dá muito prazer e alegria. Mas nós somos capazes, apesar de, às vezes, nós nos empenharmos em debates até acirrados, somos capazes de tratar desse tema de uma maneira a deixar de lado as nossas áreas de diferenças partidárias, trabalhando juntos. E tenho experiência desse mesmo tipo de relacionamento com o Senador Otto Alencar, aqui presente, e com outros colegas nossos. Esse é um tema que nos envolve a todos, porque não estamos tratando do presente, este presente tão conturbado, mas do futuro.

Agora, o problema é que a Constituição brasileira, que é uma Constituição tão detalhista, que abrigou até a Justiça Desportiva...

Há Justiça Desportiva na Constituição brasileira, que determina que esses atos administrativos tinham que ser referendados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República. É uma coisa, realmente... Eu penso que precisamos que encontrar outra forma de tratamento desse problema.

A nossa Consultoria, Ministro, nesta área, tem sido bastante rigorosa. As informações, os relatórios que nos preparam são fidedignos. Saúdo o esforço e a iniciativa de V. Ex^a no sentido de aprimorar o controle e a transparência desse processo no Ministério. Quero dizer também que não vi, não tenho constatado, nesses últimos anos, nada que possa levar à suposição de que tenha havido vieses nessas concessões recentes. O fato é que existe uma norma constitucional. Então, vamos encontrar outra forma de tratar esse problema, porque realmente é frustrante.

Agora, tem razão o Senador Lasier. Já desde o tempo em que o Senador Cristovam foi Presidente da nossa Comissão, e agora, com o Senador Lasier, na verdade esses atos de concessão, aprovação de...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – ...Dois anos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas não nos tomam tempo. Nós encontramos uma forma de tratar isso de maneira muito ágil aqui, sem debate. Eu nunca vi um debate sobre esse assunto. É simplesmente uma chancela que é aposta a esses expedientes a partir já de uma análise anterior feita na Câmara, no Ministério e na nossa Consultoria. Isso não nos toma muito tempo. É uma bobagem, na verdade. Às vezes sim, aparecem problemas que são detectados e é preciso corrigi-los. Mas não é isso que nos toma o tempo.

O que eu quero ressaltar é que cada vez mais este tema da ciência, tecnologia e inovação tem sendo tratado pelo Senado como coisa grande, como coisa importante. As iniciativas legislativas a que se referiu o Senador Viana são exemplos disso. Não há dúvida nenhuma de que a proposição apresentada por ele, que visa corrigir esse desacerto, será aprovada. Nós vamos aprovar, vamos propor um regime de urgência, e eu não tenho dúvida nenhuma de que, politicamente, a questão está resolvida. O Senado, na reunião do Congresso, já mostrou que está caminhando para uma unanimidade em torno dessa matéria.

De tal maneira que, dada a urgência, esse projeto poderá ser relatado no Senado, seguramente por quem o Presidente, Senador Renan, escolher. Se escolher Cristovam Buarque, está muito bem escolhido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como o Senador Aloysio fez considerações, não quis fazer perguntas, eu só queria observar o seguinte, Ministro: nós estamos tendo hoje, aqui, felizmente, uma das audiências públicas mais concorridas da nossa Comissão, o que revela a profunda preocupação que todos nós temos com os destinos da ciência e da tecnologia. A área, como foi dito e redito aqui, é estratégica para o futuro do Brasil.

Estamos tendo aqui, pelo que já identifiquei, representações da comunidade científica, que estão de volta. Então, estamos aqui muito atentos as suas respostas e seguros de que V. Ex^a sairá daqui hoje convicto de que é preciso melhorar muito a área da ciência e da tecnologia.

Eu passo a palavra ao nosso assíduo companheiro nesta Comissão, Senador Flexa Ribeiro, para a sua pergunta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier Martins; Ministro e amigo Gilberto Kassab, é uma alegria tê-lo aqui nessa audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Senadora Ana Amélia; Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como o Senador Lasier, com a sua competência à frente da CCT, já tive também, Ministro Kassab, a honra de presidir esta Comissão. Naquela ocasião, já se vão quatro anos, da mesma forma que o Senador Lasier, também inverte a pauta no sentido de trazer como tema prioritário ciência, tecnologia e inovação.

Enfoquei, prioritariamente, na desigualdade entre ciência, tecnologia e inovação nas regiões periféricas, em especial na Amazônia, em relação às regiões desenvolvidas. Fizemos aqui vários debates a respeito do assunto, Senador Aloysio Nunes.

O número de pesquisadores, de doutores, de mestres na Região Amazônica, em relação às regiões desenvolvidas, é algo que nos deixa preocupados, por quê? Porque a Amazônia é dita, no âmbito mundial, como a maior biodiversidade do Planeta. Então, nós brasileiros sabemos que existem pesquisadores na floresta, encobertos por ONGs internacionais, que fazem as pesquisas, levam os produtos ativos para fora e de lá remetem. O Brasil compra aquilo que foi – vou colocar entre aspas – “pirateado” em termos de biodiversidade.

Eu não vejo por parte do Governo brasileiro, Ministro Gilberto Kassab, até então, vontade de fazer com que realmente na Amazônia se desenvolvam efetivamente essas questões de ciência, tecnologia e inovação. Temos órgãos de excelência na Amazônia. Só no meu Estado temos dois: o Instituto Evandro Chagas e o Museu Emílio Goeldi. Inclusive, o Instituto Evandro Chagas hoje é responsável pelo desenvolvimento da vacina contra zika vírus. Um pesquisador do Evandro Chagas representa o Brasil nos Estados Unidos, onde está sendo desenvolvida a vacina.

No Amazonas tem o INPA, outro instituto de excelência...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Permita-me. Nós da Comissão, Senador Flexa, vamos aceitar a sua proposta dentro do projeto de debates itinerantes da nossa Comissão, e ir a Belém do Pará, exatamente para que sejam mostrados esses institutos, esses avanços tecnológicos para o Brasil inteiro, através da TV Senado.

Estaremos iniciando esse projeto já no próximo dia 1º de julho, com um debate ao vivo pela TV Senado e com o apoio da TV Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Será dia 1º, à tarde, uma sexta-feira, das duas às quatro. E, depois, pretendemos ir ao seu Estado, Belém do Pará, fazer a transmissão de Belém. Depois, está no nosso projeto também, São José dos Campos, um dos centros tecnológicos mais avançados do Brasil. Então, Ministro Kassab, a nossa Comissão quer agilizar essa discussão, quer mostrar o que o Brasil tem, o que os nossos Estados querem e onde não estão satisfeitos.

De modo que, após cada programa, se V. Exª puder até acompanhar, pretendemos encaminhar relatórios para que tenhamos finalmente um avanço na pesquisa tecnológica, tenhamos apoios, possamos mostrar o que o Brasil tem. Hoje, na produção científica, há um atraso muito grande. Foi por isso que convidamos V. Exª para vir aqui, hoje, para ouvir a preocupação que temos, e que o Brasil tem, porque esse é o nosso futuro. Estamos tendo aqui, inclusive, um quórum muito satisfatório, o que nem sempre acontece com relação à presença dos Senadores que compõem a nossa Comissão.

Então, feita esta interrupção, deixo-lhe a palavra para pergunta, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente Lasier.

Quero agradecer a V. Exª por ter acatado a sugestão que fiz na reunião anterior, quando disse que era mais do que justo iniciar pelo seu Estado, em Porto Alegre, que Pará fosse em seguida. Então, fico satisfeito e vamos ter, com certeza absoluta, uma audiência bastante produtiva na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos começar por Porto Alegre, Senador, porque conhecemos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Até porque a Senadora Ana Amélia já está fazendo o nó aberto de positivo para ser Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso é praxe de quem vem da comunicação procurar transmitir o máximo possível. A Senadora Ana Amélia já desenvolve esse projeto há bastante tempo na Comissão que preside, a Comissão de Agricultura, já tendo realizado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sou testemunha da competência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ...transmissões de vários Estados. Vamos fazer isso, também, com a Ciência e Tecnologia. E vamos começar por Porto Alegre porque conhecemos lá os vários setores desenvolvidos, temos parques tecnológicos de muita qualidade. Então, vamos começar por onde temos ambiente para ir nos adaptando e, depois, avançar pelo Brasil.

Mas faça a sua pergunta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, inclusive, já prestigiou o Pará, fizemos audiência da Comissão de Agricultura sobre a cacauicultura. Senadora Lídice, hoje, a Bahia é a maior produtora, mas, daqui a pouco, o Pará será o maior, ficamos nessa disputa sadia, porque é a favor do Brasil.

Ministro Kassab, só um número aqui, tenho certeza de que V. Exª tem conhecimento. Temos quatro mil doutores na Amazônia, num total, em relação ao resto do País, de 70 mil, ou seja, temos 7% dos doutores na Amazônia. Então, eu pediria a V. Exª que fosse o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia para o Brasil no desenvolvimento da biodiversidade, porque é um programa específico o desenvolvimento dessa pesquisa na nossa região, porque os pesquisadores...

Eu quero lhe dar um testemunho pessoal. Meu filho, que é médico, formado em Medicina em Belém, ficou 13 anos em São Paulo completando sua formação, residência, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado. E, assim como, para sacerdócio, tem que ter vocação, para pesquisador, é a mesma coisa. Se nasceu para ser pesquisador, é como sacerdócio. A vocação dele é para pesquisa, e ele não queria voltar para Belém. Eu disse: "Não, você tem que voltar para o Pará. Se todo paraense que fosse se preparar fora de lá não voltar para o Estado, nós não vamos desenvolver o Estado". Eu lhe digo aqui, na TV Senado, que hoje estou arrependido, porque hoje ele não tem condições de desenvolver pesquisa no Pará, na Amazônia. Não há meios para isso.

Eu pediria a V. Exª que pudesse fazer, na sua gestão à frente do Ministério, um programa especial para que pudéssemos dar algum diferencial para que aqueles doutores que estão no sul possam querer vir para a Amazônia. Ninguém vai sair de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina para ir morar na Amazônia, em especial no interior, para poder fazer pesquisa. Então, este é o primeiro pedido que faço: que V. Exª considere isso e marque a sua passagem pelo Ministério olhando a Amazônia.

Há outro pedido que quero fazer a V. Ex^a, não é uma pergunta, eu estou aqui pedindo a V. Ex^a. É o quinto Ministro de Ciência e Tecnologia a quem eu faço este pedido. A Universidade Federal do Pará tem já hoje um curso de Física. Nós temos um problema muito sério. São coisas que acontecem no Brasil. Nós legislamos aqui como se o Brasil fosse uniforme, e, então, o que vale para São Paulo vale para o Acre, para o Pará. Então, para poder cadastrar o serviço de radioterapia no Ministério da Saúde para poder ter o retorno dos recursos de média e alta complexidade da saúde, o Estado tem que ter dois físicos nucleares por unidade de radioterapia. O Pará só tem um físico nuclear. Então, não há como. E há cinco, seis serviços nos Estados em regiões diferentes, não há como cadastrar aqui, porque a legislação é a mesma. Aí o que acontece? O Estado, já enfraquecido, tem que bancar com recursos do Tesouro aquilo que teria que ser bancado pela União, por ser atendimento de média e alta complexidade. O CBPF é um órgão de ponta na área de Física, e dois Presidentes do CBPF já estiveram aqui para que se comece com o núcleo do CBPF na Universidade Federal do Pará para formar físicos nucleares lá e outros de outra graduação, em doutorado em Física, que já tem.

A Universidade Federal do Pará já disponibilizou o terreno, mais do que isso, para que comece a instalação do centro lá no Pará; já disponibilizou uma área para que se faça isso. O que o Governo Federal tem que fazer, através do Ministério e do CBPF, é só deslocar me parece que dois pesquisadores ou dois técnicos para poder começar a funcionar *pari passu*.

A vontade... Os Ministros que vieram aqui disseram que era possível e que iriam fazer. O diretor ou o presidente do CBPF também está à disposição para fazer e nós não conseguimos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São essas duas perguntas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Se vão a cinco anos. Então, eu pediria o apoio de V. Ex^a, vou marcar uma audiência com V. Ex^a, vou trazer os dados da universidade, com o reitor, com os pesquisadores, para que a gente possa no Ministério discutir de que forma a gente pode tornar isso realidade na gestão de V. Ex^a, no Ministério de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes de responder, o Ministro Kassab se comprometeu a ficar conosco até às 11h, 2h15 de permanência conosco. Ele chegou 8h45, então, como temos 45 minutos ainda até às 11h e temos vários Senadores inscritos, eu vou encarecer, inclusive, também pedindo inscrição do Senador José Medeiros...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu fui o primeiro Senador a me inscrever, V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, perdão, eu... É que tem uma praxe aqui de que têm prioridade os integrantes da Comissão. Claro, recebemos V. Ex^a com o maior prazer e está inscrito aqui.

Se os colegas permitirem, eu passaria a V. Ex^a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Todos concordam. Então, V. Ex^a será o seguinte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Com honras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com honras.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Clarinadas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu confesso que senti constrangimento, porque vi, V. Ex^a foi o primeiro a chegar junto com o Senador Pedro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mesmo porque, me permite, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Otto estaria presidindo hoje a outra Comissão e fez questão de vir aqui para prestigiar a visita...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Não, e temos uma admiração muito grande, respeito pelo Senador Otto Alencar.

Então, só pedir a gentileza de que as perguntas não passem de cinco minutos, porque aí é possível todos perguntarem e o Ministro responder. Então, antes o Sr. Ministro Kassab vai responder ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. GILBERTO KASSAB – Senador Flexa Ribeiro, obrigado pelas suas considerações em relação ao apoio para que possamos criar essa referência na Amazônia para sua biodiversidade. Fica aqui o compromisso. Vamos criar um grupo de trabalho para que a gente possa, efetivamente, avançar nisso.

Está aqui o Prof. Jailson, que é o nosso Secretário de Políticas para Pesquisa. Eu pediria que o Prof. Jailson já tivesse uma reunião preliminar com o Senador Flexa Ribeiro; assim que essa reunião tiver acontecido,

já marcar com o Chefe de Gabinete, o Warley, para a semana que vem a gente ter uma reunião de trabalho os três. Está o.k.?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, com muita honra e esperando que V. Exª compareça a todas as nossas reuniões que abrigará sempre, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu não tenho comparecido porque as reuniões coincidem com a Comissão que eu presido, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Mas hoje vim aqui em deferência ao meu prezado amigo, Ministro Gilberto Kassab.

Nós nos conhecemos desde 1989. Fomos fundadores na época e apoiadores da candidatura do Afif Domingos à Presidência da República, eu fui o único político da Bahia que apoiou o Afif e, desde esse tempo, eu tenho uma relação muito próxima tanto com ele como com o Kassab, e admiro muito o trabalho dele como Deputado Federal, como Prefeito e também como executivo.

Eu tenho absoluta certeza de que ele vai fazer um bom trabalho à frente do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e eu concordo plenamente com a reforma feita pelo atual Presidente interino Michel Temer, com a redução dos Ministérios. Eu trabalhei com o Governador Antonio Carlos Magalhães, no Estado da Bahia, que recebeu o governo com 26 secretarias e reduziu para 11, e foi avaliado como um dos melhores governadores da época.

O que interessa, na minha opinião, é que o Ministro tenha a condição de despachar com o Presidente ou um secretário despachar com o governador. Com 40 ministérios, absolutamente, não há a menor condição para que isso possa acontecer, até porque o ordenamento das políticas públicas deve ser ou pelo governador, ou pelo Presidente da República, com o ministro atendendo as suas determinações. Então, acho isso muito importante e o apoiarei. Eu sou daqueles que votei contra a admissibilidade. Não estou fazendo aqui nada, absolutamente, com interesse pessoal.

Eu queria falar para o Senador Jorge Viana que eu concordo, plenamente, Senador Jorge, com o seu Projeto nº 226, de 2016, para restabelecer o que foi vetado, à época, pela Presidente Dilma, e o Congresso não teve a capacidade de derrubar o veto. Concordo plenamente. Serei um apoiador do projeto de V. Exª, que, julgo, deve tramitar em regime de urgência aqui no Senado Federal.

Mas eu gostaria, Ministro Gilberto Kassab, de fazer um apelo a V. Exª – e esse apelo não é um apelo meu, talvez não seja de todos os Senadores, mas da população em geral –: na Presidência da minha Comissão, eu apresentei um requerimento para que o Tribunal de Contas da União – julguei que poderia ser o Tribunal de Contas da União – pudesse fazer uma auditoria nas prestadoras de serviços de telefonia móvel, em todas elas (Vivo, TIM, Oi, Claro), em todas elas. Foi até subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro. Isso foi em março de 2015, e um outro em abril de 2015. O Tribunal de Contas da União remeteu isso para a Anatel, que, pelo meu conhecimento, até hoje não fez essa auditoria.

No meu Estado, os serviços prestados por essas empresas de telefone, inclusive TV por assinatura, banda larga, são de péssima qualidade, mas de uma qualidade em que todos os consumidores – e aqueles que eu conheço, as rádios, televisão –, a toda hora, clamam por uma fiscalização. Eu tenho absoluta certeza de que a Anatel não tem feito essa auditoria ou não fez essa auditoria ainda, e o TCU me mandou um ofício, logo em seguida, para Anatel fiscalizar. O que eu pergunto a V. Exª é: V. Exª é a favor...

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...de as Agências Federais continuarem fiscalizando os 26 Estados e o Distrito Federal? Porque, a meu juízo, não tem a menor condição de fiscalizar.

Não quero aqui fazer nenhum julgamento, mas toda hora se vê uma agência federal pipocando com escândalos, e os gabinetes, na maioria das vezes, ao contrário de fiscalizar, são centros de traficância.

Então, eu quero perguntar se V. Exª é a favor que se descentralize para os Estados essa fiscalização? Ou seja, que se aproxime do consumidor a agência que vai fiscalizar e não ficar aqui em Brasília para se fiscalizar na Bahia, no Amazonas, no Pará, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul. E não fiscaliza absolutamente nada, até porque, dentro desses conselhos, há conselheiros egressos dessas companhias que prestam esses serviços, que, na minha opinião, é uma coisa que deve ser eliminada completamente.

Por isso apresentei projeto para que se fizesse uma quarentena daqueles que participam ou participaram dessas empresas para participarem do Conselho da Anatel e de outras agências também. Esse é o grande problema.

Eu acho que V. Ex^a tem uma grande missão: agir em favor do consumidor que é penalizado, permanentemente, por maus serviços e pela falta de fiscalização, controle e auditoria da Anatel.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senador Otto.

A fiscalização precisa ser feita, quem quer que faça precisa fazer bem feito. Em um País como o Brasil, com a dimensão que tem e com a importância que têm as operadoras e os serviços por elas prestados, se não houver a descentralização, o serviço sempre vai pecar pela qualidade.

Portanto, defendo, sim, que haja uma maior eficiência. E aqui não vou atirar pedra sobre o passado, porque as comunicações no Brasil têm passado por uma transformação tão grande, avanços tão notáveis, que tudo faz parte do aperfeiçoamento das políticas públicas para investimento, e de fiscalização, mas é evidente que a descentralização é saudável e costuma ser mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, tenho a honra de passar agora a palavra para o nosso Senador Cristovam Buarque que, até há poucos meses, era o proficiente Presidente desta Comissão.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu não tenho a menor dúvida de que, se nós estivéssemos em guerra com algum país, o ministro mais importante seria o da defesa. Mas, se estamos na guerra para construir o futuro do País, o Ministério mais importante é o da Ciência, Tecnologia e Inovação. Aí alguém diz: e sua mania por educação? Educação é a base disso, mas é aqui que se constrói o futuro, porque o futuro está no captar o conhecimento, está na inovação, e nós somos muito pobres.

Por isso, em primeiro lugar, essa é a ideia forte nossa, e que o Senador Jorge levantou, da importância de ter um ministro comprometido exclusivamente com essa área, para que ele se dedique ao máximo; mas é possível ter dois focos, depende aí da capacidade – e nós políticos até temos, em parte, essa condição.

No entanto, dizia há pouco a uma jornalista que perguntava o porquê disso. Eu disse: Porque vocês, jornalistas, são muito mais fortes do que os cientistas. O ministro, na hora de priorizar uma agenda, vai priorizar para o presidente da Globo e não para o reitor da UnB.

Então, é nesse sentido que um Ministério específico, acho, traria uma força, ainda que eu defenda, há muito tempo, que esse Ministério específico reúna o ensino superior, como é em muitos lugares, como é em São Paulo, como é no Paraná, como é em muitos Estados onde há universidades estaduais; além do que, teriam vantagens de deixar o Ministro da Educação se preocupar, pela primeira vez no Brasil, de fato com a educação de base, porque tendemos – fui ministro por um ano e vi – a dizer que isso é uma questão do prefeito, isso é uma questão do governo. Seria um Ministério da Educação de base. E os Senhores seriam o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação em ensino superior. Mas está reunido e realmente atende a uma reivindicação popular que é a redução de ministérios e que, de fato, é preciso ter.

Então, lhe faço as perguntas como Ministro que é da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Primeira coisa que quero falar é que, aqui no Senado, fizemos um pequeno documento, que vou lhe dar cópia, de como construir um sistema nacional do conhecimento e da inovação – não temos ainda esse sistema – que reúna a educação de base com o ensino superior, com os institutos de pesquisa, com os empresários – sem eles não há inovação. A universidade fica só com a cabeça, sem os braços; então, por isso a criação de um sistema.

É nesse sentido que minha primeira pergunta é se há uma estratégia do Ministério para reverter o quadro, e que nossos cientistas e tecnólogos estão, quase todos, no setor público das universidades e dos institutos. E as empresas não entram nisso. Como a gente reverte a cabeça dos nossos empresários, claro, com vantagens, porque eles estão aí para terem sucesso nos negócios? Como se atrai os empresários? E aí coloco dentro dessa pergunta: como se coloca o BNDES como um agente da promoção da ciência, tecnologia e inovação dos empresários? Não estou falando do BNDES financiar as empresas estatais, porque essas têm outras fontes.

O outro é uma ideia que lancei, que chegou até a Câmara mas está com dificuldade, que foi uma ideia do grande cientista brasileiro Marcelo Gleiser, que é um dos maiores cosmólogos do mundo e que aqui, numa palestra, ouvi-o dizer como é possível que nossos mestrandos e doutorandos terminem seus cursos, voltem e não ponham o pé numa escola pública? Como se fosse uma palestra. Até para que nossas crianças saibam como é um cientista, porque eles sabem como é o artista, como é o jogador de futebol, mas com cientista eles nunca têm contato, nunca beliscaram um cientista.

Então, o projeto está na Câmara. Queria pedir seu apoio para que o aprovemos, para que, ao voltar do Mestrado ou Doutorado, o cientista faça duas palestras que sejam em escolas públicas ou particulares até, desde que seja para a educação de base. E, quem sabe o próprio Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações possa ajudar nisso.

Aliás, quero dizer que, num encontro que tive com o Presidente Temer, toquei no assunto da junção e ele me disse: Mas, não juntamos, não colocamos ciência e tecnologia nas comunicações, colocamos comunicações na ciência e tecnologia. Ele fez questão de fazer essa ressalva.

O outro assunto é o fato de que – já falei – o BNDES seja um instrumento efetivo de apoiar as empresas que geram inovação.

Só para concluir, Sr. Presidente, a Nokia, que praticamente inventou os telefones, fabricava papel, e papel higiênico sobretudo, na Finlândia. E dizem que foram atrás de empréstimos de um banco estatal e disseram que sim, que davam, mas para outra coisa. E eles escolheram uma área que estava em crescimento.

O BNDES da Coreia do Sul, se não me engano, só financia empresas que geram inovação. As outras empresas eles deixam para o setor privado fornecer. Ficam sócios e correm riscos, inclusive.

Pois bem. Essas eram as minhas perguntas. As outras já foram feitas aqui, sobretudo em relação à importância do Ministério com o foco do Ministro. Mas se o senhor nos diz que vai dar foco e preferir dar audiência ao Reitor da UnB e ao Presidente da Rede Globo eu fico tranquilo de que estamos em boas mãos.

É isso, Sr. Ministro. E boa sorte, porque o futuro do Brasil passa pela inovação e esta passa pela ciência e tecnologia. Depois eu brigo com o Ministro da Educação para criar a base para que o senhor possa desenvolver a ciência no Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É que o Ministro Kassab começa a trabalhar muito cedo e só larga o serviço muito tarde da noite, então ele tem tempo.

O SR. GILBERTO KASSAB – Senador Cristovam, primeiro, é um prazer estar aqui com o senhor. E posso lhe afirmar que é um compromisso meu dar prioridade à ciência, tecnologia e inovação, compromisso esse assumido recentemente com as entidades e as empresas vinculadas às comunicações.

Estive num almoço na Abert. A Drª Vanda estava lá conosco, os secretários. E eu deixei claro que essa era uma orientação de governo e uma convicção pessoal minha. Tanto é que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação não foi extinto. Foi extinto o Ministério das Comunicações. E o Ministério das Comunicações precisa, de parte do Governo, apenas que as suas secretarias caminhem sem interferência, porque são coisas rotineiras que acontecem. Não são políticas públicas que precisam do apoio do Governo como precisa a ciência, tecnologia e inovação. Não precisa de recursos públicos. As comunicações têm, preponderantemente no capital privado, a mola propulsora do seu desenvolvimento e das suas transformações.

Então o senhor fique tranquilo, porque esse é o nosso compromisso, é o compromisso do Governo e a convicção de todos que estão nesta sala, a minha, a do Presidente Temer e de todos que acompanham essa fusão.

Quero dizer que a questão da inovação e a sua importância para o País, ela só vai acontecer à medida que continue a integração de todas as políticas públicas que têm sinergia com o tema. E o investimento para a inovação já tem um importante vetor, um importante instrumento, que é a Finep. Então, quando o senhor fala BNDES, na verdade nós temos que fortalecer a Finep.

Eu assumo um compromisso com o senhor de vir a esta Comissão com a diretoria da Finep para expor como ela está funcionando, para fazer aqui uma apresentação do que têm sido nos últimos anos os seus investimentos, a fim de que o Senado possa contribuir para aperfeiçoar a ação da Finep e, mais do que isso, sensibilizado com a sua atuação, ou não – daí vamos corrigir –, poder trabalhar para que ela tenha mais recursos, parte deles vindos do BNDES.

O BNDES tem um braço dentro da Finep, ou terá um braço maior ainda, que é o grande elo entre o investimento e a inovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes de passar a palavra ao Senador Dário Berger, quero aproveitar o quórum tão bom de hoje para dizer que nós teremos, na próxima terça-feira, outra audiência pública interativa. Será a segunda audiência pública destinada, Ministro, a debater o tema “Fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico”, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, o Funttel.

Trata-se de um requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros, e já estão confirmados para essa audiência em que vamos debater os fundos de incentivo Sebastião Sahão Jr., Presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, o CPqD; Jorge Almeida Guimarães, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, a Embrapii; e o Major-Brigadeiro Engenheiro Fernando Cesar Pereira Santos, Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, o DCTA. Estamos ainda por receber a confirmação de quem representará o Instituto Evandro Chagas e o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa.

Vê V. Exª, então, que nós julgamos imprescindível discutir os incentivos, as verbas.

Com a palavra...

O SR. GILBERTO KASSAB – Fica...

Senador, desculpe.

Fica aqui a sugestão de que os nossos secretários – todos eles estão aqui – também estejam presentes, aqueles que estão vinculados à discussão disso. O Marcos tem grande experiência, dirigiu alguns dos fundos recentemente; o André, que está chegando agora, também; e todos os outros, como o Jailson e o Álvaro Prata.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Certo. Perfeito.

Assim V. Exª sempre terá conhecimento daquilo que estamos discutindo aqui.

Com a palavra, o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Saúdo o Sr. Presidente Senador Lasier Martins e o Sr. Ministro Gilberto Kassab, em nome de quem saúdo também todos os membros do Ministério. Saúdo também os demais Senadores e Senadoras que se fazem presentes nesta audiência pública.

Vou tentar ser objetivo, mas, antes, preciso fazer um pequeno comentário.

Não há dúvida de que nós estamos diante da maior crise política e econômica de todos os tempos aqui no Brasil. O sentimento da população é de incerteza, insegurança e até de desesperança. O atual Governo alega que herdou um déficit de R\$170 bilhões, o País está quebrado. E o que é pior: os Estados também estão quebrados, os Municípios estão quebrados, e o desemprego já atinge mais de 11 milhões de brasileiros.

Sr. Ministro, eu não sou membro efetivo desta Comissão, porém esta área do conhecimento me salta aos olhos e me desperta especial interesse. Eu sou de Santa Catarina, de Florianópolis. Santa Catarina se destaca na ciência, na tecnologia e, sobretudo, na inovação. Florianópolis foi considerada, inclusive, capital da inovação. Nós temos lá um Vale do Silício que é bastante invejável. Eu participei diretamente do desenvolvimento tecnológico daquela região.

Inegavelmente, ciência, tecnologia, inovação e comunicação exercem um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País. Não há dúvida disso. Há que se reconhecer que, nos últimos 20 anos aproximadamente, nós passamos por uma verdadeira revolução tecnológica e precisamos continuar avançando. Especialistas da área alegam que, nos próximos 10 anos, nós vamos evoluir mais do que evoluímos até agora. Então eu imagino que nós devemos estar preparados para acompanhar esse desenvolvimento tecnológico, sem o qual nós vamos ficar para trás. Evidentemente, esse não é o nosso desejo, muito menos o do Ministro de Ciência e Tecnologia.

Há uma pergunta que não quer me calar – vamos dizer assim, Ministro –, até meio provocativa, mas sei que o senhor tem experiência política suficiente para respondê-la.

V. Exª foi Ministro do Governo Dilma e agora é Ministro do Governo Temer. Se V. Exª aceitou o convite, é porque acredita que o Governo Temer possa também desenvolver um trabalho profícuo à frente do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e também do Ministério das Comunicações.

Aí eu pergunto: o senhor pode expressar, em sucintas palavras, o que o senhor sentiu, o que o senhor sente – é uma curiosidade que eu tenho, de propósito, de filosofia, de princípio – entre o Governo da Presidente Dilma e o Governo atual, do Presidente Temer?

Eu cheguei um pouco atrasado. Não sei se o senhor já falou sobre isso, mas gostaria de saber quais são os principais projetos que o senhor recebeu, que herdou, de desenvolvimento tecnológico, estratégico etc. E gostaria de saber também qual é, na sua visão, na visão do novo Ministro, a filosofia voltada a projetos, a novos conceitos? É porque o tempo passa rápido, os conceitos mudam, e nós precisamos estar atentos a essa evolução de princípios e conceitos, aliada, evidentemente, ao ramo tecnológico.

Eu faço essas perguntas porque carrego comigo o sonho de ver o Brasil na vanguarda, onde ele já deveria estar, do desenvolvimento tecnológico, científico, de pesquisas etc., como já foi mencionado pelos Senadores que me antecederam.

Também imagino – por isso fiz essa exposição preliminar – que o senhor vá ter muita dificuldade de orçamento, mas o senhor e eu, que já fomos prefeitos, sabemos que há muitas coisas que se consegue realizar com pouco dinheiro, usando a criatividade e a disposição, acordando cedo e dormindo tarde.

Eu acredito que, ser Ministro, além de ser um privilégio, é um compromisso com a Nação que amplia os horizontes. Milhões de brasileiros estão a esperar de nós, sobretudo do senhor, um desempenho que possa engrandecer o Ministério e fazer frente a uma necessidade primordial que nós temos nessa área do desenvolvimento tecnológico e científico.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senador Dário Berger, pela participação e pelas perguntas.

Primeiro, devo registrar que fiquei muito honrado em servir à Nação brasileira. Eu sou Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e também servi à Nação brasileira como Ministro das Cidades, também muito honrado pelo convite que recebi da Presidente afastada Dilma.

Hoje, honrado com esse convite, eu tenho plena convicção de que tenho conhecimento para estar à frente da pasta. Fui Vereador, fui Deputado Estadual e Deputado Federal e tenho uma formação técnica compatível com as responsabilidades de ser gestor do MCTIC.

Quando Parlamentar, seja como Vereador, Deputado Estadual ou Deputado Federal, sempre atuei nas comissões vinculadas a atribuições desse novo Ministério. Inclusive, na Câmara dos Deputados, presidi a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações, Inovações, Informática e todos os assuntos afins.

Posso dizer-lhe, quanto à questão dos recursos, à falta de recursos – e o senhor conhece tão bem quanto todos nós as dificuldades por que passa o País nos últimos anos por conta da difícil conjuntura econômica –, em uma área, como o Senador Cristovam Buarque lembrou bem, que depende basicamente de recursos públicos – os recursos privados são minoritários na ciência, na pesquisa, na inovação –, nós temos, em um momento de crise, dificuldades de avançar na multiplicação de projetos e de ações. Porém, nestes últimos 30 anos, desde a criação do Ministério e simultaneamente à criação, o Brasil avançou muito na área de tecnologia, na área de inovação.

Dentro do Ministério, do MCTIC, temos uma pulverização muito grande de áreas, de temas que contribuem com o apoio do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos, pesquisas, políticas públicas. É evidente que a prioridade – eu dizia isso no início da minha exposição – é, depois de muitos anos de investir em recurso humano, continuar a investir em recurso humano, mas chegou o momento de o Brasil também trazer o conhecimento para as suas instituições, trazer o conhecimento para as suas instituições para que a velocidade de incorporação desse conhecimento, por toda a Nação brasileira e por todos os brasileiros, seja muito maior.

Então, esse é o foco principal da nossa atuação, acompanhando a evolução da nossa economia, todos nós trabalhando e torcendo para que possamos, o mais brevemente possível, retomar o desenvolvimento e o crescimento nos níveis a que toda a Nação brasileira aspira, para que, com recursos adicionais, possamos, isoladamente – aquelas que dispensam ou não permitem ou sejam incompatíveis com recursos privados e nas parcerias –, retomar momentos importantes de crescimento como esse, que não apenas o senhor, mas todos nós, brasileiros, queremos para a área de pesquisa, ciência e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós temos ainda inscritos para perguntar a Senadora Ana Amélia, o Senador José Medeiros, o Senador Hélio José.

E temos também...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Trago a sugestão de fazermos um bloco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Fazermos um bloco?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, mas, no começo, o Ministro havia pedido para responder individualmente.

O SR. GILBERTO KASSAB – Individual.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aceitaria...

O SR. GILBERTO KASSAB – Não, não, continua individual. Estou tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Continua individual. A vontade do Ministro aqui tem preferência.

Hoje à tarde nós teremos uma audiência pública interativa, a partir das 14h30min, no Plenário 7 da Ala Alexandre Costa, para receber o Sr. Carlos Faro, Presidente do Centro de Biotecnologia e Parque Tecnológico de Cantanhede, em Portugal. Então, os nossos Senadores estão todos convidados para acompanhar essa audiência. O tema será “A Biotecnologia e o Impacto no Desenvolvimento de uma Nação”. Às 14h30, portanto, vamos receber esse cientista português.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Lasier Martins, quero cumprimentá-lo pela iniciativa e pela audiência de hoje com o Ministro Gilberto Kassab, a quem cumprimento também pela tranquilidade e pela serenidade com que ele abordou todos os temas até agora.

Eu queria retomar a questão levantada pelo Senador Otto Alencar. De fato, a sociedade foi às ruas pedir, entre outras coisas, a redução do tamanho do Estado. A questão é, como sempre se fala, o conceito: não importa o tamanho do Estado, mas que ele seja um Estado eficiente e, quanto menor, certamente, ele será melhor para o cidadão que paga a conta. Esse, penso, é o ponto.

A segunda questão é a seguinte. Veja só: o fato de haver o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação não foi capaz de inviabilizar vetos graves e sérios ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. E o seu antecessor, que era Ministro apenas da Ciência e Tecnologia...

Aqui faço justiça. Eu estava lá e acompanhei, na sessão do Congresso Nacional, a votação dos vetos, a apreciação dos vetos. Celso Pansera, Deputado Federal, fez um esforço enorme para a derrubada dos vetos.

Penso que também nós, aqui, Parlamentares, Senadores e Deputados, temos de fazer uma autocrítica, porque, se aprovamos o Marco Legal, tínhamos, pelo menos, de ter a coerência de derrubar o veto.

Talvez o que estou falando não seja tão interessante, porque há muito barulho, Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço a gentileza de todos para acompanharmos até o fim com a mesma atenção que vínhamos tendo até há pouco. Conclua, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço desculpas pelo fato de o que estou falando não ser tão interessante, mas penso que é relevante abordar essa questão, esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sempre que V. Exª fala, é interessante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Votei pela derrubada dos vetos exatamente por trabalhar muito com ciência e tecnologia.

Como membros também da Comissão de Relações Exteriores, tratamos muito da questão de defesa. A área de defesa, ao contrário do que parece, tem muito mais de ciência e de tecnologia do que propriamente de defesa. Os grandes projetos na área da Aeronáutica, da aviação militar, como o relativo ao avião que estamos construindo, o KC-390, são feitos com engenharia brasileira. Quando se fala em valor agregado, isso está ali. E os orçamentos são cortados para a área de defesa, onde a área de ciência e tecnologia está presente como nenhuma outra área do setor.

Então, eu gostaria apenas de reafirmar essa disposição, esse apoio ao senhor.

Trato da última questão que também foi abordada pelo Senador Otto Alencar, caro colega Senador Jorge Viana. Ele abordou a questão das comunicações, que se transformou numa questão relacionada à concessão de emissoras.

Penso que a Anatel, como agência reguladora, assim como as demais agências, passaram por um processo de fragilização no Governo passado, o que levou à ineficiência de praticamente todas elas. Mesmo que a Anatel tenha sido uma das primeiras agências reguladoras, ela não está cumprindo sua função, que é fazer a defesa da área que regula. O que é uma agência reguladora? É a que faz a interface entre o consumidor e quem recebe a concessão do serviço. Isso não está acontecendo. E não está havendo, por isso, qualidade nos serviços e respeito aos direitos dos usuários, aos direitos do consumidor. Então, ou as agências retomam a missão fundamental de fazer essa interface, ou vamos continuar tendo essa reclamação. O Ministério é apenas um definidor de políticas públicas para a área de telecomunicações, e a Anatel é o órgão fiscalizador que vê onde há irregularidade.

Talvez, essa reforma seja necessária para que, em nosso País, as instituições funcionem. A gente cria as instituições, e elas não funcionam!

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, penso que esta seria a forma: o Ministério apenas ter essa função de regular.

Vamos tentar, quando se discute o sistema político brasileiro, fazer uma autocrítica, fazer uma revisão sobre a participação política nesse processo de concessão de emissoras. Não se pode limitar a isso o Ministério. O Ministério tem uma missão muito maior num País continental como o nosso, com fronteiras tão grandes como as nossas.

Nós, que somos do Rio Grande do Sul, Senador Lasier, sabemos disto: as interferências, as ligações, a potência de uma rádio da Argentina ou do Uruguai em relação ao Rio Grande do Sul, tudo isso tem que ser visto pelo Ministério. E a agência reguladora tem de fiscalizar os direitos do usuário de telefonia, de internet, de banda larga, de tudo isso.

Por fim, Senador Lasier, apenas um pedido. Na verdade, não fui eu que criei, na Comissão de Agricultura, as audiências descentralizadas, foi uma ideia muito interessante do Senador Acir Gurgacz. Assim, só vou mandar-lhe a agenda das que temos para não haver choque, para que possamos conciliar as duas.

Penso que devemos levar adiante essa iniciativa de fazer audiências descentralizadas. A próxima, queremos fazer no Mato Grosso, porque é um celeiro agrícola, não fizemos ainda lá.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso nos tira da nossa zona de conforto aqui em Brasília, dos gabinetes refrigerados, e vamos acompanhar a realidade do País, que é tão grande e tão importante.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Saberemos harmonizar esses interesses, e tivemos a precaução de consultar sobre as datas reservadas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... pela Comissão da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senadora, por sua participação, suas reflexões. V. Exª não fez nenhuma pergunta, mas dá uma contribuição muito grande com a sua participação. Eu gostaria muito de tê-la como parceira na nossa gestão, me coloco à disposição para visitá-la em seu gabinete. A senhora, como uma pessoa de comunicação, pode contribuir muito na área para o êxito da nossa gestão aperfeiçoando políticas públicas e no apoio a essa incorporação das comunicações à ciência e tecnologia, para que as comunicações também tenham o conforto de entender que estão no lugar adequado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Cumprimento o Sr. Presidente, o eminente Ministro e todos aqueles que nos assistem pela TV Senado.

Sr. Presidente, o Ministro Kassab, há poucos dias, assumiu o Ministério e recebeu algumas críticas, até na tribuna do Senado. Alguns Senadores fizeram várias críticas de teor político, disseram que o Ministério era mais uma elite branca, mas essas ficam sem resposta, não merecem a nossa resposta. Mas ouvi ali muitas críticas a respeito da falta de técnicos na formação do Ministério. No momento até disse que, mais técnico do que o nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, impossível.

Creio que os que me antecederam já devem ter falado – cheguei um pouco atrasado à reunião –, mas o Ministro Kassab, para quem não sabe, é formado na Escola Politécnica da USP, uma das melhores faculdades do País. Aliás, meu sonho, Ministro, quando fazia ensino médio, era passar na Poli, mas não consegui. Mas, além da Poli, também é formado em economia pela USP. E menciono a USP, porque a USP é uma grife. A USP é uma grife, principalmente pela época em que ele se formou. Portanto, é só para dizer que temos um Ministro técnico, mas com valor agregado: ele também é político.

A política hoje está muito demonizada por vários fatores, mas cabe aqui dizer que uma das artes mais bonitas da humanidade, uma das ações mais bonitas da humanidade, é política, a boa política. Quando uma pessoa diz que fulano é político, considero uma qualidade, uma virtude, porque ser político é poder entender, é poder ser o algodão entre os cristais. E, quando a pessoa tem capacidade técnica e, além disso, tem compreensão política, aquela visão holística de Estado, isso só tem um resultado: benefícios para a população, benefícios para a sociedade.

Isso é ainda mais verdadeiro em um Ministério, eu diria, que hoje representa o ponto de mais aflição da sociedade. E por que eu digo isso? Vai um casal de namorados ao restaurante e, quando você olha, estão os dois esperando a comida e cada um num celular. Está todo mundo conectado.

Eu fui, esta semana, ao interior de Mato Grosso, numa reunião política. Havia crianças de quatro, cinco anos, com *smartphones* na mão. E, olhem, não há coisa que esteja agonizando mais a sociedade do que ouvir de alguns agentes públicos que saem por aí o seguinte: “Nós vamos estreitar a largura da banda” – como se isso fosse possível no Brasil. Outro motivo de apreensão é a falta de conexão. Eu vejo que há pessoas que entram, parece-me, em abstinência quando falta a conexão, quando se desconectam.

Então, V. Exª está à frente de um Ministério que, eu diria, é um dos mais importantes hoje, pela demanda que se apresenta. E aí, ao mesmo tempo, vem o grande desafio. É um grande desafio porque, às vezes, nós saímos, a três quadras do Parlamento, e já não conseguimos conexão. Em 2015, Senador Lasier, eu fiquei pasmo de ouvir aqui, numa audiência pública, um representante das empresas dizer, quando foi indagado, o seguinte: “Nós fornecemos telefonia nos distritos e nas rodovias por liberalidade nossa. Nós estamos fazendo um favor para vocês”. E aqui vem o grande desafio: o povo brasileiro paga e ele quer ter o serviço. Isso é um acinte! Mas essas coisas foram feitas lá atrás. V. Exª tem todo esse desafio...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Para concluir, devo dizer que é justamente esse o desafio que fica, porque, neste momento, a discussão é a seguinte, Ministro: as pessoas estão pagando para usar uma grande rodovia, vamos dizer assim – vamos comparar assim a banda –, e, aí vêm as empresas e dizem: “Olhem, tal conteúdo não pode passar por aqui”. Eu entendo que é mais ou menos como se você estivesse pagando pedágio para usar a rodovia e dissessem: “Não, com essa carga você não pode passar por aqui”. Precisamos de um grande debate nacional para debater isso.

Eu queria só que V. Exª pudesse dizer ao povo brasileiro como é que V. Exª está encarando esse desafio, essa situação, e o que é que os internautas podem esperar do Ministro das Comunicações e da Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senador Medeiros, por sua participação e por suas observações em relação às nossas políticas públicas e investimentos para as comunicações. Elas são mais do que pertinentes e são também a grande aspiração da Nação brasileira. Se V. Exª fizer uma pesquisa junto a jovens, adolescentes e idosos, homens, mulheres, profissionais liberais, trabalhadores, verá que o acesso à internet e a questão da banda larga são aspirações de todos os brasileiros.

O Brasil avançou muito, mas, nos próximos anos, o nosso desafio é procurar proporcionar ao brasileiro mais conforto, melhor acesso e universalizar o acesso, democratizar o acesso. Essa é uma prioridade de governo, não apenas da nossa gestão. Nós temos grupos de trabalho dentro das secretarias que já estão funcionando, que já estão operando para que nós possamos atingir esses objetivos.

Nós já temos também projetos encaminhados e, em breve... Essa foi, inclusive, a primeira pergunta que o Presidente aqui me fez quando cheguei. Então, eu assumo o compromisso de vir aqui debater a questão da internet especificamente, em especial, junto com o André, junto com o Marcos e com todos aqueles dentro do Ministério que têm essa responsabilidade, para que nós possamos ter as contribuições desta Comissão e, mais do que isso, sensibilizá-los pela importância que tem para nós o apoio de vocês às nossas políticas, aperfeiçoadas com a participação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu não tenho dúvida de que vai ser uma das mais concorridas, porque temos o portal e-Cidadania, e as pessoas estão interessadíssimas nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

Inclusive, o nosso Senador que vai perguntar a seguir, o Senador Hélio José, tem um requerimento para que brevemente V. Exª possa voltar aqui para nos responder também sobre essas questões.

Bem, depois do Senador Hélio José, há uma pergunta que nos encaminha o corpo técnico dos Correios, muito preocupados com relação ao Fundo Postal. Depois vou lhe fazer essa pergunta.

Apelo aos Senadores que depois permaneçam por mais alguns minutos, porque temos ainda que deliberar sobre requerimentos que estão sobre a mesa.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar nosso Presidente Lasier Martins, o nosso Ministro Gilberto Kassab, os componentes do Ministério da Ciência e Tecnologia, que estão aqui presentes, do CNPq, os demais secretários e os Senadores aqui presentes a esta sessão.

Quero dizer, Kassab, que acho que para você, que é um colega engenheiro, esse desafio é um grande desafio, sem dúvida – como foi o desafio do Ministério das Cidades.

É muito complicado, porque são duas áreas de importância tão grande para este País nosso, tanto a ciência e a tecnologia, por tudo que foi dito aqui, quanto as comunicações, as telecomunicações, que, de fato, vamos ter que nos virar nos 30.

Vou esperar o Jorginho fazer a sua... O Jorge é o nosso símbolo aqui.

Então, vamos ter que nos virar nos 30, Kassab. Vamos ter que fazer uma audiência pública para discutir as questões das comunicações, da Anatel etc. e tal. Há, inclusive, um pedido aqui de CPI da Anatel, porque a Anatel hoje é mais um sindicato de empresa de telefonia do que uma agência reguladora. Estamos com essa CPI protocolada na Mesa para que seja feita a sua leitura. Vamos começar essa CPI, estamos só esperando terminar a CPI do futebol para começar a CPI da Anatel. Temos muito o que conversar sobre comunicações. Então, vou me abster de falar sobre comunicações aqui para especificamente conversarmos sobre ciência e tecnologia.

Em um País como o nosso, que teve Santos Dumont, que teve tantos cérebros da ciência e tecnologia, que fizeram com que o Brasil avançasse muito, desde Dom Pedro II, que foi um apaixonado por todas as coisas inovadoras, a questão da ciência, tecnologia e inovação é fundamental para nos manter como âncora em uma série de questões. Daí a grande preocupação desta Comissão de ter feito uma audiência separada, de ter convocado o pessoal do meio científico para debater aqui e ver como vamos, minimamente, conviver com essas duas realidades, que parecem ser muito similares, mas que são muito diferentes uma da outra.

Com relação à ciência e tecnologia, precisamos ver o seguinte. Tomemos Brasília como exemplo. Sou Senador de Brasília, e temos um projeto que está, há 15 anos, dormindo na mesa do Governo de Brasília, que é a questão do Parque Tecnológico do Distrito Federal. Brasília é uma cidade que tem vocação para a indústria da telecomunicação, para a indústria científica, para a indústria da tecnologia, mas esse parque não sai do papel.

Então, gostaria de ver agora, quando V. Exª está à frente desse importante Ministério, como juntos... Eu fiz uma audiência... Nós aqui, a Comissão, fizemos uma audiência pública recente sobre o tema, tivemos uma série de situações. E gostaria já de pedir, de antemão, uma audiência com V. Exª para esses membros, os cinco que vieram aqui, levarmos um relato dessa audiência pública para V. Exª, sobre o Parque Tecnológico do Distrito

Federal – veio o Governo do DF, o CNPq, veio um monte de gente aqui, o Ministério da Ciência e Tecnologia. Precisamos levar um resumo para ver como é que o Ministro nos ajuda.

Segundo item. Indiscutivelmente, quando o Governo optou por diminuir o número de ministérios, assim fez para dar uma resposta à sociedade, que tanto ansiava por essa questão. A pergunta que lhe faço: essa diminuição, pegando duas áreas tão grandes, com algumas coincidências, mas com muitas coisas diferentes, você acha que isso contribui para o governo ser melhor gestado? Você acha que é possível, mesmo você sendo um colega engenheiro, cartesiano, dinâmico, nós conseguirmos conviver com essas duas realidades bem distintas? Eu sei que você é um realizador, e você está com dois desafios grandes. Os dois são importantes e vão exigir muito da sua equipe. Eu gostaria de ver a sua visão com relação a isto: se valeu a pena fazer essa economia.

Para fechar, vou fazer esta última pergunta da minha assessoria. Eu falei da fusão dos ministérios. Vou a esta quarta pergunta: um dos argumentos que as entidades de pesquisadores e acadêmicos nos trouxe é que a agenda do MCTI é muito atribulada e complexa, assim como a agenda da área de telecomunicações e de radiodifusão, que também é atribulada e complexa. Argumentam os cientistas que V. Ex^a acabará não tendo tempo suficiente para acolher com a devida importância os dirigentes das inúmeras instituições de pesquisa e os vários centros de produção tecnológica.

Como V. Ex^a pretende agir para que a ciência e a tecnologia sejam tratadas com prioridade? Eu sou de linha diferente da do Cristovam: acho que você tem de receber a Globo, assim como precisa receber o reitor da UnB, que é a universidade onde eu me formei, e outros. Eu acho que as telecomunicações são tão importantes quanto, mas a ciência e a tecnologia são fundamentais também. A preocupação aqui é essa.

Eu gostaria de ouvir de V. Ex^a como está pretendendo tocar essas questões do Ministério.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senador Hélio, por sua participação. Assim como respondi a seus colegas anteriormente, posso dizer-lhe que redução do número de ministérios é uma aspiração de toda a Nação brasileira. Era fundamental que isso acontecesse.

Foram extintos, nos últimos meses, 17 ministérios. Eram 40, ou 39, e hoje temos 23. E ainda existe um inconformismo de uma parte expressiva da Nação quanto ao número de ministérios. Existe uma vontade de que se reduza mais ainda. E a ciência, tecnologia e inovação, o seu Ministério então, o MCTI, não foi extinto. Ele foi preservado na sua integridade. O que foi extinto foi o Ministério das Comunicações.

Pois bem. Em um passado recente, as duas áreas tinham o mesmo comandante: o Presidente da República. Agora as duas áreas também vão ter um comandante, que é o Ministro do MCTIC, que responderá diretamente ao Presidente da República. Portanto, a convivência entre as áreas, a harmonia entre elas, já existia quando eram dois ministérios. Agora, dentro de um mesmo ministério, cabe, evidentemente, a nós, como gestores, harmonizar os interesses e fazer a gestão fluir. Eu não vejo nenhuma incompatibilidade diante da necessidade de abrigar os ministérios que foram extintos nos 23 que ficaram. Acredito que o Ministério das Comunicações é o melhor parceiro que poderia haver para a ciência, a tecnologia e a inovação.

As comunicações respiram tecnologia, precisam de tecnologia. Portanto, convivem bem com o tema. E o peso político das comunicações vai ser uma importante alavanca para o desenvolvimento da tecnologia, da ciência e da inovação. Portanto, é um apoio importante, tudo dentro do mesmo Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ainda em tempo, pede a palavra para perguntar...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só um minutinho, Sr. Senador.

Eu fiz uma pergunta importante, e o nosso Ministro se esqueceu de falar sobre o Parque Tecnológico do Distrito Federal e a parceria com o Ministério.

O SR. GILBERTO KASSAB – Pode contar com o apoio, pode contar com o apoio. Vamos examinar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente Senador Lasier Martins, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Gilberto Kassab, eu sempre fui um defensor da diminuição dos ministérios. Há mais de dez anos venho batendo nessa tecla e até fiz um levantamento mundo afora: nas grandes potências mundiais, como Alemanha, França, Inglaterra, há entre 14 e 17 ministérios. Por que o Brasil tinha que ter 39 ministérios?

Eu vejo – sem falar em outras fusões que foram feitas, como a do Ministério da Infraestrutura – que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações conciliou muito bem a fusão, até porque as comunicações estão mais na área de regulação, de fiscalização, e há a Anatel. A Anatel pode ser fortalecida para ajudar a cuidar dessas questões que estão ligadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações.

Vejo que o Ministro Gilberto Kassab é um Ministro experiente, muito dinâmico. Eu o parabeno pelo trabalho que fez no Ministério das Cidades e como Prefeito de São Paulo. Eu tenho ido a São Paulo de vez em

quando, e ele é muito lembrado pelo que fez na cidade de São Paulo: limpou a cidade, deu uma visualização melhor para a cidade, e todo mundo se lembra disso.

Então, com a experiência do Ministro, com a dinâmica do Ministro e com a junção dos ministérios, tudo vai funcionar muito bem ou até melhor do que funcionava quando os dois ministérios eram separados: Ciência e Tecnologia e Comunicações. Eu sempre achei que o Ministério das Comunicações estava sem muita função e percebo que, agora, dá para focar mais em ciência e tecnologia, mas sem descuidar da comunicação. Acho que é por aí.

Concordo com o Ministro que há espaço para diminuir ainda mais os ministérios. Vejo que o Brasil poderia trabalhar com 20 ministérios, tranquilamente. É uma grande Nação, uma superpotência – está entre a 8ª e 9ª potência do mundo –, mas não precisa ter 39, 40 ministérios, como tinha.

Para encerrar, faço uma pergunta. Recebi, recentemente, alguns diretores dos Correios preocupados com a situação financeira da empresa. Disseram que há um projeto que iam propor ao Ministro – não sei se já propuseram – para melhorar a arrecadação dos Correios, porque senão os Correios vão à falência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu tenho uma pergunta aqui dos técnicos dos Correios, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pois não, deve ser a mesma pergunta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vou formular junto para que o Ministro responda. Inclusive, há alguns representantes dos Correios aqui presentes.

O corpo técnico dos Correios, preocupado com o futuro da empresa e com seus direitos, informa que a empresa saiu de um lucro líquido de R\$1 bilhão, em 2010, para amargar um prejuízo de R\$2,3 bilhões, em 2015. O Postalís, fundo de pensão, e a Postal Saúde, que gerenciam, respectivamente, a previdência e o plano de saúde, estão em processo de solvência devido ao descaso do Governo com a indicação dos dirigentes e gestores dos Correios.

Em síntese, o corpo técnico dos Correios conclama a atenção do Presidente interino Michel Temer e a de V. Exª para que – são duas solicitações – a composição, Ministro, da Diretoria Executiva da empresa e a de seus conselhos sejam por competência, e não por escolha política exclusivamente; e – segunda solicitação – para que haja providências no sentido de apurar responsabilidades pelo crime de gestão que levou os aposentados a uma dívida que se estenderá por mais 23 anos para cobrir rombo bilionário, fruto de gestão temerária, como também providências para o resgate da qualidade dos serviços prestados, com qualidade e responsabilidade, à população.

É o velho problema dos Correios.

O SR. GILBERTO KASSAB – Primeiro, quero agradecer a participação do Senador Valdir Raupp e dizer que tenho o mesmo entendimento quanto à sinergia das atribuições, das responsabilidades entre as áreas de comunicações, ciência, tecnologia e inovação.

Era inevitável que os ministérios que ficaram – ficaram 23 – incorporassem aqueles que foram extintos. Não faria sentido que os que foram transformados em secretaria ficassem ligados diretamente à Presidência da República. Senão, seria melhor que ficassem como ministérios. As comunicações, inquestionavelmente, serão grandes parceiras das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação.

Quanto aos Correios, e aí também respondendo ao nosso internauta... Qual é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, eles trouxeram um documento em conjunto, os técnicos dos Correios.

O SR. GILBERTO KASSAB – Aos técnicos dos Correios, agradeço também a participação, as perguntas.

Posso tranquilizar todos dizendo que o nosso foco será a gestão. Não cabe a nós definir o que será dos Correios no futuro, nem no futuro distante, nem no futuro próximo, porque aí já será uma questão de política de governo, mas os números dos últimos anos dos Correios são muito desfavoráveis. Numa empresa que já foi monopólio e que, ainda hoje, é monopólio em algumas áreas, é difícil a compreensão de que ela seja deficitária.

Aqui não vou jogar pedra no passado, falar mal de ninguém, porque é preciso... E quero, antes, ter as circunstâncias, fazer as análises. A diretoria está em processo de mudança. Quero cumprimentar, a propósito, aqueles que fizeram um bom trabalho à frente dos Correios ao longo das últimas décadas e quero lamentar aqueles que não fizeram um bom trabalho. Mas quero dizer aqui e registrar que, de onde eu fui gestor na vida pública, eu saí de cabeça erguida e saí com bons resultados. E eu sei que, dentro deste nosso Ministério, os Correios são um dos grandes desafios. É uma grande empresa, com funcionários valorosos, centenas deles preparados para serem diretores, presidentes, são quadros realmente de excelência e que terão na nossa gestão uma parceria muito grande para que possamos fazer com que os Correios ocupem o lugar que já ocuparam, como uma grande empresa, querida – sempre foi e continua sendo – e respeitada – continua sendo –, mas uma empresa saudável. Hoje, infelizmente, não é uma empresa saudável.

Então, posso tranquilizar todos e dizer que encaminhei para o Presidente Temer o nome do ex-Deputado Guilherme Campos, não por ter sido Deputado, mas porque é uma pessoa muito gabaritada, um profissional com formação muito compatível com a necessidade dos Correios hoje. Ele é engenheiro civil, empresário e tem, da nossa parte, uma recomendação expressa de uma gestão eficiente, transparente e em sintonia, em especial, com os bons quadros que os Correios têm. Não faz nenhum sentido não aproveitar a experiência de quem está lá há tantos anos, dando parte de sua vida à gestão de uma das empresas mais queridas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ministro, vou passar às mãos de V. Ex^a e, depois, com a colaboração da sua assessoria, responder àqueles que enviaram interessantes perguntas sobre *site* e-Cidadania, perguntas que vieram de várias partes do Brasil.

Por exemplo: Cristiano Torres do Amaral, de Rondônia; Artur Nascimento, do Rio Grande do Norte; Cláudio Queiroz, do Rio Grande do Norte; Augusto Hiromu Emori, de São Paulo; Pedro Afonso Cortez, de Minas Gerais; Renan Fernandes, do Amazonas; Conceição Aparecida da Silva, de São Paulo; Francis Nunes, de São Paulo; Jô e Maria Alves Gomes, do Distrito Federal; Paulo Bernardes Honório, do Distrito Federal; Mauro Ferrir, do Tocantins; Acioli de Olivo, de São Paulo; Francisco das Chagas dos Santos, de São Paulo; Edmilson Pereira Souza, do Distrito Federal; Valter Silveira Filho, do Rio de Janeiro. São perguntas muito interessantes.

Queria agradecer muito V. Ex^a por ter vindo e pacientemente ter permanecido aqui por três horas nos respondendo às perguntas. Muito obrigado.

Esperamos – esse é o anseio de todos nós – que funcione cada vez melhor o Ministério da Ciência e Tecnologia para corresponder àquelas expectativas de tantos que vieram aqui hoje, que vieram aqui às audiências públicas, e que virão às audiências públicas que prosseguirão.

V. Ex^a tem a palavra para a sua despedida.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só um minutinho, Excelência, antes de o Ministro falar.

Eu queria fazer uma consideração como Vice-Presidente desta Comissão. Eu trabalhei nos Correios por três anos, como assessor do ex-Presidente Dipp, um excelente gestor. Tivemos uma gestão vitoriosa naquele período e quero dizer que os Correios são uma empresa de excelência, são a maior empresa brasileira. Faltam, realmente, algumas questões que V. Ex^a colocou.

Acho que é o momento de a gente pegar os bons quadros internos e valorizá-los. Precisamos fazer um choque de gestão para transformarmos os Correios, talvez, em uma empresa semelhante ao correio dos Estados Unidos e de outros países, que são exemplo para o mundo e para todos nós. Concordo com V. Ex^a.

Quero dizer que, sendo esse assunto – Correios, rádio comunitária, banda larga, Anatel, Sistema Brasileiro de Telecomunicação – tão grande, tão amplo, precisamos fazer audiência pública com eles e, depois, com V. Ex^a, exatamente para a gente aprofundar, com a devida vênia, essa discussão tão importante para o nosso País.

Tenho certeza de que estão em boas mãos tanto a ciência e tecnologia quanto as telecomunicações.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senador Hélio.

Queria agradecer, Senador Lasier, pelo convite, pela oportunidade que nos deu de vir aqui expor os nossos pontos de vista; colher aqui subsídios para a nossa gestão de todos Parlamentares muito experientes, em sua maior parte vinculados historicamente ao longo de suas carreiras ao tema da ciência, tecnologia, inovação e das comunicações; e registrar que eu sou um Parlamentar. Fui Vereador na minha cidade, a cidade de São Paulo, fui Deputado Estadual, Deputado Federal por duas vezes. Presidi, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática e considero de muita importância a presença nossa aqui nesta Comissão permanentemente.

No ano passado, quando Ministro das Cidades, estive mais de uma dezena de vezes nas comissões que tratavam dos temas vinculados às cidades, seja aqui no Senado, seja na Câmara dos Deputados. É o fórum adequado de debates para que a gente possa aqui promover audiências públicas, promover aperfeiçoamentos das nossas ideias, dos nossos projetos, dos nossos programas. O debate enriquece a gestão, o debate diminui as chances de que possamos cometer equívocos e aumenta a expectativa, a chance de que possamos coroar de êxito a nossa gestão, que é o nosso único objetivo.

Então, contem sempre conosco. Basta nos convidar, basta convidar os nossos secretários. Os nossos cinco secretários têm orientação para, dentro do possível, atenderem todos os convites. Quando não puderem e a Comissão aqui não puder mudar o horário do convite, o dia do convite, que mandem representantes à altura, porque dessa maneira nós vamos, cada um, o Executivo e o Legislativo contribuir para que possamos atingir as expectativas do nosso trabalho.

Muito obrigado. Contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

Eu peço que os Senadores permaneçam alguns instantes. (*Palmas.*)

Ainda em tempo, eu registro que estive aqui, nos acompanhando, o Deputado Federal do PSD do Piauí Júlio Cesar.

Srs. Senadores, vamos deliberar. Temos aqui três requerimentos, e o primeiro requerimento é de minha autoria. Depois da presença tão preciosa hoje do Ministro, queremos encaminhar várias perguntas por escrito a respeito dos fundos setoriais – é nesse sentido o primeiro requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 22, de 2016

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações acerca do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), referentes aos últimos seis anos (2011–2016), destacando que as respostas devem ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais:

a) valores arrecadados, discriminados por natureza da receita, especialmente relativas:

a.1) à contribuição de 0,5% (meio por cento) sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações;

a.2) à contribuição de 1% (um por cento) devida pelas instituições autorizadas na forma da lei, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas;

a.3) ao produto de rendimento de aplicações do próprio Fundo;

a.4) ao produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores, discriminando a amortização do principal e os encargos correspondentes;

a.5) às doações;

a.6) aos royalties; e

a.7) a outras rubricas.

b) execução orçamentária das Unidades Orçamentárias referentes ao Funttel demonstrando valores autorizados, liquidados, pagos, Restos a Pagar (RP) inscritos e RP pagos, classificados por programa, ação, categoria econômica e plano orçamentário;

c) saldo financeiro do Fundo no final de cada exercício;

d) aplicações, discriminando:

d.1) montante alocado diretamente à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); e

d.2) repasses de recursos para os agentes financeiros, indicando a modalidade (reembolsável ou não reembolsável).

e) outras destinações, discriminando:

e.1) recursos desvinculados para cobertura de despesas primárias obrigatórias ou pagamento do serviço da dívida, indicando a data das transferências e os respectivos instrumentos legais autorizativos;

e.2) recursos desvinculados com base na Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011;

e.3) recursos destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, nos termos do art. 3º do Decreto-lei nº 719, de 31 de julho de 1969;

e.4) outras desvinculações; e

e.5) demais destinações.

f) acompanhamento dos resultados, indicando:

f.1) indicadores das avaliações dos resultados alcançados pelo Fundo;

f.2) controles referentes ao acompanhamento dos produtos desenvolvidos com os recursos do Fundo;

f.3) industrialização e comercialização dos produtos resultantes das pesquisas financiadas pelo Fundo;

g) planos de aplicação de recursos, detalhando programas, projetos e atividades:

g.1) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

g.2) da Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); e

g.3) da Fundação CPqD.

h) prestações de contas da execução orçamentária e financeira dos agentes financeiros (BNDES e Finep), relativas aos recursos recebidos do Funttel, discriminando:

h.1) programas, projetos e atividades em andamento ou concluídos no exercício;

h.2) principais considerações sobre as ações empreendidas;

h.3) resultados obtidos; e

h.4) ocorrências de atrasos, abandonos ou cancelamentos de programas, projetos ou atividades, indicando as providências adotadas (suspensão ou cancelamento dos repasses de recursos, recuperação dos recursos aplicados e penalidades aplicadas).

i) relatórios de execução dos planos de aplicação de recursos da Fundação CPqD, discriminando:

i.1) programas, projetos e atividades em andamento ou concluídos no exercício;

i.2) principais considerações sobre as ações empreendidas;

i.3) resultados obtidos; e

i.4) ocorrências de atrasos, abandonos ou cancelamentos de programas, projetos ou atividades, indicando as providências adotadas (suspensão ou cancelamento dos repasses de recursos, recuperação dos recursos aplicados e penalidades aplicadas).

j) normas, decisões e manifestações expedidas pelo Conselho Gestor do Fundo relacionadas a:

j.1) metas do setor de telecomunicações;

j.2) percentuais de recursos a serem destinados a cada órgão e entidade legalmente habilitada para efetivação das despesas operacionais de planejamento, prospecção, análise e estruturação de operações, contratação, aplicação de recursos, acompanhamento de operações contratadas, avaliação de operações e divulgação de resultados, necessários à implantação e manutenção das atividades do Funttel;

j.3) repasse dos recursos para os agentes financeiros;

j.4) recursos alocados diretamente à Fundação CPqD;

j.5) denúncias de ocorrências de irregularidades;

j.6) critérios para alocação de recursos para os projetos e programas financiados pelo Fundo; e

j.7) outras normas.

k) utilização dos eventos de proteção à propriedade intelectual pelas organizações financiadas pelo Fundo.

Autoria: Senador Lasier Martins

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre os fundos setoriais.

O segundo requerimento é o de nº 23, de 2016.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 23, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater o tema: “A Biotecnologia e o Impacto no Desenvolvimento de uma Nação”. Para tanto, sugiro seja convidado o Sr. Carlos Faro, Presidente do Biocant – Centro de Biotecnologia e Parque Tecnológico de Cantanhede, Portugal.

Autoria: Senador Lasier Martins

Estará aqui, às 14h30min, no plenário nº 7 da Ala Alexandre Costa, o Sr. Carlos Faro.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Faço o convite para que estejam presentes hoje no plenário nº 7.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a, se possível, que colocasse o Requerimento nº 26 como item extrapauta. É só para incluir a Rede Globo entre os convidados da audiência pública das comunicações que faremos.

Não vou lê-lo para economizar nosso tempo. Ele está sobre a sua mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

É o representante da Abert que V. Ex^a quer?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Da Rede Globo, exatamente, vêm os representantes de todas as tevês brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 26, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, em aditamento ao Requerimento RCT nº 21 de 2016, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de Audiência Pública para debater a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, a partir da ótica das Comunicações, a inclusão do seguinte convidado: Representante da ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão o requerimento do Senador Hélio José. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se à votação. (Pausa.)

Aprovado.

Por fim, requerimento, também de minha autoria, para discutir aqui o cronograma a ser definido oportunamente com relação aos programas itinerantes, começando por Porto Alegre, descentralizando as nossas discussões.

O primeiro programa será no dia 1º de julho, se houver aprovação dos Srs. Senadores, diretamente do plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a partir das 14 horas, com transmissão da TV Senado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 24, de 2016

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos regimentais, realização de Audiências Públicas, na forma de Ciclos de Debates e Seminários, sobre os grandes desafios da Ciência, Tecnologia e Inovação na superação dos desafios atuais e futuros de desenvolvimento sustentável, com vistas a estabelecer mecanismos de escuta qualificada da sociedade, a se desenvolverem em parceria com instituições acadêmicas, organizações governamentais e entidades de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico em diversas cidades do país, em conformidade com sugestões apresentadas pelos membros da CCT e cronograma a ser definido oportunamente, iniciando-se na cidade de Porto Alegre, no próximo dia 1º de julho, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Lasier Martins

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo nenhuma discordância, aprovado.

Portanto, já estamos encaminhando... Estive ontem, durante toda a manhã, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul falando com a Presidência da Assembleia, com o superintendente da área de comunicação. Faremos, então, um programa ao vivo, diretamente de Porto Alegre no dia 1º de julho. Depois pretendemos ir a outros Estados, e os nossos Senadores poderão também oferecer os seus préstimos para que estejamos presentes também em seus Estados.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo muito o belíssimo quórum que tivemos hoje, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2016.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de junho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Telmário Mota, José Medeiros e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randalfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. Comparece à reunião a Senhora Senadora Ana Amélia, não membro da Comissão. É anunciada a presença dos Senhores Marcelo Aguiar, Secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal; Ivone Diniz, Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; e Regina Buani, Diretora Vice-Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a debater acerca do tema “A Biotecnologia e o Impacto no Desenvolvimento de uma Nação”, atendendo ao Requerimento nº 23/2016-CCT, de autoria do Senhor Senador Lasier Martins. Comparece à audiência, na qualidade de expositor, o Senhor Carlos Faro, Presidente do Centro de Biotecnologia e Parque Tecnológico de Cantanhede/Portugal – Biocant. Finda a apresentação, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senhor Senador Hélio José. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às quinze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de junho de 2016.

Nós vamos dar seguimento a uma segunda fase da audiência já realizada hoje pela manhã.

Hoje pela manhã, tivemos uma audiência pública extremamente produtiva, por mais de três horas, com o Ministro Gilberto Kassab, da Ciência e Tecnologia. Agora à tarde, nós temos a honra de receber aqui, em audiência pública também, para discutir o tema “A Biotecnologia e o Impacto no Desenvolvimento de uma Nação”, o Sr. Carlos Faro, Presidente do Biocant (Centro de Biotecnologia e Parque Tecnológico de Cantanhede, Portugal).

O Biocant Park é o primeiro parque de biotecnologia de Portugal. Seu objetivo principal é patrocinar, desenvolver e aplicar o conhecimento avançado na área das ciências da vida, apoiando igualmente iniciativas empresariais de elevado potencial.

Esse parque disponibiliza um centro de investigação e desenvolvimento em biotecnologia com quadro próprio de investigadores e alicerçado na forte tradição científica dos centros de investigação de excelência da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro.

A partir de um elenco bastante qualificado de pesquisas e iniciativas de desenvolvimento tecnológico, o Biocant Park procura ser uma referência internacional na investigação e comercialização em áreas específicas da biotecnologia. Nesse sentido, procura atrair investimentos em Portugal e no exterior para iniciativas empresariais de conhecimento intensivo na área das ciências da vida.

O Biocant tem sido um indutor importante na criação de empresas com base tecnológica, na área de biotecnologia, aproximando investidores de *start-ups* criadas no interior de seus programas de incentivo. Algumas delas já nasceram sendo premiadas pela qualidade de suas propostas.

Hoje, então, temos a satisfação de receber, aqui no Senado, o Dr. Carlos Faro, Presidente do Biocant (Centro de Biotecnologia e Parque Tecnológico de Cantanhede), a quem, em seguida, vou passar a palavra.

Antes, mais algumas referências ao nosso ilustre convidado.

O Sr. Carlos Faro é professor associado da Universidade de Coimbra; investigador principal do CNC, o maior instituto de investigação da Região Centro; e diretor científico do Biocant. É, ainda, membro do Conse-

lho de Administração da Biocant Ventures e de várias *start-ups* de biotecnologia. Representante nacional do Grupo de Trabalho de Biotecnologia na OCDE, membro de vários conselhos consultivos (FCT, Cotec, FMSS) e consultor internacional do setor de inovação e biotecnologia.

Licenciado em Biologia e doutorado em Bioquímica pela Universidade de Coimbra, foi responsável pela introdução da tecnologia da Biologia Molecular na Universidade de Coimbra, onde lecionou as disciplinas na área de Biologia Molecular e Biotecnologia.

Foi ainda Diretor do Programa Doutoral em Biotecnologia Experimental e Biomedicina e professor visitante da University of Massachusetts, Estados Unidos. Em 2004, liderou o Projeto X-Prot, galardoado com um dos prêmios europeus de inovação.

Foi fundador do Biocant (Centro de Inovação em Biotecnologia do Biocant Park) e do UC-Biotech, tendo liderado e angariado mais de 35 milhões de euros em projetos financiados por programas comunitários.

Mais recentemente participou do lançamento de várias empresas de biotecnologia, uma das quais foi considerada, em 2015, como a segunda mais promissora da Europa em sua área.

Queremos ouvi-lo, Dr. Carlos Faro, com muita satisfação, com as lições que o senhor vai nos trazer.
Boa tarde.

O SR. CARLOS FARO – Em primeiro lugar quero agradecer ao Senador Lasier Martins, não só o amável convite, também as amáveis palavras de introdução.

Gostaria de estender este agradecimento também aos meus amigos que me acompanham nesta jornada hoje no Brasil e aos amigos do Brasil, nomeadamente o Dr. Gilberto Lima e Mauro Ferrara, que nos têm apoiado e a quem, com certeza, devo muito deste convite que muito me honra hoje para estar aqui e poder apresentar aquilo que no final tem sido a minha vida nos últimos 12 anos.

Desenvolver projetos com essa ambição e desta dimensão só é possível se for em dedicação exclusiva, só é possível se a pessoa trabalhar 14, 16 horas por dia, sete dias por semana. Obriga a um compromisso de tal forma que – em minha casa eu tenho dois filhos – costumam dizer que o Biocant é o meu terceiro filho e que tem sempre mais atenção que todos os outros.

Tirando essa introdução, hoje eu gostaria, sobretudo, de deixar algumas mensagens principais que decorrem da aprendizagem que fizemos ao longo desses 12 anos e sobretudo mensagens que podem ser relevantes para as responsáveis por decisões políticas.

Portugal, como sabem, fez uma aposta na ciência e tecnologia há 20 anos. O responsável por essa aposta foi o Ministro Mariano Gago, que infelizmente já não está conosco. Só para terem uma ideia, ele foi ministro durante 14 anos conseguiu dar à ciência portuguesa uma estabilidade e uma visibilidade internacional muito grandes – acredito que não haja outra área em Portugal onde a política tenha sido tão consistente e tenha tido resultados tão mensuráveis e tão visíveis em nível de um impacto econômico e social como a área da ciência e tecnologia.

E é mais ou menos isto o que vou fazer: eu irei apresentar o Biocant e, ao longo desta pequena viagem que irei fazer com vocês, vou salientar alguns aspectos de política científica que foram importantíssimos para o sucesso do Parque.

E por que nós criamos o Parque?

O Parque foi criado há 12 anos e a razão principal pela qual foi criado é que os promotores queriam sobretudo fazer valorização econômica do conhecimento, queriam fazer a transferência de tecnologia.

Contudo, promover a transferência de tecnologia e a valorização do conhecimento é muito difícil quando se está apenas no seio da universidade. Infelizmente, o sistema universitário é um sistema muito fechado, e é um sistema que possui uma cultura que nem sempre é a apropriada ao desenvolvimento de projetos com a indústria.

Como devem saber, os professores – e sou professor na Universidade de Coimbra, que é uma universidade que possui mais de 700 anos – têm um grau de liberdade muito grande, podem escolher a investigação que querem fazer. Normalmente estão mais preocupados em publicar *papers* e em orientar teses de doutorado do que propriamente em produzir resultados que tenham realmente impacto econômico.

Essa cultura não existe na universidade e, portanto, nós, há 13 anos, quando lançamos o parque, achamos que tínhamos que sair um pouco da universidade para poder implementar uma cultura nova e, sim, uma cultura orientada para o mercado, em que os princípios de funcionamento das empresas deveriam ser interiorizados e incorporados no próprio centro de investigação e só dessa forma é que seria possível fazer uma transferência de tecnologia verdadeiramente efetiva.

Tivemos a sorte, a essa altura, de ter tido o apoio de um município vizinho de Coimbra, chamado Cantanhede, que fica a apenas 20 minutos de Coimbra, mas tem a vantagem de ficar equidistante entre as duas maiores universidades da Região Centro, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro. Ao ficar a meio

caminho, estava suficientemente próximo das universidades para beber o talento e as ideias que são criadas naqueles centros de saber, mas estava suficientemente afastado para poder implementar uma cultura orientada para os interesses da empresa. Ou seja, nós íamos às universidades buscar os talentos e as ideias e, em um ambiente com a cultura empresarial, favorecíamos a valorização desse conhecimento e a criação de riqueza a partir dos resultados de pesquisa. Era uma ideia relativamente simples, e nós, àquela altura, achávamos também que tínhamos um conjunto de elementos em Portugal que garantiriam o sucesso, o provável sucesso, do projeto.

Em primeiro lugar, Portugal havia feito um investimento enorme em formação avançada. Temos que ser claros: é muito fácil construir um parque de ciência e tecnologia, é muito fácil construir edifícios, mas o sucesso do parque depende do talento que nós colocarmos lá dentro e, sem talento, não há parques de sucesso. Parques de ciência e tecnologia só têm sucesso se houver talento.

E, de fato, Portugal teve sorte, como eu já disse, de ter um ministro visionário, que investiu fortemente na formação científica. Durante mais de 10 anos os melhores alunos e alunos de grande qualidade em Portugal foram enviados para os melhores centros de investigação desse mundo afora, foram aprender uma cultura que não existia no País e há cerca de 10, 15 anos começaram a regressar. E foi a essa altura que o Parque de Ciência e Tecnologia estava a nascer, e nós percebíamos que tínhamos ali um dos ingredientes fundamentais, que é o talento.

Nos próximos eslaides, o que vou fazer é referir aqui o que são os elementos essenciais que nos motivaram a desenvolver o Parque, mas os dados que veem nos eslaides são os dados atuais, que mostram, de certa forma, qual foi o resultado da política que foi seguida no País ao longo desses últimos anos.

Hoje, Portugal tem, de fato, uma comunidade científica de primeiro nível. Isso é reconhecido por ser um dos países europeus com maior taxa de aprovação das bolsas mais competitivas que existem na União Europeia. Tem centros de pesquisa extraordinariamente bem equipados e tem, de fato, um *pool* de talentos absolutamente cosmopolita. Só para terem uma ideia: na maior parte dos centros, a língua de trabalho já nem é sequer o português, mas o inglês. É tudo feito em inglês, exatamente por causa desse ambiente cosmopolita que nós criamos.

Mas, àquela altura, há dez anos – essa é a realidade de hoje –, nós tínhamos esse potencial todo para realizar, e, portanto, fazia todo sentido criar um parque dedicado à biotecnologia e às ciências da vida para poder fazer transferência de tecnologia.

Além disso, nos beneficiamos algumas vantagens competitivas. E, desse ponto de vista, inclusive para investidores de outras geografias, Portugal é neste momento um país muito atraente. Há fundos comunitários, que são fundos europeus, que permitem financiar quer investigação, quer os custos de funcionamento até das próprias empresas, em termos de atividade de P&D. Há fundos de capital de risco que são especializados em vários setores, nomeadamente para ciências da vida. Os custos, no contexto, são muito mais reduzidos do que no resto da União Europeia e, de fato, Portugal é uma ponte natural para diversos mercados emergentes. No caso do Brasil, será uma porta de entrada privilegiada para a União Europeia.

Nós achávamos que tínhamos condições, porque tínhamos o talento, tínhamos as ideias, podíamos criar as infraestruturas, e escolhemos uma área de especialização para o Parque. Isso também não é muito comum. Quem conhece os parques de ciência e tecnologia espalhados pelo mundo afora sabe que normalmente os parques são de banda larga, não há níveis de especialização. Nós sempre entendemos que devíamos criar um nível de especialização, porque era a forma de nos diferenciar, quer no contexto nacional, quer no contexto internacional.

Escolhemos a biotecnologia porque, apesar de tudo, embora seja uma especialização, a biotecnologia tem a beleza de ser absolutamente transversal e cortar vários setores, desde a saúde ao agronegócio, à energia, ao mar e, agora, ao digital. Com o advento da Economia 4.0, a biotecnologia vai trazer e vai ter uma importância cada vez mais relevante nas nossas vidas.

Além disso, tínhamos outros motivos para apostar na biotecnologia. Eu entendo – esse é um eslaide que é mais pessoal – que o tempo é que é a moeda da vida, não é o dinheiro. Se nós pensarmos, o que nós fazemos na biotecnologia é dar tempo, é ganhar tempo.

Nós, na área da saúde, conseguimos hoje desenvolvimentos extraordinários, conseguimos combater doenças que, até bem pouco tempo atrás, não tínhamos qualquer capacidade para combater. E basta ver o que está a acontecer, a esperança média de vida. Na Europa, 50% das crianças que nascem do total anual hão de chegar aos 100 anos. Portanto, hoje, a esperança de vida para uma criança que nasce na Europa é de 100 anos, para 50% é 100 anos. Portanto, é qualidade de vida. O tempo que nós estamos a ganhar tem muito a ver com avanço tecnológico, e a ciência, quer se queira, quer não – eu sei que, em muitos países, a ciência não é importante no contexto e na agenda política –, está na base de todo esse desenvolvimento que nos dá qualidade de vida.

Há um outro aspeto que também é importante, que tem a ver com essa dicotomia entre a ciência básica e a ciência aplicada. Há muita gente que defende que só se deve investir em ciência aplicada, porque é muito importante ter os resultados. Mas, na verdade, a experiência que nós adquirimos ao longo do ano é de que deve haver um compromisso. Deve haver um compromisso entre os dois tipos de ciência. Ou seja, temos que continuar a investir em ciência fundamental, porque é na ciência fundamental que surgem as ideias de rutura, as novas ideias que se formam, alunos brilhantes. Portanto, o *pool* de talentos vem sobretudo do financiamento à ciência básica, e depois, naturalmente, uma boa parte dela vai ser traduzida em produtos e em serviços, já ao nível de uma ciência mais aplicada e que, portanto, também terá o seu financiamento dedicado.

Para os mais céticos, eu uso sempre este valor, que foi um estudo que o Senado americano publicou há cerca de três anos, sobre o impacto daquilo que foi o projeto de sequenciação do genoma humano. Àquela altura o projeto custou vários milhões, mas, na verdade, cada euro que foi investido nessa ciência fundamental, nessa ciência básica, hoje já gerou mais de US\$178 em termos de atividade económica. Portanto, se há dúvida sobre a importância de financiar a ciência básica como uma fonte de talento, ela pode ser facilmente, de certa forma, disputada com alguns dados que são muito óbvios em relação a resultados económicos que nós conseguimos, como comunidade, atingir com investimentos em ciência mais fundamental.

Portanto, nós tínhamos um projeto, tínhamos uma ideia, tínhamos espaço, tínhamos uma área que o Município de Cantanhede nos forneceu, que é o tal município que fica próximo de Coimbra, e tínhamos o *pool* de talentos que vinham das duas universidades – o Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra, a que eu pertenço, e desde o primeiro momento fui um entusiasta desse projeto, e aqui uma associação em que a Universidade de Aveiro estava presente; é uma participação indireta no projeto em termos formais.

E quais eram os elementos fundamentais que nós desenvolvemos ao longo dos anos? Nós não gostamos de chamar “parque de ciência e tecnologia” neste momento. Achamos que o que temos é um verdadeiro ecossistema de inovação, porque “parque de ciência e tecnologia” é uma designação que está muito associada à vertente imobiliária do projeto, enquanto que “ecossistema” favorece e sublinha mais a componente imaterial, que é, de fato, a componente mais importante. E esses ecossistemas tinham um parque, portanto a estruturação física, tinham um centro de transferência de tecnologia, e esse centro de transferência de tecnologia não era mais um centro de pesquisa como aqueles que nós temos na universidade. Era um centro que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do ecossistema, porque esse centro estava equipado com um equipamento de vanguarda para fazer investigação na área de biotecnologia, tinha investigadores e técnicos treinados.

Só para terem uma ideia: hoje um investigador que queira entrar no Biocant tem que ter pelo menos o doutoramento e, em seguida ao doutoramento, três anos de experiência de investigação no estrangeiro. Só depois é que é admitido, eventualmente, como investigador, se tiver um currículo adequado.

E esse centro era fundamental, porque queríamos atrair empresas. As empresas, sobretudo os promotores de projetos nascentes de *start-ups*, não têm a capacidade financeira para comprar para sua empresa grandes equipamentos. Portanto, o centro faz esse papel e as empresas vão se instalando nos edifícios que estão ao lado do centro e podem utilizar os recursos quer humanos, quer a infraestrutura e toda a plataforma tecnológica que está disponibilizada pelo centro. Portanto, é uma lógica de sinergia, do *win-win*, para ambas as partes.

Depois há também uma incubadora e uma aceleradora de empresas no sentido de que nós pegamos os projetos, fazemos uma avaliação do potencial de transferência de tecnologias, estudamos aspectos desde a propriedade intelectual ou licenciamento, definimos a estratégia de como é que aquele ativo pode ser desenvolvido, inclusive, depois, junto da nossa rede de investidores, arranjam o *seed money*, o dinheiro semente para desenvolver o projeto.

Um centro de divulgação de ciência é importante. A divulgação científica junto da comunidade mais jovem é um aspecto muito importante, sobretudo se nós quisermos formar uma geração de pessoas que consigam compreender o impacto e a importância da ciência. Esse tipo de trabalho tem que começar a ser feito com os mais jovens, desde uma tenra idade. Portanto, nós temos miúdos, desde os seis aos doze anos, que passam neste laboratório, passam um dia a fazer experiência. As pessoas levam os seus alunos, estão todos a fazer experiências que estão adaptadas aos programas de ensino do seus respectivos anos. E é claramente um ponto de interação com a comunidade, porque os miúdos depois vão para casa, contam aos seus pais as experiências que fizeram, divulgam o centro. Esse é um trabalho quase de formiguinha, mas é muito importante, porque, no fim do dia, o que nós fazemos é cativar mais 30, 40, 50 pessoas para a causa da ciência. E, se não houver esse reconhecimento público da importância da ciência, acho que nós dificilmente vamos convencer os nossos políticos.

Eu senti uma grande diferença quando os políticos em Portugal começaram a ter filhos que eram bolseiros a fazer o doutoramento no estrangeiro. A essa altura, o problema estava dentro de casa, e eles começaram

a perceber a importância da ciência, a importância das bolsas. Isso só se consegue fazer se houver de fato uma estratégia integrada: vamos sensibilizando as crianças num centro de divulgação de ciência e, ao mesmo tempo, vamos sensibilizando os nossos políticos. Apesar de tudo, temos que reconhecer – aqueles que trabalham na área da ciência e tecnologia – que ainda é preciso um trabalho adicional, porque não é fácil as pessoas num país reconhecerem a importância das nossas áreas.

Finalmente, para não gastar muito tempo, temos também capital de risco que financia os projetos.

Portanto, o parque tecnológico, ou seja, a infraestrutura física, tem algumas características próprias. Quando se estudam os fatores de sucesso de um parque de ciência e tecnologia, aquilo que se percebe no imediato é que um dos fatores mais importantes é a arquitetura e o espaço envolvente. Tem que ser agradável, as pessoas têm que poder sentar no banco do jardim, têm que poder discutir as suas ideias num ambiente acolhedor. E isso é determinante, porque faz diferença quando alguém tem que escolher um parque para localizar a sua instituição.

O centro de transferência de tecnologia, a incubação. Ressaltei a importância do centro de ciência júnior no sentido de sensibilizar a nova geração, o capital de risco para poder financiar os projetos.

Hoje os projetos em Portugal têm relativa facilidade de encontrar financiamento de até €1 milhão. No país temos um problema, que é uma segunda ronda de financiamento, de 4, 5 milhões, que é difícil, porque esse dinheiro não há no país. Os projetos, eventualmente, teriam que buscar esse investimento no estrangeiro, só que ainda são relativamente imaturos para poderem ir aos grandes fundos internacionais. E, portanto, há aqui ainda algo que o próprio sistema português terá que melhorar.

E há uma rede internacional, que é absolutamente essencial. A biotecnologia é uma atividade global, e os investigadores trabalham com gente de todo o mundo. Inclusive, o próprio centro favorece as relações de colaboração, com os centros mais prestigiados nos Estados Unidos e, agora, com centros emergentes na China, onde há grandes oportunidades.

Portanto, de certa forma, em 12 anos nós conseguimos atrair 35 empresas de biotecnologia – são empresas exclusivamente de biotecnologia. Isso corresponde a 40% das empresas de Portugal, e são empresas que já possuem características, algumas delas, muito interessantes. São empresas que já contam com participação do capital de risco internacional, em algumas a indústria participa no capital, porque, de fato, é a melhor maneira de garantir o investimento. Há empresas que possuem crescimento rápido... De fato, muitas dessas empresas não faturam nada durante a maior parte da sua vida, mas depois, quando começam, disparam – não sei se usam o termo no Brasil, mas nós em Portugal as chamamos de empresas gazelas. São empresas que crescem a mais de 30% ao ano.

Estes são os indicadores da realização do parque. Ou seja, em 12 anos criamos 300 postos de trabalho qualificados. Só para terem uma ideia: um terço são doutores, ou seja, são pessoas que fizeram doutoramento prioritariamente no estrangeiro – temos 100 doutorados no parque. Já houve €70 milhões de investimento. As patentes são um ativo muito importante, e hoje somos um *cluster* que é reconhecido em nível internacional.

Para quem tem responsabilidades no investimento público, eu gosto sempre de apresentar esse eslaide, até porque eu pertenço a uma geração... Uso o termo *accountability*, que é o que os americanos usam, ou seja: nós temos que dizer à sociedade o que fizemos com cada euro que nos deram. E eu acho que gosto desse eslaide porque ele mostra bem o valor que nós trouxemos para o investidor inicial.

E o investidor inicial foi o Município de Cantanhede, um pequeno município que nos deu €4 milhões para começar o projeto. Com esses €4 milhões, conseguimos ir a fundos europeus e a algum capital de risco público buscar cerca de €27 milhões, ou seja, por cada euro que o município nos deu, nós fomos buscar €7 em fundos competitivos europeus. Nós já atraímos quase €40 milhões de investimentos privados para o parque, ou seja, de um euro público, que foi o que saiu do município, nós fomos buscar €7 em fundos europeus competitivos e €10 junto a investidores privados, ou seja, multiplicamos 17 vezes aquele euro que recebemos diretamente do Estado. Portanto, isso teve um impacto grande, não foi só a transformação econômica de um pequeno município que era conhecido por ser um centro rural e hoje é um parque tecnológico que está em fase de internacionalização.

Eu usei esse eslaide só para dizer que até os alemães, que são normalmente muito críticos em relação aos latinos, quando nos visitaram, acabaram por reconhecer que esse modelo é um modelo inteligente, que dá retorno – e não se importam que nós usemos o dinheiro dos europeus para fazer esse desenvolvimento.

Esse é um artigo que saiu num dos jornais de maior divulgação na Alemanha.

Para terminar, só para ficarem agora com uma visão, eu gostaria de passar um vídeo do Biocant.

Antes, permito agora uma imagem, visualizarem aquilo que eu falei aqui ao longo desta pequena intervenção. De certa forma, mostra que é possível... Hoje em dia a ciência é inequivocamente uma área que não traz só desenvolvimento econômico, traz desenvolvimento social e é capaz de trazer algo que eu acho que é

muito apreciável, que é a promoção social. O meio onde nós estamos é um meio rural, de pessoas relativamente esclarecidas, mas é extraordinariamente agradável ver aquelas crianças que passam ali, vão para a universidade e depois até vão fazer doutoramento lá no centro – nós já temos essa realidade, já a vivemos. Portanto, o impacto social que a ciência tem... É evidente que o impacto econômico é importante, mas não podemos minimizar os impactos sociais de um projeto dessa natureza.

Termino com este vídeo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Enquanto isso, aproveito para registrar, com muita honra, a presença aqui em nosso meio do Dr. Marcelo Aguiar, que é o Secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal; da Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, Dr^a Ivone Diniz; e da Diretora Vice-Presidente, Regina Buani.

(Procede-se à exibição de vídeo) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem, o Dr. Carlos Faro nos apresentou um magnífico parque de biotecnologia.

Eu quero deixar a palavra à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para fazerem indagações para completar as informações sobre o Biocant.

Alguém quer perguntar alguma coisa?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu quero falar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Passo a palavra ao nosso Vice-Presidente da CCT, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria cumprimentar o nosso nobre Presidente Senador Lasier por esta importante audiência pública.

Queria cumprimentar também o Dr. Carlos Faro, Presidente da Biocant, pela brilhante exposição e dizer que, para mim, que sou Senador do Distrito Federal, Brasília, é muito importante essa palestra, é muito importante essa disposição do Biocant em fazer uma parceria com Distrito Federal. Aqui, na capital do País, nós temos uma vocação industrial não poluente. Eu creio que essa proposta do Biocant vem ao encontro dos nossos interesses.

Hoje, no Senado, o dia está extremamente concorrido, há muita coisa acontecendo. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista – que está aqui ao lado – que discute as taxas aeroportuárias; paralelamente, há a aprovação do Presidente do Banco Central; um monte de coisas. Por isso é que tanto eu quanto o Senador Lasier, que somos o Vice-Presidente e Presidente desta Comissão, lamentamos os nossos outros colegas não poderem estar presentes, por causa da importância do tema. Mas a correria é assim, e nós, da Comissão de Ciência e Tecnologia, estamos aqui para isso.

Queria ver com V. S^a, que esteve com o Governador do DF, como podemos, de fato, tentar tornar realidade uma parceria, tirar do papel uma parte do nosso Parque Tecnológico de Brasília. Gostaria de saber se há, de verdade, por parte dos irmãos portugueses, disposição para, juntos, construirmos essa parceria. Se houver, a Bancada do Distrito Federal – eu era o coordenador da Bancada; são três Senadores e oito Deputados Federais – tem total interesse em contribuir naquilo que estiver a seu alcance para efetivar essa parceria. E também parece que há desejo aqui, da Comissão, para fazermos uma visita, conhecermos esse parque tecnológico, sabermos das contribuições que vocês podem trazer aqui para nós.

Eu tive o privilégio de andar em Avieiro, de andar em Coimbra, e ver toda essa questão tecnológica vocês têm. E acho que Brasil e Portugal podem se ajudar mutuamente muito; e essa área de tecnologia é uma área em que Portugal tem feito muita coisa importante; e nós também temos feito. Então podemos intercambiar conhecimentos para nos ajudar mutuamente.

Então quero parabenizá-lo. Creio que a transparência e o filme vão ficar à disposição da Comissão, e depois nós podemos ter acesso com mais calma, vistoriá-los. Se houver essa comissão, eu pretendo fazer parte dela junto com Senador Lasier, para irmos visitar, conhecer e ver como fazemos para efetivamente trazer a parceria para Brasília. Está bem, Carlos?

Parabenizo V. S^a e os outros diretores – acho que são também componentes do Biocant, não é?

Até fui aqui chamado para podermos conversar um pouquinho depois, mas eu tenho que voltar para a comissão aqui ao lado, da qual sou Presidente, mas coloco meu gabinete – vou deixar aqui meus cartões com vocês – à disposição, como membro da Bancada de Brasília, para juntos podermos discutir como nos ajudar mutuamente. O interesse da população de Brasília, do Governador do DF e da nossa Bancada é muito grande nessa construção.

Estou agradecido e o parabenizo. Vou olhar com mais cuidado toda a questão.

Eu acho que, inclusive, nós poderíamos aproveitar, nessa visita que eventualmente faremos ao Biocant, para intercambiar alguma coisa na área de infraestrutura, porque os irmãos de Portugal têm um avanço muito

bom na produção de energias alternativas – energia eólica em alto mar, energia solar, que também estamos aqui em fase de construção. Então, há outros assuntos. De repente, poderíamos, nesse diálogo que abro com meu gabinete – eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura –, junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e vocês, fazer outras visitas aproveitando essa viagem.

Muito obrigado. Um abraço grande a vocês. Coloco-me à disposição.

Vocês estão aqui em ótimas mãos, porque o nosso Presidente é uma pessoa profundamente preocupada com ciência e tecnologia, uma pessoa que realmente tem uma liderança muito grande nesse setor, que, com certeza, vai saber conduzir uma boa relação entre nós.

Muito obrigado, Senador. Obrigado, pessoal.

O SR. CARLOS FARO – Muito obrigado, Senador Hélio José, não só pelas amáveis palavras, mas também pelo desafio que nos deixa de tentar, no futuro, ter uma perninha, uma casa do Biocant aqui em Brasília. Sobre isso, devo lhe dizer o seguinte.

Há um mês nós viemos ao Brasil em uma visita de prospecção para encontramos o local onde iríamos instalar o Biocant Brasil. Fizemos visita a vários sítios, mas devo dizer – não sei se foi amor à primeira vista ou não – que eu e meus colegas ficamos verdadeiramente entusiasmados com a possibilidade de instalar o Biocant em Brasília. Havia várias razões para isso. Para entendê-las, é preciso perceber como a biotecnologia está a evoluir nos dias de hoje.

A biotecnologia hoje está a evoluir em uma grande integração com o digital. A Revolução Industrial 4.0 está em curso neste momento. Portanto, ter um parque exclusivamente de biotecnologia não faz sentido. O que faz sentido é ter um parque onde a biotecnologia possa ter uma interação fortíssima com as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) no sentido de desenvolver novas funções, quer no âmbito da medicina personalizada, quer – sobretudo aqui em Brasília e no Brasil – no âmbito da agricultura de precisão, porque, definitivamente, o Brasil é uma potência nessa área, tem centros como a Embrapa, que tem recursos absolutamente especiais. Acho que é possível criar uma estratégia.

A nossa ideia, quando viemos desta vez – tenho que confessar –, era começar a trabalhar no sentido de preparar a criação de um Biocant em Brasília virado exatamente para essa interface com essa nova perspectiva orientada para a Indústria 4.0.

Devo dizer que fiquei não tão entusiasmado com as conversas que tivemos ao longo da semana, porque nós percebemos que há alguma indefinição em relação a quem vai ser o promotor ou o líder desse projeto. Ou seja, nós queríamos ter um papel importante, e faz sentido que alguém com a experiência que temos consiga estar na gênese do projeto desde o início, porque só assim é que podem se beneficiar do projeto. Caso contrário, nós seríamos, pura e simplesmente, inquilinos. Ou seja, vamos deixar que Brasília construa o seu parque de ciência e tecnologia e, quando o parque estiver construído, podemos pensar. Porque onde achamos que está o valor não é nos imóveis. Esqueçam. O valor está em pegar os talentos que este País tem, convocá-los a trabalhar nas redes internacionais de valorização do conhecimento e objetivamente gerar mais valias não só para a sociedade, mas também para os investidores, porque estamos nesse papel hoje como investidores. E é possível, devido à experiência que temos e àquilo que se avizinha, conseguir tirar bastante rentabilidade de um investimento dessa natureza.

Regresso a Portugal nos próximos dias com o sentimento de que Brasília tem de pensar exatamente no que quer, como quer. Depois disso estar completamente definido, nós então poderemos dizer onde é que vamos ajudar. Nós não vamos entrar nessas guerras, como me parece haver em todos os lugares – quem vai ser o promotor, quem vai ficar na fotografia, como vamos fazer o imobiliário, tu entras, tu não entras. Eu não tenho paciência para isso. Foi por isso que eu saí da Universidade de Coimbra. Por que digo isso? Eu vou para a Universidade de Coimbra, onde está a gênese de toda essa maneira de estar, porque a Universidade de Coimbra é uma universidade com mais de 700 anos, onde os professores, quando eu era aluno, mantinham as revistas científicas nas gavetas durante seis meses. Só ao fim de seis meses é que libertavam as revistas científicas para os alunos para que nós não soubéssemos tanto quanto o professor. Era basicamente essa a ideia. Para isso, não contem comigo.

Terei todo gosto em participar de um projeto que seja centrado nas pessoas, na valorização e naquilo que esse projeto pode trazer em desenvolvimento econômico e social para esta região. Eu não fechei ainda a porta para Brasília. Saio daqui como alguma esperança de que Brasília, durante os próximos dois, três meses, nos consiga propor uma solução de modo a que consigamos implementar um parque com essa ambição. Mas não seria um parque com a mesma perspectiva que tínhamos há 12 anos: é com a perspectiva dos próximos 12 anos.

Portanto, saber exatamente fazer o casamento com essa realidade do mundo digital vai ser esmagador e, de fato, Brasília tem todas as condições. É uma cidade fantástica, pode atrair talento e pode atrair os interesses,

porque hoje a ciência feita sozinha num único laboratório já não existe. Nós temos que perceber que a ciência hoje é cada vez mais exigente. Precisamos ter equipes multidisciplinares e precisamos ter gente com muita experiência. É uma atividade global, e temos que saber tratá-la como tal. Eu posso estar em Brasília, mas, se os melhores especialistas estiverem em Tóquio ou na China, eu tenho de os ter no meu projeto, mas eu estou a trabalhar com eles a partir daqui.

Portanto, era isso o que eu queria deixar. Há claramente um interesse forte da nossa parte, mas precisamos de perceber um pouco melhor qual é a intenção desta cidade. Deixo só esse desafio. Eu acho que Brasília, pela minha experiência – e eu vivi nos Estados Unidos, conheço o mundo em relação à biotecnologia –, no ponto em que está, com as condições que tem, nessa interface do mundo digital, pode ser um farol não só para a América do Sul, mas para todo o mundo moderno.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Professor Marcelo Aguiar, já que o nosso ilustre convidado faz tantas referências a Brasília, o senhor gostaria de dizer alguma coisa?

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Bem, em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Lasier por poder participar desta audiência e cumprimentar o Dr. Carlos Faro.

Infelizmente, o Senador Hélio teve que sair – é um amigo de longa data.

E eu não sei, Dr. Carlos, com quem o senhor esteve esses dias. Na realidade, eu assumi a Secretaria há muito pouco tempo. Efetivamente faz duas semanas e meia que estou à frente da Secretaria Adjunta da Secretaria da Casa Civil.

Na primeira conversa que tive com o Governador Rollemberg depois da minha nomeação, a primeira missão que ele me deu foi esta: “Olha, Marcelo, primeiro, eu queria que você organizasse uma missão nossa para conhecer o parque Biocant em Portugal, porque eles estiveram comigo aqui, apresentaram uma proposta que achei extremamente interessante, que casa muito bem com o perfil do parque que estamos pensando”. A partir do levantamento feito pelos secretários anteriores sobre o melhor perfil que o parque poderia ter... O Secretário anterior, o Oscar, me deu uma informação que eu não conhecia, mas depois confirmei com o Reitor da Universidade de Brasília: mais da metade dos doutores em atividade produtiva aqui no Distrito Federal são da área de biotecnologia. Só isso já justificaria que o perfil do parque fosse mais voltado para essa área.

Nós temos trabalhado, desde que assumi, no sentido de viabilizar essa ideia do Governador. Tive várias reuniões com relação a isso, inclusive com a Terracap, que é a detentora do terreno. A ideia, inclusive, não é de venda imobiliária, de jeito nenhum. Há uma pressão muito forte de alguns setores empresariais para se criar um parque a partir da venda de terrenos. A Terracap começou a acordar para o fato de que terreno é finito e que, se venderem todos os terrenos que tem no Distrito Federal, vai simplesmente desaparecer. Assim, mudaram o perfil de negócio da companhia – eu conversei com o Diretor de Novos Negócios da Terracap, que é responsável pela condução dessa questão do parque pela Terracap, Dr. Mário –, e a ideia passou a ser justamente a contrária a essa posição: era a de se criar um modelo de negócio no qual a Terracap participasse como sócia, criando um fundo imobiliário – não está fechado isso, mas a ideia é criar um fundo que captaria investimentos para a viabilização do parque e a contratação de uma gestora desse parque, que faria toda a gestão no modelo que o Biocant apresentou aqui.

Então, esse é o norte que o Governador me deu, e é esse o norte que nós vamos perseguir. Não sei com quem o senhor conversou, não sei por que surgiram todas essas dúvidas. Estava marcado para conversarmos hoje, mas infelizmente não foi possível. Mas o norte é esse, esse é o norte que nós vamos seguir. Se lhe deram outras informações... Eu não sei com quem o senhor conversou para deixá-lo com tantas dúvidas.

A ideia desse parque já existe há alguns anos aqui em Brasília, desde 2002, ou antes um pouco. Foi lançada a ideia em 2002, e o governador, à época, o Sr. Joaquim Roriz, fez o lançamento do parque. Havia a concepção de ser um parque digital. Isso criou uma expectativa muito grande no setor de TI da cidade, de que eles seriam os motores desse negócio, criou-se essa expectativa.

Agora, é o que o senhor disse: o parque, mesmo tendo a vocação da biotecnologia, não pode ser só um parque de biotecnologia. Há espaço para todo mundo, até porque o setor de TI é complementar a todas as atividades que são desenvolvidas ali no parque de biotecnologia. Vocês mostraram *softwares* que são construídos para atender toda a questão da pesquisa, desenvolvimento das pesquisas. Então, eu acho que é possível compatibilizar todos esses interesses empresariais para termos efetivamente um parque que possa fazer jus ao que a nossa cidade merece.

O Senador Hélio já colocou o interesse de os Senadores fazerem uma visita ao Biocant. Nós vamos conversar com Senador Lasier para compatibilizarmos as agendas e o Governador poder ir junto também, ele me pediu para organizar isso. Queremos ir conhecer o parque e aprofundar essa nossa relação.

Era isso o que queria dizer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS FARO – Muito obrigado.

Eu fico muito feliz por ouvir as suas palavras. Gostaria muito que o próximo passo fosse em Portugal. Em Portugal, seria mais fácil, então, ao verem a realidade, ao sentirem, ao poderem desfrutar da boa gastronomia portuguesa... Nomeadamente, a região é uma região vinícola muito reconhecida. Mas que também seja possível, nessa altura, dar passos mais concretos.

De fato, eu gostaria que, nessa missão – e eu deposito grande esperança nessa missão –, quem fosse tivesse capacidade de decidir. Que pudéssemos pôr como objetivo, desde já, que o resultado dessa visita não poderá ser só desfrutar da boa gastronomia portuguesa: será também assinar um memorando de intenções, em que nós nos comprometemos para que, em parceria, possa ser desenvolvido um parque nesses moldes, com esses objetivos.

Eu não quero questões imobiliárias sob a minha gestão de forma alguma. O imobiliário é um meio para atingir um fim. Se nos derem o parque para nós o gerirmos, se conseguirmos pôr com o *pool* de talentos... A impressão que eu tenho, e eu já estudei a realidade brasileira, senti... Em Coimbra, há 2 mil estudantes brasileiros, na Universidade de Coimbra; é a maior universidade brasileira fora do Brasil. Portanto, eu sei a qualidade daquilo que eu tenho.

Sinto que a comunidade que está a ser gerada agora, a comunidade de investigadores, de estudantes brasileiros que estão no estrangeiro, é um *pool* muito interessante, mas, ao contrário de Portugal... Eu estava na gênese destes programas doutorais, portanto, eu sabia exatamente onde é que estavam os meus melhores alunos e, quando eu quis fazer o Biocant, eu fui atrás deles e os desafiei a vir.

Essa realidade não existe aqui. Eu tenho a sensação, por exemplo, de que o nível médio dos alunos que nos aparecem em Coimbra, quanto ao inglês por exemplo, para ser franco, é um grande problema. Se as aulas forem em inglês, os alunos brasileiros terão dificuldade em acompanhar. E, para um negócio internacional como a biotecnologia, há esses detalhes que nós vamos ter que limar em conjunto, porque são políticas de ciência e de educação que têm que ser muito bem integradas e orientadas para o fim comum. Se eu vou ter um desenvolvimento econômico na área de biotecnologia, que é uma área de expressão global, eu tenho que ter quadros bem formados, tenho que saber investigação, tenho que ter uma mentalidade cosmopolita, tenho que tratar o inglês com maior facilidade, porque, se isso não houver, não se vai conseguir competir, porque, depois, chego a uma Harvard, a uma Boston ou ao MIT, e tenho problemas de comunicação e, portanto, nunca vão conseguir interagir com os melhores.

E esse foi o mérito do Ministro Mariano Gago. Ele percebeu quais eram os elementos necessários para nós rompermos com uma tradição e com uma cultura portuguesa que era de algum isolacionismo, muito fechada sobre si própria. Ele abriu-nos ao mundo. E isso, em conjunto com os fundos comunitários, fizeram, de fato, toda a diferença.

E, no Brasil, eu sinto isso, e o meu desafio e o desafio que deixo ao Governo do Distrito Federal é: tenho muito gosto em receber-vos nessa visita, mas vamos pôr, como *output* da visita, claramente a assinatura de um compromisso, porque estes projetos não se compadecem com namoros muito longos. Nós temos de ser pragmáticos, porque o mundo gira a uma velocidade tremenda. Quer dizer, nós estamos a competir com os chineses, estamos a competir com os americanos, e eles não dormem! E, de fato, nós não podemos perder a oportunidade. E eu sinto que Brasília, neste momento, está no ponto para tomar a decisão e depois implementá-la.

Aliás, eu li a história da vossa cidade e deixem-me que vos diga: com um Presidente que construiu uma cidade destas em três anos e meio, até fica mal aos seus descendentes que não consigam construir um parque em dois anos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Senhores, muito bem. Os namoros de hoje têm de ser rápidos em tudo, não é? Também nesse convênio. Mas percebemos que o caminho está aberto, porque Brasília quer instalar seu parque tecnológico, e os senhores estão vindo ao encontro dessa ideia, estão oferecendo essa oportunidade de entendimento.

O senhor quer nomear a comitiva que o está acompanhando?

O SR. CARLOS FARO – Sim, com muito gosto.

De Portugal, embora sejam brasileiros, temos o engenheiro Josué Júnior, que está ali, que está comigo em Portugal; o Dr. Sérgio Ricardo Ribeiro, presidente do conselho de administração da empresa que tem os direitos de exploração do Biocant no estrangeiro e que, por isso mesmo, é interlocutora do governo regional, que é um empresário e nativo brasileiro de São Paulo; e depois os nossos amigos de Brasília da Going Global, que têm sido os nossos consultores e que nos têm orientado por estes caminhos intrincados de Brasília, o Dr. Gilberto Lima e o Dr. Mauro Ferrara.

São as quatro pessoas que, comigo, fazem parte desse grupo que está atento a implementar e trazer para Brasília o Biocant.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Temos também a presença do Senador Pedro Chaves, que chegou durante o andamento da nossa reunião.

Se não houver mais alguém que queira perguntar alguma coisa, nós vamos agradecer muito por sua ilustre visita e desejar que seja apenas o primeiro de uma série de contatos.

Em combinação com o Secretário Aguiar, vamos projetar a possibilidade da nossa visita.

Estamos aqui à sua disposição. Foi uma honra recebê-lo.

Vamos dar por encerrada a presente reunião, desejando-lhe boa sorte no empreendimento e mais prosperidade ainda ao Biocant. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 46 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia três de maio do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Wilder Moraes, José Medeiros, Donizeti Nogueira, Gleisi Hoffmann, Garibaldi Alves Filho e Valdir Raupp. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Gladson Cameli, Lúcia Vânia e Sérgio Petecão. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, submete à comissão a dispensa da leitura da ata da 3ª reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente submeteu à apreciação da comissão o item constante da pauta da reunião: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 10 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “requer, nos termos dos arts. 90, XIII, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas diligências na cidade de Rondonópolis, no Mato Grosso, para acompanhar a implementação da Universidade Federal de Rondonópolis”. RESULTADO: aprovado o Requerimento nº 10 de 2016-CSF. Em seguida, o Presidente submeteu à apreciação da comissão de ITEM EXTRAPAUTA de MINUTA DE REQUERIMENTO Nº DE 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer “nos termos dos arts. 104-D e 199 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de sessão solene para comemorar os 190 anos de instalação do Senado Federal, cuja primeira legislatura foi estabelecida em 6 de maio de 1826”. RESULTADO: aprovada a apresentação no Plenário do Senado do Requerimento de autoria da Comissão Senado do Futuro. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passo ao item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 10, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, XIII, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas diligências na cidade de Rondonópolis, no Mato Grosso, para acompanhar a implementação da Universidade Federal de Rondonópolis.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero já ler também um convite que fazemos aqui a S. Exª o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH):

Senhor Presidente,

Convido Vossa Excelência, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e membro titular desta Comissão Senado do Futuro, para participar ativamente das audiências públicas que irão debater o tema A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro, em atendimento aos Requerimentos nº 6/2015-CSF e nº 7/2016-CSF.

Cada uma das audiências do ciclo de debates terá como foco os seguintes temas:

1. Futuro da democracia;
2. Indicadores para avaliação da atividade legislativa;
3. Impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo;

4. Novos mecanismos de participação popular.

As duas primeiras audiências serão realizadas nos dias 9 e 16 de maio, às 10h, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Anexo II do Senado Federal. As demais audiências ocorrerão até o dia 15 de junho e suas pautas poderão ser acessadas pela página da Comissão <http://legis.senado.leg.br/comissões>.

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, a Comissão Senado do Futuro tem como competência, além de promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País, buscar aprimorar a atuação do Senado nessas questões, conforme previsto no art. 104-D do Regimento Interno do Senado Federal. Nesse sentido, temos buscado discutir o futuro do Senado e o futuro do processo legislativo, que pressupõe um aumento na participação popular.

Consideramos Vossa Excelência um grande entusiasta das iniciativas advindas da população tanto por meio das Sugestões Legislativas apresentadas pela sociedade civil organizada como das originárias do Programa e-Cidadania. Além disso, Vossa Excelência é reconhecidamente pioneiro em tomar todas as audiências públicas da CDH em eventos abertos à participação dos cidadãos, por meio do Portal e Cidadania.

Atenciosamente,

Senador Wellington Fagundes

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Já temos, inclusive, aqui o cartaz, em que estamos já fazendo a divulgação: Comissão Senado do Futuro. Audiência pública “A tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro”.

Painel 1: “O futuro da democracia”. Data: dia 9 de maio. Horário: 10h. Local: Plenário 3, Ala Senador Alexandre Costa. Participe pela internet: www.senado.leg.br/ecidadania ou ligue 0800-612211.

O próximo painel da audiência pública será “Indicadores para avaliação da atividade legislativa” e será realizado no dia 16 de maio.

Tenho aqui um requerimento extrapauta.

Requeremos, nos termos dos arts. 104-D e 199 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de sessão solene para comemorar os 190 anos de instalação do Senado Federal, cuja primeira legislatura foi estabelecida em 6 de maio de 1826.

Eu gostaria de apreciação dos companheiros, de todos os parlamentares. Quem quiser se manifestar...

Não havendo discordância, todos concordando, está aprovado este requerimento.

Aí, eu determino à Secretaria que veja o melhor modelo de se fazer. Poderíamos até propor, depois, fazer, em conjunto, uma sessão em plenário ou até aqui na Comissão, convidando as pessoas. O tema seria exatamente o aniversário de 190 anos do Senado da República.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião e convido para a próxima, que será realizada no dia 9 de maio, às 10h, próxima segunda-feira, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 09 DE MAIO DE 2016, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3

Às dez horas e seis minutos do dia nove de maio do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Paulo Paim. Registraram presença, também, os Senadores Álvaro Dias e Hélio José, não membros. Deixaram de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Wilder Moraes e José Medeiros. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião destinada a debater o tema “Futuro da Democracia”, em um ciclo de audiências públicas sobre “A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro”, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como convidados o senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal; o senhor LUCIO REMUZAT RENNÓ, Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília; e o senhor SÍLVIO AVELINO DA SILVA, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. O Presidente registrou que o senhor MURILLO DE ARA-GÃO comunicou sua impossibilidade de atender ao convite para estar na audiência. Em seguida, convidou os expositores a comporem a mesa e fez uso da palavra para proferir discurso. Após a exposição dos convidados, o Presidente leu participações de cidadãos que chegaram por meio do Portal e-Cidadania e Alô Senado do Senado Federal, concedeu a palavra aos presentes que acompanhavam a reunião para que fizessem questionamentos e aos expositores para que respondessem aos questionamentos e fizessem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Começando a nossa audiência, quero aqui cumprimentar todos os senhores e senhoras aqui presentes e gostaria de ressaltar que aprovamos, na terça-feira passada, dia 03/05, requerimento de autoria da Comissão Senado do Futuro, para realização de sessão solene para comemorar os 190 anos de instalação do Senado Federal, cuja primeira legislatura foi estabelecida em 6 de maio de 1826. Inclusive, temos aqui um jornal especial do Senado, *Casa do Diálogo*: “Fundado há 190 anos, em 6 de maio de 1826, o Senado marca presença na história do Brasil como espaço para solução de crises, o desenvolvimento do País e a defesa da democracia.”

Esse requerimento foi aprovado nos termos do art. 104-D e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, para realização da sessão solene a fim de comemorar os 190 anos de instalação do Senado Federal, cuja primeira legislatura foi estabelecida em 6 de maio de 1826. Como Presidente, Wellington Fagundes, com apoio de muitos Senadores desta Comissão, dos quais eu gostaria de destacar o Senador Cristovam Buarque, o Senador Wilder Moraes, o Senador José Medeiros, o Senador Donizeti Nogueira, a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Valdir Raupp, que estiveram presentes nessa reunião.

Eu quero ainda, ao abrir esta reunião, dizer que, para mim, hoje é um dia de muita felicidade e realização, porque daqui a pouco nós teremos um ato na Presidência da República, que é a criação de cinco universidades no Brasil, sendo uma delas na minha cidade natal, Rondonópolis, Mato Grosso, cidade polo da região sul de Mato Grosso. Na última vez que a Presidente esteve lá, foi exatamente para inaugurar o maior terminal ferroviário da América Latina. É uma região calcada principalmente no agronegócio, na produção agropecuária, com um dos maiores índices de produtividade do Brasil e do mundo, com alta tecnologia. Por isso a presença da universidade federal, aliás, a transformação do atual *campus* da universidade federal, que é o mais antigo da universidade na cidade de Rondonópolis, na universidade federal da região sudeste de Mato Grosso, sem dúvida nenhuma, representa novas perspectivas de desenvolvimento para região, já que o Mato Grosso é o Estado que mais desenvolve no Brasil, um Estado de 900.000km², onde temos apenas 3,5 milhões de habitantes. Portanto, é um Estado de oportunidades. E essa universidade vai, sem dúvida nenhuma, além de marcar a história da cidade, como um divisor de águas no processo de desenvolvimento, claro, contribuir na pesquisa, principalmente na pesquisa regional, que é a força, como eu já disse, da nossa produção, claro, no ensino, na extensão. O projeto pedagógico foi aprovado pelo Ministério da Educação, Ministério do Planejamento. E hoje, então, teremos esse ato da assinatura do projeto de lei que será enviado ao Congresso Nacional.

Eu já tive oportunidade de falar com o Presidente Renan e com o Presidente, hoje, em exercício, Waldir Maranhão, para que possamos tramitar isso em regime de urgência urgentíssima.

E quero aproveitar aqui a presença de todos vocês que constroem o nosso trabalho legislativo para que a gente tenha, o mais rápido possível, a aprovação desse sonho de uma região que mais se desenvolve no Brasil.

Portanto, eu quero declarar aberta a 5ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Esta será a primeira audiência pública do ciclo de quatro audiências destinadas a debater: “A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro”, em atendimento aos Requerimentos nºs 6, de 2015, e 7, de 2001, da Comissão Senado do Futuro.

Esclareço que esse tema, em função de sua relevância para o Senado Federal, será avaliado pela Comissão Senado do Futuro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre a competência das Comissões Permanentes em avaliar políticas públicas.

Nesse sentido avoquei a relatoria desse trabalho para que, ao final desse ciclo de audiências públicas, possa apresentar um relatório que será submetido a discussão e votação da Comissão.

Esta primeira audiência tem como tema: “Futuro da Democracia”, com foco na seguinte questão: como e quais tecnologias impactarão a democracia e a relação entre a sociedade e o Parlamento.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, a quem tenho a honra de convidar para que esteja aqui conosco, à frente; também o Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Sílvio Avelino da Silva.

E ainda o Sr. Lucio Rennó, Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília; o Sr. Murrillo de Aragão, cientista político e advogado – ele confirmou a presença por *e-mail*, mas houve um imprevisto e, infelizmente, não poderá estar presente nesta audiência. De toda forma, com certeza, com nossos três convidados aqui, haveremos de cumprir muito bem o nosso objetivo.

Antes de conceder a palavra aos expositores, gostaria de contribuir com esse debate e contextualizar nosso trabalho como representante desta Comissão.

Como é de conhecimento dos Srs. Senadores, a Comissão Senado do Futuro é uma comissão permanente que não delibera matérias, ou seja, não oferece parecer aos projetos de lei em tramitação no Senado. Por conta disso e por ter a competência regimental de discutir os grandes temas do País e aprimorar a atuação do Senado Federal, temos buscado realizar audiências públicas com a participação das pessoas presentes e dos cidadãos que enviam perguntas ou comentários por meio do e-Cidadania para discutir assuntos de extrema relevância para esta Casa Legislativa. Nessa direção, realizamos, em 7 de dezembro de 2015, audiência pública interativa para debater o relacionamento do Senado como o cidadão, com a participação de quatro diretores desta Casa, que seriam os mais envolvidos com essa questão.

Agora iniciaremos este ciclo de audiências públicas com este mesmo intuito: construir um Senado Federal mais aberto, transparente, participativo e próximo da população.

Tudo o que for discutido hoje nesta audiência pública servirá de base para uma oficina que será realizada na parte da tarde com a participação de servidores da Secretaria-Geral da Mesa, do Prodasen e da Consultoria Legislativa. Ou seja, a Comissão Senado do Futuro está oferecendo todos os subsídios para o aprofundamento das discussões que teremos agora, contribuindo assim com o trabalho do corpo técnico do Senado e com a construção do Senado do futuro – corpo técnico este cuja relevância e competência quero destacar; eu diria que é, talvez, um dos mais capacitados dos parlamentos mundiais. Por isso, Bandeira, em seu nome, ao saudá-lo, quero aqui destacar a segurança que todos nós, legisladores, temos por meio do trabalho da assessoria de todo esse corpo.

Além de debater em audiências públicas o Senado do futuro e o Senado que desejamos no futuro, temos buscado apoiar iniciativas desta Casa que buscam aumentar a participação popular, bem como a transparência e a divulgação dos trabalhos realizados no Senado.

Nesse sentido, no ano passado, apresentamos, para deliberação desta Comissão, um projeto de resolução com o objetivo de regulamentar o programa e-Cidadania, conferindo segurança jurídica a essa importante ferramenta de participação popular. O projeto, de autoria da Comissão Senado do Futuro, foi aprovado em 26 de novembro de 2015 e deu origem à Resolução do Senado nº 19, de 2015.

Criado, por meio do Ato da Mesa nº 3, de 2011, e em funcionamento desde 2012, o Programa e-Cidadania já tinha alcançado enorme êxito para o que propunha: oferecer aos cidadãos ferramentas para apresentação de uma ideia legislativa, possibilidade de opinar sobre os projetos e enviar perguntas e comentários para os Senadores e convidados em audiências públicas. No entanto, apesar da notoriedade alcançada por esse programa de participação popular, que somente em 2015 obteve mais de nove milhões de acessos pela internet, julgamos necessária a adequação normativa do programa, de forma a torná-lo permanente e em harmonia com as regras previstas no Regimento Interno desta Casa.

Com a publicação desta Resolução do Senado nº 19 de 2015, as ideias legislativas sugeridas por qualquer cidadão no e-Cidadania que obtiveram 20 mil apoios no período de quatro meses passaram a tramitar

na CDH, Comissão de Direitos Humanos, como uma sugestão legislativa, uma vez que a previsão constitucional de iniciativa popular tem funcionado mais como uma barreira, em função da quantidade de subscrições necessárias, que atualmente chegam a quase um milhão e meio de assinaturas, do que como uma eficiente forma de participação da população na apresentação de alteração legislativa.

Por fim, acredito que a discussão sobre o futuro da democracia precisa abordar essa questão da participação popular no Poder Legislativo e, quem sabe, precisaremos promover uma mudança na Constituição para que essa participação deixe de ser letra morta e passe a ser realmente um instrumento democrático e de expressão da soberania popular.

Essa mudança na Constituição necessariamente terá que incluir o uso da tecnologia para o exercício direto da soberania popular, tanto na subscrição de projetos de iniciativa do povo, quanto nas outras formas de participação já existentes ou que venham a existir.

Acreditamos que, sem o auxílio da tecnologia, a participação do povo se torna praticamente inviável. Repito, porque gagueiei neste ponto: acreditamos que, sem o auxílio da tecnologia, a participação do povo se torna praticamente inviável. Olhem que participação: nós já tivemos aqui essa participação da população.

Louvamos as iniciativas recentes da Administração Pública de um modo geral, que passou a dar transparência às informações e gastos de interesse público. Isso deu a possibilidade de qualquer pessoa fiscalizar os órgãos e autoridades, exercendo o controle social. Contudo, mais do que acesso às informações, percebemos que a população tem demandando maior abertura para contribuir diretamente nas decisões políticas desse País.

O futuro da democracia deve caminhar na direção da ampliação do exercício da soberania popular.

Quero aqui aproveitar e registrar, e vou convidar para estar conosco aqui, à frente, o meu primeiro Suplente, Senador, médico, Sr. Jorge Yanai, da cidade de Sinop. Quero convidá-lo para estar aqui, à frente, já que hoje, com criação da Universidade Federal da Região Sudeste de Rondonópolis, a nossa próxima meta é também criar a Universidade Federal da Região Norte de Mato Grosso, com sede na cidade de Sinop, uma cidade jovem e uma das cidades que mais se desenvolvem no Brasil, representando ali o eixo da BR-163, ou seja, promovendo, com isso, a integração do Brasil com toda a Região Amazônica, por meio da BR-163. Sinop está a aproximadamente 500km de Cuiabá, uma cidade-polo de toda a região.

Claro, o nosso objetivo, no futuro, é contemplar a região do Araguaia, com sede na cidade de Barra do Garças, porque, como eu disse, Mato Grosso tem 900 mil km², ou seja, é um Estado que, não tenho dúvida, nos próximos 20 anos, ainda será o Estado que mais se desenvolverá no Brasil.

Hoje, Mato Grosso é um Estado que contribui imensamente com a balança comercial brasileira; somos o maior produtor de soja, respondendo por mais de 40% da produção nacional; somos o maior produtor de carne bovina, com o maior rebanho, de mais de 30 milhões de cabeças; hoje, nós somos o maior produtor de peixe em cativeiro; um dos maiores produtores de carne suína e de aves, exatamente na região norte de Mato Grosso; somos o maior produtor de milho e também o maior produtor de oportunidades. Desse modo, aproveito, aqui, para convidar todos vocês e todo o Brasil para que, se não conhecem, que vão conhecer esse Estado que, volto a dizer aqui, é um Estado de grandes oportunidades.

E, de lá, eu digo o seguinte: quem quer vender espere mais um pouco; quem quer comprar em Mato Grosso compre logo, porque é um Estado onde, em se investindo, claro, colhe-se o resultado muito rapidamente.

Vou passar a palavra, agora, aos convidados. Antes, porém, ressalto que, conforme divulgado na pauta e nas redes sociais, a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211. E, claro, informo que a nossa reunião está sendo transmitida, ao vivo, pela TV Senado e pela Rádio Senado.

O competente Secretário da Comissão, com toda a sua equipe, informa que no YouTube já há mais de 500 pessoas já participando neste momento.

De acordo com o art. 94, incisos II e III, do RISF, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por 20 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, por três minutos, pelos Senadores e Senadoras inscritos, bem como pelos servidores desta Casa e cidadãos que se inscreveram. A palavra será concedida de forma intercalara entre Senadores e demais participantes.

Quero aqui, ao passar a palavra ao Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Secretário-Geral da Mesa do Senado, também registrar aqui o trabalho de toda a assessoria para que nós pudéssemos realizar este evento.

É uma oportunidade para vocês que tanto fazem e, às vezes, não são conhecidos. Você não, Bandeira; você está na televisão, todos os dias, ao lado do Presidente, mas a maioria das pessoas que estão aqui, muitas vezes, não tem essa oportunidade de que o Brasil conheça esse relevante trabalho.

Por isso, quero aqui passar a palavra ao Bandeira, para que ele possa, então, contribuir, esclarecendo, por meio desta audiência, este momento em que vive o Brasil em termos de investimento na tecnologia de acesso pelo cidadão.

Com a palavra o Sr. Bandeira.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Muito bom dia, Sr. Presidente Wellington Fagundes, muito obrigado pela gentileza e pela honra deste convite para participar deste importante debate na Comissão do Senado do Futuro, agradecimento este que estendo, aliás, ao Waldir Bezerra, Secretário da Comissão.

Muito bom dia, meu caríssimo Silvio Avelino. O Silvio, Presidente, é um grande, um essencial parceiro nosso na Câmara dos Deputados, é para quem a gente liga na hora do desespero, na difícil condução que é a parte legislativa do Congresso Nacional, nessa essencial interação entre as duas Casas, na qual o Silvio consegue, com a sua paciência, com a sua delicadeza, com sua inteligência, sempre ser um apoio importante neste nosso trabalho.

Prof. Lucio Rennó, muito bom dia. Já tive alguns contatos com o Prof. Lucio Rennó no âmbito da universidade, é um grande estudioso, é uma pessoa essencial quando falamos em estudo da democracia e a participação popular. É um prazer estar nesta Mesa.

Dr. Jorge Yanai, suplente do nosso Senador Wellington Fagundes, muito bom dia. É um prazer, também, conhecê-lo neste encontro.

Eu queria pedir licença, Presidente, para cumprimentar mais algumas pessoas que vejo na nossa plateia. Eu percebo aqui o nosso Diretor do Prodasen – o Prodasen é um aliado essencial à Secretaria-Geral da Mesa neste processo de modernização da área legislativa do Senado. Por muitos anos, o Senado deixou em segundo plano a sua modernização legislativa, e isso refletiu em uma carência de transparência, uma carência de agilidade, uma carência de disponibilização da nossa informação. O Prodasen, por meio de uma nova mentalidade da sua nova diretoria – aliás cumprimento também o Vladner, também do Prodasen, nosso Coordenador de Informática Legislativa e Parlamentar –, vem aceitando esse desafio de revolucionar a informação legislativa do Senado, e temos diversos exemplos. Eu vou citar alguns deles ao longo de minha exposição.

Quero também cumprimentar o Fábio Liberal, o nosso Diretor da Secretaria de Informação Legislativa, uma Secretaria nova, com pouco mais de um ano, criada já nesse esforço do Presidente Renan Calheiros de enxugamento do Senado. Nós fundimos diversas áreas que não se comunicavam no Senado e criamos a Secretaria de Informação Legislativa, da qual temos alguns Coordenadores aqui presentes, a Fabrisia, o João Murce. O João Murce, quando assumiu a Coordenação de Estatística e Relatórios Estatísticos, Sr. Presidente Wellington Fagundes, eu perguntei a ele: João, você tem ousadia suficiente para jogar fora o que temos aqui e construir um novo Relatório? Ele está sorrindo ali, e disse; “Tenho sim, estou pronto para isso.” Para o senhor ter ideia o Relatório da Presidência foi um desses primeiros passos, talvez, de modernização; durou um ano para ficar pronta a nova visão dele. Ele era publicado – parecia uma lista telefônica – com 1,2 mil páginas na edição de 2014; na edição de 2015, passamos a ter 184 páginas e com mais conteúdo.

O revolucionário foi ter diminuído aquela coisa pesadona, enfadonha até de ler, mas darmos mais conteúdo através de informação interativa, com QR codes, aqueles códigos de barra em quadrados. Antes você via somente quantos pronunciamentos o Senador fez em plenário. Era a informação que você tinha em papel. Hoje eu vejo que ele tem tantos pronunciamentos em plenário, clico naquela informação e vejo quais foram esses pronunciamentos; clico uma vez mais e vejo as notas taquigráficas daquele pronunciamento. Em breve, teremos o vídeo do pronunciamento.

Então, é um objetivo constante de agregar mais informação, mais conteúdo, de uma forma mais fácil, mais transparente, mais acessível. Sem dúvida nenhuma, esse é um grande desafio para o qual a Secretaria de Informação Legislativa e o Prodasen têm sido grandes aliados.

Mas eu preciso, Presidente, iniciar esta exposição fazendo, talvez, uma divisão em três grandes partes do como eu enxergo a democracia no futuro e, particularmente, a tecnologia da informação nesse processo de interação popular com o Parlamento. O primeiro deles é, talvez, um mecanismo passivo para o cidadão no qual eu Estado, eu Parlamento vou entregar mais informação a ele cidadão. Isso se dá através da transparência, através da facilitação de acesso ao conteúdo do Parlamento, e é o que se faz aqui dentro.

Vou lhes dar um exemplo, muito singelo talvez, mas que vai evidenciar o tamanho do desafio. Nós estamos agora com um processo difícil, Presidente, doloroso até, de *impeachment* do Presidente da República. Está em curso, o Brasil inteiro está acompanhando e está vendo isso. Imagine o senhor que esse processo já aconteceu, evidentemente, em 92, mas em 92 imagine o senhor que o conteúdo desse processo, o que estava envolvido na denúncia e o que o Senado fez só veio a ter publicidade 45 dias depois que o Presidente já estava afastado. Aquilo foi veiculado através de um *Diário do Senado Federal* com data do dia 29 de setembro, mas só circulou de fato, só estava disponível para o cidadão poder acessá-lo – comprando, aliás – por volta de

novembro. Era um calhamaço, eram muitas páginas, e isso não ficou pronto a tempo para que a população tivesse acesso. Ainda assim, para ter acesso ao *Diário do Congresso Nacional* – o *Diário Oficial da União*, esse, sim, você consegue encontrar em todos os Estados – era muito difícil. Em geral, ou você era assinante ou pedia pelo Correio e recebia tantos dias depois.

Então, imagine que o cidadão era informado pela imprensa. No momento em que não havia nem TV Senado, nem Rádio Senado, nem Agência Senado, você tinha uma informação possivelmente filtrada. A informação oficial chegou ao cidadão semanas depois. Hoje, nós estamos aqui, ainda não decidimos, o Senado ainda não decidiu o prosseguimento ou não do processo do *impeachment* recebido da Câmara, e no entanto os autos já estão disponíveis há pelo menos 15 dias.

Desde que recebemos das mãos do Dr. Sérgio Avelino justamente o processo original da Câmara com 12 mil páginas e 34 volumes, ele já estava integralmente disponível na internet, para qualquer cidadão poder consultá-lo de A a Z. E o que foi produzido na Comissão Especial, que o Presidente Raimundo Lira conseguiu conduzir tão bem, todos os documentos, inclusive as defesas, os documentos preliminares, requerimentos, ofícios expedidos, todo esse conjunto de informação já está *on-line* disponível para o cidadão. Isso é a primeira parte do que me referi como transparência: dar ao cidadão a informação de forma fácil, para que ele a obtenha.

O cidadão que queira saber, por exemplo, o que é exatamente a PEC 64 ou a PEC 116, enfim, tantos projetos, ou a MP 707, tantas matérias que trazem, despertam o interesse da população, e ele tem condição de saber hoje, em tempo real, o texto que está em discussão, as emendas eventualmente apresentadas e os pareceres apresentados a essas emendas. De forma que ele consegue ter a sua plena disposição aquilo que interessa ao processo legislativo.

Acho que essa é, sem dúvida nenhuma, a primeira das barreiras a enfrentarmos. Sem dúvida, já avançamos muito nisso. A informação já está disponível, só que ela não está fácil ainda, Presidente.

Este talvez seja o nosso maior desafio, o da nossa Secretaria de Informação Legislativa – não é isso, Fabrisia, Fábio? –, tornar isso acessível ao cidadão leigo. Hoje, o cidadão ser instruído em matéria legislativa não é uma instrução qualquer, convencional. O cidadão *expert* em processo legislativo consegue alcançar qualquer informação, que está toda disponível, entender os passos seguintes. Mas dificilmente o cidadão leigo, que não acompanha o processo legislativo, entende a tramitação, os milhares de vieses possíveis, de vertentes que uma matéria pode seguir ao longo de sua tramitação.

Ele, de repente, vê seu o projeto de lei, que foi apresentado, chegou ao Senado, foi lido no plenário, contou prazo de emenda, foi para a comissão. E aí na comissão ele tem um novo prazo de emendas, ele eventualmente chega a ser deliberado e vai para outra comissão. Só que, antes de ser deliberado na segunda comissão, a matéria volta ao plenário.

E eles ficaram sem entender: “Por que voltou ao plenário?” “Ah!, porque houve um requerimento de apensamento a outra matéria mais antiga.” “E por que isso aconteceu?” “Ah!, porque talvez seja uma estratégia de atrasar a tramitação da matéria, mas pode ser também uma estratégia de um autor de uma matéria mais antiga que queira vê-la apreciada em conjunto, apensando duas matérias, para que sejam discutidas conjuntamente, e não que aquela mais nova passe na frente, por assim dizer.” “Sim, e depois acontece o quê?” “Acontece que as duas matérias voltam juntas à primeira Comissão.”

Isso para o cidadão entender é confuso. Pior, do dia para a noite, isso pode receber um requerimento de urgência que arrasta essa a matéria inteira para o plenário. “E como é isso?” “E como se dá isso?” “E por que se faz isso?”

Então, esse tratamento da informação para o leigo precisa ser melhorado. Nós estamos com vários projetos em andamento na Secretaria-Geral da Mesa, com imprescindível apoio do Prodasen, para conceber ferramentas que permitam ao cidadão, por exemplo, Presidente, um gráfico muito simples. Imagine o senhor uma linha reta com pontinhos em que eu pudesse ver o estágio em que a matéria está; uma linha verde com pontinhos verdes, e os futuros pontinhos vermelhos indicando para onde a matéria vai. E que ele pudesse ter uma previsão de qual o caminho pela frente daquela matéria.

Hoje, o leigo não tem essa noção. Quais são os próximos passos? Essa informação não está facilmente disponível, e eu preciso dar isso, até para que ele saiba o momento certo de atuar como grupo de pressão, como corporação, se for o caso.

Bom, falei aqui da primeira vertente, a transparência.

A segunda vertente é a de participação popular: é de dar ideias, fazer comentários e sugestões.

Estamos aqui, hoje, por exemplo, num evento interativo, uma audiência que permite receber perguntas e colocações de cidadãos que nos estejam acompanhando pela internet. O número de eventos interativos teve um crescimento espetacular. Se olharmos, em 2012, fizemos somente um; em 2013, 56; em 2014, 94; em 2015, 306; neste ano, já estamos com 107. O número de participações igualmente vem na mesma crescente:

1.400 participações em 2013; 6.700, em 2014; 8.800, em 2015; 3.600 já em 2016. Isso indica que esse é um bom mecanismo para que o cidadão possa opinar, possa discutir.

Eu lembro, por exemplo, o CPC, ou mesmo o Código da Aeronáutica, que foi recentemente trabalhado na Comissão de Juristas, e que, ao final dos trabalhos, foi colocado para consulta popular. A população pôde olhar aquele conjunto proposto no anteprojeto – sequer era projeto de lei, mas um anteprojeto – e, em relação a ele fazer sugestões, fazer críticas, e várias delas foram acolhidas pela Comissão.

Vejam que interessante. Imaginemos o Código Civil anterior, feito ainda pelo Beviláqua, e mesmo o atual, de 2002. Eles foram feitos por juristas, dentro de seus gabinetes, com pouquíssima capacidade de interação popular.

O atual CPC, vigente há pouco mais de um mês, ao concluir o texto, foi colocado integralmente na internet para discussão, e os cidadãos interessados – inclusive juízes, promotores, advogados – fizeram suas críticas, comentários e sugestões. Isso foi acolhido pela Comissão e discutido em reunião da Comissão de Juristas, antes mesmo de entregar o projeto ao Senado. E, depois disso, seguiu para o Senado, para a Câmara, voltou para o Senado, foi para sanção, já incluindo essa participação popular.

Essa vertente, portanto, à qual me refiro agora é a consulta pública, e ela também vem sendo usada de forma crescente. Em 2013, tivemos 117 proposições; em 2014, 915; em 2015, 1.215; já agora, em 2016, já superei o número de 2015, pois já houve 1.700 proposições examinadas em consulta pública.

Então, seja por meio de audiências públicas, como esta que fazemos agora, seja por meio de consultas públicas que têm por objeto uma proposição específica, estamos avançando na segunda vertente, que é a de permitir a participação popular, o diálogo social.

A terceira vertente, talvez a mais sensível e mais delicada, é a democracia direta. É a democracia participativa, aquela que faria, por exemplo, com que o cidadão pudesse, de sua residência, votar ou interferir diretamente na atuação parlamentar. Sem dúvida, essa última vertente é a mais difícil, a mais perigosa, até, por envolver questões relativas à autenticação da identidade do usuário, as consequências advindas de um eventual projeto de lei aprovado com esse tipo de ferramenta. Isso exige uma maturação muito grande, inclusive por parte do TSE.

Mas podemos imaginar uma série...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Já vou concluir, Presidente.

Podemos imaginar uma série de mecanismos que poderiam ser desenvolvidos para viabilizar essa terceira e última vertente de democracia popular direta.

A primeira delas seria o cidadão poder ser consultado diretamente, através de plebiscitos eletrônicos, a respeito de questões pungentes no País. Seria como se fazer um plebiscito virtual onde, podemos imaginar, houvesse algum tipo de autenticação que o TSE pudesse vir a desenvolver, através da digital do eleitor ou de alguma outra forma de autenticação, e o eleitor viesse a ser consultado diretamente a respeito de determinada questão que interferisse diretamente na sua vida.

Atualmente, a PEC que tem recebido mais acessos aqui no Senado é a PEC 106, de 2015, que propõe uma modificação no número de Parlamentares na Câmara e no Senado.

Imaginemos que essa PEC 106, de 2015, pudesse ser submetida a um tipo de plebiscito prévio à deliberação no Congresso, talvez, ou a um referendo posterior à sua aprovação. Isso teria que ser, evidentemente, amadurecido e avaliado, mas é um caminho, eventualmente, a ser seguido.

Ou o cidadão, diretamente, poderia convocar eleições ou audiências públicas em seu Estado ou apresentar projetos de lei.

Hoje, Presidente, a despeito de termos a iniciativa de participação popular prevista na Constituição, o que vemos, na prática, é que os projetos apresentados pela participação popular são subscritos depois por um Parlamentar, seja pela dificuldade de validar aquelas assinaturas colhidas mediante título de eleitor, etc... Frequentemente, como há dificuldade de se atingir o número, o quociente constitucional, ou de validá-las, um Parlamentar chega e subscreve.

Esse pacote anticorrupção que o Ministério Público apresentou recentemente foi subscrito na Câmara pelo Deputado Mendes Thame e aqui, no Senado, em paralelo, pelo Senador Ataídes Oliveira. Ele não foi apresentado como iniciativa popular. E poderia sê-lo. Foram colhidas assinaturas para isso. Por que não fizemos? Porque o mecanismo de autenticação ainda não é satisfatório. Assina-se a lista e coloca-se o número do RG. Mas quem vai ter condição de verificar se aquele RG confere com aquela assinatura?

Diante da dificuldade de se fazer isso com dois milhões de assinaturas, simplesmente um Parlamentar subscreve, e aquela iniciativa tramita como se fosse do Parlamentar, quando ela poderia ter, talvez, muito mais força se tramitasse como de iniciativa popular.

Então, para isso, talvez essa participação direta, eletrônica, viabilize isso, na medida em que eu tenho que usar um *token* ou um leitor digital, talvez até no celular. Hoje, 80% dos usuários que acessam o e-Cidadania, esse programa ao qual me referi – todos esses números que dei, números do e-Cidadania, nosso programa do Senado Federal, para ouvir comentários e sugestões – usam plataforma celular.

Hoje em dia, os celulares já têm reconhecimento biométrico. Seria esse o caminho? Não sei se seria, mas talvez viabilizar uma autenticação eletrônica poderia facilitar uma série de mecanismos.

Eu vejo aqui o Sérgio Bonifácio, nosso coordenador do sistema de votação eletrônica do plenário, Presidente, e lembro da dificuldade de uso da biometria. Neste momento, o Sérgio está com um projeto de colocar a biometria no plenário. O Senador registraria apenas os três primeiros dígitos da senha – os dígitos são sete – e, em seguida, a digital, como é na Câmara. E no Senado há um problema sério: um número considerável, talvez um décimo, de nossos Senadores não tem mais impressão digital com qualidade para aferir a biometria. Se eu usar um mecanismo de biometria como esse...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Tem que tomar cuidado para não chamar esta Casa de Casa de velhos.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Não, não. Certamente, o trabalho construiu isso. O fato é que há um problema com o uso da biometria no Senado, até por questões biológicas. E se eu quero usar a biometria na participação direta, como fazer para garantir que as pessoas também possam usar esse mecanismo? Ou restringir isso aos de menos de 20 anos?

Portanto, são várias as questões e temos tentado nos preparar para os desafios, Presidente. Pelo menos em relação à primeira e à segunda vertentes.

A primeira diz respeito à transparência, que é ativa do Senado para o cidadão. O cidadão ficaria passivo, apenas recebendo a informação.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – A segunda diz respeito à participação popular, aos comentários enviados, por meio de audiências como esta ou de consultas públicas. Já estamos prontos nesse sentido, isso já está bastante desenvolvido.

O maior desafio é em relação à terceira vertente: como permitir uma democracia direta, uma participação popular direta, com efeito vinculante no Parlamento. Penso que não estamos prontos para isso, mas é o futuro, e devemos trabalhar e discutir nesta Comissão.

Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Para toda a população que praticamente todo dia vê o Sr. Bandeira ao lado do Presidente, sempre falando ao ouvido, está provado que ele pode ser um Senador aqui, pois tem habilidade também ao microfone.

Eu quero também registrar e agradecer o empenho e a dedicação, principalmente a parceria, que esta Comissão teve dos servidores desta Casa, em especial do companheiro Dr. Dirceu Vieira Machado Filho, que é Diretor da Secretaria de Comissões – está ali à frente, com seus óculos imponentes, como professor –; do Alessandro Pereira de Albuquerque, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen); do Danilo Augusto Barboza de Aguiar, Consultor Geral – eu não sei se a câmera está podendo mostrar; da Virgínia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; e da Secretaria da nossa Comissão, o Waldir Bezerra Miranda, que é o Secretário, a Andreia Tavares e a Jéssica Oliveira.

Eu quero registrar que já temos várias participações dos internautas, que vou ler ao final, e estimo aqueles que queiram participar que podem fazê-lo através do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou por telefone: 0800612211.

Registro, ainda, a presença da Secretaria de Informação Legislativa (Sinfleg), na pessoa do seu Diretor, Fábio Liberal.

Passo agora a palavra ao Lucio Rennó, que é professor do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília.

O Sílvio teve um compromisso administrativo na Casa, mas já volta. Então só estamos invertendo.

Com a palavra o Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Lucio Rennó.

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ – Bom dia. Muito obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui. Pela pessoa do Senador Wellington Fagundes, eu cumprimento as autoridades presentes, virtualmente, inclusive, e, por meio da pessoa do Luiz Fernando Bandeira, aos servidores desta Casa, demais servidores e o público em geral.

Como eu disse, é um prazer para mim estar aqui podendo apresentar um pouco das minhas ideias sobre esse tema. Falo hoje como Professor do Instituto de Ciência Política da UnB, mas também como Presidente da Codeplan, cargo que eu estou exercendo agora no Governo do Distrito Federal, em que já estamos tentando implementar algumas dessas coisas que vou mencionar aqui hoje para vocês. Então, na verdade, é uma fala pensando no futuro, mas olhando para experiências concretas no presente, e pensando o futuro da democracia e especificamente o uso das tecnologias de informação e de comunicação nesse sentido de já mapear um pouco do que está sendo feito em âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo para, a partir disso, projetarmos aí um futuro de aprofundamento do uso dessas tecnologias.

A minha apresentação tem o seguinte roteiro: começo falando um pouco sobre as diferentes dimensões da democracia que são afetadas diretamente pelo uso de tecnologias de informação – e aí os senhores e as senhoras vão perceber que há uma sobreposição considerável com a fala do Luiz Fernando, vou tocar em assuntos muito parecidos com o que ele tocou. Depois disso vou passar para a discussão de alguns exemplos, e aí o propósito, o que está na essência dessa argumentação, desses exemplos, é a necessidade que eu constato, tanto da minha experiência concreta, agora no Governo do Distrito Federal, quanto como estudioso do tema, dessa necessidade de aumento da capacidade, vou chamar assim, capacidade computacional e de processamento do Estado. É isso que eu estou percebendo como sendo uma tônica dos exemplos que eu tenho visto de aplicação de novas tecnologias e de inovação na gestão pública. O Estado precisa ser mais bem capacitado, mais bem equipado para gerir o grau de informação a que ele tem acesso hoje. Então, a questão da gestão da informação passa a ser central nessa minha fala.

E, por último, vou apontar para algumas ferramentas, algumas inovações que já estão em curso no uso de tecnologia para, como eu disse, aprimoramento da gestão. Então, vou tentar tocar nesses temas todos nesses 20 minutos que eu tenho.

Vocês vão perceber nessa discussão sobre as dimensões do Estado que são afetadas pelas tecnologias, como eu disse, uma coincidência, uma concordância muito grande com o que o Bandeira apresentou na fala dele. Há algumas dimensões do Estado que são mais propícias a estarem afetadas pelo uso dessas novas tecnologias e por esse aumento da capacidade de gestão da informação. Os temas são exatamente os mesmos, eles só estão numa ordem um pouquinho diferente do que o Luiz Fernando falou, começando, obviamente, por essa ideia de responsividade e representação, que é o papel de identificação das demandas.

Quando a gente está falando de responsividade e representação, o representante precisa estar informado sobre o que a população, os seus eleitores, a cidadania deseja dele, o que ela quer de resultados a partir da ação do Estado. Então, pensando aqui em formas diretas de participação em deliberação e pensando em consultas científicas à população, que é algo que eu vou entrar em mais detalhes depois, você consegue, usando tecnologia, descobrir de forma mais clara e mais generalizável o que a população quer, o que ela está pensando, o que ela entende como sendo prioritário. Então, as novas tecnologias de informação e de comunicação facilitam esse trabalho do representante.

Uma segunda dimensão importante é essa de governança. O que é governança? É governar. São as práticas, as rotinas, as ações voltadas para o processo de tomada de decisão dentro do Estado e para a implementação dessas decisões também, é importante destacar isso. Então, a ideia da governança que estou querendo trazer para vocês é de aumentar a eficiência da capacidade de resposta do Estado. As novas tecnologias ajudam o Estado a ser mais eficiente em responder àquelas demandas que foram percebidas também, possivelmente, ou melhor percebidas também com o uso da tecnologia. Isso envolve tornar processos mais eficientes, isso envolve aumentar a capacidade de gestão da informação no dia a dia da instituição, no dia a dia da organização, e isso está claramente relacionado com a ampliação da capacidade de monitoramento e de avaliação de programas de políticas públicas.

Então, melhoramos muito a nossa capacidade de entender o impacto da intervenção estatal se usamos tecnologias novas e tecnologias avançadas que nos permitam gerir a informação. Por isso eu destaquei no começo da minha fala a questão das inovações tecnológicas e de gestão, que estão muito associadas com o manuseio da informação. A primeira fase, responsividade e representação, está muito ligada a essa ideia da coleta da informação que vem do leitor. O segundo momento, que é esse de aprimoramento da governança, está muito associado ao uso que o Estado, que a instituição, o Poder Legislativo e Executivo, falo indiscriminadamente sobre os dois nesse caso, faz, que passa a ser muito importante para a capacidade de resposta, para a capacidade de dar retorno aos anseios da população. E tecnologia ajuda nisso.

Por último, o ponto não menos importante que os demais, que é essa ideia de transparência, que já foi mencionada antes. Se as duas primeiras fases tocam no aspecto de entender o que a população quer, atuar de forma eficiente em resposta a essas demandas, a terceira fase tem a ver com prestação de contas, a ideia

de transparência, que tem que ser ativa, tem que ser buscada. Temos que pensar em *sites* que disseminem a informação para toda a gama de potenciais usuários.

Eu sou um grande usuário das informações legislativas. Minha pesquisa pessoal é sobre o Poder Legislativo. Eu foco mais na Câmara dos Deputados do que no Senado. E em grande medida eu fiz isso porque o acesso à informação era mais fácil na Câmara dos Deputados do que no Senado. Hoje está mudando. Hoje a gente tem um acesso muito maior. Mas quando eu comecei a fazer isso lá atrás, eu tinha muito mais informações disponíveis sobre um dos entes, uma das Casas. Isso afeta, obviamente, o trabalho de um pesquisador.

Então, temos que pensar essa disseminação de informações para o pesquisador, para o público em geral, para o jornalista e para o legislador. Quanto mais você consiga divulgar e disseminar o que é feito dentro das instituições de Estado, maior a capacidade de controle social, que foi um elemento importante que o Bandeira mencionou aqui no começo de sua fala.

Então, vocês reparam que há aí uma sobreposição muito nítida. Nós estamos falando da mesma coisa, dos ganhos para as diferentes dimensões do Estado, nós só organizaríamos de forma um pouco diferente: coleta da informação, uso dessa informação e retorno para a população através de *sites* que sejam muito comunicativos e interativos. Então, cabe aqui ressaltar esse aspecto da interatividade também dos *sites*, que permitam aos usuários buscar de forma muito fácil as informações que estão lá coletadas, e que essas informações sejam apresentadas de diferentes maneiras para satisfazer as demandas dos diferentes públicos. Ou seja, o papel que cabe à tecnologia da informação e da comunicação para o futuro da democracia é central, é vital, para elementos distintos desse processo.

Então, no que já conseguimos avançar? O que já conseguimos vislumbrar de forma muito clara no uso dessas tecnologias de informação e dessas inovações na gestão pública? Eu trouxe aqui alguns exemplos com o propósito de estimular e aprofundar o debate. Lembro que estou à disposição desta Comissão para o que for necessário, porque acho este tema da maior relevância, e a parabenizo mesmo, como eu disse no começo, por trazer essa discussão para o Poder Legislativo. Trago aqui alguns exemplos para irmos pensando e coisas que já estão em uso e que podem ser mais amplamente utilizadas, mais amplamente disseminadas.

Começamos com a ideia da democracia digital, que Luiz Fernando mencionou em sua fala, que ocorre em diversas formas hoje em dia. Há essa ideia de *e-voting*, de voto eletrônico, que você mencionou, e também de *open access poll*, que são essas enquetes.

Queria destacar aqui uma instituição do Senado que tem contribuído enormemente nesse sentido, que é o DataSenado. O que estou fazendo na Codeplan tem muita proximidade com o DataSenado em vários aspectos, não necessariamente nesse de enquetes, que estão presentes lá no *site* do DataSenado – não sei se há algum servidor do DataSenado presente, acho que seria um bom interlocutor também para esta Comissão. Lá você clica numa janelinha em que você pode votar em algum tema que esteja sendo debatido no plenário ou nas comissões. Isso permite, então, ao eleitor que se expresse sobre aquele tema a partir das informações dadas.

É óbvio que isso traz o problema da autosseleção. O que é um problema de autosseleção? Só participa quem quer. Isto é um dos desafios da questão da ampliação do uso dessas tecnologias para votações e para deliberação pública: como torná-la acessível para todos permitindo o uso de todos? Na forma como ela existe hoje, acaba que só aqueles que querem participar é que acabam participando o processo. Isso é comum em todas as formas atuais de democracia direta.

Orçamento participativo: vai quem quer, participa quem quer. A voz que passa a ser ouvida é daqueles participantes. Então, há uma questão sobre até que ponto são representativas essas formas de democracias diretas hoje existentes. Os mecanismos de democracia eletrônica têm o potencial de permitir uma participação direta mais ampla, obviamente com as ressalvas necessárias e com os avanços tecnológicos necessários para resguardá-las.

Há um segundo mecanismo importante para nós – é muito novo, pessoal. Eu vejo o DataSenado usando isso e nós estamos experimentando isso na Codeplan hoje, que é essa ideia de consultas qualificadas à população com técnicas científicas de amostragem. É usar a pesquisa social como mecanismo de consulta e de participação política.

O que a gente está fazendo na Codeplan é avaliar serviços públicos e fazer pesquisas de opinião sobre propostas legislativas – a gente discutiu com a população recentemente a Lei do Silêncio – onde a gente faz o quê? A gente faz uma pesquisa de opinião pública, com uma amostra representativa da população, por telefone, usando o sistema de *call* *calu center* do Governo do Distrito Federal. Então, a gente consegue captar percepções e avaliações populares de uma amostra ampla da população, estratificada cientificamente, coletada e calculada cientificamente, que não cai no viés de seleção que eu mencionei para vocês antes, dos mecanismos tradicionais de participação. Então, é uma forma de pesquisa, de consulta qualificada.

Há outros exemplos disso. Nos Estados Unidos há uns colegas que fazem os *deliberative posts*, que são uns exercícios de pesquisa em que você coloca pessoas para debaterem temas políticos e depois, através de um questionário, coleta as opiniões dessas pessoas – antes e depois, inclusive, para medir a diferença da exposição à deliberação, à discussão política. Um pouco mais caro do que estou fazendo na Codeplan, mas obviamente muito interessante para captar percepções generalizáveis da população interessada. Então, esse é um mecanismo.

Como eu disse, o DataSenado faz algo semelhante, com pesquisa por telefone, também. Há uma coincidência de interesses. Acho que é um instrumento, uma ferramenta que a gente pode usar cada vez mais.

Um terceiro ponto, um exemplo que já está em voga e de que todo mundo está falando, é a ideia de *big data* e de *data warehouse*. O que é isso? Análise de bancos de dados muito grandes, bancos de dados com observações quase que infinitas e que você pode coletar de múltiplas fontes. Você pode coletar isso, por exemplo, de mídias sociais – monitoramento de redes sociais –, para entender quais são os tópicos, os temas que estão mais em discussão, *trending topics*, como os americanos falam. Você pode usar dados de orçamento, dados de empenho e dados de ordem bancária para descobrir para onde o dinheiro está indo. Você pode usar dados socioeconômicos das populações para analisar o impacto das políticas públicas em diferentes populações.

Então você tem, no uso desses *big datas* – e por isso eu falava de aumento da capacidade computacional do Estado, ou seja, de gestão dessa informação – um instrumento que os avanços da tecnologia podem permitir que a gente faça cada vez melhor. O Prodasen é um exemplo claro de um grande *data warehouse*, de um grande armazém de dados que congrega uma centena, uma quantidade de fontes diferentes para as informações que ele usa. Passa a ser extremamente relevante que esse sistema seja apropriado pelos tomadores de decisão, que os tomadores de decisão usem esses recursos informacionais cada vez mais para orientar seu processo decisório.

Uma outra ideia: esses sistemas de acompanhamento de indicadores de resultado e de processo – sistemas de gestão pública, em que você tenha mapas dos indicadores importantes, dos indicadores daqueles programas de política pública que sejam estratégicos para aquele ente federativo, para aquela instituição pública acompanhar com frequência no tempo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Prof. Lúcio, eu gostaria de interrompê-lo...

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vou passar a Presidência ao Senador Alvaro Dias porque, conforme eu falei, há um evento na Presidência da República, com a assinatura da lei de criação da Universidade Federal, e eu não posso deixar de estar lá presente. Contudo, eu quero aqui, ainda, anunciar que, juntamente com o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, que já está marcado para novembro o grande congresso internacional que faremos realizar aqui, no Brasil, com o apoio do Presidente Renan Calheiros, que já autorizou o Secretário Bandeira a tomar todas as providências nesse sentido.

É importante dizer que a criação desta Comissão foi uma ideia do Senado Cristovam Buarque, juntamente como o seu primeiro Presidente, o Senado Luiz Henrique, espelhados, principalmente, no trabalho que faz o Parlamento do Chile. Nós estivemos lá, no congresso deste ano, onde estiveram presentes 82 palestrantes de nível internacional, entre eles quatro prêmios Nobel, discutindo o futuro do mundo, o pensamento do que podem ser as nossas futuras gerações. E esse será também o objetivo do nosso congresso, isto é, discutir o Senado do futuro. E, quando as pessoas pensam, às vezes, em Senado do futuro, pensam só no nosso papel interno, mas o que se pretende é discutir é, principalmente, o papel do Senado projetado para as futuras gerações.

Aqui já temos um informativo... Ah, não; este aqui é o que aconteceu lá: o *VCongreso del Futuro*, no Chile.

Claro que faremos isso, também, em parceria com o Chile, com a Argentina e todos os nossos vizinhos aqui de continente; e, claro, com a participação de muitos palestrantes, que, inclusive, já estamos convidando.

Eu quero aqui agradecer a todos vocês, dizendo que vou tentar voltar para pegar ainda o final, pois, à tarde, nós teremos ainda as oficinas.

Agradeço muito ao Senador Alvaro Dias por me substituir aqui na Presidência, mas também por ser um sulista, um paranaense, a quem o meu Estado, Mato Grosso, deve muito. Se, hoje, o Mato Grosso tem esse potencial, como eu já comentei antes, deve isso, principalmente, nesse novo momento do Estado, à presença dos sulistas, que desbravaram o Cerrado, enfim, fazendo com que o Mato Grosso seja o Estado onde nós tenhamos, hoje, tecnologia de ponta aplicada, principalmente, na produção agrícola, como disse, com um dos maiores índices de produtividade do mundo.

Então, mais uma vez, agradeço muito a V. Ex^a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Ah, sim!

O nosso Secretário, com toda a sua eficiência, pede que eu anuncie a segunda audiência que nós faremos aqui, para debater o tema: “Indicadores para avaliação de atividade legislativa”.

Eu acredito, de qualquer modo, que ainda poderei voltar a tempo.

Passo a presidência dos trabalhos ao Senador Alvaro Dias, a quem, mais uma vez, agradeço a presença, abrindo mão de estar em outra Comissão da qual participa. Porém, sabemos que esta Casa é assim: nós temos muitas atividades ao mesmo tempo, mesmo sendo uma segunda-feira.

Muito obrigado.

Penso que logo, logo voltarei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PV - PR) – É uma satisfação substituir aqui o nosso Presidente Wellington Fagundes, cumprimentando-o por esta iniciativa.

Eu, enquanto o ouvia, lembrei-me de uma afirmação do grande líder Nelson Mandela, que disse: “Eu me recuso a discutir o futuro sem que estejam presentes os que o viverão”.

E, hoje, nós temos de discutir o futuro mais do que nunca, basta fotografarmos as ruas do Brasil, com multidões de jovens indignados, insatisfeitos, revoltados.

Ainda ontem, em Curitiba, eu ouvia, Bandeira, de um grande jurista e amigo, Dr. René Dotti, um relato sobre o que disse o seu neto de 15 anos. Disse ao avô: “Eu me recuso a cantar o Hino Nacional. Quando cantam o Hino Nacional, eu fico em silêncio, porque o Brasil já é a minha segunda opção. A minha primeira opção é ir embora do Brasil”. Então, nós temos de discutir o futuro deste País para ver renascer as esperanças de multidões de jovens brasileiros que, hoje, desesperançados, jogam a toalha, desistem do País, e, na verdade, o que eles querem não é viver em outro país, é viver em outro Brasil – e essa expressão repetida há poucos dias pelo Ministro Medeiros já tomou conta da internet há várias semanas.

Dando prosseguimento, o Lúcio ainda continua com a palavra. Então, devolvo a palavra ao Lúcio.

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ – Muito obrigado, Senador.

Vou dar continuidade à minha fala, já estou chegando ao final dela. O sino tocou, mas vai tocar de novo, não é?

Como eu estava dizendo, são alguns exemplos de uso de inovações e avanços tecnológicos que têm sido cada vez mais utilizados no âmbito das instituições públicas no Brasil e no mundo.

Havia falado do sistema de acompanhamento de indicadores de resultado e de processo, ou seja, um elemento importante para entendermos o impacto da intervenção pública na sociedade e também do próprio funcionamento interno da instituição pública. Então, a ideia aí de indicadores de processo tem a ver com eficiência, eficácia, efetividade das ações internas dos órgãos públicos no sentido de ampliar a sua capacidade de resposta. Então, as duas coisas precisam ser acompanhadas, e você pensar sistemas que o façam passa a ser também muito relevante para o aprimoramento do funcionamento das instituições democráticas.

Os últimos dois exemplos são coisas que, talvez, estejam mais associadas, eu acho, de alguma forma, principalmente esse próximo, com o Poder Executivo, mas que, obviamente, passa a ser também do interesse do Poder Legislativo, que é a ideia de cidades inteligentes, *smart cities*, que os americanos falam muito, ou seja, de formas de gestão que coletem informações, tenham marcadores, termômetros da qualidade do serviço sendo prestado para a população na ponta, facilite a interatividade do cidadão com o Estado na obtenção de serviços básicos, de pagamento de taxa, enfim uma série de aspectos que estão relacionados com a ideia de eficiência, ou seja, prestar melhores serviços e usar melhor os recursos disponíveis para o Estado, para a prestação desse serviço para a população.

Então, há inúmeros exemplos esparramados aí pelo mundo, e esse é um tema, eu acho, de pesquisa relevante, que os laboratórios de inovação da gestão pública tem também desenvolvido muito e você vê esse tipo de iniciativa esparramada por várias cidades do mundo. Há pessoas que estão se dedicando única e exclusivamente a pensar, através do uso da Inovação e da tecnologia, melhores formas de interação entre tomadores de decisão e população, melhores formas de coleta de informação e de uso da informação.

O último e não menos importante é a melhora, o aprimoramento dos *sites* de transparência, essa ideia de transparência ativa de *sites* que permitem uma interatividade grande. Cada vez mais percebemos isso. O próprio Poder Legislativo é exemplo para esse tipo de atividade e de medida, e que eu não vejo como isso não vá se aprofundar no futuro, inclusive associando a questões como *involting*, como participação direta em processos decisórios através desses *sites* e dessas plataformas.

E, finalizando, pensar quais são algumas dessas ferramentas importantes para viabilizar o aprofundamento do uso da tecnologia de informação e de comunicação na gestão pública. Obviamente que a ampliação do acesso à internet passa a ser vital. Se você não tem internet, se você não tem acesso à internet, você estará excluído, por definição, de todos esses mecanismos de participação. Então as instituições públicas precisam

pensar a universalização do acesso gratuito e de ótima qualidade de internet para a população. Sem essa barreira, não vamos conseguir avançar nada do que estamos falando aqui, tanto para o Estado coletar informação – como eu disse, a internet passa a ser um meio importante para o Estado coletar informação – quanto depois disseminá-la, e por último permitir a participação da população. Essa participação da população é um desafio, não tenho a menor sombra de dúvida.

Um elemento que precisamos pensar são essas assinaturas digitais. Isso já avançou muito recentemente. Permite que acessemos de forma confiável informações exclusivas nossas.

E por que não pensar também em utilizar mecanismos dessa natureza para permitir votação, por exemplo, por internet, além, obviamente, de outros mecanismos de votação? Não estou falando em substituição completa, mas em complementariedade de diferentes modos de você participar do processo político via assinaturas digitais, via biometria, se for o caso. Esses avanços estão associados à proteção da privacidade, que é outro tema muito relevante dentro desse debate sobre o uso de novas tecnologias para aprimoramento da democracia. Então, você tem que se focar muito nessa questão da proteção da privacidade, mas obviamente há avanços, há caminhos. Não é mais um empecilho fatal para aprofundarmos esse tipo de técnica.

Dentro do Estado, obviamente, precisamos investir em *software*; precisamos investir em *software* de gestão de informação e de análises estatísticas; precisamos ter não mais BI (*business intelligence*), é *government intelligence*. Temos que ter inteligência do governo, temos que ter esses mecanismos que permitem a rápida visualização pelo tomador de decisão de volumes muito grandes de informação. Não basta ter o *big data*, mas como é que se usa aquele *big data* e como é que você traduz aquelas informações para o um tomador de decisão.

Esse processo precisa ser aprimorado e, de novo, há avanços relevantes nisso. E já há um uso disso em algumas áreas do Governo – dos governos, eu digo.

Investimento em pensar termômetros marcadores da população, do uso de serviços, para que a gente possa, inclusive, orientar, por exemplo, a população. Se as filas em determinado hospital estão muito longas, já tem que estar comunicado na internet quais são os hospitais que estão com filas mais curtas. A demanda por aquela escola está esgotada. Existe a possibilidade de o gestor criar novas salas de aula naquela própria escola em tempo real. Usar questões, por exemplo, relacionadas com o consumo de energia, monitoramento do consumo de energia em postes públicos. Então, em algumas áreas da cidade, em algumas horas, o poste se acende quando a pessoa passa, ele não precisa estar aceso o tempo todo.

Então, pensar a racionalização dos insumos, dos recursos públicos, para que eles, pensando na ideia de sustentabilidade, estejam disponíveis por mais longo período de tempo, passa a ser fundamental para uma gestão melhor. Essas soluções inovadoras estão sendo muito pensadas dentro do âmbito da discussão de *smart cities*, de cidades inteligentes, e desses laboratórios de inovação da gestão pública.

(Soa a campanha.)

Por último, gostaria de chamar atenção para esse uso que a gente está fazendo na Codeplan e que o DataSenado está fazendo também que é usar os *call centers* dos Governos. Os Governos têm serviços de telefonia que são muito importantes para informar o cidadão da prestação de serviços, e que podem ser muito importantes para a coleta de dados, para fazer pesquisa de opinião pública com amostras baseadas em cadastros telefônicos. Isso é um recurso para o qual o Poder Público ainda não se atentou, eu acho, com a necessidade desejada, ou com a intensidade desejada.

Como eu disse, estamos fazendo pesquisa de avaliação da qualidade dos serviços públicos. Temos um desenho de painel longitudinal. Então, perguntamos para a mesma pessoa, em momentos diferentes no tempo, como ela está avaliando educação, saúde, transporte público e segurança. Então, vamos poder ter uma radiografia, um filme – não é só foto, não é? – no tempo de como isso evolui. Também estamos perguntando agora para o cidadão o que ele pensa de leis específicas que tocam no seu dia a dia. A Lei do Silêncio foi o nosso primeiro caso, nesse sentido. E essa informação é passada adiante, dentro do Governo, para os órgãos responsáveis pela ponta nessas atividades. Então, o uso dessas ferramentas todas, para aumentar o grau de informação do Governo, eu acho que estão sendo subutilizadas e precisariam ser mais bem utilizadas, pensar o melhor uso disso, e aí eu concluo, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população. usar inovação tecnológica e avanço, por si só, não faz sentido.

A nossa meta tem que estar muito clara. E eu acho que a meta de toda instituição pública é de melhoria da qualidade de vida, é de tornar a vida das pessoas melhor. Aumento da eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, melhor monitoramento do gasto público e melhor acompanhamento dos serviços públicos passam a ser elementos centrais, eu acho, para a democracia no futuro. E isso vai melhorar obviamente a responsabilidade à governança e à transparência.

Era isso que eu tinha para hoje.

Obrigado e agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PV - PR) – Agradecemos ao Prof. Lúcio.

E passamos à participação dos servidores inscritos.

Antes, porém, selecionando das perguntas que chegaram pela internet pelo menos três delas. Na participação da Anna Flavia Schmitt, que, aliás, tem uma atuação forte no Twitter e brinca dizendo que é a Dona do Senado, ela diz: “Não haverá futuro para a democracia sem acesso ao Poder Judiciário, sem acesso às bibliotecas bem equipadas e sem um sinal de internet popularizado e interiorizado. Aliás, viver no interior do Brasil é sentir na pele o quanto a democracia faz falta.”

A Anna Flavia é de Santa Catarina.

A participação também da Marília Pereira, de Pernambuco:

Acredito que democracia passe por um trabalho de emancipação popular. Atualmente temos um grande retrocesso no que se refere à emancipação por parte (principalmente) do Congresso. Como a política pública do Brasil pensa em efetivar a democracia dentro desse cenário de retrocesso?

E a outra indagação, finalmente, participação do Ricardo Aires Simas, do Rio Grande do Sul:

O título deste debate é bem amplo: ‘O futuro da democracia’. No entanto, como a pauta possui o enfoque ‘Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro’, solicito que incluam nos debates a diferença entre assinatura digital de documentos. Neste mundo digital, qual a importância e/ou necessidade da existência do documento físico (papel)? Implantar assinatura digital torna oneroso o processo? O parlamentar pode protocolar documentos apenas por meio digital?

Passo a palavra ao Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho para responder essa indagação e, se desejar, fazer considerações sobre as outras também.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Obrigado, Presidente Alvaro. É um prazer tê-lo aqui neste debate, V. Ex^a que foi o primeiro Senador com quem trabalhei quando entrei no Senado há 11 anos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PV - PR) – Na CPI.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Exato, na CPI do Banestado ainda... Na CPI da Terra, mais especificamente.

O Ricardo coloca uma pergunta muito oportuna a respeito do uso da assinatura eletrônica no processo legislativo.

Hoje, no Senado Federal, já utilizamos a assinatura eletrônica no processo administrativo. Todos os servidores e Senadores também, ao encaminhar um expediente qualquer a outro setor interno no Senado, ou mesmo assuntos de pessoal, já utilizam a assinatura eletrônica através de um sistema desenvolvido pelo nosso Prodasen.

No entanto, em plenário, isso ainda não está usado de forma ampla. O Senador protocola por um sistema eletrônico, o Sedol (Sistema de Envio de Documentos Legislativos), o seu projeto, por exemplo, de resolução, ou de lei, mas a assinatura ainda é feita através de uma via física.

Existem estudos, Presidente, para implementar a assinatura eletrônica no Senado, como já é na Câmara. Hoje, por exemplo, numa CPI, ou numa PEC, que exige número mínimo de subscritores para poder tramitar, na Câmara dos Deputados, já é feito um apoio em plenário, através de alguns terminais, onde o Deputado coloca sua senha e, em seguida, a digital. É um mecanismo muito interessante. Acho que pode ser um caminho que o Senado vá adotar, embora eu ainda perceba certa resistência do nosso público interno, dos Senadores, em usar esse tipo de mecanismo.

Percebo que é muito comum a prática de coletar assinaturas nas bancadas dos Senadores, uma a uma, nessa abordagem pessoal de convencimento individual, através da assinatura no papel.

Acho que, sim. Quando implementarmos uma assinatura eletrônica, deveremos certamente conviver algum tempo com os dois sistemas, porque o Senado ainda utiliza esse mecanismo eletrônico.

Mas a pergunta do cidadão é se seria oneroso demais ou se seria difícil implementar a assinatura eletrônica. Não. Já estamos prontos para isso. Já o fizemos na área administrativa. É só uma questão de permitir, nesse sistema Sedol, que ele receba a assinatura eletrônica, com a qual ele não trabalha hoje. Então, acho que seria uma evolução natural do sistema. Só acho que temos uma diferença cultural, uma barreira cultural a vencer, mas isso acontecerá, inevitavelmente, num curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PV - PR) – Estamos recebendo aqui uma quantidade significativa de indagações, de participações de internautas.

O Marcos Scher, do Rio Grande do Sul, pergunta ao Prof. Lúcio, que poderá responder depois: “Se a internet deve ser livre e de boa qualidade, qual a sua opinião sobre a restrição que está sendo proposta pelas empresas de comunicação?” O Dr. Lúcio responderá depois.

Eu faço referência aqui também à participação do Fenelon Correia Araújo Cunha Júnior, de Pernambuco, que diz que concorda com as ideias do Luiz Fernando Bandeira e o cumprimenta. Diz: “Tenho disseminado essas ideias de participação direta do cidadão através dos recursos tecnológicos e voto *on-line* nas pautas dos Poderes Públicos – Congresso, assembleias estaduais e câmaras de vereadores – há anos.”

O Fábio Raposo, do Distrito Federal, também diz: “O futuro da democracia deve ser com maior transparência e participação. Isso só será possível se os investimentos na área de tecnologia forem priorizados nas Casas Legislativas federais, estaduais e municipais.”

A Marília, de Pernambuco, pergunta: “Dentro desse processo de democracia direta e coleta de opinião, como proteger minorias de possíveis vetos populares a leis que venham trazer igualdade e proteção a essas minorias?”

Eu indago, portanto, do Prof. Lúcio sobre essas indagações, especialmente sobre estas duas: a das minorias e a das novas tecnologias da internet.

O SR. LUCIO REMUZAT RENNO – São excelentes perguntas da Marília e do Marcos. Começo pela do Marcos: “Se a internet deve ser livre e de boa qualidade, qual a sua opinião sobre a restrição que está sendo proposta pelas empresas de comunicação?”

Como eu disse aqui, o que eu defendo, para que sistemas como esse funcionem de fato e sejam ampliados, é que as pessoas tenham acesso a essa ferramenta chave que é a internet. Então obviamente o Governo, como interessado nesses processos participativos, e as empresas, como interessadas nesses processos legislativos, devem se esforçar ao máximo para ofertar isso de forma gratuita e pública para a população. Então, obviamente, esses enfrentamentos, as resistências não serão pequenas. É uma tarefa importante que se coloca, mas já há exemplos disso. Você vê internet sem fio sendo disponibilizada em locais públicos. É óbvio que você tem que pensar na questão da segurança da transmissão da informação e em mecanismos que protejam a transmissão da informação. Então, uma internet de livre acesso num espaço público talvez não seja a solução indicada para isso. Obviamente, eu não vou ter aqui uma solução definitiva, nem é esse o meu propósito, mas o meu propósito é começar a estimular e a pensar junto com vocês sobre a viabilidade de oferta desse tipo de serviço financiado com recursos públicos, para que a população de fato possa acessá-lo.

Com relação às minorias, como proteger as minorias de possíveis vetos populares a leis que venham trazer igualdade e proteção a essas minorias, esse é um problema chave, eu acho, da democracia. Ponto. Não é um problema da democracia digital ou de processos de consulta via pesquisa de opinião pública. Via pesquisa de opinião pública você até consegue resolver esses problemas usando estatística, usando ciência. Você pode pesar algumas opiniões, você pode dar maior peso para alguns públicos interessados no processo daquela legislação. Minorias numéricas, mas que tenham interesses muito fortes sobre aquele tema, podem ser ouvidas depois, em outras instâncias, usando outras ferramentas de pesquisa mais detalhadas, com maior nuance.

Eu acho que há, sem dúvida nenhuma, formas de evitar, por meio desse mecanismo, que minorias não sejam ouvidas. Muito pelo contrário, você vai dar é mais voz às minorias, usando esses instrumentos de coleta de informação, possivelmente, e vai permitir pesar as intensidades das preferências. Isso é muito importante na democracia. Nem todos nós temos os mesmos desejos com a mesma força. Nós às vezes queremos uma coisa muito mais do que outra, e isso se desfaz no agregado em públicos que têm preferências com intensidades diferentes. A pesquisa pode captar também a preferência dessa intensidade e pensar soluções que sejam aplicáveis de forma distinta. Temos que começar a pensar em soluções que possam beneficiar certos grupos mais do que outros, possivelmente. A lei pode prever coisas desse tipo, desde que acordado depois por todos ou pela maioria.

Então, eu acho que há mecanismos ainda por se pensar. O desafio que estou colocando aqui é esse, mas acho que já existem algumas experiências que poderíamos aprofundar e aprimorar ao longo do tempo.

Respondo, Presidente? Era isso, não?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PV - PR) – Isso. Muito obrigado ao Prof. Lucio.

Eu tenho que me retirar em função de compromisso assumido anteriormente, e vou passar a Presidência ao Senador Hélio José, que vai conduzir os trabalhos daqui por diante.

Estão inscritos vários servidores que desejam fazer indagações. Eu passo, então, a Presidência ao Senador Hélio José.

O Secretário Luiz Fernando Bandeira teve que se retirar também. Foi chamado com urgência na Câmara dos Deputados.

Eu passo a Presidência para o Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero cumprimentar os presentes e dizer que esta Comissão Senado do Futuro é realmente uma comissão muito importante. Esta audiência pública nos traz a perspectiva de melhorar os trabalhos na Casa, principalmente com a participação massiva de servidores.

Vamos fazer blocos de cinco, para facilitar a resolução.

Com a palavra o Sr. Pedro Rocha.

O SR. PEDRO ROCHA – Bom dia a todos.

Dr. Lucio Rennó, vou lhe apresentar algumas perguntas que nos ocorreram.

O mundo eletrônico, como verificamos, é muito pautado pela agilidade, pela expectativa de respostas ágeis. No entanto, como contraponto, a produção legislativa, a feitura das leis, é marcada pela ponderação, pela prudência.

A ponderação, por ocasião da produção legislativa, é marcada em alguns institutos, como, por exemplo, a existência do bicameralismo, em que há uma câmara revisora e, na vedação, por exemplo, a emenda à Constituição durante o estado de sítio e o estado de defesa.

Dito isso, o senhor acredita que é possível racionalizar o processo legislativo, torná-lo mais ágil, sem que, com isso, se comprometa a sua racionalidade e sem que a feitura das leis sucumba a eventuais paixões momentâneas? Essa é uma pergunta que tenho que apresentar.

Outra questão que nos ocorre é que a discussão sobre o governo e democracia eletrônica costuma trazer implicitamente a expectativa de que, sendo mais fácil, por meios eletrônicos, a deliberação popular, a deliberação pela internet, há expectativa de que essa maior facilidade gere um aumento na quantidade de pessoas que interagem nas discussões políticas. No entanto, a bibliografia sobre o tema é um pouco mais contida, um pouco mais cética; ela ainda tem dúvidas sobre se a maior facilidade de acesso implica necessariamente maior participação. Na opinião do senhor, o crescimento do governo e do Parlamento eletrônico implicará maior participação popular?

Outra questão: o cientista político Norberto Bobbio, ex-senador italiano, curiosamente em um livro seu cujo título é o mesmo deste seminário O Futuro da Democracia, comparando diferentes momentos históricos, faz a seguinte citação: “Uma sociedade na qual os que têm direito ao voto são os cidadãos masculinos maiores de idade é mais democrática do que aquela na qual votam apenas os proprietários e é menos democrática do que aquela em que têm direito ao voto também as mulheres.”

Dito isso, o senhor acredita que, analisando o momento histórico presente, uma sociedade em que seus cidadãos têm mais acesso à tecnologia da informação é mais democrática (essa sociedade com maior acesso tecnológico) do que aquela sociedade em que seus cidadãos têm pouco ou nenhum acesso à tecnologia da informação?

Por fim, ainda examinando a bibliografia sobre o tema do governo eletrônico, alguns autores se mostram céticos sobre a possibilidade de a tecnologia da informação revolucionar a produção legislativa. Por que assim pensam? Basicamente, porque o conhecimento de como se dá o processo legislativo e como trabalham os institutos do Estado ainda não é amplo. Esses autores mais céticos, então, acreditam que a tecnologia da informação não torne mais fácil propriamente a interação na produção legislativa, mas, sim, que torne mais fácil o controle público, o controle social dos agentes públicos, dos agentes do Estado.

Na sua opinião – esta é a pergunta –, para que seja bem-sucedida, inclusive em relação à possibilidade de influenciar a produção legislativa, processo este em que os autores ainda apresentam ceticismo em relação à influência popular por meio da TI (tecnologia da informação), é desejável e, sobretudo, é viável que a maior possibilidade de influência do cidadão no processo legislativo seja acompanhado de uma maior oferta de educação sobre o funcionamento do Estado? Ou seja, o senhor acredita que é viável e possível que, para que a produção legislativa seja mais e melhor influenciada pelo cidadão, seja esse processo acompanhado por maior oferta de educação de como se dá o funcionamento do Estado?

Essas eram as perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k., Pedro Rocha. Parabéns! Eu acho muito profundas as suas perguntas, com justificativas. Eu espero que o nosso palestrante consiga captar tantas perguntas de alto nível.

Vamos lá, Gonzaga, Coordenador da Comissão Permanente. Por favor, Gonzaga, você está com palavra.

O SR. LUIZ GONZAGA SILVA FILHO – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Comissão, na pessoa do Presidente, Senador Wellington Fagundes, e o Waldir, nosso Secretário, está fazendo um trabalho excelente.

Não seria bem uma pergunta, Sr. Presidente. A minha preocupação no processo legislativo do futuro – o futuro está próximo – é a seguinte. Eu estive à frente da Comissão de Assuntos Econômicos por dez anos e sempre me coloquei na posição do público. Uma das grandes preocupações que o público tem, e eu não tenho

esse acesso, é em relação ao Regimento. Para haver maior participação do povo no processo legislativo, seria interessante também que o público conhecesse um pouco do Regimento Interno da Casa.

As pautas das Comissões, como o Bandeira falou, estão tendo um grande avanço de informar passo a passo a tramitação de uma matéria. Mas seria mais importante ainda se, nas pautas das comissões e do plenário do Senado Federal, quando se referisse a determinado artigo do Regimento – isso vai contar com um grande trabalho do nosso Diretor do Prodasen, com sua excelente equipe –, houvesse um meio de informar, naquele momento, aparecendo aquele dispositivo, aquele artigo. Ou também no passo a passo, como o Bandeira falou, toda aquela tramitação que aquela matéria possa vir a ter naquela deliberação da comissão, naquele momento. Então, como fazer isso e como chegar o mais rápido possível ao público, que é o nosso grande interessado?

Então, a minha colocação seria mais ou menos nesse sentido, até como o professor falou, da transparência ativa. Querendo ou não, isso chegaria ao encontro do que o senhor falou, Prof. Lúcio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Luiz Gonzaga.

É Luiz?

O SR. LUIZ GONZAGA SILVA FILHO – Luiz Gonzaga.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Em homenagem ao nosso rei do baião?

O SR. LUIZ GONZAGA SILVA FILHO – O próprio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Carlos Luaiquiri está aí? Não? Então, vou retirar a inscrição dele?

São as cinco. Depois vamos ouvir as respostas e passar para o Sílvio, que vai fazer uma exposição de dez minutos.

Alessandro Pereira de Albuquerque.

Por favor, Alessandro, com a palavra.

O SR. ALESSANDRO PEREIRA DE ALBUQUERQUE – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Presidente, Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

O SR. ALESSANDRO PEREIRA DE ALBUQUERQUE – Duas perguntas para o Prof. Lucio Rennó, coisa rápida.

Sou Alessandro, Diretor do Prodasen.

O Setor de Tecnologia da Informação, apesar da crise econômica, tem se mantido firme. O que eu quero dizer com isso? Essa firmeza, essa continuidade dele gera demandas para uma capacidade produtiva, às vezes, não suficiente.

Eu vi, no eslaide do senhor, logo no primeiro, que o Estado tem que se munir computacionalmente, ele tem que aumentar a sua capacidade de processamento das informações, e eu estendo um pouco para a sua capacidade de pessoal também.

As perguntas são: o que o senhor acha, ou como senhor vê o conceito de *crowdsourcing*, quer dizer, a própria população, o próprio cidadão desenvolvendo sistemas, aplicações, produtos de *software* em nome da cidadania, colaborando com o Estado? O que o senhor acha da computação em nuvem, do *cloud computing*, largamente oferecida no mundo e no Brasil também? Embora a sua adoção embarque riscos e amedronte alguns gestores de TI, é uma realidade.

Então, os tópicos sobre os quais eu queria que o senhor tecesse comentários são *crowdsourcing* e *cloud computing*.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Alessandro, pela objetividade e pela presteza das perguntas.

O Sr. Yuri Lourenço. Está aí o Yuri?

O SR. YURI LOURENÇO – Bom dia.

Meus cumprimentos ao Sr. Presidente, Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado.

O SR. YURI LOURENÇO – Dr. Sílvio, Dr. Lucio Rennó.

Há uma pergunta interessante aqui de um dos internautas, que é o Marcos Scher: como se levar aos Municípios essa tecnologia, já que há um custo?

Daí eu queria só falar para o internauta sobre o Interlegis, que é um programa do Senado que operou, até pouco tempo, em parceria com o BID e é executado pelo ILB, que tem a função de justamente fortalecer o Legislativo brasileiro, provendo as Casas com ferramentas de tecnologia. Então, acho importante ressaltar o papel do Interlegis nessa questão de levar ferramentas de tecnologia para fortalecer as Casas e que pode ter um papel importante também nessa questão da democracia participativa.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Yuri, também pela objetividade.

Concluindo esta etapa, o Sr. Pedro Marques está aí?

Por favor, Pedro, pode fazer a sua pergunta.

O SR. PEDRO MARQUES – Obrigado, Senador Hélio.

A minha questão é a seguinte: hoje temos a impressão, apesar de eu não conhecer estudos, de que a população que mais precisa da intervenção do Estado é a que menos tem acesso a essas ferramentas de TI para se manifestar. E essa população também tem outras demandas que talvez sejam mais urgentes. Então, como solucionar essa questão?

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Pedro, pela objetividade da pergunta.

Ficou para a segunda etapa, depois da palestra do Sílvio, o Ilan Pinheiro. Ele está aí? Ficou o Thiago Guntzel de Souza. Está aí, Thiago? O.k. E ficou o Fábio Liberal. Está aí, Fábio? Então, o Ilan não se encontra, ficaram vocês dois. As perguntas são rápidas e objetivas? Se for, vamos fazer logo então. Por favor, Thiago. Você está passando para o Fábio, Thiago? Então, Fábio, por favor.

O SR. FÁBIO LIBERAL FERREIRA DE SANTANA – Obrigado, Senador.

Para o Prof. Lúcio: o Professor mencionou que as suas pesquisas – o senhor, sendo cientista político, tem uma vasta produção – se concentram nos dados da Câmara porque eram dados de mais fácil acesso. E também mencionou que essa situação está mudando. Eu sou Fábio Liberal, Diretor da Secretaria de Informação Legislativa, essa Secretaria nova que o Bandeira mencionou, que é justamente uma tentativa da Administração da Casa de explicitamente melhorar essas coisas, o que já tem acontecido, com o auxílio do Prodasen.

Eu queria ouvir do senhor um pouquinho mais sobre esse incremento, sobre essa facilitação para que os dados do Senado tenham aparecido. E qual é o seu uso ou o seu conhecimento dos dados abertos que são oferecidos, que podem ser baixados para as máquinas dos interessados e consumidos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Concluiu, Fábio?

O SR. FÁBIO LIBERAL FERREIRA DE SANTANA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado pela objetividade também.

Eu queria comunicar que, mesmo com a questão dessa dificuldade que estamos tendo de horário, de tempo, etc., temos 125 pessoas acompanhando pelo e-Cidadania, o que é muito importante para nós. Eu acho que isso prestigia o nosso portal. Eu quero parabenizar a todos, mandar um grande abraço e dizer que, com muita alegria, estamos aqui acompanhando e fazendo esta audiência pública.

Vamos passar a palavra ao Rennó e, em seguida, daremos dez minutos ao Sílvio, que vai expor todas as questões lá da Câmara para nós. Tivemos o retorno do Sílvio, que foi muito prazeroso para nós.

Vamos lá, Lucio.

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ – Obrigado pelas excelentes perguntas. Nós precisaríamos de mais uma tarde toda para conversar sobre isso. Infelizmente, eu não vou poder estar aqui hoje à tarde. Mas eu fico à disposição para uma conversa continuada no futuro.

Eu vou falar rapidamente, começando pelo Pedro, pela ordem, que fez aqui quatro perguntas em uma fala. Vamos ver o que consigo responder.

Você está certíssimo sobre o seu ponto acerca da passagem do tempo, como ele sendo importante para o processo legislativo. O processo legislativo não é rápido. Uma das pesquisas que eu faço com a minha colega é justamente sobre a duração do processo legislativo e quais são os fatores que estão correlacionados com a duração do processo legislativo na Câmara.

Veja, é fato, sim, que o processo legislativo é mais lento. E não só o processo legislativo, mas a capacidade de resposta de governos no Poder Executivo é mais lenta do que a população gostaria, e isso é um entrave, inclusive para a adoção de medidas desse tipo. O Governo, quando vai tomar medidas desse tipo, que facilitam acesso às demandas, pensa duas vezes se vai conseguir responder àquelas demandas em tempo hábil. Então, a sua ponderação é muito bem-vinda. O que eu lhe digo? Eu lhe digo que o processo legislativo, o tempo de duração dele varia, correto? Às vezes é mais rápido, às vezes é mais longo; em alguns países, é mais rápido do que em outros.

O Brasil, olhando para a Câmara e olhando para a duração toda do processo, é um dos países que têm maior lentidão na tramitação de proposições legislativas, elas demoram mais aqui do que demoram em outros países. Então o aprimoramento, talvez, dos trâmites legislativos, não o aprimoramento, mas a melhora, a adequação – não quero fazer julgamentos de valor – poderia, sim, tornar esse processo mais rápido talvez, sem perda de conteúdo, que é a sua preocupação, não é?

É óbvio, quando a gente está falando da deliberação na Casa, a gente está falando de agregação de informação àquela proposta. Esse é o ganho que o Legislativo traz de conteúdo para as proposições legislativas, agrega mais informação, agrega mais conhecimento, ela se torna melhor teoricamente. Mas eu acho que isso pode ser feito sem necessariamente comprometer a eficiência e a eficácia do processo. Não vou dizer aqui quais seriam essas mudanças, mas imagino que sim, reformas do Regimento, do processo legislativo podem tornar o processo legislativo mais responsivo, mais rápido na sua decisão sem perda de qualidade.

Como eu disse, é assim que ocorre em vários países do mundo onde, para esse processo legislativo, a mediana da duração do tempo é quase que a metade do que a gente vê aqui no Brasil. Então, acho que há caminho para isso, há espaço para isso.

A sua segunda pergunta, sobre se isso implica numa participação popular maior, se há o uso desses instrumentos, eu acho que os dados já apontam para isso, você tem mais gente participando. Quantas pessoas vão participar de processos que não sejam, por exemplo, compulsórios, que sejam voluntários, vai sempre depender do tema específico que está sendo tratado e da intensidade, como eu disse, das preferências das pessoas sobre esse tema. Mas isso não impede que a gente possa tentar ampliar a participação via esses mecanismos.

Eu acho que isso tem a ver também com sua terceira pergunta e, se possível, talvez com sua quarta, que é a complexidade do processo legislativo, se mais acesso tecnológico torna a sociedade mais democrática, eu não diria nesses termos, eu diria que mais acesso da população ao processo decisório qualifica melhor esse processo decisório.

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ – Eu acho que pode ser ganho muito mais em qualidade do que necessariamente em quantidade de participação, e esse é um ganho que tem que ser considerado. Então, eu pensaria muito mais não em ser mais ou menos democrático, mas em qualidade da democracia. Acho que este é o tema, dentro da discussão teórica sobre democracia hoje, que me parece mais relevante do que a gente se perguntar se uma sociedade é ou não democrática: o quanto aquele sistema de fato responde às demandas da população e permite uma melhoria da qualidade de vida através de processos que primam pelos princípios da boa gestão pública. Então, conseguindo isso, eu acho que a gente começa a pensar muito mais numa democracia de mais alta qualidade, de mais intensidade de participação popular do que pensar se é mais ou menos democrático.

É óbvio que há temas de que a população não vai participar. Eu acho que isso está um pouco associado com a preocupação do Gonzaga, conhecimento do Regimento Interno. Não podemos cobrar da população que tenha esse conhecimento do Regimento Interno, não lhe cabe. E não acho que a participação popular vai se dar em todos os momentos do processo legislativo. Não faz sentido isso, ninguém vai aqui abrir para votação popular um requerimento procedimental dentro da Casa. Não é por aí que temos que pensar a participação popular. Ela tem que ocorrer em alguns momentos, em momentos que sejam de dúvida dentro do processo legislativo, dentro de qual caminho tomar, temas que tenham visibilidade popular, para, aí, promover-se algum tipo de discussão sobre esses temas em espaços como este, de acesso ao público, para que as pessoas se informem mais, porque há a questão de quantidade de informação e conhecimento que a população teria para tratar de alguns temas complexos. Eu não imagino a população participando de todas as votações, eu não a imagino participando de discussões procedimentais. Ela vai participar de alguns assuntos, que são assuntos que têm um impacto público muito grande possivelmente, e, nesses casos, ela teria mais informações para poder participar. Então, é nesse sentido que eu vejo a participação da população.

Não sei se consigo responder. São várias perguntas, todas, como eu disse, muito boas. Acho que podemos, sem dúvida nenhuma, voltar a discuti-las depois, em algum outro momento.

Ensino sobre o Estado, de que você falou também – foi você, Pedro? –, é sempre bem-vindo. Acho que formarmos as pessoas para entender o que é governo, o que é Estado, o que é instituição pública no ensino médio, ter um ensino médio voltado para isso, que tenha acesso a informações... Hoje de manhã eu estava no Setor Leste falando sobre uma plataforma que a Codeplan está lançando de acesso a informações sobre a cidade, sobre Brasília. Então, essa qualificação é sempre bem-vinda, mas não acho que seja impeditiva da participação popular. Não é só a educação formal que habilita as pessoas de participar formalmente do sistema político, é a formação que se tem da sua vivência pessoal com os problemas. Então, não diria que é obrigatório, que é uma condição necessária e suficiente para avançarmos nesses mecanismos. O próprio avanço nesses mecanismos de participação aumenta o grau de conscientização da população, aumenta o seu possível interesse por informação, então geraria possivelmente um círculo virtuoso, que dispensaria talvez a formalidade desse treinamento, embora concorde com você de que seria muito bem-vinda.

Eu acredito que a questão do Gonzaga era mais comentário, uma sugestão, e minha reação é neste sentido: o conhecimento técnico não tem que ser exigido na ponta. O conhecimento técnico cabe aqui dentro, o que tem que ser exigido da ponta é um posicionamento sobre conteúdo substantivo em casos extremos: não é no dia a dia – eu acho – do processo legislativo que essa consulta mais organizada à população deva ocorrer, porque, senão, ela inviabiliza, tornaria o processo legislativo ainda mais duradouro no tempo do que ele é hoje. Eu não sei se isso é necessário em todas as medidas legislativas que estão em discussão numa Casa tão complexa quanto esta e a Câmara dos Deputados.

Yuri, eu acho que o papel...

O SR. LUIZ GONZAGA SILVA FILHO – Professor, eu não estou colocando de cobrar, entendeu? É de levar o conhecimento através da tecnologia. Para o público entender: não é cobrar dele, é para levar o conhecimento para ele entender um pouco, até para ele ter uma maior participação.

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ – Perfeito. Isso entra na formação que o colega tinha mencionado, que eu acho que é bem-vinda, mas eu não acho que tem que ser critério para participação, você não tem que exigir isso da população para que ela participe, nesse sentido.

O Interlegis eu acho que tem um papel fundamental na modernização de todas as Casas Legislativas no Brasil. Ponto. E a modernização passa pelo uso de tecnologia de informação. Hoje é falada a mesma coisa. Falar em aprimoramento desses elementos que eu havia mencionado antes – capacidade de gestão, capacidade de coleta de informação, de uso dessa informação – é central.

Então, vejo isso como muito importante, como uma tarefa muito importante que o Legislativo, no nível federal, tem em relação aos legislativos estaduais e municipais. Há muita desigualdade dentro dos legislativos estaduais e municipais nas suas capacidades técnicas e de pessoal, que você mencionou, de qualificação de quadros. Era uma coisa que eu queria ter dito antes, aproveito então a oportunidade.

Acho que esta Casa e a Câmara dos Deputados são excelentes laboratórios para experimentos desse tipo nesses ambientes controlados de votos, de públicos menores, de participação de públicos menores. Então, implementar isso aqui para depois utilizar, expandir isso para outras Casas Legislativas, para a população como um todo em um processo gradual – a gente não está falando em implementar essas mudanças de uma hora para a outra em nenhum lugar, não cabe dessa maneira –, mas usar esta Casa como laboratório para esse tipo de adoção desses procedimentos eu acho que é muito bem-vindo. E depois, obviamente, a disseminação dessa informação e desses procedimentos para outras Casas é importantíssimo, inclusive, para tornar, como o Pedro colocou, o fato de a maior parte da população não ter acesso, verdade, a maior parte das Casas Legislativas não tem acesso, e há demandas mais urgentes.

Eu tenho dificuldade de falar da urgência das demandas, porque a gente também não pode ser condescendente com a população. Hoje em dia os dados da população mostram que o acesso à internet no Distrito Federal é grande, é quase universal. Você tem, nas cidades satélites, 90%, nas regiões administrativas, melhor dizendo, você tem a maior parte da população com acesso à internet. Óbvio, em uma ou outra esse acesso é menor. Isso está relacionado, sem dúvida nenhuma, com renda média da cidade, com escolaridade média. Esses são elementos importantes, mas eu acho que as coisas podem crescer juntas. Eu não vejo necessidade de a gente optar por uma ou outra neste momento. Elas podem ir se desenvolvendo ao mesmo tempo, até porque já há boas práticas e já há exemplos em vários outros locais no mundo que a gente pode inventar. Então, não precisa reinventar a roda, não é, pessoal?

Eu estava falando aqui na minha aula – minha aula, ato falho de professor, faz tempo que eu não dou aula –, na verdade, a minha fala aqui hoje é muito nesse sentido de dizer que já há muito sendo feito. A gente está falando do futuro, mas com um olhar no presente, do que está acontecendo agora. Então, já há muito sendo feito. Eu acho que é uma questão de tentar implementar e adotar essas questões. E elas podem ser simultâneas. Vão até facilitar que outras demandas, por exemplo, ganhem visibilidade, que outras necessidades tão urgentes quanto sejam respondidas, sejam atacadas pelo Estado. Então, eu não acho que seja uma escolha neste momento.

Não sei se foi esse o sentido da sua colocação, Pedro, mas esse é o sentido da minha reação neste momento.

Sem dúvida, Fábio, eu acho que o acesso a informações, dados abertos, eu estudo muito orçamento também, emendas orçamentárias, a isso tudo a gente tem acesso hoje muito mais fácil do que tinha tempos atrás.

A própria tramitação legislativa, na sua complexidade, o Luiz Fernando falou das idas e vindas de um processo. A gente consegue acompanhar e quantificar isso, codificar isso hoje com muito mais facilidade do que conseguia há alguns anos, quando comecei a fazer pesquisa aqui. Então, certamente, percebo uma evolução muito grande.

Deixei suas perguntas técnicas de lado, Alessandra. Agora é que me lembrei delas. Por favor, me deem só mais um minuto.

Toquei no seu ponto da qualificação de quadros. Eu acho isso fundamental. Esse é um problema generalizado e vai ser um problema ainda mais grave em Estados e Municípios, porque os gastos com pessoal hoje são um gargalo central da Administração Pública nesses entes da Federação. Quer dizer, aumentar os quadros, eu acho difícil. Qualificá-los passa, então, a ser fundamental.

Crowdsourcing e cloud computing. Sem dúvida, a ideia de *software* livre, de estimular a produção de *software*, de estimular a produção de aplicativos... Quando eu estava falando daqueles termômetros da população, obviamente estava pensando em aplicativos desenvolvidos que facilitam a comunicação da população online com o Estado. São coisas simples, como saber o horário dos ônibus, botar GPS em ônibus para a gente saber seu horário, ou ter algum sistema de comunicação dos ônibus que permita que as pessoas visualizem isso com facilidade.

O desenvolvimento disso não cabe só ao Estado. O que o Estado pode fazer é fomentar, ele pode promover eventos como *hackathons*, eventos em que você convida essa juventude que sabe muito mais dessa questão hoje do que a gente, que lida com ele no seu dia a dia, para nos auxiliar. Em troca de quê? Em troca de acesso ao dado, em troca do desenvolvimento do aplicativo, do *software*. Eu acho isso fundamental, e o Estado tem um papel importante nisso, de fomentar isso. Ele não precisa construir tudo sozinho, gente, não cabe mais isso. A gente tem que pensar em parcerias, a gente tem que pensar em estimular essa criatividade que está lá e, depois, permitir que isso se transforme em emprego. O desemprego é um grave problema no Brasil hoje e, como você bem disse, esse é um setor que sofre menos nessas crises, é mais resistente a elas. Por quê? Porque há muita demanda por informação, pelo uso da informação. Então, o Estado teria que se beneficiar, eu acho, desse público cada vez maior de programadores que estão no mercado para construir produtos interessantes coletivamente.

Conheço menos sobre *cloud computing*. Por isso, fico menos à vontade para falar sobre o assunto, porque eu não sei quais são, necessariamente, os riscos envolvidos. Obviamente você tem que ter mecanismos de proteção dessa informação, de proteção da privacidade no uso de *big data*, de análises pelo Estado dessa abundância de informação que a gente tem hoje. Eu acho que tudo o que torne esse processo mais eficiente e que aumente a capacidade computacional do Estado, desde que com segurança, me parece fundamental. Mas essa é uma discussão técnica que esta Comissão terá que ter com os técnicos da área. O meu propósito hoje era dar uma visão mais geral sobre esses diferentes temas e suas implicações para o regime democrático.

Obrigado pelas perguntas. Eu estou à disposição desta Comissão para o que for necessário. Posso responder perguntas por *e-mail*, se houver mais. É porque realmente o meu tempo está acabando e eu não sei quanto tempo a gente ainda tem, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Correto, Lucio. A gente está pensando em fazer mais 10 minutinhos aqui com o Sílvio, porque ele vai dar uma visão da Câmara dos Deputados, onde é Secretário da Mesa – o Bandeira é aqui do Senado. Eu acho que é interessante

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ – Eu quero ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vou pegar só cinco perguntinhas aqui do pessoal do e-Cidadania que eu acho que têm tudo a ver. Esta, da cidadã chamada Marília Reis Pereira, de Pernambuco.

Ela pergunta o seguinte: “Dentro desse processo de democracia direta e coleta de opinião, como proteger as minorias de possíveis vetos populares e leis que venham a trazer igualdade e proteção a essas minorias?” Só um minutinho, universitários, Só um minuto para o Lucio entender.

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ (*Fora do microfone.*) – Já respondi a estas duas, Marília e Marcos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Já, não é? Então está bem. A outra é sobre o uso das tecnologias da informação, que, geralmente, demanda elevado custo financeiro. Pergunta: “Como implementar tecnologias em Municípios pequenos e com poucos recursos? Que ideias e sugestões os senhores apresentam para os pequenas Municípios?”

Este outro aqui, de Brasília, o Mauro Araújo Bezerra, pergunta: “Gostaria de colocar que, para existir um Senado do futuro competente, é primordial que haja honestidade total e restrita em seus componentes.” Ele acabou não fazendo a pergunta.

O Marcos, do Rio Grande do Sul, falou: “Prezados, eu e meu colega Ricardo Simas estamos participando dessa audiência exatamente por participarmos dos programas do Interlegis e por estarmos implantando aplicativos produzidos pelo Senado em nosso Município.”

É uma coisa interessante, uma participação muito interessante.

Este outro, o Fábio Raposo, de Brasília, fala o seguinte: “O futuro da democracia deve ser com maior transparência e participação. Isso só será possível se os investimentos na área de tecnologia forem priorizados nas casas legislativas federais, estaduais e municipais.

Ele está correto, não é?

Este outro, o Atair Lima, também de Brasília, fala o seguinte: “O futuro da democracia, sem dúvida, deve ser com maior participação dos cidadãos. Para isso, a iniciativa popular de leis deve ser facilitada, com a apresentação de projetos e colheita de assinaturas pela internet.”

Então, há uma série de questões colocadas que só demonstram o grande alcance que estamos tendo. Estou apresentando – vamos ouvir o Sílvio agora – aqui a CPI da Anatel. Já coletamos todas as assinaturas e vamos promover, o mais brevemente possível, a instalação dessa CPI. Estamos concluindo esta semana, deveremos apresentar amanhã o relatório da CPI do Futebol, que deve ser votado na outra semana, para que tenhamos *time* e condição de instalar a CPI da Anatel.

Na CPI da Anatel, o grande objetivo que colocamos é exatamente o papel que a Anatel, como uma agência pública, deve ter de fiscalizar e regulamentar a política pública definida pelo Ministério das Comunicações e pelo Governo brasileiro e não fazer um *lobby* para as empresas. Acho que as empresas já têm seus sindicatos, que as representam muito bem e fazem o seu papel. Então, vamos ter que diferenciar aqui essa confusão, porque a Anatel está sendo sindicato das empresas ao invés de ser uma agência que defende os interesses da comunidade em geral, que paga imposto e que define o funcionamento da Anatel.

Depois, quero ouvir a sua opinião, Professor, e a do Sílvio a respeito disso. Antes disso, vamos passar para o Sílvio, nosso membro da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que tem feito um trabalho extraordinário. Vamos ouvir suas experiências e suas sugestões sobre a questão da democracia no processo legislativo.

Por favor.

Dez minutos.

O SR. SÍLVIO AVELINO DA SILVA – Senador Hélio José, Prof. Lucio Rennó, inicialmente, eu gostaria de me desculpar porque, por motivos alheios à minha vontade, tive que me afastar para atender a demandas do Presidente da Câmara dos Deputados, do Presidente em exercício. Por essa razão, não foi possível eu estar presente durante todo o tempo das exposições que foram aqui feitas e da participação da sociedade, com as suas perguntas, bem como dos presentes, que questionaram e contribuíram para o grande sucesso deste evento, tal como se manifesta até agora.

Bom, o que eu gostaria de falar é que a atuação da Câmara dos Deputados no sentido de dar maior visibilidade à atividade legislativa e propiciar a participação da sociedade nos seus trabalhos se deu, ao longo dos últimos anos, de forma bastante diversificada.

Podemos ter como marco inicial a criação da Comissão de Legislação Participativa, na gestão do então Presidente Aécio Neves, hoje Senador, que criou essa comissão, que tinha como objetivo receber da sociedade civil organizadas propostas legislativas que pudessem vir a se tornar projetos de lei ou matérias de cunho legislativo que pudessem tramitar pela Casa e, eventualmente, chegar ao Senado ou até à sanção presidencial. Ou seja, seria uma maneira de se traduzir a iniciativa popular das leis mediante a apresentação de sugestões a essa Comissão de Legislação Participativa.

Esse processo se mostrou bastante dinâmico. Foram diversas as sugestões recebidas, centenas, que deram origem a projetos que hoje tramitam na Casa e que, provavelmente, virão ao Senado ou, eventualmente, irão à sanção.

Continuando a evolução desse processo, criamos internamente, por meio do nosso Centro de Informática, setores que pudessem receber da sociedade qualquer manifestação, de modo que os Deputados pudessem sempre vir a ser municiados dessas manifestações e, eventualmente, tomassem para si a iniciativa de apresentação também de um projeto de lei. Logicamente, isso já seria um avanço, na medida em que, uma vez recebida pelo Deputado que ele ajudou a eleger, o eleitor veria sua proposta ser materializada sob a forma de uma proposição legislativa.

Na sequência disso, criamos ainda formas de participação da sociedade civil dentro das próprias reuniões das Comissões permanentes e temporárias, por meio de um canal chamado Portal e-Democracia, semelhante ao que existe no Senado. Dessa forma, qualquer cidadão, durante a realização de uma audiência pública, por exemplo, pode apresentar seus questionamentos, sugerir novos questionamentos aos Deputados e a todos aqueles que participam da audiência pública.

Enfim, foram criados mecanismos que possibilitassem, de maneira efetiva, a participação da sociedade em todos os trabalhos realizados pela Câmara dos Deputados.

Logicamente, toda essa gama de informações que chegam do cidadão é hoje compilada e é também disponibilizada pelo portal da Câmara. Então, essa participação não fica, digamos assim, intramuros. É uma

participação aberta, é uma participação transparente, e o objetivo da Casa é permitir que todo cidadão possa também participar dos trabalhos legislativos.

Uma situação que se criou, ao se estabelecer esse mecanismo de participação da sociedade, foi de perfeita harmonia nas diversas fases do processo legislativo. As comissões atuam como um ambiente em que já há a participação natural da sociedade por meio das audiências públicas, nas quais o cidadão, ou técnico, ou o estudioso de determinado assunto ali comparece para debater com os Parlamentares acerca dos temas que ali são colocados na pauta.

Enfim, existe hoje, na Casa, uma grande mobilização para que se permita que a sociedade, efetivamente, participe de todo esse processo, e a tecnologia da informação é o canal pelo qual a sociedade terá sempre uma participação efetiva.

Em face dos acontecimentos mais recentes, aliás, dos últimos momentos, dos últimos minutos, que logo todos deverão tomar conhecimento, eu creio que teremos que mudar um pouco até o sentido das nossas atividades, mas eu estou à disposição para esclarecer qualquer ponto e responder às perguntas de vocês.

Quero agradecer ao Senador Hélio José, ao Prof. Lucio e ao Bandeira, que estiveram fazendo parte desta Mesa, e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Concluiu?

Gente, o Prof. Silvio aqui é o cara, é o Bandeira – a maioria aqui é do Senado – da Câmara. Ele acompanha o dia a dia de tudo que acontece na Câmara.

Ainda há quatro inscritos, e eu vou priorizar ouvi-los. O professor vai ter que sair e eu e o Sílvio vamos ficar para concluir. Vamos ouvir o professor e suas considerações finais e alguma avaliação daquelas quatro perguntinhas que eu lhe fiz para podermos, então, liberá-lo. Eu e o Silvio continuaremos aqui para as próximas perguntas.

Professor.

O SR. LUCIO REMUZAT RENNÓ – Mais uma vez, agradeço pela oportunidade de vir aqui conversar com vocês. Infelizmente, eu vou ter que sair.

Eu não vou entrar em detalhes agora, Senador, até porque eu desconheço toda a tramitação dos processos que o senhor mencionou, mas, certamente, o Estado vai ter que comprar brigas grandes e boas com os órgãos, as empresas, na verdade, que trabalham no setor para que isso seja universalizado de fato e o acesso seja estendido a pequenos Municípios, enfim, à população, que tem grande possibilidade – o Pedro falava dessa sua preocupação – de ficar excluída desses processos.

Se estamos pensando no avanço, no futuro da democracia, se estamos pensando na melhoria da qualidade da prestação de serviços públicos, não temos como falar em uso de informação, em acesso à informação e em acesso por voz via internet. Então, é uma condição *sine qua non* para essa discussão avançar, que essas disputas sejam feitas e que os órgãos de regulação do mercado atuem de acordo com o interesse da população, facilitando o acesso a esses recursos, dos quais a internet é o principal, e diminuindo o custo desses serviços. Mas eu entendo que não é uma disputa fácil, pois envolve vários interesses distintos. O importante é que eles sejam ouvidos e que consigamos construir algum consenso sobre a disponibilidade desses serviços para o maior número de pessoas possível.

Agradeço mais uma vez e peço desculpas, Senador, peço desculpas, Sílvio, porque vou ter que me retirar. Obrigado.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, caro Prof. Lucio Rennó. Estamos aqui às ordens. Um abraço ao meu amigo Ivan de Toledo Camargo, reitor da UnB, meu colega de turma por quatro anos.

Obrigado.

Carlos Roberto da Silva está aí? (*Pausa.*)

Não.

Então, Virgínia Malheiros Galvez.

A Virgínia está aí? (*Pausa.*)

Também não.

Daniel de Melo Vieira.

Ele está presente? (*Pausa.*)

Não.

Leandro Cipriano.

Está aí? (*Pausa.*)

Também não.

Ilán Alisson.

Por favor.

O SR. ILAN ALISSON FERREIRA PINHEIRO – Boa tarde.

Obrigado pela oportunidade, Senador Hélio José e todos os presentes.

A minha pergunta, dado o horário e tudo que já discutimos, que posso direcionar ao Sr. Senador e também ao Sílvio, se desejar, é: de que forma esse caminho que está se apresentando, das oportunidades da atuação direta do cidadão no processo legislativo, modifica esse conceito da representatividade daquela pessoa eleita para realizar um plano que foi apresentado no período das eleições e de que forma isso se modifica, acredito, tendo uma ação muito mais próxima da população?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k, Ilan.

Haveria mais dois que queiram fazer perguntas para o Sílvio? Se houver, fiquem à vontade. (*Pausa.*)

Não?

Tudo bem?

Então, é o seguinte: creio que, dessa forma como o Senado do Futuro está fazendo, no sentido de propiciar a democracia, a abertura, de permitir que pessoas capacitadas como vocês possam colaborar para que a gente possa definir sistemas que propiciem a participação popular, Ilan, a gente pode avançar nesse sentido.

O Sílvio, com certeza, tem todo o escopo da Câmara. Então, vou passar para ele fazer todas as suas considerações e, depois, fazer a sua consideração final também, para a gente concluir o nosso trabalho aqui hoje.

Por favor, Sílvio.

O SR. SÍLVIO AVELINO DA SILVA – Muito bem. A pergunta é interessante, e o que eu posso responder acerca disso é que, efetivamente, a interferência é positiva e é efetiva. A gente percebe que, hoje, os Parlamentares, muito mais acostumados a lidar com essa questão das diversas mídias e redes sociais, interagem com o seu representado a todo momento. Então, é fato que, na medida em que o cidadão endereça ao seu Parlamentar qualquer proposta, sugestão de alteração ou de iniciativa de alguma matéria legislativa, ela, efetivamente, é levada em consideração independentemente das propostas discutidas anteriormente no processo eleitoral com sua base ou mesmo durante o processo em que os Parlamentares retornam às suas bases para conversar com a sua comunidade. Eles estão ligados com o cidadão o tempo todo. Então, efetivamente, é uma ferramenta que produz resultados, e resultados bastante favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sílvio, se você quiser fazer as suas considerações finais também, fique à vontade.

O SR. SÍLVIO AVELINO DA SILVA – Bom, eu só gostaria de agradecer o convite da Comissão. Acho que é uma iniciativa fabulosa da Mesa Direta do Senado ouvir os técnicos, ouvir o cidadão acerca do que se pretende com o Senado do Futuro, e a Câmara dos Deputados, com certeza, não tardará a tomar uma iniciativa semelhante a essa, porque a participação da sociedade é fundamental para que o processo legislativo se dê de forma transparente, tranquila e harmônica.

Agradeço, Senador Hélio José, o convite da Comissão e me coloco à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer ao Sílvio, ao Bandeira, ao Prof. Lucio Rennó e, principalmente, a vocês que estão aqui até esta hora participando deste importante evento. Para a Comissão Senado do Futuro, é muito importante esse tipo de debate para a gente avançar.

Quero comunicar a todos essa decisão da Câmara dos Deputados de anular o processo do *impeachment*. Com base num processo solicitado pelo Advogado-Geral da União, por cerceamento de defesa e prejulgamento e fechamento de bancadas pró-isso ou pró-aquilo, foi acolhido o processo de nulidade daquela votação e convocada outra votação, para daqui a cinco sessões, na Câmara dos Deputados.

Isso terá efeito imediato aqui, no Senado, pois, na sexta-feira passada, a Comissão que analisa o *impeachment* já havia aprovado a admissibilidade do processo por 15 votos a 5 e esse processo seria avaliado no plenário do Senado na próxima quarta-feira. Com essa novidade, eu ainda preciso saber do nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, o que vamos encaminhar na Casa a respeito desse procedimento.

Tenho notícia de que alguns partidos entrarão com mandado de segurança junto ao STF para tentar manter a votação que já houve na Câmara dos Deputados. Então, vai depender da posição do STF para saber se vamos dar continuidade ao processo aqui, nesta Casa.

Eu sempre disse que votei aqui pela admissibilidade, que vou votar pela admissibilidade na próxima quarta-feira, mas sem fazer prejulgamento, sem ter posição definida quanto ao julgamento do mérito, porque a gente precisa conhecer o mérito na plenitude, saber toda situação, para definir o voto no momento adequado, que é exatamente o momento do julgamento, porque juiz nenhum tem de falar a sua posição antes de julgar. Tem de falar no momento do julgamento a posição do mérito com relação à questão do *impeachment*.

Com relação à admissibilidade, eu deixei claro que acataria em respeito à Câmara dos Deputados, instituição séria, responsável, centenária e que, por mais de dois terços, havia se posicionado em favor do *impeachment*, e não fazendo qualquer tipo de prejulgamento.

Então, vamos ver como se desenrola essa questão, e, com certeza, vocês terão as informações.

Fico agradecido a todos os presentes.

Boa tarde a todos e bom almoço.

E às mães aqui presentes um grande abraço, um beijo no coração e que Deus as ajude a serem sempre felizes ao lado de seus filhos.

Muito obrigado.

Um abraço grande.

Mais uma vez, agradeço ao Sílvio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 16 DE MAIO DE 2016, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezesseis de maio do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Paulo Paim. Deixaram de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Wilder Moraes e José Medeiros. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião destinada a debater o tema “Indicadores para avaliação da atividade legislativa”, em um ciclo de audiências públicas sobre “A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro”, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como convidados o senhor ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ, Diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; o senhor PAULO CARLOS DU PIN CALMON, Diretor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília; a senhora MAGNA INÁCIO, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais; e a senhora MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES, Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em seguida, convidou os expositores a comporem a mesa e fez uso da palavra para proferir discurso. Após a exposição dos convidados, o Presidente leu participações de cidadãos que chegaram por meio do Portal e-Cidadania e Alô Senado do Senado Federal, concedeu a palavra aos presentes que acompanhavam a reunião para que fizessem questionamentos e aos expositores para que respondessem aos questionamentos e fizessem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos!

Quero declarar aberta a 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Esta será a segunda audiência pública do ciclo de quatro audiências destinadas a debater a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro, em atendimento aos Requerimentos nºs 6, de 2015, e 7, de 2016, da Comissão Senado do Futuro.

Como já foi informado na primeira audiência, esclareço que este tema, em função de sua relevância para o Senado Federal, será avaliado pela Comissão Senado do Futuro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre as competências das Comissões Permanentes em avaliar políticas públicas. Nesse sentido, avoquei a relatoria deste trabalho para que, ao final deste ciclo de audiências públicas, possa apresentar um relatório que será submetido à discussão e à votação desta Comissão.

Esta segunda audiência tem como tema “Os Indicadores para Avaliação da Atividade Legislativa”, com foco nas seguintes questões: Como avaliar o desempenho do Senado federal na produção legislativa? Quais os critérios indicadores para essa avaliação? Como a tecnologia da informação pode contribuir nessa avaliação?

Foram convidados para esta audiência a Srª Maria Regina Alvares Magalhães, Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ligada à Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. V. Sª está presente? *(Pausa.)*

Então, V. Sª é convidada a estar aqui conosco.

Também o Sr. Antônio Augusto Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar. Também está convidado para estar aqui conosco.

Também o Sr. Paulo Carlos Du Pin Calmon, Professor da Universidade de Brasília, é nosso convidado.

A Srª Magna Inácio, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

Temos mais um convidado que ainda não chegou, mas, de qualquer forma, queremos anunciar, pois logo estará chegando: Sr. Fabiano Guilherme Mendes Santos, Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Antes de conceder a palavra aos expositores, gostaria de ressaltar que esse ciclo de audiências públicas se insere na competência regimental da Comissão de aprimorar a atuação do Senado Federal. Nesse sentido, esta Comissão está buscando possibilitar este debate acerca do futuro do processo legislativo, que servirá de base para a construção do próximo programa de modernização dos sistemas legislativos e parlamentares a ser desenvolvido pelo Prodasen e a Secretaria-Geral da Mesa.

Após cada audiência pública desse ciclo, um grupo de servidores da Secretaria-Geral da Mesa, Prodasen e Consultoria legislativa se reunirá em uma oficina para aprofundar esse debate que realizaremos agora, no período da tarde. Nessa oficina que será realizada, então, à tarde, contaremos também com a participação dos seguintes expositores que aqui se encontram: a Consultora Maria Regina Alvares Magalhães; a Prof^a Magna Inácio e o Prof. Fabiano Guilherme Mendes Santos.

Esta audiência que estamos promovendo na Comissão Senado do Futuro é de suma importância para esta Casa Legislativa, uma vez que ainda não temos, de forma clara, indicadores e critérios para avaliar a produção legislativa no Senado.

Como resultado dessa avaliação, acreditamos que a produção legislativa, que é uma das atividades desenvolvidas pelos Senadores, poderá ficar mais acessível aos cidadãos, facilitando a compreensão do processo legislativo e possibilitando maior participação popular. Desse modo, os cidadãos poderão exercer um direito constitucional de controle social sobre as atividades governamentais, também avaliar a atividade legislativa. Isso redundará na contribuição, portanto, com a construção de um Senado mais transparente, participativo e próximo do cidadão.

Vou passar a palavra aos convidados, ressaltando que, conforme divulgado na pauta e nas redes sociais, a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – vou repetir: www.senado.leg.br/ecidadania –, ou ligando para o número 0800-612211, repito: 0800-612211.

Como os convidados já estão aqui, de acordo com os §§2º e 3º do art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por dez minutos, com uma tolerância de pelo menos mais cinco. Em seguida, abriremos a fase de interpelação, por três minutos, pelos Senadores e Senadoras inscritos, bem como pelos servidores da Casa e cidadãos que se inscreverem ou que já se inscreveram, pois também podem fazê-lo ainda. A palavra será concedida de forma intercalada entre Senadores e demais participantes.

Vamos conceder a palavra ao primeiro convidado, Sr. Antônio Augusto Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, a quem já agradecemos imensamente a presença e por ter ao nosso convite prontamente atendido.

Antes de passar diretamente a palavra, quero dizer que também convidamos algumas assembleias legislativas. Está presente conosco: Adolpho Konder Homem de Carvalho Filho, Subdiretor-Geral de Informática – poderia se identificar –, e, ainda, Antônio Carlos Ribeiro Faria, assessor da Subdiretoria-Geral de Informática da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – pode também se identificar –, a quem também queremos agradecer. Aqui está o ofício do Presidente da Comissão, este é o ofício que mandamos, e a resposta é eles estarem presentes na nossa audiência.

Mais uma vez, lembro que qualquer cidadão ou aluno pode participar, por meio do *site* a que já me referi, do portal e-Cidadania ou do telefone 0800-612211.

Vamos agora ouvir o Sr. Antônio Augusto de Queiroz, que é Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

V. S^a dispõe de dez minutos, com mais cinco de tolerância.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Inicialmente, eu queria cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Senador Wellington Fagundes, meus colegas de Mesa e convidados. É uma satisfação participar desta importante audiência pública.

Gostaria de iniciar chamando a atenção para algumas considerações de natureza geral, o que é muito importante para efeito de avaliação de uma instituição do Poder Legislativo, como o Senado Federal. Tais observações são profundamente oportunas em razão do ambiente político por que passa o País neste momento. Então, é importante resgatarmos o valor das instituições. Para isso, é importante clarear o seu papel.

Eu queria começar dizendo que a primeira missão do Parlamento, além de viabilizar a democracia, é organizar e resolver, de forma democrática e pacífica, as contradições que a sociedade não pode nem deve assumir, sob pena de retorno da barbárie. O Parlamento exerce quatro funções fundamentais na democracia: representar, alocar recurso público, legislar e fiscalizar.

Além disso, atua nas dimensões política, legislativa e de agente de governo, e, nessas tarefas todas, representa a sociedade brasileira. É, portanto, o fórum legítimo e apropriado para a solução das demandas da sociedade a serem traduzidas na forma de lei de políticas públicas. E nessa perspectiva se constitui na arena própria decisória para a solução, mediação e articulação dos conflitos entre setores da sociedade e os agentes públicos.

Todos nós sabemos que as políticas públicas, como regra, traduzem a ideia de valor, de alocação de recursos ou benefícios, distribuição de bens e serviços públicos para localidades, indivíduos ou grupos, além

de regular a relação entre pessoas e entre estas e as instituições públicas ou privadas. Em função disso, nas decisões do Congresso, ou nas decisões que o Congresso tome a respeito de políticas públicas, haverá sempre ganhadores e perdedores. É uma questão de escolha. Portanto, a contribuição do Parlamento para a paz social, por intermédio dos Deputados e dos Senadores, é enorme porque tem a função de arbitrar os conflitos na sociedade, definindo quem ganha o quê, como e quando.

Por fim, não se pode nem se deve confundir as decisões que a instituição toma. A natureza das decisões que adota em determinadas circunstâncias é que pode ser objeto de julgamento e até decisões.

O que tem ocorrido no Brasil ultimamente? A falta de educação política, de estímulo à participação cívica e a pouca divulgação dos valores da cidadania fazem com que muita gente no País não saiba o que são, o que fazem e como funcionam as instituições de Estado, inclusive o Poder Legislativo.

Não sabem, por exemplo, que o Estado dispõe de três monopólios cujo modo como são utilizados pode ou não fazer justiça. São os monopólios de impor conduta e exigir seu cumprimento, ou seja, o poder de arrematar exércitos e fazer uso da força para fazer valer suas decisões; o de tributar ou de cobrar impostos, taxas e contribuições compulsoriamente de toda a sociedade; e o de legislar. Ou seja, o de fazer leis obrigatórias para todos e para cada um. Tampouco sabem que esses monopólios são colocados em prática por intermédio de poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, e que os titulares do Executivo e do Legislativo são eleitos diretamente pela população, pelo voto direto. Aí falta a consciência de que o eleitor é o titular do poder. Quando ele delega para que alguém, em seu nome, possa representar, alocar recursos, fiscalizar ou administrar uma cidade, um Estado ou mesmo a União, sempre deve fazê-lo com base no programa, com exigência de prestação de contas e também de alternância no poder. Então, sem esse nível de consciência, a consequência será desinformação e assimetria de informação, o que leva à desqualificação da política e dos agentes políticos, que é a pior forma de ignorância e de má-fé.

Os veículos de comunicação fazem um recorte do que querem divulgar, escolhem as suas fontes. Entre uma notícia positiva e uma negativa, o espaço será reservado para a negativa. Então, as instituições têm obrigação de divulgar aquilo que fazem de positivo, porque, se depender da imprensa, se estiver concorrendo com uma notícia negativa, dada a pressa, o espaço e os interesses envolvidos, certamente a negativa vai se sobrepôr.

Todos os avanços do processo civilizatório foram produto de decisões políticas: direitos civis, direitos políticos, direitos sociais, direitos difusos coletivos, direitos bioéticos. Ou seja, a solução dos problemas coletivos passa necessariamente pela política. Portanto, resgatar o valor da política e promover avaliações críticas a respeito do funcionamento das instituições e da atuação dos agentes públicos é uma medida extremamente oportuna. Então, cumprimento a Comissão Senado do Futuro por promover esta audiência exatamente para definir indicadores para avaliação das atividades legislativas, iniciativa que considero extremamente oportuna.

A matéria naturalmente é complexa. Podemos ter pelo menos três vetores que interferem no tipo de avaliação. O poder de agenda dos outros Poderes, especialmente do Poder Executivo, a dinâmica do processo legislativo e o poder de rejeitar matéria ou de manter suas decisões mediante derrubada de vetos, no caso do próprio Poder Legislativo.

Os indicadores de avaliação, conforme a Comissão propôs aqui, são basicamente três: como avaliar o desempenho do Senado Federal na produção legislativa; que critérios indicadores para essa avaliação; como a tecnologia da avaliação pode contribuir nessa avaliação.

A primeira pergunta que se impõe é se é possível avaliar a produção legislativa considerando como tal a transformação da proposição em norma jurídica de uma das Casas do Legislativo, tendo em conta que o Congresso é bicameral. As normas jurídicas com equivalência ou *status* de lei passam necessariamente pelas duas Casas, seja separadamente, seja em sessão conjunta. Então, o que considerar nessa avaliação? A iniciativa legislativa; a capacidade de emendamento; a qualidade dos debates; a assiduidade dos membros da Casa; a representatividade da decisão, com participação das minorias nos diversos colegiados; os instrumentos de participação ou de iniciativa popular presentes na Casa? Há uma série de indagações que, quanto à resposta a elas, fica evidente que o critério quantitativo não deve ser o mais adequado para efeito de avaliação.

Então, registro, preliminarmente, que a avaliação de desempenho do Senado Federal na produção legislativa deve ser feita sempre à luz da complexidade do processo que envolve a elaboração legislativa no Brasil.

Embora o Senado constitucionalmente tenha muitas atribuições, dentre as quais a de opinar sobre emenda à Constituição, iniciar projeto de lei, aprovar tratados e acordos internacionais, contar com poder de investigação do Executivo, poder manifestar sobre projeto de lei, avaliar estado de sítio, de emergência, participar do processo de impedimento de autoridades governamentais, autorizar a entrada ou a saída em guerra do País, poder derrubar veto, nomear ou autorizar nomeação de juízes das cortes superiores, substituir o Presidente da República nos impedimentos do vice e do presidente da Câmara, participar da autorização de plebiscito, autorizar a aprovação de medidas provisórias, participar da nomeação de embaixadores, dispor de

exclusividade para iniciar determinado tipo de projeto, participar da escolha de presidente do Banco Central e outras autoridades da área econômica, participar da eleição do presidente do chefe de Estado e chefe de governo em caso de vagância da presidência em período que exige eleição indireta, ter a prerrogativa de presidir o Congresso Nacional, participar da nomeação de procuradores gerais... Então, há um leque de atribuições muito grande do Senado. Há, entretanto, três decisões que precisam ser pesadas para efeito da análise do índice de avaliação do Senado.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Duas dessas são desfavoráveis em termos de iniciativa legislativa.

A primeira é o fato de que outros poderes e órgãos, além do Congresso Nacional, dispõem de iniciativa legislativa em alguns casos em caráter privativo, como o Poder Executivo em diversas matérias, além da capacidade ou da prerrogativa de pedir urgência para suas matérias.

Então, temas administrativos, como servidores, estrutura de órgãos, são de iniciativa privativa do Executivo. Toda matéria que vier sobre esse tema, a iniciativa é privativa do Executivo. As matérias orçamentárias: exclusivas do Executivo. As proposições sobre previdência passaram a ser exclusivas do Executivo. De modo que pelo menos 40% dos temas que o Congresso delibera são naturalmente de iniciativa privativa do Poder Executivo.

Portanto, a participação do Legislativo estaria limitada a, eventualmente, aperfeiçoar essa política pública emendando.

A segunda é que todas as proposições externas, Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público e outros órgãos com iniciativa, assim como a iniciativa de Deputados, além de terem um rito especial em relação às de iniciativas do Senado, começam sua tramitação pela Câmara. Em todas essas matérias em nível constitucional, em nível infraconstitucional, a palavra final é da Câmara. Portanto, o Senado tem pouco controle a respeito do produto final. Pode emendar, mas a casa de origem pode fazer a opção pela proposta original.

A terceira é que apenas em matéria de iniciativa dos Senadores ou naqueles casos em que houver emenda do Senado e a Casa revisora mantiver é que o Senado poderá reivindicar autoria, portanto contabilizar como de autoria do Senado.

Assim, se forem consideradas apenas as proposições transformadas em norma jurídica, o Senado fica em desvantagem. Tanto em razão da iniciativa de outros poderes e órgãos quanto em função do número de Parlamentares de cada Casa.

Imaginem, você tem 513 Deputados, cada um propondo projetos, vai superar em número, de longe, as iniciativas do Senado.

Outro dado relevante é que a Câmara delibera muito com o poder terminativo das Comissões e o Senado, mais concentradamente, no Plenário.

Eu tenho aqui um dado de estatística de produção legislativa do Congresso como um todo. Isso é interessante, porque, historicamente, o Executivo sempre fez mais leis, mas, se a gente excluir aquelas de iniciativa privativa do Executivo, como as MPs, as matérias orçamentárias e outras, o Congresso ganha de longe em termos de número de leis.

Em 2015, mesmo sem desconsiderar essas matérias de iniciativa privativa, o Poder Legislativo aprovou 82 leis, teve 82 iniciativas, o Executivo, 72, o Poder Judiciário, 8, e outros Poderes, uma; 163 leis aprovadas em 2015 e, portanto, o Congresso em vantagem em relação a isso.

Então, apenas para citar e detalhar melhor esses dados de 2015, eu tenho aqui uma série de 2007 até 2015, vou citar apenas o exemplo de 2015. Das 165 leis ordinárias aprovadas, 82 foram de iniciativa de Parlamentares de Comissões, sendo 47 da Câmara e 34 do Senado e uma do Congresso; 72 do Poder Executivo, sendo 29 oriundas de medida provisória, 37, de projeto de lei do Congresso Nacional, matéria orçamentária, e 11, de projetos de lei – portanto, apenas em 11, os Parlamentares poderiam concorrer, em tese, com o Poder Executivo; em todas as demais, seria privativa exclusiva –; 8 do Poder Judiciário e uma do Ministério Público da União. E, dessas proposições, 163, 115 foram votadas em plenário e apenas 48, conclusivamente, pela Comissão.

Então, fica evidente aqui que não dá para avaliar pelo número de projetos transformados em lei a avaliação do Senado. O critério deve considerar indicadores como o tempo de tramitação de seus projetos, a efetividade da Casa na resolução de problemas e demandas, os serviços de informação e os instrumentos de participação colocados à disposição, e um bom exemplo aqui no Senado são as Comissões com a presença de juristas para elaboração e atualização de Códigos de Processos, muitos dos quais revistos por iniciativa do Senado.

Outro exemplo é o caso da chamada Agenda Brasil, atualmente em debate, que propõe uma série de marcos regulatórios em diversos campos, como a melhoria do ambiente de negócios, o equilíbrio fiscal, a proteção social, a reforma administrativa do Estado, enfim, uma série de matérias.

E o Congresso, tanto Câmara, quanto Senado, possui um centro de excelência que poucos Parlamentos no mundo e o próprio Poder Executivo possuem, que é uma Consultoria Legislativa formada pelos melhores quadros da Administração Pública do País. Se dizia no passado que havia uma assimetria de informação entre Executivo e Legislativo. Posso afirmar que os quadros dos Consultores do Senado foram os melhores que existiam no Poder Executivo e que, por concurso, migraram para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, de modo que o Senado e a Câmara não deixam nada a dever em matéria de competência técnica na formulação de políticas públicas. Esse é um elemento que faz uma diferença muito grande.

Então, para avaliar do ponto de vista institucional, tem-se que levar em consideração todos esses aspectos.

Do ponto de vista individual, não vou entrar aqui, porque o tempo não permite, a gente lá, no Diap já faz, há bastante tempo, a partir de três critérios – o institucional, reputacional e o decisional –, qual é o nível de importância do Parlamentar na definição da agenda, na negociação, na formulação da política pública.

Então, para concluir, Presidente, queria apenas reforçar o fato de que o Senado Federal pode até criar, e deve criar, novos instrumentos para estimular a participação da sociedade, mas deve sobretudo divulgar os de que já dispõe, e dispõe de muitos.

Eu acho que, talvez, com exceção da hipótese de se permitir que entidades de caráter associativo, pudessem, como substituto processual, apresentar projeto de lei. Então, por exemplo, você faz uma PEC autorizando que entidades sindicais, movimentos estudantis e outros possam subscrever seus dirigentes, em nome dos seus representados, para apresentar projeto de lei, no mais acho que está muito bem contemplado.

O cidadão, o acesso ao Congresso Nacional, o nível de transparência a respeito do que está sendo debatido no Congresso, como um todo, e no Senado, em particular, é muito grande. Então, você precisa, por exemplo, há a ideia legislativa, qualquer cidadão pode propor e tendo o apoio de 20 mil pessoas transforma-se em um projeto de lei. A consulta popular, o cidadão pode dar uma opinião sobre um projeto de lei em tramitação. Há eventos interativos aqui de que um cidadão participa. Há a hipótese de propor um tema para debate que pode provocar uma audiência pública se 10 mil pessoas subscreverem. Há a escola do legislativo, o Interlegis, e o curso a distância através do ILB. Ou seja, precisa-se popularizar e democratizar isso.

Desde que extinguiram no Brasil as disciplinas de OSPB, de Educação Moral e Cívica e de Estudos de Problemas Brasileiros, por preconceito, porque na época da ditadura foram direcionados para defender a doutrina de segurança nacional, não se colocou no lugar algo que permitisse ao cidadão saber exatamente qual é o papel das instituições e um cidadão que não sabe o que fazem as instituições de Estado não pode ser declarado como tal.

Eu queria, então, agradecer a oportunidade. Pedir desculpas por não ter trazido sugestões objetivas e colocar-me à disposição do debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – É importante dizer que toda a nossa audiência está sendo gravada e, portanto, além de estar registrada aqui nos Anais, servirá, também, de material para os nossos consultores definirem a política pública que estamos relatando.

As perguntas eu vou deixar para o final.

Então, convido, agora, pela lista de inscrição que aqui foi definida, o Sr. Paulo Du Pin Calmon, Professor da Universidade de Brasília.

Eu não sei como foi bem esse critério, mas o que a gente poderia fazer seria intercalar um homem e uma mulher, até para suavizar a voz.

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Se V. Exª quiser, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Não, porque, às vezes, o tema fica... Vocês preferem?

A SRª MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Nós pedimos para ficar por último.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, as mulheres é que estão definindo.

Com a palavra o Professor Paulo Carlos Du Pin Calmon.

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Muito obrigado, Senador, eu quero agradecer ao convite, fico muito honrado, a Universidade de Brasília, de maneira especial, fica muito honrada de estar aqui presente. Agradecer, também, o apoio e o convite dos colegas aqui do Senado, sempre muito colaborativos e é sempre um diálogo interessante entre a Universidade e o Senado Federal.

Bom, eu queria, na condição de professor de ciência política, Diretor do Instituto de Ciência Política da UnB, fazer uma reflexão bastante breve sobre essa questão da avaliação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Está ligado? Pronto. Está bom assim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Fazer uma reflexão bastante breve sobre a questão da avaliação e como é que ela pode ser aplicada no âmbito do Legislativo.

A definição clássica de avaliação é atribuir valor ao mérito de um determinado objeto...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – ... a um determinado objeto que será avaliado, baseado em determinados critérios e com o objetivo de proporcionar o aperfeiçoamento desse objeto, dessa política, desse programa.

Então, a avaliação tem, subjacente a ela, uma coisa extremamente importante, que é o compromisso com o aperfeiçoamento, o compromisso com a aprendizagem, o compromisso com a melhoria. Não se avalia simplesmente por se avaliar. Avalia-se com o intuito de se criar um processo de aprendizagem organizacional, de aperfeiçoamento organizacional.

Então, esse é um elemento que me parece ser extremamente importante. E quando nós olhamos para o Legislativo e perguntamos: “Exatamente, o que nós vamos avaliar no Legislativo? Que objetos serão foco da nossa avaliação?”

Primeiro, é bom esclarecer que existem vários esforços, várias tentativas anteriores de se criar critérios de avaliação do Legislativo. A literatura nacional e, especialmente, a internacional, criou vários *benchmarks*, como eles chamam, para avaliação do Legislativo. A União Parlamentar Internacional, a Associação Britânica dos Parlamentos, a Associação Internacional dos Parlamentos da Língua Francesa e o próprio Banco Mundial, nos seus trabalhos sobre governança desenvolvem instrumentos, critérios e itens que devem ser avaliados e que podem, de certa maneira, inspirar um modelo avaliativo aplicado para aqui para o Senado Federal.

Isso é muito...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Só para entendimento, compreensão e esclarecimento da população, a nossa reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado. Já começaram a chegar as perguntas, e eu quero repetir mais uma vez, porque a Assessoria nos pede, para informar que os cidadãos que querem encaminhar os comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo portal e-Cidadania, no espaço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Então, como já foi falado, esta audiência também servirá de base para a nossa Assessoria estar trabalhando a nossa música deste ano. Por isso é importante não só a participação dos nossos palestrantes, dos nossos convidados bem como da sociedade como um todo. E aí também as pessoas que quiserem dentro da plateia se inscrever podem já ir adiantando aqui com a nossa Secretaria.

Retorno a palavra então ao Professor Paulo

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Obrigado Senador.

Então, voltando nosso raciocínio, exatamente o que nós devemos avaliar do ponto de vista do Senado? Qual é o objeto a ser avaliado?

Como já foi notado pelo nosso colega Antônio Augusto, o Congresso, o Legislativo tem algumas funções básicas. Há uma certa diferença na literatura, mas, de maneira geral, a literatura converge para três funções básicas, fundamentais: a função de legislar, a função de representar e a função de fiscalizar.

A função de fiscalizar é uma tradução, meio tupiniquim, da palavra *oversight*, cuja tradução, no meu modo de entender, pessoal, mais precisa seria supervisionar e não fiscalizar – a função de supervisionar. *Over*, sobre, e *sight*, visão: supervisão.

O que significa legislar e como nós podemos pensar em termos de legislar? Legislar está associado a duas coisas: à produção das normas, das leis; e, de certa maneira, à publicização dessas normas e dessas leis. Então, são dois aspectos que podem ser analisados dentro da função de legislar.

A efetividade na legislação é também objeto de discussão e análise no âmbito da Ciência Política. Vários indicadores sobre essa efetividade têm sido propostos e discutidos. A maioria deles significa atribuir, de certa forma, a efetividade ao cumprimento de uma determinada agenda proposta – seja pelo legislador, seja pela Casa – e à demonstração de em que medida essa agenda proposta é efetivamente encaminhada, aprovada, transformada, convertida em lei.

Os indicadores utilizados para isso normalmente calibram o número de propostas presentes em cada fase do processo legislativo – a proposta na sua fase inicial, a proposta que entra na comissão, a proposta que

tem ações após a comissão, a proposta que é aprovada pela Casa e, finalmente, a proposta que é sancionada em termos de lei – e classifica essas propostas normalmente em três ou quatro categorias.

As categorias mais usadas são: aquelas que têm um caráter comemorativo ou simbólico, aquelas que têm uma natureza substantiva e aquelas que têm uma natureza muito importante – e esse muito importante reflete a atenção e o destaque que a sociedade e a imprensa dão a essa proposta.

Então, na verdade, você tem indicadores de efetividade que podem ser pensados, e pesos podem ser atribuídos para o sucesso de uma proposta em cada uma dessas fases do processo legislativo, assim como pesos podem ser atribuídos para as diferentes naturezas dessas propostas: aquelas que têm uma natureza mais comemorativa/simbólica, aquelas que têm uma natureza mais substantiva e aquelas que são muito importantes.

E aí você teria um indicador de efetividade do desempenho de um Senador, de um legislador, ao longo de um ano. Mas você também poderia fazer isso para avaliar agregando as propostas de uma comissão – e aí medindo a efetividade da função legislativa da comissão –, ou de um partido, ou de uma bancada, ou da Casa como um todo.

Então, esse é um trabalho bastante interessante e que obviamente demanda uma série de tecnologias associadas a ele. A tecnologia mais útil nesse sentido tem a ver com a codificação adequada das propostas legislativas e o uso de um Senado *paperless*, onde todos os documentos circulam pela internet ou de forma digital, e têm um código apropriado que permite, efetivamente, o rastreamento dessas propostas.

Havendo a codificação e havendo a digitalização dessas propostas, você pode montar uma base de dados com acompanhamento de todas essas propostas.

E o cálculo do índice se torna uma questão de se elaborar um algoritmo; uma questão trivial de programação. Não é nada muito complicado.

A questão da publicização também é importante e caminha junto com isso. É uma das deficiências que vemos nos legislativos brasileiros, porque a publicização envolve não apenas o fato de a matéria estar lá em PDF, mas também o fato de o cidadão, de maneira geral, e os próprios legisladores terem a capacidade de encontrar essa matéria, acessá-la e, de certa maneira, utilizá-la nas suas ações, no seu dia a dia.

Então, existe uma série de atividades que podem ser desenvolvidas em relação a isso. Mas, no estímulo da atividade de legislar, para fomentar essa questão do aperfeiçoamento da função legislativa, há uma série de outras tecnologias que têm sido muito utilizadas. Nós temos visto uma transformação radical acontecendo na maneira como as inovações tecnológicas têm sido incorporadas nos parlamentos do mundo inteiro. Exemplo mais significativo é o que está acontecendo no Parlamento inglês e no Parlamento australiano. Eu chamo a atenção para esses dois países, pois eles têm sido alvo de discussão uma vez que se caracterizam como modelo de digitalização e informatização do Parlamento.

Para fomentar a atividade legislativa e de certa maneira também a atividade de representação, tem sido pensada uma série de tecnologias importantes, dentre as quais, o uso ostensivo e centralizado das mídias sociais.

As mídias sociais são fato, elas estão presentes hoje. Podemos ver, nas ruas, estudantes universitários, cidadãos, usando dessas ferramentas. Até mesmo nas sessões da Câmara e do Senado, assistindo à televisão, vemos os congressistas apelando para as mídias, recebendo tuítes, mensagens pelo WhatsApp e conversando com os seus correligionários, com os seus eleitores. Então, o uso das mídias sociais deve ser pensando e incorporado estrategicamente.

O uso das mídias sociais pode ser medido. O Facebook, o Twitter geram indicadores que nos permitem não só entender a colaboração entre os Deputados e Senadores, nas discussões e no debate sobre as leis, mas também aferir a representação, o contato com os eleitores, com os correligionários.

Outro elemento importante são as *web conferences*, conferências pela internet. Isso tem sido muito utilizado por alguns Deputados e alguns Senadores que não estão presentes fisicamente, como temos visto, na participação de sessões.

A existência de videoconferência permite às pessoas fazerem depoimentos abertamente. Essas salas de *web conference*, em diferentes cidades do País, também permitiriam ao cidadão participar, acompanhar as sessões, votar e ser consultado.

Muitos não têm a tecnologia na sua própria casa e precisam dessas salas específicas disponibilizadas.

Há a ideia de petição eletrônica, o que existe muito na internet. A gente, volta e meia, recebe um pedido de petição eletrônica. Mas é preciso que haja a institucionalização das petições eletrônicas, da maneira de inserir isso dentro do modelo.

Todas essas tecnologias, como as salas virtuais, podem ajudar não apenas a função de legislação, de legislar, mas também a função de representação e teriam um efeito muito importante. Essas tecnologias todas estão associadas a indicadores, todas elas podem ser medidas. Portanto, há como se pensar não apenas na efetividade da produção legislativa, mas também na efetividade da publicização da produção legislativa e na

efetividade do exercício da função de representação, tendo como indicadores os advindos dessas facilidades que a tecnologia proporciona.

Falei rapidamente sobre a função de legislar e sobre a função de representar e, finalmente, falo da função de fiscalizar ou de supervisionar, que, acredito, é uma das mais promissoras a serem desenvolvidas. Falo do papel de supervisão das políticas públicas. E quem realiza a supervisão das políticas públicas nos parlamentos? No parlamento americano, nos parlamentos europeus, no Parlamento da União Europeia, nos parlamentos da Ásia, normalmente, quem faz essa atividade de supervisão não é o Tribunal de Contas da União, não é o GAO (General Accounting Office), mas quem a faz são as comissões que acompanham e supervisionam as atividades e as políticas públicas do Executivo. O apoio para isso é muito importante. Uma das coisas que esses Legislativos fazem para apoiar isso é não permitir a criação de novos programas governamentais na ausência de uma proposição clara de um modelo avaliativo subjacente a essa proposta.

Então, como o Legislativo cumpre sua função de supervisionar, de fiscalizar? Como ele avalia isso? Como é que se pode avaliar isso? É preciso demandar avaliações para cada novo programa proposto pelo Executivo, examinando, discutindo, debatendo os resultados dessas avaliações. E, para isso, é óbvio que o Legislativo também precisa se equipar e que as comissões precisam se equipar, especialmente na área de avaliação de políticas públicas.

Aí há um elemento importante. No fundo, quando pensamos – já vou concluir –, em termos da função de legislar, da função de representar e da função de supervisionar e de fiscalizar, em como isso pode ser avaliado e em como a tecnologia pode atuar em cima dessas três funções, estamos, na verdade, falando...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – ... de um novo modelo de inovação dentro do Senado Federal. Esse novo modelo, que deve ser, no meu modo de entender – digo isto à guisa de sugestão –, objeto de uma grande discussão, deve ter características que são distintas do modelo de inovação que existe hoje.

Hoje se faz gestão da informação no Senado Federal. É preciso fazer gestão política com informação. É diferente. Não é gestão da informação. É gestão com informação, em que a informação está disponível no tempo certo, no momento certo, para que o Senador possa deliberar, possa decidir, possa propor, possa votar com base em evidências e com base em informação. Então, é uma nova maneira de se ver informação.

Esse modelo que hoje prevalece é de gestão da informação, é um modelo ofertista, porque as tecnologias normalmente são ofertadas. Elas não respondem especificamente à demanda, e isso é bem típico da realidade brasileira. O Brasil tem um sistema de inovação ofertista.

Segundo, é um modelo extremamente centralizado e extremamente fechado. E o que se deve discutir é a possibilidade de um modelo como esse que existe hoje nas grandes empresas, nas grandes organizações, um modelo que prevê que as informações devem estar disponíveis para todos, disponíveis a todo o tempo, disponíveis em todos os formatos, especialmente nos formatos móveis e de fácil acesso. É um modelo de inovação aberta, e não fechada; que seja simpático não apenas ao que temos hoje aqui, mas ao que está por vir. Está por vir, por exemplo, a internet das coisas, em que poderemos ter sensores que vão medir a quantidade de pessoas que há aqui, a face das pessoas; em que poderemos avaliar a agricultura a partir de sensores muito específicos em cada área, em cada região, em cada árvore e que vai gerar um montão de dados e um montão de informações que podem ser utilizadas não só no âmbito das políticas públicas, mas também no âmbito da avaliação da própria atuação do Legislativo.

Hackathons, chamar a população para dar sugestões, pedir para que eles produzam; desafiar-los a produzir inovações no campo da representação, no campo da supervisão e até mesmo da legislação, dando acesso a eles ao ato de legislar, dar oportunidade cada vez maior de propor novas normas, novas leis.

A ideia é criar um novo modelo avaliativo; a ideia é criar indicadores que posam viabilizar esse modelo avaliativo; a ideia é, de certa forma, ir além também disso. E a tecnologia se casa com isso, combina bem com isso, na medida em que há também uma discussão sobre um novo modelo de tecnologia, um novo modelo de inovação, que vai ser, no meu modo de entender, fundamental para que o Senado do futuro cumpra com sua função nos anos que estão por vir, o que é essencial, hoje, na democracia brasileira.

A democracia brasileira passa por uma reviravolta. As mídias são importantes, as redes sociais são importantes, a colaboração é importante. Nós estamos vendo todo tipo de inovação no mercado, na economia.

É hora de o Senado e a democracia brasileira incorporarem essas inovações. Então, o foco na avaliação é importante, pois vai nos ajudar a aprender, vai nos ajudar a renovar, mas o foco na inovação deve vir junto, é o outro lado da moeda da avaliação. Os dois devem se combinar.

Obrigado, Senador. Era o que eu tinha para dizer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu quero registrar e agradecer o empenho, a dedicação e principalmente a parceria que a Comissão teve dos servidores desta Casa, em especial do nosso companheiro Dirceu Vieira Machado Filho, Diretor da Secretaria de Comunicações; do Alessandro Pereira de Albuquerque, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen); do Fábio Liberal, Diretor da Secretaria de Informação Legislativa; da Virgínia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado; da Quésia de Farias Cunha, Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar, a Taquigrafia; do Alisson Queiroz, Chefe do Serviço de Apoio ao e-Cidadania; e ainda dos companheiros da Comissão, o nosso Secretário Waldir Bezerra Miranda, a Andréia Mano Tavares e a Jéssica Oliveira, que nos dão todo o suporte.

Como eu já disse, a nossa reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas mídias sociais. Qualquer cidadão pode participar, pelo portal e-Cidadania ou pelo 0800-612211.

Gostaria ainda de dizer que já temos definida a nossa programação. Em nossa pauta há ainda dois eventos. Hoje estamos no segundo tema. O terceiro tema será: Impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo, que deve ocorrer no dia 30 de maio, a partir das 10h, nesta Comissão.

A pergunta da orientadora é: “Como as tecnologias de informação e comunicação afetarão o processo legislativo no mundo, considerando os seguintes aspectos: participação social, agilidade em legislar sobre questões urgentes, estabilidade jurídica, qualidade das normas jurídicas emanadas e transparência?”. Como convidados já temos: Alessandro Pereira de Albuquerque, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen); Guilherme Brügger D’Amato, Diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados; Pedro Doria, colunista dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

O quarto tema, Novos mecanismos de participação popular, será no dia 6 de junho, às 10h.

Também sobre a tecnologia da informação, como vai participar dos novos mecanismos de participação popular? Quais os limites seguros para evitar abusos? Isso é uma coisa que está sendo muito falada: até que ponto você pode recorrer para retirar do ar ou qualquer manifestação, e isso não ser entendido como cercear o direito das pessoas. E o que é o direito das pessoas, até onde pode ir? Então, é uma discussão muito forte. A gente precisa buscar o melhor caminho.

Que outras formas de participação popular podem existir no processo legislativo: autoconvocação para plebiscito e referendo, veto popular, *recall*, iniciativa popular para PEC?

Como o processo legislativo do futuro será impactado pelos cidadãos?

Como convidados, Pia Mancini, criadora do aplicativo DemocracyOS; Ruben Beçak, Professor da Universidade de São Paulo (USP); Cristiano Ferri Soares de Faria, Diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados; e Fernando Barreto, Diretor Executivo da Webcitizen e fundador do *site* Vote na Web. Então, já há uma programação. Qualquer cidadão que tiver interesse, isso está na nossa página.

Está programado para o mês de novembro um grande congresso, a ser realizado aqui em Brasília, com parceria de todo o Congresso Nacional, mas é uma iniciativa nossa, da Comissão, com apoio do Presidente do Senado, Renan Calheiros. Na linha do modelo que tivemos no Chile, o V Congresso do Futuro, em que estive eu e o Senador Cristovam Buarque, que é o Vice-Presidente desta Comissão, um grande evento em que tivemos a participação de 82 palestrantes de nível internacional, com a presença de quatro prêmios Nobel nesse evento. A gente quer fazer algo nesse nível, inclusive com a participação do Congresso do Chile, através do Presidente da Comissão Senado no Futuro, que é o Guido Girardi, e também de outros países da América do Sul. Enfim, vamos procurar dar um enfoque regional.

Vamos passar agora a palavra para Magna Inácio, que também dispõe de dez minutos, mais cinco minutos.

Há muitos inscritos aqui. A gente vai deixar para o final, mas várias pessoas já se inscreveram.

A SRª MAGNA INÁCIO – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, os demais membros da Mesa e expressar a satisfação da Universidade Federal de Minas Gerais, do Centro de Estudos Legislativos (CEL/UFGM), que é um centro dedicado à pesquisa e ao estudo do funcionamento dos legislativos no Brasil, em perspectiva comparada. Certamente as questões que irei colocar aqui estão relacionadas a essa agenda de trabalho que temos desenvolvido há uma década.

Bom, eu vou iniciar a minha fala, chamando a atenção para algo que me parece crucial para esta discussão.

O que entendemos por desempenho da produção legal? O que entendemos como desempenho do Senado e seus impactos sobre a produção legal?

Em primeiro lugar, nós temos de considerar que os resultados das ações do Senado são resultados multidimensionais, e essa multidimensionalidade deve se expressar também em qualquer estratégia de avaliação que queira ser consequente com o trabalho aqui desenvolvido. Então, nós podemos falar pelo menos de três dimensões que importam para a definição de uma estratégia de avaliação. Elas, de certa forma, já foram abor-

dadas aqui pelo Antonio Augusto e pelo Paulo Calmon, mas eu vou reforçar e enfatizar alguns elementos que me parecem absolutamente cruciais, Presidente.

O primeiro deles é a dimensão da representatividade. Em que medida o desempenho do Senado nos aponta não só pela capacidade de essa produção legal expressar a diversidade, expressar a complexidade da própria representação da Casa, mas também como essa legislação impulsiona, amplia as oportunidades de expressão ou de atendimento de demandas advindas de diferentes segmentos representados no Senado?

O segundo ponto é a produção legal. Essa dimensão deve nos remeter à questão da qualidade das leis que são aqui produzidas e os impactos que eles provocam sobre os ciclos de política pública, pensando esses impactos em termos da capacidade de a legislação orientar a própria execução e avaliação de políticas públicas, principalmente se a produção de leis vem apoiada também numa avaliação prospectiva do efeito dessas legislações, como o próprio Senado vem se movimentando nessa direção, inclusive criando um termo de referência para avaliação de políticas públicas.

A terceira dimensão refere-se à questão do controle e direcionamento que as decisões legislativas podem imputar à própria implementação de políticas públicas. Essa dimensão conecta-se diretamente à atividade de fiscalização que o Paulo Calmon estava mencionando, na medida em que nós temos de avaliar o desempenho das Casas Legislativas também em termos da sua capacidade de orientar a execução de políticas públicas, inclusive constituindo elementos para avaliação após a implementação dessas políticas públicas.

Além disso, as leis, a depender do seu formato, do seu conteúdo, definem diferentes níveis de discricionariedade atribuída ao implementador de políticas públicas, ao operador do Direito. E o desempenho do Senado também, a meu ver, deve ser avaliado em relação a essa dimensão.

Os resultados variam, e qualquer estratégia de avaliação tem de ser sensível a aspectos ou condições que afetam essa variação.

Já foi mencionado aqui, na Mesa, o próprio impacto da distribuição de poderes de agenda e de veto, que resulta do nosso sistema presidencialista, do nosso sistema federativo, da nossa organização bicameral do Poder Legislativo. Essa capacidade de intervir sobre a agenda ou de bloquear decisões deve ser considerada, porque fatalmente irá incidir sobre o desempenho dessas casas legislativas.

A composição política dos Legislativos. O desempenho de uma Casa reflete as condições de competição e de conflito no interior delas. Certamente é um processo que processa as demandas de majorias e minorias dos blocos e grupos parlamentares. Obviamente também temos que considerar tal dimensão.

O terceiro vetor de variação tem a ver com as regras internas e as características da organização legislativa, porque elas definem, em boa medida, a microdinâmica da produção legal, a microdinâmica do processo legislativo, definindo, muitas vezes, cursos diferentes a depender do tipo de iniciativas que nós temos em curso, se de autoria dos Senadores ou se de autoria de demais atores, como o Executivo e a Câmara dos Deputados. E nós precisamos ter estratégias que diferenciam o desempenho a depender de como esse processo se encaminha.

Ambiente informacional. Certamente esse é um dos grandes desafios na avaliação do desempenho de qualquer casa legislativa, dado que o nível de incerteza que os legisladores têm em relação às políticas públicas, ao efeito das decisões que eles irão tomar. Isso certamente impacta a forma como a agenda vai ser formada, inclusive o nível de delegação de competências ou de responsabilidades que o Senado ou o Congresso irá definir.

Nós somos conhecidos, na ciência política brasileira, de certa forma, por predominar uma tese que, na América Latina, nós temos legislativos reativos, que os legislativos, em boa medida, respondem ou reagem à agenda definida externamente, principalmente pelo Poder Executivo. Então, um grande desafio, na avaliação do desempenho do Senado, é justamente o de mostrar onde e como é produzida a assertividade das casas legislativas. Se eles são participantes atuantes, que colaboram, que contribuem, que modificam essa agenda, é preciso criar condições para dar visibilidade – nós estamos usando um termo do Blondel: influência escondida – a essa participação e a essa atuação do Legislativo no processo legislativo, principalmente por meio daquelas atividades que permitem reconfigurar, alterar o conteúdo das proposições iniciais, como é o caso de um emendamento, de mudanças conduzidas no interior das instâncias decisórias ao longo do processo legislativo.

Outro aspecto também, já mencionado pelo Antonio Augusto, a característica bicameral do nosso Legislativo, pode tornar invisível essa participação, principalmente no caso do Senado, por...

(Soa a campanha.)

A SRª MAGNA INÁCIO – ...ser, no contexto do nosso sistema, a Casa revisora de grande parte das iniciativas devido à agenda do Executivo ter início pela Câmara dos Deputados.

Então, para pensar em quanta influência o Legislativo tem na produção legal, nós temos que lidar, em termos de estratégias de avaliação, com esses dois elementos que podem tornar-se, claramente, constrangimentos ou dificultadores de expressão dessa assertividade do Legislativo na produção legal.

O que nós temos, em termos de estratégias de avaliação, é um processo que se tem ampliado – nós temos visto esforços importantes de implementação de estratégias de avaliação –, mas que em boa medida ainda persistem fragmentados, no sentido de se concentrarem em um ou outro aspecto.

A tendência a focalizar na produtividade, nos resultados, dominou ao longo dos tempos. É uma tendência que hoje está sendo revista, em especial, porque ela pode tornar mais escondida a influência do Legislativo, dado o que nós já colocamos aqui em relação à capacidade de outros atores influenciarem a formação da agenda e, consequentemente, ter-se um patamar de produtividade aparentemente mais elevado. Isso porque nós estamos olhando apenas a autoria dos projetos, quem aprova mais, qual é a participação dessa agenda no resultado final, perdendo todo o processo que nós chamamos de poder de agenda rio abaixo; como esse poder de agenda se reconfigura no processo legislativo, criando oportunidade de participação e de interferência e de influência por parte dos legisladores.

Bom, uma forma de superar essa perspectiva focada na produtividade tem sido estudos ou avaliações que se concentram na capacidade de influência dos legislativos, na potência para exercer essa influência, considerando as condições que interferem nessa capacidade, como os poderes, os recursos internos das casas legislativas, o ambiente informacional – principalmente, o papel das comissões legislativas, no sentido de ampliar essas condições de produção de boas leis, de produção de decisões que sejam efetivas – e, também, aqueles elementos que, nas casas legislativas, concorrem para maior institucionalização de espaços ou de mecanismos que agregam informação, que agregam contribuições para além do próprio Legislativo ou para além da *expertise* do próprio legislador. Mas também aqueles mecanismos que facultam essa interlocução, essa troca com os cidadãos ou demais grupos da sociedade.

O Paulo Calmon mencionou esse conjunto de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por diversas organizações, oferecendo esse *benchmark* ou pontos de referência para avaliação dos legislativos. Em boa medida, são estudos, são estratégias de avaliação que têm buscado conferir visibilidade a mudanças e inovações internas que ampliam essa capacidade de influência dos legislativos.

Um aspecto importante é que essas estratégias utilizadas em parlamentos europeus e africanos e em parlamentos do próprio Oriente Médio são estratégias que, em boa medida, buscam combinar indicadores mais objetivos e quantitativos com formas e mecanismos mais qualitativos de avaliação, como a própria autoavaliação dos legislativos pelos legisladores e por consultores *staff* dessas Casas Legislativas. Essa tem sido até uma estratégia dominante...

(*Soa a campanha.*)

A SRª MAGNA INÁCIO – ...em termos da incorporação da visão e da percepção desses atores sobre o processo de produção legal.

Eu gostaria de, brevemente, aqui, mencionar o trabalho desenvolvido por nós em parceria com a Consultoria Legislativa do Senado e com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Foi um trabalho de reflexão sobre o desempenho do Legislativo e sobre a construção de uma metodologia capaz de superar essa perspectiva de fragmentação, de uma avaliação fragmentada, e de oferecer uma estratégia que busque combinar e explorar as diferentes dimensões que eu destaquei antes. Esse trabalho está publicado num texto de discussão do Centro de Estudos da Consultoria Legislativa. Nós buscamos pensar e refletir sobre indicadores que nos possam ajudar a compreender esse desempenho com relação a diferentes aspectos ou fases do próprio processo legislativo.

Vejam que, na primeira dimensão, que é a dimensão da representatividade, nós incluímos uma série de regras ou características institucionais que nos permitem avaliar a porosidade do próprio Legislativo às demandas e expectativas advindas da sociedade.

Essa metodologia, que é um índice bastante simples, combina indicadores relativos às regras e aos resultados observados nas casas legislativas. Em relação a essa primeira dimensão da representatividade, nós temos aqui basicamente indicadores relativos às regras, dado que essa é uma metodologia voltada para a comparação dos legislativos em relação ao seu desempenho.

No que tange à dimensão informacional, nós temos aqui um conjunto de indicadores que buscam apreender a própria participação e atuação do Legislativo na melhoria do ambiente informacional.

Então, há regras que agregam ou possibilitam a melhoria da produção e da disseminação de informações através do sistema de comissões, através de consultorias especializadas, como é o caso da Câmara, do Senado e de algumas assembleias legislativas. No entanto, também se trata de pensar o papel da interlocução e da publicidade dos atos dos legislativos na melhoria desse ambiente informacional, aqui trazendo indicadores relativos à frequência de eventos de interlocução com a sociedade, instrumento de existência e frequência de uso de mecanismos de participação remota e publicidade das atividades dos Parlamentares.

O terceiro bloco de indicadores é relativo à dimensão processual e da produção legal. Nós temos aqui quatro subcomponentes que se referem à capacidade de o Legislativo lidar com os poderes de agenda, principalmente do Executivo, e aí como o processo mostra o desempenho, no caso, do Senado em modificar as proposições na forma como elas chegam para apreciação, principalmente através do emendamento ou da garantia de um *timing* adequado de discussão dessas propostas.

Temos indicadores também sobre fluxo interno dos projetos, principalmente relativos à garantia de que as decisões, a revisão legislativa, realizada pelas comissões, tenha um papel importante na decisão final que será tomada no plenário ou em outras instâncias acerca desses projetos.

Por fim, duas dimensões, subcomponentes, que se referem aos procedimentos de votação, principalmente ao posicionamento público e visível dos Parlamentares em relação a essas agendas e também à capacidade de veto e de insistência dos legislativos em relação às decisões aqui tomadas.

(Soa a campanha.)

A SR^a MAGNA INÁCIO – Bom, em relação à essa metodologia, fizemos um exercício de aplicação dessa estratégia de avaliação, olhando os resultados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Nós temos ali – vou mostrar rapidamente – a assembleia que é considerada uma referência no Brasil, em termos da institucionalização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Realmente, comporta-se como esperado pelo indicador. Obteve 81% da pontuação máxima dentro dessa metodologia, e esse indicador, como nós temos dois componentes, regras e resultados, permite-nos diferenciar o que impacta mais esse desempenho.

Então, no caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, é interessante que a pontuação para as regras é até superior à pontuação de resultados; ou seja, a Casa que tem uma potência para exercer influência, talvez, nessa mensuração aí, seja maior do que o que o desempenho anual, específico, possa evidenciar, o que nos diz, então, até de um foco de mudanças ou de desdobramentos após a avaliação. Não se trata, certamente, de pensar em mudanças de regras, mas de estimular o exercício ou o uso dessas regras para produzir resultados mais relevantes.

No que tange à tecnologia de informação, vou fazer algumas pontuações mais rápidas, que certamente serão discutidas, mas aqui eu falo muito mais como cientista política; falo das nossas demandas para a produção de estudos sobre o desempenho dos legislativos, da extrema dificuldade de fazer a integração das informações, principalmente na direção de compreender globalmente o processo legislativo e seus impactos sobre a produção legal.

Portanto, a gestão integrada do fluxo de trabalho, dos conteúdos, dos documentos e registros, para que possamos rastrear a influência do Senado na produção legal, é algo absolutamente decisivo para o sucesso da avaliação. A rastreabilidade obviamente não interessa somente à academia, mas, até de forma mais importante, interessa à sociedade. O cidadão deve ser capaz de rastrear a influência do Senador individualmente e da casa legislativa como organização na produção de leis que têm consequências para a vida cotidiana de qualquer um de nós. Dessa forma, a rastreabilidade das decisões legislativas deve orientar uma estratégia de avaliação que busque promover a compreensão mais global e institucional, no contexto do nosso arranjo institucional, do desempenho das casas legislativas.

Quanto à integração de dados relativa a diferentes dimensões, nós temos de explicitar o desempenho do Senado na sua capacidade de conectar demandas e expectativas de representação com as decisões finais, melhorando a percepção por parte do próprio cidadão de sobre quão representativa é esta casa legislativa. A relevância – esta é sempre uma dificuldade na avaliação de desempenho – é a de destrinchar ou de segmentar a produção legal em termos da relevância desses projetos e dos impactos potenciais que eles têm.

Eu acho que seria interessante que a própria casa legislativa, a partir tanto de uma avaliação geral como de avaliações qualitativas, fornecesse um indicador ou uma referência da relevância das leis aqui produzidas, com considerações sobre os impactos que elas produzem sobre as políticas públicas ou sobre a vida dos cidadãos.

Finalmente, a integração de dados quantitativos e qualitativos, como já mencionou o Paulo Calmon, de forma bastante enfática, a importância do uso das mídias sociais atualmente, das consultas públicas feitas inclusive por *web conference*, a importância de integrarmos os conteúdos e os sinais informacionais advindos desses mecanismos ao processo legislativo desta Casa.

Certamente, uma estratégia de avaliação que seja consequente com todas aquelas dimensões que eu citei antes deve estar atenta à busca dessa complementaridade entre as informações, as percepções, as avaliações feitas internamente à Casa com aquelas advindas, produzidas pela própria participação dos cidadãos, aí expressas por diferentes meios.

São basicamente essas as questões que tenho para chamar a atenção, colocando-me à disposição para a discussão, mas enfatizando bastante a necessidade de termos estratégias de avaliação de desempenho globais,

que sejam capazes de ir além do imperativo de se pensar produtividade e potência para exercício da influência. Nós precisamos combinar esses elementos de forma a mostrar em toda a sua inteireza o trabalho desenvolvido e como o Senado constrói a sua assertividade no processo legal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mais uma vez, eu gostaria de dizer que a nossa audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, Rádio Senado e todos os meios de comunicação da Casa. O cidadão pode participar da nossa audiência, através do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para 0800-612211. Já temos aqui várias perguntas.

Recebi aqui esse livro do Diap *Eleições Municipais 2016. Orientação a candidatos e eleitores*. Isso não só já está na internet, mas nós vamos colocar na nossa página também. As eleições deste ano, com certeza, serão uma grande oportunidade de aprendizado para todos aqueles que pretendem ser candidatos, aliás, para a classe política, visto que será uma eleição totalmente diferenciada não só no tempo, no curto espaço de tempo, como também no financiamento da campanha, pois já está definido que não teremos financiamento empresarial na campanha. Então, os candidatos terão que ter todo um cuidado e toda uma criatividade sobre como poderão ir em busca do voto, aqueles que serão candidatos a prefeitos e vereadores.

Queremos passar a palavra para a nossa última palestrante, a Sr^a Maria Regina Alvares Magalhães, que é Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ligada à Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas.

V. S^a tem os seus dez minutos, com direito a mais cinco, se for preciso. Mulher aqui é quem manda.

A SR^a MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Wellington Fagundes e os demais que estão na Mesa, além daqueles que estão nos ouvindo.

Eu fui chamada para falar primeiro, mas entendi que eu deveria ser a última, porque vou apresentar para vocês um instrumento, um material mais instrumental, que conversa muito, dialoga muito com cada uma das apresentações aqui.

O Antonio Augusto falou da informação organizada como um indicador importante para a avaliação de desempenho da atuação dos parlamentos.

Paulo Calmon falou algo muito importante para nós sobre o que vamos apresentar aqui agora, que é essa mudança no conceito da atribuição de fiscalizar, direcionando-se mais para a lógica da supervisão do que para a fiscalização, que tem muito o cunho de ir atrás de malversação ou de coisa malfeita. Dirige-se para a supervisão, buscando, inclusive, suporte e aporte informacional para a própria produção legislativa.

A Magna, como a gente já vem discutindo há algum tempo, reforça muito na fala dela a participação do Poder Legislativo no ciclo de formação de uma política pública desde a formação da agenda até a produção legislativa, passando pela avaliação prospectiva, que também vai trazer aportes informacionais para a atuação do Legislativo.

Então, está aí. Vou fazer esta apresentação. Normalmente, eu a faço com meu colega Paulo Scofield, que está na plateia também. Por isso, estão aqui os nomes de nós dois. Nós somos consultores na Assembleia, na Gerência-Geral de Consultoria Temática e na Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. Vou apresentar para vocês o *site* Políticas Públicas ao seu Alcance, que foi desenvolvido por nós como um projeto do Direcionamento Estratégico da Assembleia 2020, que já está no ar desde 2013. Começamos pela lógica da mudança do conceito de fiscalizar, o que já foi amplamente apresentado aqui, direcionada para a noção de acompanhar a execução de políticas públicas.

O que a gente entende, o que a gente vem entendendo por políticas públicas? Há uma concepção mais politizada da produção de políticas públicas, qual seja a de que as políticas públicas não são resultado da melhor atuação técnica, mas apresentam o resultado do que a política foi capaz, chegando a um consenso em torno da solução de determinados problemas. Portanto, todo parlamento tem muito a ver com a produção de políticas públicas. Então, política pública é entendida como um ciclo, um sistema de decisões públicas para a definição de objetivos e estratégias de atuação, para a alocação de recursos públicos necessários para a provisão de bens e de serviços para a população.

Esse é um desenho que a gente usa sobre o parlamento no ciclo de políticas públicas. Não vou entrar em detalhe sobre o que acontece no parlamento em cada uma dessas fases: identificação de um problema público e seu ingresso na agenda, que é função muito importante do parlamento; discussão das melhores alternativas para solucionar o problema; discussão do Orçamento anualmente, que é onde está refletido o planejamento do Estado, do Executivo, para a execução das políticas; implementação das políticas públicas, algo que cabe exclusivamente ao Poder Executivo por um certo ponto de vista, mas em que o Poder Legislativo, no exercício de sua atribuição de supervisionar, tem um papel importantíssimo; e, por fim, avaliação.

Voltando para o Direcionamento Estratégico da Assembleia, uma das prioridades para o biênio 2009/2010 e, depois, para 2011/2012 foi a sistematização e disponibilização de informações sobre a execução das políticas setoriais pelo Poder Público estadual. Para o atendimento a essa prioridade, foi aprovado o projeto estratégico que, na época, chamava-se Portal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, que fez parte da carteira do nosso direcionamento estratégico nesses dois biênios e resultou no *site* Política Pública ao seu Alcance, que está no ar desde agosto de 2013.

O objetivo do *site* é justamente este: sistematizar informações sobre as políticas públicas executadas pelo Estado de Minas Gerais, com vistas a subsidiar tanto a atuação dos Parlamentares e fundamentalmente das comissões para a supervisão das políticas públicas no exercício do controle externo, como também prover informações para a população, para o controle público, o chamado controle social exercido pela sociedade civil.

Além disso, buscamos sistematizar informações sobre a atuação da assembleia legislativa na formação das políticas públicas. Quando dizemos políticas públicas executadas pelo Estado é lógico que nós não estamos perdendo de vista o local em que o Estado, como ente da Federação, participa de algumas políticas de caráter sistêmico. Então, não dá para ficarmos parados só no lugar do Estado nessa execução, mas na sua relação com a União e com os Municípios também.

O *site* está organizado em torno de 22 grandes temas, porque outra premissa da qual partimos para a organização do *site* foi de que as comissões representam... Isso também é algo de que o Paulo falou e de que a Magna também falou. E eu acho que o Antônio também falou sobre o lugar das comissões. Nós temos chamado as comissões como o espaço que mobiliza, organiza e guarda informações sobre as políticas públicas temáticas.

Nós identificamos 22 grandes temas de políticas públicas setoriais, justamente aquelas que são objeto da atuação das comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A forma como nós organizamos essas informações propicia que rearticulemos essas informações em políticas intersetoriais, por exemplo, a política sobre drogas. Temos minimamente a política de segurança pública e a política de saúde conversando para formá-la. Podemos também reorganizar essas políticas temáticas de forma a compor políticas destinadas aos segmentos da população, como criança e adolescente, mulheres, população LGBT, entre outros. E agora, que estamos terminando, pretendemos entrar no ar mais rápido, com uma forma de navegação regional também.

Deixe-me voltar aqui rapidinho.

Esses 22 grandes temas de políticas públicas estão estruturados por uma metodologia que nós buscamos na ciência da informação. A tecnologia é uma estruturação de cada tema, em árvores hierárquicas, em nodos, que a cada nível estruturam novas políticas.

Vou dar um exemplo, porque eu não estou conseguindo falar direitinho: se eu falo em política pública de educação, ela quer dizer uma enormidade de coisas. Se eu a estruturo a partir dos bens e serviços que essa política provê para a sociedade em níveis hierárquicos, eu posso chegar mais próximo do bem provido propriamente dito.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES – Vamos pensar.

Se eu separo a política de educação em política de educação básica, eu criei um nível abaixo de educação. Eu ramifiquei, criei um galho chamado educação básica. Esse galho, por sua vez, se desdobra em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Então, eu ramifiquei, a partir de educação, para três níveis bastante específicos daquela política e cheguei a uma política pública específica de ensino fundamental, por exemplo.

Se eu falar no ensino superior, posso dividi-lo em graduação e pós-graduação. Se eu falar não mais na oferta de ensino, mas em modalidades de ensino, eu posso distribuí-lo em educação de jovens e adultos, educação de indígenas e quilombolas ou educação rural, que são modalidades que eu também posso achar nessa árvore.

Então, nós estruturamos cada um desses 22 grandes temas de políticas públicas em árvores temáticas hierarquicamente formadas, sabendo do prejuízo que essa opção por uma estrutura hierárquica poderia trazer, haja vista que algumas políticas se têm direcionado a se estruturar em redes, como é o caso da política pública de saúde.

Nós tentamos fazer isso, essa combinação. Então, chegamos a uma estrutura comum para todas as políticas públicas que se desdobram nesse número enorme de ramificações. Algumas políticas têm até cinco ou seis níveis de ramificação; outras têm até três.

Para todos esses níveis de cada uma das políticas, nós teremos a informação organizada nesses três grandes tópicos.

A compreensão da política pública seria o estado da arte da política, ou seja, o que a política provê, a sua estrutura organizacional e de gestão, as competências constitucionais para a sua execução, a forma de finan-

ciamento, a legislação básica, *sites* de interesse que se poderiam procurar, tudo isso para todos esses níveis. Se eu entro em educação, há isso, e, quando chegar em educação infantil, haverá isso também.

Outro grupo de informações que nós temos no *site* é o acompanhamento da política para o exercício da supervisão em dois níveis. Nós temos o acompanhamento da execução orçamentária, porque entendemos que, para o acompanhamento de uma política pública, a informação orçamentária é absolutamente necessária, embora não seja suficiente. Então, nós monitoramos a execução orçamentária visando a passos junto ao Poder Executivo, com informação bimestral cumulativa da execução tanto física, em termos de número de entregas, quanto financeira daquela política pública. Então, todas as ações orçamentárias estão classificadas em cada um desses níveis de cada política pública.

Além disso, nós acompanhamos por dados e indicadores, notadamente dados e indicadores de resultado, para medir o tempo zero e o tempo de execução da política.

Por fim, uma última organização das informações é a vinculação daquela política à atuação da assembleia legislativa.

Então, toda a atividade do Parlamento também é classificada. Aí, eu pego outra coisa sobre a qual o Paulo falou: a necessidade de codificar as proposições, para que possamos entender se elas conversam entre si e de onde vem a iniciativa daquelas proposições.

Então, nós classificamos todos os requerimentos das comissões no último nível da política pública, porque, ao classificar no último, ela volta para o primeiro.

Ao classificar todos os requerimentos, nós classificamos em decorrência a atividade que a comissão realizou devido àquele requerimento. Então, uma audiência pública, uma visita, um debate público, um evento da comissão.

Além disso, estamos classificando as proposições também, os projetos de lei. Em princípio, estávamos classificando só no primeiro nível, porque não era a Consultoria que fazia essa classificação. A partir de agora, provavelmente do próximo mês, nós esperamos classificar todas as proposições até o último nível.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES – Eu só vou mostrar a cara do *site*...

Eu tenho um tempinho?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Claro.

A SRª MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES – Talvez, hoje à tarde, nas oficinas, nós possamos nos debruçar mais sobre ele.

Ele é acessível pelo *site* da assembleia: almg.gov.br. Há uma série de entradas. Eu já entrei diretamente nele, mas, no portal da assembleia legislativa, há um ícone na parte superior do meio, escrito “Políticas Públicas”. Clicando ali já se entra diretamente no *site*.

Essa é a nossa página inicial. Esse campo à esquerda, que está em “Entenda o *site*”, tem toda nossa parte metodológica, que explica as opções que nós fizemos para montar o *site*: por que a escolha dos 22 temas; a forma de estrutura das políticas em árvores hierárquicas; os nossos conceitos de política pública e de fiscalização; o lugar das comissões, e tudo o mais.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES – Vamos entrar em um tema?

Entre ali no tema “Saúde”. Não, vamos em educação, porque era sobre o que estávamos falando. Aqui, “Educação”.

Nós entramos sempre no primeiro nível. Vai haver aquela estrutura de... Aqui à esquerda, se eu clicar em “Entenda” ou naquele ícone de “Entenda”, ele vai abrir para mim...

Clique nesse “Saiba Mais”.

Ele vai abrir informações gerais, estrutura organizacional e de gestão, financiamento, competências e textos complementares. Há a parte de monitoramento da execução.

Essa transferência de base de dados é feita diretamente da Prodemge para nós. Temos apenas o período de monitoramento do ano passado. Ainda não chegou para nós o primeiro nem o segundo bimestre de monitoramento. Estamos cobrando isso.

Talvez, pelo avançado da hora, seja melhor trabalharmos nisso à tarde, convidando vocês para virem conhecer. É um instrumento importante, que tem, como a Magna falou, uma potência talvez maior do que o seu impacto de fato, mas é uma grande aposta para organizar informações para o desempenho da atividade, para que os Parlamentares possam fazer uso dessa informação a qualquer hora, sem necessariamente demandar, como disse o Paulo; e também para a população fazer uso dessa informação a qualquer hora – tanto a infor-

mação da execução financeira, a legislação produzida, a atuação da assembleia e os indicadores de desempenho dessas políticas no Estado.

Era isso, então. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós queremos também registrar aqui que está conosco participando, representando a Assembleia Legislativa de Minas, a Flavia Pessoa Santos, Gerente-Geral da Consultoria Temática da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o Paulo Scofield, Consultor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e gestor do *site* Políticas Públicas ao seu Alcance; e Alaor Messias Marques Júnior, Diretor de Planejamento e Coordenação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Também, quero registrar aqui que o trabalho de toda compilação e da construção da nossa política pública, que é a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro, está sendo feito através do Consultor Humberto Formiga, também com o apoio de outros consultores, sob o comando do Consultor Danilo Aguiar, que é Consultor-Geral, do Gustavo Taglialegna, e ainda a Roberta Assis, que está aqui conosco. São consultores adjuntos também. Então, eu quero não só registrar isso, mas tenho certeza de que vamos conseguir fazer um trabalho bastante exemplar, que fique para as futuras gerações também.

Vamos agora às perguntas.

Há várias pessoas inscritas aqui presentes e também que participaram através do *site*, enfim, de todos os nossos meios de comunicação, do e-Cidadania e por telefone também. As perguntas podem ser respondidas de acordo com o que os palestrantes entenderem – muitas delas não são diretas.

Vamos aqui à primeira participação, de Rodolfo Franco Puttini, de São Paulo:

Penso que quanto maior o acesso direto da população mais democrático seria. Será possível pensar na ideia de democracia direta (desde Jean Jacques Rousseau) e utilizarmos as tecnologias de informação (por exemplo o uso de *smartphones*) para dar seu voto no processo legislatura e executivo? [Deve ser o processo legislativo e executivo.]

Essa é a pergunta que ele faz. Ela é bem genérica.

A segunda, do Lucas Aguiar Brito, do Distrito Federal:

Gostaria de saber como a tecnologia da informação poderia ser utilizada no monitoramento de indicadores de implementação de uma lei, já que muitas vezes as assembleias aprovam uma lei, e ela não é cumprida.

E ainda:

O Legislativo brasileiro é dotado de prerrogativas totalmente desnecessárias e absurdas. O mesmo deveria cortar seus inúmeros auxílios, aumentar a carga horária das suas atividades parlamentares, agir de acordo com as necessidades do povo e pautado pela moralidade.

E vou passar a palavra ao Humberto Mendes de Sá Formiga, que é da Conleg e está aqui conosco. Ele poderia também fazer a sua indagação, e responderíamos neste primeiro bloco.

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – Eu quero cumprimentar inicialmente a Mesa e todos que acompanham os trabalhos da Comissão.

Eu iniciaria destacando a fala do Queiroz. Ele começou muito bem, classificando o tema como extremamente complexo. De fato.

Quanto ao Calmon, eu destacaria da exposição que o foco talvez seja, realmente, aperfeiçoamento. E, a partir do aperfeiçoamento – palavra que você usou –, nós teríamos um norte interessante para definir a parametrização de um sistema de informação voltado para a finalidade a qual a Comissão do Futuro se propõe.

Quanto às duas expositoras, a Magna Inácio e a Maria Regina Alvares, eu destaco exatamente a ilustração que deram da complexidade do trabalho, inicialmente, e, na apresentação do sistema, do desafio que o trabalho representa, simplesmente porque, no tema “A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro”, nós estamos lidando aqui com tecnologia da informação, que é alguma coisa que dá celeridade; estamos lidando, no mesmo tema, com processo legislativo, que requer certa prudência – então, já vai num sentido contrário da velocidade. Interessa mais o aprofundamento dos temas; e, como último elemento, o futuro, um aspecto completamente imponderável. Ou bem imponderável. Isso resume bem o desafio a que a Comissão se propõe.

Quanto a um primeiro aspecto que chama a atenção em relação aos parâmetros, que é o objetivo inicial, o tema do Painel 2 praticamente dirime, porque, ao definir que o tema é “Indicadores para a Avaliação da Atividade Legislativa”, quando coloca a atividade legislativa, já extrapola o escopo proposto no tema da própria

Comissão, que é “Processo Legislativo”. E aqui nós temos que atentar para o seguinte: se você pega somente processo legislativo, você cai em apenas um artigo da Constituição Federal; se você pega a atividade legislativa, você pega, se não me engano, do art. 44 ao art. 75. Ou seja, o escopo se amplia enormemente. Em outras palavras, o Painel 2 já nos deixa diante de um escopo muito mais amplo, muito maior do que o mero processo legislativo.

Eu coloco, apenas para ponderação dos senhores expositores, algumas considerações para validação – são apenas observações. Eu imagino que o desafio inicial passe pela definição de gradação nos parâmetros. Nós precisamos ter parâmetros superficiais e parâmetros de profundidade.

Imaginando o mecanismo de busca Google, por exemplo: você entra com o assunto. Inicialmente, se ficar navegando ali, nos *links*, você vai estar na superficialidade. Você roda o mundo inteiro, mas não sai da superfície. Se você para e começa a esmiuçar, você caminha em direção à profundidade.

Eu imagino que a parametrização de um sistema desse tipo tem que caminhar nesta direção: definir, inicialmente, parâmetros superficiais. E a característica desses parâmetros superficiais deve estar conectada com a necessidade de informação do cidadão. Ele vai ser mais estimulado e mais atraído por aquela informação que é simples, aquela informação direta, que pode estar em qualquer mecanismo, em qualquer rede social. Ele vai ser muito mais atraído por esse aspecto.

Passada essa polarização da atividade e do processo, eu digo que o nosso porto seguro é a Constituição Federal, mesmo na definição dos parâmetros. A academia é fantástica porque traz a filosofia, traz um escopo máximo, o mais abrangente possível, mas acho que a Constituição Federal é o ponto de partida. Precisa-se da Constituição Federal, porque ali é onde estão os parâmetros mais persistentes. Se você pega do art. 44 ao art. 75, você vai ter toda a atividade legislativa, inicialmente descrita, lá na Constituição, um texto que, por natureza, é mais persistente. Para se alterar a Constituição, é preciso fazer um esforço maior na sociedade; o Parlamento tem que fazer um esforço maior.

Eu gostaria ainda de considerar que o *benchmarking*, ou seja, o elemento de comparação precisa ser o próprio Poder Legislativo, nas palavras do Calmon; precisa ser um elemento de aperfeiçoamento. Não se pode entrar nesta: o Legislativo está sendo mais eficiente do que o Executivo na iniciativa de leis? Acho que esse é um caminho que, talvez, não seja o adequado. Nós precisamos adotar o elemento de aperfeiçoamento, e o *benchmarking* é o próprio Poder Legislativo. Nesse aspecto, o Poder Legislativo Federal é espelho para todo o Poder Legislativo, em todas as esferas, municipais e estaduais. Nós temos uma concentração na Federação, e o trabalho que nós fizemos aqui repercute e é reaproveitável em todas as esferas, na câmara de vereadores e nas assembleias legislativas.

Eu vou parar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu vou passar a palavra para mais um inscrito, para aproveitarmos em blocos.

Vou convidar, até para prestigiar também os visitantes, o Adolpho Konder, da Alerj.

O SR. ADOLPHO KONDER – Bom dia a todos da Mesa.

Quero parabenizar o Senador Wellington Fagundes pela iniciativa deste fórum de discussão e os expositores.

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro tem buscado também, nas suas discussões internas, modelos, enfim, de maior participação popular e também indicadores que sejam referência para a avaliação dos mandatos dos Parlamentares.

Para nós, esta participação na Comissão do Senado do Futuro, e aí já deixando como sugestão para o Senador Wellington Fagundes e para o companheiro que me antecipou, o Senado é para as assembleias legislativas, sem dúvida, uma referência e, de fato, um espelho para a atuação das assembleias legislativas. A Assembleia de Minas é também referência nacional, na sua atuação de buscar a participação popular sobre novos meios de tecnologia da informação.

Trago a sugestão de que a gente crie um fórum de colaboração, enfim, a partir das discussões feitas nessas quatro audiências públicas; que a gente crie um fórum nacional com as assembleias legislativas. Consequentemente, não tenho a menor dúvida de que isso vai repercutir dentro das câmaras municipais – as assembleias acabam tendo o mesmo efeito que tem o Senado junto das assembleias legislativas. Que isso possa ter um efeito de cadeia e que a gente possa criar redes de colaboração fazendo essa discussão ampliada para as assembleias legislativas e, quem sabe, até neste Congresso. Como o Senador Wellington Fagundes falou aqui, pode ser uma boa oportunidade para que as assembleias legislativas também possam trazer um pouco...

(Soa a campanha.)

O SR. ADOLPHO KONDER – ...do que elas têm feito, das iniciativas; e que a gente integre e, quem sabe, o resultado que seja gerado aqui nesta discussão na Comissão do Senado do Futuro possa servir também de exemplo para as assembleias legislativas, como acontece no Interlegis com SAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo). Enfim, diversas câmaras usam a plataforma, algumas que até têm dificuldade de ter um corpo técnico mais qualificado para elaborar. Enfim, hoje o SAPL é utilizado por diversas câmaras municipais, algumas assembleias legislativas, e foi uma iniciativa do Senado.

Então, acredito no papel do Senado nessa integração das assembleias legislativas, considero isso fundamental, e acho que seria aqui uma sugestão ao Senador Wellington, como Presidente da Comissão, de que a gente possa criar um fórum de discussão...

(Soa a campainha.)

O SR. ADOLPHO KONDER – ...para que a gente possa avançar no tema da participação popular e, obviamente, na avaliação pelo cidadão do legislador e dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero, inclusive, esclarecer que este nosso congresso, o Congresso do Futuro, que está já marcado para novembro, tem como tema “Democracia e Progresso no Mundo Digital e Sustentável – infraestrutura para o futuro do desenvolvimento sustentável na América Latina”, tendo como subitem “Sustentabilidade, Investimentos e Parcerias para a Interligação Multimodal da América Latina”. Segundo, “Educação, Ciência e Inovação do Futuro”. Terceiro, “Saúde e alimentação para o Futuro”, tendo como subitens “Financiamento da Saúde” e “Segurança Alimentar”. E o quarto, “Democracia Representativa no Mundo Digital”.

Isso é o que está programado e, inclusive, com muitos palestrantes já confirmados, nesses sistemas aqui que a gente já colocou como “Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável da América Latina”, “Investimento e Parcerias para Interligação Multimodal”.

E aqui são muitos convidados, e acho que fica muito tempo para a gente ler, mas a gente aceita sugestão, inclusive das próprias assembleias legislativas. A gente quer fazer isso de forma mais integrada com o nosso sistema legislativo nacional; ou seja, o Senado, a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas e até as câmaras de vereadores, porque em todos os Estados nós temos as associações dos vereadores. Enfim, a ideia é fazer esse trabalho conjuntamente.

O Senado já está autorizado. Só falta a data definida ainda, mas será realizado no mês de novembro, na segunda quinzena.

Eu acho que já podemos passar aqui, neste bloco, a palavra àqueles que entenderem...

Nessa colocação que foi feita por Daria Marília Melo, de Tocantins, ela diz que:

O Legislativo brasileiro é dotado de prerrogativas totalmente desnecessárias e absurdas. O mesmo deveria cortar seus inúmeros auxílios, aumentar a carga horária das suas atividades.

Eu quero apenas colocar, Prof. Paulo, para as considerações que vocês farão, que eu tive oportunidade de fazer um curso de pós-graduação em Ciência Política aqui na UnB, e a minha monografia foi sobre os fatores que influenciaram a reeleição na Câmara dos Deputados nos últimos 20 anos. Quando eu concluí esse curso, estava terminando o meu quarto mandato; aliás, estava no quinto mandato. Por isso, coloquei os 20 anos de que já tinha participado. E a minha conclusão, professor, foi muito simples: o Parlamentar que muda para Brasília com a sua família tem uma grande chance de perder a reeleição. Por quê? Porque, normalmente, o trabalho legislativo, por mais competente que se faça, se ele não tiver atenção lá na base, dificilmente isso consegue chegar ao eleitor de forma que redunde em fidelizar o voto dele. Estou dizendo isso porque, nesses 25 anos em que aqui estou como Parlamentar – seis mandatos como Deputado Federal e agora como Senador –, a cada eleição, eu fico mais convencido de que é importante esse trabalho que aqui estamos fazendo, mas temos que nos integrar com o eleitor. O eleitor tem de conhecer o que está sendo feito. É claro que as ferramentas que temos estão nos aproximando mais do eleitor, mas, como diria meu pai: que um médico que só pedia exames, mas não o olhava e não o apalpava, não sentia o doente, não era um médico, digamos, aprovado por ele. Então, é assim também o eleitor, a meu ver. Por mais atuação legislativa que você faça, se você não vai lá – não é só o aperto de mão, mas conhecê-lo, dar a oportunidade de ele falar e de ser ouvido –, esse eleitor ainda fica carente.

Então, por mais ferramentas que possamos ter, eu acredito que temos de nos preocupar também com a aproximação direta com o cidadão. Se não vamos lá olhar, ver e sentir quais são as necessidades daquela comunidade, podemos ser iludidos também.

E vemos muito no Brasil as famosas obras “elefantes brancos”. Agora, nesses últimos anos, eu pude deparar muito com os programas criados pelo Governo Federal. Se o Governo Federal definir que vai construir tantas mil creches, o prefeito tem que vir aqui – como dizem – de pires na mão, perguntar o que tem? “Tem dinheiro para a creche.” “Mas eu estou precisando de um posto de saúde.” “Ah! Não tem para o posto de saúde, mas tem para a creche.” Aí ele resolve, então, pegar o dinheiro para a creche e constrói uma creche, como se tem visto, às vezes, uma creche maior do que a própria cidade.

E o pior: depois do recurso aplicado, ele vê que não tem condições de manter aquela creche. Isso tem acontecido muito no Brasil em programas que o Governo Federal cria. Então, arruma-se o recurso para a construção, e muitas dessas obras, desses programas não têm a sua aplicabilidade, porque o dinheiro do custeio não existe.

Por isso, defendemos tanto aqui essa questão do Pacto Federativo – falamos tanto; todos os candidatos falaram; a Presidente da República –, sobre as reformas. E, hoje, nós estamos nos deparando com um momento muito ruim em que há um processo de *impeachment*, que, claro, quer queira, quer não, é traumático. Temos, hoje, um Governo, um Presidente na interinidade, que pode permanecer por até 180 dias; por até 180 dias pode haver essa interinidade e, se o Congresso não votar, pode ainda continuar; a Presidente volta, mas, de qualquer forma, o processo ainda pode continuar. Então, isso traz uma descontinuidade imensa.

Hoje, está havendo muita crítica ao novo Presidente, que assumiu, por não colocar nenhuma mulher no seu Governo. E não se refere ao fato da mulher, por ser mulher, mas a uma conquista que as minorias tiveram, e as mulheres, que representam uma força em igualdade não só no número de eleitores, mas também no mercado de trabalho; cada vez mais, a mulher tem avançado.

Então, parece-me que isso tomou o Governo de susto: “Mas eu fiz isso? Esqueci?” Parece-me que é essa a situação que estamos vivendo hoje.

Pelo Parlamento, eu só queria aqui que vocês fizessem as considerações, mas estou colocando que é exatamente a vida que vivemos.

Aqui há uma pergunta que já foi feita, eu acho: “Como podemos votar? Se poderemos no futuro votar a distância? Qual a vantagem que nós teremos de votar a distância?”

Eu gostaria de ouvir a consideração de vocês, porque, às vezes, há ferramentas muito importantes, mas que tiram a pessoalidade. E eu acho que também, se formos por esse caminho de forma tão abrupta, poderá também faltar a sensibilidade, porque, sem pessoalidade, talvez não se tenha a sensibilidade necessária. E eu sempre tenho dito que uma lei que é votada, na pressão, na opressão, na comoção, normalmente não é uma lei que tenha uma boa aplicabilidade; ou seja, o processo legislativo tem que ter um processo de maturação.

Por isso, o trâmite, aqui nas casas legislativas, em que se vai para uma comissão, para outra, e há as audiências públicas. Isso permite exatamente a maturação na construção de uma lei ou na revisão, como nós temos hoje uma Constituição, em que a maior parte dos seus artigos ainda não foi regulamentada. Isso traz uma dificuldade também para governar.

Mas passo aqui a palavra livre aos palestrantes.

Primeiro, então, Prof. Paulo.

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Pois não.

Bom, primeiro, eu quero concordar com o senhor, Senador, nas suas ponderações, porque acho que são extremamente pertinentes e atuais. Dizem respeito basicamente à importância da conexão eleitoral – chamamos assim – entre os eleitos e eleitores.

E as transformações que estamos vendo, na forma tradicional, como essa conexão se estruturava. As novas tecnologias proporcionam uma ampliação das possibilidades em que essa conexão eleitoral é estabelecida e da frequência com que ela ocorre, mas certamente as tecnologias não deveriam substituir o contato pessoal, a presença física do representante, do Senador, junto ao seu eleitorado. Muito pelo contrário, eu acho que elas devem ser muito mais efetivas quando complementadas por um conjunto maior de instrumentos. Esse conjunto maior de instrumentos não é uma coisa ou outra. É como o advento, primeiro, do telefone, que não substituiu a presença física dos Senadores nessa conexão eleitoral, depois a presença do próprio correio eletrônico, e agora há outras possibilidades, inclusive com a imagem, com a possibilidade de um conversar olhando para a cara do outro, o que é muito importante.

O segundo elemento que foi muito bem notado é a dimensão afetiva, e não apenas substantiva. O ser humano não é simplesmente racional. Há um lado afetivo também, e esse lado afetivo, essa comunicação, do ponto de vista afetivo, ocorre de maneira mais eficaz e eficiente na presença física, no ambiente, no contexto, olhando para a pessoa, olhando para a situação, olhando para a Casa. Ela ganha uma certa frieza quando é trabalhada de maneira mais distante.

Então, acho que, na verdade, nós não estamos falando em uma mudança radical de uma maneira de fazer conexão eleitoral para outra maneira, mas em uma ampliação, em novos mecanismos que devem complementar e de certa forma viabilizar, facilitar essa conexão.

Isso me remete também à primeira pergunta, que diz respeito à democracia representativa. Parece-me também que o mesmo processo ocorre no que tange às votações, no que tange às deliberações. As novas tecnologias proporcionam alternativas adicionais, mas não devem substituir a presença física do grupo debatendo, discutindo. E não se pode prescindir, na democracia contemporânea, da figura do Congresso Nacional, do Legislativo.

Muito se fala sobre a crise da democracia representativa, mas a crise da democracia representativa não é a extinção do Legislativo, mas a tentativa do Legislativo, de certa maneira, de se adaptar a esse contexto, a essas inovações, a essas transformações no campo social, no campo político, no campo tecnológico. Por isso, é importante essa figura da inovação como um elemento estratégico, e o modelo...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – ...da inovação como elemento estratégico, na medida em que ele permite, de certa forma, essa adaptação, essa aprendizagem contínua. Nós estamos passando por transformações de ruptura. Há indústrias no Brasil e no mundo que viraram pó de uma hora para a outra. Há 20 anos, nós chegávamos ao Brasil e comprávamos telefone fixo como investimento.

Eu tinha colegas que compravam 10, 15, 20 linhas de telefone. Era a aposentadoria dele. Virou pó telefone fixo, e hoje você está vendo outras tecnologias virando pó muito rapidamente. Mas nós temos de pensar um modelo de representação, de atuação do Senado, nesse contexto de transformações sociais e tecnológicas muito rápidas.

Hoje a maneira de se estruturar o processo legislativo mudou muito pouco ao longo dos últimos 20 ou 30 anos. Ainda é uma estrutura muito fordista, muito linha de produção sequencial, e acho que nós temos de começar a discutir que outras maneiras poderíamos utilizar para um encaminhamento em relação a essas inovações tecnológicas.

A outra coisa, para concluir, é a importância da demanda e não só da oferta. A sociedade está demandando mais informação; ela está demandando mais transparência; ela está demandando mais consulta; ela está indo às ruas pedir isso. E eu acho que está na hora de se pensar como é que a gente pode responder a isso, como é que nós podemos ser mais abertos, mais transparentes. Ouvir as demandas deles, incorporar e levar com seriedade essas demandas numa nova forma de se pensar a publicização, a função de legislar, a função de representar e a função de supervisionar/fiscalizar. Eu prefiro supervisionar, mas enfim...

Então, eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós queremos, inclusive, dizer, Prof. Paulo, que a Comissão Senado do Futuro já tem uma parceria antiga com o Núcleo de Estudos do Futuro da UnB, através dos professores Isaac Roitman e Elenita Nascimento. Então fica registrado também, inclusive que nos procuraram. E esse trabalho já vem sendo desenvolvido.

Dr. Antonio Augusto.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Perfeito.

Eu acho que o Senador respondeu muito bem à indagação da Dária Marília, mas queria apenas complementar e insistir em um aspecto que é o fato de que as funções dos Parlamentares, Deputados e Senadores são funções multifacetadas, que incluem várias dimensões. Portanto, ele não precisa estar, necessariamente, de segunda a sexta-feira, em Brasília, no plenário ou em uma comissão deliberando, porque ele tem a responsabilidade de falar em nome da população, de ouvir a população, de legislar, de articular maioria para consenso na esfera institucional, de mediar conflitos sociais, intermediar demandas e entendimentos, promover os debates nacionais, participar da formulação de políticas públicas, aprovar o Orçamento da União, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, atuar como órgão judiciário na instalação de processos contra Deputados, Senadores, Presidente da República, Vice, Ministro, etc., bem como a investigação de fatos de interesse da coletividade. Então é bastante amplo o leque de atuação, e o Senador e a instituição, o Senado da República, devem ser avaliados nessas dimensões.

O Parlamento brasileiro talvez seja o mais transparente dos três Poderes da República – talvez não, com certeza o é. É grande o volume de informações que existe disponível na plataforma de tecnologia do Senado. Por exemplo, aqui há a Rádio Senado, a TV Senado, que faz a cobertura dos trabalhos, há o Diário Oficial do Congresso, da Câmara e do Senado, há os jornais diários da Câmara e do Senado. Existe a internet com material disponível sobre todas as proposições apresentadas e onde tramitam, as matérias relatadas pelos Senadores, os discursos proferidos, o resultado de votação em plenário, presença em comissão, presença em plenário,

biografia dos Senadores, notas taquigráficas do que está sendo debatido, em tempo real, agendas, pauta, Ordem do Dia, quer dizer, todas as informações disponíveis e, na minha avaliação, razoavelmente sistematizadas. Quem entrar na página do Senado vai ter essa facilidade.

Então, eu acho que a grande contribuição é aperfeiçoar esse mecanismo de disponibilização dessas informações e, mais uma vez insisto, educar a população para a cidadania. Enquanto não houver isso, as pessoas não vão compreender. Por exemplo, o nível de indignação no Brasil hoje é de tal ordem, inclusive com os Parlamentares, com os agentes públicos, de modo geral, por uma coisa que os próprios Parlamentares e agentes públicos fizeram, que é ampliar a transparência. Há dez anos, a relação entre público e privado era completamente fechada. Nós tínhamos, na República, alguém apelidado como “engavetador da República”.

Só para citar algumas leis de transparência aprovadas nos últimos anos aqui pelo Senado da República: Lei Geral de Acesso à Informação, Lei da Ficha Limpa, Lei de Conflito de Interesses, Lei de Combate ao Crime Organizado e a delação premiada, Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica, Lei de Fiscalização de Movimentação Financeira, Lei de Transparência (Lei Capiberibe). Tudo isso jogou luzes sobre as instituições públicas, sobre os agentes públicos, de tal ordem que, para fazer o jornalismo investigativo, que no passado tinha como produto uma investigação própria, hoje o jornalista acessa o portal, cruza as informações e tem tudo disponível. Absolutamente tudo! Se quiser saber quanto um servidor de qualquer órgão público ganha, ele vai não pelo nome do Senador, mas pelo cargo dele, porque aí ele sabe quanto ganha, quanto recebe de Bolsa Família, quantos convênios existem, quanto paga cada convênio, que tipo de serviço está sendo pedido em contrapartida àquele convênio.

Então, essa ideia, que é nobre, boa, de haver uma fiscalização, uma maior cobrança em relação aos Poderes constituídos faz parte da democracia, faz parte da prestação de contas, mas temos que ter cuidado em relação a isso para também não entrar em um moralismo justiceiro de condenar tudo que vem do Estado, porque isso se presta a interesses outros que não são necessariamente o interesse da população de modo geral.

No Brasil, hoje, por exemplo, para cada fiscal da Receita nós temos dois da despesa. Isto está errado! Há uma criminalização do agente público. Ele está sob os holofotes, a todo instante, de centenas de pessoas fiscalizando, cobrando, acusando previamente. Antes de tomar uma decisão, ele vai pensar 10, 15, 20 mil vezes. Aí ele não toma a decisão, e a não decisão vai em prejuízo de quem? Da população, que necessita desses serviços públicos.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Eu achei extremamente importante a sugestão do Prof. Paulo no sentido de que o Senado busque, e a Câmara também, captar esse sentimento da população e transforme isso em políticas públicas com mecanismos de participação. Mas outra coisa importante também a respeito da qual a população precisa se educar para agir é saber que sem institucionalidade nada funciona. As manifestações de junho de 2013 foram manifestações belíssimas, o cidadão se manifestou na dimensão de contribuinte, de usuário de serviço público, de consumidor, de eleitor, de trabalhador, de empresário, do que quer que sejam as várias dimensões da cidadania. Mas como foram convocadas por redes sociais sem um CPF, sem um endereço, sem uma liderança, para sistematizar essas reivindicações e trazê-las para quem efetivamente decide, que são as instituições, como não houve isso, não aconteceu a melhora que se imaginava, aquele serviço público de qualidade, as pessoas se se indignaram e passaram a se identificar com o primeiro fundamentalista, populista, aventureiro que apareceu.

O fato é que hoje se critica muito, particularmente a Câmara dos Deputados, pela sua composição, exatamente em função dessa falta de educação política, dessa falta de reflexão mais aprofundada, de não apenas agir pelo diagnóstico. Por que o cara está contra tudo o que está aí e eu, também, logo ele me representa? Não é assim. Tem que perguntar o que ele quer colocar no lugar do que está aí. E em geral não costuma ser coisa boa.

Insisto muito nesta questão: se não houver educação para a cidadania, formação cívica, as pessoas vão utilizar de forma inadequada as redes sociais, apenas para fazer guerras de torcida, pregar ódio, etc.

Mais uma vez eu reitero que os produtos produzidos pela instituição são de extrema importância. Qualquer cidadão vem aqui, porque a Consultoria produz vários estudos, inclusive da professora aqui presente, Professora Magna. São estudos da maior profundidade. Você pode analisar e acompanhar os diversos temas em debate aqui no Parlamento, sob a ótica de um consultor, de forma abrangente e, em geral, de modo muito isento. Então são contribuições importantes que nós temos que valorizar e, mais uma vez insisto, popularizar, divulgar esse manancial de informação, porque, sem nenhum demérito às outras instituições de estudos e de pesquisas, o Congresso Nacional não fica a dever em relação a nenhum outro instituto.

Para concluir esta parte, eu queria apenas lembrar que lá no Diap, que é o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, nós buscamos contribuir nessa direção, produzindo vários estudos e cartilhas com

o objetivo de educar para a cidadania. Temos esta por exemplo: “Poder Legislativo. Como é organizado, o que faz e como funciona.” E temos várias outras, como “Noções de Política e Cidadania no Brasil”, “Como fazer análise de conjuntura e por que fazer”, “Reforma política e regime representativo”, “Relações Institucionais e Governamentais. O que é, como e onde se faz”. E uma série de outras que são úteis para essa formação mais organizada, mostrando qual é o papel das instituições e qual é a influência das decisões que elas tomam sobre a vida das pessoas. Não adianta apenas reclamar se não se souber exatamente como influenciar tanto na formulação quanto na implementação da própria política pública.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Depois nós vamos passar para as nossas duas palestrantes.

Quero dizer que já entregamos tanto ao Professor Paulo quanto ao Antonio, do Diap, o seguinte ofício:

Assunto: Audiência Pública da Comissão Senado do Futuro.

Senhor Diretor, Tendo em vista as competências regimentais da Comissão Senado do Futuro, que visam promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País, bem como aprimorar a atuação do Senado nessas questões, convido V. S^a, representando o Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, a firmar parceria [também no Diap] com este Colegiado, com a finalidade de promover o congresso internacional destinado a debater a democracia e o progresso no mundo digital e sustentável na América Latina.

O evento ocorrerá no mês de novembro e contará com a participação da Comissão Desafios do Futuro, Ciência, Tecnologia e Informação do Senado do Chile.

Serão tratados esses temas que já citei, mas vou repetir: infraestrutura para o futuro do desenvolvimento sustentável na América Latina; sustentabilidade, investimentos e parcerias para a interligação multimodal da América Latina; educação, ciência e inovação do futuro; saúde e alimentação para o futuro; financiamento da saúde; segurança alimentar; democracia representativa no mundo digital.

Isso eu estou fazendo questão de ler, porque também isso fica aberto às universidades, àqueles que estão nos assistindo, se quiserem manifestar-se. É claro que ainda faremos convites a várias outras instituições.

Temos ainda inscritas seis pessoas que aqui estão e mais duas ou três perguntas dos internautas.

Eu vou passar, então, o tempo de três minutos para que cada uma possa fazer a consideração, e vamos fazer um bloco único de todos ao final.

Prof^a Magna.

A SR^a MAGNA INÁCIO – Eu só gostaria de ressaltar em relação à questão levantada acerca da complexidade dessa avaliação em termos de uma parametrização.

Eu acho que o ponto inicial é partirmos justamente da questão da avaliação de desempenho para quem? Essa parametrização deve, de fato, quando se menciona essa gradação a ser observada, orientar-se em termos de expectativas, a quais públicos estamos nos dirigindo. E aí temos que distinguir desde públicos mais atentos ou com preferências mais intensas em relação a determinados temas, como o cidadão que pode se interessar por conhecer determinada política, sem obviamente ter outras expectativas de intervenção mais sistemática.

Não podemos deixar de salientar que a tendência de monitoramento parlamentar tende a se fortalecer no Brasil. Estamos vendo a disseminação de organizações, de movimentos voltados para o monitoramento parlamentar, para o acompanhamento mais sistemático da atividade legislativa. É importante que o próprio Legislativo se organize no sentido de oferecer referências de *feedback* acerca da sua atividade, de forma a qualificar esse debate ou essa interlocução com os agentes de monitoramento parlamentar para além do público em geral.

Então, parece-me que o importante é considerarmos e termos clareza de que pensar uma estratégia de avaliação de desempenho deve nos levar à discussão...

(Soa a campanha.)

A SR^a MAGNA INÁCIO – ... de uma política mais ampla de prestação de contas. A avaliação de desempenho se insere num contexto de prestação de contas do Legislativo em relação à sociedade, em relação aos eleitores.

Então, como prática de prestação de contas, obviamente ela tem consequências reputacionais tanto no nível individual, como no nível institucional. Para tanto, é importante, na linha de uma das questões, termos, sim, fóruns ou mecanismos de colaboração, de interlocução para além do próprio Legislativo, de forma que a construção dessa política de prestação de contas pela via da avaliação de desempenho seja multifacetada, multidimensional, traga no seu conteúdo perspectivas diversas oferecidas por atores de diversos espaços e diferentes saberes.

Acho que é importante pensarmos aqui uma avaliação de desempenho que esteja ancorada num processo mais amplo de discussão sobre a própria responsabilidade do Legislativo em relação às atividades políticas, à manutenção da institucionalidade e à boa produção de políticas públicas, que, certamente, vai ao encontro das expectativas e desconfortos muitas vezes manifestados pelos cidadãos e pelos eleitores.

A dificuldade de se traduzir o trabalho aqui realizado – que requer condições organizacionais, que requer tempo, estruturas – em respostas, com a clareza esperada pelo cidadão, certamente, é algo que deve ser colocado como objetivo a instruir, na base, essa política de prestação de contas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra agora a Profª Maria.

A SRª MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES – Eu iria abrir mão, acho que todo mundo já respondeu legal. Vamos passar para os próximos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos às outras perguntas que aqui estão. Se eu tiver que repetir, me desculpem.

A Ana Flávia, de Santa Catarina – acho que já li –, pergunta: “O melhor indicador é ouvir de perto se a população conhece os direitos e se está satisfeita com os legisladores?”

Acho que, em outras palavras, basicamente coloquei isso aqui.

Só por curiosidade: “Como funciona o Diap na sua sustentação, para esclarecer isso à população?”

E, ainda, a participação do Ricardo Vaz, do Rio de Janeiro: “Estaremos perto do público quando o sistema deixar de ser tão burocrático.”

E, ainda, o Rodolfo Francisco Puccini, de São Paulo. Esse já foi lido.

Agora vamos aos que estão aqui no plenário e inscritos. A Roberta Assis, da Conleg.

O tempo de, no máximo, de três minutos para cada um está sendo cronometrado.

A SRª ROBERTA ASSIS – Boa tarde a todos vocês.

É com grande alegria que a Consultoria Legislativa participa desse momento de discussão da tecnologia da informação e o processo legislativo.

Realmente o Senado, o Poder Legislativo, de uma maneira geral, se vê confrontado com o momento de busca de resposta, de mudança de diálogo e mudança de plataforma de informação com a população. Temos a oportunidade de sentar juntos, refletirmos e buscarmos inícios de trabalho e novos paradigmas para a atividade legislativa é extremamente importante.

De tudo que foi dito hoje, me chamam a atenção dois eixos fundamentais dessa discussão, de como estabelecer os parâmetros, os critérios de escolha dessa avaliação da atividade legislativa, porque, se partirmos do senso comum, fica muito complicado estabelecermos parâmetros por conta de que a atividade legislativa não responde bem a critérios de produtividade do tipo número de leis aprovadas.

Isso não mede nada do ponto de vista da atividade legislativa. Então, precisamos estabelecer critérios, parâmetros que respondam, que sejam os mais objetivos possíveis porque, no final das contas, vão ser sempre opções, nós estaremos sempre fazendo opções de critérios de avaliação. A maior preocupação que nós devemos pensar institucionalmente é justamente que esses critérios sejam o máximo possível objetivos e que respondam, de maneira positiva, a questão colocada de que uma avaliação é necessária no sentido de que traz a possibilidade de aprendizado e de aprimoramento.

(Soa a campanha.)

A SRª ROBERTA ASSIS – O outro eixo fundamental é realmente a questão da mídia social. No aspecto de indicador de atividade legislativa, acho que ela guarda uma importância fundamental porque tem condição de dar ao Parlamentar uma resposta efetiva de como está sendo a sua atuação, como ela está sendo avaliada pelo seu eleitorado, cada vez mais rapidamente, de uma maneira mais capilarizada. Então, isso muda também a relação do Parlamentar com o seu mandato.

Eu acho que, à tarde, vamos ter oportunidade de discutir isso mais, mas eu creio que são os dois eixos fundamentais nesta nossa rodada de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Ainda há mais um inscrito, o Flávio Heringer, do Prodasen.

O SR. FLÁVIO ROBERTO DE ALMEIDA HERINGER – (Flávio Roberto de Almeida Heringer) – Boa tarde, cumprimento todos os Senadores da Mesa.

É excelente o nosso debate aqui, é excelente a qualidade do que estamos ouvindo e aprendendo. Eu queria apenas considerar rapidamente o fato de que alguns dos debatedores mencionaram o ritmo e a velocidade das evoluções da sociedade de 20 anos para cá – a questão da telefonia fixa, a questão da velocidade com que a sociedade quer respostas. Mas nós temos dentro do nosso tema uma perspectiva de processo legislativo do futuro, ou seja, como os senhores veem a perspectiva de um processo legislativo que seja mais dinâmico sem

perder a sua estabilidade e como essa avaliação que nós fazemos, hoje, da atividade legislativa pode contribuir para um processo legislativo mais eficiente que entregue à sociedade o produto que ela deseja no momento oportuno. A entrega do produto, quando é muito tardia, acaba não atendendo às expectativas da sociedade.

Então, a minha pergunta vai muito no sentido de como conciliar e de como conseguiríamos modernizar o nosso próprio processo legislativo, para que essa eficiência – que nós falamos hoje tanto em como medi-la – seja efetiva, seja concreta, melhor dizendo, na entrega dos bens e dos serviços para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Temos ainda mais três inscritos: o Luiz Alberto dos Santos, que me parece ser da Conleg também.

Alisson Bruno, do e-Cidadania.

O SR. ALISSON BRUNO DIAS DE QUEIROZ – Bom dia a todos. Bom dia, Senador, bom dia, Mesa. É um prazer ver todo este debate sobre a participação popular no processo legislativo. Temos visto que isso tem crescido. O Sr. Antonio até ressaltou várias ferramentas que o Senado já disponibiliza dentro do portal e-Cidadania e que isso tem crescido cada dia mais, as pessoas têm participado mais.

Mas eu tenho uma consideração sobre o conhecimento que a população tem acerca do processo legislativo. Hoje, nas mídias sociais, como já foi dito, as pessoas avaliam o Poder Legislativo, avaliam a atividade legislativa, mas de forma bem superficial. A maioria dos cidadãos não entende o processo legislativo como um todo, não entende as leis produzidas pelo Parlamento, tanto pelo processo legislativo ser muito burocrático, ainda ser muito complicado, e também pelo fato de que a linguagem utilizada na redação legislativa ainda é muito rebuscada, e o cidadão comum não entende muitas coisas que o Senado e a Câmara produzem.

É aí que quero saber a opinião dos senhores sobre a possibilidade de incluir no currículo escolar o assunto sobre a legislação, conhecimento da Constituição, Direito, produção legislativa como um todo, para que possamos formar adultos no futuro que conheçam verdadeiramente o que o Parlamento faz e o que é o Parlamento. Dessa forma o cidadão vai poder avaliar.

Hoje o Senado, como já foi dito, trabalha com excelência na transparência, tudo é muito transparente no Senado. As pessoas têm acesso a todas as coisas, não há nada que seja oculto aqui dentro, de informação legislativa, de informação administrativa, mas é preciso que as pessoas realmente conheçam o que está sendo publicado. Porque não basta estar público, as pessoas precisam conhecer.

Então, minha pergunta é sobre a inclusão no currículo escolar de informações, de assuntos sobre a produção legislativa como um todo.

Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – ... para que, rapidamente, você pudesse dar alguns dados, números de acesso do e-Cidadania. Em outra oportunidade, eu gostaria até que fosse feita uma apresentação sobre e-Cidadania, para que a população pudesse compreender melhor ainda.

Eu quero dizer que no ano passado nós apresentamos, para deliberação desta Comissão, um projeto de resolução com o objetivo de regulamentar o Programa e-Cidadania, conferindo segurança jurídica a essa importante ferramenta de participação popular. O projeto, de autoria da Comissão Senado do Futuro, foi aprovado em 26 de novembro de 2015 e deu origem à Resolução do Senado nº 19, de 2015.

Criado por meio do Ato da Mesa nº 3, de 2011, e em funcionamento desde 2012, o Programa e-Cidadania já tinha alcançado enorme êxito para o que propunha: oferecer aos cidadãos ferramentas para apresentação de uma ideia legislativa, possibilidade de opinar sobre os projetos e enviar perguntas e comentários para os Senadores e convidados em audiências públicas.

E agora, apenas alguns dados do que já representa o e-Cidadania em termos de participação da população.

O SR. ALISSON BRUNO DIAS DE QUEIROZ – O.k. O e-Cidadania foi criado, como disse, em 2012. Ele tem crescido a cada ano, o cidadão tem participado cada vez mais, tanto pelo conhecimento, publicidade

O SR. ALISSON BRUNO DIAS DE QUEIROZ – O e-Cidadania foi criado, como disse, em 2012. Ele tem crescido a cada ano, o cidadão tem participado cada vez mais, pelo conhecimento, pela publicidade que o Senado tem dado na TV Senado, na Rádio Senado, e também pela evolução da ferramenta, que tem sido desenvolvida para se adaptar às necessidades dos cidadãos.

Nesta semana, acredito que alcancemos 8 milhões de acessos na nossa página, sendo que 80% são de celulares. Nós percebemos, já no ano passado, esse crescimento do acesso via celular e trabalhamos para modernizar a página e torná-la responsiva, para que se adapte à maioria dos nossos usuários que estão acessando via celular.

O e-Cidadania tem três ferramentas, que foram inclusive citadas pelo Sr. Antônio. A primeira delas é a ideia legislativa. O cidadão pode oferecer ao Senado uma ideia, uma sugestão para que o Senado a avalie e

transforme num projeto de lei, por exemplo. Essas ideias precisam receber 20 mil apoios para ser avaliadas e debatidas na Comissão de Direitos Humanos.

Nós já recebemos, até hoje, mais de 5 mil ideias de 3.400 cidadãos, e 11 dessas ideias alcançaram 20 mil apoios e foram encaminhadas para a CDH. Uma delas, muito interessante, tratava de um tema que não era de competência do Senado – era de competência privativa da Presidência da República –, e a CDH pediu ao Presidente do Senado que encaminhasse à Presidência da República essa sugestão. Isso foi feito e encaminhado, via mensagem, para a Presidência da República.

Outras duas ideias: regulamentação do uso da maconha e aborto até a 12ª semana. Já foram feitas várias audiências sobre esses temas. No caso da maconha, foram feitas seis audiências, e, no caso do aborto, cinco audiências. Então, 20 mil pessoas, mobilizadas na internet...

(Soa a campanha.)

O SR. ALISSON BRUNO DIAS DE QUEIROZ – ... conseguiram pautar os debates no Senado e mobilizar toda a Casa.

Nos eventos interativos – este, por exemplo, é um evento interativo, uma audiência pública aberta à participação popular –, nós também percebemos um crescimento exponencial.

No ano passado, todas as audiências passaram a ser feitas de forma interativa e assim continuam neste ano. Além das audiências aqui no Senado, todas as sabatinas também são interativas e ainda outras reuniões, inclusive sessão de debate temático no plenário da Casa.

Nós já tivemos, neste ano, 114 eventos, e, no ano passado, 306. Só de cidadãos que já participaram de eventos interativos no Senado foram mais de 5 mil, que mandaram mais de 20 mil comentários ou perguntas.

Por último, a ferramenta Consulta Pública, criada pela Resolução nº 26, de 2013, já na gestão do Presidente Renan Calheiros, colocou em consulta pública todas as proposições que tramitam na Casa. Por isso, hoje o cidadão pode opinar sobre qualquer proposição que tramita, desde o início do protocolo dessa proposição, desde que ela é apresentada, até a sua decisão final. Essa é a ferramenta que é mais acessada, que mais pessoas utilizam. Neste ano, por exemplo, mais de 275 mil pessoas já opinaram sobre proposições que tramitam na Casa. No total, de 2013 para cá, mais de 650 mil pessoas já opinaram, mandando 770 mil opiniões. Só neste ano, nos cinco primeiros meses, o número de participações já superou o do ano passado.

Ressalto a PEC 106, de 2015, que propõe a diminuição do número de Parlamentares. Houve um pico de acessos, neste ano, a essa PEC. Em três dias, mais de 1 milhão de pessoas acessaram a página dessa PEC.

Acho que é o próximo passo da evolução do processo legislativo, da democracia como um todo, que as organizações públicas já estão fazendo a transparência para tudo. Tudo é transparente. Agora elas querem, além de ter acesso aos dados, contribuir na elaboração de políticas públicas e de leis.

Eu destaco que tudo isso tem ocorrido também pela parceria com o Prodasen, que tem nos oferecido sempre soluções para que o portal e-Cidadania seja cada vez mais acessado e seja simples. Nós percebemos que a simplicidade das ferramentas é que vai atrair as pessoas, porque hoje o cidadão primeiro precisa ter acesso à informação, mas essa informação precisa ser fácil, precisa ser simples para que ele entenda. E a ferramenta, como um todo, também precisa ser simples para que ele participe.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade de expor o programa.

Tenham uma boa tarde. E à tarde também estarei junto na oficina, aprendendo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quero registrar aqui que recebemos este material: “Direcionamento Estratégico – Diretrizes 2011/2012”, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Quero agradecer à Assembleia, não só por enviar este material – tenho certeza de que é uma das Assembleias mais organizadas do Brasil – como também pelas pessoas que vieram aqui, de forma presencial, participar.

Como eu já disse aqui antes, para este congresso nós já fizemos aqui, de forma oficial, o convite à UnB, ao Diap, mas vamos fazê-lo a todas as universidades federais e às Assembleias Legislativas dos Estados que queiram contribuir nesse evento. Na verdade, queremos fazer algo bastante representativo. Lá no Chile, como eu disse, houve uma frequência de milhares de pessoas, fisicamente e também, é claro, pelos meios de comunicação. E esse trabalho nós vamos fazer aproveitando já a experiência do Chile.

Eu acho que já disse isso, mas no Chile a única comissão que tem orçamento próprio do Congresso Nacional é a Comissão Senado do Futuro. Claro, nós estamos aqui ainda galgando. Eu sou o segundo Presidente da Comissão Senado do Futuro; o primeiro foi o Senador Luiz Henrique, que, infelizmente, acabou falecendo. Mas tenho como Vice-Presidente o Senador Cristovam, que foi o idealizador da implantação dessa Comissão aqui no Senado.

Há ainda duas perguntas.

Pergunta de Alcides Freire Jr.: “É possível recolher a opinião dos internautas pelas redes sociais antes dos debates no Senado e assim apresentá-los no início de cada debate? Vejo isso como uma forma de me sentir de fato representado no Senado.”

Como eu já anunciei aqui, a próxima audiência nossa será no dia 30, em função do feriado, às 10 horas, teremos. É perfeitamente possível, então, as pessoas mandarem já com antecedência para cá sugestões, perguntas, enfim.

E, ainda, de Sergio Tavares: “É importante uma avaliação melhor da produtividade dos Senadores no que tange à relação de projetos propostos e aprovados. Isso poderia ser demonstrado por meio de gráfico também. Sei que existe uma tabela no Relatório Anual, mas isso poderia ir para a página do Senador.”

Pergunta o Francisco José Siqueira Nunes, do Rio Grande do Norte: “Por que não usar um veículo de comunicação que seria do docente, professor, para melhor informar qual o papel do Legislativo no âmbito escolar?”

Do Sérgio Tavares: “Para melhorar a avaliação da atividade legislativa, o Senado deve dar conhecimento à sociedade dos projetos aprovados que são importantes e que influenciam a vida das pessoas, e podemos começar isso pelas escolas.”

E ainda outra ideia interessante, que vai ao encontro das palavras do Diretor Antônio Augusto, que é disponibilizar, na página do Senado, um destaque para as ideias propostas pelos cidadãos ou Senadores que estão recebendo grande apoio popular, e o andamento delas na Casa.

E, como eu disse aqui, o tema do dia 30 nosso será Impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo: como as tecnologias de informação e comunicação afetarão o processo legislativo do Brasil e no mundo, considerando os seguintes aspectos: participação social, agilidade em legislar sobre questões urgentes, estabilidade jurídica, qualidade das normas jurídicas emanadas e transparência. Então, esse já é o nosso ciclo, que acontecerá no dia 30/05, às 10 horas da manhã.

Eu quero agradecer, inclusive, aqui, toda a Comunicação do Senado, porque estamos tendo oportunidade de dividir o tempo com outra comissão que começou mais cedo. Estamos começando um pouco mais tarde, às 10 horas, para permitir também que as nossas reuniões sejam também divulgadas pela da TV Senado, Rádio Senado e todos os meios.

Agora, passemos para as considerações finais de cada um dos palestrantes, dos convidados.

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Obrigado.

Vou tentar responder pelo menos a algumas das perguntas. Sobre a questão...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Desculpe, professor, eu quero também registrar que nós teremos a oficina agora às 14h30min no Plenário 2. Todos são convidados também.

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Primeiro, sobre a avaliação. É muito importante que a avaliação seja pautada no modelo avaliativo. A ideia do modelo avaliativo é você ter uma modelagem das atividades que o Legislativo, de certa forma, desempenha na função de legislar, na função de representar e na função de supervisionar ou de fiscalizar. A partir desse modelo, você tem os principais insumos, as principais atividades, os principais produtos e os principais resultados que cada uma dessas atividades deve realizar. Então, você tem como mapear o conjunto de recursos e de atividades, de produtos e de resultados de cada uma das funções que está associada a ele, e gerar indicadores específicos, não apenas indicadores de impacto, de resultado, mas quantos produtos foram gerados, quantas atividades foram realizadas e os insumos gastos em relação a isso.

Então, quando pensamos sobre indicadores de efetividade da atividade de legislar, estamos olhando só para um lado, o lado do produto, não estamos nem olhando para o lado do resultado. Estamos deixando de lado os insumos e as atividades realizadas. E aí, de certa maneira, pode haver uma medição da efetividade. Mas qualquer que seja a estratégia quanti, quali, participativa ou não, você certamente deve pautar a tua avaliação num modelo avaliativo, num mapeamento de todas essas atividades e associar indicadores a cada uma delas. A partir disso, você pode ter até um *scorecard*, não um *balanced scorecard* do Kaplan e Norton, mas um *scorecard* em que você pode avaliar comissões, bancadas, até mesmo, legisladores. Isso é importante.

A presença de um sistema já informatizado, disponível, de e-Cidadania, em que as pessoas participam, fazem petições, demandas, propõem projetos de leis é um avanço extremamente significativo e importante e também uma grande oportunidade para duas coisas. A primeira coisa é para, obviamente, experimentação, para ver o que funciona melhor, o que atrai mais as pessoas, pelo que as pessoas se interessam mais, quais as estratégias. Todas essas empresas de *marketing* que usam a internet fazem continuamente experimentações com *sites* deles, com os formatos de compra, com processo. E esse tipo de experimentação já é uma avaliação. Então, talvez o objeto prioritário para se avaliar e até em caráter experimental fosse o e-Cidadania.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – Acho que aí você tem elementos bastante interessantes para se fazer. Segundo, ela proporciona uma gama enorme de indicadores, e esses indicadores de acesso, quem acessa, quanto tempo, como, que tipo de atividade, esse tipo de análise já permitiria uma boa avaliação e poderia ser um texto para outras atividades participativas, poder-se-ia construir conhecimento, construir uma base para estender, ampliar e os caminhos que devem ser seguidos a partir desse experimento. Então, isso é uma demonstração clara de como tecnologia e indicadores podem agir juntos na avaliação.

O ideal seria termos portais similares para a atividade de colaboração das assessorias e consultorias e Senadores na elaboração de um projeto de emendas para esse projeto. Por exemplo, uma coisa que acho superinteressante seria montar a rede de trocas de *e-mails* aqui, no Senado, e ver quem conversa com quem, quem demanda quem, quem usa qual parte da consultoria. Com base nesse mapa complexo, nessa rede complexa, você poderia começar a pensar em intervenções específicas e até em intervenções individualizadas, porque certamente o Senador A pode ter demandas diferentes do Senador B e pode ter sistemas específicos que o atendem melhor do que a outros. Então, esse tipo de mapeamento do fluxo de informação, seja por *e-mail*, seja por telefone, seja até por Twitter e WhatsApp ou o que for, gera informação bastante interessante.

A questão educativa é extremamente importante. É extremamente importante diferenciar dado de informação e informação de evidência. Nós podemos ter muito dado, mas dado não é informação. Informação não é evidência. O que vai apoiar o processo de tomada de decisão do Senador e do eleitor é evidência e não dado. Então, disponibilizar o projeto de lei pela Internet é dado, não é evidência. A pessoa não consegue ler, a pessoa não consegue interpretar. Até mesmo para o consultor experiente nem sempre é fácil interpretar e compreender as nuances da lei. Então, é importante esse ato de conversão de dado em informação e de informação em evidência. O que o eleitor quer é evidência. Dizer para ele que todo o conjunto de legislações está aí disponível é um dado. É a mesma coisa de dizer: estão aqui os dados do Censo, estão disponíveis, são transparentes. Você conhece o Brasil? Não conhece. Dado tem de ser processado. Informação tem de virar evidência. O que a gente quer é evidência.

A outra coisa é – estou terminando – mudar uma perspectiva ofertista para uma perspectiva de inovação induzida pela demanda. Pergunte o que o cidadão quer, do que ele está precisando, em qual área, quais são as demandas dos grupos de interesse, não só internamente, mas externamente. Desenhe a sua tecnologia pela demanda e não pela oferta. Essa é uma mudança importante. Outra coisa, transforma inovação em inovação aberta, abre para todo o mundo, faz consultas, faz *hackathon*, bota a garotada toda numa sala – os estudantes de computação – para desenvolver novas tecnologias. Isso é legal.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO CARLOS DU PIN CALMON – A última coisa que queria enfatizar é a questão da educação. Acho que isso é extremamente importante. O meu colega aqui, o Antônio, tem incentivado. Isso é fundamental. O Senado poderia assumir um papel mais de protagonista nessa área, com educação para primeiro grau, para segundo grau, cursos a distância. Uma coisa que tem em outros senados e aqui não tem é uma visita virtual ao Senado. Então, estou lá em Catolé do Rocha, na Paraíba, não posso vir aqui conhecer o Senado, mas tenho um computador. Visito o Senado, visito as salas, visito o plenário, desperto o interesse. Tenho lá como entender melhor o que é o processo legislativo. Muito disso já está pronto. A TV Senado e a TV Câmara fizeram muito material, mas deveria ser disponibilizado mais amplamente para o cidadão também compreender.

A coisa do *web* fórum também é importante, mas *web* fórum não pode ser na internet das pessoas, deveria haver salas em determinados lugares – na Rocinha, aqui na Tailândia, como eles chamam –, onde o cidadão pudesse participar e ouvir a discussão que está ocorrendo no Congresso Nacional, acompanhar e debater. Isso também seria interessante: o acesso das pessoas. Então, educação tem um elemento muito importante e acho que é um elemento que apresenta um amplo potencial para ser desenvolvido.

Desculpe-me pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Professor, inclusive a assessoria nos informa – e vai até colocar na tela – que o Senado já dispõe dessa ferramenta. É um *tour* virtual através do congressonacional.leg.br. Essa sugestão, na verdade, já foi acatada, felizmente. O Senado já tem, então, essa possibilidade. Inclusive, o nosso Secretário até trabalhou também nesse programa. Ele vai tentar colocar na tela.

Enquanto isso, vamos passar, então, à Magna, para que ela possa fazer as considerações finais.

A SRª MAGNA INÁCIO – Gostaria de retomar a questão levantada pelo Flávio, acerca da agilidade do processo legislativo. Quer dizer, parte importante dessa agilidade pode ser obtida por aquilo que a gente estava chamando aqui de melhoria desse ambiente informacional, reduzindo os encargos, a sobrecarga de processamento desses agentes.

Obviamente que o influxo dessas colaborações, dessa interlocução com a sociedade e com diversos grupos acaba por oferecer condições mais céleres de processamento também dessa agenda.

Acho importante, nesse processo de discussão sobre o uso das tecnologias de informação, pensarmos em formas de calibrarmos essas propostas advindas de certo ativismo individual, de uma participação mais individualizada, com mecanismos que permitam a exposição ao outro, o debate, a interlocução – na linha do que o Calmon estava falando. Se tivermos salas com equipamentos que permitam também processos de trocas entre os seus participantes, de forma que possamos agregar essa agenda numa perspectiva mais inclusiva, uma perspectiva de confronto, de visões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Estava na tela, passando agora na televisão. Às vezes as pessoas podem não conectar o que está na tela com o que a palestrante está falando.

A SRª MAGNA INÁCIO – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mas, na verdade, o que vocês estavam vendo na tela era o passeio virtual. Qualquer pessoa pode clicar e entrar no prédio. Pode ler, com todos os detalhes, o que é o funcionamento do Congresso. Enfim, tudo isso que vocês estão vendo na tela é exatamente o passeio virtual, que é possível para qualquer cidadão.

A SRª MAGNA INÁCIO – Bom, então, finalizando, eu gostaria de chamar a atenção para a necessidade – e eu acho que isso se coloca como uma tarefa muito mais ampla, de renovação da própria atividade legislativa, da própria atividade representativa – de construirmos ou pensarmos em formas de alinhar essas diferentes fontes de contribuições, de participações na própria formação da agenda, no sentido de produzir propostas que sejam mais inclusivas, mais bem fundamentadas.

Obviamente, o ativismo individual já é parte desse processo de formação da agenda, facilitado por essas diferentes tecnologias, mas é importante que nós canalizemos esse insumo, essa contribuição, para um processo mais ampliado de deliberação, de debate, em que as diferentes perspectivas possam ser cotejadas e, de fato, termos um resultado que reflita essa pluralidade, essa diversidade.

Acho que esse é certamente um desafio para o Senado do Futuro, no sentido de que trata além do pensar no aporte. A melhoria das condições informacionais se trata, na verdade, de pensar novas modalidades de exercício da representação e de organização do trabalho legislativo a partir dessas tendências.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Concluindo, então, nossa consultoria legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Maria Regina Alvares.

A SRª MARIA REGINA ALVARES MAGALHÃES – Tocou em um assunto em que também temos muito interesse, que é esse da participação e da participação remota. A Assembleia Legislativa também tem um ambiente em que as pessoas podem apresentar um projeto, uma proposta legislativa, de forma remota. Há também adesão a projetos que estão em tramitação. As pessoas aderem ou são contrárias e podem criar algum fluxo de discussão.

A grande questão que coloco ultimamente, concordando completamente com a Magna, que um passo avançado e interessante seria propor ambientes de debate temático ou por assunto que estiver pautado nos legislativos, em que as pessoas pudessem trocar argumentos de forma mais moderna, como alguns espaços que temos hoje nas redes, que não se perdesse.

Em alguns casos se cria alguns *chats*, mas o argumento inicial se perde. Como recuperar essa questão do argumento inicial é um outro projeto que também estamos dando andamento na Assembleia e é algo que temos interesse muito grande em acompanhar.

Era isso.

Obrigada por ter participado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Antes de encerrar e agradecer a todos, quero fazer um pedido à Secretaria, porque nós aprovamos um requerimento, nos termos do art. 90, do Regimento Interno, do Senado Federal, para a realização de diligências na minha cidade natal, Rondonópolis, Mato Grosso, a fim de acompanhar a implementação da Universidade Federal de Rondonópolis.

Queremos transformar isso numa audiência pública. Já tivemos, neste final de semana, uma reunião no campus da Universidade Federal com os professores, já está definido nosso Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque, que já se colocou à disposição de estar lá em Rondonópolis para discutir essa implantação da futura universidade. Mas estamos entendendo que talvez seja melhor oportunizar que algumas pessoas daqui e de lá possam vir e também a população lá fazer, através dos nossos meios de comunicação que já foram tão falados aqui, como e-Cidadania e todos os outros, até porque facilitaria a possibilidade de termos a transmissão ao vivo pela TV Senado.

O Projeto nº 5.273/16 cria a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). No dia 9 de maio de 2016, durante cerimônia no Palácio do Planalto, a Presidente Dilma assinou a Mensagem nº 223/2016, que submete

à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei que cria a Universidade Federal de Rondonópolis, por desmembramento de *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso.

A mensagem foi apresentada oficialmente na Câmara dos Deputados, no dia 12 de maio. Em seguida, o Projeto recebeu o nº 5.273/2016, na Câmara e aguarda para hoje o despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Waldir Maranhão, para distribuição nas comissões temáticas.

Após aprovado na Câmara dos Deputados, deverá ser analisado e posteriormente aprovado também no Senado Federal.

Eu quero aqui registrar que já tive a iniciativa de falar com o Presidente, para que a gente possa tramitar esse projeto em regime de urgência urgentíssima. E o Presidente já se comprometeu e amanhã, na reunião da Mesa, ele já estará colocando esse projeto para ser apreciado.

Temos três medidas provisórias que estão trancando a pauta, mas espero que possamos dar essa celeridade.

Isso foi uma grande vitória para o nosso Estado, principalmente para a minha cidade natal, Rondonópolis. E isso fruto de um trabalho intenso de toda a Bancada e, sem dúvida nenhuma, isso é um marco histórico para a nossa cidade, a cidade de Rondonópolis.

O *campus* da universidade federal é o mais antigo, tem mais de 30 anos, e esse trabalho vem sendo feito há mais de 20 anos também. Portanto, essa mensagem da Presidente para criar essa universidade vem atender uma das regiões que mais se desenvolve no Centro-Oeste brasileiro e no País.

Rondonópolis lidera, ali na região Sudeste, mais dezesseis Municípios. É uma cidade que tem uma vocação na agroindústria. Temos hoje um dos maiores índices de produtividade do mundo na área de algodão e de soja e milho, principalmente. Temos lá também criação intensa de suínos, pecuária muito forte. Temos no Mato Grosso o maior rebanho brasileiro, mais de 30 milhões de cabeças. E, ali na região, temos vários frigoríficos.

A Presidente Dilma esteve lá, no ano passado, para inaugurar o maior terminal ferroviário da América Latina, que liga o porto de Santos até a cidade de Rondonópolis. Então, a região experimenta neste momento um grande desenvolvimento. Agora, claro, principalmente aos professores, aos profissionais da educação, aos pesquisadores, a maior preocupação de uma região, sobretudo no nosso caso de Mato Grosso, somos exportadores de matéria-prima e, por isso, temos um baixo valor agregado.

Então, o que queremos, já que temos energia suficiente e tecnologia de ponta, como eu disse aqui, precisamos também exatamente agregar valores através da verticalização, da industrialização. E isso só se dá com pesquisa, ensino, extensão, que é o grande papel da universidade federal, de todas as universidades.

Já estamos trabalhando. Nessa reunião que tivemos no sábado – este ano sou membro titular da Comissão de Orçamento –, discutimos colocar no orçamento para o ano que vem um recurso necessário para que essa nova universidade já nasça com um projeto de desenvolvimento estratégico da universidade – que rumo essa universidade quer tomar para promover o desenvolvimento regional.

Espero que a UnB e outras universidades com experiência possam também nos ajudar no desenvolvimento desse projeto estratégico. É fundamental, para uma região como aquela, que tem a sua vocação direcionada para a agricultura, para a pecuária, que ela possa exatamente na pesquisa estender esse trabalho, no que nós poderemos, então, agregar valores.

Quero dizer aqui que nos orgulhamos muito de sermos o maior produtor do Brasil de soja, de milho, respondendo por mais de 50% da produção nacional de algodão, mas também nos entristecemos quando vemos um Estado com um volume de produção tão grande, uma extensão territorial tão grande – o Estado de Mato Grosso, são 900 mil quilômetros quadrados – e ainda uma população de 3,5 milhões de habitantes aproximadamente. Infelizmente, nós ainda somos grandes importadores dos nossos hortifrutigranjeiros. Isso, ao meu ver, não tem cabimento, é fruto exatamente da falta da pesquisa, da extensão, do apoio ao pequeno e microprodutor. A cesta básica só se garante se realmente o pequeno produtor tiver o apoio não só na produção, mas também é preciso saber o que vai produzir, quando vai produzir e, principalmente, a maior dificuldade, que é a comercialização.

Estive na universidade neste final de semana. Oito anos atrás, eu consegui um recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário para construir o primeiro Centro de Apoio à Agricultura Familiar do Brasil. Fizemos isso com um projeto exatamente junto com a universidade federal, junto com a Secretaria Estadual de Saúde, e o recurso foi para a Prefeitura Municipal da minha cidade. Conseguimos o terreno ao lado da universidade, exatamente para ficar anexo e facilitar todo esse trabalho do Centro de Apoio à Agricultura Familiar.

Mas, infelizmente – tenho que registrar aqui, porque isso me traz até uma certa revolta –, esse recurso foi aplicado parcialmente. Nessa visita que fiz agora, no sábado, à universidade, tive a insatisfação de ver a obra já se desmanchando. Equipamentos foram comprados e até hoje o Centro de Apoio à Agricultura Familiar não funciona. Isso representa exatamente o desperdício do recurso público.

Eu já pedi ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, várias vezes, para que fiscalize aquilo. Hoje, infelizmente, a classe política passa por um desgaste muito grande. Anunciamos o recurso, conseguimos o recurso – às vezes com todas as dificuldades – e esse recurso, quando não é aplicado corretamente, não se consegue concluir um projeto como esse. E quem perde? Quem perde é a sociedade.

Mas a população passa a cobrar de todos, principalmente dos políticos locais, sem compreender a responsabilidade de cada um. É claro que nós do Legislativo temos a prerrogativa de fazer a interferência através das emendas parlamentares, de conseguir ajudar aqui a aprovar o projeto e fazer com que o recurso chegue ao Município. Agora, a execução da obra cabe ao Executivo – no caso, lá, ao Município de Rondonópolis.

Então, eu quero aqui, de público, mais uma vez, cobrar da Administração Pública municipal, porque isso será importante também para consolidarmos a nossa nova universidade, que já está aqui na fase final. Os passos mais importantes foram dados. Esse projeto foi apresentado pelo Comitê Pró-UFR, que foi aprovado pelo MEC, com toda a sua proposta pedagógica. Foi aprovada pelo Ministério do Planejamento a criação dos cargos; enfim, a lei já foi mandada a lei aqui para o Congresso Nacional, através da iniciativa única que pode ser, que é da Presidente da República.

Eu espero que esta cobrança que estou fazendo aqui encontre eco no Ministério do Desenvolvimento Agrário e até no Ministério Público, para que se faça uma investigação, uma averiguação de por que não se conclui uma obra tão importante. O Estado de Mato Grosso é o grande campeão das nossas exportações, mas, infelizmente, somos também ainda um grande importador de hortifrutigranjeiros, e isso diminui a possibilidade do apoio ao pequeno produtor em todo o complexo da produção e da comercialização dos produtos. Então, espero que o Ministério tome providências em relação a esse assunto.

Quero destacar que já empreendi esforços para que essa matéria, como eu disse, seja votada. Hoje à tarde terei outra audiência com o Presidente da Câmara. Já tive audiência com o Presidente Renan, dada a importância da criação de uma universidade para promover, como eu disse aqui, o desenvolvimento regional. Provavelmente, a Universidade Federal de Mato Grosso será a tutora dessa nova universidade porque está lá perto. Mas nós já fizemos contato com a própria UnB nesse sentido.

Quero aqui dar uma explicação, até porque já fui cobrado, principalmente por pessoas da capital, se isso não vai tirar recursos da Universidade Federal de Mato Grosso. O que eu tenho dito: não, muito pelo contrário, porque, quando se cria uma nova universidade, ela vai buscar o recurso do bolo nacional. Portanto, Mato Grosso, ao criar uma nova universidade, passa a ter novos recursos. Ou seja, a Universidade Federal de Mato Grosso continuará recebendo os seus recursos proporcionalmente àquilo que ela produz – número de alunos, pesquisas, tudo o mais – e a nova universidade também terá os recursos necessários de acordo com a sua produção, de acordo com o número de alunos. Ou seja, mais recursos investidos no Estado de Mato Grosso.

Nessa linha, quero aproveitar a presença do Prof. Paulo, até para que possamos intensificar esse trabalho de parceria entre essa nova universidade, a Universidade Federal de Rondonópolis, da região sudeste de Mato Grosso, com a experiência da UnB. E que outras universidades possam nos ajudar.

Eu tenho certeza de que Mato Grosso ainda será o Estado que, nesses próximos 20, 30 anos, vai mais ampliar a sua produção, pois a maioria das áreas são abertas. Só aqui na região do Araguaia nós temos milhões de hectares abertos, degradados, em que se pode implementar muito essa questão da produção. O nosso maior impeditivo é, exatamente, por estarmos no centro do Brasil, no centro da América do Sul – o centro geodésico é na nossa Capital –, as distâncias dos portos são muito grandes. Mas é o desafio por sermos um país tão grande, um Estado tão grande, mas com tantas oportunidades.

Então, eu quero aqui, ao encerrar, agradecer a todos, convidando, mais uma vez, os técnicos para a nossa oficina, a partir das 14 horas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Às 14h30. Então, eu acho que a fome aqui chegou e já aumentou mais meia hora. *(Risos.)*

Será às 14h30 no Plenário nº 2. Todos estão convidados. Eu agradeço imensamente.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 06 DE JUNHO DE 2016, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3

Às dezoito horas e quarenta e nove minutos do dia seis de junho do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença da Senadora Gleisi Hoffmann. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Ricardo Franco e José Medeiros. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião destinada a debater o tema “Novos mecanismos de participação popular”, em um ciclo de audiências públicas sobre “A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro”, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como convidados o senhor CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA, Diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados; o senhor FERNANDO BARRETO, Diretor Executivo na Webcitizen e fundador do site Vote na Web; e o senhor ARTHUR ITUASSU, Professor de Comunicação Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O Presidente registrou que o senhor JOSÉ ANTÔNIO MORONI comunicou sua impossibilidade de atender ao convite para estar na audiência. Em seguida, convidou os expositores a comporem a mesa e fez uso da palavra para proferir discurso. O Presidente da Comissão apresentou uma inovação para a ferramenta de Consulta Pública do programa e-Cidadania, exibindo um vídeo explicativo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32 de 2016, de sua autoria. Após a exposição dos convidados, o Presidente leu participações de cidadãos que chegaram por meio do Portal e-Cidadania e Alô Senado, concedeu a palavra aos presentes que acompanhavam a reunião para que fizessem questionamentos e aos expositores para que respondessem aos questionamentos e fizessem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às vinte e uma horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Esta será a terceira audiência pública do ciclo de quatro audiências destinadas a debater a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro, em atendimento aos Requerimentos nº 6, de 2015, e nº 7, de 2016, da Comissão Senado do Futuro.

Como já foi informado nas audiências anteriores, esclareço que este tema, em função de sua relevância para o Senado Federal, será avaliado por esta Comissão, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre as competências das comissões permanentes em avaliar políticas públicas. Como Relator da matéria, apresentarei, após conclusão do ciclo de audiências públicas, na próxima segunda-feira, 13/06, às 18h, um relatório que será submetido à discussão e votação desta Comissão.

Esta terceira audiência tem como tema os novos mecanismos de participação popular, com foco nas seguintes questões: as tecnologias de informação e comunicação possibilitarão novos mecanismos de participação popular? Quais os limites seguros para evitar abusos? Que outras formas de participação popular podem existir no processo legislativo? Como o processo legislativo do futuro será impactado pelos cidadãos?

Foram convidados para esta audiência – já quero chamá-los para estar conosco à frente, à mesa – o Sr. Cristiano Ferri Soares de Faria, Diretor do Laboratório Hacker, da Câmara dos Deputados; o Sr. Fernando Barreto, Diretor Executivo na Webcitizen e fundador do site Votenaweb – esse é famoso –; e também o Sr. Arthur Ituassu, Professor de Comunicação Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ainda foi convidado, mas quero justificar a sua ausência, o Sr. José Antônio Moroni, membro do Fórum Nacional de Participação Popular. Ele passou para a assessoria um *e-mail*, agora há pouco, em que ele diz: “Infelizmente, não poderei participar, pois meu filho teve uma crise e caiu na escola e se machucou. Estou com ele no hospital. Desculpa. Somente agora, tive cabeça para avisar”. Isso foi há poucos instantes. Então, está mais que justificada a ausência. Claro, seria importante que ele estivesse aqui, mas está extremamente justificado.

Antes de conceder a palavras aos expositores, eu gostaria de ressaltar, mais uma vez, que este ciclo de audiências públicas se insere na competência regimental da Comissão de aprimorar a atuação do Senado Federal. Nesse sentido, estamos buscando possibilitar o debate acerca do futuro do processo legislativo, que servirá de base para a construção do próximo programa de modernização dos sistemas legislativos e parlamentares a ser desenvolvido pelo Prodasen e pela Secretaria-Geral da Mesa. Como aconteceu nas duas audiências ante-

riores, um grupo de servidores da Secretaria-Geral da Mesa, do Prodasen e da Consultoria Legislativa se reunirá amanhã, às 10h, em uma oficina para aprofundar o debate que promoveremos agora, neste momento. Na oficina amanhã, teremos a honra de contar com a presença dos seguintes expositores que aqui se encontram: o Sr. Cristiano Ferri Soares de Faria, o Sr. Fernando Barreto e o Sr. Arthur Ituassu.

Para iniciar o debate, eu gostaria de dizer que tratar de novos mecanismos de participação popular é de extrema importância para o Senado Federal, que tem tido uma atitude vanguardista em promover essa discussão sobre o processo legislativo do futuro. Essa postura inovadora da Casa fica evidente ao ressaltarmos mais uma vez o valioso instrumento de participação dos cidadãos e da interatividade, que é o programa e-Cidadania. A Comissão Senado do Futuro é forte entusiasta e patrocinadora do programa e-Cidadania e, por isso, tem buscado apoiar essa ferramenta de participação, bem como buscar seu aprimoramento.

É justamente nesse sentido que quero apresentar agora, em primeira mão, para os membros da Comissão mais uma novidade que, acredito, facilitará o entendimento do processo legislativo pelo cidadão. Aliás, como destinatário de todo o trabalho que aqui desenvolvemos, é justo e razoável que o cidadão entenda o que cada projeto pretende. Com esse intuito, resolvi gravar um vídeo curto, de um minuto apenas, para explicar o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2016, de minha autoria, que está em consulta pública, assim como todos os projetos de lei em tramitação no Senado. O vídeo está publicado em uma conta minha no YouTube, e eu solicitei à equipe do e-Cidadania que ele estivesse disponível junto ao texto do projeto, exatamente onde os cidadãos manifestam sua opinião. Eu gostaria de pedir agora para que pudéssemos assistir a esse vídeo.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Já recebi aqui os parabéns, então está bom.

É claro que todos os Senadores podem fazer o mesmo em relação a seus projetos.

É importante destacar que, neste ano, dos 10 milhões de acesso ao portal e-Cidadania, 80% ocorreram por meio de aparelhos celulares, por isso, essa inovação que estou apresentando é totalmente compatível com os dispositivos móveis. Inclusive está aqui. Pode passar.

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Já havia combinado que ficaria muito baixo, a pretensão era de que as pessoas estivessem ouvindo ou não.

Isso está sendo ao vivo. Esse vídeo que passamos agora foi transmitido ao vivo.

Ressalto que, conforme divulgado na pauta e nas redes sociais, a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211. Vou repetir: aqueles que quiserem participar ou fazer os seus comentários, podem fazê-lo no portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Solicito agora que, de acordo com os §§2º e 3º do art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará suas exposições por quinze minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação por três minutos pelos Senadores e Senadoras presentes, bem como pelos servidores e cidadãos que se inscreveram junto à Secretaria. A palavra será concedida de forma intercalada entre Senadores e demais participantes.

Quero então já iniciar, passando a palavra ao Sr. Cristiano Ferri Soares de Faria, Diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados.

Em relação ao tempo, claro, teremos a tolerância necessária.

Com a palavra o Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – Presidente Wellington Fagundes, caros colegas da Mesa – Arthur e Fernando –, colegas do Senado, senhoras e senhores que estão nos assistindo, queria dar aqui o meu boa noite e agradecer imensamente, Presidente, pela oportunidade de participar neste momento desta iniciativa do Senado. Acho que o Senado e a Câmara têm muito o que aprender com isso.

O Senado tem uma comissão que tem como uma de suas competências discutir prospecção, pensar no futuro, pensar em novas ideias. Portanto, as inovações passam a vir a partir da área legislativa, a partir de uma comissão, o que mostra a preocupação desta Casa no sentido de institucionalizar a inovação que os Parlamen- tos de hoje precisam ter. E é cada vez mais urgente esse problema.

Na verdade, é muito comum que os parlamentos do mundo inteiro – esse não é um fenômeno apenas brasileiro – estejam passando por certa crise de credibilidade. Isso tem muito a ver com o modelo representa-

tivo que temos hoje, que, tudo indica, precisa ser reformulado, aperfeiçoado. É exatamente nesse sentido que esta discussão está indo.

Quando estamos aqui na Comissão do Futuro nos sentimos muito à vontade para prospectar, para pensar em novas ideias, e vamos fazer isso com base em alguns exemplos concretos de coisas que já estão acontecendo.

Dia desses, Senador, fiz um exercício de mapear algumas iniciativas que já existem, de forma um pouco mais sistemática, para termos isso de forma muito clara, e de pensar também em possíveis coisas novas.

Na ideia de Parlamento aberto, nós teríamos o Parlamento do século XXI, com uma nova roupagem. Estou ali com algumas imagens, alguns eslaides. Não vou cansá-los, mas a intenção é trazer algumas ideias para debatermos debater. A democracia...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Cristiano, não querendo atrapalhar, mas já atrapalhando – como dizem –, seria importante que você fizesse um breve preâmbulo para a população entender o que é Laboratório Hacker.

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – Muito bem. Obrigado pela lembrança, Presidente.

O Laboratório Hacker tem esse nome exatamente para fazer uma provocação, e é muito interessante. Algumas pessoas perguntam: “Por que não laboratório contra *hackers* e sim Laboratório Hacker?”. A ideia *hacker* é uma provocação. E a Câmara, assim como o Senado, ousa no sentido de criar um espaço cujo nome também é uma provocação, no sentido de comunicar que a Casa está aberta, principalmente para interação com o jovem, de haver um espaço onde os cidadãos são convidados para, juntamente com os Parlamentares e os funcionários da instituição, a criarem coisas em comum, a criarem ideias, discutirem projetos de lei, discutirem ações de transparência.

Isso partiu, Senador, do Hackathon, uma atividade colaborativa criada pela Câmara em 2013, depois de uma semana intensa, em que jovens estiveram desenvolvendo aplicativos para melhorar a compreensão do cidadão em relação à Câmara, ou seja, uma transparência no sentido de: “Vamos entender melhor o que a Câmara faz, o que os Deputados fazem”.

Ao final, tivemos alguns aplicativos, algumas ideias, e uma atmosfera de colaboração muito difícil de ser alcançada. Às vezes, há uma relação muito tensa, muito crítica em relação ao Parlamento. Então, com essa atmosfera, esse ambiente de colaboração, de cocriação – que foi temporário, naquela oportunidade –, o Presidente à época entendeu que era o momento de termos um espaço permanente, institucionalizado. Hoje, qualquer cidadão que queira entrar na Câmara e ter lá um espaço para utilizar os dados legislativos da Câmara, desenvolver ações de transparência, participar do processo legislativo, tem o Laboratório Hacker, que fica no Anexo IV, e pode também participar das nossas atividades. Por isso, esse nome. É, portanto, um laboratório, ou seja, um lugar para experimentar.

No serviço público – não é, Presidente? – é muito difícil nós podermos experimentar. Temos que planejar, para não gastar recursos públicos, e perdemos muito essa coisa de tentativa e erro, de experimentação, que é a base da inovação. Então, no serviço público e no Parlamento, em especial, precisamos experimentar mais, precisamos cometer alguns erros, aprender com esses erros e, daí, construir coisas novas.

Foi nessa base que nós começamos a desenvolver o projeto da e-Democracia, que é um pouco a concretização dessa ideia participativa, lá na Câmara dos Deputados, já nesse novo modelo, que o Senado também abraça, de termos um Parlamento que continua com seus papéis institucionais seculares criados, da democracia representativa – ou seja, Senadores e Deputados representando a sociedade –, só que agora com elementos participativos. Ou seja, há uma parte, uma parcela, um novo processo de incorporação dessa participação social, que sempre existiu – porque uma audiência pública como esta é uma forma de participação –, mas que, com as tecnologias novas, com o advento da internet, precisa ter formas mais avançadas, mais abertas e mais acessíveis de participação da sociedade em diversos momentos.

Então, o novo Parlamento, nessa visão, teria esse lado participativo. Ele continua com os mesmos deveres, e eu sou daqueles que não acreditam na democracia direta, puramente direta, isso ainda é um sonho distante, que, talvez, daqui a algumas dezenas de anos ou séculos, possa se realizar, mas hoje eu não vejo como viável. O que nós podemos fazer hoje é modernizar o Parlamento, tal como ele funciona.

E, dentro da ideia de Parlamento aberto, como seria, como é, como está sendo este Parlamento do século XXI? Basicamente, com dois braços: melhorar, dar mais voz ao cidadão, ouvir melhor a voz do cidadão, por um lado; e, por outro, facilitar a visão que o cidadão possa ter sobre o Parlamento. Então, voz e visão.

E hoje nós vamos falar – é o tema deste debate aqui – sobre a voz. Como nós podemos ter um Parlamento que amplie e que seja aberto a essa voz do cidadão?

Acho importante pensarmos em justificar – esta é uma pergunta corriqueira, feita todos os dias, dos próprios Parlamentares, da própria sociedade – por que devemos ter um Parlamento mais participativo. Então, acho que um primeiro ponto importante, que justifica isso, seria para aumentar essa legitimação. É claro que

o poder de decisão dos Parlamentares é legitimado pelo voto: são eleitos; estão aqui para decidir em nome da sociedade. Na medida em que essa possibilidade de decisão, essa tomada de decisão é mais aberta, ouvindo a sociedade de forma mais ampla, mais sistemática e de várias maneiras, durante o exercício do mandato, aumenta-se essa legitimação.

O outro ponto é a transparência, que sempre foi um aspecto importante da democracia, mesmo em seu sentido mais clássico e liberal, e que agora pode ser melhor concretizada. Era muito difícil nós pensarmos em transparência sem a internet. Era muito mais cara a transparência. Quem quisesse saber alguma coisa do Parlamento tinha que ter acesso a papéis, tinha que ter acesso físico ao Parlamento. Com a internet, não; ela viabiliza, de forma muito mais complexa e fácil, a transparência. Então, temos que pensar a participação da sociedade também para transparentar melhor como funcionam as coisas no processo legislativo. Na medida em que a sociedade participa de uma discussão com os Senadores, ela entende melhor e, assim, o Senado se torna mais transparente.

E também há uma questão de inteligência. O Senado Federal, assim como a Câmara, as duas Casas legislativas brasileiras são algumas das Casas que têm os melhores recursos do Planeta. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados do Brasil são Casas que têm os melhores recursos: têm uma consultoria legislativa com um concurso muito difícil, com pessoas absolutamente brilhantes; têm toda uma assessoria para os Deputados e os Senadores; têm um conjunto de recursos que poucos parlamentos, quase nenhum no mundo, têm. Talvez o Parlamento europeu e o americano tenham algo, talvez, até um pouco mais robusto. Mas, tirando isso, as nossas condições são muito boas.

No entanto, isso tudo pode ser ainda melhor se nós agregarmos aí a chamada inteligência coletiva. Se as instituições, as empresas hoje estão utilizando a inteligência das multidões, que chamamos de *crowdsourcing* – transformar a multidão em fonte: em fonte de informação, em fonte de retorno, em fonte de ideia, em fonte de inovação –; se os grandes projetos hoje, as grandes instituições, principalmente privadas, do século XXI, estão utilizando a multidão – um exemplo muito clássico disso é o Google, que tira proveito da multidão e devolve em termos valor e para si mesmo também –, por que as instituições públicas também não o fazem? Isso agregaria, e está agregando, mais inteligência ao processo.

Na medida em que o e-Cidadania recebe uma série de sugestões, os Deputados, além de receberem os pareceres das consultorias, das lideranças, dos gabinetes, das instituições representativas, sociais, também recebem ideias e sugestões do cidadão comum, que às vezes está vivendo aquele problema e vai dar uma nova perspectiva, dar uma informação que agrega mais, em nível de inteligência, para o processo. Então, também é um problema de inteligência.

Aqui, há um diagrama para entendermos.

Eu entendo que qualquer participação de qualquer cidadão vai ser útil ao processo. Então, vamos pensar que aqui nós temos a linha do processo legislativo. Quando queremos fazer uma lei nova, nós precisamos discutir o problema. Uma lei nova – não é isso, Senador? – vem para resolver um problema que as leis atuais não estão conseguindo resolver e, por isso, vai apresentar, necessariamente, soluções para esse problema. É uma inovação que a ordem jurídica precisa ter, que vai ser expressa num determinado texto legal.

Quando nós vamos discutir um problema social, qualquer pessoa pode falar do problema que vive, não é mesmo? Agora, quem quer ter a ideia de como solucionar esse problema precisa de um nível maior de *expertise*. Então, podemos dizer que, para discutir uma política de saúde, qualquer cidadão que vivencia esse problema pode falar, pode se manifestar, dar alguma informação que seja útil para o processo decisório aqui. E aí as Casas têm que estar abertas a isso.

Para dar ideia de como vai ser essa nova lei, que soluções vamos adotar, já é preciso outro tipo de participante, um participante com mais experiência, com mais conhecimento. E para elaborar o texto, outro tipo de participante, aquele que tenha algum conhecimento jurídico.

Isso tudo é para dizer o seguinte: temos aí um universo enorme, complexo, variado, diversificado, de cidadãos que podem participar. E nós aqui do Congresso temos que criar formas para abrigar e tirar proveito disso tudo.

Bom, eu não quero cansá-los muito. Meu objetivo aqui é facilitar o entendimento. Elaborei também um diagrama para entendermos.

“Concretamente, Cristiano, como é que nós vamos ter participação social num processo legislativo?”

Eu acho que a partir desse diagrama, pelo menos para mim, é melhor para começarmos a entender. Partindo do pressuposto, Presidente, de que há uma série de experimentações ocorrendo em vários parlamentos, cada um com as suas vicissitudes, com suas peculiaridades, com as suas variedades – vou mostrar alguns aqui rapidamente –, vale a pena conhecermos essa variedade, essas potencialidades, para entendermos aqui, no Senado e na Câmara, o que podemos aplicar. Primeiro, podemos pensar em alguns processos participativos

numa fase pré-legislativa, ou seja, ainda antes de começar o processo legislativo. E depois, dentro do processo legislativo, que é, digamos, o coração da coisa, e depois, pós-processo legislativo.

Explico melhor. O projeto de lei de iniciativa popular é um dos tipos que eu considero que está no momento pré-legislativo. Quer dizer, a sociedade, antes de entrar no Congresso, se reúne e fala: “Queremos apoiar um determinado projeto de lei, queremos que o Congresso aceite isso”. No entanto, nós sabemos que é inviável, hoje, o projeto de lei de iniciativa popular, pela dificuldade que tem, primeiro, de colher essas assinaturas e, depois, de elas serem validadas. O que aconteceu nos cinco, seis casos que nós tivemos de projeto de lei de iniciativa popular é um conjunto de Deputados e Senadores que incorporam, como autores, aqueles projetos. Claro, eles têm uma força política e social muito grande, mas nunca houve um caso que realmente tramitasse como projeto de lei de iniciativa popular. Portanto, uma ideia que ainda não foi instituída – há muitos projetos nesse sentido –, mas acho que é o momento de fazermos, é a subscrição eletrônica, ou seja, o cidadão, eletronicamente, poder dar o seu voto. Já existe tecnologia, já existe o método de fazer isso – não há sentido de não fazer –, seja por meio de certificação digital, seja por outros processos que existem. O cidadão assina eletronicamente, e a Câmara e o Senado passariam a receber esse projeto de lei de iniciativa popular.

Outra ideia, ainda dentro do momento pré-legislativo, é algo que o Senado já faz, que o e-Cidadania já faz, que é deixar que os cidadãos apresentem ideias ainda não figuradas num projeto de lei e, à medida que essas ideias têm apoio social, elas passam, então, a ser discutidas pelas comissões, passam a incorporar, a serem aprovadas, acho que pela Comissão de Direitos Humanos, e se transformam num projeto de lei, e esse projeto de lei, então, entra num momento oportuno.

Outra ideia nesse sentido pré-legislativo é a da formulação colaborativa. Aqui eu vou mostrar um caso do Parlamento francês, onde eles fizeram isso. Um Deputado faz um vídeo e convida os cidadãos para discutir um desafio. O desafio que ele lançou é o seguinte – está escrito lá –: “Eu quero resgatar a confiança dos cidadãos no Parlamento. Que ideias, em termos de projetos de leis e de inovações legislativas nós podemos ter para melhorar isso?”. Bom, aí se abre uma discussão virtual em que os especialistas e cidadãos passam a atacar as causas do problema e a propor soluções que são avaliadas pela própria comunidade. Depois de uma discussão, esse Deputado chama os três especialistas que tiveram o seu apoio maior e também três cidadãos que tiveram um apoio maior na comunidade, coloca os seis em uma comissão, em uma sala como esta, com transmissão *on-line*, e aí, juntos, o Parlamentar e essas seis pessoas, de forma absolutamente transparente, com outras pessoas podendo, obviamente, assistir, vão construir o texto e vão sair de lá com uma proposta de texto. Depois, esse Parlamentar apresenta esse texto e convida toda essa comunidade que foi criada para ajudar a pressionar os outros Parlamentares a aprovarem esse texto. Então, eles usaram uma forma bastante criativa, inteligente. Quer dizer, utilizaram o *crowdsourcing*, a multidão, para construir um projeto, para conseguir apoio e, ao mesmo tempo, para fazer o *lobby*. Essa mobilização é para dar apoio e para ser aprovado o projeto.

Então, dei exemplos de participação pré-legislativa. É claro que muitas outras ideias e projetos podem ser criados nessa linha.

Vamos falar agora da participação dentro do processo legislativo. E uma forma muito simples...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Não é para interromper, mas acho que podemos colaborar. A nossa reunião está sendo transmitida ao vivo e como há uma pergunta exatamente nessa área, acho que seria importante fazê-la já.

Participação de Catarine Dias, do Distrito Federal: “O Senado poderia criar um espaço para que os cidadãos possam enviar suas próprias propostas de lei? Todo mundo hoje tem um celular em que pode acessar a internet. O que é suficiente para isso?”.

A resposta já foi dada. A Ideia Legislativa é uma das ferramentas disponíveis no portal e-Cidadania. Por meio dessa ferramenta, qualquer pessoa pode enviar sugestões pela criação de novos projetos de lei. As ideias que receberem 20 mil apoios de outros internautas serão debatidas pelos Senadores através da Comissão de Direitos Humanos e podem virar um novo projeto de lei. Até hoje, foram cadastradas mais de 5 mil ideias, das quais 11 receberam 20 mil apoios. Ou seja, 11 projetos conseguiram atender essa previsão de 20 mil assinaturas em 4 semanas.

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – Obrigado, Senador. Isso ilustra exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quatro meses.

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – ... essa forma inovadora e bastante interessante que o Senado criou de abrigar a participação neste momento pré-legislativo.

E uma outra forma de participação já dentro do processo legislativo é a chamada audiência interativa, que tanto o Senado, via e-Cidadania, quanto a Câmara, via e-Democracia, fazem também. Quer dizer, nas audiências, além de ouvir aqueles especialistas, aqueles representantes de entidades que estão ali, o que é o

possível a ser feito em uma audiência pública. Não há como fazer uma audiência pública e ouvir mil pessoas. Podemos ouvir dez, quinze, vinte.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – E aí a ideia é que isso se estenda; que o cidadão, de forma geral, que não é um presidente de sindicato ou um especialista, também possa participar dessa audiência pública. Então, é uma ampliação da participação na audiência, que, por natureza, já é um elemento de participação.

Talvez a forma mais importante de todas, mais substancial de participação no processo legislativo é a chamada consulta pública dentro já da elaboração do texto, que também o e-Cidadania e o e-Democracia fazem.

E aí vou falar um pouco do e-Democracia, que existe desde 2009. Agora temos também um aplicativo móvel, porque a ideia era facilitar principalmente para os Parlamentares. Entendemos a dificuldade de todos em ficar em um computador, para fazer o *login*, entrar. Então a ideia é colocar a participação na palma da mão e facilitar principalmente a participação por meio de vídeos, já que é mais fácil para os Parlamentares fazerem um vídeo, um “*selfie vídeo*”, vamos dizer assim. As pessoas gostam de ver a imagem dos Parlamentares, falando diretamente com elas. Também para não cair naquela crítica de que quem está escrevendo o *post* é um assessor do Parlamentar. Não, está aí o Parlamentar, ele mesmo, gravando.

Por meio de temas específicos, o cidadão, junto com os Parlamentares, pode apresentar as suas ideias, discutir o texto, e aí, sim, nós estamos no coração da participação. Eu acho que é neste momento que o cidadão vai, realmente, sentir que está fazendo a diferença, porque ele está ali dando alguma ideia que pode realmente ser levada em consideração, como em alguns casos já aconteceu.

Dentro dessa forma de participação no processo legislativo, nós temos aqui uma ferramenta que acabou de ser lançada, que é o Wikilegis Legislativos dentro do e-Democracia. E aqui, Presidente, a ideia é que, uma vez apresentado um texto, um substitutivo ou uma emenda pelo relator da matéria ou pelo próprio autor, quando o autor apresenta uma proposição, as pessoas possam comentar artigo por artigo, fazer um comentário sobre aquelas proposições em cada artigo, assim como apresentar sua própria versão do texto. E o resultado dessa participação já é enviado diretamente para o Parlamentar. O Parlamentar faz um vídeo, convida a pessoa, e aí então nós estamos tendo uma participação bem mais específica.

Há alguns exemplos de coisas que deram certo. Temos aqui a obrigação de discutir também os desafios da participação, é uma das provocações da pergunta.

A Deputada Mara Gabrilli, por exemplo, foi Relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência, recentemente aprovado e transformado em lei, e ela adotou esse modelo participativo. Quer dizer, todo o relatório foi construído com a ajuda, com a sugestão de pessoas, como o Desembargador que está aí, paranaense, que tinha uma série de ideias, colheu essas ideias de outros grupos e mandou diretamente para a Deputada. E ela falou: “Eu queria que você postasse publicamente no e-Democracia, porque estou recebendo todas as sugestões de forma pública no portal, para que todos vejam, e possamos reunir as contribuições de maneira pública e transparente”.

Em 30 segundos, ela disse um pouquinho o que ela fez.

Será que daria para ligar o som neste momento?

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – Boa parte desse texto foi construído recebendo essas sugestões, porque a Deputada estava muito sensível a isso.

Um outro caso também foi o do Deputado Alessandro Molon, Relator do Marco Civil da Internet – projeto muito importante que virou lei também, depois aprovado aqui, no Senado, com uma forte participação também do Senado –, que incorporou algumas sugestões. Aqui há um exemplo bem específico para vocês verem, está no art. 2º. Ele apresentou essa proposta no substitutivo dele, e as pessoas apresentaram uma série de sugestões – cidadãos comuns, que não fazem parte de nenhuma organização civil mais elaborada –, essas ideias, por exemplo, ali, em branco, e foram acatadas pelo Relator. E ele citou isso nominalmente em seu relatório. No relatório, há o nome das pessoas; ele dividiu esses créditos com as pessoas. Há lá, por exemplo, no art. 2º, que o inciso VI foi construído com ajuda do cidadão Marcelo Saldanha.

Estão aí alguns exemplos de como é possível os Parlamentares, com o mesmo poder que têm, só que mais fortalecidos com o seu poder de decisão, terem a participação mais ampla da sociedade.

Podemos pensar também – e já vou caminhando para o final – em uma pauta colaborativa, uma ideia que não foi implementada ainda em nenhum sentido, mas que se discute nas rodas: uma pauta por mês ou, em algum momento, uma pauta legislativa que seja criada pelo cidadão.

O Congresso brasileiro tem uma pauta que não é publicada com antecedência, a do plenário, e isso é motivo de críticas pelo pessoal da Transparência, porque as pessoas precisam de um tempo para se prepararem para aquela pauta, para fazerem uma conversa com os Parlamentares e, então, entrarem nesse processo. O Parlamento alemão, por exemplo, publica com duas semanas de antecedência a pauta do plenário.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – No caso brasileiro, nós fazemos uma pauta um pouco mais dentro das circunstâncias da semana.

Agora – e já estou caminhando para o final, Presidente –, podemos pensar no futuro. Também não existe nenhum caso específico de participação pós-legislativa. Ou seja, fizemos uma lei, essa lei está funcionando ou não está? Vamos obter um *feedback* da sociedade? Não vamos esperar que os problemas ocorram no Judiciário, como aconteceu, por exemplo, com a Lei Seca, em que houve uma discussão que gerou toda uma insegurança jurídica, para o Supremo dizer que essa lei precisava ser reformulada.

Será que não podemos criar um sistema em que o cidadão ou o aplicador da lei na ponta, o guarda, já começa a dar diretamente ao Parlamento sinais do que está acontecendo? E daí nós criamos um sistema de inteligência em que o Legislativo vai se apoderando dessa inteligência das multidões também para avaliar o momento pós-legislativo.

Então, Presidente, podemos ver que existem várias formas de o cidadão colaborar e participar. E lá no Laboratório Hacker nós também trabalhamos com a ideia de que o cidadão pode ajudar a criar aplicativos, a construir formas melhores de entendimento do processo legislativo, construir o portal, por exemplo.

Na Prefeitura de Honolulu, capital do Havaí, um Estado americano, o Prefeito chamou os cidadãos para construir um portal da prefeitura, a partir de uma visão do cidadão. Então, será que não podemos fazer isso também na Câmara e no Senado?

Terminando aqui a minha participação, atendo uma das provocações: afinal, quais são os limites dessa participação? Essa é uma pergunta muito apropriada.

Eu colocaria pelo menos três limites: primeiro, o papel dos cidadãos é opinar, mas a decisão é dos Parlamentares. É importante respeitar esse limite. Neste momento em que nós estamos hoje, acho que uma participação razoável que equilibra e enriquece o sistema representativo é que os Parlamentares estejam muito abertos a opiniões mais técnicas, mais políticas, ou o que sejam, mas o processo de decisão ainda tem que ser da forma tradicional: da democracia representativa.

Um segundo limite dos métodos para minimizar radicalismos, e o papel do Congresso é exatamente este: diminuir as polarizações, colocar na mesa de negociação, para que haja um consenso mínimo em cima do que é possível. Por isso que as pessoas criticam: “Essa lei está longe de ser perfeita”, mas, graças ao esforço parlamentar, se conseguiu chegar a um resultado.

Então, temos que criar ferramentas e formas de participação que minimizem esses radicalismos, ou não conseguimos decidir nada. E se o Legislativo não consegue decidir algumas coisas que precisam ser decididas, quem vai resolver lá na frente é o Judiciário, e é o que está acontecendo: o fenômeno crescente do judicialismo, do ativismo judiciário. Na verdade, esses instrumentos participativos têm que ajudar o processo parlamentar para tomada de decisão, mesmo em questões polêmicas.

E, nesse sentido, um pouco nessa linha, discussões que facilitem o consenso. Nós já entendemos – aqui, o diagrama final – que algumas questões não dão muito certo para serem participativas. Questões morais, como aborto, pena de morte e pesquisas em células-tronco, são questões que provocam antagonismo e é difícil fazer uma discussão que seja mais ou menos racional. Na verdade, são dois polos que brigam o tempo todo, e não vemos muita utilidade em ter oportunidade de participação para esse fim.

Geralmente, questões que funcionam são questões mais sociais, menos polêmicas, que saem da briga entre Governo e oposição e de duelos morais e religiosos que tenham o envolvimento muito importante de um Parlamentar, geralmente aquele que é relator do assunto ou o próprio autor, e que tenham também a participação do consultor legislativo. É importante ter alguém, um técnico, que conhece o assunto, que vai fazer a triagem do que as pessoas estão dizendo, o que é relevante e o que não é, o que é viável e o que não é, para que os Parlamentares possam, politicamente, decidir o que funciona ou não.

E quero encerrar fazendo aqui um jabá, Presidente, do meu livro, que discute um pouco essas ideias e que é gratuito: *O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração da leis?*

Agradeço a paciência de todos e vamos estar aqui oportunamente, prontos, para continuar a discussão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós já temos aqui várias perguntas feitas através do e-Cidadania, mas vamos dar continuidade aos palestrantes, para que passemos às perguntas.

Eu já distribuí as perguntas ao Fernando Barreto e ao Arthur. Se quiserem, durante as suas falas, já podem responder.

Eu também quero registrar a presença dos Srs. Adriano Cruvinel e Valdson Mariano, que representam a equipe do Prodasen, que tem nos apoiado bastante em nosso trabalho.

Eu quero passar a palavra ao Sr. Fernando Barreto, Diretor Executivo na Webcitizen e fundador do *site* Vote na Web.

O SR. FERNANDO BARRETO – Primeiro, eu queria agradecer, Sr. Presidente, pelo convite e pela oportunidade de estar aqui falando sobre este tema. O Vote na Web é uma plataforma na internet que há sete anos estamos construindo com o objetivo de fazer estes dois atores da sociedade voltarem a conversar: os Parlamentares e os cidadãos.

Conhecemos o e-Democracia, com o Cristiano, já há algum tempo. E aproveitando um pouco a fala dele, pois eu não trouxe uma apresentação, vou falar algumas coisas para sobrar tempo no final para discussão, porque eu acho que o mais importante é haver algumas perguntas para esses embates de ideias, o que eu considero algo muito rico, e foi assim que conseguimos construir o Vote na Web, por meio de questionamentos, o que poderia e o que não poderia funcionar, o que era aceitável e o que não era.

O Vote na Web é uma plataforma – como eu disse – em que trabalhamos há sete anos. Nós fazemos um resumo, pegamos o projeto de lei e traduzimos para uma linguagem mais simples. Em um parágrafo, podemos expor para o cidadão qual será o impacto real que aquele projeto vai ter na vida dele, se for aprovado. Depois, então, um sumário um pouco maior e o projeto na íntegra.

Já temos hoje cerca de 6,3 mil projetos resumidos, mais de 800 mil pessoas cadastradas, com 10 milhões de votos nesses projetos. E um ponto em que acreditamos, que é muito relevante e de que eu gosto muito, é a parte em que o cidadão pode classificar os projetos, porque tão importante quanto o cidadão dizer se concorda ou não com aquela ideia é dizer qual é a prioridade dele para aquilo: “Eu gosto disso, mas isso não é prioridade, minha prioridade é outra”. Nós acreditamos que também é importante nós termos essa informação e passá-la para os Parlamentares para que, na ponta, que é o nosso objetivo, isso os ajude no trabalho para criar, para propor leis, escutando o cidadão.

O Cristiano citou algo que julgo extremamente relevante. Vivemos muito isso no início do Vote na Web, isso ficou muito claro para nós no início – já fizemos palestra sobre o Vote na Web na Europa e nos Estados Unidos –, que é a questão da credibilidade do sistema democrático. E fiquei muito espantado, porque, no primeiro ano em que fomos convidados para fazer uma palestra em Barcelona, confesso que eu achava que a questão da credibilidade era uma questão brasileira. Lá eu descobri que talvez eles tenham um problema maior do que o nosso, porque o cidadão está mais distante de quem toma decisão do que nós. Lá, o Parlamento Europeu toma as decisões, e você vota no Parlamentar local. Então, o problema da distância é maior do que no nosso caso.

Essa questão da credibilidade foi o que fez surgir a vontade de criar o Vote na Web, como poderíamos criar uma plataforma que ajudasse a resgatar essa credibilidade. E, partindo disso, entendemos que, por trás da questão da credibilidade está a questão da confiança. Eu preciso ter o mínimo de confiança na pessoa para que eu possa passar para ela a tomada de decisão. Na realidade, é isto o que eu faço quando voto em um Parlamentar: eu passo para ele o poder de tomar a decisão por mim. E, para termos a confiança, precisamos de um mínimo de informação.

Gosto muito de desenhar algumas cenas, e há uma que eu gosto de usar para explicar: se um estranho bate à sua porta e pede para entrar, você não deixa entrar. Aí ele começa a dizer que é amigo do seu primo, do fulano, dá várias informações, e você, que sabe de quem se trata, talvez o deixe entrar, sentar em seu sofá e conversar, mas, antes de você ter um mínimo de informação, não é gerada essa confiança. Ter confiança não quer dizer que eu tenha que concordar com você, o que é uma coisa muito boa. A democracia está baseada nisto: eu não tenho que concordar, tenho que, simplesmente, confiar que alguém está fazendo o seu melhor para tomar a decisão.

Você falou uma coisa, Cristiano, que também me chamou a atenção, em relação a dar voz ao cidadão. Sempre acreditamos, no Vote na Web, que tínhamos de dar voz tanto ao cidadão como ao Parlamentar. Por quê? Eu não vivo no do Parlamento. Sou da iniciativa privada, não tenho o dia a dia de vocês, mas a imagem lá fora é a de que o Parlamentar tem uma dificuldade imensa para expor suas ideias pelo simples fato de que ele não tem o espaço, vamos dizer, midiático que tem o Executivo. Ele legisla, e a legislação não dá mídia, o que dá mídia é a execução de obras e de programas. É mais fácil, vamos dizer assim.

Então, sempre mantivemos o foco em como poderíamos ter uma plataforma que fosse benéfica, entendendo que estamos falando da falta de credibilidade, que é um problema sistêmico, não de pessoas, e, para solucionar um problema sistêmico, temos que chamar todo mundo que faz parte do problema e ir evoluindo gradualmente, dar um pouquinho para cada um. Esse é um entendimento nosso, e é o que buscamos. En-

tendendo isso, como poderíamos criar uma plataforma que fosse benéfica tanto para o cidadão como para o Parlamentar.

Hoje, mandamos relatórios mensais para os Parlamentares informando como o projeto dele está sendo votado no Vote na Web. Temos muitos pedidos de Parlamentar para que seus projetos de lei estejam no Vote na Web, temos vários *cases*. Eu estava até comentando sobre um, anteriormente, com o pessoal. Foi logo no início, o que nos fez acreditar muito no projeto, que era um projeto de lei que estava sendo muito criticado no Vote na Web, na época. Isso foi um pouco antes das manifestações de 13 de junho de 2013. O projeto estava sendo muito criticado, o Parlamentar o arquivou e nos mandou um ofício explicando porque tinha feito o projeto e porque havia arquivado, contextualizando aquilo em uma linha do tempo.

Mandamos a manifestação do Parlamentar para todos. Na época, mais ou menos 15 mil pessoas interagiram com o projeto, na grande maioria, recusando-o. O que nos espantou, e é o que me encanta no projeto, foi ver a reação das pessoas. Recebemos *e-mails* que diziam: “Gostei desse Deputado!”. Por quê? Porque ele viu que estava errado e corrigiu o erro. Essa questão de tornar o Parlamentar uma pessoa humana, que está ali discutindo, e a discussão requer ajustes no processo, ajuste nas ideias, é uma barreira que precisamos romper, que é dar esse empoderamento para o cidadão, mas também ter a participação do Parlamentar, para que ele assuma onde pode ajustar.

O próprio Cristiano citou o exemplo de um Senador que expôs o projeto e as pessoas sugeriram melhoras. É fantástico quebrar essa couraça e aproximar o cidadão do trabalho legislativo, com ideias, que é o que consideramos importante.

O papel do Vote na Web não é dizer se o Parlamentar X ou Y é melhor ou pior, o que sempre estimulamos é que se discutam ideias, problemas. Sabemos que um projeto votado e aprovado se torna lei, e você, cidadão, goste ou não, tem que seguir a regra. Isso se tornou uma regra. Então, provoquemos para que as pessoas discutam essas ideias.

Voltando a uma fala do Cristiano, quando, ao final, falou sobre os três pontos e sobre os limites, que o cidadão deveria apenas opinar, concordo com ele. Eu acredito que o Parlamentar tem o seu papel. O cidadão pode votar aqui sim, mas o Parlamentar é que foi eleito, é ele que tem todas as ideias, é ele que tem o plano geral e tem uma visão muito maior do que a do cidadão. Para nós, é papel do Parlamentar votar “sim” se o cidadão está pedindo “não”, mas ele deve explicar porque acredita que é “sim”. Isso é o debate, isso é a ideia, isso é entender o porquê de as coisas não serem normalmente da forma como você queria, mas da forma que dá para ser. Só que há um distanciamento gigante entre o que o Parlamento faz e a vida do cidadão, a pauta dele. Por que ele não se interessa? Sim, porque ele não se interessa, porque ele tem a pauta dele. Ele tem que acordar, tem que trabalhar, tem que buscar os filhos na escola, ele tem outra pauta. Não podemos querer que ele entre todos os dias, veja o que o Parlamento está fazendo e dê sua opinião. Nós temos que ser um facilitador para essas ideias, e esse é um papel de todo mundo, é um esforço de todo mundo. E eu não tenho dúvida nenhuma de que quem ganha lá na frente são todos: o Parlamento, o cidadão, o País, a própria democracia.

No Vote na Web existem alguns exemplos de Senadores que já levaram projetos, relatórios nossos à CCJ, para ajudar a defender projetos de lei deles, o que acho fundamental e riquíssimo. Como estávamos conversando mais cedo, como podemos fazer para unir essas opiniões, essas manifestações populares, para que elas fiquem mais concisas, mais resumidas para ajudar no trabalho dos Parlamentares?

Outro *case* de que também gosto muito: o projeto de lei que propõe que a atividade de rodeio seja transformada em atividade cultural. Tirando o mérito da matéria, o fato é a sociedade se empoderar do tema. Com relação a esse projeto de lei, por exemplo, no Vote na Web, um cantor sertanejo pegou o projeto de lei, fez vídeos, distribuiu e chamou outros cantores sertanejos para apoiarem o projeto, que era do seu interesse, pedindo para votar “sim”, para aprovar o projeto.

Por outro lado, uma modelo global, no Rio de Janeiro, fez um movimento entre os globais, defendendo os animais, porque ela não concordava com o projeto. Isso, para mim, é fantástico. É isto que precisamos fazer: empoderar a sociedade e deixá-la utilizar a plataforma que quiser. Nós filtramos e olhamos o que está acontecendo, voltando para a sociedade a decisão, mas esse empoderamento para gerar informação é extremamente fantástico.

O que nós do Vote na Web sempre perseguimos? Como podemos ser facilitadores? Não queremos trazer o cidadão para o Parlamento, queremos levar o Parlamento literalmente para a mesa do boteco. Fizemos um projeto chamado “Política de Boteco”. Fizemos o aplicativo e colocamos em cem bares, nas televisões dos bares, com o projeto que estava acontecendo no Congresso. Passava nas televisões dos bares, nas bolachas de chope tinha o projeto de lei que estava sendo discutido, você pegava o aplicativo, baixava no *wi-fi* e votava na hora. Fizemos isso como experimento, colocamos em cem bares, a maioria em São Paulo, Belo Horizonte e Distrito Federal, e foi fantástica a reação das pessoas. As pessoas diziam: “Mas não dá para discutir política

e religião no bar!”. Como não dá para discutir política no bar? Eles estão votando a nossa regra, por que não posso discutir política no bar? Eu tenho que discutir política o tempo todo. O tempo todo temos que discutir, temos que expor nossas ideias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Se os melhores negócios são os que nascem na mesa do bar, os melhores projetos também podem nascer.

O SR. FERNANDO BARRETO – É justo isso. É o que eu falei atrás; e uma coisa em que acredito muito é o embate de ideias. O que vai ser solução, o que vai ser votado e o que vai virar lei é a consequência, mas nós temos que provocar a sociedade o tempo todo para haver esse embate de ideias. Nós tivemos um pleito eleitoral em 2014 em que, nitidamente, não havia discussão de ideias, mas de quem era melhor do que quem, e não de qual era o problema e quem era mais adequado para resolvê-lo. Então, para mim, esse é um processo que vamos viver na democracia.

Temos que considerar também que a nossa democracia é muito nova, temos de 28 a 30 anos de democracia, não sei exatamente, mas não vai passar muito disso.

Respondendo uma das perguntas que nos foram feitas, se as tecnologias de informação e comunicação vão possibilitar novos mecanismos de participação popular, eu acho que já possibilitaram a criação de vários mecanismos, e irão surgir outros, não tenho dúvida. Por quê?

Pulando para a última pergunta, em que somos provocados a falar sobre como o processo legislativo do futuro será impactado pelo cidadão, a minha reflexão sobre isso é que, pegando todo esse contexto, não tenho dúvida, pegando o movimento do Vote na Web, existe um projeto que, sem fazer ativação nenhuma – chamamos de ativação mandar *newsletter*, fazer anúncio no Facebook, chamar, incentivar as pessoas a participarem –, anda sozinho. Há mais de cinco mil votos por dia sem cadastro, ou seja, a sociedade, de alguma forma, já se empoderou dela, e ele anda sozinho.

Então, considerando isso e considerando o momento atual, a sociedade já entendeu ou passou a entender, com um pouco mais de seriedade, o papel do Parlamento, o papel do Congresso Nacional. Isso, a meu ver, é uma oportunidade fantástica para o Parlamento. Já que eles estão olhando para nós, vamos nos posicionar. E, obviamente, nós estamos discutindo usando a tecnologia, porque é a forma que dá uma escala mais barata, em que podemos trazer informação de forma mais rápida e mais barata. Obviamente, se tenho informação, consigo fazer o meu trabalho de forma mais assertiva.

Acredito, pegando essa provocação de como o cidadão pode impactar, que a pergunta não é como o cidadão, usando este espaço para fazer uma provocação, mas como o cidadão vai fazer. A pergunta é como a tecnologia vai fazer isso, porque o cidadão quer, viu que é importante, existe o movimento, que só não é maior por questões tecnológicas, porque ainda está em evolução, mas existem coisas acontecendo hoje na tecnologia que são, a meu ver – conversava sobre isso mais cedo também –, tanto assustadoras como completamente sedutoras, que vão falar de inteligência artificial, por exemplo. Há coisas acontecendo agora com a inteligência artificial que vão mudar o mundo muito rápido. E o Congresso tem que estar antenado. O Cristiano bem falou que o nosso Congresso está entre os três, mas sei que ele sabe que é o primeiro, em termos de participação no mundo, em relação à participação popular. Não tenho dúvida de que ele já está ligado nisso.

Para os senhores terem uma ideia, qual é o maior problema, o maior desafio do Vote na Web hoje, só para ilustrar? O resumo dos projetos de lei. Por quê? Porque temos que ler um por um e fazer o resumo. Uma pessoa mais ligada à área jurídica faz isso, para depois um jornalista ler e saber se o cidadão vai entender aquilo com facilidade. Esse é um trabalho descomunal. Lemos 6,3 mil projetos nesses anos. Obviamente, fomos agregando isso ao longo do tempo. Hoje é possível, já estamos fazendo testes, a própria máquina fazer esses resumos. Esse é um exemplo do que vai acontecer, e quer dizer o seguinte: daqui a algum tempo, em um período muito curto de tempo, você pode pegar todos os projetos que estão nas Câmaras Legislativas do Brasil e disponibilizá-los de forma que o cidadão compreenda e possa participar, num estalar de dedos, só para ilustrar.

O que isso representa? A dificuldade que o cidadão tem de participar muitas vezes vem do entendimento. Aliás, a primeira barreira é o entendimento, pela linguagem, que é mais difícil, e não tem nenhum problema nisso.

Enfim, respondendo uma pergunta que o Presidente apresentou, um cidadão perguntou sobre o *recall*, se a Casa não poderia colocar sistema de *recall*.

O *recall* existe em alguns parlamentos na Europa. Se não me engano, foram alguns partidos que fizeram. Alguém poder dizer que não quer mais aquele Senador ou aquele Deputado. Deixe-me ver aqui quem falou sobre isso.

Está aqui, Helena Dias, do Distrito Federal: “O *recall* dos mandatos eletivos seria uma forma excelente para que os nossos representantes fossem mais alinhados com as necessidades e interesses da população”.

Quando eu li isso, o que me veio na cabeça é que nós conversamos com alguns partidos e alguns Parlamentares que nos procuram querendo até outros serviços, porque o que nós conseguimos construir nos últi-

mos anos foi uma comunidade, que é o que o Cristiano conseguiu construir e que o próprio Senado conseguiu construir, uma comunidade de pessoas que discutem sobre projetos de lei. Nada contra o Facebook, mas ali está claro: você fez um cadastro e está ali discutindo sobre projeto de lei.

Eu acredito que é uma forma mais fácil de fazer funcionar isso seria os próprios partidos assumissem. A meu ver, esse não tem que ser papel da Casa. O partido pode, de alguma forma, colocar isso em seu estatuto. Por que estou dizendo isso? Porque se isso for realmente um teste e se funcionar, pode ser muito mais fácil a implementação do que querer que a Casa inteira, que a instituição...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BARRETO – ... Câmara, a instituição Congresso estabeleça esse processo de *recall*.

Vou terminar por aqui, para não alongar.

Agradeço o convite novamente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Antes de passar a palavra ao nosso palestrante Arthur, eu gostaria também de registrar e agradecer o empenho, a dedicação e principalmente a parceria que esta Comissão teve de muitos servidores da Casa.

Eu quero destacar vários aqui: Dirceu Vieira Machado Filho, Diretor da Secretaria de Comissões; Alessandro Pereira de Albuquerque, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, o Prodasen; Danilo Augusto Barboza de Aguiar, Consultor-Geral; Fábio Liberal, Diretor da Secretaria de Informação Legislativa; Virgínia Malleiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; Quésia de Farias Cunha, Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar (Taquiografia); e Alisson Queiroz, Chefe do Serviço de Apoio ao e-Cidadania.

Destaco ainda os servidores da Comissão do Senado do Futuro: Waldir Bezerra Miranda – que sempre vem me assessorar –; Andréia Mano Tavares; Jéssica Oliveira; além de toda a equipe do meu gabinete, representada aqui pela Roseane e pelo Arthur, que está ali ao lado.

Há aqui várias pessoas presentes, e eu quero destacar alguns neste momento, depois vou fazê-lo após a fala do Arthur: o Vladner Leal, Lauro César, Flávio Heringer, Luiz Tostes, Pablo Gobar, Daniela Belga, Andreia Soares, João Lima, Marcos Fragomeni e Mário Simões.

Temos várias perguntas, mas vou deixar para fazê-las ao final. E deixo um estímulo para quem quiser, pelo e-Cidadania, fazer a pergunta, pois tentaremos responder todas.

Quero, então, passar agora a palavra ao Sr. Artur Ituassu, professor de comunicação da PUC do Rio de Janeiro.

O SR. ARTHUR ITUASSU – Boa noite a todos, Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, Sr. Cristiano Ferri, Sr. Fernando Barreto, senhoras e senhores presentes, senhoras e senhores que nos assistem.

Gostaria, em primeiro lugar, claro, de agradecer o convite para participar desta sétima reunião da Comissão Senado do Futuro, terceira audiência pública destinada a debater o tema: A tecnologia da informação e o processo legislativo do Futuro, desta vez com foco nos novos mecanismos de participação popular.

É com muita honra que venho aqui tentar trazer minhas contribuições para este tema bastante atual e de importância crescente. Gostaria também de esclarecer, inicialmente, que produzi – uma coisa de professor, um papel que vou ler – minha fala no sentido de fazer uma reflexão sobre a relação entre internet e democracia, de modo a sugerir alguns enquadramentos para as discussões específicas relativas aos processos legislativos.

A internet se difere fundamentalmente das tecnologias anteriores de informação e comunicação. A Rede Mundial de Computadores permite a troca de dados e informação para além das configurações de *broadcasting* tradicionais, *one-to-many* (de um para muitos), e *person-to-person* (de pessoa para pessoa), fornecendo instrumental para que seus usuários façam parte de redes de conteúdo que se constituem no ambiente digital. Também nas configurações *many-to-one*, (de muitos para um), e *many-to-many*, (de muitos para muitos).

Não há dúvidas sobre a qualidade transformadora da internet, onde as facilidades de busca, o potencial de abrigar novas redes sociais e a conexão permanente dos aparelhos *mobiles* estão combinados de forma a empoderar o usuário de modo que esta rede das redes crescentemente se constitua em um elemento central do desenvolvimento social e econômico contemporâneo.

Ao mesmo tempo, de todas as inovações sociotecnológicas é talvez a internet aquela que mais intensivamente tem sido associada à democracia. A rede tem sido identificada por vários comentadores como um possível estimulante para as normatividades da teoria democrática, como, por exemplo, o republicanismo, o deliberacionismo e o cosmopolitismo, e apresenta o potencial de transformar as instituições tradicionais e a organização política dos sistemas democráticos.

A internet tem sido vista como tendo grande potencial de facilitar uma maior participação dos cidadãos no desenvolvimento da democracia, particularmente por meio das oportunidades que cria a liberdade de ex-

pressão pública, os baixos custos que apresenta para o acesso à informação, bem como as contribuições que traz à organização da ação coletiva.

No que diz respeito especificamente à atividade legislativa, a internet permitiu já um número significativo de avanços, como maior transparência e abertura, no que alguns autores chamam de a Era da Visibilidade Onipresente. Se desejamos encorajar o *input* massivo e democrático na formulação de políticas, a internet é o meio menos oneroso para tanto, e não à toa muitos governos já embarcaram no desenvolvimento de experiências eletrônicas de consulta.

Do mesmo modo, a sociedade civil, na forma de grupos de interesse, também tem sido inovadora ao capitalizar com o potencial da internet, tanto no que diz respeito às formas de comunicação com quem apoia causas específicas, como no que concerne à pressão que exercem sobre os governos.

Alguns autores chegam a conclamar a Constituição do quinto poder, ao lado dos quatro tradicionais: Legislativo, Executivo, Judiciário e a imprensa. Segundo esses autores, a noção de quinto poder nos permite perceber um uso da internet pelo cidadão de modo a exigir uma maior prestação de contas dos outros poderes, desafiando políticas de governo, a atuação das instituições e fontes da imprensa, dando sustentação e vitalidade ao desenvolvimento democrático.

Nesse contexto, pesquisas recentes sugerem que o uso da internet, de fato, pode promover a exposição, pelos cidadãos, de visões políticas discordantes e o debate continuado sobre questões comuns, de modo a reforçar o aprendizado sobre a política e a legitimidade de ações democráticas.

No mesmo sentido, a internet tem sido vista como um elemento fundamental da crescente participação popular na política, em especial em protestos e demonstrações públicas. A tese de um novo tipo de mobilização tem se fortalecido, a partir de uma percepção de que a *web* esteja facilitando talvez a mobilização de indivíduos e grupos, que tradicionalmente não participavam.

Assim, pesquisas de opinião pública têm enfatizado o crescimento exponencial de novas formas de participação no ambiente *on-line*, com uma expressão de opiniões políticas nas mídias sociais.

De fato, o uso da internet já se juntou às tradicionais variáveis, como tempo disponível e renda, nos modelos de previsão da participação popular na política. E, com isso, se pergunta: já que as comunicações digitais em rede representam um conjunto novo de ferramentas para o estabelecimento e a extensão das redes sociais, para produzir novas formas de colaboração, informação e interesse político, porque não imaginar que talvez se possa encontrar aqui alguma alternativa de incremento de participação política em engajamento cívico?

Nesse sentido, é estabelecido o conceito de democracia digital, que ocorre quando o emprego de dispositivos, aplicativos e/ou ferramentas do mundo digital são utilizados para suplementar, reforçar ou mesmo corrigir determinados aspectos da democracia. Tais iniciativas teriam a missão de garantir e incrementar a participação nas esferas de decisão: o pluralismo da fala política, as liberdades de expressão, opinião e participação, as oportunidades de controle civil dos tomadores de decisão e a transparência pública.

Vale perceber que iniciativas digitais, que possam incrementar o ambiente democrático, devem contemplar pelo menos um dos três pré-requisitos: o fortalecimento da cidadania no sentido de capacitá-la a concorrer com outros interesses no sistema político, interesses econômicos e dos movimentos políticos organizados, por exemplo; o reforço de uma sociedade calcada nos direitos; a garantia de participação das minorias, ou seja, o pluralismo, a promoção da diversidade de agentes, agências e agendas, na esfera pública e nas instâncias de decisão política, potencializando instrumentos, meios e oportunidades para a representação e a participação plural.

Dessa forma, no que diz respeito à democracia, tal posicionamento ressalta iniciativas no ambiente digital, voltadas para descolonizar o espaço da cidadania, contribuindo para recompor padrões adequados de soberania popular, sem que com isso o conceito de participação esteja necessariamente ligado à democracia direta ou à necessidade de uma participação massiva, afinal, se e quando assim o deseja, o cidadão puder encontrar ou criar canais adequados de participação, estará então assegurado o princípio segundo o qual, numa sociedade democraticamente saudável, todo concernido deve poder participar, embora nem todos os concernidos sejam sempre e efetivamente participantes.

Entretanto, vale ressaltar que todo esse potencial transformador apresentado pela *web* não é nada além de um potencial. De fato, a internet por si não é capaz de mudar nada. O que, sim, é capaz de transformações imensas no que diz respeito à cidadania, à democracia e à representação política, é o uso que é e será feito da internet.

Nesse sentido é que se torna de suma importância para o País, neste momento, não tanto a ampliação da infraestrutura tecnológica, mas a capacitação educacional e cultural daqueles menos favorecidos, de modo a se diminuir as desigualdades de uso da rede. Se não fizermos isso de forma urgente, arriscamos ter na internet

mais um elemento gerador e multiplicador das assimetrias sociais existentes em nosso País, ao invés de um veículo de transformação em prol de uma democracia mais rica, forte e vibrante.

Ora, é a partir de certas noções de democracia que devem ser pensadas toda e qualquer iniciativa de democracia digital, inclusive aquelas que envolvem os processos legislativos. Nesse contexto, gostaria de parafrasear o grande pensador italiano Italo Calvino, falecido em 1985, e sugerir o que chamei de “seis propostas para o futuro da democracia brasileira”, inclusive seus processos legislativos, todas com relação à internet.

Proposta 1: Participação. Com olhos republicanos, a preocupação está em torno da cidadania, a inscrição fundamental na comunidade política. Por esse viés, a intenção maior é fazer com que a dimensão civil da sociedade assegure o controle sobre o Estado, entendido como *res publica*, coisa pública. Nesse sentido, o republicanismo participacionista se preocupa com os direitos igualitários e as oportunidades concretas de participação política e de engajamento na vida coletiva, por parte da sociedade civil. O Brasil, desde a Constituição de 1988, avançou muito nos mecanismos de participação, que reforçam o ideal de soberania popular de nossa democracia. É preciso, no entanto, continuar nesse caminho e fortalecê-lo, em especial com a utilização dos novos potenciais da comunicação digital. Infelizmente, a experiência bem-sucedida de formação do marco civil da internet, citada pelo meu colega Cristiano Ferri, que utilizou de consultas populares via *web*, não foi reproduzido, pelo menos não naquela escala, para outras iniciativas de leis posteriores, oriundas do Governo Federal.

Proposta 2: Transparência. Transparência designa todas as características relacionadas à acessibilidade, à usabilidade, à qualidade, ao entendimento e à auditabilidade das informações sobre as ações de governo, de forma que o cidadão tenha acesso a toda e qualquer informação que considere útil e que possa tirar conclusões sobre elas. Nesse ponto também o Brasil já avançou muito, mas é preciso avançar mais. E a internet tem demonstrado ser um ambiente ideal para a promoção da transparência. Quando se fala de transparência pública se quer, além do acesso e uso de dados e informações do Governo, garantir também que esses tenham qualidade, sejam passíveis de entendimento e possam ser auditados. É aí que o Brasil precisa avançar mais, de modo também a reforçar nossa democracia e, quem sabe, evitar ou ao menos reduzir o mal comum hoje em nosso sistema político: a corrupção.

Proposta 3: Publicidade. Não bastam mecanismos de participação e ações em prol de mais transparência ou participação, é preciso dar publicidade a essas medidas. Pouco adianta disponibilizar algum dado ou informação sobre o Estado, governo ou representante, ou promover consultas públicas, digitais ou presenciais, se o cidadão não está ciente sequer da existência desse mesmo dado, ou informação, ou consulta. É preciso tornar público o próprio Estado. Basta ver a provisão de bens públicos no País: educação pública, saúde pública, saneamento, segurança pública, acesso e sucesso na Justiça, todos, há décadas, em estado precário, mesmo em um país onde os governos não são tímidos em sua sanha arrecadadora, muito pelo contrário.

Proposta 4: Igualdade. Está no cerne da provisão de bens públicos a desigualdade latente que assola o nosso País. Sem uma provisão minimamente eficaz de bens públicos, como educação, saúde e segurança, não há igualdade de oportunidades nem igualdade de acesso à internet ou a qualquer outro espaço social. O Estado não pode ser somente um garantidor das liberdades; deve ser também um promotor da igualdade.

Proposta 5: Diversidade. As sociedades hoje são entes muito complexos, compostos de uma variedade enorme de interesses e identidades. Isso não se deu somente pela internet, mas a *web* é um elemento central desse processo de complexização, com suas redes que atravessam as fronteiras dos Estados e sua capacidade de servir de ponto de encontro de interesses dispersos. Ao mesmo tempo, a diversidade é um elemento central de nossa identidade e História. A legitimidade do Estado e a força da democracia são hoje dependentes de uma representação e de processos legislativos calcados na e respeitosos da nossa diversidade.

Proposta 6: Porosidade. No contexto da antiga comunicação de massa limitada ao *broadcast* em vertical de poucos para muitos, como ocorre no caso da televisão, por exemplo, o foco do poder estava no falar. Quem conseguia, nesse sistema, falar para muitos e ter sua mensagem positivamente captada e absorvida acumulava, assim, capital social e político. Não à toa a preocupação e o foco de quem aspirava liderança, representação ou legitimidade estava no falar de preferência ao maior público possível.

(Soa a campanha.)

O SR. ARTHUR ITUASSU – Hoje, as novas tecnologias da informação e da comunicação impõem uma nova configuração no qual o ouvir se torna tão importante quanto o falar. Nesse contexto, a porosidade diz respeito não somente ao ouvir, como à capacidade de levar em consideração o que foi dito. Assim, o Estado ou representante que apresentar incapacidade de ouvir ou de levar em consideração o que lhe foi dito possivelmente carecerá de legitimidade e quem sabe até de futuro político.

São estas, portanto, as minhas propostas para o futuro da democracia brasileira: participação, transparência, publicidade, igualdade, diversidade e porosidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós temos aqui várias perguntas feitas pelos internautas e temos também cinco inscritos da plateia. Vamos tentar fazer alternadamente.

O primeiro, mais que um comentário, com a participação da Lenine de Carvalho, do Rio Grande do Sul.

Caros amigos, muito interessante o Laboratório Hacker e o e-Representação. Minha preocupação quanto à participação é transpor, na construção e fiscalização de um projeto de lei, já que, na internet da vida real, conteúdos aparecem e desaparecem em poucas horas ou minutos, sem que saibamos por que e quem os retirou.

A participação da Melânia Barbosa, do Distrito Federal.

Acredito que, quanto maior o *accountability* entre os Parlamentares e a sociedade, melhor será nossa democracia. Nesse sentido, os portais do Parlamento e da Presidência da República devem receber prioridade em estrutura e divulgação, para facilitar o acesso da população em geral.

Esses são mais comentários.

A participação de Catarine Dias, também aqui do Distrito Federal.

O Senado poderia criar um espaço para que os cidadãos pudessem enviar suas próprias propostas de lei. Todo mundo hoje tem um celular que pode acessar a internet, o que é suficiente para isso.

Isso já foi respondido através da participação, ou seja, quando 20 mil acessos, em quatro meses, são feitos e transformados, então, em projeto de lei.

Passo a palavra agora ao Fábio Liberal. Ele poderá fazer a sua participação em três minutos.

O SR. FÁBIO LIBERAL – Boa noite, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Eu queria fazer uma provocação para todos os palestrantes: o Fernando Barreto; o Cristiano Ferri; o Prof. Arthur. Foi mencionada, tocada, em todas as apresentações, algo que também está numa das questões que provocou o debate que é a questão dos limites da representação, como tratar com as duas pontas que podem causar distorções em participações, especialmente quando se fala de voto. E estamos falando aqui, por exemplo, do Votenaweb, que fala de voto, que é sim ou não; como tratar distorções para aqueles que são sub-representados, e eu estou pensando na exclusão digital mesmo, gente que não tem oportunidade ou condições de participar eletronicamente; e, de outro lado, uma sobre-representação, gente que tem maior capacidade de mobilização, ou melhor, até maior capacidade tecnológica para acessar as ferramentas. Como trabalhar essas distorções?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu vou aproveitar, ainda, e fazer aqui a pergunta do Eduardo Farias, do Rio Grande do Sul. Ele diz o seguinte: “Como será feito o controle dos participantes? Ou melhor como teremos certeza de que não é um robô que está atuando na votação de propostas?”

E, ainda, eu faço aqui, principalmente para o Fernando, quase que um desafio,... (Risos.)

... em relação ao conteúdo, ao trabalho que vocês fazem com o Votenaweb. A própria Comissão Senado do Futuro gostaria de propor aqui uma parceria com Voto na Web, para que essas ideias pudessem ser aproveitadas aqui pela própria Comissão, transformando, quem sabe, em projetos da Comissão. E isso refere-se a qualquer cidadão também que, às vezes, tem dificuldade de juntar essas 20 mil, através do e-Cidadania, poderá fazê-lo também através da Comissão Senado do Futuro.

Claro que teremos que também fazer uma separação disso, uma qualificação, mas poderemos transformar algum projeto aqui pela própria Comissão.

Quero aqui, ainda antes de passar para as respostas, registrar a presença do pessoal da Secretaria-Geral da Mesa: Airton Aragão, Alexandre Girão, Thales Furtado, Sérgio Bonifácio, Fabrizia Garcia, Yuri Lourenço, Pedro Marques, João Vitor Moreno, Robson Tetsuo, Denis Labes, Tiago Souza, e da Consultoria Legislativa, Humberto Formiga e Roberta de Assis.

Então, posso passar aqui nesta rodada aqueles que sentirem que devem responder.

Pois não, Fernando.

O SR. FERNANDO BARRETO – Bom, Sr. Presidente, eu aceito a provocação e volto com outra, com um desafio. Deixo claro que no Votenaweb nós trabalhamos há sete anos com esse intuito de ser um facilitador para que o trabalho do Legislativo chegue mais fácil ao cidadão e o cidadão possa opinar para o Legislativo. Então, qualquer contribuição, qualquer ajuda que temos para conseguir dar um passo adiante é muito bem aceita e podem ter certeza de que, do nosso lado, vai haver o empenho muito grande para que isso possa ser feito.

Pedimos a ajuda dos senhores para divulgar o nosso projeto. Como falei, estava conversando com o Alisson mais cedo, antes da reunião, para vermos o que temos, porque temos muita informação que pode ser útil. Como o Senado pode, como os Senadores e a Câmara dos Deputados podem usar isso de forma mais prática e deixarmos isso claro para o cidadão: Lutamos por isso no Votenaweb hoje. Mandamos relatório todo mês para os Parlamentares e nos comunicamos com os usuários, para que eles entendem que o tempo que ele está gastando na internet dando opinião ou conversando não é em vão. Isso está chegando aonde é devido e está tendo um retorno. É importante fazermos essa roda girar.

Fábio, respondendo a sua pergunta sobre os limites da participação, você tocou em um ponto que é importante, que são as distorções, se entendi bem a pergunta, que podem ser provocadas por várias questões externas, como geolocalização, acesso, mobilização muito forte por um lado. Acredito que, como estamos vendo isso para o *mobile*, para o telefone, essa questão do acesso está sendo muito rapidamente resolvida, porque as pessoas estão tendo acesso com muita facilidade nessa participação.

Sobre a questão dessas distorções, fizemos um projeto, há dois anos, chamado Votenaweb. Fizemos uma parceria com um cientista brasileiro do Caltech, que é o Instituto de Tecnologia da Califórnia, onde ele estava desenhando – e ainda continuamos tentando fazer isso – um algoritmo que pudesse nos dizer como é que podemos amenizar essas distorções. Existe uma forma mais simples de fazer isso hoje, que é fazer a divisão, como o IBGE, o Datafolha ou o Ibope fazem, para se ter uma amostragem mais pulverizada e mais representativa da sociedade.

No primeiro momento, não foi a preocupação do Votenaweb, porque sempre tivemos preocupação de gerar informação, para depois sabermos o que fazer com ela. Estamos no momento de fazer coisas com a informação. Então, sempre facilitamos o acesso das pessoas à informação para que houvesse volume e agora poderemos fazer os cortes que são necessários para ter uma representatividade melhor.

Fizemos trabalhos fantásticos com alguns Parlamentares por exemplo – não me recordo se é Senador, desculpem. Estávamos tentando entender, em um projeto de lei que tinha mais de cinco mil comentários, qual eram os argumentos das pessoas que diziam “sim” e das pessoas que diziam “não”, para saber se o cidadão realmente compreendia o objetivo daquela proposta. Isso acontece muito. Às vezes eles não entendem para que serve aquilo. Leem a primeira linha e votam ou, se o amigo votou sim, eles também votam. Então precisamos pegar essa informação e devolver para ele.

É extremamente importante, como o Senador mostrou, colocar o vídeo dele. É uma forma de facilitar para o cidadão num curto espaço de tempo: a ideia é essa. Esses são desafios para os quais, no desenvolvimento do projeto, nós achamos soluções. Sem dúvida, esse é um ponto que tem que ser tratado, essa questão de amenizar as distorções.

O SR. ARTHUR ITUASSU – Fábio, uma questão superimportante.

Eu me lembro da experiência do gabinete digital no Rio Grande do Sul. Foi uma experiência muito bem-sucedida, premiada pela ONU. Talvez a principal experiência de governo interativo via *web* que já existiu no Planeta tenha sido no governo passado do Rio Grande do Sul.

Eles fizeram uma consulta pública de orçamento participativo com 250 mil participantes via *web*, o que é algo gigantesco, ao mesmo tempo. Duzentos e cinquenta mil participantes equivalem a cerca de 2% da população do Rio Grande do Sul.

Na verdade, qualquer mecanismo de participação cria uma tensão no que se refere à representação. Há diversas formas de se pensar na participação, como a participação em consultas populares, a participação em orçamentos participativos, etc. São várias formas e cada uma tem que ser pensada de maneira específica, dentro de um modelo específico.

No que diz respeito à representação, o Cristiano até comentou sobre isso, que é uma referência a um livro clássico da representação, da filósofa britânica Hanna Pitkin, que diz o seguinte: a representação envolve a autonomia do representante e o direito do representado ao mesmo tempo. É a tensão entre a autonomia do representante e o direito do representado.

Creio que o principal ponto da questão da participação via *web* ou mesmo presencial é a conexão entre o representante e o representado. O representante pode ser absolutamente contrário a tudo o que o representado quer, mas é papel do representante prestar contas sobre por que ele é contrário. É o que chamamos de responsividade. Qual é a minha posição? A minha posição é essa. E esclarecer a minha posição, sustentar a minha posição diante dos representados. Trata-se de criar uma conexão comunicativa entre representante e representado. Assim a participação já traz um ganho de conexão entre o cidadão e o representante nas instituições. A meu ver, claro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mas um comentário. A participação do Paulo Roberto da Silva, do Rio de Janeiro: “Acredito que o tema suscitado no aumento da responsabilidade aos condutores embriagados que provocam acidentes no trânsito deve ser aprovado com urgência.”

É o caso do PLS nº 32, que eu apresentei.

Participação de Carlos Alberto Soares de Andrade: “Poderia ser abordada a limitação de mandato de apenas quatro anos, com apenas uma ocorrência para qualquer cargo eletivo? Parece que à medida que o cidadão se acostuma com o poder [o cidadão ou o político] aumentam as chances de corrupção.”

Acredito que vocês já estão anotando.

E também a participação do Gabriel de Oliveira, de São Paulo: “O número de título eleitoral ou o CPF poderiam ser identificadores únicos de participação numa votação pela Internet?”

Vou convidar agora Humberto Mendes de Sá para fazer também a sua indagação.

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – Quero parabenizar a todos da Mesa pelas explanações, particularmente ao Professor Arthur pelas seis diretrizes, que achei muito lúcidas.

O Cristiano foi enfático quanto à sua descrença em relação à democracia direta. Então nós fizemos um corte muito claro. Estamos tratando de participação. Então, seria o papel da tecnologia da informação no aperfeiçoamento de mecanismos democráticos. No caso, o aperfeiçoamento do processo legislativo especificamente. E ainda tratando de prospectar. Estamos tratando do que virá pela frente, como o futuro vai modificar a forma de funcionamento do processo legislativo.

Eu começaria observando que, em 1936, Gallup alcançou um avanço gigantesco quando fez a previsão de que Roosevelt seria eleito. Até então o que havia eram enquetes. As pessoas aderiam voluntariamente e faziam as suas manifestações de apoio a um presidente ou a outro.

O que nós vimos foi que o método científico aplicado pela primeira vez ou numa das primeiras vezes no mundo apresentou um resultado surpreendente. Ele previu que Roosevelt seria eleito naquele ano. Desde então, as pesquisas de opinião ganharam essa projeção que conhecemos hoje, essa efervescência.

A indagação, a colocação que eu faço para a Mesa é a seguinte: é possível uma democracia de enquete? Nós temos no Ibope e no Datafolha um método científico por amostragem aleatória, não por adesão.

E agora é uma provocação: será que é possível essa democracia de enquete?

Nós temos 210 milhões de brasileiros. De repente, no nó de uma rede se monta um grupo e digamos que tenha a adesão de um milhão de pessoas, que passam a incentivar ou a influenciar, por exemplo, um Parlamentar, um Senador ou Deputado, para que mude a sua apreciação em relação a determinado projeto. Estamos falando de um milhão organizado na rede, mas temos 209 milhões que estão em casa, sobre os quais não sabemos absolutamente o que pensam a respeito do projeto. Essa é uma das provocações e eu colocaria só duas para não tomar muito tempo.

Cristiano, como você colocou, já que deixamos a democracia direta de fora, fica a democracia participativa. E aí você colocou lá as nossas diretrizes também, ou seja, de legitimidade, de legitimação – e é indiscutível –, de transparência e de inteligência coletiva. A minha questão diz respeito à legitimação, ou seja, volta a minha preocupação com enquetes. Quem legitima? Será que a legitimação de 200 mil pessoas realmente é significativa? É confiável? O internauta questiona se não há o risco de robôs estarem ali influenciando as pessoas. Por exemplo, alguém bolou uma tecnologia ali que começa a influenciar o Parlamento por via de mecanismos desse tipo – um robô influenciando um Senador ou um Deputado. De que forma nós poderíamos legitimar de fato essa participação para fortalecer a democracia e não enfraquecê-la?

No que se refere à questão da transparência, é só uma curiosidade. Na Câmara, o que é que determina a visibilidade das iniciativas, ou seja, qual é o projeto que fica exposto ali para as manifestações?

Em relação à inteligência coletiva, faço rapidamente referência a um experimento sociológico que foi realizado na Europa e reproduzido em vários lugares do mundo depois sobre a ignorância racional. De repente, alguém chega com uma pesquisa e diz assim: “Você é a favor do projeto x? Só que o projeto x não existe e as pessoas votam no projeto x, que não existe, que elas não conhecem absolutamente nada a respeito dele, simplesmente pelo constrangimento de dizerem que não conhecem, não sabem o que é o projeto x. Mas as pessoas votam nele e acabam exercendo influência. Quer dizer, é uma decisão racional, porque a pessoa tem receio de dizer que não sabe e isso tem alguma consequência social – eu não sei –, mas ela é absolutamente ignorante. Como é que a gente evita essa ignorância racional?

Por exemplo, eu sou do Nordeste e lá nós temos secas periódicas. Basicamente aquela questão social interessa mais ao Nordeste do que, por exemplo, ao Sudeste ou a outras regiões do País que não enfrentam o problema da seca periódica. Se você traz o problema da seca para um cidadão do Distrito Federal, que não sabe o que é isso, não sabe o que é aquele sofrimento lá, possivelmente ele vai dar uma opinião reproduzindo

uma ignorância racional. Ou seja, para ele tanto faz, mas ele dá uma opinião assim mesmo e com isso está interferindo na vida de pessoas que têm problema sérios, que têm um problema existencial.

Como nós poderíamos resolver esses aspectos que não deixam de ser aspectos federativos? O Senado é a Casa da Federação e seria interessante também que os mecanismos identificassem isso. Por exemplo, interessaria ao Senador Wellington Fagundes, sem dúvida alguma, saber se as pessoas que estão aderindo a determinado projeto são do Estado dele, porque é aquele povo que ele representa. De repente, as pessoas que estão contra um projeto são de outro Estado e não estão refletindo as dificuldades das pessoas do Mato Grosso. Seria interessante também que, de alguma maneira, nós captássemos esses aspectos da representação, principalmente no que se refere à questão federativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como nós temos mais três inscritos, acho que para a dinâmica e também o tempo dos trabalhos, vou convidar ainda o Mário Simões Costa para que ele possa fazer a sua indagação. Ele está presente? *(Pausa.)*

Antes de passar ao nosso palestrante, quero dizer que, na próxima segunda-feira, teremos uma nova reunião nossa aqui, com o tema “Impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo”. Será no dia 13/6, também às 18 horas.

A pergunta orientadora é: como as tecnologias de informação e comunicação afetarão o processo legislativo no Brasil e no mundo, considerando os seguintes aspectos: participação social, agilidade em legislar sobre questões urgentes, estabilidade jurídica, qualidade das normas jurídicas emanadas e transparência.

Teremos, como convidados, Guilherme Brügger D’Amato, Diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados; Thiago Luís Santos Sombra, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); Carlos Machado Batista, professor do Instituto de Ciência Política da UnB; e o Gil Giardelli, colunista da revista *Você S/A* e da Band News FM; também o Sérgio Soares Braga, Professor da Universidade Federal do Paraná, que ainda não está confirmado, mas está convidado; os outros todos já estão confirmados.

Aqui, pela ordem, o Cristiano.

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – Obrigado, Presidente.

Queria, antes de mais nada, parabenizar pela qualidade das perguntas...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – ... fazer perguntas fáceis. Não é, Presidente? Acho que complicou aqui para a gente.

Mas, vamos lá, são questões muito importantes. Queria começar de trás para frente, falar das indagações do Humberto Mendes, que são muito importantes e atuais. Vou falar um pouco do dilema que tivemos lá no e-Democracia, Humberto.

A Câmara fez e faz algumas enquetes, como por exemplo, do conceito de família. Essa enquete do conceito de família – o que é família e o que não é, era uma pergunta objetiva com opções objetivas – gerou sete milhões de participações; quer dizer, um volume bastante considerável. Só que, no entanto, foi desativada, porque cai no problema – e é um problema de, certa forma, tecnológico –, primeiro, de minimizar a influência dos chamados robôs, de que existem tecnologias que podem ir lá e votar milhares de vezes. Portanto, estavam ocorrendo robôs tanto de um lado como de outro. E, segundo, de saber quem está votando, que brasileiro é esse que está representado ali na enquete.

Esse é um grande desafio, Humberto, mas aí a questão é bastante complexa. Primeiro, temos, sim, que desenvolver formas para que o cidadão, de forma certificada, entra e faça o seu *login*. Isso será utilizado, como é utilizado na Estônia, por exemplo, o cidadão tem uma certificação digital, entra num sistema que vai votar para o parlamento, para deputado; terá acesso a várias coisas do Estado e de maneira bastante protegida. Toda informação que alguém do Estado, em relação a ele, utilizar, ele recebe esse *login*, recebe essa informação. Portanto, ele mesmo faz o controle de quem está usando essa informação.

Quando tivermos coisas similares... Há aí o cartão único de identidade do cidadão, há outro projeto que chama Login Único. São projetos que estão rolando aí na Esplanada, no sentido de ter uma identidade digital, única, validada, que vai permitir dizer que o Cristiano, quando votar lá, vai ser o Cristiano Ferri, que mora no Distrito Federal, que é mineiro de Belo Horizonte, do gênero masculino, etc.

Quando nós tivermos isso – não é o que temos, hoje, na Câmara e no Senado –, poderemos começar a pensar em mapear, realmente, quem está falando o quê, que Brasil é esse que está dando a opinião sobre esse determinado aspecto. Ou seja, poderemos ter elementos de avaliação quantitativa e com reflexos qualitativos dessa participação.

Do jeito que está hoje, fazemos algo, que é o seguinte: o cidadão entra para dar uma opinião. Então, não podemos considerar aqui que isso é uma mostra do Brasil e que Brasil esse é. O que interessa para nós é o conteúdo do que ele está falando. Por isso, no e-Democracia, nós nunca fizemos enquête, porque achamos que é mais interessante, até por conta desse problema que você levantou, dizer quem está dizendo o quê.

Não posso entregar algo para um Deputado, dizendo o seguinte: “Isto aqui é o resultado de uma enquête sobre a liberação do uso da maconha no Brasil”. Não posso dizer que parte do Brasil, que Brasil é esse que está dizendo o quê. Isso não tem valor nenhum do ponto de vista político. Tem valor do ponto de vista de trazer movimentação para o portal. Quando há sete milhões de pessoas que vão lá e votam, isso é importante por este aspecto. Esse cliqueativismo, essa participação simples, objetiva, acaba trazendo um conjunto muito grande de pessoas, que podem ser usadas, quer dizer, que podem participar de outras formas mais contundentes.

Então, enquanto não temos essa tecnologia que há na Estônia e em outros países – acho que vamos chegar lá logo –, temos que utilizar o seguinte: o cidadão dá ideias. Quero que o cidadão diga “sim” ou “não”, mas que ele diga os seus pontos, levante ideias, dê informação sobre os problemas que vive. Então, é uma informação mais qualificada. Foi a forma que entendemos, nesse estágio – não é, Arthur? – da democracia digital, de aproveitar isso. Mas acho que vamos chegar a esse ponto. Então, as suas duas perguntas têm a ver com isso.

E como dar legitimação a essas pessoas? O processo é o seguinte: primeiro, ele é todo público. Diferentemente de pessoas que mandam e-mails, cartas e que se encontram com Parlamentares em gabinetes – o que é legítimo, o que é importante que haja –, essa participação via internet é pública, todo mundo vê. Com isso, pelo menos do ponto de vista da transparência, já existe um valor agregado. Quem vai fazer essa validação sobre se é legítimo ou não são os Parlamentares. Por isso, estamos num modelo em que não podemos pensar em democracia direta, porque não temos como validar quem são essas pessoas. Nós temos o que elas estão dizendo.

Se faz sentido ou não, primeiro, os Parlamentares vão fazer essa avaliação política, e todo mundo estará observando essa avaliação que eles estão fazendo e o objeto da avaliação, ou seja, a participação das pessoas.

Então, acho que esse foi o ganho que tivemos. Há sempre essa discussão. Aí entro na questão do Fábio também: a democracia digital está melhorando um problema, que é o quê? As pessoas podem acessar, da sua casa, o Parlamento, sem precisar vir aqui. Posso falar diretamente com o Senador Wellington Fagundes. Estou mandando uma pergunta aqui, e ele está lendo; estou participando da audiência. É real isso. Então, as pessoas estão participando. Nós estamos respondendo perguntas das pessoas. Elas não precisam vir aqui, não precisam ir ao gabinete do Senador, não precisam mandar carta. Elas participam diretamente.

Só que, desculpa Fábio, resgatando um pouco a sua questão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – Ah, voltei agora. Pensamento no final do dia – não é, Senador? –, os neurônios já estão brigando.

Então, da sub-representação e da super-representação. A democracia digital está resolvendo esse problema de abrir para milhões de brasileiros participando via internet e criou um problema para os que não têm acesso à internet. Agora, ela ainda não está pensando em resolver esse problema – não é, Arthur? –, está ainda pensando em ir por partes. Antes, sem internet, eram dezenas, centenas de brasileiros que tinham acesso ao Parlamento, aos Parlamentares. Agora, são 80 milhões que têm acesso à internet – 80, 90, 100 milhões. Vamos chegar aos 200 milhões. Isso está gerando uma desigualdade? Talvez momentânea, mas tudo isso está sendo público e transparente. Se existe uma super-representação na internet, digitalmente, de grupos que estão se apoderando, pelo menos isso está sendo público. Então, acho que assim que vamos, por partes.

Então, é muito comum – não é, Arthur O Fernando também acompanha isso – a gente sair de um extremo, Senador, e ir para o outro. Não havia participação e agora tem que ser democracia direta? Calma lá, gente! Vamos por partes. Nós estamos nos acostumando com a tecnologia.

O Presidente Wellington Fagundes está se acostumando; eu, o cidadão, estamos nos acostumando; nós, funcionários da Câmara e do Senado, estamos nos acostumando, por isso tem que ser devagar. Vamos sopesando.

Aí entra num ponto, para falar aqui da Melânia – ou da melânia, desculpe –, que colocou um comentário, sobre a publicidade e entra num ponto que o Arthur levantou também. O Fernando também é muito preocupado com essa questão. Nós temos vários instrumentos que a Câmara, Senado e entidades civis, como WebCitizen, oferecem para o cidadão e as pessoas não ficam sabendo. Então, hoje o desafio maior que nós temos lá no e-Democracia é o seguinte: como fazer saber que o cidadão tem uma oportunidade de falar, de opinar no processo legislativo? Como chegar essa informação? Custa muito caro divulgar isso, há uma competição de atenção hoje no mundo, as pessoas estão muito difusas. Há muitos canais, muitos canais de TV a cabo, muitas opções na internet, muitas redes sociais. E aí como é que nós vamos resolver isso? Então, nós estamos vivendo um momento de difusão, que é um pouco uma confusão.

Eu acho que a próxima fase da democracia digital é como é que a gente vai começar a sincronizar, por exemplo, o Votenaweb, com o e-Democracia e o e-Cidadania, para que não tenha o cidadão do Votenaweb, o cidadão do e-Cidadania e o cidadão do e-Democracia, cada projeto de um jeito, e os Senadores e os Deputados tendo que acessar tudo isso – *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp* e etc. Então, é um custo muito alto dessa democracia digital que nós estamos pagando, mas eu acho que é próprio do momento de aprendizado nosso. É como se eu falando aqui, com muitas aspas “estamos brincando de democracia digital”, mas é importante que a gente vá brincando para ir aprendendo e lidando e se acostumando com isso, para a coisa começar a ficar mais séria, que eu acho que é a próxima etapa, que nós vamos trabalhar daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – A assessoria está pedindo para registrarmos, Cristiano, que a maioria das perguntas foram feitas pelo Alô Senado, ou seja, se alguém ligar, mesmo que não tenha internet, já está interligado automaticamente. Então, mesmo quem não tenha internet ou está fora por um motivo ou outro e quer participar pode fazê-lo através do Alô Senado.

Há mais algum comentário sobre esse assunto?

Pois não.

O SR. ARTHUR ITUASSU – Rapidamente, Humberto.

Eu vou fazer três comentários simples e rápidos, inclusive para pensarmos.

Quanto à questão da enquete, eu pensaria não tanto na enquete, mas na possibilidade que a *web* dá hoje e que não tem sido muito aproveitada ainda no terreno da política, que é o monitoramento. As empresas já fazem isso o tempo todo – já estão fazendo o tempo todo –, e muita gente já faz o tempo todo. A gente já faz isto lá na PUC: fica monitorando o debate sobre a *hashtag* #PrimeiroAssedio no Twitter, por exemplo, para ver o que as pessoas estão falando. Essa é aquela manifestação espontânea do cidadão na *web*. Inclusive já tem sido uma tendência das pesquisas de opinião pública fazer o monitoramento da *web*, porque se verifica exatamente isto: a espontaneidade do indivíduo, do cidadão.

As pesquisas de opinião pública estão em crise, porque, quando se liga para as pessoas, ninguém atende. Quando se liga para o telefone de casa, ninguém quer falar com um instituto de pesquisa de opinião pública. Então, por que não monitorar na *web* o que as pessoas estão pensando sobre alguma coisa? Já existem instrumentos relativamente acessíveis de monitoramento de temas, de indivíduos, inclusive com as questões sobre privacidade nesse meio. Enfim, a *web* é isso.

Com relação a um ponto da democracia direta, eu particularmente não penso a democracia digital no caminho da democracia direta. Particularmente, acho que a democracia direta é aquele problema da tirania das maiorias. Creio que a representação é, enfim, algo importante que tem que ser mantido para o bem da democracia. Quer dizer, o objetivo de pensar a democracia digital não é chegar a um ambiente de democracia direta, pelo menos para mim.

Eu acho que se deve pensar a *web* como um elemento a mais que fortaleça determinados pontos da democracia. Daí a minha insistência em dizer que é preciso pensar o que queremos reforçar do processo democrático e de que forma podemos usar a *web* para reforçar esses pontos específicos do processo democrático. Acho que se deve pensar muito mais nessa ideia como elemento a mais de reforço de determinados problemas dos processos democráticos do que pensar num fim da democracia direta digital.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Fernando.

O SR. FERNANDO BARRETO – Tentando ser o mais breve possível aqui, Humberto, trago só alguns pontos também, porque gostei muito da provocação.

Falando sobre democracia direta, que eles chamam muito de democracia líquida também – há algumas pessoas que chamam assim –, eu acho isso muito distante. Não sei se pela cultura brasileira, mas eu vejo isso muito distante ainda de nós, pelo simples fato de que ainda não temos essa cultura de delegar. Poxa, nós somos 210 milhões de pessoas. Não dá para compararmos com a Estônia, onde há mais ou menos 1,5 milhão. Apesar de ser um cidadão tomando uma decisão, são coisas diferentes que têm que ser tratadas de forma diferente.

Eu ainda acredito na decisão do humano, do Parlamentar ao falar que é isso – aí, sim, voltando a tudo que discutimos nesta noite –, que é ele decidir, tomar uma decisão “sim” e explicar ao cidadão por que ele falou “sim” e por que não tomou a decisão de “não”, no caso de uma votação, é muito importante para essa educação de debate sobre os problemas.

Sobre a questão que você falou, de que ela é real, ou seja, quando você é abordado por uma pesquisa e você fala assim: “conheço vagamente”, “já ouvi falar”, “nunca ouvi falar dessa pessoa”, você pode tirar isso. Quando você vê isso na pesquisa, isso entra na faixa de que não ouviu falar. Por vergonha, você fala “ah, já ouvi falar”, mas nunca ouviu falar.

O que a gente tem que entender aqui é que, na internet, isso é um pouco mais espontâneo. Você não tem ninguém te interpelando na rua ou batendo na sua porta ou te ligando. Você viu esse assunto e você quis

interagir com esse assunto. O máximo que você viu foi que o seu amigo fulano votou “sim”, e você quer saber o que é aquilo. Você pode até dizer que, por vários amigos seus terem votado “sim”, você vai lá e vota “sim” também. Essa questão existe, mas eu a vejo um pouco diferente, um pouco menos complexa do que a pesquisa corpo a corpo. Mas, sim, ela existe, como você mesmo disse.

Eu dei exemplo aqui: se você tem um movimento, como já tivemos no Votenaweb, um movimento grande de uma causa – hoje, a sociedade se desenvolve por causas... Há uma pesquisa, que vocês já devem conhecer, faz um tempo já, que se chama “Sonho Brasileiro da Política”. Se vocês não conhecerem, eu indico que vocês procurem na internet. É uma pesquisa feita por uns amigos nossos – tivemos uma participação, no início, até em São Paulo – que se chama “Sonho Brasileiro da Política”. Pesquisou-se, no Brasil inteiro, qual era o sonho do brasileiro para a política, qual era o sonho dos jovens brasileiros. E lá está muito clara essa questão das causas; as pessoas têm que defender causas. E, para defenderem causas, elas vão se agrupar. E a coisa fantástica disso é que elas se agrupam à medida que aquilo é pauta para ela. Hoje, eu defendo os animais; amanhã, vou defender outra coisa, de acordo também com o que a sociedade está dizendo.

Sobre a questão dos robôs, é óbvio que eles existem, mas também é óbvio que existem várias formas de amenizá-los. Nós mesmos fizemos um trabalho, ano passado, junto com o Congresso em Foco, em que a votação de alguns Parlamentares era feita pelo Votenaweb, e conseguíamos detectar. Fizemos o processo de votação, havia os peritos federais que analisavam os dados. Tínhamos vários padrões que identificavam o robô. Então, toda vez que se identifica que é robô – no Votenaweb a gente faz isso –, você vai lá e anula o voto.

Hoje, já há algumas coisas que acontecem na internet que facilitam um pouco disso. Por exemplo: 85% do nosso cadastro vêm via Facebook e *login*, que é o quê? É você usar a sua conexão no Facebook para fazer o *login*. Isso dificulta muito o robô. Ele exclui? Não, mas ele dificulta muito, porque é muito difícil. Para você mudar uma votação no Votenaweb, você vai ter que fazer lá três mil cadastros *fake* no Facebook para poder fazer essas três mil pessoas votarem “sim”. Isso é um custo gigante; não compensa. Mas existe essa preocupação, sim. Sempre tivemos essa preocupação.

E acreditamos também que, com as questões de tecnologia que estão chegando, como o *mobile*, identifica-se mais a pessoa quando ela está aqui. É assustador o que as pessoas conseguem entender. Quando você faz a votação ou faz o cadastro via celular, você não precisa me dizer, por exemplo, qual a sua classe social. Eu consigo ver onde você tramita, onde você trabalha, onde você dorme. Pela sua região, eu sei dizer, mais ou menos, qual é a sua classe social. É assustador, mas isso é real. Não há como a gente entender, achar que isso não está acontecendo.

Essa questão da privacidade é página virada, não tem jeito, perdemos a luta disso. Agora, temos que conversar sobre outra coisa, sobre privacidade não dá mais.

É superimportante o que você falou sobre os votos regionais que você falou. No Votenaweb você consegue filtrar lá, vê quais são os votos por região, gênero e idade. Já fizemos algumas análises. Em São Paulo, por exemplo, os jovens até 28 anos, por exemplo, são contra a redução da maioridade penal, mas estes mesmos jovens são a favor do aborto. Você consegue começar a desenhar, que é o que estamos propondo. Até o Presidente propôs fazermos essa troca de informação, que é passar essas informações para o Senado. Tirar essa radiografia da sociedade é superimportante a nosso ver, não para tomar uma decisão de votar, mas até para entender o que a sociedade está entendendo o que representa fazer uma redução da maioridade penal, que é um assunto extremamente complexo e polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, vamos já para a fase final. Temos três inscritos. Vou aqui repetir ainda, até para chamar a atenção da nossa próxima audiência que será no dia 13/6, às 18 horas, aqui mesmo neste plenário, com o tema “Como as tecnologias de informação e comunicação afetarão o processo legislativo no Brasil e no mundo, considerando os seguintes aspectos: participação social, agilidade em legislar sobre questões urgentes, estabilidade jurídica, qualidade das normas jurídicas emanadas e transparência”.

Os convidados são o Guilherme Brügger D’Amato, Diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados; o Tiago Luiz Santos Sombra, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); Carlos Marcos Batista, Professor do Instituto de Ciência Política da UnB; e o Gil Giardelli, colunista da Revista Você S/A e da BandNews FM. Ainda não confirmou o Sérgio Soares Braga, Professor da Universidade Federal do Paraná.

Aqui, a participação da Helena Dias, do Distrito Federal: “Antes de criar novas formas de participação, não seria fundamental melhorar as que temos atualmente, por exemplo, diminuir o número de inscrições em projeto de lei de iniciativa popular que, hoje é 1,4 milhão de pessoas e possibilitar a assinatura de forma digital desses projetos?”

Temos então, três inscritos: Vladner Leal, o Airton Aragão e o Espedito, do Serpro.

Vladner Leal.

O SR. VLADNER LIMA BARROS LEAL – Boa noite, Senador, boa noite, ilustres palestrantes.

A minha questão já foi meio respondida, mas é mais direcionada ao Fernando e extensiva aos outros. A preocupação que tenho é em relação aos riscos da manipulação de massa. Você citou bem o exemplo da atriz global e do cantor sertanejo que fizeram o movimento. E, aí, preocupo-me como é que mensuramos a qualidade do voto, se as pessoas que estão entendendo efetivamente aquilo lá, ou porque é a atriz global que está pedindo para ele votar. Então, quais são as formas para minimizar o risco e entender o que motiva o voto das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Airton Aragão.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Boa noite.

São três perguntas bem rapidinhas.

Em relação à apresentação do Prof. Ituassu, ele colocou o ponto da publicidade e eu lembrei de um estudo que eu li da OCDE feito em 2009, que apontava alguns desafios para alavancar o uso que os cidadãos faziam dos serviços de governo eletrônico. Um deles era exatamente fazer essa publicidade. Ou seja, não adianta o Governo providenciar acesso à internet para todos, colocar os serviços disponíveis, organizar esses serviços, se as pessoas não sabem que eles estão lá e podem ser utilizados.

Então, a questão da publicidade é importantíssima. E como foi mencionado, o Poder Executivo ocupa muito bem esse espaço midiático, e o Legislativo ainda não faz isso.

Este ano nós tivemos dez milhões de acessos ao portal e-Cidadania. Tivemos aí, como o Senador falou, cinco mil ideias apresentadas, onze delas viraram uma sugestão à Comissão de Direitos Humanos aqui no Senado. Se houvesse o investimento da Casa em divulgar que essa ferramenta existe em larga escala, como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde fazem, para defender os seus programas, talvez nós não tivéssemos cinco mil ideias, mas quinhentas mil. Teríamos outro problema, talvez melhor de lidar, que seria como organizar isso para trazer uma certa inteligência, como o Cristiano apontou na apresentação dele.

Falando no Cristiano, eu queria deixar uma pergunta para ele. Com base na experiência do Laboratório Hacker, qual seria a viabilidade, que pontos positivos e negativos as duas Casas teriam, por exemplo, em colocar os projetos como o e-Cidadania e o e-Democracia para serem desenvolvidos em código aberto, com a contribuição de qualquer interessado – universidades, pesquisadores, empresas, ONGs? O que a gente teria a ganhar em relação a isso?

E para o Fernando Barreto, que está na área mais de mercado: que tipo de convênios poderiam ser firmados entre o Poder Público e empresas, organizações para favorecer esse engajamento político do cidadão, fazer com que as pessoas tenham vontade de participar, e que isso fosse um processo mais fácil e mais efetivo?

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O último, mas com todo o espaço para encerrarmos, o Sr. Espedito, do Serpro.

O SR. JOSÉ ESPEDITO DA SILVA JUNIOR – Boa noite, Senador Wellington Fagundes, Fernando Barreto, Cristiano Ferri, Prof. Arthur, a minha fala é uma fala de cidadão, não de empregado do Serpro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Acredito.

O SR. JOSÉ ESPEDITO DA SILVA JUNIOR – Eu tenho a impressão de que a reflexão mais antiga que o ser humano tem é a do que a gente precisa fazer para ter uma vida boa.

Nós estamos aqui até essa hora para proporcionar uma vida boa lá para o cidadão, e me parece que ele não tem noção disso.

E chamou-me muito a atenção a fala do professor quando ele traz a proposta da publicidade. Quero perguntar se nessa publicidade há o sabor aqui da pedagogia. Eu senti falta dessa palavra, do ensinar não só na dimensão da Techne, mas a importância do legislar lá no cotidiano, para quem está lá no interior, para fazer aquela pergunta para o filho que já sabe utilizar o celular todo dia: meu filho, o que está tendo de bom no Senado hoje que vai melhorar nossa vida?

Essa é a pergunta que eu faço. O que estamos fazendo nesta Casa, de forma simples. Falamos bastante de tecnologia, é o nosso cotidiano, a gente vive bem isso e dialoga bem nesse tema. Mas, e aquele lá da ponta, que quer ter uma vida boa e vai fazer uma pergunta de manhã? O que as nossas Casas estão criando de lei que vai proporcionar uma vida boa para nós, aqui para a Casa?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom, já para as respostas e considerações finais, vou passar aqui, como foi no início, para o Sr. Cristiano, já agradecendo também a presença de todos vocês.

Cristiano Ferri Faria, Diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados.

O SR. CRISTIANO FERRI SOARES DE FARIA – Muito bem, eu começo dando uns pitacos em relação à pergunta do Airton.

Acho que ele levanta um ponto muito importante que nós temos que discutir aqui. Ainda precisa haver um grande amadurecimento dos órgãos públicos, principalmente das áreas de tecnologia. E, nesse sentido, o Laboratório Hacker está tentando, está se esforçando, tem um grande desafio para desenvolver tecnologia em código aberto. Então, tudo que nós fazemos hoje, Airton, é em código aberto. Isto significa dizer que qualquer pessoa, qualquer empresa ou instituição pode utilizar essa tecnologia, melhorar, readaptar. Por exemplo, o Wikilegis está em código aberto. Nós estamos preparando a documentação para que qualquer Parlamento que não tenha os mesmos recursos tecnológicos da Câmara e o Senado, que são ótimos, como eu disse, um dos melhores do mundo, possam rapidamente adotar essas tecnologias, colocar lá o seu nome, a sua identidade visual e utilizá-las.

Temos que fazer isso cada vez mais. Tem que haver mais trabalho em conjunto entre Câmara e Senado, entre os outros órgãos públicos. Redesenhamos e redesevolvemos coisas que poderíamos fazer juntos. Isso tem um custo enorme para o País, um custo de recursos muito grande, e eu acho que temos que amadurecer nesse sentido. Acho que a sua pergunta vai muito bem nesse sentido, porque também facilita a colaboração de fora, facilita aquele cidadão, aquele *hacker*, aquele tecnólogo que quer pegar aquilo, a partir do que nós temos, e apresentar ali uma contribuição. Nós temos que trabalhar mais em parceria entre nós, órgãos públicos, com o Serpro também, por exemplo, e, ao mesmo tempo, criar condições para que o cidadão construa conosco esses processos. Acho que esse é um ponto bem importante.

Falando rapidamente sobre a questão do Vladner, dos riscos de manipulação. Esse problema de como é que as pessoas vão votar não é um problema para a democracia digital, é um problema da democracia como um todo, não é Arthur? Então, nós optamos, no Brasil, por ter voto direto, universal, sufrágio universal, e obrigatório ainda por cima, quer dizer, com mais peso. O cidadão e muita gente, milhares e milhares de pessoas vão, entre muitas aspas, “votar mal”, sem ter, talvez, as melhores condições de avaliação.

Bom, é um modelo que nós adotamos, possui os seus prós e contras, tem muita gente que é contra o voto obrigatório, mas também é uma forma de irmos aprendendo e acho que isso vale para a democracia digital também. Vamos aprendendo, as pessoas vão aprendendo, vão ali, aos poucos, tornando-se mais políticos, com uma capacidade maior de avaliação política.

Existem várias metodologias para você aproveitar melhor as diversas contribuições que as pessoas podem dar para uma política pública. Então, não adianta achar que todo mundo pode dar um mesmo tipo de contribuição, existem diferenças. Vale a pena adotar esses métodos, esses sistemas e essas tecnologias para aproveitar isso melhor.

A questão da publicidade, tanto colocada pelo Airton como pelo Espedito, é um problema crônico. Nós ainda vamos ter que nos deparar com isso.

Uma coisa é a seguinte: como é que nós alcançamos este Brasil que ainda não sabe que existem essas possibilidades de participação? Como é que nós vamos comunicar isso melhor? Esse é o ponto do Espedito.

O portal da Câmara e do Senado, que são ótimos, têm muitas informações, mas eles têm muito ainda o que ganhar, que agregar em termos de serem mais compreendidos, mais acessíveis. Nós ainda comunicamos muito mal, não é? Nós servidores públicos comunicamos muito mal. Os *sites*, os portais públicos têm ainda muito o que ganhar em termos de serem mais fáceis, acessíveis, pedagógicos.

Em suma, era isso o que eu tinha a dizer. Agradeço mais uma vez, Presidente Wellington Fagundes, pela oportunidade. Desejo sucesso à Comissão Senado do Futuro. É uma instituição avançada, uma forma muito ousada de discutir inovação em parlamento. E conte sempre com o nosso apoio lá do Laboratório Hacker. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, na sequência o Sr. Arthur Ituassu, Professor de Comunicação da PUC, para as suas considerações finais.

O SR. ARTHUR ITUASSU – Agradeço as perguntas, todas as perguntas realmente muito boas. Vou fazer alguns comentários rápidos.

Sobre a importância da questão da publicidade, na verdade, se não houver publicidade, os espaços de participação vão ser ocupados por interesses específicos. O Airton e o Espedito tocaram nesse ponto. Tudo o que se faz para que haja, digamos assim, uma abertura, uma porosidade do Estado, todo um esforço de mecanismos digitais etc., isso tudo vai por água abaixo se não tivermos publicidade, porque sem publicidade, o espaço de participação vai ser necessariamente ocupado pelos interesses específicos que acompanham determinadas questões.

O caso do Marco Civil da Internet, por exemplo, foi um caso exemplar, excelente, um caso paradigmático da democracia brasileira recente. Fizemos uma pesquisa na PUC e monitoramos todo o debate em torno das

consultas públicas, das redes sociais na época, em 2009, com relação ao Marco Civil da Internet, e o espaço foi ocupado basicamente por especialistas. É um tema muito especializado também, difícil para a população participar. Na época, o acesso era menor ainda do que é hoje e aquele espaço foi basicamente ocupado por especialistas. Se não houver publicidade, é esse o risco que corremos.

Também outro ponto que eu gostaria de ressaltar com relação à questão da pedagogia, que o Espedito comentou. Há um diferencial na *web* que me chama muito a atenção, que é a tal da cultura da participação. Grosso modo, é como comparar com a televisão. A imagem da televisão é o cidadão sentado no seu sofá, assistindo telejornal, num sentido passivo, distante. Aquele mundo da política é um mundo distante. O cidadão está lá passivo, assistindo àquilo, só recebendo aquilo que vem do meio de comunicação, em certo sentido.

A internet propicia a cultura da participação, a cultura do debate, a cultura da voz, de falar, de se expor, de se colocar, de participar dos mecanismos existentes. Para mim, isso vai ser um elemento de pressão sobre os sistemas políticos de forma crescente, sobre os agentes políticos, sobre os representantes e sobre o próprio sistema político. Para mim não há dúvida nisso. Há uma cultura da participação que está sendo gerada. Isso não significa que todo mundo vai participar – não é isso –, mas quem quer participar vai participar.

Eu também gostaria de agradecer o convite. Fico muito feliz de estar aqui debatendo esses temas. Senador, Cristiano Ferri, Fernando, todos os presentes, eu agradeço muito. Estou à disposição para outras conversas sobre esse tema, que, enfim, é muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, para responder e também para suas conclusões finais, o Sr. Fernando Barreto, Diretor da Votenaweb.

O SR. FERNANDO BARRETO – Falou-se aqui sobre essa questão de projeto de iniciativa popular, que bem sabemos que é inviável hoje no Brasil. Eu gosto muito de um conceito, que é tornar o problema obsoleto. A pergunta é: eu preciso mesmo facilitar o reconhecimento da assinatura? Por quê? A questão é: qual foi o processo, por exemplo – você, Cristiano, e vocês da Casa me corrijam se eu estiver enganado –, do Ficha Limpa, em que houve as assinaturas, mas, no final, algum Parlamentar assumiu o processo? Ele assumiu o projeto perante a Casa. Então, ele não é, efetivamente, de iniciativa popular. A iniciativa popular tornou o projeto viável, mas ele não é de iniciativa popular. Então, não seria melhor desenvolvermos formas de pegar manifestação dos cidadãos para, assim, ajudar os Parlamentares a fazerem propostas de leis. Se houver um projeto de lei com 500 mil assinaturas propondo algo que seja consistente, que tenha coerência, tenho certeza de que algum Parlamentar vai querer assumir isso. Não tenho dúvida. Eu posso estar redondamente enganado, mas prefiro acreditar que sim. É uma reflexão.

Aí vem outro ponto: mas qual é a qualidade desses 500 mil votos? Eu gosto muito de ver a gente tentar resolver um problema que vem lá de trás questionando: a gente precisa resolver esse problema dessa forma ou, resolvendo outro, isso se torna obsoleto?

Respondendo a sua pergunta, Vladner, sobre a questão de como minimizar esse problema do voto – eu dei o exemplo aqui de uma modelo que se manifestou contra um projeto e um sertanejo que se manifestou a favor do projeto –, acredito que não é como eu minimizar isso, mas é como eu empoderar outros, porque isso é um processo natural da sociedade. Eu não posso querer que ele seja menor. Eu tenho que dar luz a outro para que ele seja compatível. Para mim uma das melhores formas de fazer isso – volto lá atrás – é informação. Acho que nisso tudo que se falou – ninguém citou ainda, mas eu, como estou de fora da Casa, posso ter mais liberdade de falar –, há um ator aqui que, se não estiver na mesa, não vai dar nada certo, que é o Parlamentar. Não adianta publicidade, chamar as pessoas para participar do e-Cidadania se o Parlamentar não estiver lá. A publicidade vai acabar. Você vai precisar de verba publicitária todo dia para trazer gente. Se esse ator não estiver na mesa atuando, na hora em que ele entrar... Isso não é uma crítica no sentido de que ele já deveria estar, mas é um processo evolutivo. Nós estamos evoluindo na nossa democracia.

Então, eu acredito que, na hora em que esse ator estiver lá explicando e conversando com o sertanejo – “olha, isso é bom por causa disso, disso; concordo com você –, e conversando com a modelo, explicando quais são os pontos dele, isso já começa a amenizar o problema porque você está levando o debate, trazendo a informação, provocando as pessoas a debaterem. Aquilo não vai ser uma decisão “sim” ou “não”, até porque esse projeto especificamente é tido no Votenaweb como polêmico, porque fica entre 55% e 65%, 54% e 53%. Mas tem lá não sei quantos mil comentários. Isso é muito rico para entender o que as pessoas estão dizendo.

Eu sei que isso é um pouco discutível, porque em vez de eu controlar, eu vou soltar e dar força para outro. Eu sei que isso é um pouco assustador, mas na internet isso de certa forma funciona. A própria comunidade vai-se organizando. Não é tão simples como eu estou dizendo, eu sei, mas eu sempre gosto de ter um objetivo e saber como posso chegar ali, que mecanismos podemos usar para chegar lá sem travar o processo.

Isso responde um pouco o Airtton sobre essa questão da publicidade. De novo, eu acredito, sim, que é preciso dar publicidade para isso. Isso é de extrema importância. Mas também acredito que isso é um processo que a Casa, que os Parlamentares... Se eu for falar em internet, há seis anos que está dando esse *boom*. Quando montamos o projeto, quando criamos o projeto, ninguém falava de webcidadania. Falávamos o que queríamos fazer e ninguém entendia nada.

O Votenaweb nasceu para ser um *case* da empresa para mostrar o que queríamos fazer. Então, digo que há seis anos, sete anos o Facebook só funcionava nos Estados Unidos. É muito pouco tempo para você chegar para as pessoas e dizer: gente, agora mudou tudo, pode conversar. E querer que o cidadão nos trate bem, trate o parlamentar bem, querer que o parlamentar se abra para eles. São muitas coisas que precisam ser engendradas. É preciso mexer muito na engrenagem para as coisas se organizarem, mas elas estão se organizando.

Então, eu acredito na publicidade, mas, de novo: para mim, o papel principal é o ator, que é o Parlamentar. A criança, o menino vai saber responder no café da manhã ao pai sobre o que está acontecendo no Congresso de bom quando houver um Parlamentar conversando com ele. Ele não vai entrar num portal e dizer: deixa eu ver o que o Cristiano tem para me dizer hoje. É óbvio que ele vai lá porque alguém o chamou. Então, eu acredito muito nisto: a hora em que esse ator estiver conversando e estiver com a gente nessa fase, vai haver um salto quântico nessa história, esse negócio vai sair da água para o vinho.

Esse movimento vem acontecendo, é uma percepção nossa do Vontenaweb. Muitos Parlamentares nos procuram pedindo para pôr projeto, pedindo para ajudar nisso, pedindo para mandar *newsletter*. E isso é encantador, porque vemos que deu certo. Só é preciso tempo, persistência e escala. E respondendo à questão de como é que pode melhorar a escala, digo que é com publicidade. Tem de ter visibilidade. Mas ela não resolve tudo. Ela vai resolver uma parte, vai dar um impulsionamento. Depois, como é que fazemos isso ficar sustentável?

Voltando um pouco à sua pergunta sobre o que poderia ser feito, Airtton, sobre a questão da parceria público-privada e tornar as coisas mais fáceis. Eu vim da iniciativa privada, e nosso principal limitador nosso – e tenho certeza de que acontece o mesmo com o Cristiano também – é financiamento. Se eu tenho um projeto para ser desenvolvido, eu tenho um programador que só trabalha nisso, e esse programador acorda e dorme pensando nisso, e todo dia cinco, no máximo, eu tenho de pagá-lo. Então, sempre lutamos por uma equação que é fazer a conta fechar.

E isso tem evoluído. Temos testado alguns modelos de negócio. Até discuti isso com o Cristiano outro dia, para tornar o projeto independente e ele se autofinanciar, para ele poder ficar grande.

Mas, de novo, nada disso vai acontecer e ficar realmente relevante se não tiver o papel do Parlamentar, que para mim é o principal papel. Pelo que conheço do projeto do Cristiano, fazendo um elogio, ele faz isso muito bem, e ele na Casa tem que fazer, como eu poderia dizer, que é educar os Parlamentares. Estou falando do Cristiano, tenho certeza de que no Senado também acontece isso. O Alisson estava aqui. É catequizar o Parlamentar para mostrar que isso é importante, que isso é possível ser feito, amenizando o risco, vendo qual o benefício disso.

Então, para mim isso é o principal foco: como dou valor ao Parlamentar, como devolvemos isso ao Parlamentar e que ele ganhe também? O cidadão tem que ganhar, o Parlamentar tem que ganhar. O problema é sistêmico. Todo mundo tem que ganhar um pouco. Acredito muito nisso.

Eu havia falado sobre a questão do filho. Imagina que coisa genial vai ser: ele pergunta, o menino diz: “Não, eu vi aqui o Senador Wellington falando, ele me explicou sobre o projeto dele sobre a questão de álcool. Isso é realmente muito importante, pai, eu concordo com ele. Eu votei “sim”. Lá na escola, inclusive, foi tema da aula”.

Agora, por que não foi tema da aula? Porque a professora também não tem tempo de vir aqui. Não é relevante o suficiente talvez.

Então, fazendo uma provocação ao Senador, porque sei que só de ele estar presidindo esta sessão já mostra a predisposição para evoluirmos nisso, mas não tenho dúvida, na medida em que eles forem adotando essa participação, esse movimento, ele vai mudar da água para vinho.

Eu agradeço imensamente o convite para estarmos aqui explanando isso. Trabalhamos com isso há muito tempo. Eu adoro e acredito muito nessa história, acredito muito no Brasil. Rodamos muito. Lembro-me de uma reunião na ONU, em Nova York, quando fomos chamados para mostrar o *case* do Votonaweb. Estávamos discutindo isso lá e eles falavam: “Poxa, Fernando, volta para o Brasil e continua porque vocês têm um *case* naquele País, vocês vão dar *show* no mundo”, pela conjuntura inteira, pelo tamanho, pela democracia muito nova, pela tecnologia que está chegando em todo lugar agora. Isso é uma vantagem, porque a tecnologia que existe na Estônia nós temos aqui. Se não chegou agora, chega amanhã. A diferença é demográfica: 1 milhão contra 200 milhões.

Agradeço imensamente. O Votonaweb está à disposição da Casa e de todo cidadão, como sempre esteve.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós queremos aqui esclarecer a todos os participantes e à população que esse ciclo de palestras faz parte da política pública definida por esta Comissão.

Como Relator, eu apresentarei, depois desse ciclo de audiências, um relatório, que será submetido à Comissão para sua aprovação e publicação.

Repetindo aqui, os temas definidos foram quatro. O primeiro foi “O futuro da democracia” no dia 9/5, com a participação do Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, que foi Diretor-Geral do Senado e hoje está como Secretário-Geral da Mesa, de Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, e de Lúcio Rennó, cientista político.

O segundo tema foi “Indicadores para avaliação da atividade legislativa”, no dia 16/5, cujos participantes foram Maria Regina Álvares Magalhães, Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Antonio Augusto Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar; Paulo Carlos Du Pin Calmon, Professor da Universidade de Brasília; e Magna Inácio, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

O terceiro tema: “Novos mecanismos de participação popular”, que estamos aqui já na fase de conclusão. E ainda teremos o quarto: “Impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo”, com a participação, já disse aqui, do Guilherme Brügger D’Amato, Thiago Luís Santos Sombra, Carlos Marcos Batista, Gil Giardelli e Sérgio Soares Braga.

Ainda quero aqui, ao encerrar, agradecer principalmente, em nome da Casa, ao Dirceu Vieira Machado Filho, Diretor da Secretaria de Comissões, e à Virgínia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social, e inclusive, aqui da assessoria, ao Waldir Bezerra Miranda.

Nada mais havendo a tratar, vamos aqui desejar boa noite a todos e esperar que tenhamos uma intensa semana de trabalho, principalmente de muito resultado para o Brasil.

Agora há pouco, antes desta reunião, nós estivemos aqui reunidos com os consultores da área de orçamento e coube a mim, este ano, ser Relator da LDO. Espero que possamos, então, de acordo com o calendário, votar a LDO. De acordo com a própria Constituição, não podemos ter recesso legislativo antes de aprovar a LDO.

Infelizmente o Orçamento no Brasil tem sido peça fictícia, e gostaríamos de, se possível – e vamos fazer todos os esforços, principalmente como Relator da LDO deste ano –, poder votar um Orçamento que venha, realmente, a ser um Orçamento factível, um Orçamento realista, e que a população possa, inclusive, não viver da forma que está vivendo hoje. Hoje, se temos grandes problemas, inclusive do *impeachment*, é exatamente talvez pela cultura de ter um Orçamento que era uma peça praticamente do faz de conta.

Espero que, com isso, o Brasil esteja avançando, e principalmente que nós, que estamos na Comissão Mista de Orçamento, possamos dar essa resposta também ao Brasil de aprender a fazer as coisas certas, da forma certa, do jeito certo e na hora certa.

Muito obrigado e boa noite a todos.

(Iniciada às 18 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 23 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 8 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às catorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia oito de março do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador João Capiberibe, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Raimundo Lira, Romero Jucá, Donizeti Nogueira, Sandra Braga e Valdir Raupp. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. O Presidente declarou aberta a reunião, destinada à apreciação de requerimentos e escolha das políticas públicas. **PRIMEIRA PARTE. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 4 de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, para conhecer e debater o Referencial Básico de Governança, do Tribunal de Contas da União. RESULTADO: aprovado. ITEM 2) MINUTA DE REQUERIMENTO, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e nos arts. 8º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas à alçada da Caixa Econômica Federal na condição de administradora das loterias federais: 1) relação dos ganhadores dos prêmios de quaisquer loterias cujo valor pago por prêmio tenha sido superior a R\$ 1 milhão nos últimos oito anos; e, 2) relação dos ganhadores de mais de um prêmio, por tipo de loteria, qualquer que tenha sido o valor do prêmio, no mesmo período. As informações a serem encaminhadas devem conter: i) número do CPF; ii) número do concurso; iii) data do sorteio; iv) data do pagamento; v) valor do prêmio; vi) localidade em que foi feita a aposta ou adquirido o cartão. RESULTADO: aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. SEGUNDA PARTE. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 1, de 2016, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Transparência e Governança Pública, no exercício de 2016, sejam as Receitas e Despesas da Previdência Social no exercício de 2015, com vistas a apuração dos resultados: superávit ou déficit. RESULTADO: prejudicado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 2, de 2016, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que requer, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a avaliação do Decreto nº 8.638, de 2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. RESULTADO: prejudicado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 3, de 2016, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer, nos termos dos Arts. 90, inciso IX, e 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) avalie as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, nas seguintes áreas:**

1. Proteção Indígena pelo Estado, na forma como dispõem a Constituição Federal e a legislação vigente;
2. Defesa Civil, no tocante ao enfrentamento da seca na Região Norte e nas áreas fronteiriças;
3. Patrimônio Mineral da União, especificamente o Nióbio. RESULTADO: prejudicado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 4, de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante à Resolução nº 44, de 2013, que seja avaliada, no exercício de 2016, por esta Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, a Política de Participação Social do Poder Executivo Federal na formulação e implementação de Planos, Programas e Políticas Públicas, em especial no que diz respeito à participação social no Ciclo de Gestão do Plano Plurianual 2016-2019, conforme inciso V do art. 4º e § 3º do art. 12, da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016. RESULTADO: aprovado. ITEM 5 – EXTRAPAUTA) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 5, de 2016, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que seja avaliada, no exercício de 2016, por esta Comissão de Transparência e Governança Pública, a política de Transparência Pública do Governo Federal implementada pela Controladoria-Geral da União, em especial no que diz respeito à ação BRASIL TRANSPARENTE, conforme Portaria nº 277, de 07 de fevereiro de 2013, daquele órgão. RESULTADO: aprovado. Após comunicados, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e oito minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Capiberibe

Vice-Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A primeira parte da reunião destina-se à apreciação de requerimentos e a segunda parte à escolha das políticas públicas que serão avaliadas na Comissão ao longo do ano.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 4, de 2015 **- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 90, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) realize Audiência Pública para conhecer e debater o Referencial Básico de Governança, do Tribunal de Contas da União, um documento basilar para a boa prática da governança na Administração Pública.

Indica como convidado expositor o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Excelentíssimo Senhor Aroldo Cedraz.

Autoria: Senador Telmário Mota

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir o requerimento, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e nos arts. 8º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas à alçada da Caixa Econômica Federal na condição de administradora das loterias federais:

1) relação dos ganhadores dos prêmios de quaisquer loterias cujo valor pago por prêmio tenha sido superior a R\$1 milhão nos últimos oito anos; e

2) relação dos ganhadores de mais de um prêmio, por tipo de loteria, qualquer que tenha sido o valor do prêmio, no mesmo período.

As informações a serem encaminhadas devem conter:

i) número do CPF;

ii) número do concurso;

iii) data do sorteio;

iv) data do pagamento;

v) valor do prêmio;

vi) localidade em que foi feita a aposta ou adquirido o cartão

Autoria: Senador Paulo Bauer.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na segunda parte, vamos tratar das escolhas de políticas públicas.

Nos termos dos arts. 90, inciso IX, e 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes devem selecionar, na sua área de competência, até o último dia útil do mês de março, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. A avaliação em questão estender-se-á aos impactos das políticas selecionadas e às atividades de suporte para a sua execução.

Avaliar uma política pública é investigar seus efeitos no mundo real com o propósito de fornecer insumos para a sua continuidade e eventual ampliação, para a modificação de algum aspecto de sua concepção ou execução ou simplesmente para subsidiar decisão para o seu encerramento.

No final da sessão legislativa, a Comissão apresentará relatórios com as conclusões das avaliações realizadas.

No prazo estabelecido pelo Presidente, Senador Paulo Bauer, a Secretaria da Comissão recebeu quatro requerimentos com indicação de políticas públicas, sobre os quais deliberamos em seguida.

Para a escolha, adotaremos o seguinte procedimento: eu farei a leitura do requerimento e, ao fim de cada um, o autor, se presente, poderá justificar; após a discussão, a Comissão, em razão do número de requerimentos apresentados, escolherá dois requerimentos. Nós vamos escolher dois requerimentos sobre avaliação de políticas públicas. Os demais requerimentos, nos termos dos arts. 92 e 334, inciso I, do Regimento Interno, serão prejudicados.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 1, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Transparência e Governança Pública, no exercício de 2016, sejam as Receitas e Despesas da Previdência Social no exercício de 2015, com vistas a apuração dos resultados: superávit ou déficit.

Autoria: Senador Paulo Paim

Este é o requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 2, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a avaliação do Decreto nº 8.638, de 2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 3, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos Arts. 90, inciso IX, e 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) avalie as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, nas seguintes áreas:

- 1. Proteção Indígena pelo Estado, na forma como dispõem a Constituição Federal e a legislação vigente;*
- 2. Defesa Civil, no tocante ao enfrentamento da seca na Região Norte e nas áreas fronteiriças;*
- 3. Patrimônio Mineral da União, especificamente o Nióbio.*

Autoria: Senador Telmário Mota

E mais um requerimento, extrapauta, o Requerimento nº 4, de nossa autoria. Não, perdão, o Requerimento nº 4 é de autoria do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 4, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante à Resolução nº 44, de 2013, que seja avaliada, no exercício de 2016, por esta Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, a Política de Participação Social do Poder Executivo Federal na formulação e implementação de Planos, Programas e Políticas Públicas, em especial no que diz respeito à participação social no

Ciclo de Gestão do Plano Plurianual 2016-2019, conforme inciso V do art. 4º e § 3º do art. 12, da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

E um quinto requerimento, extrapauta, de nossa autoria:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 5, de 2016 **- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que seja avaliada, no exercício de 2016, por esta Comissão de Transparência e Governança Pública, a política de Transparência Pública do Governo Federal implementada pela Controladoria-Geral da União, em especial no que diz respeito à ação BRASIL TRANSPARENTE, conforme portaria nº 277, de 07 de fevereiro de 2013, daquele órgão.

Autoria: Senador João Capiberibe

Das cinco proposições, foram escolhidas a de nº 4, do Senador Cristovam Buarque, e a de nº 5, deste Senador que vos fala. *(Pausa.)*

Comunicado.

Comunico a todos os Senadores que a Comissão de Transparência e Governança Pública recebeu o PLS 62, de 2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que determina que os gastos pessoais realizados pela Presidência da República, bem como as despesas do Governo Federal realizadas por meio do cartão de pagamentos do Governo Federal, sejam listados e publicados na internet, dando a classificação de parte desses gastos como sigilosos.

O projeto seguirá para a CCJ, em decisão terminativa.

Portanto, nos termos do art. 122, inciso II, alínea “c”, do Regimento Interno, todos os Senadores interessados em apresentar emendas devem fazê-lo perante a Secretaria da CTG até amanhã, 9 de março de 2016. Ou seja, o prazo vence amanhã, 9 de março de 2016.

Na próxima terça-feira, dia 15, às 14h30, faremos audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2015, de minha autoria, destinada a debater: “A transparência e o funcionamento das Agências Reguladoras Federais”.

Eu tenho recebido várias manifestações, pelas redes sociais, de interesse em saber exatamente quais os destinos dos recursos arrecadados, principalmente, pelos fundos dessas agências.

A Secretaria da Comissão já recebeu confirmação do Sr. José Carlos de Souza Abrahão, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar; do Sr. João Batista de Rezende, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; do Sr. Rafael dos Santos, doutor pela USP e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e do Sr. Tiago Cardoso Henrique Botelho, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais.

Esses são os comunicados.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(A reunião é encerrada às 15 horas e 8 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2016, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às catorze horas e cinquenta e um minutos do dia quinze de março do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka e João Capiberibe. Deixaram de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. O Presidente declarou aberta a reunião, destinada à realização de audiência pública, com a finalidade de debater a transparência e o funcionamento das Agências Reguladoras Federais, em atendimento ao Requerimento nº 2/2015-CTG, de autoria do Senador João Capiberibe. Compareceram à audiência, na qualidade de expositores, o Sr. José Carlos de Souza Abrahão, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; o Sr. João Batista de Rezende, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; o Sr. Rafael dos Santos, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; e, o Sr. Thiago Cardoso Henriques Botelho, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais – ANER. Findas as apresentações, o Presidente abriu a palavra aos senadores presentes, dela fazendo uso o Senador João Capiberibe. Após leitura e debate sobre participações da sociedade recebidas por meio do Portal e-Cidadania, o Presidente concedeu a palavra aos convidados para colocações finais e, em seguida, encerrou a reunião às dezessete horas e vinte minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a transparência e o funcionamento das agências reguladoras federais, em atendimento ao Requerimento nº 2/2015-CTG, de autoria de S. Exª o Senador João Capiberibe.

Informo que a reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos poderão acompanhar os debates e participar com comentários ou perguntas, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço eletrônico: www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número: 0800 612211.

Foram convidados para a presente reunião e audiência o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a quem convido para tomar assento à mesa; também o Sr. João Batista de Rezende, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a quem convido para também tomar assento à mesa; o Sr. José Carlos de Souza Abrahão, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ainda não chegou, está a caminho e o seu chefe de gabinete já o está representando aqui; o Sr. Rafael dos Santos, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a quem também convido para tomar assento à mesa; e o Sr. Thiago Cardoso Henriques Botelho, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, bem-vindo.

Uma vez que os convidados já se encontram no plenário da Comissão e também na mesa, nós já podemos informar acerca da sistemática desta audiência.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará as suas exposições ou sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos à fase de interpelação, por três minutos, pelo Senadores e Senadoras inscritos.

Esta Presidência concederá, se necessário, a cada convidado, mais cinco minutos, além dos dez minutos. Portanto, há um tempo de excesso. Informando a todos que quando a campanha dispara é porque falta um minuto do tempo regimental e teremos mais cinco minutos, aí não há mais campanha, há o Presidente dando o sinal de encerramento.

As participações dos cidadãos serão trazidas à Mesa, pela Secretaria da Comissão, para que sejam lidas oportunamente e respondidas ou comentadas pelos convidados ou Senadores presentes.

Agradecendo a presença de cada um e fazendo aqui um necessário registro, nós obviamente estávamos esperando uma presença maciça de Senadores na audiência pública de hoje, mas devido a fatores extraordinários e externos ao Senado que hoje, mais uma vez, foram anunciados para o País e que se relacionam a toda essa crise que vivemos hoje, crise ética, crise política, crise econômica e tantas coisas mais, nós, certamente, vamos aqui ter uma audiência com a presença de alguns Senadores que já se inscreveram nos livros de presença e de outros que virão.

E também temos o privilégio e a satisfação de poder dizer aos nossos convidados que, através da TV Senado, através do *site* do Senador, esta audiência, obviamente, sempre poderá ser vista por todos os brasileiros e brasileiras que tiverem interesse na matéria. E também vamos contar agora, durante a audiência, com a participação daqueles que queiram formalizar perguntas.

É preciso registrar que esta Comissão, como foi dito no início, está na sua quinta reunião apenas, é muito jovem. Ela nasceu no final do ano passado, graças a uma ação política do Senador João Capiberibe, que muito trabalhou para que esta comissão fosse criada, no âmbito do Senado, como Comissão Permanente. E ela tem uma função muito importante e muito séria para cumprir, que é exatamente contribuir para que a sociedade brasileira conheça, com muitos detalhes e informações, todos os atos, todas as ações de todos os níveis e de todas as áreas governamentais.

E também que esta Comissão contribua para a melhoria da governança pública em nosso País.

Portanto, para apresentar aqui as informações que considerar necessárias, eu passo a palavra, inicialmente, ao Dr. Jarbas da Silva Júnior, Presidente da Anvisa, pelo prazo de dez minutos iniciais.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Boa tarde! Muito obrigado! Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Paulo Bauer, agradecer ao Senador Capiberibe, também aqui presente, e parabenizar pela iniciativa da constituição desta Comissão e desta audiência pública.

Eu tenho plena convicção de que o Senado – até porque é aqui onde se dá todo o processo de sabatina dos dirigentes de agências – é um local importante, onde as agências precisam prestar contas continuamente sobre vários aspectos, seja nas audiências públicas, seja nesta dimensão – que vai ser tratada aqui – de como estamos garantindo a transparência nas nossas decisões, como estamos colocando em prática mecanismos de engajamento e participação dos cidadãos, dos usuários, do setor regulado, e assim por diante.

Creio que isso é uma obrigação nossa, tendo em vista que as agências exercem um poder que lhes é delegado e cujas contas precisam, efetivamente, ser prestadas da maneira mais transparente possível. Agradeço essa oportunidade, em nome de todos os que fazem a nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Eu vou, rapidamente... Sr. Presidente, nós temos vários mecanismos na Anvisa para garantir a transparência e a participação social. Eu não vou passar um por um, porque senão iria extrapolar o tempo. Mas vai do contrato de gestão aos fóruns de vigilância sanitária – que nós temos com Estados e Municípios –; à casa de serviço ao cidadão; ao acesso à internet; ao relatório de atividades no Congresso Nacional – que nós já fizemos três semanas. A última foi no ano passado, na metade do ano. Vamos realizar também este ano. Ou seja, nós temos vários mecanismos de como estamos prestando conta diretamente das nossas atividades.

Vou detalhar apenas alguns deles, porque creio que servem como exemplo do que está sendo feito e do que também, claro, nós estamos pensando em aperfeiçoar. O primeiro é o Programa de Boas Práticas Regulatórias da Anvisa. Entre os objetivos desse programa está a transparência. Ou seja, nós queremos medir também a qualidade da nossa atividade regulatória pela transparência que essa atividade regulatória tem. As diretrizes fortalecem a capacidade institucional, a melhoria da coordenação e o fortalecimento da transparência. Para nós, o tema da transparência está integrado dentro da qualidade da atividade regulatória, não é algo à parte.

A Agenda Regulatória é outro mecanismo importante. A Anvisa tem estabelecido, desde 2009, esse instrumento de tornar pública – depois de um processo de consulta, de debate – uma agenda regulatória para um biênio – começou anual e depois virou bienal –, exatamente para que tanto o cidadão quanto as organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, setor regulado e órgãos de controle saibam exatamente quais são os temas que farão parte do processo regulatório naquele período de dois anos.

Quero registrar e agradecer a presença do Senador Garibaldi. Boa tarde, Senador!

Para construir a agenda regulatória do biênio 2015/2016, nós tivemos mais de seis mil participações, com sugestões de cidadãos, órgãos, entidades públicas e privadas.

Essa agenda regulatória gera um relatório da agenda regulatória. Esse relatório foi, por exemplo, entregue no Congresso, em junho do ano passado, durante a nossa semana, demonstrando, de todos os temas elencados na agenda regulatória, quais tinham sido tratados e quais os resultados daquele tema – se virou uma resolução de diretoria colegiada, se virou uma instrução normativa. Ou seja, qual foi o destino daquele tema. Aí está a imagem da agenda regulatória.

Outra etapa, outra dimensão importante é que todo tema regulatório é precedido por uma iniciativa. Mesmo essa iniciativa, desde 2012, já é aprovada pela diretoria colegiada e publicada no *Diário Oficial da União*. Ou seja, isso também dá previsibilidade ao tema.

Além de estar na agenda regulatória, quando aquele tema já é tratado tecnicamente pela Anvisa e se considera que se pode iniciar o processo de regulamentação sobre aquele tema, primeiro é aprovado na diretoria colegiada. A iniciativa é aprovada no *Diário Oficial da União*. E isso fica também presente no nosso portal da Anvisa, como está ali o exemplo no nosso portal.

Quanto às consultas públicas, depois de iniciado o processo de iniciativa, são uma regra. Nós só não fazemos consulta pública quando se trata de um tema regulatório muito específico ou muito resumido, mas todo tema regulatório com impacto e importância para o setor regulado, para a sociedade, tem um processo de consulta pública, através de um sistema informatizado que garante que as pessoas deem a sua opinião de maneira virtual e façam também um acompanhamento de como se encontra esse processo – aí nós temos uma imagem disso.

E trago dois exemplos: nós tivemos, no ano passado, uma resolução da diretoria colegiada que estabeleceu normas sobre rotulagem de alergênicos em alimentos, ou seja, para aqueles casos em que pode haver algum componente, no alimento industrializado, capaz de produzir alergia. A partir dessa resolução – nós estamos aí em período de implantação dessa RDC –, vai ficar agora transparente, digamos assim, informado na rotulagem. Para essa resolução nós tivemos, na consulta pública, 3.531 participantes, dos quais 88% eram cidadãos dando sugestões, inclusive organizações da própria sociedade civil.

Mais recentemente, nós tivemos uma consulta pública que é parte do processo de reavaliação toxicológica do ingrediente ativo carbofurano, um agroquímico para uso na agricultura. Nós tivemos mais de 13 mil participações de cidadãos opinando sobre o que a agência deveria fazer, dando contribuições. Quanto à fase atual dessa consulta, nós estamos em consolidação.

Todas essas consultas são analisadas, consolidadas e apresentadas para a incorporação ou não, dentro da proposta de resolução da diretoria colegiada de que se está tratando.

Todos os participantes da consulta pública recebem um *e-mail*, informando sobre o andamento do processo de regulamentação da Anvisa. “Olha, quanto a esse processo, para o qual você mandou a contribuição, vai ser apreciado em reunião da diretoria colegiada na data X”, dizendo onde ela pode consultar, para saber o andamento daquele tema.

A análise de impacto regulatório também é outro mecanismo. A Anvisa tem formalizados os procedimentos de análise de impacto regulatório desde 2012. Todos os processos hoje, na Anvisa, passam por essa avaliação, exatamente para se verificar – do ponto de vista não apenas do setor regulado, mas também do ponto de vista do cidadão – qual o impacto daquela norma, o que ela produzirá sobre quem produz o medicamento, um saneante, um alimento industrializado, um cosmético, um produto para a saúde, mas também sobre o cidadão.

Então, todas essas análises regulatórias agora se encontram, inclusive, em processo de aperfeiçoamento, porque nós acreditamos que para calibrar o nosso ambiente regulatório de maneira a garantir produtos para a saúde, medicamentos seguros e eficazes para a população, que é a missão preponderante da Anvisa, esta necessita continuamente que se faça esse tipo de análise, exatamente para verificar qual o impacto, na sociedade e no setor produtivo, que as normas vão propiciar.

O processo decisório, que seria a etapa final, digamos assim, depois da iniciativa e depois da consulta pública, também se dá hoje em caráter totalmente transparente. Todos os processos que envolvem decisão de diretoria colegiada sobre processo regulatório são votados em reunião da diretoria colegiada, em reunião pública, que é transmitida pela internet. Então, qualquer cidadão interessado pode acompanhar, pela internet, todo o desenrolar da reunião, com as manifestações dos diretores e a votação sobre aquele tema.

Além disso, todas as pautas, as atas e as gravações dessas reuniões ficam disponíveis no portal da Anvisa, para consulta posterior dos interessados. Aqui temos só um exemplo no nosso portal, onde essa informação está disponível.

Todos os atos normativos da Anvisa também estão disponíveis no portal da agência, essa divulgação é organizada por temas, nós utilizamos essa ferramenta, a Saúde Legis.

Outro aperfeiçoamento que está sendo realizado durante este ano de 2016 é toda a parte de consolidação e de busca de maneira que tanto para o setor regulado quanto para o cidadão, o pesquisador, a organização da sociedade civil fique facilmente encontrável a norma que diz respeito àquele tema que ele está pesquisando, desde o registro de um determinado produto até como realizar testes de uma determinada maneira, como fazer procedimentos, solicitar autorizações e assim por diante.

No índice global de qualidade regulatória que nós temos na Anvisa, que é alinhado com esse programa geral do Governo de melhorar a qualidade regulatória nas agências, nós já o temos implantado na Anvisa. Dos

35 indicadores que avaliam a qualidade regulatória da agência, 12 tratam de temas ligados à transparência, à previsibilidade e à participação social, ou seja, reforçando também a ideia original de que nós consideramos que isso é parte da nossa atividade.

Aí estão alguns dos indicadores, participação social, acesso à informação e transparência ativa, de maneira que ao nos avaliarmos e colocarmos as metas de aprimoramento, essas três dimensões, o acesso à informação, a transparência ativa e a participação são levadas em conta nesses indicadores.

Nós temos vários canais de atendimento ao cidadão que são disponibilizados pela Anvisa, não vou passar um por um, mas só destaco alguns números que são importantes. Em 2015 a Anvisa recebeu mais de 370 mil protocolos no ano, dando uma média de 31 mil por mês; 82% já são respondidos diretamente.

Pesquisas de satisfação do usuário, que a gente faz continuamente, evidenciam mais de 77% de satisfação com a resposta que foi prestada. O tempo médio de resposta é de 16 dias, está abaixo do que é previsto pela Lei de Acesso à Informação, que é de 20 dias, e nós monitoramos isso continuamente para não deixar esse prazo ser extrapolado. Do total de protocolos, mais de 3800 foram gerados no sistema eletrônico do serviço de informação.

Aqui nós temos outro conjunto de exemplos de conteúdos disponíveis no portal da Anvisa. Consulta de andamento processual: uma pessoa ou empresa que protocolou um pedido de um registro de medicamento X na Anvisa tem acesso pelo portal à fila, ela sabe exatamente a posição em que o processo dela está. Ninguém na Anvisa, nem o diretor-presidente, nem a diretoria colegiada, ninguém pode alterar a fila. A fila é exatamente a que aí está e pode ser consultada a qualquer hora do dia dentro do portal da Anvisa; há até várias outras informações também.

A Ouvidoria da Anvisa atua de forma autônoma, o ouvidor tem mandato estável, e só destaco alguns números importantes. O prazo de resposta é de 15 dias úteis e também está abaixo dos 20 dias. Em 2015 a Ouvidoria recebeu mais de 26.500 manifestações da sociedade e respondeu tempestivamente, dentro do prazo que é preconizado, 89,71%. Esses relatórios estatísticos da Ouvidoria também estão sendo disponibilizados no portal da Anvisa, de maneira que os órgãos de controle, a sociedade, Parlamentares podem acessá-los rapidamente.

Terminando, o contrato de gestão que nós temos com o Ministério da Saúde, que é o nosso Ministério supervisor. Esse contrato de gestão é um instrumento de pactuação de metas e indicadores entre o Ministério e a Anvisa, ele também está, vamos dizer assim, dentro dos nossos mecanismos de transparência porque ele é disponibilizado para as pessoas saberem ao final do período do contrato de gestão tudo o que foi obtido completamente, parcialmente e o que não foi obtido.

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – O descumprimento injustificado do contrato de gestão pode, inclusive, ensejar a exoneração do diretor-presidente da agência, o que eu considero injusto, já fazendo um parêntese aqui. Como as resoluções são de diretoria colegiada, na verdade deveria ensejar a exoneração de todos os diretores, não só do diretor-presidente, mas é importante que o diretor-presidente, como supervisor geral da agência, tenha essa responsabilidade maior.

Esses relatórios de gestão são discutidos com o Ministério todos os anos. Nós temos também um Conselho Consultivo, dentro da agência, de onde fazem parte vários ministérios, fazem parte secretarias estaduais de saúde, secretarias municipais, alguns representantes do setor regulado, a Confederação Nacional da Indústria, do Comércio, comunidades científicas.

Temos também órgãos de defesa do consumidor que fazem parte do nosso conselho consultivo, temos o Conselho Nacional de Saúde e a Confederação Nacional de Saúde. Esse conselho consultivo reúne-se ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, recebe o relatório, discute o relatório de gestão, as metas que a Anvisa alcançou e, numa segunda reunião no ano, ele discute a própria visão geral, estratégica, sobre a Anvisa, no ano seguinte.

Por último, a transparência também em relação ao Poder Legislativo. Esta Casa e a Câmara dos Deputados, como representantes da Federação, da população, têm exercido um papel importante por meio das audiências públicas. A Anvisa tem participado de várias audiências públicas, eu diria que quase uma por semana. Nós estamos aqui, achamos que não é uma carga estar aqui. Creio que, além de ser uma obrigação de todo servidor público, sem dúvida nenhuma é um momento de debate privilegiado sobre alguns temas técnicos importantes que os legisladores, os Senadores e Deputados, têm interesse.

Temos, por iniciativa própria, apresentado esse relatório, ao qual já fiz referência, desde 2006, na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara, e na Comissão de Assuntos Sociais, no Senado. Fizemos, inclusive, uma semana, em junho, de vários temas. Convidamos alguns Senadores, alguns Deputados, para o debate, o que é uma maneira de prestar contas de modo mais interativo, não só enviando o relatório, coisa que fizemos

por escrito para todos os Senadores no ano passado, mas também de possibilitar o questionamento, a crítica, o que pode ser melhorado. E tem toda essa área de informação e educação para a cidadania, que também está disponível no *site* da Anvisa, que acreditamos ser importante.

Não se sabe ainda, concluindo, Sr. Presidente, por parte da população, dos próprios meios de comunicação, qual é o exato papel de uma agência reguladora, por ser uma experiência relativamente nova em nosso país. Nós temos apenas dezesseis anos de existência da Anvisa. Dou um exemplo de um tema polêmico. Muita gente pergunta por que a Anvisa não fez o teste da fosfoetanolamina? A Anvisa não faz teste clínico. Em nenhum país do mundo agência relatoria faz teste clínico. O teste clínico, os ensaios clínicos são feitos pelos pesquisadores, porque querem deter a patente, e apresentam-na na agência regulatória, que a analisa.

Então, solicitar que a Anvisa o faça agora seria como não ter entregado a minha Declaração de Imposto de Renda e estar cobrando da Receita quando vai mandar a minha restituição. Ou seja, o que a agência faz é isso, a agência monitora medicamentos em uso no mercado, o que é diferente. Seguindo uma metodologia científica e aleatória, esses medicamentos são retirados das prateleiras, digamos assim, e submetidos à análise.

Esse é um programa continuado durante o ano, para verificar se, no processo de fabricação, eles continuam mantendo exatamente o mesmo padrão com o qual foram registrados. Essa é a atividade de uma agência regulatória. Então, essa página é importante, essa informação, exatamente para que o cidadão cobre das agências prestação, medidas modernizadoras, cobre transparência, mas cobre dentro das nossas responsabilidades.

Temos também a Central de Atendimento, o 0800, com dúvidas, denúncias, reclamações que são prestadas.

Em síntese, Sr. Presidente, eram essas as informações, agradecendo mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradecemos ao Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior pela sua exposição e damos as boas-vindas ao Dr. José Carlos Abrahão, Presidente da ANS, que agora já faz parte da Mesa.

Com a palavra o Sr. João Batista de Resende, Presidente da Anatel, para a sua exposição.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Boa tarde a todos. Queria agradecer o convite formulado pelo Senador Paulo Bauer e também saudar os Senadores Capiberibe e Garibaldi Alves, presentes neste debate.

Acho também importante que o Senado da República se debruce sobre esse debate, sobre as questões referentes ao funcionamento das agências, porque de fato todos os conselheiros acabam passando pelo Senado no momento de sua sabatina.

Nós temos trabalhado no sentido de ampliar a transparência na agência. Temos trabalhado no sentido de que essa transparência não seja só uma transparência dos nossos atos internamente, mas também que possa atingir o mundo lá fora, quer dizer, possa atingir o mercado, possa atingir os usuários e todos os atores que hoje, de alguma maneira, interagem com as decisões que a agência reguladora toma.

Rapidamente, a Anatel foi a primeira agência a ser instalada no País. Hoje ela está presente em todas as capitais brasileiras com mais de 1,5 mil servidores, tem procuradoria própria, que é a procuradoria da Advocacia-Geral da União, 99,9% dos nossos regulamentos e nossas decisões têm um olhar jurídico, que é o parecer da Advocacia-Geral da União, e nós temos a oportunidade de outorgar, regulamentar e fiscalizar os serviços de telecom e também de administrar o espectro e demais recursos escassos.

É bom dizer que a Agência Nacional de Telecomunicações não tem competência de outorga sobre radiodifusão. Radiodifusão continua com o Ministério. A Anatel só faz fiscalização de aspectos técnicos de radiodifusão. É importante dizer que nem de conteúdo também a Anatel faz qualquer tipo de fiscalização, em relação a conteúdo dos radiodifusores. Na reforma da Lei Geral das Telecomunicações, de 1997, ficou definido então que a Anatel cuida do serviço de telecomunicações, outorga, licitação, procedimentos, mas radiodifusão não. Radiodifusão ainda está vinculada ao Ministério das Comunicações.

Nós temos um panorama – rapidinho – do setor. Temos hoje 43 milhões de assinantes da telefonia fixa, 25 milhões de assinantes em banda larga fixa, temos 250 milhões de assinantes no acesso móvel, e 19 milhões de assinantes de TV por assinatura. Esse setor corresponde a 4% do PIB. São 345 milhões de acessos, hoje, de telecom no Brasil, sendo que, há dez anos, se pegássemos 2003, seriam 35 milhões de acessos. Então, nós temos hoje dez vezes mais equipamentos de comunicação funcionando no Brasil do que há dez anos, isso para ver a dimensão e o trabalho que a agência tem de acompanhar todo esse processo de qualidade ao usuário, atendimento ao usuário.

A agência, como coloquei, tem uma composição de cinco conselheiros indicados pelo Presidente da República e sabatinados pelo Senado. Cada ano vence o mandato de um conselheiro. Os mandatos não são coincidentes, então, cada ano vence um. Isso evidentemente é para dar condição de funcionamento para a agência para não haver uma paralisação. Se trocarem os cinco conselheiros de uma vez, com certeza, haverá dificuldade.

A Anatel tem alguma superintendência, tem o setor de fiscalização e, como eu coloquei, temos uma auditoria interna, temos ouvidoria também, temos procuradoria que funciona dentro da estrutura da agência.

Em relação à transparência, que é, inclusive, um ponto importante deste debate aqui, na Anatel, todos os processos dela são públicos. As reuniões do Conselho Diretor, todas elas são transmitidas via internet e, agora, abertas ao público, abertas com possibilidade de manifestação, de sustentação oral por parte dos interessados. É importante dizer que isso nós adotamos desde o final de 2011. Na Anatel, portanto, digo isso, nós, todas as nossas decisões, todas elas são públicas, transparentes.

Não existe nenhum regulamento que não passe por consulta pública; nenhum regulamento da Anatel. Todos são divulgados em consulta pública.

Nós tivemos um prêmio da CGU (Controladoria-Geral da União), no segundo Concurso de Boas Práticas, de promoção da transparência ativa e passiva, que é em relação ao usuário, e estamos agora no processo final de implantação do nosso sistema eletrônico. Todo processo da Anatel circulará dentro da agência através de meios eletrônicos.

É importante dizer, e evidentemente não provocando as outras agências – ouviu Jarbas? –, que o TCU (Tribunal de Contas da União) reconhece a Anatel como uma das únicas agências que cumpriram os sete itens de transparência estabelecidos pelo Tribunal de Contas, no Acórdão nº 031.996/2013.

O Senado pode, inclusive, buscar esse acórdão, porque nós temos os sete itens de transparência e governança. Nós publicamos anualmente qual o calendário das reuniões da diretoria; todas as decisões, pautas, documentos a serem deliberados nas reuniões públicas e as listas de processos a serem julgados, está tudo lá no sistema. Transmitimos, via internet, todas as sessões deliberativas do Conselho Diretor. Nós temos também, como a Anvisa, registro de atas. Tudo isso está divulgado no sistema, inclusive todas as reuniões. Fica lá um arquivo. Todas as reuniões de pauta, todos os votos dos conselheiros são disponibilizados, publicamente, no *site* da agência. Inclusive, temos também o sistema de acompanhamento eletrônico do processo.

Então, a Anatel vem cumprindo os itens de transparência e governança requeridos pelos novos processos da agência em relação à transparência dos atos praticados.

No relacionamento institucional, só para citar 2015, muito rapidamente, a agência esteve aqui no Congresso Nacional em 30 oportunidades. Mas é bom lembrar que em anos anteriores também estivemos várias vezes, com certeza, participando de debates aqui no Congresso, no Senado, na Câmara dos Deputados. A Anatel sempre se faz presente, inclusive, em Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. A Anatel sempre está presente nesses debates.

Mas também nós temos... Discussão não é só uma transparência para dentro. Nós temos trabalhado para monitorar e empoderar o usuário do máximo de informações possíveis. Hoje, nós temos um aplicativo que já é disponibilizado nos *smartphones*, o *ranking* de qualidade das operadoras ou de localização de antenas. E estamos trabalhando cada vez mais para empoderar o usuário de informações, com pesquisas sobre qualidade, *ranking* de qualidade, como estão se comportando empresas no mercado.

Nós estamos trabalhando no sentido de que se torne mais fácil, evidentemente, a vida do usuário na escolha da sua prestadora. Então, estamos trabalhando bastante na divulgação de dados referentes às operadoras para usuários.

Nós criamos um aplicativo também para reclamações via internet e também via aplicativos de telefones..

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – ...porque não será possível, evidentemente com um universo desse tamanho, haver fiscalização e atendimento individual.

É importante criar ferramentas e tecnologia para que tanto a fiscalização consiga fiscalizar as redes das prestadoras como o próprio usuário tenha acesso e condições.

Nós estamos avançando bastante no número de reclamações pela internet e também agora pelo aplicativo. As pessoas reclamam, o protocolo vale do mesmo jeito, e a Anatel procura entrar em contato com as operadoras para a solução dos problemas reclamados pelos usuários, os principais problemas.

Então, avançar no máximo de informações que empoderem o usuário.

A Anatel também está na página da internet – nós achamos que é o caminho para que haja uma divulgação maior. Nós temos uma página específica destinada ao consumidor. Temos um *call-center* que custa para a Anatel algo perto de 35 milhões por ano, um volume de recursos razoável.

Inclusive, no último Orçamento, o próprio Congresso cortou R\$8 milhões ou R\$ 10 milhões da agência – não me lembro –, e isso, evidentemente, dificulta o trabalho da agência.

Nós temos, hoje, uma média mensal de atendimentos, em nosso *call-center*, de 506 mil pessoas, sendo que metade dessas ligações é de reclamações, a outra metade é de pedidos de informações e pedidos de esclarecimentos à agência.

O *call-center*, para nós, é uma ferramenta importante, pois nos dá o diagnóstico dos principais problemas do setor, a fim de que a Anatel consiga fazer os regulamentos para combater... Muitas das decisões da Anatel em relação a atendimento a consumidor vêm do nosso diagnóstico do *call-center*. Por exemplo, o cancelamento automático. Nós implementamos o cancelamento automático a partir de uma queixa recorrente dos usuários, que dizem que não conseguem fazer o cancelamento automático.

Então, nós temos ampliado esses canais, como também temos uma agenda regulatória, que é divulgada e aprovada pelo Conselho bienalmente, assim como a Anvisa, e trabalhamos no sentido de dar uma previsibilidade também para o setor. Essa agenda regulatória, evidentemente, é importantíssima para que haja o acompanhamento do mercado em relação a quais são as decisões da agência. E é importante dizer que a previsibilidade é muito importante nesse setor, uma vez que bilhões em investimentos estão envolvidos. A gente sabe que o investidor pensa no longo prazo e busca ver que regras estão sendo cumpridas, que regras estão sendo monitoradas, para que não haja nenhum tipo de sobressalto nos investimentos que estão sendo feitos.

Nós também temos o Relatório Anual da Anatel, que nós publicamos e, inclusive, enviamos para o Ministério e para o Congresso. É um relatório de gestão que a Anatel trabalha e todo ano... Estamos aprovando, agora, 2015; por isso que, ali, eu tenho até 2014.

E nós também procuramos analisar o impacto regulatório de todas as nossas decisões. Muitas pessoas, assim como acontece com a Anvisa, às vezes, não entendem muito o papel da agência. Nós somos uma agência que trabalha com várias questões do mercado, tais como: competição, fusão de empresas, anuência para transferência de controle etc. Ou seja, nós trabalhamos com uma série de questões; nós cuidamos e temos todo o interesse em que haja, evidentemente, um excelente relacionamento entre as empresas e os seus usuários, mas a Anatel não é um órgão de defesa, pura e simplesmente, do consumidor. Isso também é feito pelos Procons.

Nós temos o atendimento coletivo dos usuários. Embora nós tenhamos um *call-center* que também atende demandas individuais, essa é uma questão... Inclusive, em muitos países, as agências reguladoras não têm *call-centers*. O Brasil é uma novidade nessa questão de se ter um *call-center* para atendimento. Digo isso porque nós cuidamos de vários outros aspectos, desde a questão do usuário, do consumidor, até as questões competitivas, como fusão de empresas, anuência prévia para transferência de controle, empresas que querem entrar no Brasil, leilões que nós fazemos para vender espectro, ou seja, há uma série de outras atividades. E a Anatel procura – e está fazendo agora – fazer a análise de impacto regulatório, a fim de avaliar quem é atingido pelos regulamentos que a Anatel faz, ou seja, temos que saber de todos os lados: quem será atingido, de que forma, se positivamente ou negativamente. Então, a Anatel tem buscado fazer essa análise do impacto regulatório.

E, por último, nós estamos, agora, construindo, junto com a União Internacional de Telecomunicações, um planejamento estratégico onde nós traçamos alguns projetos estruturantes; e um deles, inclusive, é a revisão do modelo de telecomunicações, principalmente na questão de rever o modelo de telefonia fixa no Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – ...e outras questões mais que nós estamos trabalhando.

Eu acho que vai ser importante este Congresso, inclusive, nessa discussão. Todos nós sabemos que o único serviço, hoje, em regime público regido por tarifa é a telefonia fixa, que tem sofrido uma queda de 8% a 10% dos minutos ao ano, e essa concessão só termina em 2025. O cidadão, hoje, não quer só o telefone fixo; ele quer, basicamente, Internet. E nós estamos com essa concessão que só vai vencer em 2025. Ocorre que, quanto mais próximos ficamos de 2025, menos valor ela vai ter.

Então, nós estamos querendo discutir com o Governo, com o Ministério a possibilidade da mudança da revisão do modelo regulatório na questão da telefonia fixa.

Eu acho que é isso e fico à disposição para mais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado, Dr. João Batista de Rezende. Com a palavra agora o Sr. José Carlos de Souza Abrahão, Presidente da Agência Nacional de Seguridade.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Inicialmente, boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de saudar o Senador Paulo Bauer, saudar o Senador João Capiberibe, saudar o Senador Ministro Garibaldi, os senhores e as senhoras. Desculpem pelo meu atraso, o Ministro nos chamou.

Para mim, particularmente, e para a Agência Nacional de Saúde é um momento muito importante termos a oportunidade de estar aqui prestando as contas que nós, reguladores, temos que prestar ao Senado Federal.

A Agência Nacional é agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde, que atua na regulação, normatização, controle e fiscalização do setor de planos privados de saúde no Brasil.

Tem a finalidade institucional de promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde; regular as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com os prestadores e consumidores –

quero saudar os consumidores pelo dia de hoje, o Dia do Consumidor – e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

As dimensões do setor ou órgão regulador procuram exercer o equilíbrio no relacionamento entre as operadoras, os prestadores de serviço e os beneficiários, que são a razão da nossa existência.

Eu, como médico, de origem, não esqueço sempre que o paciente é a razão de nós existirmos, não só na atividade profissional de saúde como na atividade reguladora de saúde.

A regulação tem que ser assistencial, a regulação econômica, a fiscalização do setor e a indução da qualidade.

A nossa estrutura é uma diretoria colegiada composta por cinco diretores indicados pela Presidência da República, sabatinados aqui no Senado: um diretor de normas e habilitação de operadoras, um diretor de desenvolvimento setorial, uma diretora de fiscalização, uma diretoria de gestão e uma diretoria normas e habilitação dos produtos.

Temos uma câmara de saúde suplementar, em que todas as representações, não só do setor de prestadores, de operadoras, dos órgãos públicos, do Ministério Público, da Defesa do Consumidor estão presentes, e os órgãos vinculados, uma ouvidoria, uma ouvidoria que tem mandato, uma procuradoria que é exercida pelos Procuradores da Advocacia Geral da União, uma corregedoria, uma auditoria independente, também ligada à CGU, e uma comissão de ética.

Com essa estrutura nós temos, além da sede no Rio de Janeiro, doze núcleos de atendimento presencial. São, ao todo, 1.465 funcionários, colaboradores, entre os servidores de quadro efetivo e de quadro temporário, entre os terceirizados e os estagiários. Nos principais Estados onde nós temos a maior demanda, a maior concentração de planos de saúde, de saúde suplementar, então, nós procuramos ter um núcleo presencial.

Vamos, especificamente, à transparência e à participação social que temos buscado. Primeiro, uma autonomia, uma transparência, um controle social e uma responsabilização no aprimoramento das ferramentas regulatórias da instituição.

A cada dia, nós procuramos melhorar as demandas que vêm da sociedade através da construção da agenda regulatória, proporcionando uma regulação mais transparente, mais voltada a um tripé.

Eu digo, primeiro, melhorarmos o acesso da sociedade. Segundo, procurarmos trabalhar fundamentalmente a sustentabilidade, e a sustentabilidade na saúde. Não é só uma sustentabilidade econômico-financeira, mas principalmente a sustentabilidade assistencial, e promover uma atenção de qualidade. Temos incentivado os seminários de integração da instituição com nossos servidores, feito pesquisas de satisfação com a agência nacional e implementação da melhoria da qualidade regulatória, fizemos o guia de boas práticas regulatórias e implementação da análise de impacto regulatório. Todas as resoluções vêm acompanhadas, Srs. Senadores, do impacto regulatório. Fizemos a implementação da política de risco, já vamos para quase três anos com a política de risco dentro da instituição, o planejamento estratégico participativo, a implementação do sistema eletrônico de informações e o mapeamento de processos. A participação social, como eu disse, se dá através da câmara de saúde suplementar, consultas públicas e audiências públicas, câmaras e grupos técnicos, e os parceiros da cidadania.

Bem, vou começar com outra ação, que é a nossa ouvidoria, que nos dá orgulho. Foi uma ouvidoria premiada no concurso de boas práticas da CGU. Temos, a partir de ontem, um servidor de carreira assumindo a ouvidoria, com mandato de dois anos, para possamos ter, primeiro, maior cobertura no atendimento das solicitações que vêm a nós. Em segundo lugar, implementamos, e foi, num primeiro momento, uma dificuldade para algumas operadoras – hoje elas estão entendendo a importância disso – as ouvidorias pelas operadoras. Inclusive, mais adiante, vamos falar do atendimento presencial agora. Hoje, já temos 93% de todas as operadoras no País com ouvidoria e quase que 100% dos nossos beneficiários sendo cobertos por essa prestação.

Os canais de relacionamento com o consumidor, as nossas demandas de informação cadastradas por meio da central de atendimento representam 99,56% do total registrado na Agência. Em 2015, a ANS recebeu 861.782 ligações. A capacidade do Disque da ANS hoje é de atender 150 ligações simultaneamente.

Sabemos que temos que melhorar. Essa é uma demanda, porque lidamos com bem que não se mensura, que é a vida humana, mas estamos trabalhando para que, a cada dia, o atendimento ao nosso consumidor seja melhor. Pelo formulário eletrônico no Portal da ANS, vemos que, em 2015, recebemos vinte mil demandas e os nossos núcleos realizaram sete mil atendimentos presenciais.

Aqui, são algumas medidas de transparência que realizamos no dia a dia, desde o atendimento, desde as nossas reuniões, desde as reuniões que são abertas a todos os núcleos, aos processos que se encontram dentro da página do órgão regulador e o acesso cada dia mais transparente para o nosso consumidor.

A nossa agenda regulatória: neste ano, fizemos uma agenda regulatória de 2016 e 2018, temos uma carta de serviços, temos índices de desempenho da instituição. As atas das nossas reuniões de diretoria colegiada são públicas, estão todas nas nossas páginas.

O tripé de que falamos aos senhores: sustentabilidade, acesso e qualidade é o que...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – ...orienta o nosso dia a dia. A construção dessa agenda foi realizada em uma consulta interna com servidores, foi discutida em uma pré-consulta na Câmara de Saúde Suplementar, e, depois, houve uma consulta pública aberta a toda a sociedade.

As medidas de prestação de contas vão desde os contratos de gestão às contas públicas, aos relatórios de gestão e ao relatório de atividade. E o senhor, Presidente, está recebendo o de 2015, e que nós vamos entregar aos Senadores aqui presentes, e a partir dessa audiência já passa a estar na página da agência; e os relatórios por períodos de gestão e todas as licitações nossas.

Acerca da nossa lei de acesso à informação, tivemos, de 2012 a 2015, 2.669 demandas por meio do e-SIC, o que posiciona a ANS entre as cinco agências reguladoras com o maior número de demandas. E trabalhamos na ampliação, para que essa transparência seja cada dia mais ativa, levando o portal da internet e outros meios de comunicação para o nosso público.

Temos também implementados, a partir deste ano, aplicativos de vários processos, tais como a identificação de prestadores, a autorização de exames, o rol de procedimentos, para que também a sociedade tenha mais acesso.

Como medidas inovadoras, trazemos primeiro a mediação de conflitos. A mediação de conflitos tem trazido uma experiência altamente significativa para a agência. No ano de 2014 – estamos fechando agora o quarto trimestre de 2015 –, foram mais de cem mil demandas. A resolutividade, em 2014, já chegava a 87%; e agora, no quarto trimestre, já está caminhando para 90% dos atendimentos.

Então, nós sabemos das demandas que acontecem nos órgãos de defesa do consumidor sobre a saúde. Mas os nossos canais têm recebido uma demanda bem maior, com uma resolutividade bastante elevada. Essa reclamação tem, no máximo, cinco dias úteis, nos casos assistenciais, e nos casos não assistenciais, dez dias para a resolução.

A melhoria do processo de trabalho do ressarcimento ao SUS. Esse é um assunto em pauta hoje. Nós começamos, este ano, o início das cobranças das APACs, que são os procedimentos ambulatoriais. E eu vou me antecipar aqui: os senhores vejam como temos crescido com a arrecadação do ressarcimento ao SUS. Os números de 2015 estarão fechados até o final de abril e, em maio, já estaremos divulgando esses números.

Quando não há o ressarcimento, há o encaminhamento para a dívida ativa das empresas pendentes. Isso tem aumentado do outro lado esse ressarcimento.

A revisão do rol de procedimentos. O rol de procedimentos se dá a cada dois anos. Então, a cada dois anos, nós implementamos novos procedimentos de autorização para que as operadoras forneçam, liberem para os seus beneficiários. Entretanto, nós podemos, a qualquer momento, implementar um rol extraordinário, como é o momento de hoje, quando temos uma situação crítica da zika, em que está sendo discutida a implementação de certos processos com segurança, apoiados em diretrizes de utilização clínica, que são as chamadas DUTs, dadas pela academia, pelas sociedades médicas, para que possam ser implementadas.

A melhoria do atendimento. A Resolução nº 395 veio trazendo mudanças que aceleraram a qualidade do atendimento.

E agora, para finalizar, eu trago o tamanho desse setor. São quase 50 milhões de planos de assistência médica; 22 milhões de planos odontológicos; são 1.340 operadoras. Temos quase 54 mil planos médicos registrados, com 5 mil planos odontológicos.

O atendimento proporcionado à nossa sociedade, em 2014, foi: 280 milhões de consultas, 10 milhões de internações, 763 milhões de exames complementares, 56 milhões de terapias. Os números do primeiro semestre estão disponíveis também para os senhores. Nos próximos 30 ou 60 dias, teremos o fechamento de 2015. Essa é a ideia da cobertura, que temos de planos de assistência médica por Estados e Municípios no Brasil. Os senhores observem maior concentração na Região Sudeste, maior concentração nas cidades de maior população, de maior empregabilidade, principalmente as capitais e os grandes centros.

Deixo aqui uma lembrança de alguns desafios para os quais toda a sociedade brasileira e o Senado Federal, o Congresso Nacional tem nos ajudado. Esses momentos, Senadores, servem para que possamos discutir a transição demográfica que vivemos, a transição epidemiológica, fruto desse perfil socioeconômico da nossa sociedade, a evolução tecnológica, a inovação que, na saúde, é constante, é diária, e o empoderamento desse

consumidor, porque a cada dia todos nós, como tal, temos maiores expectativas. Temos que trabalhar unidos para que possamos diminuir hoje uma demanda que é a chamada judicialização da saúde.

Portanto, o papel do órgão regulador consiste em regular, mediar, fiscalizar, fomentar esse setor, proporcionando qualidade, sustentabilidade e *accountability* para que possamos garantir o equilíbrio do setor e garantir que o consumidor receba aquilo que adquiriu.

Quero, mais uma vez, em meu nome e em nome da Agência Nacional de Saúde, Srs. Senadores, agradecer a oportunidade de estar aqui. Esta é uma obrigação nossa, dos reguladores, o Dr. Jarbas já falou isso, Dr. João também. Precisamos, cada dia mais, ter essa transparência junto com nossos servidores para construção de um melhor sistema de saúde no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Dr. José Carlos.

Com a palavra agora, também por dez minutos, o Sr. Rafael dos Santos, que é professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – Boa tarde, Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Aperte o botãozinho ali.

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – Boa tarde, Senador Paulo Bauer, Senador Garibaldi Alves, Senador João Capiberibe, autor da proposição desta audiência pública.

Vou apontar alguns aspectos que, no meu entender, devem ser observados nas agências reguladoras, sempre pontuando que algumas dessas questões já estão sanadas em muitas agências, não em outras. Vamos discutir em aspectos gerais, porque, no meu entender, urge a formulação de uma lei geral das agências reguladoras, sem prejuízo das legislações específicas à realidade de cada uma delas.

Vivemos um momento de amadurecimento da cultura regulatória no País. Os serviços públicos regulados no País são equivalentes a aproximadamente 60% do PIB, segundo dados do Ipea. Então, é preciso perceber a importância que têm os serviços regulados.

Uma das questões para o avanço da cultura regulatória no País é que haja mecanismos também que impeçam a contratação de terceirizados para atividades-fim. Particularmente, não me oponho à terceirização de atividades-meio, mas, por exemplo, neste momento há um pregão, na Agência Nacional de Cinema, para contratação de terceirizados para realizar atividades de prestação de contas. Entendo que – sou filho de servidores públicos, sou servidor público de carreira – que as atividades-fim têm que ser reservadas a servidores públicos, a agentes públicos que respondem e, por isso, têm matrícula no Siap. Há a questão da cultura, da memória, da permanência das questões. Então, precisamos impedir que haja uma terceirização das atividades-fim. As atividades-meio não são questão, mas as atividades-fim, sobretudo no serviço público, é algo temerário.

É preciso haver mecanismos, senhores, que impeçam também a coincidência de mandatos, porque a não coincidência de mandatos é um princípio, mas, na prática, em muitas agências, os mandatos acabem sendo coincidentes, como é o caso da Anac agora, que tem duas vagas de diretor a descoberto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – São três, não é? São três a descoberto.

O que ocorre é que os mandatos vencem, o Governo não indica ao Legislativo os novos nomes e, quando vem essa indicação, os mandatos, na prática, são coincidentes. Acaba que os mandatos vencem coincidentemente. São precisos mecanismos que estabeleçam que todo ano haja a troca de um dos diretores e que, se o Governo não indicar um nome para exame do Senado, que o indicado passe a cumprir um mandato tampão, evitando assim que isso aconteça posteriormente.

Há agências reguladoras que, em determinado ano, substituem três diretores. Acaba que, além de você precisar ter uma diversidade na diretoria colegiada, para haver uma pluralidade de opiniões, é preciso que haja a não coincidência de mandatos, exatamente para que a troca de diretores, como alguém aqui já disse, não provoque uma mudança abrupta, uma vez que as agências reguladoras pressupõem também oferecer aos seus regulados uma determinada estabilidade, uma determinada permanência. E, quando a gente tem uma troca abrupta de diretores, isso pode vir a comprometer essa estabilidade – não digo que vá, necessariamente, comprometer.

No caso da Anac, agora, existem questões sérias a serem discutidas – e sou pesquisador da regulação em tese –, inclusive, que dizem respeito à sobrevivência das companhias aéreas nacionais. Isso é uma coisa muito séria! É uma coisa que não se pode admitir que continue acontecendo.

O ideal, então, seria que acontecesse a substituição anual de pelo menos um dos diretores. Eu entendo que o número de diretores deve ser ímpar – cinco. Então, poderíamos admitir que, em um ano, a cada ciclo de quatro anos, houvesse a substituição de dois, e, nos três anos posteriores, houvesse a substituição de apenas um.

O número ímpar é um número ideal, porque a ideia de uma diretoria colegiada é a busca de consenso. Então, por exemplo, existem agências reguladoras que só têm quatro diretores, com o diretor-presidente tendo o voto de minerva. Assim, basta que ele tenha o apoio de um dos outros diretores para que ele acabe tendo uma certa hegemonia nas decisões regulatórias, o que não deve ser desejado, porque o desejado é a busca do consenso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – Vejam bem: repito que não estou dizendo que isso vale para todas as agências.

A ideia é a busca do consenso ou a busca, pelo menos, do diálogo e da ideia de que os diretores também sejam representantes dos diversos segmentos da sociedade e dos setores regulados.

Nós temos, inclusive, agências, como é o caso da Agência Nacional de Águas, que só tem três diretores. Eu acho muito pouco se o princípio é o de um órgão colegiado, de debate e de pluralidade de ideias. Também acho que, acima de cinco, passa a ser excessivo. Acho que, talvez, seja o número ideal, mas essa é uma questão conceitual que nós devemos debater.

É preciso que haja também mecanismos que vetem as reconduções infinitas. Há agências em que o marco legal não veda as reconduções sucessivas. Em algumas, as reconduções são limitadas a apenas uma. Há casos de algumas agências – de uma agência particularmente – em que nós temos um diretor que já está no terceiro mandato e na condição de diretor-presidente. Então, é uma coisa preocupante para a cultura regulatória. Não é uma questão dos nomes ou das pessoas, muito pelo contrário; é algo para o qual nós também devemos ter um mecanismo que vede as sucessivas reconduções. Eu penso que o ideal seria apenas uma recondução, ficando esta pessoa dois anos sem poder voltar à condição de diretor da mesma agência reguladora.

É preciso ter mecanismos, então... Algumas agências, como a Anatel e a Aneel, possuem mecanismos que definem diretores *pro tempore* enquanto o Governo não indica o novo diretor. Mas é preciso que, em caso de não haver a substituição do diretor com a indicação de um nome pelo Poder Executivo, essa vaga seja ocupada de forma *pro tempore* com algum mecanismo republicano que entendo que o Senado e os Srs. Parlamentares são mais competentes e mais legitimados do que eu para propor.

Eu acho que nós devemos valorizar um aspecto que todas as agências vêm tendo realmente: o aprimoramento dos mecanismos de consulta pública. Isso, de fato, vem ocorrendo. A gente vem acompanhando, pelos sites e pelo cotidiano das agências reguladoras, que os mecanismos de consulta pública avançaram muito. Porém, eu entendo que os mecanismos de consulta pública também têm que valorizar os encontros presenciais, as consultas públicas presenciais.

E num País continental como o Brasil, considero que pelo menos uma consulta pública por região da Federação seja ideal. Nós temos, inclusive, Senadores aqui de Estados que não são das regiões centrais do País em termos econômicos e devem compreender exatamente o que eu estou falando. Acho que pelo menos uma audiência pública por matéria em cada região da Federação – uma reunião na Região Norte e outra no Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul – seria algo desejável. Os encontros presenciais são também interessantes sobretudo para manifestação do cidadão, que é o hipossuficiente na relação, para que ele possa formular as suas questões. Até porque, senhores, a função de uma agência reguladora é buscar a mediação também. Mais do que exercer o poder de polícia do Estado, mais do que exercer as atividades inerentes ao Poder Público, também é de buscar consenso, buscar mediação entre os diversos setores de mercado.

Evitar câmaras de conflitos, porque isso, inclusive, permite uma estabilidade para os negócios e permite também uma segurança para cidadania.

Eu entendo que as ouvidorias devem, sim, ser independentes, com mandatos. Isso ocorre em algumas agências e não em outras. Entendo que o ouvidor deve ser um *ombudsman* no sentido que a mídia emprega, com autonomia para realização do seu trabalho, com a necessidade de formulação de relatórios e pareceres com alguma periodicidade, e com independência frente a suas diretorias colegiadas, para que possam efetivamente fazer o que é a função de um ouvidor, ser um contraponto, ouvir, auscultar os diversos setores.

(Soa a campanha.)

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – É preciso pensar seriamente na criação de uma Escola Nacional de Regulação, para disseminar, fomentar a cultura regulatória, cuidar da formação continuada dos servidores dessas agências, mas não apenas, também cuidando da disseminação dessa cultura regulatória na sociedade. Estabelecendo também convênios e intercâmbios com órgãos nacionais e do exterior, para poder aprimorar as melhores práticas dentro e fora do País.

Nós deveremos também pensar essa escola com uma estrutura ágil, não burocratizada, o que pode ocorrer através de convênios com universidades, institutos de pesquisa. Eu mesmo citei o Ipea ainda há pouco. Mas com essa estrutura. E que também possam contribuir para as agências numa questão que é fundamental na atividade regulatória, que é a assimetria de informação entre os mercados regulados e o Poder Público.

Então, quanto mais mecanismos nós tivermos para produção de dados, para produção de conhecimento, para tentar minimizar essa assimetria do mercado – ela existe no mundo todo, é um fenômeno mundial, a teoria regulatória toda trata disso –, seria melhor, porque, quanto mais mecanismos para minimizar a assimetria de informações, melhor para o Estado brasileiro.

Então, a Escola Nacional de Regulação, além da formação continuada dos seus servidores, os servidores das agências, além da sua capacidade de disseminação de cultura regulatória para a sociedade, não é incomum que algumas autarquias ofereçam, inclusive, programas de mestrado e doutorado.

É uma coisa que seria salutar. O IBGE, por exemplo, tem um curso de Estatística que é muito bom. Nós poderíamos pensar essa estrutura, mas também não entendo que a Escola Nacional de Regulação tenha que ter uma estrutura engessada, burocratizada. Ela pode ter uma estrutura leve e ágil e que possa funcionar, inclusive, através de convênios e parcerias, não exatamente sendo uma nova autarquia.

Eu acho que seria interessante pensarmos isso.

Nunca é demais lembrar que os serviços regulados, além de as agências reguladoras cuidarem da regulação econômica, as suas decisões têm um impacto regulatório que atinge direitos e garantias fundamentais. Nós temos impacto ambiental, por exemplo, no setor de energia, no setor de petróleo, no setor de água; nós afetamos direito à saúde – nós temos duas agências na área de saúde, a ANS e a Anvisa; nós afetamos o direito de ir e vir. Quantas agências nós temos que cuidam da questão de transporte: aviação, transporte terrestre, transporte aquaviário! Os direitos dos consumidores, que também são inerentes à cidadania. Muitas vezes, o que me preocupa é que, no debate regulatório, nós reduzimos a discussão das agências reguladoras apenas ao aspecto econômico, que é fundamental e é importante, mas a gente não deve reduzir o debate somente à questão econômica, porque existe a questão da cidadania presente também. A questão ambiental está presente em todos os aspectos.

Lembro que as agências reguladoras integram o Sistema Nacional de Defesa da Concorrência e trabalham em conformidade e em conjunto com o Cade. Isso é importante ser dito.

Acho que um bom exemplo de transparência é um *site* mantido pelo governo dos Estados Unidos, o *regulations.gov*, um *site* muito interessante, porque todas as práticas regulatórias e todas as atividades inerentes à regulação das agências reguladoras dos Estados Unidos estão presentes nele. Para além do que os *sites* de cada uma das agências individualmente divulgam, existe uma centralização também dessas atividades, o que na realidade é um *link* para cada agência. Isso permite, inclusive, aos pesquisadores, aos cidadãos entenderem o estado da arte da regulação como um todo. E eles, inclusive, podem estabelecer comparações entre as agências, o que é algo interessante.

É de fato importante, sem prejuízo da legislação específica, pensarmos seriamente a questão da lei geral das agências reguladoras. É preciso haver um marco comum, porque, muitas vezes, essas disparidades em número de diretores, em alguns critérios, são complicadas. Mas entendo que essa lei geral das agências deva ter um critério flexível e comportar as legislações específicas.

No atual momento, no último dissídio da categoria, os servidores das agências reguladoras conseguiram o reconhecimento como servidores de Estado, pelo regime remuneratório de subsídio. Eu compreendo que essa lei deve ser aprovada, esse reconhecimento; é um absurdo que servidores que trabalhem estabelecendo pareceres e análises se vejam submetidos a uma punição pecuniária na sua gratificação de desempenho por realizarem um serviço republicano que é emitir parecer.

Sem nenhuma negação, sem nenhuma não aceitação do poder discricionário dos dirigentes das agências reguladoras, é preciso apostar na autonomia dos servidores e na independência para que eles possam emitir seus pareceres. Vou dar um exemplo: há um servidor da Agência Nacional do Petróleo, o Pietro – o Thiago conhece –, que emitiu um parecer um ano antes da OGX quebrar, dizendo que a empresa não tinha viabilidade. E esse servidor foi perseguido.

(Soa a campanha.)

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – Esse foi um fato público e notório. Foi noticiado amplamente na imprensa. E ele poderia ter tido, inclusive, uma redução de 20% dos seus vencimentos por causa do atual regime remuneratório das agências reguladoras, o que é uma coisa complicada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – Ele mereceria um prêmio, Senador.

Imagine se a gente tiver servidores terceirizados estabelecendo esses pareceres, como é o caso atual da Agência Nacional do Cinema na questão da sua coordenação de prestação de contas.

Queria encerrar, agradecendo o convite. E estamos aí para as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado, Professor Rafael.

Em seguida, em homenagem à nossa brevidade e ao tempo, passo a palavra ao Sr. Thiago Cardoso Henriques Botelho, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (Aner).

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – Obrigado, Senador Paulo Bauer, pela oportunidade. Estar aqui é muito importante para gente poder falar pelos servidores e participar desse debate.

Saúdo o Senador Capiberibe e Senador Garibaldi.

As agências são órgãos bastante recentes dentro do Estado brasileiro e vêm fazer uma transição de um Estado executor para um Estado regulador. Inclusive algumas agências como a Anatel e ANP têm previsão constitucional; então, não é tão simples tirar. São órgãos de Estado, não são órgãos de governo. Por isso elas precisam ser perenes. O próprio Presidente João Rezende já passou por quatro ministros. Porque as agências são perenes e o mandatos têm estabilidade. Então, a gente precisa fortalecer e, cada vez mais, entender o papel institucional das agências reguladoras, com mais força, inclusive, do que os próprios ministérios nessa parte institucional.

O papel das agências reguladoras, no nosso entendimento, é de indutor do Estado. O Senador Paulo Bauer, no início, falou da crise, de mais um capítulo da crise política e da crise econômica que vivemos, e o Governo falha, mais uma vez, no nosso entendimento, ao não fortalecer o papel das agências reguladoras. Esse é um instrumento... Olhar para a microeconomia, fazer com que consigamos desenvolver os mercados por conta das agências. É fundamental. As agências devem ter o poder de atuar no mercado que regulam, ter a capacidade de garantir a estabilidade regulatória, por isso vamos atrás desses mecanismos, como o mandato não coincidente, conforme o Professor Rafael colocou, ter a capacidade de fazer essa atração de investimento e tem que ter essa estabilidade regulatória, o que faz com que o empresário tanto nacional quanto internacional tenha capacidade de investimento e tenha segurança para poder colocar o dinheiro no País.

Imaginem se a todo momento mudássemos as regras de concessão, mudássemos as regras. Isso geraria um problema, uma instabilidade, uma insegurança jurídica muito grande para os investimentos e para o desenvolvimento do País.

Portanto, é papel das agências fazer o desenvolvimento de cada mercado micro. E estamos falando aqui de 60% do PIB, petróleo, telecomunicações, energia elétrica, água, saúde. Assim, é importante fortalecer as agências nesse aspecto.

Para tanto, precisamos atuar nas falhas de mercado, corrigir as falhas de mercado, evitar o abuso do poder econômico, e fazer esse equilíbrio entre Governo, empresa e consumidor. Por isso, o papel de Estado. Não podemos ter agências fazendo papel de Governo com ação arrecadadora, como acabamos vendo. A Anatel, hoje, vem sendo instrumento de arrecadação. Arrecada-se bilhões literalmente e não conseguimos ter R\$400 milhões de orçamento.

Da última vez comentamos sobre mais um corte de R\$35 milhões dentro do orçamento que é gasto no *call center*. O que são R\$35 milhões frente aos bilhões que são arrecadados anualmente? Então, temos essa questão. Ou seja, precisamos ter uma agência forte, com servidores capacitados, preparados para que possam desempenhar esse papel de Estado.

Esse é o motivo de serem desenhadas como autarquias especiais. E aqui trago a legislação das três principais. Todas elas repetem a característica de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, principalmente a gestão financeira, que hoje não ocorre. Temos os orçamentos vinculados aos ministérios. Então, após passar pela briga do orçamento ainda tem a briga com o ministério, porque depende do ministério liberar.

É muito complicado se falar de autonomia administrativa com quem paga as contas. Sabemos de casos em que há forçação de barra para nomeação de determinados cargos comissionados, há problemas de cessão de servidores para determinados ministérios senão o ministério não libera o concurso. Enfim, há vários desses quesitos. A independência administrativa não se dá só na nomeação e na estabilidade dos conselheiros. É preciso ter também a autonomia financeira.

Recentemente, começou a tramitar na Câmara um projeto do Deputado Edinho Bez fazendo essa desvinculação. Para nós é fundamental que o orçamento das agências possa ter uma conta específica, uma conta vinculada no orçamento para não ter mais essa dependência dos ministérios que existe hoje.

Ainda na questão da transparência e governança, temos a questão das escolhas de diretores e dos comissionados em geral. Hoje ainda há o processo complicado de indicação. Alguns nomes que são notórios, enfim, parentesco, problemas complexos, que acabam ficando na agência porque têm mandatos fixos. E os cargos comissionados em geral, porque também não adianta termos um corpo técnico qualificado somente no chão de fábrica, sem ter acesso aos cargos de gestão mais acima.

A difusão da análise de impacto regulatório é um tema que é fundamental. Nesse sentido, novas audiências e consultas públicas se farão necessárias para aprofundar esses mecanismos. A análise de impacto regulatório significa mensurar em cada regulamento, em cada ação que a agência pretende tomar em cima do mercado, uma análise de custo e benefício, falando de forma bem simples aqui. Sendo que o básico é não fazer nada, porque às vezes uma atuação do regulador pode causar prejuízo ao mercado. Então, é preciso que esses mecanismos estejam instrumentalizados, estejam aprofundados e não apenas na regulamentação em geral, como um todo; eles têm que estar sendo aplicados.

E, aí, eu volto aqui ao que o Professor Rafael comentou quanto a, nas audiências públicas, poder haver esse debate presencialmente. A Anatel fazia bastante isso, mas, hoje, por falta de recursos orçamentários, não consegue mais fazer. É preciso que a regulação saia de Brasília e vá aos Estados para poder discutir.

A implementação de planejamento de longo prazo. Saiu, recentemente, um relatório do TCU, e a única agência hoje que tem um planejamento de longo prazo é a Anac. Algumas estão caminhando nesse patamar, mas é preciso aprofundar e dar um tratamento sério nesse assunto para que a gente possa, como órgão de Estado, ter um planejamento daquilo que nós queremos para aquele setor e possamos avançar nessas questões.

É preciso evoluir nesta questão de divulgação, divulgação de *rankings* de empresas. Essa transparência é fundamental para que o consumidor consiga ter acesso às regras, à regulamentação a que ele tem direito, e consiga perceber quais são as melhores empresas de cada setor para que ele possa ter opção de escolha. É importante que ele possa fazer a escolha, mas ele precisa estar bem orientado para saber que tipo de escolha ou qual escolha ele vai tomar.

Na questão da governança é importante colocar esses mandatos não coincidentes. E não precisa reinventar a roda: o regimento da Anatel é perfeito quanto a isso, pois todo dia 5 de novembro, aniversário da Agência, vence o mandato. Havendo indicado ou não havendo indicado, no dia 6 começa-se a contar o prazo. Então, se demorou-se um ano para ser indicado, o Conselheiro entra com menos um ano de mandato – não é? Enfim, é assim e isso a gente defende que seja, inclusive, aprofundado e ampliado para as demais agências, porque isso garante a estabilidade regulatória, isso faz com que a agência não mude de uma hora para outra. Outro dia, eu conversava com o Presidente do Sinal, o pessoal do Banco Central, e eles estão com uma PEC tramitando aqui pela autonomia do Banco Central, e eles defendem lá que se mude toda a diretoria, pois entendem que o Banco Central faz a política fiscal e, aí, não dá para deixar o Governo refém, na visão deles. Na nossa visão, nesses mercados regulados, de investimentos de longo prazo, de maturação com concessões de 25, 30 anos, é preciso haver essa estabilidade, é preciso que se mude, no máximo, um por ano.

A subordinação dos órgãos técnicos...

Bom, a falta de recursos orçamentários que já se colocou.

A questão da subordinação dos órgãos técnicos. Algumas agências têm uma prática, que no nosso entender é nociva,...

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – ... que é a vinculação da diretoria a determinado segmento. Isso é muito complicado e faz com que não haja o debate no conselho como deveria haver. Pode-se ficar ali com um risco de captura de determinado diretor e se criar feudos nas agências. Então, isso não é aconselhável, e a gente precisa ter uma regra que padronize, para acabar com essas questões desses feudos.

E estabelecer um programa de ouvidoria. No organograma, ouvidorias e conselho consultivos em todas as agências. Isso ainda não é uma prática para todas. Então, a gente precisa ter, também, uma padronização nesses quesitos.

Eu queria falar, um pouco, das dificuldades de cada agência aqui presente e que são reflexos desses índices que nós acabamos de colocar. São exemplos daquilo que a gente colocou como dificuldade.

Na ANS, a gente tem um problema muito sério de instabilidade regulatória. De 2009 para cá, a gente tem uma média de 44 modificações de regimento interno. Então, praticamente, o regimento interno na ANS muda de dois em dois meses. É impossível um ente ou uma concessionária entender. A estabilidade ali fica perdida, pois é, toda hora, todo mês, mudando e mudando.

Outra questão que a gente fica incomodado, agora, foi a implementação da Resolução Normativa RN nº 388, do ano passado, que permite desconto de até 80% do valor das multas. Foi uma questão em que, nosso

entendimento, dos servidores, não houve o devido debate com a casa, o devido debate para poder se colocar as mudanças, os impactos no mercado, e permitindo um desconto muito grande. Então, no nosso entendimento, tecnicamente, isso não é o mais adequado porque se vai fazer um incentivo ao descumprimento da regulamentação. Ou seja, a prestadora só vai ter o incentivo de cumprir aquela determinação regulamentar após ser identificada a infração. Então, isso é uma questão que tem nos preocupado bastante, e precisamos avaliar.

A questão da Anatel. É pública, é notória a dificuldade orçamentária, *vis-à-vis* ao que é arrecadado. Aqui a gente tem, no gráfico, o que foi arrecadado anualmente, e a linha vermelha é o gasto da Anatel. Então, em média, a gente pode botar que existe 8% de gasto daquilo que é arrecadado.

Ali, a gente tem, na questão dos fundos, de 1999 a 2005: o Fistel arrecadou R\$82 bilhões; o Fust, R\$19 bilhões – num total de R\$100 bilhões arrecadados, sendo que somente 6,2% desse valor foi gasto.

E eu estava aqui, na semana passada, na audiência do Aurélio para a ANP, e o Senador Flexa Ribeiro fez uma colocação, perguntando se o orçamento era suficiente, porque, se o orçamento de R\$400 milhões da Anatel é suficiente para ela dar conta do que ela tem que fazer – e eu acho que não é –, precisamos, então, discutir a redução de taxas de fiscalização. Ou não: precisamos dar mais orçamento para que a Agência possa fazer o trabalho que ela tem que fazer.

Outra dificuldade que nós temos é com a escolha de cargos comissionados. Recentemente, houve, na mídia, notícia de interferências indevidas de ministérios em cima de cargos comissionados da Anatel. A gente não acredita nessas questões, mas, de qualquer maneira, é preocupante. Existe um instrumento de blindagem institucional já no regimento interno da casa. E a gente precisa avançar nessa questão para que o processo seletivo para os cargos de gerência geral, de gerência, de superintendência seja colocado e ampliado, dando-se transparência também para esse processo. É louvável o esforço que a Anatel fez para poder dar transparência às reuniões, transmitidas pela internet, com publicação de voto a favor, de voto contra, mas é preciso também avançar para a área meio e sair da área fim – as questões administrativas, ainda, não são discutidas em aberto e, então, a gente precisa também avançar sobre esse ponto.

Por fim, a questão da Anvisa, aqui. Nós, hoje, temos, no nosso entender, uma gestão inadequada na questão dos técnicos em regulação, especificamente falando. Com a demanda excessiva que nós temos em cima da Anvisa...

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – ... os técnicos, que têm competência legal para fazer inspeção, para fazer fiscalização, não estão tendo a oportunidade de fazer isso. Então, fica-se com uma mão de obra – competente para fazer as fiscalizações – sem poder desenvolver as suas atribuições.

Na questão desse processo organizacional, a gente entende que houve um retrocesso ao se sair de uma diretoria colegiada para uma diretoria vinculada, existindo, então, nichos para cada diretor. E isso, no nosso entendimento, facilita a questão do problema de captura, porque a ideia do colegiado é, não só a formação de consenso, mas é dificultar que exista uma pessoa mandando numa determinada área. É preciso acabar com a decisão monocrática, e, quando se coloca uma diretoria vinculada a determinado tema, permite-se que essa prática volte a ser adotada.

E a falta de transparência e a morosidade em alguns assuntos, a gente vê dois exemplos: esta questão da fosfoetanolamina, que agora a Câmara aprovou; e existe um PLS tramitando aqui na Casa, também, para poder falar de competências que nós entendemos que são da Anvisa, que precisam ficar na Anvisa, mas a Anvisa precisa ter mais celeridade, mais transparência e mais ações – para que as competências das agências reguladoras não acabem sendo usurpadas ou tomadas por outros entes.

E, por fim, deixo aqui as nossas contribuições. Existe o PLS nº 52 que está tramitando aqui e que está na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, pois estava na Agenda Brasil. Ele tem pontos falhos que precisam ser revistos. Um deles é a retirada do poder das agências para concessões – que voltaria para os ministérios. Para a gente, é um retrocesso gigante, mas o PLS tem, já, a oportunidade... Lá, também, fala-se em contas específicas, no Orçamento, para as agências. Então, é preciso avançar em outros pontos como: a normalização do número de diretores, sendo cinco para todas as agências; os mandatos não coincidentes e fixos, com data de início e fim fixas; a abertura das reuniões das agências, pois todas as agências precisam ter essas reuniões abertas, transparentes, com os votos contra e a favor sendo consignados e deixados para o debate *a posteriori*, e a instituição das ouvidorias e dos conselhos consultivos. Isso precisa ser normatizado, e esse PLS que tramita aqui, na Casa, é uma grande oportunidade para isso.

Essas são as minhas contribuições.

Fico à disposição para perguntas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Inicialmente, quero registrar que recebemos da ANS – o Presidente o trouxe – o relatório de atividades do ano de 2015, que, pelo que já soubemos, estará à disposição no *site* da própria agência e também estará disponível aqui, nesta Comissão.

Também quero registrar que acabo de receber a informação de que o projeto de lei que pretende criar a Lei Geral de Organização das Agências Reguladoras, de autoria do Senador Eunício Oliveira, está na Comissão de Desenvolvimento Nacional, criada nesta Casa exatamente para dar celeridade a importantes projetos de lei de interesse nacional, e se encontra como projeto a merecer a relatoria do Senador Blairo Maggi.

Informo aos Presidentes aqui presentes, que acompanham esta reunião, que temos tido muita celeridade e muito avanço em vários projetos estruturantes do País na Comissão de Desenvolvimento Nacional.

Portanto, aquele ritual de análise e aprovação em duas ou três comissões do Senado é substituído pela análise em uma só. Naturalmente, com um pouco mais de celeridade, nós podemos encaminhar um projeto para o Plenário ou mesmo para a Câmara dos Deputados, onde ele também será apreciado.

E vejo que esse projeto de lei trata de interação das agências reguladoras, de alteração da gestão de recursos humanos das agências reguladoras e, inclusive, da questão de funcionamento ao propor que seja firmado contrato de gestão com o ministério a que ela estiver vinculado.

Externando meu ponto de vista, quero dizer que sou absolutamente contra qualquer contrato de gestão, porque acho que agência reguladora tem que ter sua própria receita e sua própria despesa e que é preciso tornar isso transparente para a sociedade, pois ela não deve depender de recursos públicos para seu funcionamento, mas deve depender da remuneração dos serviços que presta à sociedade e da própria receita que aufera com isso. Esta é uma posição pessoal. Não ouvi a Bancada do meu Partido e não tenho condição de discutir a matéria, mas faço menção ao fato porque uma das coisas que eu iria perguntar aos nossos Presidentes aqui e que até, naturalmente, posso pedir a eles que comentem, se acharem conveniente, é porque temos essa vinculação orçamentária, de caráter financeiro em relação aos ministérios. Isso tira a independência, sem dúvida nenhuma, da agência, dá a ela uma mobilidade menor e a torna dependente, sendo que ela deve ser independente.

E aproveito para fazer minha primeira pergunta. Apenas o Presidente da ANS, já que estamos falando de transparência e de governança, mencionou alguma coisa, muito brevemente, sobre a transparência das contas da agência. Eu quero perguntar aos Presidentes presentes como se faz a transparência das contas de cada agência para a sociedade. A sociedade tem como saber, permanentemente, quanto a agência arrecadou em multas, quanto arrecadou em taxas, quanto ela teve de despesa de folha, quanto ela teve de despesa de serviço de fiscalização? Eu não sei. Não foi comentado aqui pelos demais, mas apenas pelo Presidente da ANS, que não mencionou detalhes, falou apenas genericamente. Então, já deixo feita a pergunta.

A segunda pergunta que faço é especificamente para o Presidente da Anvisa. Como o tema é bastante importante, eu ouvi na sua exposição que se está fazendo uma consulta pública, para se ver a menção sobre a inscrição ou sobre a identificação de produtos nos medicamentos que são considerados, como esse de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não, não são os inibidores de apetite, mas esse negócio de alérgicos.

Pergunto e justifico: aqui, no Senado, tramitam vários projetos tratando do mesmo assunto, ora para colocar num produto alimentício, ora para colocar no produto medicinal.

Um desses dias, vi aqui um debate sobre se mencionar nas caixas de medicamento se ele tem alguma coisa relacionada a açúcar, para evitar que ele seja consumido por diabéticos, embora isso já conste em todas as bulas. Agora, não sei se a Anvisa também se manifesta em relação a alimentos, como, por exemplo, a lactose. É um projeto meu e diz respeito a alimentos, não a medicamentos. Não sei se a Anvisa entra ou não entra nisso e se isso é mencionado nessa consulta.

Com relação à Anatel, quero fazer aqui apenas uma pergunta. Nós temos, no Brasil, correndo nos PROCONS e no Judiciário, milhões de processos de usuários contra as empresas de telecomunicações, principalmente. A Anatel faz um acompanhamento disso? Ela tem uma central de informações que possa ser consultada? A pessoa que quer saber quantos processos há em relação a essa ou àquela realidade ou situação tem como obter essa informação junto à Anatel?

Devo fazer essa observação ao senhor dizendo que não há dia, na vida de um político, neste País, em que ele não escute pelo menos um cidadão fazer duríssimas críticas à Anatel e às empresas de telefonia, por exemplo, pelo péssimo serviço que elas prestam no País, aos olhos daqueles consumidores que se sentem prejudicados pela falta de sinal ou pela fatura muito alta que chegou... Não estou dizendo que eles tenham razão

ou não, mas apenas digo – e me permito fazer esta sugestão – que deveria haver uma central de informações para isso, para que a gente, obviamente, pudesse trabalhar melhor.

Outra pergunta: quando as empresas de telefonia instalam torres e fazem serviços de expansão, elas comunicam à Anatel ou consultam a Anatel? Se sua resposta for positiva para uma ou para outra, quero saber se a torre colocada num Município do interior de São Paulo, perto de um sítio muito conhecido, era ou não era do conhecimento prévio da Anatel.

Por outro lado, na questão da ANS, faço uma pergunta sobre outro assunto que diz respeito às operadoras de saúde Brasil afora. Também é diária a reclamação de pessoas que pagam seu plano de saúde e, quando pedem para ser agendada uma consulta, recebem a resposta de que a consulta foi agendada para daí a três, seis ou nove meses. Eu posso dar exemplos pessoais. Não preciso nem citar exemplos de terceiros. Dou exemplos da minha família. Isto é algo inconcebível. Quer dizer, se o plano de saúde, que é fiscalizado pela ANS, não tem a eficiência, ele deve ter alguma fiscalização que exija dele essa eficiência, porque essa operadora ou esse plano de saúde cobra pelo serviço.

Quero, finalmente, dizer que, pelo nosso *site*, nós recebemos duas perguntas, uma de Melânia Barbosa e uma de Ricardo Moll, os dois do Distrito Federal, sobre a questão da fosfoetanolamina, um nome complicado para uma doença também muito complicada. A Melânia pergunta se é verdade que existe um medicamento importado, já liberado pela agência, que contém a mesma substância e o Ricardo Moll pede que a Anvisa aprove esse medicamento, que é necessário que seja feita uma pesquisa clínica.

O senhor já respondeu a respeito na sua exposição, mas eu queria lhe fazer uma pergunta de outra forma. Como o senhor vê essa questão ser tratada por uma lei que está tramitando aqui, na Casa, e que já foi aprovada na Câmara dos Deputados, fazendo com que seja dispensada essa pesquisa clínica, pelo menos na modalidade e na regra que vem sendo adotada ao longo dos últimos anos aqui, no País?

Portanto, essas eram as minhas colocações, os meus questionamentos, que eu pediria que respondesse para, depois, também passarmos a palavra ao Senador Capiberibe, que também já tem as suas perguntas e questionamentos anotados.

Por favor, Dr. João.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Posso começar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pode.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Bom, vou responder, vou tentar lembrar... Se eu passar, a gente coloca as questões de novo.

Em relação à questão do orçamento, é bom dizer que, quando foram criadas as agências reguladoras, o Congresso Nacional não estabeleceu autonomia financeira para as agências. Isto tem que ficar muito claro, porque isso é uma responsabilidade do Parlamento, porque, quando você cria no Orçamento Federal que não é divisível... Ou seja, a Anatel, como qualquer agência, é vinculada ao Ministério. Isso é o que está na lei. A legislação faz isso. Ou seja, o Orçamento não deu essa previsibilidade de que as agências tenham autonomia financeira. É só para colocar isto, do ponto de vista... Está escrito, mas, evidentemente, a Agência é ligada ao Ministério. Inclusive, a Agência não é nem uma unidade orçamentária. Quem conhece o orçamento sabe que, se a Agência fosse uma unidade orçamentária, nós discutiríamos nosso orçamento, os contingenciamentos diretamente com o Ministério do Planejamento, com a SOF. Mas, evidentemente, as agências fazem parte da estrutura dos ministérios. Então, isso só pode ser mudado, na minha visão, por lei.

Também não acho que as agências reguladoras tenham que ter autonomia financeira total, porque acho que há um órgão de governo que tem que definir o orçamento. Não há como acharmos que os funcionários da agência se sentam lá, fazem o orçamento e mandam, e o Governo aprova. Acho que não é esse o intuito. É preciso haver, como já há, uma série de fiscalizações em relação a isso.

Em relação à prestação de contas, nós prestamos contas. No nosso relatório está a arrecadação, a despesa com pessoal, a arrecadação de multas... Tudo isso é divulgado. As últimas duas prestações de contas da Anatel a Controladoria-Geral da União aprovou sem ressalvas. Agora, a CGU manda essas contas para o Tribunal de Contas da União. Então, nós fazemos todas as nossas prestações de contas.

Em relação à questão da instalação de antena, é bom que se diga que na Anatel é autocadastramento, porque, na verdade, a responsabilidade pela instalação das antenas é das operadoras. Elas vão aos Municípios e pedem autorização ao Município para instalar a antena, porque nós sabemos que, na estrutura federativa brasileira, o uso do solo é de responsabilidade do Município. Portanto, o Município autoriza a instalação da antena e a operadora cadastra no *site* da agência que vai instalar uma antena em tal ou tal lugar. A Anatel não estipula o local de instalação da antena. O que nós exigimos é cobertura conforme está no edital. Ela tem que cobrir 80% da área com o sinal de telefonia. Então, nós trabalhamos com autocadastramento, o que é impor-

tante, porque nós temos milhões de antenas instaladas no Brasil. Se nós fôssemos autorizar pessoalmente em cada Município, sinceramente, seria impraticável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – A Anatel está salva hoje, portanto.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Não, não estamos, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não, dessa questão que muitas vezes a imprensa levantou. E eu fico até...

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – É evidente, porque isso é outra exploração política, e eu não quero entrar nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... satisfeito com a sua resposta. Mas é bom nós sabermos. É transparência.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Mas a responsabilidade para determinar a instalação de antena é do Município. Aliás, a estrutura federativa fala que o uso do solo é competência do Município. Então, a operadora tem que pegar as licenças de meio ambiente, tem que pegar as licenças do Município e ir lá e instalar a antena. Para nós, quanto mais antenas, melhor. Para o usuário, quanto mais antena, melhor. Se fosse uma antena a cada cem metros, melhor ainda, porque nós teríamos uma qualidade de serviço excelente. Então, nessa questão, nós trabalhamos isso.

Em relação ao nosso atendimento, nós temos, como eu coloquei, 500 mil ligações por mês à Anatel para discutir a questão da qualidade do serviço, e nós damos retorno em cinco dias para 90% desses problemas. Agora, não temos e achamos que nem deve ser... O Procon tem o trabalho dele, e a agência tem o trabalho dela. Trocamos informações, e muitas medidas que a agência toma, ela o faz em conjunto com os órgãos de defesa do consumidor. Mas eu diria que o setor, Senador, vive um conflito positivo, porque, se não tivéssemos a quantidade de serviço que existe, não teríamos reclamações. Se olharmos a reclamação um para cada mil usuários, estamos, como quase todos os outros serviços, massificados: cartão de crédito, plano de saúde, questões ligadas à aviação também; ou seja, é um conflito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Esse é o número 1?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – A Anatel está com nove para mil, para cada grupo de mil.

Então, nós temos na Anatel hoje, registrados em reclamação sete milhões de CPFs. O total de pessoas com serviço de telecom chega a cem milhões de CPFs. Então, temos 7%. É evidente que temos dificuldade hoje nos *call centers* das empresas e não só de telecom, digamos de passagem em outros setores, dificuldade de atendimento. Até, às vezes, questão de qualificação de mão de obra. É uma questão muito complexa.

Qual foi a outra questão? Da arrecadação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de fazer um adendo a essas questões, para que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... o Presidente da Anatel possa nos responder.

Veja, Presidente, a demanda do Senador Paulo Bauer é no sentido de se explicarem os gastos internos da agência.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Sim, mas nós temos os relatórios que publicamos todos os anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Publicam onde?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Publica no Relatório de Gestão Anual da Agência, enviado para a Controladoria-Geral da União e para o Tribunal de Contas da União. Todas as agências são fiscalizadas, como qualquer outro órgão. E é público.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – As agências não são obrigadas a cumprir a legislação federal?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Claro!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Então, a Lei Complementar nº 131 obriga todos os entes públicos a exporem suas receitas e despesas em tempo real na internet.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Mas nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Onde tem isso?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu procurei aqui. Estava aqui navegando no portal e tive a maior dificuldade. Não encontrei nem da Anatel e nem da Anvisa; um *banner* lá com o portal da transparência, que detalharia todas essas despesas, as despesas internas.

Os fundos da telecomunicação realmente são fábricas de dinheiro. Então, às vezes, de 1999 até 2015, já arrecadou R\$100 bilhões. Desse valor, a agência usou 6,2%. É verdade que tem muito dinheiro e tem muita dificuldade para se estruturar por falta de um orçamento mais adequado.

Mas isso eu gostaria que respondesse apenas em relação à Lei Complementar nº 131, de 2009, que é exatamente esta obrigatoriedade de expor suas receitas e despesas. Aí, aproveito e já pergunto para todas as agências.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Nós temos e inclusive vou mandar para o senhor todo esse acompanhamento de publicação de receitas e despesas. Aliás, qual é a nossa receita? É a transferência que o Orçamento do Ministério faz para nós. Não temos receita própria. Toda receita da Anatel cai direto no Tesouro. Então, é importante dizer que a Anatel não tem um caixa com receita própria. Toda receita da Anatel, quer o pagamento de uma obrigação, quer uma despesa administrativa, quer uma grande licitação, como foi feita no 700 quando se arrecadaram R\$5,2 bilhões, tudo isso cai no caixa do Tesouro.

Então, a Anatel tem um único repasse, que é o repasse do Ministério. E temos praticamente 90% das despesas da Anatel com folha de pagamentos. E hoje o Orçamento da Anatel está em R\$102 milhões, para custeio, que são as despesas da Anatel...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – As folhas de pagamento dos funcionários da Anatel estão disponíveis na Internet?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Também estão disponíveis. Inclusive, 90% das despesas da Anatel hoje são folha de pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Dr. Jarbas.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Muito obrigado.

Primeiro, quero agradecer as sugestões e críticas do Professor Rafael dos Santos e do Thiago Botelho e as perguntas do Senador Paulo Bauer.

Falarei muito rapidamente. Considero importante essa sugestão da Escola Nacional de Regulação. Creio que estamos agora, na Anvisa, concluindo um plano de capacitação para os servidores, para que possamos ter um trajeto, digamos assim, de capacitação, capaz de atualizar permanentemente nossos servidores para enfrentar os desafios das mudanças tecnológicas no ambiente regulatório em que atuamos.

Há a experiência americana também. Eu gosto muito de olhar não só a americana, mas todas as boas práticas.

Agora, já falando do planejamento de longo prazo, estamos concluindo o planejamento 2016/2019 da agência, e a ideia é que, semelhante à FDA e a outras agências, seja possível ter, de forma transparente, no portal da Anvisa, indicador, meta e percentual de cumprimento dentro do ano, de forma que qualquer pessoa – Parlamentares, órgãos de controle, etc – consiga acompanhar isso.

Acho que o Thiago Botelho fez várias sugestões interessantes. Gostaria apenas de debater duas coisas: uma é que não considero retrocesso a mudança organizacional. Acho que a Anvisa seguiu um caminho de fazer uma mudança muito profunda em como organizar os trabalhos dentro de uma agência e que só tem paralelo na agência americana. Todas as outras são mais simples, porque, dentro da Anvisa, regulam-se medicamentos, produtos para saúde, alimentos industrializados, saneantes, produtos de limpeza, tabaco, serviços de saúde. É uma gama muito grande. A maioria das outras agências no mundo separam. Há, por exemplo, uma agência só para medicamentos; outra só de produtos médicos.

Então, para esse tipo de estrutura, tínhamos feito uma mudança de diretoria por objeto – diretoria de medicamentos, diretoria de produtos... – para uma diretoria de macroprocessos, num processo ainda não concluído. E, ao concluí-lo, houve a decisão de responsabilizar os diretores. Não acho que isso facilite o risco de captura. Acho que dá mais transparência, de saber exatamente quem é o diretor responsável por aquele macroprocesso e de cobrar dele se o macroprocesso está funcionando ou não. Para o bem ou para o mal, sabe-se agora que o responsável por registro é o diretor A – tem nome e CPF. Sabe-se que o responsável pela área de gestão é o diretor B, com nome e CPF. Creio que isso dá mais transparência, apesar de sempre devermos estar atentos para qualquer risco de captura, que, concordo com você, é um risco permanente. Precisamos ter mecanismos capazes de preveni-lo.

Vou falar sobre a fosfoetanolamina, mas antes quero dizer que todos os contratos de despesa estão no nosso site, no portal de transparência, e estão disponíveis no site da Anvisa. Podemos depois passar o link. Estamos mudando o portal, inclusive, para sua navegabilidade ficar mais fácil. Esperamos estar com o novo portal pronto em 30 dias, no máximo. Ele já está em testes, mas estão lá os contratos, as despesas, tudo como manda a legislação.

Sobre a presença de lactose, Senador, conheço seu projeto de lei. Temos um problema, que é a falta de harmonização do tema dentro do Mercosul. Eu tive uma reunião há pouco tempo, um mês atrás, com o novo diretor do Mercosul na área do Itamaraty, exatamente para que possamos ter um alinhamento. Somos um mercado muito poderoso, vamos dizer assim, se comparados com nossos sócios do Mercosul. O Brasil hoje é

o quinto maior mercado mundial de medicamentos; é o segundo maior de alimentos industrializados; é o segundo ou terceiro, dependendo de como se arrume, em cosméticos e saneantes, etc. Ou seja, tem uma importância muito grande, e a indústria hoje instalada no Brasil não olha só para o mercado interno. É uma indústria que, graças inclusive à respeitabilidade internacional da Anvisa, olha para o mercado internacional, coisa a que nem todos os nossos parceiros do Mercosul dão o mesmo grau de prioridade.

Então, acho que o Brasil hoje precisa buscar um equilíbrio entre manter estrategicamente o Mercosul, mas ao mesmo tempo não permitir que nós, por não cumprirmos medidas regulatórias hoje obrigatórias nos Estados Unidos, no Canadá, em países da Europa e da Ásia, deixemos de incluir isso na nossa regulamentação, além de procurar dar mais transparência para o consumidor brasileiro. Por exemplo, aquela consulta pública da RDC que mostrei, sobre alergênicos em alimentos industrializados, não estava harmonizada no Mercosul, que já buscava a harmonização há nove anos. E nós dissemos que isso era importante, que o consumidor brasileiro quer saber se tem... Diante de um camarão empanado, quem tem alergia a camarão já sabe que ali é camarão, mas muitas vezes com o nome comercial de um produto, de uma massa, de um preparado, pode haver ali amendoim, noz, camarão, qualquer coisa que provoque alergia e que não seja facilmente identificável.

Portanto, nós colocamos isso, inclusive com alguma queixa dos nossos parceiros do Mercosul, porque compreendemos que não poderíamos mais postergar uma informação que várias associações no Brasil já estavam solicitando de nós há tempos. Então, eu já lhe dou esse retorno.

Estamos à disposição para fazer esse debate, talvez numa audiência pública, em determinado momento, para fazermos esse balizamento entre o grau de manter as harmonizações no Mercosul... Mas, onde precisarmos avançar para responder ao consumidor brasileiro e/ou à necessidade de as indústrias brasileiras poderem competir em situação melhor no mercado internacional, precisamos fazer esse balanço.

Por último, falo da questão da fosfoetanolamina, em que não há atraso na Anvisa. Não há, neste momento, nenhum pedido na Anvisa para registrar e liberar o uso do medicamento fosfoetanolamina.

O que temos de perguntar é por que, durante 20 anos, uma substância foi produzida em situação que ninguém sabe, em um laboratório para ensino de química – não era um laboratório oficial para produzir medicamentos – e, nesses 20 anos, nunca foram feitos os ensaios que são exigidos, não no Brasil pela Anvisa, mas em todo o mundo desenvolvido e civilizado. Hoje em dia, não se colocam medicamento em uso sem que se façam testes, primeiro, em animais e, depois, em seres humanos. Para quê? Para garantir segurança e garantir a eficácia. Nunca foi protocolado na Anvisa, nesses 20 anos, um pedido de registro desse medicamento!

Se houvesse hoje, até se poderia dizer que está na Anvisa há dois anos, e a Anvisa não... Não! Não está na Anvisa nem há 20 minutos, nem há dois segundos, porque não existe isso na Anvisa; nunca foi protocolado.

Por que isso nunca foi protocolado? Bom, a Anvisa analisa o que lhe é entregue. Nós fazemos a análise técnica do que é entregue à Anvisa. Então, se algo fosse entregue à Anvisa, aí eu diria abertamente que a Anvisa pode estar mesmo demorando, que precisamos buscar avaliar.

O Thiago Botelho levanta um ponto importante, que não é efetivamente essa a questão do clamor popular, digamos assim, para determinadas coisas. Isso é algo que preocupa hoje não só a Anvisa, mas a Anvisa faz parte da coalizão das 20 maiores agências regulatórias do mundo.

Nos Estados Unidos, esse problema também está ocorrendo; ou seja, projetos de lei que dizem que tem de ser levado em conta o ponto de vista do paciente. Não é um debate simples de se fazer; aquele debate de se dizer que, se a pessoa assina um termo e diz que, de livre e espontânea vontade, quer tomar um medicamento, mesmo sabendo que não há nenhum teste que o garanta, ele tem esse direito ou não? É um debate efetivamente importante.

Nós temos na Anvisa inclusive – só para terminar, Presidente – regras que possibilitam às pessoas tomarem medicamentos experimentais.

Nós concedemos autorizações continuamente, por exemplo, a pessoas que no Brasil já tomaram todos os medicamentos disponíveis para determinada doença, quando não há no País mais possibilidade terapêutica, como dizemos. Quando sabem, têm conhecimento de que há um medicamento sendo testado em outro país – há uma regra do uso estendido, uso compassivo –, eles entram com a prescrição do médico, com a solicitação do uso e autorização de importação. Isso é feito em 48 horas. Em 48 horas, liberamos a importação para esses produtos.

Por exemplo, todas as pessoas que estão tomando produtos à base de canabidiol para tratar síndromes que produzem crises gravíssimas de epilepsia, tomam-no por esse mecanismo. Ele não é registrado no Brasil, mas está...

Por que não fazem isso com a fosfoetanolamina? Se alguém estiver fabricando a fosfoetanolamina no Brasil ou em outro país, com registro, e ela estiver sendo testada, esse mecanismo poderia ser usado. Por que ele não é usado? Porque ela não é fabricada em nenhum lugar do mundo – nem no Brasil, nem em outro lugar.

Então, mesmo que a Anvisa dissesse que está autorizado o uso, quem é que está autorizado mesmo? Quem vai produzir? Em que laboratório oficial, em que fábrica habilitada para produzir medicamentos? Não em fundo de quintal, porque, infelizmente, a via... Não o que foi aprovado, porque o que foi aprovado, pelo menos, corrigiu isso ao dizer que é em laboratórios oficiais, mas um dos projetos de lei que transitou dizia que se poderia produzir em qualquer lugar. O que se veria no dia seguinte seriam pessoas numa situação grave, com a doença, às vezes, terminal, tendo um parente em situação grave, sendo vítimas muitas vezes de golpes, de fabricação de substância que nem sabemos o que são.

Então, eu sou um dos que já tenho dito várias vezes que a Anvisa está de portas abertas: se for pedido o registro ou a autorização de ensaio clínico da fosfoetanolamina, ela entra no critério 1 de prioridade da Anvisa, porque seria o que chamamos de “inovação radical”, desenvolvida no Brasil; ou seja, todo medicamento, a fosfoetanolamina ou qualquer outro que for desenvolvido no Brasil, passa automaticamente a ter prioridade de análise, independente da minha vontade ou da vontade dos diretores. Ela entra no topo da fila.

Por que ela não está no topo da fila? Porque nunca chegou à Anvisa um dossiê com um pedido de registro da fosfoetanolamina.

Então, de outras filas e de outros atrasos, a Anvisa pode ser acusada. Tenho feito um esforço, desde que cheguei à Anvisa, junto com meus colegas diretores, junto com o corpo técnico, para realizar processos e agilizá-los, mas nesse, infelizmente até, não. Eu queria ter este problema: o dossiê estar lá pronto, todos os testes realizados, e só faltar a autorização da Anvisa, porque isso seria feito em dias. Mas, infelizmente, não existe nada protocolado na Anvisa.

Por que isso não foi feito durante 20 anos? Essa é uma pergunta que os pesquisadores têm de responder, a USP tem de responder, mas não a Anvisa, porque a Anvisa não faz ensaios clínicos.

A gente recebe cerca de 8 mil pedidos de registros de equipamentos médicos. Se fôssemos fazer os testes, a Anvisa teria de ter 300 mil servidores, sei lá, e não existe, em nenhum lugar do mundo, agência que faça esses testes. Quem pede o registro é responsável por fazer os testes e apresentá-los à Anvisa. A Anvisa o FDA, a EMA (Agência Europeia de Medicamentos), todas as agências fazem o quê? Analisam a consistência técnica. Se está O.K., liberam.

Bom, a fosfoetanolamina, de novo. Nunca chegou esse dossiê à Anvisa. Se chegar, será analisado em dias. Nem em semanas. Vamos analisá-lo em dias, pela gravidade da situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente, só um comentário: como há uma pressão popular legítima, e agora sobre o Senado, onde essa matéria vai ser votada, diariamente, recebemos centenas de *e-mails* e manifestações pedindo que votemos a favor disso.

Pelo que entendi, se houver uma produção desse medicamento em laboratório oficial e credenciado, ou mesmo numa indústria, e houver uma solicitação à Anvisa de que o produto seja utilizado em pacientes com problema de saúde grave, no caso, a Anvisa não se oporia, desde que houvesse... A denominação que o senhor deu foi de que seria uma...

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Tem essa excepcionalidade, que é o uso compassivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Uso compassivo. Exatamente.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Uso compassivo. O normal é que um produto, mesmo medicamentos novos desenvolvidos há um ano, ou dois anos, têm que fazer isso. Eles fazem os testes, primeiro, para demonstrar que ele é seguro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O. k.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Segundo, que ele é eficaz, porque nós temos medicamentos...

Ontem inclusive, saiu aquela notícia de que pesquisas estão demonstrando, por exemplo, que um novo medicamento estava muito promissor para uso em diabetes e que, talvez, faça danos irreversíveis à estrutura do pâncreas no médio prazo.

Então, o processo de liberação de um medicamento é de uma responsabilidade tremenda. Tivemos o Vioxx, um anti-inflamatório que era considerado o anti-inflamatório mais promissor há alguns anos, e, depois, descobriu-se que ele trazia o risco de produzir mortalidade por doença cardiovascular.

Então, esse processo de análise é complexo.

Bom, no pedido de registro normal, o produtor entrega à Anvisa todos os testes que asseguram a segurança e eficácia que, analisadas, é concedido. Esse é o procedimento normal.

Mas, e numa situação excepcional? Há situação excepcional? Qual? Estar sendo produzido numa fábrica autorizada para produzir e ter começado ensaio clínico, que está com resultado promissor. A gente já sabe que, talvez, não faça bem, mas mal, pelo menos, temos certeza de que não faz. Pode ser autorizado nessa situação, prescrito pelo médico para pessoas fora de possibilidade terapêutica? Pode. Isso é feito. A Anvisa faz. Mas nem essa situação excepcional nós temos com relação à fosfoetanolamina.

Por quê? Eu acho que essa é uma pergunta que tem de ser feita, e os pesquisadores têm de responder. Por que eu acho que descobri a cura do câncer e, 20 anos depois, não procurei nenhum grupo de pesquisa na minha própria universidade para fazer um ensaio pré-clínico ou clínico? Por que não procurei nenhum produtor público ou privado para dizer: vamos dar à humanidade essa droga que vai mudar a vida da humanidade para sempre?

Bom, essa pergunta, infelizmente, a Anvisa não tem condições de responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – E eu quero dizer ao senhor que eu também não sou médico, não sou profissional, mas fico imaginando, num país como o nosso, com a cultura que a nossa população tem de tomar chá para qualquer coisa, por que não vai querer tomar um comprimido que é algo que se sabe barato e que pode salvar a vida ou eliminar um problema de saúde de alguém?

Eu não estou dizendo que tenha razão ou não, mas quem sou eu para, como Senador da República, proibir alguém ou não permitir que alguém possa tentar viver?

É complicado. Sempre considero que a saúde pública está em primeiro lugar. Agora, também não podemos desprezar a saúde individual. E aí o senhor mesmo falou há pouco que às vezes a pessoa não quer saber e não tem por que saber dos problemas que atingem a coletividade. Ela tem o direito de, eventualmente, buscar a solução para o seu problema da maneira mais adequada.

Mas acho que a sua resposta está bem colocada.

Vamos passar a palavra ao Presidente da ANS.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Bom, Senador, primeiro, o senhor colocou, sobre alguns números que passamos. Na realidade, não paramos para nos deter em todos os números de arrecadação, mas o que passamos foi o de ressarcimento ao SUS, que foi de R\$393 milhões, no ano de 2014, e a arrecadação do ressarcimento ao SUS é toda direcionada para o Fundo Nacional de Saúde.

As demais arrecadações da agência...

Inclusive depois eu vou, Thiago, falar um pouco da 388, sobre o volume de multas, que tem crescido e a celeridade que a agência quis dar a isso. Tudo isso foi construído pelos servidores, técnicos, concursados, sem que...

Então, nós temos um orçamento, Senador, em torno de R\$316 milhões. Desse orçamento de 316 milhões, R\$186 milhões são do pessoal, e R\$130 milhões é o orçamento que está inclusive revisto... Ontem, eu estava na reunião colegiada do Ministério, e foi apresentado como o orçamento da Agência de Saúde.

Todos esses números, todos nossos números de contratações, todos os números econômico-financeiros estão no portal de transparência, e, a cada dia mais, procuramos trabalhar essa gestão.

Vou fazer, daqui a dois meses, dois anos de agência. Quando cheguei, a primeira diretoria em que fiz questão de sentar – o Professor Rafael soube disso – foi na Diretoria de Gestão. Fizemos economia em vários contratos – vários contratos; são inúmeros, são públicos e estão nos nossos relatórios. Então, foram recursos que vieram para dentro do órgão regulador.

Eu comungo com várias sugestões que vocês trouxeram aqui. Temos de trabalhar para essa autonomia econômica e financeira, e, numa das nossas lâminas, colocamos isso. Então, o senhor me desculpe, Senador. Eu não trouxe todos os números, até pela hora, mas estão todos abertos, não só no portal da transparência como no portal da agência.

Outro ponto que o senhor colocou, Senador, é sobre o prazo de atendimento. A Agência Nacional de Saúde tem alguns procedimentos que são até diferenciados. Um deles é o prazo de atendimento. A Resolução Normativa nº 259 estabelece o prazo para que haja uma consulta médica; se é uma consulta de determinada especialidade, determinados exames. Quando isso não está acontecendo, a operadora é multada. Então, o senhor tem plena razão se...

No final eu coloquei que o que o consumidor adquire tem de ser entregue a ele. O que ele adquiriu tem de ser entregue a ele. Então, precisamos ser comunicados, e, volto a dizer, grande parte disso é resolvido quando comunicado ao órgão regulador. No entanto, não permitimos, e somos uma agência reguladora que cobra o prazo de atendimento.

Isso foi uma demanda que gerou inclusive... Vejo o presidente aqui de uma instituição de operadoras, e ele sabe o que houve de reclamações sobre isso. Mas o foco era o quê? Atender melhor o consumidor. É a Resolução nº 259.

Eu queria também ressaltar, Senador Capiberibe, que estão abertos dentro do portal de transparência, dentro da agência, e qualquer número que o senhor deseje, que não tenha alcançado, por favor, nos comunique que encaminharemos e vamos procurar dar, a cada dia, mais transparência a isso.

Foram inúmeras ações. Havia ações até de duplas sedes. Terminamos com essas duplas sedes dos nossos núcleos.

Eu queria, agora, dois minutinhos, uma palavra para o Professor Rafael e para o Thiago.

Rafael, primeiro, sobre o que você falou da escola e que o Jarbas já colocou aqui e com que eu comungo. Eu acho que esse é um grande avanço que as instituições de vocês vão poder dar. Eu tenho uma formação. Fui professor universitário e, nas várias passagens da minha vida, tenho 40 anos de atividade na saúde, desde um médico a trabalhar na Baixada do Rio de Janeiro a ser professor universitário, a dirigir serviços de saúde. Fui o primeiro brasileiro a dirigir a Federação Mundial de Hospitais, que não congrega hospitais, congrega inclusive o NHS, que foi modelo para o nosso SUS. A minha experiência foi sempre isto: diálogo, treinamento, qualificação e respeito aos profissionais. Se trabalhamos assim, diminuimos as capturas. A captura existe tanto no serviço público quanto no serviço privado. No mundo de hoje, de uma sociedade muito mais imponderada, temos que trabalhar pela qualificação dos profissionais. Então, eu acho que as escolas vão ser um grande avanço.

Outra coisa que você colocou foram as ouvidorias com mandato. O nosso ouvidor é um servidor de carreira, que assumiu no dia de ontem, e tem um mandato de dois anos, o Gustavo, que foi diretor seu. Então, tenho, particularmente, uma esperança de que ele vai fazer um trabalho muito importante para o setor e para as ouvidorias.

Quanto às consultas públicas, o ideal é que, neste Brasil transcontinental, pudéssemos ter algumas presenciais. Lá na ANS, temos o chamado espaço aberto. A velocidade da demanda da sociedade às vezes não permite, mas, cada dia mais, eu sou um grande incentivador de que construamos com o técnico, depois com os técnicos da agência como um todo, colocamos no espaço aberto e trazemos para a sociedade.

Transparência, diálogo, é isso que vai construir uma regulação melhor. Você colocou esses pontos.

Quanto a reconduções infinitas, em várias instituições em que estive, eu nunca fui partidário disso. Eu entro olhando a hora de sair. Eu acho que temos que dar as nossas contribuições, as nossas missões e dar oportunidade de que haja renovação, e isso vem com a coincidência dos mandatos. No caso da ANS, trabalhamos com vida. Então, eu acho que foi um pouco do que o professor falou.

Sobre o que falou o Thiago, parabéns pela sua apresentação, que está ordenada, muito construtiva. Primeiro, o *ranking* das empresas.

Senador, todas as empresas que eram, vamos dizer assim, punidas com suspensão de comercialização de plano, elas agora, independentemente de ter plano suspenso ou não, passam a estar na internet. Então, vai proporcionar, primeiro, que o consumidor avalie o que está comprando, da mesma forma que temos feito várias cartilhas de orientação, e da outra forma, a operadora corrigir o que ela não está entregando corretamente. Então, eu acho que esse *ranking* é transparente.

Eu falei rapidamente sobre a 388 para você. Eu sei que é uma resolução polêmica, mas foi uma resolução construída pelos servidores. Eu trouxe os números aqui. Em 2014, a agência aplicou R\$396 milhões de multas. Em 2015, foram R\$551 milhões.

E o que queremos? Queremos que a operadora cumpra a sua obrigação e que o órgão não precise multa, e se multar, o faça numa celeridade maior, porque nós estamos gastando energia em vez de estar direcionando essa energia para a qualidade do atendimento que a população tem que ter. Essa foi uma construção realizada pelos servidores – todos os senhores sabem –, técnicos, concursados, que trabalharam nessa área.

Outro ponto que você colocou é sobre o regimento interno, que, pelo porte da agência, eu acho que tem que melhorar, tem que diminuir. Eu comungo com isso. Eu tenho, nas diretorias por onde passei, feito o menor número de alterações regimentais. Aliás, eu não levei nenhum servidor para trabalhar comigo. Todos os servidores que trabalham comigo, Senador, são servidores da Agência Nacional de Saúde. Nem minhas secretárias de 15 anos eu levei. Por quê? Porque temos que respeitar o servidor e respeitar quem está ali, se aculturou e trabalha ali.

Então, eu quero agradecer aos Senadores a oportunidade, dizer que eu estou aberto, a agência está aberta. Acho fundamental que essas vindas nossas sejam realizadas periodicamente, para que possamos ter a oportunidade de orientar a sociedade, dialogar com a sociedade, dialogar com os seus representantes. E, volto a dizer, o meu compromisso é pela construção de um sistema de saúde melhor no Brasil. A saúde é uma demanda mundial. Não há saúde pública privada, a saúde é uma só, e precisamos integrá-las em prol da nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Ouçõ agora o Senador João Capiberibe, informando que o Presidente da Anatel solicitou que fosse possível a sua ausência a partir deste momento, já que tinha um compromisso assumido e a nossa audiência já vai longe, está comprida. Eu estou aqui imaginando que o Plenário não deve ter votação e nem Ordem do Dia ainda, senão deveríamos estar lá.

Mas ouçõ o Senador Capiberibe, que também tem algumas questões a colocar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. convidados, fiquei muito satisfeito com as informações recebidas. Há alguns dados aqui muito impressionantes sobre a questão das multas de todas as agências. De 2008 a 2010, foram aplicadas 24 bilhões de multas. Deve dar muito trabalho aplicar esse volume de multa. Deve ser algo muito trabalhoso. Desses 24 bilhões, apenas um 1,1 bilhão de multas arrecadadas, ou seja, 4,7%. É uma capacidade de arrecadação baixíssima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Tem advogado ganhando dinheiro aí.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Os advogados não devem estar reclamando.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É verdade. É multa demais para arrecadação de menos.

O SR. RAFAEL DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Na verdade, não é a agência. A agência só multa; quem executa é a AGU.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mas essa é uma questão que precisa ser debatida.

Outra coisa: acho que estamos muito distantes ainda de termos agências de Estado, que é o nosso grande objetivo.

Esta é a primeira audiência pública da Comissão de Transparência e Governança e não será a última, certamente porque nós temos 11 agências e precisamos nos inteirar, cada vez mais dos obstáculos, para que possamos tomar iniciativas para melhorar o atendimento ao cidadão, ao consumidor. Aliás, hoje é Dia do Consumidor, uma coincidência feliz desta nossa audiência.

O que podemos fazer para melhor? Eu acho que transformar essas agências realmente em agências de Estado, em que separemos definitivamente os governos e as influências do patrimonialismo, do clientelismo político deste País, que é congênito, nasceu com o País.

Eu acho que precisamos elaborar algumas propostas para poder, primeiro, fazer o que o Dr. José Carlos fez lá na Agência Nacional de Saúde: valorizar o funcionário de carreira, criar uma carreira das agências e não permitir o preenchimento dos cargos técnicos e de direção com cargos de confiança. Não, devem ser cargos de carreira, uma carreira em que a pessoa entre como contínuo e termine como diretor de alguma área.

Outra questão é obrigar o Governo a nomear. Eu acho que uma agência que está sem três conselheiros perde a capacidade de governança, porque eles são substituídos, se não me engano, por profissionais...

O SR. RAFAEL DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – No caso da Anac, não são.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Fica aberto?

O SR. RAFAEL DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Nenhuma decisão regulatória é aprovada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Então paralisa. As agências foram criadas para darem resposta e o Governo termina impedindo que elas funcionem corretamente. Então, precisamos fazer com que não se atrasem as indicações e estabelecer algumas regras que não permitam mais esse tipo de atraso.

Eu acho que a ideia da escola é realmente interessante porque essa é uma atividade nova. A sociedade de consumo brasileira é recente. Trinta anos atrás, não tínhamos isso. Quando começa a década de 90, surgem as agências reguladoras. Precisamos, então, especializar o atendimento aos consumidores.

É verdade que as grandes reclamações dos consumidores são em função da Anatel (Agência de Telecomunicações) e também da Anvisa. Eu acho que concentra quase um quarto de todas as reclamações, em função desse serviço.

Por último, eu tinha uma curiosidade, mas o presidente da Anatel já foi: o que o Governo faz com esse volume de recurso arrecadado pelas agências? É muito dinheiro. De 1999 a 2016, são R\$100 bilhões dos quais ninguém sabe. Eu pelo menos não tenho a menor ideia. Será que alguns dos senhores poderiam nos responder em que esse recurso é aplicado?

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – Bom, Senador, na verdade a grande questão é o superávit primário. Recentemente, na questão do Fistel, especificamente, houve um relatório do TCU que deu os mais variados fins para o Fistel, que é exclusivo para fiscalização das telecomunicações. Até para pagar plano de saúde do Ministério das Comunicações teve finalidade para isso. Isso está no relatório do TCU. Então, o grande volume é superávit primário. Houve manutenção de avião da FAB, enfim, na questão do Fistel, que arrecadou esses R\$80 bi nesses dois últimos anos, está lá especificado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O Fistel é um fundo voltado... Qual o objetivo, o destino?

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – É o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sim, ele seria aplicado em quê?

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – Na Anatel, na melhoria do setor...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Na melhoria do sistema.

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – ... na fiscalização do sistema.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – E esse dinheiro foi usado para pagar dívida pública?

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – Para pagar dívida pública, para pagar manutenção de avião da FAB, para pagar plano de saúde do Ministério das Comunicações, para pagar uma série de outros objetivos que são completamente alheios. Inclusive, foi recomendação do TCU que o Governo desse uma “despedalada” nisso aí, que voltasse com esse orçamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem. Era isso, Sr. Presidente.

O compromisso que imagino é continuar a ouvir, promover novas audiências públicas, para concluir as 11 agências reguladoras, e aí debater e propor algumas mudanças que me parecem cabíveis e necessárias, para que possamos transformar essas agências em agências de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O k., Senador Capiberibe. Eu consulto se os integrantes da Mesa desejam fazer alguma consideração.

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – Só mais três coisinhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Professor Rafael, por favor.

O SR. RAFAEL DOS SANTOS – Senadores, o que acontece, por exemplo, no caso de agências que têm 90% do orçamento com folha de pagamento é exatamente isso, porque os recursos arrecadados vão para o ajuste fiscal e não sobra nada para outros investimentos.

Dá a impressão de que elas têm uma estrutura infartada com 90% do orçamento gasto com folha de pagamento. Mas, na realidade, é que o recurso é tão pouco que o percentual com folha de pagamento acaba sendo alto. São servidores altamente qualificados, muitos com mestrado, doutorado, com política de formação continuada. Se formos pensar o que os mercados regulados representam para o PIB do País e o que essas agências arrecadam para a União, na realidade são bem poucos, poderiam até aumentar, poderíamos discutir a quantidade.

Em nenhum momento em que discutimos a questão da diretoria colegiada nós estamos esvaziando a questão da política. Muito pelo contrário, é uma política republicana em que buscamos mecanismos de consenso. A regulação não é só para utilizar o poder extroverso, o poder de polícia administrativa do Estado. Pelo contrário, é para buscar pactuações com a sociedade e com o mercado. É uma forma absolutamente republicana e fiscalizada pelo Senado da República.

Só para concluir, a análise de impacto regulatório, uma coisa importante que o Presidente da Anvisa mencionou – o nome da substância não dá para mencionar, perdão, eu não sou médico –, veja bem, uma tomada de decisão regulatória tem que ter acompanhamento *ex ante* e *ex post*, porque muitas vezes o resultado do impacto regulatório de uma decisão tomada no curto prazo pode ser muito diferente do que ele vai produzir em longo prazo. E aí a importância, por exemplo, do acompanhamento dessas decisões por parte das agências, por parte da Escola Nacional de Regulação, das universidades, do Poder Público e do Parlamento.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Sr. Thiago, por favor.

O SR. THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO – É só para pontuar essa questão da Escola Nacional de Regulação, que é uma pauta antiga da Aner. É muito bom ouvir que encontramos eco aqui, até porque a nossa carreira prevê a capacitação continuada para progredirmos na carreira. Temos que acumular horas, e é uma dificuldade muito grande exatamente pela falta de recurso orçamentário. Às vezes, as agências não conseguem oferecer essa capacitação continuada pela falta de recurso. Então, é uma solução para o problema.

Gostaríamos, então, de pedir o apoio dos senhores. Hoje, pela manhã, tive uma reunião com o Secretário Sérgio Mendonça, do Planejamento. Estávamos tratando de uma discussão que tivemos num fórum de RHs, de poder trazer à discussão a volta das agências ao Ministério do Planejamento, tirar dos ministérios vinculados. Vamos evoluir nessa pauta. Queria pedir o apoio dos senhores para uma possível reativação do Fórum de Presidentes, que está há algum tempo adormecido.

Quanto à questão da fosfoetanolamina, eu só queria corroborar com o Presidente Jarbas de que é essa defesa que queremos ver aos olhos da sociedade. Não podemos deixar as ações das agências reguladoras serem usurpadas, ainda mais com critério tão complicado como o remédio.

Concordo com o posicionamento do presidente de que cada indivíduo tem o direito de tomar aquilo que ele acha que vai lhe fazer bem. Mas é preciso fazermos a defesa da agência reguladora. E aí eu já coloco

a Aner à disposição para fazermos a defesa institucional. Contem conosco sempre para fazer a defesa institucional das agências reguladoras.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a presença dos nossos convidados. Espero que esta audiência tenha contribuído para que telespectadores e todos que participaram tenham mais conhecimento a respeito dos assuntos inerentes à transparência das agências.

Tenho certeza de que haveremos de realizar outras e vamos contribuir para que elas sejam mais fortalecidas.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada esta reunião, convocando outra para terça-feira no horário regimental.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 20 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às quinze horas e sete minutos do dia vinte e dois de março do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Wellington Fagundes. Deixaram de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia e Fernando Collor. O Presidente declarou aberta a reunião, destinada à apreciação de requerimento. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 6 de 2016, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, na Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG, para compor um ciclo de debate sobre Transparência Pública. RESULTADO: adiado por falta de quórum. Não havendo quórum para deliberar sobre o item da pauta, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e oito minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimento para a realização de audiência pública. Tendo em vista que, até o presente momento, nós temos seis Senadores inscritos para a abertura da reunião – portanto, há quórum para a abertura, mas não há quórum para deliberação, visto que são necessários nove Parlamentares presentes, nove Senadores presentes –, eu considero impossibilitada a continuidade, eu considero ser impossível dar sequência à reunião. E não havendo Senadores que queiram usar da palavra, declaro-a encerrada, convocando a próxima reunião para a próxima semana, no horário regimental.

Obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 8 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 7 DE JUNHO DE 2016, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às onze horas e vinte e um minutos do dia sete de junho do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, João Capiberibe Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Dário Berger. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Fernando Collor. O Presidente declarou aberta a reunião. ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2016, não terminativo, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que determina que os gastos pessoais realizados pela Presidência da República, bem como as despesas do governo federal realizadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal sejam listados e publicados na Internet, vedando a classificação de parte desses gastos como sigilosos, tendo como relator o senador Antonio Anastasia, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. O presidente designa o senador João Capiberibe relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório e encerrada a discussão, é colocado em votação o relatório. RESULTADO: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTG, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº1-CTG (substitutivo). ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 6 de 2016, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, na Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG, para compor um ciclo de debate sobre transparência pública. Sugere convidar: representante do Ministério da Fazenda; representante do Ministério do Planejamento; representante do Tribunal de Contas da União – TCU; Sr. Gil Castelo Branco – Secretário-Geral da Associação Contas Abertas; Sr. Juliano Costa Couto – Presidente da OAB Brasília; Sr. Afonso Guilherme – Promotor do Estado do Amapá; Sr. Fernando Rodrigues – Jornalista UOL/Folha; Sra. Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal; Sr. Caio Magri ou do Sr. Jorge Abraão, membros do Conselho de Transparência do Senado Federal. RESULTADO: Aprovado o Requerimento nº 6 de 2016-CTG, com a exclusão do representante da Controladoria-Geral da União e inclusão da Sra. Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal; e, do Sr. Caio Magri ou do Sr. Jorge Abraão, membros do Conselho de Transparência do Senado Federal. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 7 de 2016, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a padronização das páginas de transparência em todas as esferas da administração pública. Sugere convidar: representante do Senado Federal; representante do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; representante do Supremo Tribunal Federal; representante do Ministério Público; representante do Governo do Distrito Federal; representante da Prefeitura de Goiânia; representante do Consórcio W3C (World Wide Web); Sr. Francisco Gil Castelo Branco, Secretário-Geral da Associação Contas Abertas; representante da empresa Quanta Consultoria Projetos e Editora Ltda. RESULTADO: aprovado o Requerimento nº 7 de 2016-CTG, com a inclusão de representante da empresa Quanta Consultoria Projetos e Editora Ltda. e retificação para convidar representante do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, por haver incorporado a Controladoria-Geral da União. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 9 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Transparência e Governança Pública nº 4 de 2016, seja aprovado o plano de trabalho de avaliação da política pública (art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal) de participação social do Poder Executivo Federal na formulação e implantação de planos, programas e políticas públicas, em especial no que diz respeito à participação social no Ciclo de Gestão do Plano Plurianual 2016-2019. RESULTADO: adiado. ITEM EXTRAPAUTA) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 10, de 2016, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer, na forma do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja o Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle convidado a prestar esclarecimentos no plenário desta Comissão de Transparência e Governança Pública para expor seu plano de trabalho. RESULTADO: aprovado o Requerimento nº 10 de 2016-CTG. Nada mais havendo a tratar, o Presidente propôs a dispensa de leitura das atas da quarta, quinta e sexta reuniões, que foram aprovadas, e encerrou a reunião às doze horas, lavrando eu, Airtón Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Na pauta que temos para a presente reunião constam quatro itens.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2016
- Não terminativo -

Determina que os gastos pessoais realizados pela Presidência da República, bem como as despesas do governo federal realizadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal sejam listados e publicados na Internet, vedando a classificação de parte desses gastos como sigilosos.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Não estando presente o Senador Antonio Anastasia, nós designamos o Senador João Capiberibe como Relator *ad hoc* para fazer a leitura do relatório produzido.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a todos.

Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2016, substitutivo, do Senador Anastasia.

Dispõe sobre transparência na utilização dos cartões de pagamento pela Administração Pública direta da União, bem como na dos gastos pessoais da Presidência República.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece normas para o uso dos cartões de pagamentos no âmbito da Administração Pública direta da União.

Art. 2º O cartão de pagamentos é instrumento de pagamento, emitido em nome da unidade gestora e operacionalizado por instituição financeira autorizada, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado, nos casos indicados em ato próprio da autoridade competente.

Art. 3º Somente poderá ser portador de cartão de pagamentos servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão dos três Poderes, ministro de Estado e autoridade de nível hierárquico equivalente a este.

Parágrafo único. Para ser portador de cartão corporativo, a pessoa deverá apresentar:

I – declaração de próprio punho de não possuir antecedentes criminais, de estar em pleno gozo de direitos civis e políticos e de não haver sofrido penalidades por prática de atos desabonadores no exercício da atividade profissional ou de função pública;

II – certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal, Militar e dos Estados onde haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;

III – outros documentos que se fizerem necessários, a critério da Administração.

Art. 4º O cartão de pagamentos será utilizado para aquisições de produtos e/ou serviços, nos estritos termos da legislação vigente.

§ 1º Sem prejuízo dos demais instrumentos de pagamento previstos na legislação, a utilização do cartão de pagamentos para pagamento de despesas poderá ocorrer na aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos.

§ 2º As aquisições de produtos e serviços com cartões de pagamentos obedecerão, anualmente, por unidade gestora, ao limite previsto no art. 23, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º Obedecida a dotação orçamentária, os chefes dos Poderes estabelecerão os limites máximo e mínimo para a utilização do cartão de pagamentos, podendo delegar poderes a dois servidores públicos que, conjuntamente, autorizarão a utilização desse instrumento de pagamento.

§ 4º A utilização do cartão de pagamentos obedecerá ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, em especial aos princípios da moralidade, da impessoalidade e da publicidade.

§ 5º As unidades gestoras divulgarão na internet dados relativos às despesas realizadas com os cartões de pagamentos, em especial:

I – o nome e a matrícula do portador do cartão de pagamentos responsável por cada despesa, com a data de realização do gasto e o seu valor;

II – o total das despesas realizadas no exercício por cada cartão de pagamentos;

III – o total das despesas realizadas com cartões de pagamentos pela unidade gestora por exercício.

§ 6º É vedado:

I – sacar dinheiro com cartão de pagamentos, salvo se previamente autorizado por escrito pelo chefe do respectivo Poder ou pelos dois servidores previstos no § 3º deste artigo;

II – promover qualquer acréscimo no valor da despesa decorrente da utilização do cartão de pagamentos.

Art. 5º A confidencialidade de despesas definidas em lei como de caráter reservado ou sigiloso não poderá ser oposta ao exercício das competências dos órgãos de controle e fiscalização.

§ 1º Os órgãos de controle e fiscalização e seus servidores guardarão o sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e competências.

§ 2º Os servidores dos órgãos de controle e fiscalização utilizarão os dados e informações sigilosos a que tiverem acesso no exercício de suas funções exclusivamente para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à chefia imediata.

Art. 6º Independentemente da utilização de cartões de pagamentos de que trata esta lei, as aquisições de objetos de uso pessoal realizados pelo ocupante da Presidência da República e por sua família às custas do Erário, bem como as despesas de consumo relativas a empregados domésticos, alimentação, bebidas, telefone, restaurantes, presentes, viagens e hospedagem serão listadas e publicadas com o máximo detalhamento na internet.

Parágrafo único. É vedada a classificação das despesas mencionadas no *caput* como sigilosas.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, essa é a lei. (*Pausa.*)

E o voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2016, na forma do substitutivo que acabei de ler.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe. V. Exª acaba de fazer a leitura do relatório relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, com o substitutivo elaborado pelo Senador Antonio Anastasia.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador autor, nobre Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu não só quero agradecer a oportunidade de a matéria ter vindo à pauta, e rapidamente, tendo o parecer também do nobre Senador Anastasia, e aqui na data de hoje, do Relator *ad hoc*, o Senador Capiberibe, trazendo um maior detalhamento até do que a nossa proposta inicial. Ou seja, reconheço que dentro de tudo aquilo que nós já havíamos proposto em relação à transparência, à publicidade na internet das despesas, dos gastos públicos com cartões corporativos, o que vem constrangendo cada vez mais a sociedade brasileira e denegrindo a prática política no País.

Nós sabemos do uso indevido, criminoso desses cartões, principalmente nesses últimos anos. O Senador Anastasia ainda foi mais detalhista nas exigências daquele que terá acesso ao cartão, nas certidões que serão exigidas dele, como também o bloqueio de ter a condição de acessar os caixas e retirar em dinheiro vivo, não tendo ali a autoridade do poder superior para que aquela pessoa pudesse ter acesso a esses saques, enfim, no controle e na fiscalização também de todos os servidores dos órgãos.

Eu quero aplaudir, Sr. Presidente, agradecer e fazer com que tenhamos a mesma celeridade na Comissão de Constituição e Justiça e rapidamente levarmos a matéria ao plenário do Senado Federal, já que é um tema momentoso, atual, uma pauta que foi deliberada por todos os movimentos e todas as pessoas que foram às ruas buscando a transparência e o resultado no gasto público, que vem sobrecarregando, cada vez mais, o cidadão que paga impostos.

Então, Sr. Presidente, minhas palavras são de agradecimento ao nobre Relator Antonio Anastasia; minhas palavras também de agradecimento ao Senador Capiberibe, que fez a leitura – e não só a leitura – com a concordância do substitutivo apresentado.

Agora, vamos dar celeridade para que possamos levá-lo ao plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Caiado.

Consulto se mais alguém deseja usar da palavra.

Senador Dário Berger, V. Exª tem a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, este projeto, de autoria do Senador Caiado, vem no momento oportuno, em uma época própria. Confesso que essa questão dos cartões corporativos suscita, por parte da população, inclusive dos internautas, inúmeros questionamentos. E quero confessar aqui, Senador Caiado, que não me passou pela cabeça que esses gastos eram todos sigilosos. Os nossos gastos, os dos Senadores, você tira uma nota hoje, e, amanhã, ela está publicada. Eu ainda iria mais

longe; eu teria um grande gosto de acabar com esse negócio de cartão corporativo, porque é uma ferramenta, na minha opinião, ultrapassada, que só privilegia um número de pessoas que estão no poder. Inclusive, para minha surpresa, a transparência não faz parte do processo, muito menos a sua publicidade.

Por essa razão, quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Caiado, por mais esta iniciativa, enaltecer o Senador Antonio Anastasia e também cumprimentar o nosso ilustre Senador João Capiberibe, uma simpatia de pessoa, experiente, comprometida com a publicidade e a transparência não só dos cartões corporativos, como de todos os atos que norteiam a vida pública de qualquer cidadão, seja ele Parlamentar, seja ele do Executivo, ou de outras instâncias governamentais.

Portanto, conte com o meu apoio, o meu voto é favorável e a minha expectativa é que, gradativamente, possamos continuar avançando no sentido de construir um Brasil mais transparente, onde toda a população tenha efetivo conhecimento das nossas ações, sobretudo das nossas despesas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Com a palavra, novamente, o Relator *ad hoc*, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de destacar como um avanço no processo de transparência o projeto do Senador Caiado, importante para que a sociedade brasileira possa, de fato, acompanhar no detalhe. E o Senador Anastasia aprofundou. Eu acho até que chega a ser redundante, mas ele dá um detalhamento das informações que precisam ser expostas na internet em tempo real, que é uma questão que precisamos voltar a discutir, porque a Lei Complementar nº 131, de 2009, estabelece a publicidade em tempo real, até porque a tecnologia digital nos permite isso hoje.

E o Governo Federal até hoje não cumpre aquilo que a lei determina. Na hora de regulamentar, ela estabeleceu 24 horas depois da emissão da nota de empenho ou, então, da despesa. E isso está equivocado. Nós precisamos recorrer.

Em nome da Comissão da Transparência, a minha sugestão, Sr. Presidente, é que nós recorramos ao Procurador-Geral da República para que tome a iniciativa no sentido de fazer valer o que está na lei e não a interpretação, como foi feita pelo Executivo na regulamentação que jogou para 24 horas. Nós hoje temos tecnologia capaz de colocar em tempo real.

A mesma coisa referente aos cartões corporativos. Esta é uma iniciativa excelente do Senador Caiado: exigir que todas as despesas públicas... Eu acho que apenas a exceção não deva ser exposta e publicizada, como no caso de despesas na área de segurança nacional ou das investigações. Isso aí acho que a gente tem de repensar como fazer. Mas é dinheiro público, numa sociedade que hoje contribui com 35% do PIB ou que destina quase cinco meses de tudo o que ganha no ano para a mão do Estado. Então, eu fico imaginando o cidadão que entrega cinco meses de trabalho para o Estado e não sabe com que o Estado gasta.

Agora, com a transparência, isto é uma realidade no País: nós avançamos e avançamos muito.

O que falta? Parece-me que é uma questão que nós vamos ter de debater: como estimular o controle social dos gastos públicos. Esse é um passo decisivo para democratizarmos a sociedade brasileira, que é a uma sociedade construída por poucos e para poucos.

Eu tenho observado nos últimos tempos – e todos os Senadores têm observado – que, quando uma autoridade brasileira é investigada, ela se ofende com a investigação. Se ofende. Agrido o investigador. Eu vi o Procurador-Geral sendo chamado de idiota, alguma coisa assim – imaginem –, por um investigado.

Ou seja, o direito de se apropriar dos recursos públicos parece ser uma coisa divina. E já não é.

Hoje eu vi a manchete do jornal *O Globo* divulgando o pedido de prisão do Presidente do Congresso Nacional. Não é pouca coisa. Eu cheguei a me beliscar, me perguntando: será que estou no Brasil? Será que isso realmente está acontecendo? Pediram a prisão do ex-Presidente da Câmara, do ex-Presidente da República José Sarney e de tantos outros.

Eu acho que a sociedade brasileira está dando saltos importantes. E a transparência dos gastos públicos tem dado uma grande contribuição nessa direção, e o Senador Caiado agora dá um passo adiante, promovendo a transparência dos cartões, porque, de fato, eu vi gente comprando até pipoca para ir ao cinema com cartão corporativo. Então, isso é um abuso para com quem é dono do negócio. Não. O Estado não tem dono. O dono do Estado é a sociedade.

Eu queria parabenizar o Senador Caiado pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Srs. Senadores, esta Presidência quer fazer um registro até para que conste nos *Anais*.

Esta Comissão foi criada graças à iniciativa do Senador João Capiberibe, que foi o autor da proposição. Este é o primeiro ano de funcionamento da Comissão. Quer dizer, começou no final do ano passado, mas este ano é que ela efetivamente começou a realizar o seu trabalho. Coincidentemente, o primeiro projeto de lei que aqui é relatado e aprovado é exatamente o do Senador Ronaldo Caiado, que ficará na história por esse feito.

E o seu projeto, que tramita na Casa, teve como primeira Comissão de apreciação exatamente a Comissão de Transparência e Gestão.

Esse projeto teve como Relator o Senador Anastasia, mas teve a oportunidade de exatamente o patrono desta Comissão ser quem fez a leitura do parecer favorável. Certamente essa questão de utilização dos cartões corporativos, como tese, como propósito, é plenamente justificada. Não se pode voltar no tempo, temos de avançar. A tecnologia permite, mas infelizmente foram os atores do governo, não sei de qual governo, que desvirtuaram sua utilização e que avançaram e ultrapassaram limites de decência e de transparência no serviço público.

Eu, quando uso o cartão de crédito, recebo no meu celular, instantaneamente, um comunicado do banco dizendo que gastei R\$100,00 numa farmácia ou R\$200,00 num posto de gasolina, aparece na hora. Quando alguém usa cartão corporativo do governo, não aparece em lugar nenhum, nem para o próprio governo, nem para o próprio governo. Quer dizer, o Ministério da Fazenda, Controladoria da União ou mesmo o órgão dentro do Ministério onde esse cartão transita ou foi concedido fica sem saber. Só depois que a despesa foi feita, depois que foi paga, depois que se fiscalizou pelo Tribunal de Contas, às vezes três, seis meses, um ano depois é que se vai saber: “Opa, compraram algo que não precisava, ou compraram algo com preço superior, ou compraram algo que a lei não permitia fosse comprado”. E aí já se foi embora o fato.

Eu informava: eu recebo no meu celular a informação sobre a despesa que estou fazendo e, se eu observar que o meu cartão foi clonado, por exemplo, o próprio celular permite que eu suspenda o cartão.

Todo mundo sabe que essa é uma modalidade absolutamente viável e possível em todo o sistema bancário. Quer dizer, se alguém fizer uso de um cartão corporativo clonado, ninguém vai ficar sabendo. Só vamos saber depois de um ano, quando tudo já passou, tudo já acabou. E aí nunca mais se volta atrás, Senador Dário. V. Exª tem razão, as coisas precisariam ser revistas em termos de critérios e de regras.

Quanto à questão de contas sigilosas, eu acho que o governo precisa ter conta sigilosa sim, mas quando ela se refere à segurança nacional e à segurança privada de uma autoridade, mais nada. E aí a justificativa se faz plausível. Caso contrário, não há por que fazer segredo de quantas águas minerais se toma num palácio ou quanto se gasta na conta de hotel do Presidente da República, afinal, como disse o Senador Dário, a nossa sempre está aberta. E deveria ser assim para todos.

Muito bem, feita a leitura do relatório, que é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado, eu coloco a matéria em votação, tendo em vista que não há mais quem queira discuti-la.

Portanto, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado, portanto, nesta Comissão, o relatório referente ao PLS nº 62, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 6, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, na Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG, para compor um ciclo de debate sobre Transparência Pública. Sugere convidar:

1. Representante do Ministério da Fazenda;
2. Representante do Ministério do Planejamento;
3. Representante do Tribunal de Contas da União – TCU;
4. Representante da Controladoria Geral da União – CGU;
5. Sr. Gil Castelo Branco – Secretário-Geral da Associação Contas Abertas;
6. Sr. Juliano Costa Couto – Presidente da OAB Brasília;
7. Sr. Afonso Guilherme – Promotor do Estado do Amapá;
8. Sr. Fernando Rodrigues – Jornalista UOL/Folha;

Autoria: Senador João Capiberibe

O assunto se encontra em discussão.

Consulto quem quer fazer uso da palavra.

Senador João Capiberibe, com a palavra V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Há uma necessidade, claro, de avançarmos, cada vez mais, na transparência do Estado brasileiro, e eu queria começar a justificar esse requerimento pedindo a V. Ex^a que, em vez de CGU, seja Ministério da Transparência. Houve a mudança nesse período, então, em vez de CGU, convidaríamos um representante do Ministério da Transparência para compor esse ciclo de debates.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Permita-me interromper V. Ex^a e informar aos Senadores presentes que eu apresento como último item, extrapauta, um requerimento para convidar o Ministro da Transparência – o segundo Ministro da pasta –, Torquato Jardim, para vir a esta Comissão, individualmente, para fazer aqui uma exposição a respeito do seu plano de trabalho e das funções do Ministério, e inclusive da polêmica que está instalada com relação à manutenção da CGU ou sua substituição pelo próprio Ministério.

Tendo em vista isso, eu consulto V. Ex^a se não seria prudente retirarmos do seu requerimento o Ministro da Transparência para que esse ciclo de debates pudesse ser feito a partir e após a vinda do Ministro a esta Comissão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Concordo plenamente, Sr. Presidente, e acrescentaria então mais dois nomes, que seriam da Elga Maria Teixeira, Secretária da Transparência aqui do Senado Federal; e também dos membros da sociedade civil, do Conselho de Transparência, Caio Magri ou Jorge Abrahão, um dos dois. Vou consignar os dois nomes e aí vamos conversar com eles para saber quem viria.

É importante que façamos esse ciclo de debates sobre transparência pública para daí então tirarmos informações que nos permitam continuar avançando nessa direção. Essa é uma exigência da democracia. A democracia exige que o Estado, que é sustentado pela sociedade, seja cada vez mais transparente, portanto eu peço o apoio dos meus pares e o apoio dos Srs. e Sras Senadoras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Portanto, Senador João Capiberibe, nós excluíamos a sugestão nº 4 – que é o representante da Controladoria-Geral da União – do seu requerimento e incluiríamos a Sr^a Elga Maria Teixeira, que é titular do órgão de controladoria do Senado, e Caio Magri ou Jorge Abrahão, de acordo com a possibilidade de um ou de outro.

Continua em discussão o requerimento.

Senador Dário Berger, com a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente Paulo Bauer, é só para fazer um registro: a Lei de Transparência nº 131, de 27 de maio de 2009, é de autoria do Senador João Capiberibe, que foi sancionada pelo Presidente da República, tornou-se uma eficiente arma no combate à corrupção no País. A lei obrigou a União, os Estados e os Municípios a colocarem as suas contas na internet.

Na verdade, eu era Prefeito nessa época, e nós tivemos que, Senador Capiberibe, implantar toda uma logística própria, para atender esse dispositivo, que, na minha opinião, foi fundamental para a promoção da transparência das informações públicas e como uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, o que incentiva, sobretudo, um sistema pedagógico de educação política, subsidia o combate à corrupção e facilita a avaliação dos governantes pela sociedade.

Portanto, mais uma vez, quero cumprimentar V. Ex^a por essa iniciativa. Eu acho que essa lei trouxe uma contribuição fundamental para o aprimoramento das relações dos governantes com a população. E está aí a colher os seus frutos oriundos de uma iniciativa peculiar de V. Ex^a, a quem eu quero parabenizar e cumprimentar pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu queria complementar a fala do Senador Dário. É que, amanhã, o Ministério Público Federal vai publicar a segunda avaliação dos portais de transparências da União, dos Estados e dos Municípios, com base na Lei Complementar nº 131, de 2009.

O Conselho do Ministério Público fez uma circular para que todos os Ministérios Públicos, que são o fiscal da lei, possam acompanhar o cumprimento da Lei Complementar nº 131, porque há alguns problemas que vamos continuar discutindo mais à frente, mas essa publicação é muito importante para o Brasil todo, para que o cidadão possa acompanhar como é que estão chegando as informações nos portais, como é que são disponibilizadas, a avaliação e o *ranking*, porque eles estabelecem um *ranking* dos melhores portais.

Portanto, é uma notícia importante para a nossa Comissão. E, certamente, na próxima semana, nós vamos comentar sobre o *ranking* que será apresentado pelo Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sem dúvida, o melhor resultado dessa transparência é o seguinte: os brasileiros podem comparar, por exemplo, a despesa feita pela Prefeitura de Florianópolis, em Santa Catarina, com a mesma despesa feita pela Prefeitura, por exemplo, de Fortaleza, no Ceará.

Isso que é importante, porque você sabe e pode avaliar, já que tudo fica publicado e registrado na internet, como é que as coisas são feitas em cada um dos lugares do Brasil. E eu diria que, se nós tivéssemos condição de criar um programa, para compatibilizar tudo, nós teríamos trabalho – viu, Senador Capiberibe – para muitos meses e, com certeza, teríamos muitos sustos para registrar, porque o que se gasta num lugar por dois, em outro, é feito por um, com a mesma eficiência, senão maior. É muito curioso isso.

Eu sempre questionei e fiquei imaginando por que o Tribunal de Contas da União, por exemplo, nunca fez esse casamento de todas as despesas públicas do País.

Há ponte de 100m que, no Sul do Brasil, custa 100 e, no Sudeste, custa 200, com o mesmo comprimento e o mesmo tamanho. É uma coisa que ainda precisa ser vista e avaliada.

Mas, enfim, nós estamos aqui para avançar nessa questão, e a Comissão tem grande missão.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento em pauta, coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, está aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 7, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a padronização das páginas de transparência em todas as esferas da administração pública. Sugere convidar: representante do Senado Federal; representante do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; representante do Supremo Tribunal Federal; representante do Ministério Público; representante do Governo do Distrito Federal; representante da Prefeitura de Goiânia; representante do Consórcio W3C (World Wide Web); Sr. Francisco Gil Castelo Branco, Secretário-Geral da Associação Contas Abertas; representante da empresa Quanta Consultoria Projetos e Editora Ltda.

Autoria: Senador João Capiberibe

Em discussão a matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Veja, V. Exª acaba de falar da necessidade de o Tribunal de Contas ter uma visão conjunta dos gastos dos entes públicos brasileiros, e a gente está apresentando exatamente esse requerimento no sentido de padronizarmos os portais de transparência, porque um é diferente do outro. Isso cria uma enorme dificuldade de navegação, e o cidadão ou a cidadã que deseja buscar uma informação detalhada, às vezes, tem de dar seis, oito cliques, para poder chegar ao detalhamento da despesa, e, às vezes, nem chega, porque falha na hora e não encontra aquilo que é procurado.

Eu queria acrescentar, Sr. Presidente, que, neste dia, precisamos da presença dos técnicos da CGU – da CGU ou do Ministério da Transparência; bom, eu estou acostumado com a CGU e vou ter dificuldade de mudar –, mas de um representante do Ministério da Transparência, no caso, não seria um dirigente, mas os responsáveis lá pela organização do Portal da CGU, que é um dos melhores do País, como é também o do Senado Federal.

O Senado Federal tem um dos melhores portais. A transparência no Senado Federal realmente é uma coisa fantástica, muito bem feita. V. Exª acabou de falar. Por exemplo, quanto a nós Senadores, qualquer gasto nosso está disponível imediatamente na internet, e eu acho que isso é fantástico. Nós não recebemos críticas nesse sentido, eu posso falar abertamente. E as pessoas, quando criticam, é porque desconhecem. E eu digo: não, procure no Portal da Transparência, porque nós temos dispostas todas as nossas despesas de uma maneira muito transparente, muito detalhada na internet. A despesa do táxi que eu acabei de pegar, daqui a pouco, estará lá no Portal da Transparência.

Eu queria incluir aqui um representante da empresa Quanta Consultoria, Projetos e Editora Ltda. São ciclos de debates, de palestras, de discussão que certamente vão nos ajudar dentro do nosso desejo de avançar e melhorar, cada vez mais, a transparência do Estado brasileiro. Quando a gente fala em transparência, as pessoas imaginam só o Executivo. Não! A transparência abrange o Judiciário, o Legislativo.

Inclusive, na questão das indiretas, nós precisamos debater como promover para que se evite acontecer o que aconteceu com a Petrobras, por exemplo. Se a Petrobras tivesse tido mais transparência, nós não teríamos chegado ao nível de absurdo e de corrupção a que nós chegamos.

Então, nós vamos também debater, daqui pouco, como promover a transparência, sem, claro, prejudicar os negócios das indiretas, que são várias empresas, mas que precisam de um mínimo de transparência para poderem prestar contas, porque, afinal, são empresas públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a manifestação do Senador João Capiberibe, autor do requerimento.

Consulto se algum dos Srs. Senadores pretende manifestar-se a respeito. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco a matéria em votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste contrário, está aprovado o requerimento.

Agora, extrapauta, tenho que apresentar a V. Ex^{as} o Requerimento nº 10.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 10, de 2016

- Não terminativo -

Requer, na forma do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja o Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle convidado a prestar esclarecimentos no plenário desta Comissão de Transparência e Governança Pública para expor seu plano de trabalho.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Consulto se algum dos Senadores deseja discutir a matéria. *(Pausa.)*

Apenas justifico que a Comissão de Constituição e Justiça, há cerca de duas semanas, analisou um requerimento nesses termos, mas especificando o nome do Ministro. E, como aquele Ministro deixou o cargo, o requerimento da CCJ deixou de produzir efeitos. Nós estamos tomando o cuidado aqui de convocar o Ministro, sem citar o nome.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a está... É premonição isso. *(Risos.)*

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não, não é premonição, Senador Dário; é apenas uma técnica legislativa mais adequada.

Por isso, nós apresentamos esse requerimento, porque eu entendo, salvo melhor juízo, que o local para o novo Ministro do novo Ministério criado apresentar seu plano de trabalho não é a CCJ; a CCJ é Comissão para análise de constitucionalidade e juridicidade das matérias. Aqui é a Comissão para análise da essência e do assunto propriamente dito no mérito. E nós temos de conhecer qual é o propósito, qual é o projeto que o novo Ministro, o Ministro Torquato, tem para este Ministério.

Ele deve vir aqui para nos trazer a palavra do Presidente da República, justificando a criação desse Ministério. Aliás, a própria criação do Ministério ainda, provavelmente, será objeto de deliberação também no Senado da República, porque foi feita por um dispositivo legal com força de lei, mas ainda precisa ser referendado pelo Congresso Nacional.

Portanto, eu coloco o requerimento em discussão e apreciação, e, se aprovado, nós vamos imediatamente contatar o Ministro Torquato, para tentar fazer com que ele já esteja aqui, se possível, na próxima semana, para nos trazer as informações que julgo serem necessárias para o trabalho desta Comissão, em sintonia com o Poder Executivo.

Consulto se alguém deseja discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste contrário, com a aprovação de todos, a matéria está aprovada.

Não havendo mais o que discutir e tratar nesta reunião, antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura das Atas da 4ª, da 5ª e da 6ª reuniões.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As Atas, portanto, estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Convoco a próxima reunião para a próxima terça-feira, às 11h, dia 14 de junho.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)

ATA DA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às onze horas e treze minutos do dia catorze de junho do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Telmário Mota, Waldemir Moka, João Capiberibe, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Pedro Chaves. Deixaram de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado e Fernando Collor. O Presidente declarou aberta a reunião e comunicou a falta de quórum para deliberar sobre a pauta. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 9 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Transparência e Governança Pública nº 4 de 2016, seja aprovado o plano de trabalho de avaliação da política pública (art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal) de participação social do Poder Executivo Federal na formulação e implantação de planos, programas e políticas públicas, em especial no que diz respeito à participação social no Ciclo de Gestão do Plano Plurianual 2016-2019. RESULTADO: adiado. Na sequência, fez uso da palavra o Senador João Capiberibe, para comunicar o desenvolvimento de procedimentos de controle social de emendas parlamentares nas redes sociais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou nova reunião e encerrou a presente reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Airtón Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Havendo número regimental de Senadores inscritos na lista de presença, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Informo que não temos quórum para deliberar sobre a pauta, já que, neste instante, encontra-se presente no plenário apenas o Senador João Capiberibe.

A Presidência comunica que recebeu matéria, nos termos do art. 89, inciso II, que chegou à Secretaria da Comissão: o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2016, de autoria da CPI do Assassinato de Jovens. A ementa é:

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública – LAISP.

Designo, nos termos do art. 89, inciso III, para relatar a matéria o Sr. Senador Cristovam Buarque.

Outros comunicados.

Consulto o Senador Capiberibe se tem alguma informação a fornecer. *(Pausa.)*

Não havendo desejo de V. Exª de usar da palavra, convoco a próxima reunião para a próxima terça-feira, dia 21 de junho, às 11 horas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Apenas para informar que nós estamos desenvolvendo todo um procedimento de controle social de emendas parlamentares. Temos algumas experiências já em andamento com resultados excelentes e, amanhã, nós vamos acompanhar ao vivo a licitação de uma emenda parlamentar nossa na Prefeitura de Macapá.

Todas as demandas de emenda parlamentar que nos chegam, uma vez aprovadas e inscritas no Orçamento da União, a partir daí, então, se forma um grupo de WhatsApp com os interessados para que eles possam acompanhar cada passo e também monitorar o desenvolvimento dessas emendas, a obra em execução, o serviço a ser prestado.

A partir dessa rede de WhatsApp, todos os interessados naquela emenda... No caso, amanhã vai ser licitação da pavimentação asfáltica do Conjunto Embrapa em Macapá.

Quando foi empenhada a despesa, eles tiveram conhecimento e, quando o recurso foi transferido para a Prefeitura de Macapá também, assim como quando foi para o *Diário Oficial da União* chamando para a licitação

que vai acontecer amanhã, às 10 horas. Todos esses procedimentos, passo a passo, os moradores do Conjunto Embrapa estão acompanhando através da rede de WhatsApp.

Nas últimas duas semanas nós também criamos uma página no Facebook chamada De Olho na Emenda/Conjunto Embrapa. Ali, por essa página do Facebook...

V. Exª foi prefeito e sabe perfeitamente da importância do acompanhamento, pela comunidade e também pelos entes públicos envolvidos, no caso a prefeitura, o Calha Norte e o nosso mandato.

Então, todas as informações estão sendo divulgadas na rede WhatsApp e também nessa página do Facebook chamada De Olho na Emenda/Conjunto Embrapa. Quem estiver interessado em entender como se dá o processo de acompanhamento de emenda parlamentar, nós estamos à disposição.

Hoje vou para a tribuna, mais uma vez, falar de transparência, controle social e participação popular. Eu acho que é uma maneira que temos para prevenir que haja desvio de recursos. Há uma grande diferença entre você prevenir e, depois, correr atrás com investigações – essa confusão que nós estamos vivendo no País. Eu não creio que as nossas instituições estejam preparadas para controlar o desvio de gastos públicos desde o Município até a União Federal.

Então, eu vejo com muita eficiência esse acompanhamento, a transparência, o controle social e a participação do cidadão diretamente no acompanhamento da execução dessas emendas – e não só das emendas, mas de todas as despesas públicas. A emenda parlamentar é uma caixinha de segredos, ninguém sabe muito bem como se dá a sua execução, mas agora nós estamos abrindo a possibilidade de um acompanhamento eficiente.

Amanhã, então, teremos a licitação, e essa licitação será feita com acompanhamento direto pela página do Facebook. Então, nós vamos ter, em tempo real, a abertura dos envelopes lá, toda a discussão sobre a licitação da pavimentação asfáltica do Conjunto Embrapa.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Registro meus cumprimentos pessoais pela iniciativa, sem dúvida muito importante, porque hoje todos os meios que temos à disposição, principalmente as redes sociais, devem ser utilizados em benefício da transparência no serviço público.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, convoco a próxima reunião, como já havia dito, para a próxima terça-feira, dia 21 de junho, às 11 horas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)

Fale com o Senado
0800 61 2211

